

## **1. Introdução: A escolha do historiador**

Et, d'autre part, je dis les hommes. Les hommes, seuls objets de l'histoire — d'une histoire qui s'inscrit dans le groupe des disciplines humaines de tous les ordres et de tous les degrés, à côté de l'anthropologie, de la psychologie, de la linguistique, etc.; d'une histoire qui ne s'intéresse pas à je ne sais quel homme abstrait, éternel, immuable en son fond et perpétuellement identique à lui-même — mais aux hommes toujours saisis dans le cadre des sociétés dont ils sont membres — aux hommes membres de ces sociétés à une époque bien déterminée de leur développement — aux hommes dotés de fonctions multiples, d'activités diverses, de préoccupations et d'aptitudes variées, qui toutes se mêlent, se heurtent, se contrarient, et finissent par conclure entre elles une paix de compromis, un *modus vivendi* qui s'appelle la Vie.

Lucien Febvre, *Combats pour l'histoire*, 1992, p. 20.

### ***Do presente para o passado: a visão da História***

Para Lucien Febvre (1992, p. 6) «toda a história é escolha», pois na realidade o historiador tem como pressuposto do seu trabalho uma intenção precisa, um problema a resolver, uma hipótese de trabalho a verificar.

Na verdade, o historiador vai buscar às suas experiências de vida os elementos para a reconstituição do passado. Sem a experiência, até das sensações, é de difícil apreensão o sentido da história pois é, nas palavras de Marc Bloch (1984<sup>4</sup>, p. 43): «Nesta faculdade de apreensão do que é vivo é que reside, efectivamente, a qualidade fundamental do historiador».

Se de facto perpetuamente a História é a Vida, gostaria de poder compreender, como todos nós, suponho, o que se passa no presente e vencer a inquietação perante as transformações contemporâneas.

Mas esta inquietação pode ser benigna por oposição ao conformismo, mas também acaba por acrescentar uma nova dimensão nervosa aos problemas.

No passado vemos os problemas do presente e, também, os futuros: como alimentar uma população crescente (cerca 9,2 biliões em 2050, de acordo com projecção das Nações Unidas) com os cada vez mais escassos recursos disponíveis agora à escala planetária; como combater as novas doenças, algumas originadas pela civilização, como a diabetes, as epidemias, a febre hemorrágica do vírus Ébola e o cancro, que assume na sua abrangência e crescimento forma de uma pandemia; como resolver os conflitos sem recorrer à força das armas: a humanidade parece que não tem aprendido com as sucessivas guerras e com o advento das armas de destruição maciça, pelo que há uma percepção incutida, desde meados do século XX, de que os sucessivos conflitos poderão ter como fim último, o próprio fim da Humanidade e, assim, o fim da História.

E depois há aqueles acontecimentos que marcam a nossa época, nos marcam enquanto indivíduos e enquanto colectivo, como os ataques às Torres Gémeas em 2001, com uma constante renovação e perpetuação dos horrores da guerra: da «guerra santa» à «guerra ao terror», que parecem encerrar na sua adjectivação a sua própria justificação, que não se conseguirá compreender sem uma aproximação à história, sem um modelo explicativo da estrutura e tensões do «sistema mundo», como o estudado e sistematizado por Immanuel Wallerstein<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> De acordo com Frank W. Elwell (2013), para Immanuel Wallerstein, sociólogo que estudou a economia-mundo europeia das origens do século XVI até ao século XIX, existem apenas três sistemas sociais básicos:

O historiador como ser consciente é também influenciado pelo seu espaço, pelo seu tempo e pela sua cultura que, segundo Claude Lévi-Strauss (1982, p. 42), «(...) em certo sentido substitui-se à vida, e em outro sentido utiliza-a e a transforma para realizar uma síntese de nova ordem», constituindo um sistema de signos produzidos pela actividade simbólica da mente humana.

Mas à luz do nosso conhecimento actual, essas dificuldades e realidades, sociais económicas e políticas também já existiam, digamos, genericamente, por exemplo, no âmbito alargado da crise (Europeia) do século XIV. Generalizam-se hoje, tal como ontem, os ciclos de fomes, doenças e guerras e assistimos nos *media* às seguintes migrações.

Mas então não existiam organizações direccionadas, como a Cruz Vermelha, que até tem expressão mundial como Crescente Vermelho, ou a Organização das Nações Unidas e o respectivo FAO<sup>2</sup>, ou eventos solidários de massas como o *Live Aid*, ou um meio de comunicação global com as características da Internet, que aparentemente universalizou e democratizou o acesso à informação e ao conhecimento.

Há pois diferenças, mesmo que imperceptíveis, que influenciam a nossa compreensão (como pessoas, como historiadores) do passado: há uma percepção da mudança, do devir histórico.

Para Lucien Febvre, a História é a ciência do Homem. Ciência da mudança perpétua das sociedades humanas, do seu permanente e necessário reajustamento às condições novas da existência material, política, moral, religiosa, intelectual. Ciência deste acordo que nas sociedades humanas se negocia, desta harmonia que se estabelece contínua e espontaneamente, em todas as épocas entre as condições diversas e sincrónicas da existência dos homens, as condições materiais, as condições técnicas, as

---

- Os minissistemas, que correspondem a pequenas e homogéneas sociedades, estudadas na generalidade por antropólogos, constituídas por caçadores recolectores, ou dedicadas à pastorícia, à agricultura de subsistência e que são sociedades economicamente relativamente contidas, produzindo bens e serviços dentro do seu sistema sociocultural.

- O segundo tipo corresponde ao sistema do império-mundial, baseado na extracção dos bens e serviços excedentes das zonas periféricas, em que muito destas contribuições vão para pagamento dos administradores que asseguram a sua extracção e para os militares que asseguram a dominação. O resto vai para os dirigentes políticos à cabeça do império.

- O terceiro tipo de sistema social corresponde às economias-mundo que não possuem um sistema político unificado nem a sua dominância é baseada somente no poder militar. Mas como no império-mundo a economia é baseada na extracção dos excedentes das zonas periféricas para quem governa no centro.

<sup>2</sup> Fundo Alimentar das Nações Unidas.

condições espirituais. E acrescenta: «C'est par là que l'histoire retrouve la Vie» (Febvre, 1992, pp. 30-31)<sup>3</sup>.

Já Fernand Braudel (1990, pp. 9-10) refere que:

«Todo o trabalho histórico decompõe o tempo passado e escolhe as suas realidades cronológicas, segundo preferências e exclusões mais ou menos conscientes. A história tradicional, atenta ao tempo breve, ao indivíduo e ao acontecimento, habituou-se desde há muito à sua narração precipitada, dramática de pouco fôlego».<sup>4</sup>

Mas este «recitativo» história dos acontecimentos leva ao encarceramento do acontecimento na curta duração e a um descontentamento relativamente à sua importância feérica na vida dos homens. Braudel (1990, pp. 9-10) é pois peremptório:

«No que me respeita agradar-me-ia encerrá-lo, aprisioná-lo, na curta duração: o acontecimento é explosivo, ruidoso. Faz tanto fumo que enche a consciência dos contemporâneos; mas dura um momento apenas, apenas se vê a sua chama».

Não se pode negar a importância da História Política ou a importância dos fenómenos naturais, que poderão constituir factores determinantes na dinâmica da história. Mas na observação da longa duração destaca-se, como determinante, o factor humano, a cultura e a civilização que produz conhecimentos e crenças, que os transmite entre gerações, capaz de se organizar e de se reinventar, à medida que vão surgindo os obstáculos.

---

<sup>3</sup> Afirma Lucien Febvre (1992, pp. 30-31): «Grande leçon pour nous, historiens. Histoire, Science de l'Homme, ne l'oublions jamais. Science du changement perpétuel des sociétés humaines, de leur perpétuel et nécessaire réajustement à des conditions neuves d'existence matérielle, politique, morale, religieuse, intellectuelle. Science de cet accord qui se négocie, de cette harmonie qui s'établit perpétuellement et spontanément, à toutes les époques, entre les conditions diverses et synchroniques d'existence des hommes: conditions matérielles, conditions techniques, conditions spirituelles»

<sup>4</sup> Para Fernand Braudel (1990, p. 10): «Muito acima deste segundo recitativo, situa-se uma história de fôlego ainda mais contido e, neste caso, de amplitude secular: trata-se de história longa, e mesmo de muito longa, duração. A fórmula, boa ou má é-me hoje familiar para designar o contrário daquilo que François Simiand, um dos primeiros depois de Paul Lacombe, baptizou com o nome de história dos acontecimentos [*événementielle*]. Pouco importam as fórmulas, mas a nossa discussão dirigir-se-á de uma para outra, de um pólo para outro do tempo, do instantâneo para a longa duração».

A história tem negado ao totalitarismo o domínio das massas, atirando-o para o âmbito da ficção científica (e histórica)<sup>5</sup> e parece negar o lugar e o futuro a culturas antropofágicas que não dêem lugar à expressão e liberdade individual.

É também antitotalitária a frase que supostamente Galileu terá pronunciado em 1633 entre dentes perante os seus inquisidores: «No entanto move-se». É uma expressão simbólica da persistência do conhecimento científico e da liberdade de pensamento, tendo com os seus trabalhos contribuído para que a humanidade perdesse um lugar central na conceptualização do Universo, demonstrando assim que também a história se move.

Mas para se compreender o âmbito da cultura e da civilização material é necessário alcançar que, para além da concepção integradora de civilização que abrange toda a humanidade, há um conceito diferenciado e restrito «das civilizações dispersas no tempo e no espaço» (Braudel, 1990, p. 88) que surge relacionado com cultura e culturas, pelo que uma civilização é, neste âmbito mais restrito, «um conjunto de traços, fenómenos culturais».

De acordo ainda com Fernand Braudel (1990, p. 88) a dificuldade está em fazer convergir o conjunto das histórias particulares, como a história da língua, a história da arte, a história das crenças, das religiões, a histórias das técnicas, dado que possuem regras e objectivos diferentes da história geral.

É esta, em nossa opinião, a principal dificuldade integradora da história total na superação dos acontecimentos, pondo o protagonismo da história na humanidade inteira.

Evitar a discussão dos múltiplos conceitos de civilização e de cultura e, permitir a sua descodificação de acordo com o seu contexto (Braudel, 1990, p. 95) para falar de civilização material ou de cultura material, moral, científica, técnica ou inclusive económica. Mas teremos que ver o que diz sobre isto ainda Braudel (1990, p. 116) quando define civilização como uma área cultural, «um alojamento» numa área precisa, com uma permanência, no tempo, conjunto a que chama civilização, ao «total» que é a «forma» da civilização<sup>6</sup>.

Mas se procurarmos uma definição mais ampla e ao mesmo tempo mais concretizadora da interacção destes dois conceitos (civilização e cultura) teremos que ver o que diz sobre isto ainda Braudel quando define civilização como uma área cultural (1990, p. 116):

---

<sup>5</sup> Como em *1984*, de George Orwell, num *Admirável Mundo Novo*, de Aldous Huxley ou em *Fahrenheit 451*, de Ray Bradbury.

<sup>6</sup> Esclarece ainda Braudel (1990, p. 116): «Novas transformações se preparam ainda sob os nossos olhos, simplesmente pela nossa actual tendência para combinar os nossos substantivos equívocos com adjectivos que o são menos e falar de civilização (ou de cultura) material, moral, científica, técnica ou inclusive económica (...)».

«Uma civilização é em primeiro lugar, um espaço, uma «área cultural», como dizem os antropólogos, um alojamento. Imaginemos, no interior de um alojamento, mais ou menos amplo, nunca muito reduzido, uma quantidade muito diversa de «bens», de traços culturais: não só a forma, o material ou os telhados das casas, como também uma determinada arte de guarnecer as flechas de penas, um dialecto ou um grupo de dialectos, gostos culinários, uma técnica peculiar, uma maneira de crer, uma forma de amar, ou também a bússola, o papel, a prensa do impressor. O agrupamento regular, a frequência de certos traços e a ubiquidade destes constituem, numa área precisa, os primeiros sintomas de uma coerência cultural. Se a esta coerência, no espaço, acrescentarmos uma permanência, no tempo, chamo civilização ao conjunto, ao «total» do repertório. Este «total» é a «forma» da civilização assim reconhecida».

Mas neste enquadramento da história total de muito longa duração, como explicitar as mudanças estruturais e as continuidades que ocorreram no período de cerca de quinhentos anos que medeia entre os séculos V e X (ou nos cerca de trezentos anos entre os séculos X e XIII), ao nível local, sem nos apoiarmos em momento algum no acontecimento?

Em primeiro lugar há a ocorrência de «mudanças», ou de «alterações» na perspectiva de Peter Brown, (1989, p. 226): foi durante a Antiguidade Tardia, entre os séculos II e VI, - «reinados de Marco Aurélio (161-180) e de Justiniano (527-565)» -, que o mundo centrado no Mediterrâneo «atravessou uma série de profundas mutações que afectou o ritmo de vida, a sensibilidade moral e simultaneamente o sentido do «eu» dos habitantes das cidades e do campo circundante». Sublinha Brown que «a principal alteração durante o período da Antiguidade Tardia, foi a lenta mudança de uma forma de comunidade pública para outra – da cidade antiga para a cristã.»

Em segundo lugar quanto à «continuidade» ou ocorrência de «continuidades» nos séculos V a VIII – período que considera como «*Early Middle Ages*» –, Chris Wickham (2005, pp. 11-12) esclarece que o conceito «continuidade» é enganador: tem sido mal utilizado, pois é invocado para coisas específicas, distintas das mudanças sociais. Pode assumir-se que se houve, sem grandes dúvidas, continuidade da população houve igualmente «continuidade» dos ritmos diários, das práticas agrícolas, de muitos dos rituais, da maioria dos elementos das trocas sociais (Wickham, 2005, p. 12). Mas estes não contrariam a existência de crise noutros elementos do sistema social, nas estruturas estatais, ou nas redes de trocas, mas têm que ser perspectivados em conjunto para serem avaliados como um todo, se se quiser ter o sentido da forma como na globalidade se deu a mudança social. Os camponeses que apesar de no período que medeia 400 e 800 serem a

maioria da população, cerca de 90%, na maior parte das regiões viram menos mudanças. Não é que nada não tenha mudado para eles (Wickham, 2005, p. 12): por vezes mudavam os senhorios, que por vezes também desapareciam; em alguns locais pagavam menos rendas e a intensidade da sua exploração diminuiu temporariamente, como também diminuíram em número e, provavelmente, em muitos casos tiveram menor acesso a produtos artesanais e de qualidade decente. Há, no conjunto, para este período, mudanças substanciais, mas não radicais, nem fundamentais das sociedades camponesas ou na economia familiar.

Nesse sentido a nossa escolha passa também por procurar identificar mudanças sociais e económicas na área de estudo tendo em atenção as características de um ambiente rural, no âmbito regional e local.

A História Local, definida aqui como o estudo da História num contexto geográfico local e que se debruça sobre as comunidades locais, incorpora muitos aspectos socioculturais, com relevo para fontes documentais locais e as fontes orais. Esta tende a ser menos documentada do que outras tipologias, com menos estudos, artefactos e documentação, e menor impacto sobre a historiografia em geral, mas aprofunda o conhecimento e a identidade local. Faz uma História “participada”, que tem em conta a experiência vivida e as estruturas invisíveis, em que a experiência é articulada convidando todos, inclusivamente os leitores, a participarem no processo de pesquisa e de interpretação. O ponto de vista do historiador (observador) transforma-se, ou é assim assumido, como numa parte intrínseca do processo de construção. Pelo que como não se podem ter muitas certezas, as hipóteses, as dúvidas, as incertezas tornam-se parte da narração (Simon, 2013, p.3).

O estudo de uma amostra constituída por pequenos sítios arqueológicos rurais poderá contribuir para construir, a partir da micro-História local, a História geral?

David Clarke (1978<sup>2</sup>, p. 88) apela para a consciencialização do arqueólogo perante a sua actividade: Tem existido uma clara omissão teórica, centrada nos métodos mais do que na teoria, transpondo a prática para o campo da técnica e menos para o campo da teorização pura. Não se deveria pegar num colherim, ou num pincel, ou numa prancheta de desenho, ou num nível, sem ter reflectido no acto em si e no propósito do acto. Esta consideração pode revelar-se frustrante a vários níveis, em várias dimensões, mas encerra em si a inevitabilidade da teorização.

O arqueólogo recorre na sua investigação sobretudo ao método empírico indutivo, que permite conhecer alguma coisa nova, formulando a partir da observação dos dados arqueológicos, teorias, modelos, tipologias, etc., que generaliza, mas que ainda assim têm que ser encarados de forma subjectiva. Por outro lado, para fazer o ensaio, a dissertação,

cogitar uma tese, o estudioso vai muitas vezes apoiar-se no método dedutivo, baseando-se nos conhecimentos já existentes e no que neles estava implícito.

Poderá assim a arqueologia, somente através do estudo da cultura material, reconstituir a evolução socioeconómica, o contexto social, económico e até o sistema de crenças do período em questão sem conhecer os protagonistas da história?

Tentaremos mais adiante responder a estas inquietações.



## **2. Num imenso espaço, uma ampla diacronia**

### **2.1. O espaço da História...**

O sudoeste da Península Ibérica encontra-se indubitavelmente ligado ao mar Mediterrâneo que vai da Ásia, a leste, ao oceano Atlântico, a oeste, ao qual está ligado pelo estreito de Gibraltar.

O Mediterrâneo pode ser considerado como um contínuo de discontinuidades (Al-Azem, 2014, p. 17): um espaço de continuidades, mas não necessariamente de regiões ligadas, uma micro-ecológica constelação de micro-ecologias, regiões que, quando ligadas, o são por estados imperiais, culturas ou cultos resultando numa densa fragmentação, complementada por uma luta pelo controlo político das vias de comunicação.

A expansão da cidade-estado Roma conduziu-a, por um lado, à assimilação das culturas mais desenvolvidas do Mediterrâneo e, por outro, a um processo de aculturação dos povos militarmente derrotados e conquistados sobretudo a ocidente, acabando por não ter rival na bacia do Mediterrâneo, que reveladoramente transformou num «lago romano», e na fachada atlântica da Europa até ao Mar do Norte.

A criação deste vasto Império terá sido feita através da apelidada romanização, a ser entendida como processo de troca cultural e de assimilação, que gerou uma nova identidade cultural transnacional, baseada na cidadania romana.

Este imenso processo identitário revelou-se, no longo prazo, um factor de coesão mais forte do que os laços políticos e administrativos e acabaria por se reforçar com o cristianismo, agregando-se em torno da Igreja, que manteve vivo até à actualidade o Latim como língua litúrgica.

O fim do Império Romano e as suas implicações, como muito bem identificou Teodor Hauschild, «tanto de âmbito social como no religioso e no artístico, deve-se a muitos factores que, nas fontes históricas, nem sempre são de fácil apreensão em toda a sua complexidade» (1986, p. 150).

O mito da decadência, declínio e queda do Império Romano pelas “invasões bárbaras”, surge nomeadamente com o humanista de Flavio Biondo no século XVI passando a partir de meados do século XVIII, com Montesquieu, pela noção de decadência, (Inglebert, 2014, p. 118), e por Edward Gibbon, que tendo por base a investigação das fontes escritas contribuiu para a vulgarização dessa concepção. Este

debate arrasta-se há muito em torno de posições como as de Ferdinand Lot (1985) e de André Piganiol (Mantas, 2009, p. 583): «Enquanto que para este historiador a civilização romana foi simplesmente assassinada, para o primeiro o Império morreu de doença interna, incapacitado por isso de resistir ao assalto dos bárbaros. Esta explicação, tanto como a primeira, apontam as invasões germânicas como a causa directa do desaparecimento do Império do Ocidente, estivesse ele florescente ou não».

As diversas teses enunciadas para explicar o fenómeno da “crise do Mundo Antigo” e do “fim do Império Romano” até meados do século XX, foram contabilizadas e enumeradas por Alexander Demandt (1984) que apresentou «nada menos que 210 hipóteses, distintas e/ou complementares»<sup>7</sup>, que foram formuladas por especialistas das mais variadas áreas das ciências sociais e humanas, como historiadores, filósofos e economistas (Silva, 2008, p. 58).

Vai ser ainda no primeiro quartel do século XX que Henri Pirenne vai formular a sua original tese, em que o Mediterrâneo vai ser o cerne do fim do Mundo Antigo. A sua tese consubstanciada na obra póstuma de 1937, *Maomé e Carlos Magno* (edição portuguesa de 1992), adiou o fim da civilização clássica, prolongando a Antiguidade Tardia para o século VIII, desafiando a anterior teorização de que os bárbaros germânicos tinham causado a queda do Império Romano do Ocidente em 476. Transfere assim para a conquista árabe-muçulmana do século VII, a ruptura norte-sul do Mediterrâneo, que considera mais importante do que a leste-oeste, nascida a partir do colapso do Império Romano no Ocidente no século V (Inglebert, 2014, p. 121), assumindo a inserção dos bárbaros na civilização romana, prolongando-se nessa visão a Antiguidade até ao século VIII. Igualmente defende que a data da invasão muçulmana da Península Ibérica em 711, marca o início da Idade Média e que sem o Islão não teria existido o Império Carolíngio, representando ambos a ruptura com o «mundo antigo».

Pirenne que, na corrente dos *Annales*, teve uma grande influência no alargamento à história da análise económica e social, ressaltou a continuidade essencial da economia romana após o século V. Conforme explanara em *Les villes du moyen age* (1927) os povos bárbaros não pretendiam destruir Roma mas usufruir dos seus benefícios, pelo que eles próprios tentaram assegurar o modo de vida romano e romanizaram-se, cultural e

---

<sup>7</sup> Alexander Demandt trata, sincronicamente ou transversalmente, os seis grandes «tipos de interpretação» da «queda de Roma», organizados de acordo com a sua principal hipótese explicativa (Merlio, 2015): a hipótese religiosa: o advento do Cristianismo; a hipótese socioeconómica: conflitos sociais entre ricos e pobres; a hipótese «naturalista»: o esgotamento dos recursos naturais ou humanos; a hipótese da política interna: desintegração e bancarrota do Estado; as interpretações cíclicas: as civilizações têm um desenvolvimento orgânico que inevitavelmente vai do nascimento, passa pelo desenvolvimento e pela sua morte; e, por fim, o pressuposto de política externa: ou seja, invasões chamados «bárbaros».

economicamente, dando continuidade ao comércio e aos intercâmbios no Mediterrâneo, do mesmo modo que o havia feito o Império.

Nesta teorização a verdadeira ruptura ocorre só no século VIII como resultado da conquista islâmica da área do sudeste da actual Turquia, da Síria, da Palestina, do Norte de África e da Península Ibérica, que tornou o Mediterrâneo uma barreira e rompeu os laços económicos da Europa Ocidental, colocando esta região fora do comércio de longa distância com o Oriente, o que levou ao seu declínio, empobrecimento e estagnação económica, baseando-se a economia quase totalmente numa agricultura de subsistência. Ainda nesta perspectiva, os invasores, que possuíam uma civilização menos desenvolvida que a europeia, acabaram não só por substituir a religião, a língua e o direito, como também reduziram a Europa marítima a uma Europa continental, diminuindo enormemente a sua riqueza durante os séculos VIII e IX, favorecendo a aparição do feudalismo e a confrontação armada tendo por base a identidade religiosa.

A principal argumentação de Pirenne (1927) apoia-se no desaparecimento da Europa Ocidental de bens importados como o ouro – a cunhagem de moeda de ouro a norte dos Alpes parou depois do século VII - e de papiro egípcio para escrita - que também já não surge no norte da Europa a partir do século VII. Contudo, a questão monetária poderá tratar-se de um erro de interpretação, pois poderá relacionar-se com a adopção de um padrão prata Islâmico de forma a assegurar o comércio com o oriente.

Henri Pirenne é, em certa medida, um eurocentrista que resolve a Idade Média europeia através da história económica e social utilizando as ferramentas da historiografia tradicional, tendo como fontes a documentação e os dados monetários. Não tinha de facto ao seu dispor fontes arqueológicas, que se multiplicaram mais recentemente, nas quais o estudo da cultura material e dos padrões de circulação permite sustentar de forma mais ampla e sistemática a sua teorização, que corresponde a um complexo histórico-geográfico baseado, primeiro no Mediterrâneo e depois na Europa atlântica.

O reexame e refutação da tese de Pirenne à luz da informação arqueológica do norte da Europa, Mediterrâneo e Ásia ocidental foi empreendido nos anos 80 do século XX por Richard Hodges e David Whitehouse (1983) e permitiu discutir alguns dos dados fundamentais da teoria de Pirenne, concordando todavia que, sem Maomé (entendido como o Império Islâmico) o Império Carolíngio não teria existido, dando como exemplo a adopção do padrão monetário muçulmano, baseado na moeda de prata adoptado por este último. Nessa aproximação, verifica-se uma divergência praticamente total dos principais fundamentos da teoria de Pirenne.

Será essencialmente com Peter Brown em 1971 (1972), mas também com Henri-Irénée Marrou (1979), que a identificação de uma “Antiguidade tardia” acabou por dissipar a ideia de “idade das trevas” abrindo-se uma nova perspectiva: Durante a Antiguidade

Tardia houve um processo de mutação, com o surgimento de novas estruturas mentais, sociais e religiosas. A Antiguidade Tardia surge na periodização histórica para estabelecer ligação com a Idade Média em «contraponto às noções de ruptura e decadência do mundo romano, implícitas na expressão Baixo Império» (Silva, 2008, p. 57), se bem que também seja amiúde aplicado o termo Tardo Romano até ao século V. Antiguidade Tardia parece assim designar um período que é mais rico em transformações do que outros, durante o qual foi inventada estabelecida uma nova concepção do mundo, uma nova relação entre os humanos e o sagrado (Inglebert, 2014, p. 117).

Peter Brown acabou por colocar a «instalação dos bárbaros no Ocidente menos em termos de fim do mundo romano do que de um rearranjo de forças que conduziu à constituição de um mundo» original marcado pela influência de Roma (Silva, 2008, p. 57).

Henri-Irénée Marrou vai também observar que a Antiguidade Tardia não pode ser vista como um período de decadência e de retrocesso mas antes como uma época de transformações positivas (1979, pp.14-15): «é uma outra antiguidade, uma outra civilização, que temos que reconhecer na sua originalidade e julgar por si própria e não através dos cânones das épocas anteriores».

Na perspectiva de Peter Brown (1972), processou-se durante este período uma “revolução romana tardia”, que deu origem nos séculos III e IV a uma nova sociedade baseada mais nos aspectos religiosos, caracterizando ser esta uma época de encontro entre povos, culturas e religião (Inglebert, 2014, pp. 123, 125). Hervé Inglebert (2014, p. 131) também afirma que a Antiguidade Tardia não era já uma civilização comum, mas que do século IV ao VII constituiu um espaço de valores partilhados, em que Império Romano cristão era o polo ideológico maior.

Peter Brown apresentou em 1971 para a *Late Antiquity* uma amplitude cronológica situada entre aos séculos III e VIII (de 200 a 700). Já Wolfgang Liebeschuetz, e na sequência de Brown (Inglebert, 2014, p. 126), distingue com uma periodização diferente a *Late Antiquity* (séculos III e IV) de uma *later Late Antiquity* (séculos V e VI, com uma extensão no Oriente ao século VII). Entre 1971 e cerca de 1990, e ainda de acordo com Hervé Inglebert (2014, p. 128), coexistiram os seguidores de uma Antiguidade Tardia longa (cerca de 250 a 750/800) e aqueles que defendiam uma Antiguidade Tardia curta (cerca de 285 a 640).

Mas para Chris Wickham (2005) já o período que medeia entre 400 e 800 corresponde antes a uma *Early Middle Ages*, apesar de em outro trabalho tratar da «herança de Roma» até ao ano 1000 (Wickham, 2010). Assim, e também em linha com Marcelo Cândido da Silva (2008, p.61), considera-se que ser apropriado a este intervalo temporal o termo Alta Idade Média, dado que também não indica uma ruptura entre Antiguidade e Idade Média, constituindo antes um *locus* «de reinvenção da herança

clássica, um espaço da construção de fenómenos específicos e originais», sendo assim «mais adequada do que Antiguidade Tardia à plasticidade das sociedades romano-bárbaras que emergem a partir dos séculos V e VI».

Do ponto de vista da história económica e social, para este período medeia entre o ano o 400 e o 800, Chris Wickham (2004, p. 18) considera que se resumem a três os principais modelos de transição, correspondentes a parâmetros interpretativos das alterações socioeconómicas que levaram à mudança entre a época Tardo-Antiga e a Alta Idade Média: a visão clássica de uma catástrofe no século V devido às invasões bárbaras e à dissolução política; a posição de continuidade em que uma pequena mudança no período merovíngio desemboca no renascimento carolíngio; e a tese segundo a qual a maior ruptura foi a que se produziu no século VII devido à acção dos árabes. De facto, as transacções comerciais no Mediterrâneo não vão sofrer de imediato, mas essas invasões acabaram por introduzir, se tomarmos em consideração o tempo longo, factores de mudança estrutural. Assim, não se produziu uma ruptura abrupta, verificando-se antes continuidade a um processo transformação que já vinha a decorrer desde pelo menos o século IV.

Os estudos comparativos entre várias regiões do antigo Império evidenciam que ao longo dos séculos V, VI e VII, se produziram uma série de crises ligadas a continuidades consistentes, à contracção e desequilíbrio do sistema de trocas e a um processo de recuo e de reduzida continuidade urbana. No entanto, Wickham esclarece que a única generalização possível é a de que a cultura material Alto Medieval é menos complexa que a Tardo Romana (Wickham, 2004, p. 27). Contudo, os historiadores deram mais ênfase às continuidades culturais do que às alterações sociais e económicas. E de facto são os arqueólogos que se vão documentar a simplificação da cultura material observável no espaço do Império Romano a partir do século V.

A necessidade de criar modelos explicativos das mudanças socioeconómicas de longa duração levou Wickham (2004, p. 28) a propor quatro parâmetros de análise: a guerra; o nível de sobrevivência das estruturas económicas estatais, como o sistema de cobrança de impostos; a circulação e a procura de bens pelas entidades públicas; a sobrevivência da grande propriedade e da procura privada de bens, justificada na asserção que um estado forte promoverá uma ampla circulação de bens. Numa região onde não existam nem importantes proprietários nem um estado forte, os camponeses serão mais ricos, mas as estruturas económicas serão mais pobres, pois o poder aquisitivo estará descentralizado, pelo que a cultura material será também mais pobre.

O que aconteceu quando o Império se “partiu” em vários “bocados” foi que cada “bocado” pegou nos elementos sobreviventes das estruturas sociais, económicas, e

políticas e os desenvolveu à sua maneira e de forma paralela com outros estados surgidos nessa fragmentação (Wickham, 2005, pp. 10-11).

Indo em sentido diverso das teses «continuistas», a reminiscência historiográfica de Gibbon mantém-se ainda na actualidade naqueles, como Bryan Ward-Perkins (2006), «que acreditam que o Império Romano efectivamente morreu vítima de invasões bárbaras violentas, que houve um colapso catastrófico do mundo romano» a que se seguiram os tempos sombrios da “idade das trevas” (Silva, 2008, p. 59). Ward-Perkins atribui ao fim da segurança e das transferências fiscais a desestruturação da economia e a diminuição das trocas comerciais que conduziu a um declínio da riqueza, do nível técnico e até mesmo da população. De acordo com Vasco Mantas (2009, p. 586) esta teorização «implica considerar a queda de Roma um problema militar directamente relacionado com a economia», referindo, quanto a evidências materiais (Mantas, 2009, p. 587): «O que a arqueologia demonstra é um empobrecimento geral das sociedades pós-romanas, com raras excepções orientais e uma conseqüente queda abissal da sofisticação na vida quotidiana.»

Para Chris Wickham (2010, p. 8) encontra-se a emergir um novo paradigma do ponto de vista da história política e da cultura, mais implícito do que explícito, com uma perspectiva que encerra uma reavaliação de muitos aspectos da Antiguidade Tardia, em que o Baixo-Império é visto como um ponto alto, e não como uma cópia inferior do século II, continuando sem «ruptura» para a Alta Idade Média, em que o século VII surge como um dos séculos literariamente mais produtivos, para além do IV e VI.

A partir século VII uma nova civilização, com raízes na Península Arábica (a civilização Islâmica), vai expandir-se e competir com o sistema imperial-mundial de raiz, na Península Itálica e na Grécia. Não se trata da competição entre Árabes e Romanos (Itálicos) mas entre civilizações, que beberam o seu âmago identitário também nos povos conquistados e submetidos, levando a que a respectiva caracterização cultural transcenda as matrizes originais.

Há uma longa história de interacção entre os Árabes, do reino de Himyar, e os impérios Romano e Sassânida que se enquadram numa competição por aliados na fronteira de ambos os impérios, com presença árabe dos Jafnidas na Síria, em áreas que serão futuramente relevantes para o califado omíada, e que contribuiram no século VI para a formação de alguns aspectos da identidade Árabe (Fisher, 2011, p. 267).

Para Fernand Braudel (1989, p. 55), o domínio do Mediterrâneo pela civilização muçulmana vai permitir que o comércio aflua. O Islão vai apoderar-se e recriar no Próximo-Oriente «uma das mais antigas, senão a mais antiga encruzilhada de homens e povos civilizados do mundo».

A questão também é saber se outros factores houve, como os demográficos, os político-económicos, ligados à mão de obra e à escravatura, e mesmo só económicos, como as fomes e epidemias, com sérias implicações no fim mundo antigo e na modelação da Idade Média.

É no imenso espaço da bacia do Mediterrâneo, que vai do Próximo Oriente ao Atlântico na Península Ibérica e Norte de África que, na segunda metade do primeiro milénio da actual era, as transformações do Mundo Antigo para o Mundo Medieval se irão processar, lentamente, dentro de uma continuidade civilizacional em que as alterações estruturais se vão produzir no tempo longo.

A esta ideia da longa duração em história e dos pequenos espaços marginais ou pouco inseridos, minissistemas, num (proto) império-mundial, sobrepõe-se o modelo do complexo histórico-geográfico em que a economia é considerada na sua configuração espacial «inscrita no espaço geográfico», cuja «geometria» é dada pelas condições técnicas (distâncias medidas em velocidades e em riscos e custos de comunicação)». Toda a dominância releva tão-só num sector regional e em função de outras dominâncias noutras regiões, havendo que considerar a economia e a sociedade, dela inseparável. Nesta dupla perspectiva, a noção mais geral é a de estrutura: unidade de uma multiplicidade, maneira como um todo se compõe das suas partes (ou um conjunto dos seus elementos), as proporções que entre essas partes existem e a sua disposição relativa, o conjunto das relações internas e externas dessa totalidade que a especificam quanto a outras totalidades (de que eventualmente até faz parte), mantendo-se relativamente constante num intervalo de tempo assaz longo.

Como tal, a noção de estrutura tanto opera quanto à sociedade global como quanto aos grupos, sectores de actividades, regiões e localidades que a integram, sendo sempre o meio de apreender analítico-sinteticamente (por explicação-compreensão) o facto social total.

«A realidade é sempre, assim, um complexo mais ou menos coerente - ou, antes, incoerente – de estruturas configurando-se num espaço geográfico, processando-se nos tempos histórico-sociais» (Godinho, 1990, p.131).

O regime económico e social é importante e pauta o complexo histórico-geográfico até terem consciência dele.

## **2.2. ...e uma ampla diacronia**

No palácio de Qusayr 'Amra, do início do século VIII, na Síria, actual Jordânia, sobreviveu até ao século XIX uma imagem de Rodrigo, o último rei visigodo da Hispânia.

Esta pintura omíada antecede as duas primeiras fontes históricas escritas que narram a invasão da Península Ibérica em 711 (Chalmeta Gendrán, 2003), a Crónica bizantina-arábica, de 743-744, e a Crónica Moçárabe de 754 (López Pereira, 1980), que descreve os detalhes da conquista muçulmana.

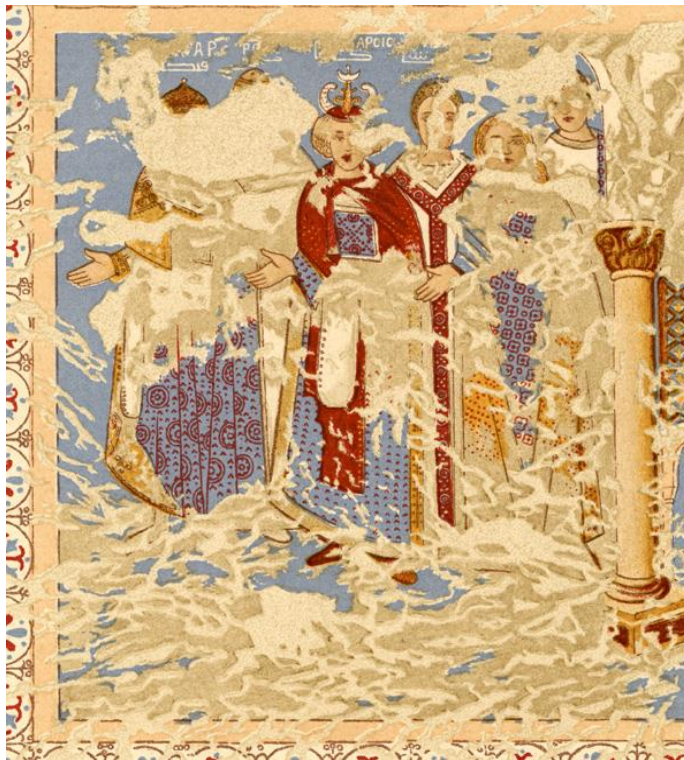


Fig. 2.2.1. Desenho dos seis reis. Qusayr 'Amra, Jordania, fresco localizado no hall, parede oeste, cerca de 705-715<sup>8</sup>.

Os relatos escritos mais tarde foram desenvolvidos por historiadores medievais cristãos e árabes com uma visão oposta dos acontecimentos.

A presença de Rodrigo em Qusayr 'Amra tem, segundo Javier Arce (2011, pp. 284-285), um significado múltiplo e vai mais além que a representação de um súbdito vencido: o último rei visigodo encontra-se ali equiparado e considerado como um dos grandes poderosos da terra, e a derrota dos visigodos é proclamada como a conquista do extremo do Mediterrâneo situado a Ocidente e a origem da captura de imensos e valiosos despojos.

---

<sup>8</sup> Reprodução de Alois Musil. *Kusejr 'Amra und Schlösser östlich von Moab*. Vol. 2, pl. XXVI. Vienna, 1907. Representação de seis figuras ricamente vestidas, três das quais se encontram em primeiro plano com os braços estendidos à sua direita e três outras posicionadas atrás. As primeiras quatro figuras na pintura são o imperador de Bizâncio, o Xá persa, o Negus da Etiópia, e o rei visigodo, Rodrigo, confirmada através de inscrições em grego e árabe, situadas sobre cada líder. Tem sido postulado que os restantes dois são o imperador da China e o Khan dos turcos. Simboliza a ascendência do califa islâmico sobre um conjunto poderoso dos reis contemporâneos. A iconografia, à sua maneira também conta a história do ponto de vista dos conquistadores omíadas.



Para os omíadas, esta vitória era considerada uma grande empresa que destruiu não um rei débil nem um reino decadente, arruinado ou desintegrado, mas representava a conquista de uma das grandes potências dos reinos conhecidos (Arce, 2011, p. 292). Ainda de acordo com Hugh Kennedy (2007, p. 309), a ideia de que um pequeno número de berberes e de oficiais árabes pudessem atacar e destruir o poderoso e formidável reino visigótico parecia à época muito improvável. Mas a interpretação desta imagem desse distante último rei rodeado por outros soberanos também derrotados, não pode ser desviada do seu local e do seu contexto, nem das implicações culturais que a conquista muçulmana teve no ocidente.

Do ponto de vista da expressão artística assiste-se também a uma apropriação de modelos e de uma linguagem estilística que não são novas<sup>9</sup>. Eva Baer sublinha que, no início da arte islâmica, se encontra bem documentada a presença de efígies humanas com base em modelos de fim de antiguidade greco-romana, exemplificando: «Basta recordar o baixo-relevo da mulher reclinada em Qasr al-Hayr al-Gharbi; ou as cenas de caça e outras de entretenimento real; ou a chamada Fortuna; ou a mulher desnudada numa *aedicule* das pinturas murais em Qusayr 'Amra. Tanto a Fortuna como a mulher no *aedicule* recordam os retratos de Faiyum ou de Antioe que no estilo, traje e forma facial são romanos e supostamente foram copiados por romanos que viviam no interior do Egípto» (Baer, 1999, pp.33-34).

Giovanni Curatola (2006, p. 17) reforça esta ideia especificando:

«De um lado, temos o mundo tardo-antigo bizantino (com a arte cristã a atravessar um momento de grande florescimento) e, portanto, uma produção artística substancialmente mediterrânica; do outro, a Mesopotâmia e a Pérsia Sassânida com influências indianas e helenísticas, “de regresso”: estas são as duas principais fontes que o novo mundo islâmico utilizará para encontrar os elementos constitutivos daquilo que - reelaborado e liberto das raízes - se tornará a linguagem artística islâmica original, uma civilização com mais de 1400 anos de história, espalhada num vastíssimo território».

---

<sup>9</sup> «It is common knowledge, and need not to be reiterated, that Umayyad and early Abbasid artists were still in quest of a vocabulary that suited the requirements of Islamic society. The language they used therefore primarily reflected Sasanian and Greco-Roman conventions. From the Sasanian tradition they inherited the frequent representations of royalty, royal entourages, and favorite royal pastimes. They also inherited from them the desire to demonstrate visually the continuity of their princely lineage by painting the "portraits" of their kings on the walls of their royal residences» (Baer, 1999, p.32).

Os omíadas de Damasco tomam assim para si modelos bizantinos e também sassânidas, impérios que conquistam no Oriente, sendo evidente na sua iconografia artística motivos claramente não-árabes (Cardoso, 2014, p.14).

Estas influências orientais, sobretudo da Pérsia, iriam intensificar-se, na cultura material, com os califas abássidas instalados em Bagdade a partir de 762, que se tornou então no centro de um vasto Império, (Brown, 1972, p. 216): «O islão deve o seu rumo fundamental, não a Maomé nem aos adaptáveis conquistadores do século VII, mas sim ao renascimento completo das tradições orientais persas, nos séculos VIII e IX.»

Um dos principais temas de discussão relativo à mudança dos padrões culturais, políticos e socioeconómicos da Antiguidade Tardia é relativo à formação da infra-estrutura fiscal, social e económica dos inícios da era Islâmica no Próximo Oriente e que tem sido tema de vários trabalhos colectivos (Haldon, 2010a).

Haldon faz notar que a inclusão no Império Sassânida de amplas extensões, da grande Síria nos inícios do século VII, terá sido um importante factor para a subsequente organização administrativa e territorial da região no Período Islâmico, se bem que ainda em 660 se mantenha inalterado o sistema administrativo fiscal Tardo Romano (Haldon, 2010b, pp. 3-4).

Após a conquista islâmica, inicialmente, no decurso da segunda metade do século VII até século VIII, a cerâmica produzida na Síria e na Palestina ainda chegava ao Oeste da Ásia Menor e ainda mais longe, sugerindo a continuidade do dinamismo económico como regiões exportadoras de bens, assim como a continuidade das ligações comerciais e a existência de procura nas localidades importadoras.

Esta imagem dada pela arqueologia suporta a visão de uma vida urbana comparativamente florescente e um forte elemento de continuidade cultural urbana em toda a Síria. Mas é neste quadro que há uma mudança geral nas redes económicas do Mediterrâneo Oriental e Central, com o fim da zona unificada de troca social e cultural. A conquista levou ao surgimento de uma nova elite dominante, com as suas necessidades, e teve um efeito radical nos padrões de consumo, produção e distribuição de recursos e na administração (Haldon, 2010b, pp. 10-11). Também as elites locais, com a sua adesão ao islamismo, promoveram a mudança social, política e económica. A sociedade islâmica inicial vai contribuir para a transformação dos padrões económicos existentes na Antiguidade Tardia, sendo significativo o seu contributo no desenvolvimento do capitalismo pré-moderno.

### **2.3. A regionalização do Mediterrâneo**

O processo de regionalização e de contracção do comércio no Mediterrâneo terá durado vários séculos, desde meados do século V até ao século VIII. Nessa longa duração, alterações conjunturais acabaram por transformar essa área de grande dinamismo económico num centro de disputa que acabou por conduzir a um período de estagnação e a uma economia virada para a preservação do próprio sistema, reduzindo as trocas a um nível de subsistência até meados do século X. Deixou assim de haver procura do pergaminho procurando-se soluções locais que nos parecem hoje economicamente mais desfavoráveis, sem nos apercebermos das evidentes economias de escala. O produtor de pergaminho estaria logo aí controlado pelo mosteiro e não num lugar longínquo que implicaria uma complexidade nas relações económicas que também foi simplificada e que assim se tornou menos exigente ao nível dos mercados da procura. Mas nesta análise teremos que ter em conta múltiplos factores económicos e sociais, onde poderemos inserir a demografia, que consideramos poder ter sido um dos principais factores conjunturais que condicionaram o fim da Antiguidade Tardia.

Relativamente à economia desse período de transição, na abordagem colectiva da produção, distribuição e procura, Chris Wickham (2000a, p. IX) define como longa a amplitude do século VIII, (“o longo século VIII”), correspondendo ao período que medeia entre 680 e 830. Um período que, no seu entender, tem homogeneidade e uma duração suficiente para permitir localizar as diferenças, sem escamotear a importância do século VII no enquadramento da questão da transição, o primeiro século totalmente pós-Romano do Ocidente.

Esta problemática da continuidade ou descontinuidade da transição do Mundo antigo para a Idade Média tem sido um dos principais centros do debate historiográfico e que acaba por se constituir como um debate ideológico (Gutiérrez Lloret, 1998, p. 161).

No século II d.C. no Império Romano havia uma economia de mercado baseada na standardização das formas de produção e organizada para satisfazer uma procura massiva através de uma distribuição mundial.

No século VI, as regiões costeiras da Península Ibérica continuaram a ter fortes relações comerciais com o Mediterrâneo central, sendo a cultura material arqueologicamente dominada e caracterizada pela predominância da loiça, lucernas e ânforas, estas usadas sobretudo para armazenar azeite ou para preservação e transporte de preparados de peixe da Tunísia, com presença limitada de loiça proveniente do Mediterrâneo oriental, do Chipre, Egipto e Fócia, sempre em pequenas quantidades e em ambientes urbanos, mas que são indicadores do comércio com o Mediterrâneo oriental (Gutiérrez Lloret, 1998, pp. 165-166).

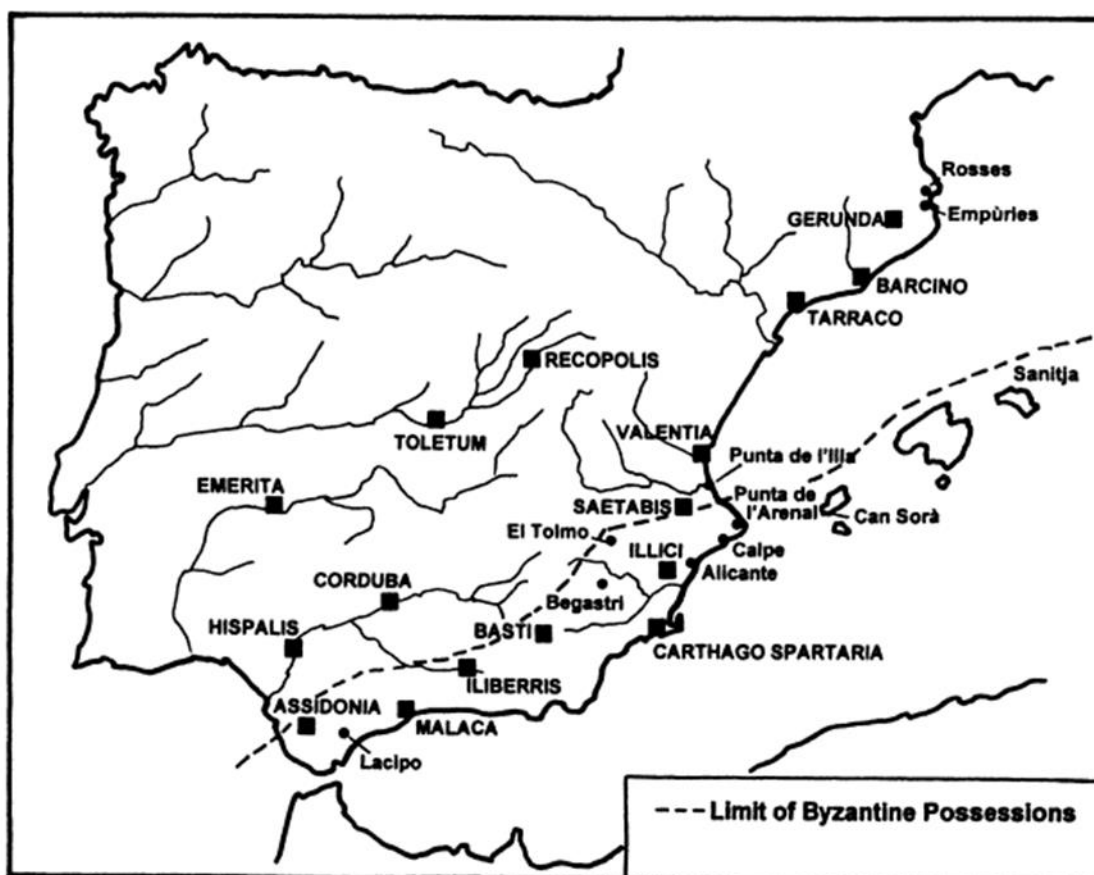


Fig. 2.3.1. Possessões bizantinas na Península Ibérica do século VI (Gutiérrez Lloret, 1998, fig. 1, p. 162).

Gutiérrez Lloret refere evidências de produções manuais ou em torno baixo, com limitadas variedades formais, com barro grosseiro e cozedura redutora a baixa temperatura. São predominantes cerâmicas de cozinha, com formas semiesféricas ou troncocónicas, como caçarolas com pegas em forma de meia-lua e panelas com perfil em “S”, com tampas chatas. Apesar dos fabricos manuais coexistirem no período imperial, são em número reduzido até que a partir de o século IV ganham maior importância, tornando-se significativos no V, chegando a uma considerável proporção no século VI, o que parece ser um indicador claro de que produção se inclina para a auto-suficiência (Gutiérrez Lloret, 1998, pp. 168-169).

No caso da Península Ibérica e eventualmente das zonas costeiras do Magrebe, é indiscutível a relação entre a cerâmica manual de tradição romana, feita pelos Bizantinos ou Visigodos e as produções do Período Islâmico inicial, podendo reflectir uma continuidade populacional e a transmissão de tradições culturais (Gutiérrez Lloret, 1998, p. 171).

A conquista do Norte de África pelos Vândalos não veio pôr fim à produção e exportação de cerâmica tunisina (Reynolds, 2010, p. 101). Entre finais do século V e inícios do VI, há um aumento geral da produção e exportações de TSA e de ânforas (c. 475/500) surgindo inclusivamente um novo tipo e ânfora oleífera (Keay 62, Fig. 16b).

No século VI e VII, dá-se uma fragmentação e regionalização do comércio que acompanha a fragmentação do Império Romano do Ocidente.

De acordo com Paul Reynolds (2010, p. 126), em Beirute a LRA 5 (Pieri Type 3) é um elemento constante nos contextos dos séculos VI e VII que continuam para o período Omíada (650-750) mas o tipo Gaza LRA 4 é menos comum depois de 551.

O califado Omíada permitiu que no Levante e no Egipto continuasse a produção de vinho nos mosteiros e que a Igreja cobrasse rendas em trigo e que enviassem esses bens para os portos do ocidente do Mediterrâneo - Roma, Marselha, Cartago e até Tarragona – beneficiando desse comércio, impondo taxas à saída do porto de Alexandria. O papel da Igreja nestas exportações, que se fazem posteriormente também para Beirute, não deve assim ser subestimado (Reynolds, 2010, p. 155).

Renata Holod e Enrico Cirelli (2011) apresentam no seu artigo uma síntese dos resultados alcançados pelo programa de investigação tunisino-americano de prospecção e escavação na ilha de Djerba (Programa sob os auspícios do Instituto do Património Nacional da Tunísia, da Universidade da Pensilvânia e da Academia Americana em Roma)<sup>10</sup>. Uma grande parte do espólio recolhido durante este projeto mostra mudanças graduais na morfologia das produções cerâmicas que ocorreram durante a transição da Antiguidade Tardia para a Idade Média. As produções de numerosos fornos foram examinadas, bem como várias lixeiras da Alta Idade Média.

Os dados recolhidos dão conta de uma produção organizada de cerâmica comum, com poucas evidências de cerâmica vidrada proveniente de centros de produção no Norte da Tunísia.

Os autores referem significativamente que não sabem como e quando se deu a mudança na cultura material após a conquista islâmica (Holod & Cirelli, 2011, p. 159, nota 1)<sup>11</sup>.

Este é um importante período para a compreensão das mudanças culturais e técnicas que tiveram lugar neste centro produtor e na generalidade do Sul da Tunísia (Holod & Cirelli, 2011, p. 159).

---

<sup>10</sup> Ver projecto em linha em WWW: <URL:<http://www.sas.upenn.edu/jerba/index.php?page=Home>>.

<sup>11</sup> «During the duration of survey we utilized the appellation Late Antique 2 to characterize materials dating from 500-700, and Early Medieval to identify material from 700-1050. We did not use the term Early Islamic precisely because it was not clear to us how and when the change in material culture and settlement pattern, in fact, took place».

As escavações conduzidas em Meninx, antiga cidade romana, demonstram que a fábrica de produção de púrpura continuava activa no final do século V e a primeira metade do século VI, tendo sido abandonada na segunda metade do século VI, algumas décadas depois da reocupação bizantina da ilha (Holod & Cirelli, 2011, p. 162).

Os investigadores consideram este elemento revelador do uso tardio de produtos têxteis de prestígio durante o período da ocupação vândala e pode estar relacionado com a sua utilização por parte da nova elite germânica, numa tentativa de criar a sua própria representação, utilizando os padrões de vestuário da aristocracia romana (Holod & Cirelli, 2011, p. 162).

Na segunda metade do século VI existem algumas evidências da produção de TSC D num local designado na actualidade por Gmir. Nesta povoação da antiguidade tardia, caracterizada pela longa continuidade na produção de cerâmica, há evidências da produção de grandes pratos, formas Hayes 104 e 105, mas com um verniz de má qualidade (Holod & Cirelli, 2011, p. 166).

Relativamente à cerâmica comum, sobretudo do século VI, encontraram-se algumas cerâmicas manuais comparáveis com achados idênticos na Tunísia, referindo os autores que, na Antiguidade Tardia, a cerâmica manual se encontrava muito difundida e que em certos casos era importada de Pantelleria e de outros locais no Mediterrâneo, mas também é possível que fosse produzida localmente. Era constituída sobretudo por recipientes para cozinhar, mais resistentes ao fogo e com superior comportamento térmico, que substituíram os recipientes feitos na roda, o que testemunha uma importante transformação cultural (Holod & Cirelli, 2011, p. 166).

Em Meninx, grande parte das importações corresponde a ânforas vínicas do Mediterrâneo Oriental: LRA 1 (fig. 7-3), da Cilícia, e *Aegean amphorae* como a LRA 248 e outras ânforas que podem ser assimiladas à ilha de Samos (fig. 7-4), descendentes do tipo M 27349 (Holod & Cirelli, 2011, pp. 167-168).

O grande número de produtos orientais, como ânforas vínicas, nos contextos de Djerba dos séculos VI e VII encontra-se em linha com outros contextos Norte Africanos como Cartago, que parecem demonstrar que a conquista justiniana teve um efeito imediato no mercado e nas rotas comerciais transmediterrâneas (Holod e Cirelli, 2011, pp. 168-169).

Após meados do século VI os padrões de ocupação em Djerba começam por ser menos densos e por se alterar com preferência para o interior da ilha, altura em que termina a produção de púrpura e a cidade de Meninx é abandonada. Holod e Cirelli (2011, pp. 168-169) apontam como possibilidade explicativa o surgimento no Mediterrâneo da peste justiniana de 541. No entanto continua o comércio com o Oriente.

Após a conquista islâmica a cultura material de Djerba não sofre alterações imediatas entre finais do século VII e o início do século VIII<sup>12</sup>.

Estas mudanças sugerem uma transformação gradual. Durante o século VIII, a cerâmica produzida no centro e no sul da Tunísia continuou a circular na ilha como havia acontecido anteriormente na Antiguidade Tardia e após a conquista de Justiniano, prolongando-se alguma produção de TSA também nos *ateliers* do norte da Tunísia, em Jdidi, Pupput and Neapolis, mas a sua difusão e distribuição não se encontra ainda bem definida (Holod & Cirelli, 2011, p. 169).

Não foram identificadas em Djerba produções de cerâmica vidrada proveniente de Qayrawan, sendo as primeiras identificadas com esse revestimento e pintadas datadas de meados do século X, e correspondentes a tipos produzidos na Tunísia central (Holod & Cirelli, 2011, p. 169).

Segundo Holod e Cirelli, as técnicas para a produção destas cerâmicas pintadas e vidradas terão sido introduzidas durante o século IX por artesão vindos do Oriente, de *ateliers* iraquianos ou egípcios que terão trazido estas inovações para o Norte de África (2011, p. 169).

Também parece ter havido uma evolução no repertório formal nos *ateliers* cerâmicos tunisinos nos séculos VIII e IX. Estas produções tardias vão apresentar analogias e significativa continuidade com as formas da loiça da TSA embora com menor diferenciação e tipologias mais simples, tal como foi notado no Egipto entre o final do século VII e início do VIII (Holod e Cirelli, 2011, p. 170).

Relativamente à cerâmica doméstica no início do Período Islâmico (século VIII ao X) sobressaem em grande número nos tipos formais, os jarros, formas produzidas a baixa temperatura de cor pálida e que têm paralelo nos contextos iniciais de Tahert, cidade fundada em 761 (Holod & Cirelli, 2011, p. 171). As taças carenadas e os pratos produzidos neste período dão continuidade às formas da TSA, havendo produções de loiça de cozinha de boa qualidade, e também continuidade no fabrico de contentores, ânforas oleíferas cilíndricas e de pequenas ânforas globulares (Holod & Cirelli, 2011, pp. 172-174).

---

<sup>12</sup> Holod e Cirelli, (2011), p. 169: «Or, more likely, our material knowledge of these changes is very partial. It comes particularly from the excavations at Ta<sup>h</sup>la, which have increased our knowledge of the domestic pottery used and produced in these decades.»

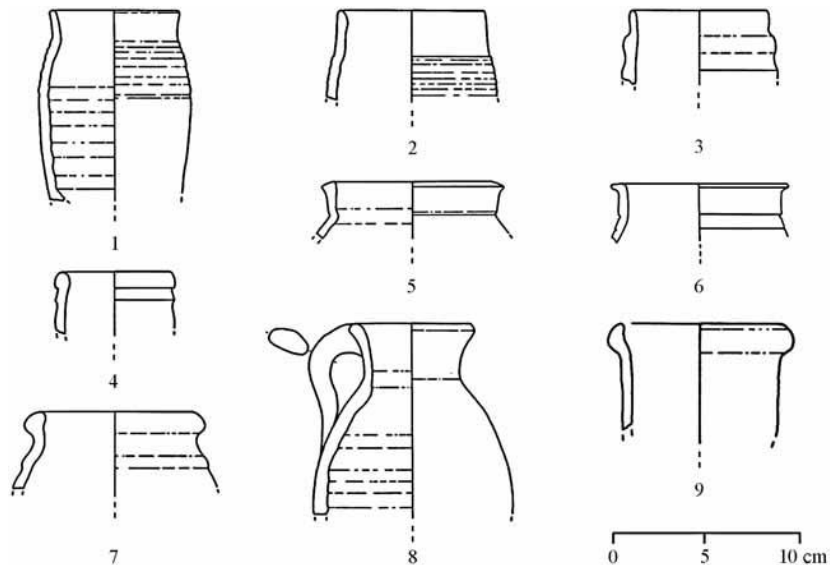


Fig. 2.3.2. «Early Medieval plain ware from G'mir (Gmīr) excavation and from other sites on Jerba (8th-9th century)». Holod e Cirelli (2011, Fig. 10 p. 171).

O que este trabalho permite verificar, mais do que um caso de estudo, mais do que um fenómeno isolado é, em si, o próprio fenómeno da inércia da transição, em que as produções cerâmicas são marcadas pela continuidade das formas e dos locais de produção, ao mesmo tempo marcadas, mas de forma mais lenta do que no continente, pela chegada de novos artesãos, simultaneamente com novos imigrantes, e pela introdução de novas técnicas e do gosto pela policromia, vindos do Oriente (Holod & Cirelli, 2011, p. 176).

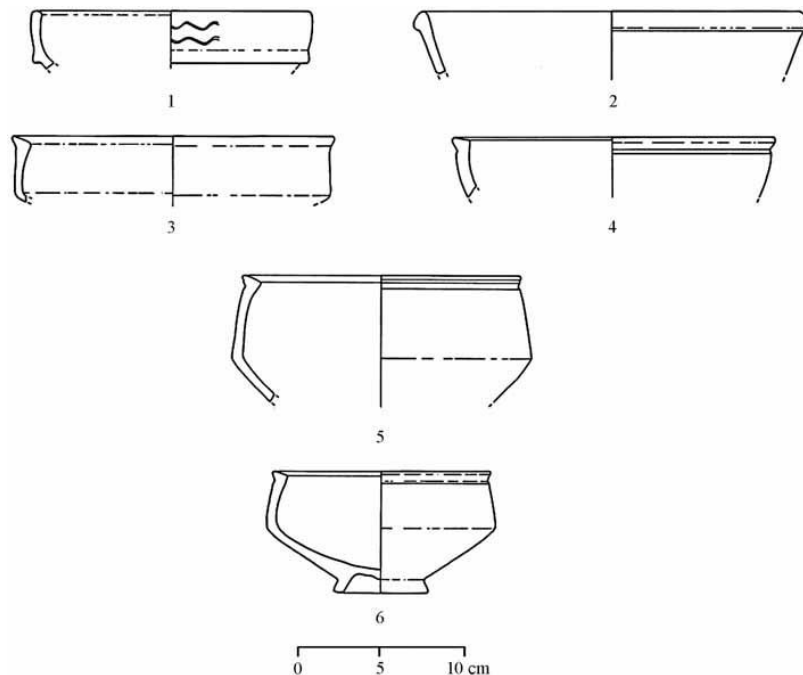


Fig. 2.3.3. «Early Medieval carinated bowls (plain ware) from Qasr Ta'la excavation and from other sites on Jerba (8th-9th century)». Holod e Cirelli, (2011, p 172, fig. 11).



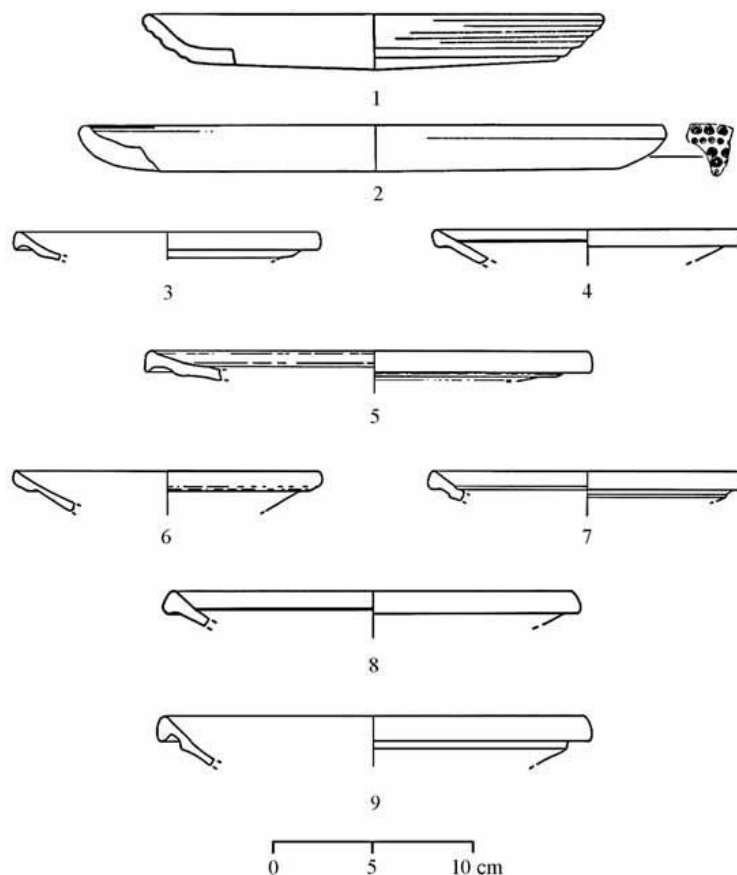


Fig. 2.3.4. «Early Medieval dishes (plain ware) from G'mir (Gmīr) and Qasr Ta'la excavation and from other Jerba sites (8th-9th century)». Holod e Cirelli (2011, p 173, fig. 12).

Mas se essa era a situação num centro produtor e anteriormente exportador, que se encontrava já num processo de transformação, o que sabemos relativamente ao território do sudoeste peninsular e nomeadamente relativamente aos seus centros consumidores? Neste caso verifica-se, de acordo com as cronologias finais de três estruturas urbanas dos Chãos Salgados (Miróbriga), a continuação da vida no século V e eventualmente nos inícios do século VI, se bem com um mais reduzido acesso aos bens de importação (Quaresma, 1999, p. 75).

Há um generalizado desaparecimento da loiça de qualidade e do seu comércio, que só num lento processo de transformação técnico-cultural se vai posteriormente alterar com a chegada de novos artesãos, novas técnicas para suprir os novos gostos, ou os gostos nascentes.

A partir do século VI, terão existido múltiplos factores de instabilidade no Mediterrâneo que terão levado à desorganização do tráfico e do tráfego comercial: a guerra de Justiniano, na conquista de porções da Síria e do Egipto pelo Império Sassânida, além de guerras com os Berberes no Norte de África.

Acreditamos, de acordo com os dados disponíveis (Quaresma, 2012, pp. 260-265, 288-294), numa regressão comercial e numa crescente dificuldade em organizar um tráfego de médio (para não falar em longo) curso, a partir do século VI, mas não num corte abrupto, pelo menos até os últimos anos do século VII. O ano de 698 marca a queda definitiva de Cartago, feito estrategicamente desastroso para a velha ordem comercial no ainda *mare nostrum*, que só a partir deste momento avistava o princípio do seu fim.

Em pouco tempo, o tráfego marítimo cristão no Mediterrâneo reduzir-se-ia drasticamente, com a destruição da quase totalidade das frotas e portos, entre os quais os de Marselha e Narbona, por parte da pirataria (leia-se corso) muçulmana. Ainda que pareça possível que os ataques árabes tenham diminuído progressivamente de intensidade, essa rarefacção haveria de ocorrer apenas a partir do século X e sobretudo no início do século XI devido à intensificação da oposição e acção da marinha da cidade de Pisa (Poisson, 1988, p. 52-53).

Se as rotas de transporte marítimo continuam abertas, pelo menos até os inícios do século VII peninsular, isso deve-se também à presença bizantina. Helena Catarino aceita que o fim das importações de *terra sigillata* africana e foceense esteja em relação directa com a hegemonia visigótica finalmente obtida (Catarino, 1997/98, p. 752-753).

O comércio entre África e a Hispânia termina por volta de 560 e as *sigillatas* africanas deixam de aparecer, a não ser em Cartago a Nova (Cartagena). No entanto, continuam a produzir-se em Cartago para além da conquista muçulmana, o que de certa forma é paradoxal (Kulikowski, 2007, p. 157). Só em meados do século VII, com Suintila é que os visigodos terão ficado com as restantes possessões bizantinas na Península Ibérica (624), coincidindo com o reinado de Heráclio, período marcado por um grande conflito com o Império Sassânida.

Aparentemente, as alterações conjunturais neste período e uma crise económica de longa duração levaram à transformação da produção e comércio no Mediterrâneo. O comércio vai-se polarizar para Oriente, para o Índico, e lentamente para o interior europeu e para o Norte, atingindo o Báltico.

Parece assim verificar-se, nos principais centros de consumo peninsulares, que, cerca do século IV, se vai iniciar uma retracção, que abre ciclos de regressão comercial e de crescimento, até a uma acentuada agonia desse comércio mediterrânico no século V até meados do VII, e que apontam para uma regionalização do comércio mediterrânico.

Surge um mundo ruralizado e auto-suficiente, pouco monetarizado e centrado no comércio local, mas em que subsistem movimentos e trocas de longo curso que percebem um reajuste estrutural durante os séculos seguintes.

#### **2.4. A peste, fome e a guerra**

Terá a peste apressado o fim da Antiguidade e conduzido à Idade Média? Esta questão perpassa os poucos historiadores interessados em trazer para o debate histórico a emergência conjuntural de uma incompreendida doença infecto-contagiosa que, em surtos, afectou ciclicamente a demografia.

Poderemos conceber que eventuais mudanças climáticas, com profundas repercussões ecológicas, movimentos populacionais no âmago da Eurásia, fomes e naturalmente pandemias, terão criado condições para o fim do mundo clássico e o surgimento da designada «idade das trevas» entre os séculos VI e X? Ou será que já se encontraria em curso, numa longa duração, independentemente de uma conjuntura de calamidades, um processo de mudança (transição) e de ruptura?

A história das doenças tem sido muito marcada no imaginário europeu pela peste, sobretudo pela devastadora peste negra do século XIV. Durante cerca de cinco séculos e meio após a primeira pandemia, reina um silêncio nas fontes escritas, pois o fenómeno desapareceu, pelo que os homens da Idade Média vão ser incapazes de entrar na dimensão do passado, e esse silêncio pode muito bem representar a incompreensão pelo que não conhecem, pelo que não confiam no escrito pelos cronistas, que não julgam digno de passar à posteridade (Le Goff & Biraben, 1969, p. 1485).

No nosso imaginário colectivo, culturalmente transmitido, existe a ideia de uma doença transmitida, uma pandemia, que surge denominada como peste ou pestilência. Aliás o substantivo «peste» abraça vários conceitos negativos, sendo definido, para além de doença infecto-contagiosa causada pelo bacilo *Yersinia pestis*, como: doença que causa grande mortandade; o mau cheiro, que curiosamente se encontra associado à morte e à decomposição, à corrupção dos corpos; coisa ou pessoa perniciososa ou funesta; algo que corrompe ou destrói física ou moralmente. Esta doença apresenta sinais inequívocos com a presença de bubões, inchaços dolorosos dos nódulos linfáticos nas virilhas e nos sovacos, ou no pescoço debaixo da orelha, aparência que não deixa dúvidas quanto à natureza da mesma.

Entre o século VI e meados do VIII há um conjunto de fontes com dúzias de referências a epidemias desta doença de bubões malignos na bacia do Mediterrâneo e no *hinterland* que constituem a primeira pandemia de peste historicamente registada (Little, 2007, pp. 3-4).

A peste já deveria ser uma doença endémica no Mediterrâneo Oriental quando surge de forma evidente para os observadores literários da época em 541, em Pelusium, porto egípcio na foz do ramo oriental do Nilo, vindo, diz Evágrio Escolástico (ca. 536-594), da Etiópia (Le Goff & Biraben, 1969, p. 1492). A partir daí, estende-se sobre o Egipto

durante o reinado do Imperador Justiniano que acabou por se tornar o seu epónimo<sup>13</sup> (Little, 2007, p. 4).

Os autores das fontes da Alta Idade Média são pouco concretos nas suas descrições da doença, sendo o mais preciso deles Procópio de Cesareia (ca. 500-565), referindo-se explicitamente aos característicos bubões e à evolução da doença (Le Goff & Biraben, 1969, p. 1491).

A peste da Alta Idade Média é um fenómeno demográfico capital e as suas vias de penetração nos séculos VI e VII revelam igualmente aspectos fundamentais do ocidente: a manutenção da vida urbana favorável à expansão da epidemia, a persistência do comércio vindo de Alexandria, de Bizâncio e da África, em direcção a Ravena, Roma e Marselha (Le Goff & Biraben, 1969, p. 1499).

É muito difícil precisar quantitativamente, através das fontes da Alta Idade Média, os óbitos provocados pela epidemia, pois muitas vezes apresentam dados simbólicos ou algo exagerados (Le Goff & Biraben, 1969, p. 1499): De acordo com Evágrio, em Constantinopla, a peste de 542-544 fez 300 000 vítimas, o que constituiria metade ou um terço da população da cidade; Víctor de Tunnuna (?-570) fala da perda da «melhor parte da população» do mundo<sup>14</sup>; Máximo de Saragoça (?-619), suposto autor da Crónica Caesaraugustana ou a designada Crónica de Saragoça, que para o período de 542-543, assinala que «quase toda a Hispânia foi esmagada pela peste<sup>15</sup>».

A peste terá sido um importante factor conjuntural na instabilidade e desagregação do Mediterrâneo na Antiguidade, cuja demografia ocidental, entre o século VII e a primeira metade do século VIII, deve ter conhecido o seu ponto mais baixo desde o Alto Império Romano, segundo Le Goff & Biraben (1969, pp. 1499). Entendem estes investigadores que se pode especular sobre os efeitos demográficos, financeiros e políticos que a peste justiniana produziu no vasto espaço em que tocou.

A peste poderia ter criado as condições e até favorecido a invasão da Península Itálica pelos Lombardos ou levado ao enfraquecimento do Império Bizantino, como relata o poeta épico latino Cresconius Corippus (meados do século VI) relativamente aos Bérberes do Norte de África, aparentemente imunes aos surtos de peste, que vão aproveitar para se revoltar contra os bizantinos. Colocam no campo das possibilidades também que a peste

---

<sup>13</sup> Como «Peste de Justiniano» ou peste «justiniana», conforme as fontes e os autores.

<sup>14</sup> «*melior pars populorum*».

<sup>15</sup> «*tota paene Hispania contrita*».

pudesse ter um papel no sucesso dos árabes no Próximo Oriente e no Norte de África (Le Goff & Biraben, 1969, pp. 1499, 1508)<sup>16</sup>.

Também João bar Penkaye (ca. 617-690) cristão nestoriano que viveu na Pérsia sassânida e aí testemunhou a conquista árabe, refere na sua história do mundo uma ímpia trindade da espada, fome e da peste, durante a peste bubónica de 686-687<sup>17</sup>: «o que a fome deixou, a peste devorou, o que a peste deixou a espada acabou» e «depois de evitarmos a peste fomos perseguidos pela fome, e o que sobrou foi-nos retirado por bandidos» (Morony, 2007, p. 85).

Para Michael W. Dols (1974, p. 381), que procurou abordar as fontes, sobretudo árabes, as repetidas epidemias tanto atingiram os conquistadores árabes como os seus percussores Bizantinos e Sassânidas. A natureza endémica da peste e os recorrentes surtos sugerem que o crescimento populacional deverá ter sido retardado durante o período inicial do Império Islâmico e debilitado a sociedade muçulmana durante o período omíada. A peste terá sido mais activa na Síria-Palestina e Iraque, do que na Pérsia e no Egipto, tendo a primeira região experimentado, entre 688-689 e 744-745, surtos a cada dez anos. Assim, em contraste, dever-se-ia ter assistido ao crescimento populacional de áreas do anterior Império Sassânida, o que se irá reflectir na emergência dos Abássidas e da transferência do Califado para essa região.

---

<sup>16</sup> Le Goff & Biraben (1969) pp. 1499, 1508: «Comme aussi en Afrique du Nord (Corippus l'affirme) les Berbères — indemnes — y ont vu l'occasion de se révolter contre les Byzantins. Est-ce aller trop loin que de songer que la peste a pu jouer son rôle dans les succès déconcertants des Arabes en Orient et en Afrique du Nord?»

<sup>17</sup> Pearse (2010): «The bodies of dead men were lying in the streets and bazaars like manure on the earth, thus contaminating springs and rivers. Dogs began to eat many while they were still alive; each of them saw his fate with his own eyes. Brother had no pity on brother nor father on son. The compassion of the mother for her children was destroyed; she contemplated their convulsions caused by the pains of death and did not approach even to close their eyes. This was a spectacle filled with heartbreak, a terrifying sacrilege. Those who were still alive were scattered in the mountains, like sheep without a shepherd. They wanted thereby to avoid the plague, but it followed them like a harvester. Dogs and wild beasts heaped them up like sheaves. (What was worst of all), they were constantly hounded by looters, from whom they could not escape, for they wandered about everywhere, following them like gleaners».

(...)

«The plague returned again and resumed its work of extermination, and herded men, so to speak, one by one; and he whom the famine had spared was devoured by the plague, and he whom the plague had spared, was finished off by the sword».

(...)

«What then! another calamity hit us that removed from us any means to flee and escape from it. The famine, I mean, and the plague. After avoiding the plague, we were pursued by the famine, and all that remained was carried off by raiders».

Constata ainda Michael W. Dols (1974, p. 381) que os ressurgimentos da epidemia do Médio Oriente e no litoral Mediterrâneo seguiram consistentemente as rotas comerciais, que transportaram a doença de centro urbano em centro urbano.

Assinala ainda Dols (1974, pp. 381-382) que o Islão consolidou nesse período inicial um conjunto de crenças e de normativos relativamente à doença que perduraram até à segunda pandemia histórica do século XIV.

Este contributo da peste para o devir histórico poderá não explicar tudo, pois haverá uma multiplicidade de factores conjunturais que se terão conjugado para a expansão militar islâmica inicial, alguns dos quais teremos perdido o rasto, mas que também têm sido alvo da especulação dos historiadores. Estamo-nos a referir a factores de ordem socioeconómica, em que a demografia e o impacte da peste será um dos agentes a reter.

A principal fonte Latina para a peste na Itália é de Paulo o Diácono, um Lombardo que escreveu a História dos Lombardos. Refere na mesma, quatro surtos, correspondendo o primeiro a um surgido na Ligúria em 565, onde descreve com precisão os sintomas típicos da peste e faz uma descrição dramática dos seus efeitos nos indivíduos, nas famílias e nas comunidades, com o abandono e desertificação dos lugares e dos campos, deixados a um silêncio profundo (Little, 2007, p. 12).

Há a referir na correspondência epistolar do Papa Gregório I a referência a uma grande epidemia (febres) em agosto de 599 que afectou a Península Itálica, o Oriente e o Norte de África e que levou pelo menos em Roma, à ruptura do funcionamento da sociedade da época<sup>18</sup>.

Para Hugh N. Kennedy (2007, p. 87), o impacto da peste na sociedade do século VI continua a ser objecto de controvérsia, centrando-se a discussão na dimensão e extensão da mortalidade e se a mesma resultou num significativo e duradouro declínio demográfico,

---

<sup>18</sup> Papa Gregório (Agosto de 599), Epistola CXXIII. *Para Venantius e Italica*:

*(...) In clero vero hujus urbis et populo tanti febrium languores irruerunt, ut pene nullus liber, nullus servus remanserit, qui esse idoneus ad aliquod officium vel ministerium possit. De vicinis autem urbibus strages quotidie mortalitatis nobis nuntiantur. Africa autem qualiter mortalitatis nobis nuntiantur. Africa autem qualiter mortalitate et languoribus vastetur, quanto viciniores estis, tanto credo quod subtilius cognovistis. De Oriente vero qui veniunt, graviores desolationes nuntiant. In his itaque omnibus quia, appropinquante fine mundi, generalem percussione esse cognoscistis, affligi nimis de propriis molestiis non debetis. (...)*

Tradução:

(...) Irrompeu uma febre tão grande entre o clero e ao povo desta cidade, que quase nenhum homem livre, nem servo, permanece capaz para exercer qualquer ofício ou ministério. De cidades próximas somos diariamente notificados da mortandade desta doença. Fomos entretanto informados que África está a caminho desse estado de mortandade. Grande mortandade e doença, mas acredito que vós o sabeis por estardes próximos de África. Mas aqueles que vêm do Oriente também relatam graves desolações. Com a aproximação do fim do mundo não vos deveis preocupar com os próprios problemas. (...)

considerando este investigador que os dados arqueológicos são o único possível elemento moderador dos exageros e inexactidões das fontes literárias.

A arqueologia do povoamento rural encontra-se muito desenvolvida na Síria. Aí, as aldeias da Antiguidade Tardia têm vindo a ser estudadas de forma rigorosa, sobretudo as situadas no maciço calcário entre Antioquia e Alepo, e, a sul, até Hama, onde são visíveis, como em nenhum outro lugar do Império, as suas intactas casas e igrejas desertas, apresentando, os estudos efectuados, a imagem de uma próspera sociedade rural (Kennedy, 2007, p. 93).

As investigações indiciam ter existido dois picos na construção, situando-se um no século III, quando se começou a ocupação em larga escala do território, e um outro, em finais do século V, inícios do século VI.

As escavações na pequena aldeia Dehes permitiram observar em detalhe a evolução de três casas, que indicaram não ter havido desenvolvimentos arquitectónicos para além da segunda metade do século VI, mas que a ocupação se prolongou, num nível económico mais baixo, durante vários séculos, continuando a fazer parte de uma economia monetária. Se, neste período, a população entrou em declínio não é claro, mas a ter-se verificado pode ser atribuído a vários factores, entre eles a peste (Kennedy, 2007, p. 94). Hugh Kennedy (2007, p. 95) considera que a expansão no povoamento urbano e rural da Síria teve um fim abrupto após a segunda metade do século VI, sendo evidente que não se iniciou a construção de novas casas, apesar dos acrescentos e renovações terem continuado nas zonas rurais, exceptuando-se a construção de novas igrejas, que continuaram mesmo após a conquista muçulmana. As evidências arqueológicas são inteiramente consistentes com uma pandemia que causou em repetidas ocasiões enorme perda de vidas, mas não provam inteiramente que fosse esse o caso.

Mas se para a Hispânia da Antiguidade Tardia ainda não foram identificados contextos ou provas materiais que demonstrem sem ambiguidade a existência de peste, as fontes escritas indicam que foi atingida pela peste de 541-543 e que no século e meio seguinte teve pelo menos três surtos (Kulikowski, 2007, p. 150).

Segundo Michael Kulikowski, (2006, pp. 150-151) esse surto inicial de peste é referido nas anotações anónimas na crónica de Víctor de Tunnuna<sup>19</sup> e do seu continuador Hispânico, João Biclario de Gerona, tradicionalmente identificadas como a Crónica de Saragoça, apesar de nunca terem sido independentemente publicadas.

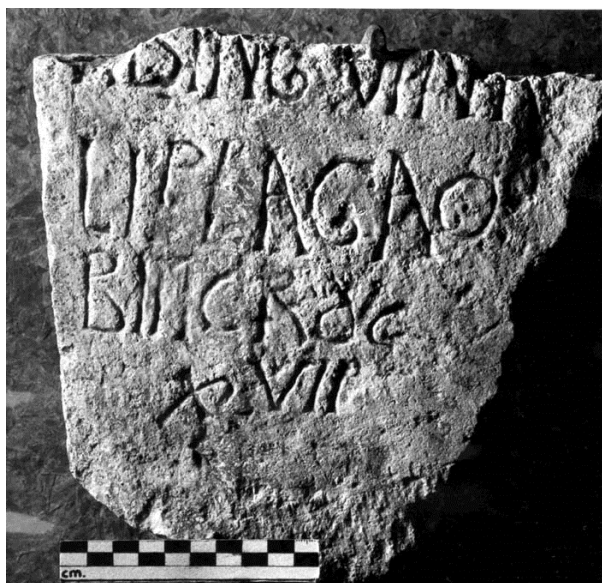
---

<sup>19</sup> Kulikowski, (2007, p. 151): «The Spanish annotator had Victor's important statement about the plague before him when he wrote, and to it he added a statement to the effect that *his diebus inguinalis plaga totam paene contrivit Hispaniam*».

De acordo com Gregório de Tours, provavelmente outro surto terá atingido a Hispânia em 584, ao mesmo tempo que atingiu Narbona e Albi e, em 588, a partir dos portos teria atingido Marselha. Igualmente a Crónica de 754 regista que durante o reinado de Egica (687-702), o reino foi atingido pela peste bubónica (Kulikowski 2007, p. 153; López Pereira, 1980, p. 58): «*plaga insuper inuinalis huius tempore inmisericorditer inlavitur*».

Há ainda uma recompilação árabe do século XI, *Ajbar majmü'a*<sup>20</sup> (não corresponde a uma colecção de textos originais) que regista que a peste e a fome terão morto metade da população peninsular entre 707 e 709. Este testemunho evidencia que a peste se terá tornado endémica na Península Ibérica (Kulikowski, 2007, p. 154).

Este autor refere ainda uma outra fonte para a peste, o Homiliário de Toledo do século VII, que sobreviveu num manuscrito do mosteiro de Silos do século XI, documento que considera constituir uma prova positiva da sua presença na península. Existe apenas uma única inscrição lapidar funerária que atesta uma morte por peste bubónica em 609 em Córdoba (Kulikowski, 2007, p. 156).



Fot. 2.4.1. Inscrição funerária referente a uma morte atribuída à peste bubónica em Córdoba em 609 (CIL I<sup>2</sup>/7, 00677; tab. 19, 7)<sup>21</sup>.

Segundo Michael Kulikowski (2007, pp. 156-157) outra das implicações das alterações demográficas ligada ao impacto da peste terá sido a ruptura da força de trabalho rural, traduzindo-se num grande número de leis regulatórias e compulsórias do

<sup>20</sup> De acordo com Luis Molina (1989), a *Ajbar majmü'a* não corresponde a uma colecção de textos originais, pois por comparação se depreende que é uma obra relacionada com duas fontes magrebina Bayan e Dikr, com as quais partilha uma fonte comum que deriva em grande medida do *Muqtabis de Ibn Hayyan*.

<sup>21</sup> Transcrição: -----] / ab inguina/li plaga o/biit er(a) DC/XLVII.



trabalho agrícola e em particular do trabalho servil, que poderão ter resultado de uma crise demográfica, em que a peste terá algum papel, bem como as fomes que a antecederam nos séculos VII e VIII<sup>22</sup>.

Será de facto a Peste de Justiniano responsável, mesmo que parcialmente, pelo fim da Antiguidade? Para Jo N. Hays, (2007, p. 56), a reavaliação da Peste Justiniana é parte de uma mais abrangente reavaliação da Alta Idade Média, se bem que após o artigo de Le Goff & Biraben (1969), tenha surgido uma forte corrente que procurou minimizar os efeitos da peste bubónica na Antiguidade Tardia, argumentando que os relatos de testemunhas oculares da doença são históricos no tom e de efeito enganador (Sarris, 2007, pp. 124-125).

Não será um pouco estranho que a pandemia de peste, que durou mais de duzentos anos, não tenha entrado, senão de forma tímida na historiografia e que não tenha interessado os especialistas da segunda pandemia do século XIV? Até porque esse período longo testemunhou a tomada da Península Itálica pelos Lombardos, a entrada nos Balcãs dos Eslavos, a transformação do Império Romano do Oriente no Império Bizantino, a missionação das Ilhas Britânicas, da Gália Franca e da Germânia, e, muito significativamente, o início do Islão e das conquistas árabes (Little, 2007, pp. 15-16) e a mudança gradual do poder de acordo com Le Goff e Biraben (1969), do Mediterrâneo para o Norte da Europa (Sarris, 2007, pp. 124-125).

Será que não existem evidências de um declínio demográfico e de um vazio de poder ou as mesmas não foram ainda inferidas pelos investigadores? Apenas alguns estudos têm descrito o isolamento da *Yersinia pestis* no ADN de vítimas da pandemia da Antiguidade Tardia. Na investigação de Harbeck & *alii* (2013) foi analisado e tipificado o genoma do material de putativas vítimas da peste justiniana do século VI, provenientes de um cemitério Alto Medieval de Aschheim, na Baviera, Alemanha. Este continha um total de 438 indivíduos e é caracterizado por um número notável de sepultamentos duplos e múltiplos da segunda metade do século VI. Aí foram recolhidos dentes de 19 indivíduos e de 12 enterramentos múltiplos e foram efectuadas análises ao ADN em dois laboratórios independentes que confirmaram que oito indivíduos se encontravam inequivocamente infectados pela *Yersinia pestis* e de estirpe originária da Ásia (Harbeck & *alii*, 2013).

Com base em poucas evidências e em alguns testemunhos, nomeadamente estudos paleogénicos e antropológicos e até demográficos, torna-se problemático especular sobre o impacto na conjuntura histórica que a *plaga inguinalis* teve nos séculos VI e VII e inclusivamente VIII, período longo em que houve um conjunto de inegáveis alterações históricas.

---

<sup>22</sup> López Pereira, 1980, p. 58: «*plaga insuper inguinalis huius tempore inmisericorditer inlauritur*».

## **2.5. A formação do Al-Andalus**

Nesta questão, não se pode escamotear o papel das mentalidades e das transformações introduzidas quer pelo cristianismo<sup>23</sup>, quer pelas classes dominantes e até que ponto não originaram, a partir do século IV, uma mudança estrutural no modo de produção e na forma como passou a ser encarada a servidão nos campos. Factores que, talvez a partir do século V, poderão ter conduzido, senão a uma crise de produção, a uma mudança para o modo de produção proto feudal, com servos ligados à terra sob a tutela de um senhor que teria um papel de dirigente delegado do poder central num dado território, situação que seria já a da Hispânia visigoda em meados do século VII.

Ación Almansa (1994, p. 111) refere que a desarticulação da sociedade visigoda após 711, se deu sobretudo nos pactos com o grupo que realmente detinha o poder, a aristocracia, indo ao encontro de Pierre Guichard (1976) que a caracteriza esta, como uma sociedade débil em que se deu uma aculturação da população, contribuições árabes e berberes norte africanas, apesar da posição de resistência cristã, consubstanciada na revolta moçárabe do século X, pelo movimento dos «Mártires de Córdoba».

Em finais do século VII, a economia hispânica deveria encontrar-se em condições precárias, fazendo Pedro Chalmeta referência a uma grande fome no reinado de Ervígio e, já no século VIII, para além da epidemia de peste bubónica de 693 e a outra grande fome entre 707 e 709 que causou imensa mortandade, na qual, segundo a crónica de 754, teria morrido metade da população (Chalmeta Gendrán, 2003, p. 73).

Chalmeta chama a atenção para o pacto de Teodomiro que distingue perfeitamente um grupo dominante de um grupo de servos, provavelmente colonos ou libertos (Chalmeta Gendrán, 2003, p. 223).

Mas se é importante ter em presença a ideia da supremacia dos aspectos socioeconómicos na modelação da sociedade em transformação, a mudança das elites e das mentalidades subsequente a 711, tal como a alteração no sistema de trocas do Mediterrâneo, não era de todo um elemento desconhecido da sociedade de então.

A visão dos acontecimentos pelos seus contemporâneos deixou poucos testemunhos coevos.

A Crónica de 754 escreve sobre o período da conquista como se de uma outra migração «bárbara» se tratasse (Christys, 2003, p. 17). Mas neste período de cerca de quarenta anos, terá perdurado uma marca vincada (na memória do cronista) reveladora de

---

<sup>23</sup> A este propósito refira-se Peter Brown (1989, p. 226): «a principal alteração durante o período da Antiguidade Tardia, foi a lenta mudança de uma forma de comunidade pública para outra – da cidade antiga para a cristã.»

um saudosismo dos contemporâneos perante a adversidade da perda da autonomia política.

Os autores cristãos não vão falar de Islão ou de muçulmanos, palavras que são desconhecidas nas línguas do ocidente e utilizam designações étnicas como árabe, sarraceno ou ismaelita (Tolan, 2002, p. XV).

As invasões muçulmanas não foram a irrupção de um novo e estrangeiro povo no crescente fértil. Os Árabes há muito que eram confederados das forças militares romanas ou bizantinas. Fundaram cidades e fixaram-se noutras cidades de toda a Síria, como Petra, Hims, Harrân e Edessa e encontravam-se cristianizados. O comércio entre a Síria Romana e os beduínos da Península Arábica era uma constante, pontuada por esporádicos confrontos militares. O que se alterou em 634 foi que as tribos da península se aliaram. Os impérios Bizantino e Sassânida encontravam-se enfraquecidos após a recente guerra em que a vitória de Heráclio deu pouco conforto aos habitantes da Síria bizantina (Tolan, 2002, p. 32). Mas em 644, no momento da morte de Umar, os muçulmanos controlavam todo o crescente fértil, o Egipto, grande parte da Pérsia, indo as suas conquistas atingir ainda mais além nas décadas seguintes. Acresce que estas conquistas pareciam confirmar a crença muçulmana que Deus estava do seu lado, como o patriarca de Jerusalém se queixou, e que se encontravam em vias de dominar o mundo. Este sentido de missão divina foi certamente um factor chave para o rápido sucesso das conquistas (Tolan, 2002, p. 33). De facto, o que é significativo, é que foi na fronteira do Império Romano e muito mais além, que uma pressão demográfica jogou contra o seu futuro, aliada a uma incapacidade política de sustentar um sistema socioeconómico.

Mas múltiplos factores parecem ter-se conjugado para o fim da continuidade para que se desse a ruptura cultural que poderemos situar algures entre o século VI e o VIII.

As conquistas dos Árabes não eram completamente estranhas no Norte do Mediterrâneo. Os Francos não eram indiferentes, nem poderiam deixar de o ser depois da rendição de Jerusalém em 638.

A Crónica de Fredegarius (ou do «pseudo-Fredegário») corresponde a um conjunto de textos produzidos na Gália merovíngia e foi compilada por um autor anónimo, eventualmente da Borgonha, que terá morrido por volta de 660, mas que desde o século XVI se convencionou assim denominar, constituindo uma das fontes fundamentais para a história dos francos e que descreve a «história universal» até meados do século VII. Particularmente o Livro IV, também conhecido como Sexta Crónica, abrange os acontecimentos entre 584 e 642, embora o autor também mencione alguns factos do fim da década de 650. Na crónica é descrita a política religiosa e militar de Heráclio (ca. 575-641) frente aos judeus e árabes, representando tais povos como «ameaças apocalípticas que deveriam ser detidas de qualquer forma antes do Juízo Final» (Souza, 2011, p. 17).

Note-se que o autor da crónica refere concretamente como principais fontes as crónicas de São Jerónimo (ca. 347-420), de Idácio de Chaves (ca. 400-469), de Gregório de Tours (ca. 538-594) e de Isidoro de Sevilha (ca. 560-636), mas eventualmente poderia ter tido acesso a informações ou a testemunhos da época, apresentando como explicação para a derrota bizantina frente aos exércitos muçulmanos, um «castigo de Deus» e descreve que, antes da rendição de Jerusalém em 638, as relíquias haviam sido transportadas para Constantinopla para consolo dos cristãos (Souza, 2011, p. 21)<sup>24</sup>.

A situação do Mediterrâneo Oriental não seria desconhecida das elites cultas do Norte, assim como os seus efeitos já se haveriam manifestado nas relações comerciais, pelo que a sua chegada à Península Ibérica em 710 e 711, não deve ter constituído uma novidade mas a continuidade de uma guerra de conquista de um império em expansão, na criação do seu sistema mundo.

A formação do Al-Andalus enquanto entidade política e económica encontra-se estritamente relacionada com a sua islamização e arabização – ou, mais exactamente, orientalização - da Península Ibérica, em concreto da sua população.

Nesse processo deverá ter tido importância fundamental, durante os séculos VIII-IX, a aculturação das elites autóctones, como o caso das antigas famílias nobres visigodas que apesar dessa aculturação, acabaram por se tornar num factor de destabilização e de resistência ao poder político central emiral e, posteriormente califal, sediado em Córdova.

Segundo o cronista cordovês do século XI, Ibn Hazm, na época da conquista da Hispânia, um tal Conde Cásio ter-se-á dirigido a Damasco para declarar a obediência ao Califa al-Walid, convertendo-se ao Islão como forma de manter os privilégios (Cañada Juste, 1980, p.6), dando origem aos muladí Banu Qasi, clientes da dinastia Omíada.

Essa permanência das elites terá permitido que a transição e aculturação se desse com relativa tranquilidade permitindo a continuidade económica e social nos campos?

Martínez Enamorado (2006) apresenta um trabalho muito crítico da historiografia do Al-Andalus, considerando simplificadoras muitas das análises que o reduzem a uma soma de territórios rurais, apesar de as cidades e fortalezas não alterarem essa evidente realidade em que os «invisíveis» camponeses se situam no centro do debate, no centro da história, substituindo alguns conceitos de difícil concretização empírica, como a islamização e como a mesma se processou.

---

<sup>24</sup> A crónica relata ainda os avanços muçulmanos no Egipto com a ocupação de Alexandria em 642 e o avanço no Norte de África onde em 648, quando foi tomada Sbeitla, na actual Tunísia. Refere ainda o avanço para ocidente do califa Otman (Califado Rashidum), no momento que antecede a primeira batalha naval ganha pelos muçulmanos em 655 (batalha dos Mastros). O califa seria assassinado em 656, a que seguiu a nomeação de Ali como califa que esteve na origem da primeira fitna e ao início da dinastia Omíada, sediada em Damasco.

O processo de domínio político do território pelos invasores passou pela submissão das principais cidades e pacificação do território através da incursão militar, campanhas realizadas por Tāriq, Mūsà, governador da Ifríquia, e pelo seu filho 'Abd al-'Azīz, entre 711 e 716, que terá decorrido de forma mais ou menos pacífica, apresentando-se como exemplo o pacto de Teodomiro em Múrcia (Pavón Benito, 2006, p. 191).

A submissão da Hispânia foi um processo militar e diplomático. A leitura atenta do Pacto de Teodomiro de 713 demonstra, em primeiro lugar, a existência de um importante foco de resistência ao invasor num território que compreende sete cidades que preferiu negociar uma trégua e a aceitação, mesmo que temporária, de uma autonomia regional. O Pacto assegurava a vida e a liberdade dos seus homens, que não seriam forçados a abandonar a sua religião, a salvaguarda das suas igrejas a troco do pagamento de uma taxa em géneros e dinheiro, bem como a garantia que o território não se tornaria um santuário para os inimigos de Abd al-'Azīz.

Na Crónica de 754, nas passagens que tratam do avanço dos muçulmanos e da devastação e morte que se vai produzindo no território, o cronista não demonstra qualquer empatia para com os conquistadores que considera «bárbaros» (Albarrán, 2013, p. 57): «Com el fuego deja asoladas hermosas ciudades, reduciéndolas a cenizas; manda crucicar a los señores y nobles y descuartiza a puñaladas a los jóvenes y lactantes (...) Así, sobreesta España desdichada, en Córdoba (...) establecen un reino bárbaro».

Ainda segundo Javier Albarrán (2013, p. 57) apesar deste pouco apreço pelo elemento invasor, em nenhum momento menciona a existência de um conflito de origem religiosa: não há menção a queima ou pilhagem de igrejas, ou de qualquer imposição religiosa, pelo que se os conquistadores tivessem sido cristãos, a descrição que faria o cronista seria provavelmente a mesma.

A maioria da população seria constituída por convertidos, os muladíes e por cristãos e compreendia, para além das elites, agricultores, pastores, pescadores e artesãos, ou seja, a massa da população do Al-Andalus (Pavón Benito, 2006, p. 191).

À adesão inicial de elementos populacionais indígenas à religião dos vencedores, seguiu-se a conversão em fases posteriores das segundas gerações de moçárabes. Paralelamente à islamização, verificou-se uma arabização (orientalização) por vezes reivindicada para promoção social.

Elsa Cardoso (2014, p.14) refere que os «modelos que os conquistadores, *mawlas* da dinastia síria de Damasco, trazem para o Al-Andalus não eram assim tão diferentes

daqueles que Leovigildo preconizará na Península através dos modelos bizantino-imperiais que adopta»<sup>25</sup>.

A origem social de modelo tribal e clânica do poder, em que relações clientelares persistem, facilitará «o processo de transição entre duas sociedades que à primeira vista não teriam modelos confluentes», observando-se «uma continuidade dos rasgos feudais visigodos, que têm a sua expressão máxima na importância das relações de dependência pessoal que facilitam a conquista e servem de coesão à administração muçulmana que substitui o reino visigodo», assimilando-se assim «a população através dos vínculos clientelares, associados à conversão ao Islão, mas que já existiam em época pré-islâmica» (Cardoso, 2014, p.14).

A aculturação manifestar-se-á de forma visível através da arabização linguística e da islamização, com a vigência de novos modelos e normas sociais e políticas, jurídicas e económicas, fiscais que constituem um novo *modus vivendi* (Chalmeta Gendrán, 2003, p. 17). Pedro Chalmeta (2003, p. 388) refere que com o emirato de 'Abd al-Rahman al-Dahil se intensificou consideravelmente a arabização e «sirianização» do Al-Andalus. O sistema de fomento de clientes omíadas deu lugar ao surgimento de ahl Qurays como grupo socioeconómico e à aparição de um núcleo de famílias de mawali, no qual se recrutavam os grandes cargos de a administração militar e civil durante o emirato e o califado.

A continuação a ocidente desta forma de civilização síria-mediterrânea deu-se com a restauração do regime neo-Ómiada em Córdova.

A compreensão do fenómeno do povoamento rural prende-se sobretudo com o território e com a demografia. Os recursos do território podem ser vistos como oportunidades de fixação e de exploração: na motivação podem influir o regime de propriedade, as rendas e as taxas; os recursos hídricos disponíveis, bem como o potencial agrícola e pastoril; e os recursos silvícolas e minerais.

Mas a questão demográfica é essencial para entender a matriz do povoamento rural, pelo que são imprescindíveis os estudos sobre a população.

Não há povoamento rural desligado do povoamento urbano, a não ser que nos encontrássemos em sociedades tribais e eventualmente num paradoxismo de nomadismo, contraditório com um determinado tipo de povoamento, pois o seu conceito pressupõe a ideia de sedentarismo.

A partir de 711, a forma de propriedade que atrai os conquistadores é o latifúndio e não o minifúndio ou as terras comunais ou colectivas. São estas propriedades que vão ser

---

<sup>25</sup> Elsa Cardoso, 2014, p.14: «Se a realeza visigoda se assume como descendente do poder divino e sua representante máxima, também o califa omíada se assume, ainda em Damasco, como Khalifa Allah, ou delegado de Deus, título que para o Islão tradicional será visto como ímpio, mas que revela a imperialização deste poder».

divididas após a capitulação de Mérida e de Huesca (Chalmeta Gendrán, 2003, p. 227). A assimilação das grandes famílias terra-tenentes contribui para um acelerado processo de aculturação, passando os servos visigodos a ser considerados muzari, parceiros (Chalmeta Gendrán, 2003, p. 228).

Excluindo as terras que permaneceram nas mãos dos grandes terra-tenentes que capitularam, o resto das terras continuou nas mãos dos seus cultivadores, em poder dos servos ou escravos reunidos em pequenas povoações rurais, sujeitas ao pagamento de uma tributação fiscal (Chalmeta Gendrán, 2003, p. 229).

Na região do Algarve, os cerca de 120 contextos tardo antigos conhecidos continuam, na maior parte dos casos, a ocupação de boa parte de quase cinco centenas de sítios romanos registados, prolongando-se a sua ocupação mesmo em Época Islâmica.

«Assim, podemos estimar que uma parte bem representativa dos sítios que proliferaram na época romana não terminaram a sua ocupação nos séculos IV ou V mas antes a prolongam até aos VI/VII ou mesmo para os seguintes» (Bernardes, 2014, p. 125).

Um dos exemplos em que os equipamentos produtivos romanos continuam activos até ao século VI/VII é o caso da *villa* de Milreu, onde um lagar de azeite que teve cinco prensas activas entre o final do século I e o século V, e já somente duas prensas activas nos séculos V e VI, mantém-se ainda em actividade em finais do século VI ou mesmo já no VII (Teichner, 2006; Teichner, 2008, pp. 211-215). Em Milreu houve uma ocupação ininterrupta até à época islâmica, com reutilização e reconversão funcional de espaços residenciais construídos nos séculos III e IV (Bernardes, 2014, p. 130).

Também no caso da exploração mineira, no poço 1 das minas de Aljustrel, são conhecidos vestígios de um *habitat* cuja ocupação se terá prolongado entre os séculos IV e X. Os vestígios apontam para que ainda de forma esporádica, tenham ali havido trabalhos de mineração (Cauuet & *alii*, 2002, pp. 79-83).

Durante o Período Islâmico inicial, vai dar-se continuidade na visão e divisão administrativa do território romano-visigótico, centrada nos bispados. Com algumas diferenças, o antigo território da Lusitânia continua a ser visto como um todo.

Durante o século V, a reorganização da sociedade ter-se-á centrado na Igreja que terá tido um papel determinante. Nesse processo a Igreja de Emérita monopolizou grande parte da propriedade da Lusitânia (Wolfram, 2011, p.15).

«À autoridade romana exercida na *prouincia*, no *conuentus* e na *ciuitas* sucede o governo eclesiástico da *metropolis*, da *dioecesis* e da *parochia*», (Maciel, 2014, p. 36).

De acordo com Ana Jorge (2002, p. 160: *carte 24*) das cinco dioceses existentes na província durante o Baixo-império, para além de Ávila e de Mérida, a Metrópole, três situavam-se no actual território português, Ossonoba (Faro), Évora e Lisboa, a que se acrescentaram em época visigoda mais oito, onde a sul foi criada a de Beja (2002, p. 161:

carte 25). Durante a Antiguidade Tardia há notícias fiáveis da participação até ao XVI Concílio de Toledo de 693 de mais de uma centena de prelados lusitanos (2002, p. 167: *Annexe I*).

Entre os séculos IV e VI os bispos procuram o controlo do território rural, o que explica o culto dos mártires, razão para «construir basílicas em zonas funerárias rurais mas, com o passar do tempo, ao crescer a devoção da população, houve necessidade de instruir esta gente e baptizá-la, o que levou à construção de igrejas baptismas» que seriam «realizadas ou pagas por grandes proprietários fundiários cristianizados» (Wolfram, 2011, p. 122).

#### Annexe 1

Participation des évêques de Lusitanie aux conciles pendant l'Antiquité tardive

ÉVÊCHÉS	306/314	314	343	380	400	561	572	589	597	633	636	638	646	653	656	666	681	683	684	688	693	
Ávila										1			1	1		1	1	1			1	
Beja								1	1	1			1d	1		1	1	1			1	1
Calabria										1		1	1	1		1						1
Coimbra						1p	1	1		1d		1		1				1			1	1
Coria								1		1			1	1		1	1	1			1	1
Évora	1								1	1		1	1	1	1	1	1	1			1	1
Faro	1							1						1d							1d	1d
Idanha						1	1	1p	1	1		1	1	1		1		1			1	1
Lamego							1	1		1		1	1	1		1	1	1			1	1
Lisbonne								1		1	1	1	1d		1	1		1			1	1
Mérida	1	1	1	1p	1p			1	1	1		1d	1	1		1	1	1	1d	1	1	1
Salamanque								1		1		1	1	1	1	1	1	1			1	1
Viseu							1	1		1	1	1	1	1				1			1	1
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1p</b>	<b>1p</b>	<b>1+1p</b>	<b>4</b>	<b>9+1p</b>	<b>4</b>	<b>10+1d</b>	<b>2</b>	<b>8+1d</b>	<b>9+2d</b>	<b>11+1d</b>	<b>3</b>	<b>12</b>	<b>8</b>	<b>12</b>	<b>1d</b>	<b>12+1d</b>	<b>10+1d</b>	

d : délégué de l'évêque; p : probable (le nom de l'évêché n'est pas mentionné après le nom de l'évêque)

Quadro 2.5.1. Participação dos prelados nos concílios durante a Antiguidade Tardia (Jorge, 2002, p. 167).

A remodelação do território no Período Islâmico só se irá dar assim numa fase avançada, após a instauração do poder central em Córdoba e com a derrota do muladíes.

Na questão da formação do Al-Andalus não são os aspectos políticos e administrativos que vão definir a entidade do território que já se encontrava organizado e povoado por pessoas com uma determinada civilização e cultura material. Esse território encontrava-se igualmente em transformação e correspondia, no século VIII, a uma realidade já distante do Império Romano.



### 3. Paisagem e povoamento rural: estado da questão

#### 3.1. A visão da paisagem rural da Antiguidade Tardia à Idade Média

A principal dificuldade na análise do desenvolvimento rural entre a Antiguidade Tardia e a formação do Al-Andalus é a quase inexistência de estudos arqueológicos centrados ou dirigidos na investigação dessa problemática em Portugal.

Os sítios rurais encontram-se demasiado sujeitos às diferenças micro regionais, tendo em conta a ecologia, a geografia económica e as relações sociais, sendo portanto difícil impor uma única explicação sobre as suas alterações (Wickham, 2002, p. 12).

Segundo Susana Gómez Martínez, a quantidade de factores em presença é demasiado grande para permitir elaborar, no estado actual da investigação, um modelo teórico de povoamento satisfatório. Serão assim necessários mais dados e estudos arqueológicos que permitam sistematizar o povoamento em territórios geograficamente coerentes (Gómez Martínez, 2015, p. 108).

No entanto, através dos dados disponíveis e por vezes de forma intuitiva, vários investigadores têm proposto modelos explicativos para a ocupação do território no sudoeste peninsular, dando o enfoque aos mais variados elementos, sejam eles os raros numismas surgidos nesses contextos, seja a escassa e pouco característica cultura material, na qual se vislumbram distinções culturais.

A questão da reconstituição da paisagem no Período Romano e na denominada Alta Idade Média, no actual território português, foi objecto de uma sistematização por parte de Jorge de Alarcão (1998, pp. 89-119). Este autor, tendo por base sobretudo vários estudos regionais nacionais, considera existirem na Época Romana três níveis de aglomerados populacionais: as cidades, *vici* e *castella* e aldeias. Este último aglomerado parece não ter existido no Alentejo. No caso do povoamento disperso distingue *villae*, granjas e casais, a que correspondem diferentes tipos de edifícios e propriedades de diferentes extensões. Propõe para o primeiro caso, no Sul, 200 hectares e no Norte, de 75 a 50 hectares. As granjas corresponderiam a uma extensão fundiária de 10 a 50 hectares e os casais, de 2 ou 3 a 10 hectares.

Na Época Romana, «um povoamento disperso de pequenas propriedades com habitações muito modestas, propriedades médias com habitações mais amplas e solidamente construídas e grandes herdades», as *villae* (Alarcão, 1998, p. 92).

Relativamente à continuidade ocupacional deste povoamento disperso, os materiais recolhidos nas *villae* na área do concelho de Serpa evidenciam uma ocupação sobretudo de inícios do século I d.C. até ao século IV ou V d.C., com a presença de *sigillata* itálica à *sigillata* clara D, pelo que o seu abandono deverá ter ocorrido no período de a instabilidade coincidente com «as invasões bárbaras» (Alarcão, 1998, p. 108).

Apresenta como excepção, a importante ocupação islâmica da Cidade das Rosas (Serpa), mas sem concluir pela permanência no local de «um proprietário influente» considerando que, apesar das evidências materiais recolhidas, também «na Herdade da Cegonha (Vidigueira), no Cerro da Vila (Quarteira), no Montinho das Laranjeiras (Alcoutim) - onde se encontram materiais muçulmanos», a «permanência das *villae* do Sul de Portugal no Período Islâmico parece um fenómeno mais pontual que generalizado» (Alarcão, 1998, p. 108).

Na Alta Idade Média, o termo *villa* passa a designar múltiplas realidades, inclinando-se este autor a considerar (Alarcão, 1998, pp. 110-111) «que quase todas elas eram, de facto, aldeias», correspondendo até, nos documentos da Conquista Cristã, a uma circunscrição administrativa equivalente à paróquia e que integraria «várias aldeias e/ou lugarejos e casais dispersos polarizados em torno de uma igreja». Surge também em alguma documentação do século X e XI relativa a dotes, levantando dúvidas mas parecendo corresponder, aí a «um grande prédio de tipo carolíngio» como uma quinta actual (Alarcão, 1998, p. 117). Tendo em vista a generalidade do território, Jorge Alarcão propõe concebermos «uma paisagem tardo-romana, suévica e visigótica de aldeias e casais, granjas e *villae* sem grande integração mas progressivamente polarizada pela fundação de igrejas, seculares ou monásticas» (Alarcão, 1998, p. 117). Mas, de facto, na Alta Idade Média, em presença de um território aberto, vai impor-se um complexo território dominial, compartimentado e sujeito a impostos e servidões, polarizando em torno de uma igreja, com os seus fregueses, e distintos dos fiéis de outra igreja, criando divisões discretas na paisagem e territórios «demarcados que fronteiravam pelas cumeadas dos montes, pelas ribeiras divaguantes ou entestavam nas carrarias antigas» (Alarcão, 1998, p. 113).

Assaz importante é a reflexão que Cláudio Torres efectuou sobre a topografia da ocupação do território português a sul do Tejo durante o Período Islâmico (1992, pp. 189-202), que compreende uma visão distinta da paisagem rural, baseada na continuidade da exploração dos recursos minerais e da pastorícia, da transterminância e da transumância, que é relativa a essa actividade. Este investigador e teorizador defende que a mineração do ouro e prata nos chamados chapéus de ferro foi, no Baixo Alentejo, o principal polo de atracção que justifica o desenvolvimento da Civilização do Ferro do Sudoeste, tendo por

base um mercado cujo principal centro de exportação deve ter sido o porto interior de Mértola, de onde partiam as principais vias terrestres para o interior.

Cláudio Torres agrupa esse território a sul do Tejo em quatro grandes áreas diferenciadas (1992, p. 189): «A orla litoral do Algarve, o termo de Beja, o termo de Évora e o conjunto de Santarém, Lisboa e Alcácer.»

Nesse território, destacamos o designado termo de Évora, localizado no Alto Alentejo, que «desde sempre se orientou no sentido Leste-Oeste, ao longo das grandes vias que ligaram Mérida-Badajoz às lezírias do Tejo e Sado» e a «área de influência de Beja», onde se incluíam «os territórios que hoje constituem o distrito, mais as terras de Aroche e Alfajar de Peña» que, até ao século XII, estavam economicamente ordenados em função do eixo Mértola-Beja. A islamização deste território não ocorreu na perspectiva do conquistador hegemónico que procurou colonizar ou aculturar a população autóctone. Relativamente a este «processo de islamização» Cláudio Torres (1992, p. 192) considera que este contém duas vertentes principais «a político-militar e a mercantil», pois durante esta época predominaram «os movimentos de desconcentração, polarizados em vários núcleos de comércio».

Para Cláudio Torres, verifica-se neste território «uma consolidação das autonomias regionais e um evidente reforço político das antigas comunidades agro-pastoris» que parece ter conduzido a «um processo de encastelamento que se generalizou a todo o Mediterrâneo ocidental, e que na Península Ibérica se traduz pela enorme proliferação de povoados fortificados nas zonas de predominância pecuária» (Torres, 1992b, p. 194).

Será pois durante o Período Islâmico que as populações locais terão «reanimado as actividades tradicionais de mineração e metalurgia que serviam de complemento à sua economia de subsistência, o que finalmente explicaria a multiplicação de pequenas explorações mineiras por todo o Baixo Alentejo» (Torres, 1992b, p. 194).

Nesta tentativa de sistematizar a topografia do povoamento no islâmico no sul de Portugal, propõe que, com a «Reconquista», há um conjunto de povoados fortificados comunitários que passam a ser enquadrados numa nova estratégia de fronteira, mudando de funções, sofrendo menores ou maiores alterações arquitectónicas, destacando os casos de Monsaraz, Noudar (Barrancos), Portel, Moura, Ourique e Castro Marim (Torres, 1992b, p. 195).

Conclui haver a necessidade de revisão da teorização da ocupação e da estratégia de colonização do território, pois as comunidades rurais terão persistido, apesar dos sucessivos conquistadores que se haverão instalado «mais comodamente nas cidades e quintas das terras férteis» (Torres, 1992b, p. 200).

Já Manuel Acién Almansa (1989) havia afirmado que o que diferencia o Al-Andalus de outros territórios islâmicos vizinhos, é que é um país de *husun*, frisando que esta constatação não surge das fontes arqueológicas, mas sobretudo de várias fontes escritas.

Tendo por base uma sociedade segmentada numa estrutura tribal, particularmente no meio rural no qual ninguém podia viver à margem de grupos clânicos enquadra-se o esquema defensivo com base em castelos-refúgio e torres de *qurà*, sobretudo para o Sarq Al-Andalus, onde a actividade estatal estaria reduzida à cidade e ao seu termo (Acién Almansa, 1989, p. 141).

A população indígena terá aproveitado as circunstâncias da conquista muçulmana para se refugiar, fugindo ao processo de feudalização, em elevações correspondendo a lugares de fácil defesa natural, mas com poucas construções, que as fontes chamam *husun*.

Estes *husun* de refúgio vão cair nas mãos dos herdeiros da aristocracia hispanogoda, mas também de linhagens árabes e berberes aristocratizados, actividade que Acién Almansa (1989, p. 141) considera feudal, no sentido que se emprega para a Europa dos séculos VIII e IX, mas sublinhando que não seria comum a toda a população.

Refere que contra a depredação feudal dos *ashāb*, o estado cordovês e as populações islamizadas à margem de Córdova, para sua defesa, vão edificar outros *husun*, ocupados por população socialmente islamizada. Este modelo pode ser facilmente identificado na actual Andaluzia oriental. Já na Andaluzia ocidental escasseiam ou são de construção tardia (Acién Almansa, 1989, p. 146). A maior parte do povoamento do vale do Guadalquivir reúne-se em núcleos urbanos ou em aldeias desenvolvidas a partir de *villae* Baixas Imperiais (Acién Almansa, 1989, pp. 146-147).

Este autor, mais recentemente, abordou também, no âmbito do povoamento rural islâmico peninsular, a problemática das torres *buruy*, distintas de atalaias e de torres das *qurya*, que alojariam uma classe senhorial localizada no espaço das antigas *villae*, sem preocupações de domínio da paisagem, ocupando por vezes zonas baixas. Os dados toponímicos, como «torre» associada a *villa*, textuais e arqueológicos, concordam em bastantes casos com a antiguidade das torres e dos seus proprietários, e são também coincidentes com o fim da *villa* (cuja designação desaparece da documentação) como residência da aristocracia, entre os séculos V e VI, quando igualmente ocorre o fim da escravatura clássica, substituída por um novo modo de produção (Acién Almansa, 2006, pp. 27-28).

Os trabalhos de Mathieu Grangé (2005; Grangé & Dewulf, 2006) na serra Algarvia (Monchique, Faro) abordaram o assentamento islâmico no vale da Ribeira de Boina do Cerro do Castelo da Nave e, nomeadamente, o povoamento Alto Medieval do Cerro do Castelo de Alferce.

Este povoado fortificado de altura (Idade do Bronze e Idade do Ferro), reocupado a partir do século V, apresenta uma ocupação contínua pelo menos até ao Período Emiral, tendo uma função de *hisn* refúgio. O sítio organiza-se em dois recintos principais: um reduto central de planta quadrangular, situado na parte mais elevada da plataforma, no interior da qual se localiza uma cisterna, cuja origem provável deverá colocar-se na antiguidade tardia; e um recinto constituído por uma muralha de pedra, em mau estado de conservação, provavelmente do Bronze Final.

Pérez Aguilar (2013, pp. 7-9), inspirando-se em António Malpica Cuello (1999) e no trabalho de E. L. Domínguez (2007) faz uma proposta para a distinção descritiva dos sítios rurais no Al-Andalus baseada em noções descritivas que permitam a interpretação tipológica dos sítios. Modelo a melhorar, tendo como base a prática arqueológica, de modo a conseguir uma sequência cronológica evolutiva do povoamento.

Distingue quatro ordens ou categorias de sítios rurais, correspondendo a primeira a realidades arqueológicas semelhantes a povoados, aldeias, assim como lugares (com casario) ou pequenos lugares ocupados por uma comunidade humana de escassa dimensão demográfica. A segunda categoria, não confinada a pequenas áreas, onde há uma clara predominância de atividades de exploração económica da envolvente sobre aquelas de carácter comunitário, onde se podem incluir as *cortijadas* andaluzes, os *montes alentejanos* (*maḡāšir*) ou granjas (*raḡāl*). A terceira categoria enunciada por Pérez Aguilar corresponde, a sítios rurais de planta dispersa, resultado da combinação de várias entidades populacionais, próximas e interrelacionadas funcionalmente, cuja planta se encontra fragmentada por certos itens. Por fim, a quarta categoria, que corresponde a sítios para o controle territorial, geralmente de carácter estatal que podem encontrar-se integrados dentro de uma rede de assentamentos rurais como os atrás referidos, tratando-se na maioria dos casos de torres-atalaias (*burūy*), ou castelos, ou recintos fortificados (*ḡusūn*). Cita este autor o conjunto de sítios inspiradores da sua categorização, como a jazida de Bofilla, en Bétera (Valencia), assentamento rural de primeira ordem, referindo ainda os casos de Villa Vieja em Calasparra (Murcia), La Mesa de Chiclana de la Frontera (Cádiz), El Castillejo de Los Guájares (Granada), Alcariais de Odeleite (Castro Marim, Faro) e Alcaria Longa (Mértola, Beja).

Evidencia as diferenças político-administrativas entre povoados, aldeias e lugares de casario, distinções difíceis de destrinçar ao nível da prospecção arqueológica, eventualmente estabelecendo uma hierarquização através da extensão das jazidas. Os povoados deveriam ser de maior extensão que as aldeias e estas, maiores que os lugares.

Especificamente para o povoamento islâmico no território da Extremadura, entre os séculos VIII e XIII, Gibello Bravo considera que o meio rural foi ocupado por dois tipos de assentamentos principais: as alquerias e as granjas (2011, pp. 165-182). Tanto umas como

outras poderiam ser herdeiras do sistema de exploração da terra de Época Tardo Romana e Visigótica: muitas *villae* terão ocupação ininterrupta até ao século X. As *qura* (alquerias) correspondem a pequenas comunidades rurais formadas por algumas famílias, 10 a 30 fogos compostos por entre 5 a 10 indivíduos, que exploram a terra sem que haja uma dependência económica e social com o seu grande proprietário.

Em seu entender, as granjas são propriedade de um só indivíduo e a sua extensão e importância podem ser muito diversas, pois poderiam assumir o nome do seu proprietário ou, ainda, dar origem a uma povoação assente nesse domínio (Gibello Bravo, 2011, p. 170).

Susana Gómez Martínez (2015) considera que apesar do desenvolvimento nas últimas duas décadas da investigação arqueológica em meio urbano e rural, são muito raros os sítios investigados que se podem enquadrar numa cronologia emiral, e ainda menos enquadrar com precisão no século VIII.

Nas grandes cidades do Garb al-Andalus, como é o caso de Beja, capital de *kūra* onde se fixou o *jund* do Egipto, tal como em outras cidades do sudoeste peninsular, como Mértola ou Faro, a estratigrafia tem-se mostrado omissa em níveis estratigráficos dos primeiros séculos de domínio islâmico. Sublinha esta investigadora que é em meio rural que se têm encontrado importantes vestígios relativos a este período inicial de implantação no território, mas que permanecem inéditos, referindo os sítios rurais escavados no termo de Mértola e regolfo de Alqueva.

Relativamente à questão do povoamento em Período Islâmico no sudoeste peninsular e abordando os dados arqueológicos disponíveis, segundo Macias & Lopes (2012, p. 324), verifica-se que, no desenrolar da Idade Média, «duas realidades se tornam evidentes»: há a permanência da ocupação do território, cujo desenho vem do Período Romano, e verifica-se «uma progressiva e cada vez mais vincada abertura a Oriente».

Não há em seu entender um abandono dos sítios urbanos que haviam subsistido na Alta Idade Média ou nos primeiros tempos da ocupação muçulmana, apesar de considerarem poderem ter certamente ocorrido mutações nestes sítios entre os séculos V e X, cogitando na «probabilidade da classe terra-tenente ter abandonado essas cidades em favor das suas quintas ou *munyas* que existiam em torno de sítios como Beja, Évora ou Faro».

Para a ocupação do espaço rural, e apesar da referida insuficiência dos dados, advogam a continuidade nas «áreas agrícolas ocupadas na Antiguidade Tardia e na Alta Idade Média, embora com evidentes mudanças de funções», levando na sua opinião a partir do século VI ao desaparecimento das *villae*, para dar lugar a explorações com dimensões mais reduzidas e «com um tipo de ocupação nitidamente mais modesto».

As relações com o Mediterrâneo conheceram um novo impulso entre os séculos V e VIII, visíveis pelas várias manifestações artísticas surgidas em Mértola, pelo que (Macias e Lopes, 2013, p. 324): «Os modelos importados do Médio Oriente e do Norte de África eram familiares às populações meridionais de então, pressupondo-se que a islamização terá representado mais que uma ruptura brusca, a adaptação a novos caminhos e a novas atitudes».

Susana Gómez Martínez (2015) propõe-se definir as estratégias de povoamento e sua evolução na Época Emiral e o registo da cultura material dominante no meio rural da região, referindo que um dos fenómenos mais específicos do povoamento do sudoeste peninsular é a continuidade de um número considerável de *villae* cuja ocupação perdura até ao século XIII perdendo, no entanto, o seu carácter de grande exploração fundiária (Gómez Martínez, 2015, p. 105).

Esta situação poderá corresponder à criação de pequenos povoados de cariz rural, onde num dado momento da Antiguidade Tardia a população se teria posto a salvo da crise de finais de Império.

Nalguns casos, este processo passa pela transformação daquelas estruturas em pequenos mosteiros familiares durante a Antiguidade Tardia. Em todos estes casos, a autora problematiza como e quando se produziu o abandono das estruturas religiosas paleocristãs e se existe alguma relação com uma eventual conversão ao Islão da comunidade camponesa, ou com o abandono desses povoados a partir de finais do século XI e durante o século XII, num processo generalizado de reestruturação do povoamento.

Segundo Susana Gómez Martínez (2015, p. 107), a influência das novas estruturas políticas e militares muçulmanas no povoamento rural é difícil de avaliar por falta de informação documental e pela fragilidade dos dados arqueológicos.

De acordo com esta autora, sobretudo os dados da *Kura* de Beja, sugerem uma continuidade no povoamento rural no Período Emiral, tanto de cristãos (moçárabes) como de conversos ao Islão (muladí) entre os séculos VII e VIII, transformando-se os latifúndios em assentamentos camponeses sobre as antigas *villae*, em que algumas acabariam por converter-se em alquerias de alguma importância, caso do Cerro de Vila em Vilamoura.

Há um desconhecimento dos padrões de diferenciação da cultura material das elites desta época e são raros os objectos de luxo e de ostentação encontrados, bem como se desconhece a respectiva arquitectura militar, que serve de indicador para a identificação das elites (Gómez Martínez, 2015, pp. 107-108).

Considera que é evidente que, tanto para o termo de Mértola como para a área do regolfo de Alqueva, se encontra um povoamento semelhante, «constituído por pequeñas aldeias o granjas, de no más de três o quatro vivendas, construídas com técnicas sencillas que aprovechan la matéria prima local» (Gómez Martínez, 2015, p. 114). Evidencia não se

verificar a presença de bens dos mercados (apontando para uma agricultura de subsistência e a pastorícia), nem tão pouco eventuais relações senhoriais, relações com elites que pudessem ser proprietárias dos terrenos. Refere a tese de James Boone (2001), segundo a qual o povoamento disperso da Alta Idade Média e o Período Emiral, entre três a quatro casas, dá lugar a povoados de maiores dimensões nos séculos XI e XII, situados entre as 8 e 30 casas. Esta situação que não parece constatar-se no regolfo de Alqueva, devido às limitações da área de pesquisa, que poderão ter deixado de fora povoaamentos concentrados situados em altura ou cotas mais elevadas (a cima dos 152 m), e a sua pouca distância de núcleos urbanos de importância. Esta autora aponta a hipótese da proximidade com a fronteira da (re)conquista cristã ter levado a que o povoamento rural «del tipo alquería fuese relegado en favor del poblamiento fortificado» (Gómez Martínez, 2015, p. 131).

Todas estas questões relativas ao povoamento envolvem um conjunto de variáveis em que não só os recursos naturais e as condições ecológicas mas também a demografia e o sentimento de segurança, vão ser determinantes neste período conturbado.

### **3.2. Estudos do território e do seu povoamento**

Nos últimos vinte ou quinze anos, tem-se vindo a assistir a um crescendo nos estudos sobre o povoamento do território, nomeadamente à elaboração e publicação de várias dissertações de mestrado e de doutoramento que abordam a temática do povoamento rural romano e medieval islâmico peninsular do ponto de vista regional, baseando-se criteriosamente em evidências arqueológicas, nomeadamente para as áreas regionais afins e contíguas do território dos actuais Alentejo e Extremadura espanhola, que interessam à nossa investigação.

Em 1982, foram efectuadas prospecções arqueológicas na área circundante à *villa* romana do século IV de São Cucufate, situada no território de *Pax Iulia*, ocupada na Idade Média por um mosteiro consagrado ao orago que a designa, que ali se manteve até ao século XVI. Estes trabalhos foram pioneiros na investigação arqueológica sistemática do povoamento rural e permitiram identificar trinta e quatro novos sítios, um dos quais a *villa* das Pedras da Zorra, que se localiza no fundo do vale, numa área sobranceira à ribeira de Mac Abrãao. Também neste projecto, no designado sítio 59 - possível exploração agrícola - foi descoberto, num nível selado de ocupação, uma moeda árabe cunhada em 109 H./728-729 d. C. (Macias, 2005, p. 810; Alarcão & *alii*, 1990, pp. 267-268 e pl. CLIII).

Com o início das investigações em Mértola, no âmbito da criação do Campo Arqueológico de Mértola, em 1978, irá ocorrer um grande impulso na investigação arqueológica da Antiguidade Tardia e da Alta Idade Média em Portugal (Catarino 1995-



1997; Fernandes, 2005). Mas este processo de investigação e de publicação levaria anos a consubstanciar-se na publicação sólida dos trabalhos, que veio a ocorrer, nomeadamente, na revista *Arqueologia Medieval*, cujo primeiro número foi lançado em 1992, ou a consubstanciar-se em trabalhos académicos de alguma envergadura.

Virgílio Lopes (2003, pp. 159-167), nos seus trabalhos sobre a Antiguidade Tardia de Mértola apreendeu que, nesse território, vários locais de culto poderiam organizar ou até agregar o povoamento rural de *Myrtilis*, cidade onde se verifica, para o período em questão, uma marcada influência bizantina. No desenvolvimento das suas investigações, esta questão do povoamento rural acabou por ser sistematizada na sua dissertação de doutoramento (2014) relativa aos séculos IV a VIII.

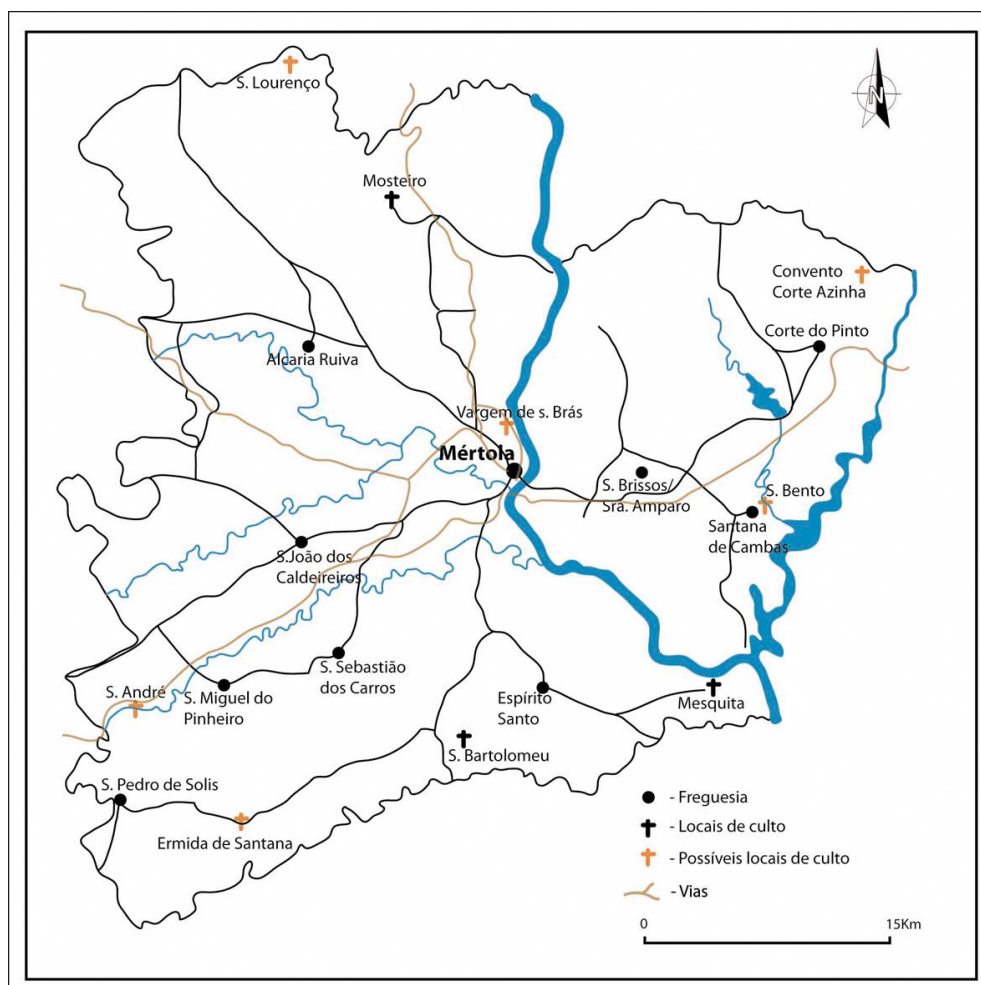


Fig. 3.2.1. De acordo com Virgílio Lopes (2014, p. 673, fig. 218), mapa de localização dos templos da Antiguidade tardia no território de Mértola.

Refere como exemplo (Lopes, 2014, pp. 674-675), a capela de N. Sra. do Amparo onde nas imediações, a sudoeste do edifício, «existem vestígios de um povoado, cuja ocupação se terá prolongado desde o século VII até ao período islâmico». E, igualmente, (Lopes, 2014, p. 676), a aldeia da Mesquita, situada na margem direita do Guadiana, onde,

após a reconquista, foi implantada a capela de Santa Maria de Froles. Encontram-se aí vestígios de um núcleo populacional que se estendia por cerca de 4 hectares, sendo visíveis restos de estruturas e «vários fragmentos de cerâmicas comuns, *tegulae*, telhas de meia cana dos séculos VI-VII e cerâmicas islâmicas, o que nos indica duas ocupações distintas, mas com uma grande continuidade no tempo».

Para o mesmo território, no Período Islâmico, é essencial a tese de Santiago Macias, publicada em 2006, fruto de várias décadas de investigação e de reflexão em Mértola e Moura, que incide sobre o extenso território da *kura* de Beja. Relativamente ao povoamento rural deste espaço, refere (Macias, 2006, p. 124), que este território não é homogéneo, sendo difícil a aplicação de modelos interpretativos que devem ter em consideração os respectivos contexto sub-regionais, tendo por base as pré-existências romanas, apontando as diferenças e transformações entre as *villae* dos Barros de Beja, os *castella* da região de Mértola/Castro Verde e as pequenas explorações serranas, entre o Alentejo e o Algarve.

Sublinha, no entanto, que as dinâmicas ocupacionais dos espaços romanos não se processaram de forma linear e que nem todos foram ocupados simultaneamente, o que terá igualmente sucedido em Época Islâmica (Macias, 2006, p. 124). Constata que na maior parte dos sítios rurais, pelo menos até ao século XI, se verifica o prolongamento de protótipos anteriores, o que certamente se encontra relacionado com o substrato populacional indígena original, e a continuidade da classe terra-tenente e até a adopção desses modelos pelas novas elites que se instalaram regionalmente. Evidencia igualmente que a «continuidade morfológica de certos modelos entre o período tardo romano e o período califal, embora não mereça contestação, continua a ser um enigma no que se refere aos seus centros de produção e áreas de difusão» (Macias, 2006, p. 124).

Santiago Macias (2006, p. 124) alerta para a errónea simplificação excessiva segundo a qual o povoamento islâmico «veio apenas decalcar a realidade do mundo romano». Alguns destes espaços de âmbito rural iriam dedicar-se a outras actividades artesanais, à exploração e transformação de recursos minerais. As grandes unidades agrícolas do Período Romano vocacionadas para a produção de excedentes para alimentar os mercados, deixaram de fazer sentido, pelo que os sítios, ou contraíram-se, ou foram sendo abandonados (Macias, 2006, p. 125), devendo-se ainda considerar que, no caso da continuidade, a natureza dos sítios sofre alterações significativas.

As *villae* do Sul são utilizadas até pelo menos o século XI, embora com funções e objectivos por vezes distintos. Também nos férteis campos de Beja são reutilizadas de forma modesta as antigas grandes explorações que revelam a importância que a cidade manteve durante a Idade Média, mas sem que tal corresponda à edificação de obra nova (Macias, 2006, p. 125). Refere que a maioria das *villae* terá sido abandonada em meados

do século V, mas algumas apresentam evidências de ocupação em Época Islâmica - são esses o caso das *villae* de Pisões, Apolinárias, Romeirã, Carroscozinha, Monte da Cegonha, Paço do Conde e Marianas 2 (Lopes, 2000, p. 246) – destacando que Pisões ou Monte da Cegonha continuaram a ter uma forte utilização e que mesmo em S. Cucufate (Vidigueira) - abandonada por volta de 450 d.C. -, surge a presença de cerâmica califal vidrada em corda seca (Macias, 2006, pp. 124-126). Exemplifica ainda referindo os casos de continuidades na Cidade das Rosas (Serpa) e ainda, mais a sul, os casos de continuidades em vários importantes sítios como o Montinho das Laranjeiras (Alcoutim-Faro), Milreu (Faro) e Cerro da Vila (Loulé-Faro).

Apesar de não se poder generalizar, considera Santiago Macias (2006, p. 127), que a «continuidade é inegável» nos dados arqueológicos, apesar de dispersos, e nas fontes escritas, «onde se salienta a atribuição das terras ao *jund*, um pouco antes de meados do século VIII», pois só alguns sítios romanos parecem «ter conhecido ocupação permanente», que duraria até ao século XII, no máximo XIII, com as invasões almorávidas e almóadas.

Na margem esquerda do Guadiana, território onde se estabeleceu uma área de mineração antiga da Serra da Adiça, destaca entre vários sítios inventariados, a Cidade das Rosas (Serpa) que foi objecto de escavações e de um estudo da respectiva cerâmica islâmica (Retuerce Velasco, 1987) e a zona de Arouche, Huelva (Fernandez Gabaldón, 1990), no limite oriental da *kura*, onde o povoamento islâmico não parece ter dado continuidade ao romano, devido ao «abandono generalizado das antigas zonas povoadas, o que se reflectiu na quase inexistência de recintos fortificados de época islâmica». Parece sim ter-se dado a reocupação, como local de refúgio, dos sítios em altura, o que é exemplificado pelo sítio Calcolítico e da II Idade do Ferro do Castillo de Maribarba (Macias, 2006, pp. 128-129; Pérez Macias, 1988).

Já na área situada entre os campos de Ourique e a costa, surge um outro tipo de realidade, em que o povoamento se organiza «quase exclusivamente, em aglomerados de cume» (Macias, 2006, p. 129 e seg.), mas sem estabelecer uma relação com ocupações anteriores dos sítios, salientando os caso do Castro da Cola, Garvão e Mesas do Castelinho. Considera que, para este subespaço regional, continua por conhecer o tipo de povoamento e forma como o mesmo evoluiu (Macias, 2006, p. 132).

Para a zona de transição da serra, entre o Alentejo e o Algarve, aponta para a continuidade do povoamento, composto por pequenas comunidades rurais durante o Período Visigótico/Emiral, a que se seguirá uma fase, a partir do final do Período Emiral, e sobretudo a partir do califado e dos reinos de taifas, em que o povoamento se vai desenvolver de forma mais expressiva em povoações (Macias, 2006, p. 133).

Os trabalhos arqueológicos de James Boone (1992) em Alcaria Longa irão marcar os estudos do povoamento rural medieval e ter repercussões em vários autores peninsulares.

Mas será a investigação do Algarve Oriental (concelhos de Alcoutim e de Castro Marim) de Helena Catarino (1997/1998) que irá projectar a «Arqueologia espacial» como importante esforço de teorização e sublinhar a importância da conjugação dos dados arqueológicos com os dados históricos, assumindo que os dois registos fornecem informações distintas (Catarino 1997/1998, p. 533).

Sugere que a serra algarvia se encontrava afastada das «grandes áreas de penetração bárbara» considerando, assim, «que nessas regiões as invasões não devem ter provocado grandes destruições, com acentuadas alterações demográficas no povoamento rural» (Catarino 1997/1998, p. 536).

Relativamente ao povoamento no Período Visigótico e Islâmico antigo, considera existirem indícios que sugerem a continuidade de ocupação, apontando o caso das *villae* do Montinho Laranjeiras, do Álamo e de alguns casais, como a Casa Velha do Marmeleiro, devendo ter também surgido povoados em altura, como a Cerca do Xarez (séculos VII e VIII/IX) «onde não se registaram cerâmicas tipicamente romanas nem muçulmanas com superfícies vidradas» (Catarino, 1997/1998, p. 537).

Para esta investigadora os primeiros povoados de Época Omíada parecem ter sido núcleos rurais de carácter familiar instalados «nos mesmos locais do povoamento anterior ou, outras vezes, localizados a pouca distância das áreas de implantação romana, como poderá ser o caso do sítio romano da Corga dos Coiros em relação ao sítio do Curralão» (Catarino, 1997/1998, p. 537).

Divide em três fases o povoamento islâmico deste território, integrando na Fase I, os núcleos correspondentes ao islâmico antigo, entre os séculos VIII/IX e inícios do século X, datações provenientes da análise dos achados de superfície, e que não foram objecto de leitura estratigráfica. Na Fase II, considera os sítios plenamente islâmicos a partir do califado de Córdoba, em que alguns dos povoados em altura foram abandonados a partir de finais do século IX ou inícios do século X, mas em que outros agregam ou polarizam alcarias com ocupação até aos períodos almorávidas e almóadas, «em torno de uma estrutura defensiva, como uma torre ou uma atalaia». Apresenta os casos de Alcaria Longa (Mértola), Aldeia dos Mouros (Alcoutim) com uma ocupação prolongada, ultrapassando a (Re)conquista e o sítio de Vale do Bôto, cuja ocupação terminou com a conquista.

Refere ainda para o século XIII, a Fase III, que com os avanços da (Re)conquista «parece evidenciar-se um crescente despovoamento em determinadas zonas» (Catarino 1997/1998, p. 537), apontando as hipóteses de Albert Silbert que enuncia como sendo a mais plausível quanto à «rarefacção do povoamento mesmo antes da Reconquista, em

focos já limitados e descontínuos», o que certamente merece a formulação de uma ou várias hipóteses.

Relativamente à ocupação do Montinho das Laranjeiras, Helena Catarino, considera que esta perdurou para além do Período Califal e dos reinos de taifas para o Almorávida e Almóada, como acontece em Vale do Bôto ou no Castelo de Salir (Catarino 1997/1998, p. 543). A actual povoação, que se encontra dividida em dois núcleos, Montinho e Laranjeiras, «não deve ter sofrido grandes interrupções de ocupação desde o período romano até à actualidade, tendo-se transformado a *villa* romana num pequeno núcleo monástico do período visigótico e mantido uma comunidade moçárabe durante a ocupação islâmica» (Catarino 1997/1998, p. 543).

Refere ainda a povoação de Clarines (freguesia de Giões, Alcoutim), situada «numa área agrícola do planalto de Giões» a cerca de 20 km de Mértola e a 22 km do Montinho das Laranjeiras, em que a actual ermida de Nossa Senhora de Clarines fica sobre ou nas imediações de um anterior edifício religioso «em torno do qual se desenvolveu a antiga aldeia visigótica e muçulmana» (Catarino 1997/1998, p. 544), onde foram identificados e estudados elementos arquitectónicos visigóticos. Aqui o povoamento medieval estruturou-se a partir do edifício religioso.

Nestes dois casos, Montinho das Laranjeiras e Clarines, estamos perante «uma *villa* romana que se transformou em mosteiro visigótico e moçárabe, e uma possível aldeia/paróquia visigótica, também com população moçárabe no período muçulmano. Outros pequenos templos paleocristãos podem ter existido, eventualmente, junto das ruínas da capela de S. Martinho de Cortes Pereira (freguesia de Alcoutim), no sítio de Vale de Condes (freguesia de Alcoutim) e no caso de Pedrinhas de S. Brás (freguesia de Vaqueiros)» (Catarino, 1997/1998, p. 545).

Em síntese, esta investigadora propõe três tipologias para o povoamento rural. O Montinho das Laranjeiras representa a evolução da *villa*, que se transformou num *monasterium* visigótico, «onde permaneceu uma comunidade cristã sob domínio muçulmano», ocupação que em Vale de Condes, (Alcoutim, necrópole paleocristã/visigótica) não perdurou para além desse primeiro período (Catarino, 1997/1998, p. 548). O segundo tipo de povoamento exemplificado corresponde ao caso de Clarines, em que os vestígios apontam para uma povoação com certa densidade no Período Romano, aldeia visigótica com igreja que deverá ter perdurado até depois da Reconquista, com uma ermida medieval/moderna dedicada ao culto de Nossa Senhora da Oliveira (Catarino, 1997/1998, p. 548). O terceiro tipo corresponde a povoações romanas ligadas à exploração mineira, caso de Cortes Pereira com os seus diversos núcleos, com ocupação contínua no Período Visigótico, Muçulmano e Pós-Muçulmano.

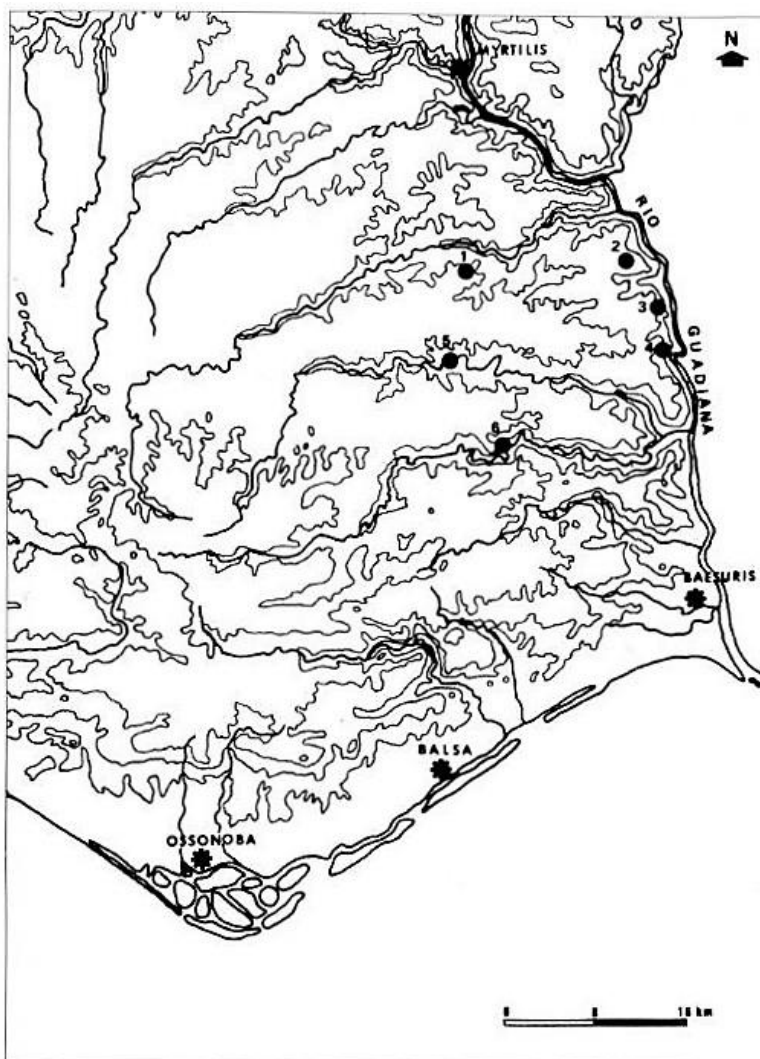


Fig. 3.2.2. Indicação dos sítios referenciado por Helena Catarino (1997/1998, p. 551, Fig. 42): 1. Clarines; 2. Cortes Pereiras; 3. Vale de Condes; 4. Montinho das Laranjeiras; 5. S. Bento Velho; 6. Pedrinhas de S. Brás.

Relativamente ao povoamento rural islâmico esta investigadora propõe três fases. Para a primeira (Fase I), em Época Emiral, o povoamento era «fundamentalmente de altura, escondido e protegido» (Catarino, 1997/1998, p. 552). São poucos os povoados conhecidos com uma continuidade cultural no Período Islâmico antigo, em que os materiais cerâmicos apresentam as mesmas formas e decorações, técnicas de fabrico e de cozedura presentes, como iremos ver, nos sítios do Bloco 14 de Alqueva. Com a unidade omíada, nos séculos IX e X, deverão ter surgido as primeiras alcarias exclusivamente muçulmanas e povoadas por berberes, sendo período de ressurgimento urbano e do comércio mediterrânico (Catarino 1997/1998, pp. 553-554).

A Fase II corresponde assim ao Islâmico pleno e tardio, séculos X e XI, onde com o estabelecimento do califado omíada e posteriormente, dos reinos de taifas, parece

verificar-se um desenvolvimento do povoamento rural, nomeadamente a disseminação das Alcarias onde se concentraria o centro de povoamento e de exploração económica (Catarino 1997/1998, pp. 556-558). A partir de finais do século XI e principalmente no século XII, Helena Catarino entende ser evidente uma mudança no povoamento a sul do Tejo que deverá coincidir com a chegada dos Almorávidas e o avanço da reconquista frente aos Almóadas que vem a reflectir-se na alteração das características do povoamento rural (Catarino 1997/1998, p. 561). Verifica-se o abandono de certos castelos omíadas e povoados em altura ocupados desde o Período Emiral e o abandono de certas povoações implantadas nas antigas *villae* associadas a basílicas, onde estariam estabelecidas algumas comunidades moçárabes. Surgem assim alcarias que concentram as populações que viviam dispersas por pequenos casais e aldeolas (lugares) (Catarino 1997/1998, p. 561). Algumas estariam protegidas por uma torre de vigia, mas surgem também grandes recintos fortificados, que poderiam ter começado por ser simples albacares para refúgio em caso de ataque, e «que protegeriam as populações disseminadas em pequenos alcariais» (Catarino 1997/1998, p. 561).

A última fase (Fase III) corresponde ao povoamento pós-islâmico e é dominada pela guerra («Reconquista») e a um acentuado declínio demográfico que levou à rarefacção da população até aos séculos XIV e XV. Entende que, ainda assim, algumas populações moçárabes persistiram na região durante todo este período, garantindo a continuidade de alguns núcleos populacionais (Catarino 1997/1998, p. 562).

Se para o século VIII, existe um certo vazio populacional, teremos de reconhecer, como diz Ferreira de Almeida (1978, p. 21, *apud* Catarino 1997/1998, p. 581) «que o território, embora em declínio, mantinha uma organização populacional, de cidades e de aldeias, na sequência das épocas tardo-romana e visigótica».

Sobre esta questão do povoamento rural convém referir os importantes trabalhos arqueológicos e estudos que James L. Boone (2001, pp. 104-121) efectuou na área do concelho de Mértola com mais de 157 sítios arqueológicos identificados, tendo escavado e datado, através de C<sup>14</sup>, vários deles. Constatou (Boone, 2001, p. 119-120), nos sítios rurais habitados, a existência de uma variável continuidade da cultura material e a mudança durante o designado período de Transição, entre 550 e 850, que indicia que ainda antes de 711, das invasões árabes ou berberes e da islamização tardia (que situa entre os séculos IX e XI), estavam a surgir na paisagem pequenas granjas e vilas de carácter medieval.

Apona como primeira hipótese para explicação desta alteração da paisagem rural, a libertação dos pequenos proprietários de terras indígenas da dependência do sistema de *villae* e de taxação fundiária que suportava o estado romano da Antiguidade Tardia. Refere que este processo de diluição das estruturas de poder, poderá ter levado ao ressurgimento pré-islâmico de uma organização de traços tribais em que a terra seria propriedade

comunal mas com direitos de acesso individuais, determinados pela posição no grupo. A segunda interpretação que apresenta, baseia-se na hipótese da presença na área de Mértola de um número significativo de berberes antes da invasão de 711, o que poderia explicar a tribalização precoce da área e a presença de casas com pátio tipo Rift («*Rifian courtyard*»), como no caso da Alcaria Longa, embora este modelo arquitectónico possa ter sido autónoma e anteriormente assimilado, do contexto da cultura material mediterrânica. Mas não explica as evidências de continuidade da decoração das telhas e das técnicas de modelagem manual com antecedentes claros na Antiguidade Tardia Romana.

Já para o Alto Alentejo, no Período Romano e Antiguidade Tardia, temos o recente trabalho de André Carneiro (2011) que abrangeu territorialmente o distrito de Portalegre (excluindo na freguesia de Belver do concelho de Gavião) e alguns concelhos do distrito de Évora da região dos mármoreos (Borba, Estremoz e Vila Viçosa) e que «centrou-se na leitura do que terá sido a rede de povoamento rural em época romana na região» (Carneiro, 2011, p. 4).

Procurou entender como se alteraram os padrões de organização de sítios em função das condições naturais e das comunidades que habitavam esse território. Refere que o tempo do estudo «é intencionalmente longo, pois na análise considera-se a evolução desde o estabelecimento da paisagem imperial até à data de 711, marco temporal que de alguma forma se assume como significativa para estabelecer a fronteira com o mundo antigo» (Carneiro 2011, p. 4).

Segundo este investigador, para esta região e no período em questão, o *Endovélico, Sistema de Informação e Gestão Arqueológica* apresentava, no momento do estudo, um total de 2211 sítios arqueológicos, tendo o seu trabalho assentado numa «forte componente de trabalho de prospecção», procedendo à «análise dos factores que motivaram a criação de uma paisagem onde, durante o Império e a Antiguidade Tardia, as mais diversas pessoas habitaram e modificaram o território que é hoje o Alto Alentejo» (Carneiro 2011, p. 4).

Para este autor entre os séculos IV e VII não existe notícia de qualquer reorganização do território e dos seus cadastros antigos, pelo que as repartições da propriedade alteram-se em função das naturais transmissões de bens e não por iniciativas estatais, que só irão decorrer já sob domínio islâmico (Carneiro 2011, p. 167).

Alerta para as alterações que o cristianismo traz para o Império romano e para a mudança de elites que deverá ter ocorrido com a cristianização da sociedade. Considera que é precisamente no mundo rural que «o panorama também muda, embora a estrutura fundamental pareça ser a mesma», surgindo novas «relações, novos modelos de povoamento e uma diferente forma de encarar o quotidiano» (Carneiro 2011, p. 167).



Tipifica para este período as alterações sofridas pelas *villae*, por volta do final do século IV e V, nomeadamente: a reconversão dos espaços nobres em zonas de actividade económica, rara na Lusitânia, mas frequente no Mundo Mediterrânico; a compartimentação de alguns espaços áulicos; e a reconversão da *pars urbana* em necrópole ou em espaço sepulcral (Carneiro 2011, p. 174). Os exemplos de reconversão da *villa* em templo cristão encontram-se para a região de estudo «surpreendentemente mal documentada» (Carneiro 2011, p. 175). Refere um único caso em que «até ao século V, a construção ocorre reformulando um templo pagão pré-existente no edifício; em momento posterior, constrói-se de raiz, nas imediações do edifício de residência, frequentemente após o seu abandono» (Carneiro 2011, p. 176).

É evidente que neste período se deu uma clara retracção das redes de povoamento do território considerando-o como o «efeito mais visível do colapso do mundo romano», constatando que nos «locais que apresentam sinais de ocupação durante os séculos seguintes, a impressão geral é a de uma tremenda inflexão nas pautas de densidade de presença no território», salientando que numa comparação entre o número «de sítios ocupados antes, durante e depois do Império romano, facilmente verificaríamos que este foi um momento excepcional (no sentido etimológico do termo), de uma enorme presença quantitativa nos registos de pontos de presença humana no espaço aqui considerado» (Carneiro 2011, p. 179).

No que se refere ao contíguo território emeritense, para o período compreendido entre a Hispânia visigótica e a formação do Al-Andalus (séculos VII-X), temos a investigação de Bruno Franco Moreno (2008), sobre um período chave para a nossa investigação e situado em área contígua pertencente à mesma organização administrativa.

Franco Moreno (2008, pp. 16-17) refere os estudos que tentam definir um modelo histórico de transição em se poderá enquadrar a monarquia visigótica, que passou de uma sociedade de corte antiga para uma sociedade de tipo feudal, em que a estrutura social deixa de ser homogénea e estável, com um estado distribuidor de riquezas, para uma outra, heterogénea de três ordens: social, económica e territorial.

Se nos séculos IV-VIII Mérida era considerada uma das mais povoadas e dinâmicas cidades do ocidente europeu, como se processou a sua decadência?

Quer as fontes quer o registo arqueológico, para o último século de domínio visigótico em Mérida e no seu território indiciam uma estagnação progressiva dos processos produtivos que têm o seu reflexo na urbe, mas que não se reflectem no restante território peninsular. Mérida e uma faixa territorial localizada no curso médio do rio Guadiana, permaneceram activas durante toda a segunda metade do século VI e a primeira metade do VII, mas com a consolidação do reino visigodo de Toledo, testemunha-se uma alteração que resulta perceptível no abandono progressivo dos centros de produção rural pelas mais

altas hierarquias civis, que se terão mudado para os arredores de Toledo, de forma a obter os favores da monarquia e ter acesso aos órgãos de poder (Franco Moreno, 2008, p. 668).

As partes sumptuárias das antigas *villae* são abandonadas, ficando reduzidas a pequenas aldeias ou *vicus*, com perda de grande parte de suas antigas funções produtivas. A diminuição do sistema de produtivo e a menor procura nos intercâmbios comerciais reflecte, não só alterações na procura interna, mas também as alterações ocasionadas nos sistemas de trocas que se estão operando na margem sul do Mediterrâneo, com o surgimento de uma nova civilização (Franco Moreno, 2008, p. 669).

De acordo ainda com Franco Moreno (2008, p. 505), a principal unidade de povoamento islâmico de carácter rural, que claramente se encontra referenciada nas fontes, é a alcaria, designada de *al-qarya/qura*, onde a generalidade das pessoas detinham a posse da terra, mas encontrando-se conscientes da dependência de um ponto central de categoria mais alta, o *ḥiṣn* do distrito (*lqīm*) no primeiro término e a *madīna* que centraliza a província, em última instância. Na alcaria, há casas e outras construções, terras de cultivo ou quintas (*ad-daya*: aldeia) e outras unidades rurais menores, como os montes (*maysar*), "granjas" (*disar*) e "prédios" (*huss*) e até integra propriedades como uma almoinha<sup>26</sup>.

Para o estudo do povoamento rural, este autor realça a necessidade procurar, para além dos estudos arqueológicos e arquitectónicos, a identificação das relações espaciais de racionalização e de legitimação do poder que dão enquadramento às redes de povoamento de sítios em altura, a hierarquização das mesmas e as relações espaciais entre *habitat* e fortificação. Sublinha ainda que devemos ter sempre presente que a base fundamental do *ḥiṣn* e das *qurà* é o povoamento, os habitantes, que são fundamentalmente camponeses (Franco Moreno, 2008, p. 512).

Mais recentemente Tomás Cordero Ruiz (2013) publica um importante trabalho sobre o território emeritense, que resultou das investigações realizadas no Instituto de Arqueologia de Mérida que tiveram o objectivo de estudar a organização, gestão e

---

<sup>26</sup> Ver em Franco Moreno (2008, p. 505): «Esta principal unidad de carácter rural figura de manera clara en las fuentes consultadas (Al-Rāzī, 1975; Ḥayyān, 1969; Yāqūt, 1974; Pacheco, 1991). La alquería (al-qarya/qurà), estaba poblada por varios individuos, todos o muchos de ellos propietarios de sus tierras, mayoritariamente situadas en el término del asentamiento en que residían. Todas ellas tienen en común la noción de dependencia con respecto a un punto central de mayor categoría, el ḥiṣn del distrito (lqīm) en primer término y la madīna que centraliza la provincia en última instancia. En la alquería hay casas, otras construcciones y tierras de labor o fincas (ad-daya: aldea), además de otras unidades rurales menores, como los "cortijos" (maysar), las "granjas" (disar) y "predios" (huss); incluso una almunia puede estar incluida en el ámbito de una alquería, como una finca más, seguramente con una casa distinguida, como la almunia de los aristocratas zaragozanos Banu Nuḥ al-Gaffiqi, en la alquería de Nubalis (Viguera, 1988)».

transformação dos espaços emeritenses, resultantes das alterações nas estruturas de organização sociopolítica implantadas durante a Antiguidade Tardia.

Aponta que as fontes documentais e epigráficas disponíveis se concentram maioritariamente entre a segunda metade do século VI e a primeira do século VII, sendo escassas para a segunda metade do século VII e sobretudo para todo o século VIII, pelo que a documentação sobre a extensão do território emeritense no Período Visigodo é reduzida. A análise do espaço dos séculos VI e VII encontra-se centrada no surgimento de novas formas de ocupação dos campos, no processo de cristianização, no desaparecimento do estado romano e na implantação do visigodo, ou na sociedade e na economia rural (Cordero Ruiz, 2013, pp. 17-19). Destaca-se o papel do estado, através da colecta dos impostos (*iugatio-capitatio*) de carácter territorial, como forma de fixação do campesinato à terra (Cordero Ruiz, 2013, p. 297). Ressalta igualmente o papel da cristianização da sociedade rural, com a difusão do culto martirial e com a aparição de edifícios religiosos com uma organização regulada pelos concílios eclesiásticos, implantando a Igreja a partir do século IV - se bem que de forma gradual - um novo organigrama administrativo e territorial (Cordero Ruiz, 2013, p. 298). No campo emeritense dá-se igualmente, durante o século V, o desaparecimento do sistema de *villae* através de uma progressiva transformação do povoamento rural que pressupõe o fim de uma identidade homogénea da aristocracia romana e a alteração e substituição das estruturas socioeconómicas e do tipo de produção (Cordero Ruiz, 2013, p. 300).

Anteriormente (Heras & Gilotte, 2008, p. 60), os trabalhos arqueológicos efectuados em El Pozo de la Cañada (Guareña, Badajoz) vêm mostrar uma *villa* romana com uma ampla ocupação entre os séculos I-IX, e clara continuidade entre a Antiguidade Tardia e o princípio do Emirato. Segundo os autores, o seu abandono deve ter coincidido com a forte instabilidade política ocorrida nos séculos VIII-IX, mas não constitui uma ocorrência isolada, pois é nesta época que se assiste a uma alteração generalizada da estrutura do povoamento rural emeritense, que coincide com o surgimento, em finais do século IX, de *husun* em torno da cidade Mérida.

Sophie Gilotte (2010) vai apresentar os resultados do seu trabalho de investigação na Extremadura Leste e Central, do século VIII ao XIII, área que considera muito pouco integrada no contexto do Al-Andalus, por encontrar-se longe das grandes cidades localizadas nas planícies férteis do Guadiana e Guadalquivir, correspondendo a uma área de passagem e de fronteira, onde, na Antiguidade Tardia, as comunidades agrícolas se vão adaptar e enfrentar a desarticulação dos sistemas socioeconómicos. Aborda aqui a questão da estrutura do povoamento, estabelecido essencialmente em altura (Gilotte, 2010, pp. 222-241).

Não podemos também deixar de referir, para áreas peninsulares geograficamente mais distanciadas, a importante investigação de Sonia Gutiérrez Lloret sobre a *kura* de *Tudmir* (1992 e 1996), numa área que compreendia as actuais províncias de Alicante, Múrcia, Sul de Albacete e Norte de Almeria, limitada de norte a sul pelas vizinhas coras de Valência, Santaver, Toledo, Jaén e Ilbira (Gutiérrez Lloret, 1992, p. 32).

Sonia Gutiérrez Lloret (1992, p. 14), curiosamente, começa por indicar que o seu trabalho pretendia ser um estudo de ceramologia que acabou por se converter num elemento explicativo da transição e da forma que se produz o processo de islamização, integrando a cerâmica na dimensão mais ampla do povoamento.

A cerâmica é fruto de tradições culturais concretas e é capaz de informar sobre as populações que a produzem e ilustrar a mudança cultural. Acaba por assumir que o problema que a preocupa é o da continuidade e da descontinuidade das formações sociais, procurando detectar a interrupção ou ruptura do processo, considerando que é sobretudo a arqueologia que poderá evidenciar essa continuidade (Gutiérrez Lloret, 1992, p. 14)<sup>27</sup>. Alerta que Miquél Barceló (1992) formulara algumas reflexões sobre a noção de continuidade, advertindo que a única continuidade possível remete para que o povoamento e a sua evidência material seja uma estratigrafia que testemunha uma sequência ampla de ocupação residencial, mas que não contém nenhuma explicação em si mesmo (Gutiérrez Lloret, 1992, p. 15).

Nenhum registo, seja documental ou arqueológico, contém a dita capacidade explicativa e torna-se óbvio, como o mesmo autor assinala, que é mais fácil chamar a atenção para a descontinuidade do que para a continuidade. Mas na opinião de Gutiérrez Lloret a descontinuidade tem menor capacidade explicativa, pois a continuidade do povoamento num mesmo assentamento é, ao menos, uma evidência arqueológica involuntária que deve e pode ser explicada (Gutiérrez Lloret, 1992, p. 15).

Os estudos arqueológicos actuais têm começado a demonstrar que as cerâmicas elaboradas à mão são muito abundantes em níveis posteriores ao século V, facto anteriormente desvalorizado, ao ponto de até dominarem as produções características dos séculos VII e VIII. A proliferação das produções manuais coincide com o fim das

---

<sup>27</sup> Segundo Gutiérrez Lloret, (1992, p. 14): «Para ello es necesario situar la cerámica en una dimensión más amplia: la del poblamiento. Se trata de ver si la cerámica, que logicamente es fruto de unas tradiciones culturales concretas, es capaz de informar sobre las poblaciones que la producen e ilustrar el cambio cultural. En última instancia, el problema que nos preocupa es el de la continuidad y la discontinuidad – mejor, “solución de continuidad”, puesto que de lo que se trata realmente es de detectar la interrupción o la ruptura en un proceso – entre las formaciones sociales que se solapan en estos siglos; es más, me interesa especialmente el de la continuidad, puesto que aquí la arqueología puede evidenciar más que cualquier outro registo».

importações africanas e essa coincidência não é casual. Na realidade, poderia dizer-se que o fim do comércio de grande distância, característico do mundo romano, condiciona a regionalização das produções e o desenvolvimento destas cerâmicas (Gutiérrez Lloret, 1992, p. 762).

A desertificação do sistema de *villae* e das redes de sítios rurais romanos, e a reorganização do território a partir do século V com base nos bispados, originaram novas redes de sítios baseados numa economia camponesa (Wickham, 2005, p. 535-550).

Entre meados do século V e do século VIII d. C., o território situado entre o Sul da actual cidade de Madrid e os rios Jarama e Guadarrama, esteve ocupado por uma malha densa de granjas e aldeias que respondem a formas sociais diversas e talvez a diferentes sistemas de gestão da propriedade rural e da gestão da produção. Esta paisagem rural Alto Medieval, por comparação com a paisagem rural Tardo Romana, caracterizava-se pelo efeito da multiplicação do número de enclaves que deverão obedecer a critérios de racionalidade e lógicas produtivas (Vigil-Escalera Guirado, 2007, p. 275).

Os trabalhos arqueológicos desenvolvidos na aldeia de Gózquez (século VI a VIII) localizada no centro da Península Ibérica (S. Martín de la Vega, Madrid), permitiram através dos estudos bio arqueológicos, faunísticos e botânicos, evidenciar que não se comprova o paradigma generalizado pela historiografia medieval tradicional relativa a uma economia de subsistência e a assentamentos residenciais precários, remetendo antes para uma integração entre a agricultura e a produção pecuária, contrariando a ideia de uma periclitante economia de subsistência (Vigil-Escalera Guirado & *alii*, 2013, p. 12).

Por volta de 750, as aldeias de Madrid sofrem uma súbita desertificação. Nenhuma das aldeias fundadas em Madrid, no início da Idade Média, tem continuidade, ou aparentam ter sobrevivido com a mesma localização. Os autores consideram inquestionáveis os hiatos. Alguns pequenos assentamentos dispersos sobrevivem até ao final do século IX, mas são constituídos por habitações disseminadas e por vezes localizadas nas margens das anteriores aldeias, considerando os autores que os dados disponíveis não permitem explicar este processo (Quirós Castillo & Vigil-Escalera Guirado, 2006, p. 115).

A situação desertificação do povoamento rural neste período é assim documentada no sul da bacia do Douro, onde de acordo com Vigil-Escalera Guirado e Quirós Castillo (2012, p. 87), no século VIII, são detectadas mudanças profundas na região de Madrid e, provavelmente, em grande parte do Douro. Em meados do século VIII, são abandonados os enclaves aldeões e dá-se o dismantelamento da rede de vilas e quintas, embora se algumas perdurem ainda até o século IX, nomeadamente um pequeno grupo de sítios, como Fuente de la Mora, El Soto e Pelican. Para estes investigadores, a conquista islâmica não implicou uma pausa nos padrões de assentamento rural, mas tudo aponta,

como no caso de Madrid, para um rápido desenvolvimento do processo de nucleação que levou a uma densificação dos centros e à origem das futuras vilas e pequenas cidades medievais.

Estas alterações da paisagem rural, neste período (século VIII), não terão sido exclusivas da Península Ibérica, sendo visíveis em outras partes da Europa (Quirós Castillo & Vigil-Escalera Guirado, 2006, p. 119).

Também na área do Mar do Norte, por volta do século IX, os assentamentos rurais eram bastante diferentes dos seus antecessores, sendo cada vez mais planeados e delimitados. As actividades agrícolas e artesanais, bem como a circulação de mercadorias, mostraram sinais de uma reorganização ampla e as famílias da elite marcaram a identidade de grupo, estabelecendo na paisagem assentamentos distintos, enterrando os seus mortos em novos cemitérios, longe dos cemitérios comunais dos seus antepassados (Hamerow, 2002, pp. 193-194). As evidências arqueológicas identificadas pela autora não permitem apontar com certeza as razões específicas que estão por trás dessas mudanças, mas aponta-se o surgimento de reinos no noroeste da Europa como o pano de fundo que ajuda a compreender a questão. As escavações revelaram o grau em que a evolução da vida rural transcendeu fronteiras políticas e eventos. A arquitectura, estruturas de ocupação e as práticas agrárias passaram por transformações notavelmente semelhantes em toda a zona do Mar do Norte. As comunidades nestas regiões reagiram contra, mas também se adaptaram à cultura mediterrânica e, como indivíduos, assumiram-se cada vez mais como membros de várias comunidades, não apenas de uma família, quinta, ou aldeia, mas também de um território (Hamerow, 2002, p. 194).

Guillermo García-Contreras Ruiz (2013) empreendeu a investigação sobre a organização do povoamento e a sua relação com as explorações mineiras de sal situadas nos vales do Alto Henares, Guadalajara entre os séculos VIII e XII. Para este, o Período Islâmico, especialmente a partir do século X, foi fundamental na criação da paisagem actual. Foram cultivadas e transformadas áreas naturais que até então haviam permanecido sem cultivo, devido ao povoamento de meia encosta dos vales ou mais próximo das áreas de salinas. Para este autor, o que aconteceu entre séculos VIII a XII ainda é rastreável, nomeadamente através das suas salinas (García-Contreras Ruiz, 2013, p. 791).

O verdadeiro objecto de estudo foram as populações que aí viveram dos séculos VIII ao XII. Essas pessoas, acima de qualquer consideração religiosa, étnica ou ideológica, eram principalmente agricultores, cujas vidas se encontravam vinculadas a trabalhar a terra, à gestão da água, aos cuidados com os animais e à obtenção de diferentes matérias-primas, compreendidas apenas olhando para a sua marca na terra (García-Contreras Ruiz, 2013, p. 775).

Antes do século VIII, com poucas excepções, o povoamento, foi caracterizado por uma certa dispersão, localizando-se no fundo dos vales, junto das vias de comunicação, com origem desde o Período Romano, marcando 711 o início de uma mudança gradual que será consolidada no século X. Envolverá a perda progressiva de importância de Segontia, principal localidade do Alto Henares que desaparecerá como cidade, tornando-se um assentamento rural entre muitos que são detectados nesta região, organizados em diferentes vales e com maior relevo para o povoamento em altura, em que Atienza se irá tornar mais proeminente no Período Ómeida (García-Contreras Ruiz, 2013, p. 779).

Não se pode deixar de referir a investigação que Fernando Branco Correia (2010) produziu sobre as fortificações e os aspectos da guerra no território ocidental da Península Ibérica entre o século VIII e primeira metade do XIII, abrangendo sobretudo «uma extensa área entre as bacias do Tejo e do Guadiana - sem fazer das fronteiras entre Portugal e Espanha, uma linha de separação».

O mais importante neste trabalho é que o mesmo vai cruzar a documentação escrita de origem árabe e medieval com os dados arqueológicos e da toponímia.

No seu estudo aborda a formação das elites de origem regional e o seu papel na administração da parte ocidental do Al-Andalus, bem como a forma como a dinastia árabe omíada se conseguiu afirmar na região, conhecida nas fontes como o *Garb Al-Andalus*, durante o Período do Emirado e do Califado de Córdoba.

### **3.3. Território, etnicidade e aculturação**

Na cidade paleocristã de *Mirtylis*, actual Mértola, há dois apelidos Êutique que surgem nas inscrições funerárias da Basílica do Rossio do Carmo e que remetem para o nome do fundador da heresia eutequiana ou monofisita, que, em finais do século V, tal como os posteriores arianismo e monotelismo, contesta «o que pode ser considerado como a vertente politeísta do dogma católico da Trindade». Para Cláudio Torres (1995, p. 265) parece abrir-se caminho para uma predisposição para a vertente mais rígida do monoteísmo do Islão «nos territórios onde a influência monofisita era dominante, como era o caso da Arábia, Síria e Egipto».

A síntese religiosa do Islão vai, a partir do século VII, afirmar-se rapidamente nos centros urbanos do Mundo Mediterrânico «onde já eram francamente maioritárias as heresias cristãs de tipo unitariano» (Cláudio Torres, 1995a, p. 265).

A partir da segunda metade do século VIII, até o primeiro terço do século XI, o actual território da Extremadura chegou a ser formulado em termos gerais, de acordo com as fontes históricas árabes, como *Adna*, ou Fronteira Próxima ou Inferior, tendo como capital Mérida, principal cidade da antiga Lusitânia romana. A situação mudaria no curso

do século IX com a proclamação do Califado, em 929, que trouxe a perda da importância jurídica administrativa anterior de Mérida, em favor da Medina de Badajoz, fundada em 875, mas não consolidada até bem dentro do X, século no qual o território é dividido em «coras» (*kūras*), que por sua vez são subdivididos em distritos (*aqālim*), municípios (*yūz*) e aldeias ou vilas (*qarya*) (Franco Moreno, 2007, p. 571).

De acordo com Santiago Macias (2005, p. 809), existe uma clara continuidade dos limites territoriais imperiais romanos que se projecta para o Período Islâmico: «A reorganização administrativa que a islamização trará é, no que respeita à *kura* de Beja, um decalque muito aproximado do espaço dependente da *civitas* romana». Inclusivamente há, em Beja, uma continuidade de ocupação dos espaços «urbanos» que, no seu entendimento, não compreende somente o aspecto físico da cidade, mas também a sua capacidade de produção intelectual. Esclarece, assim que, ao contrário do que sucedeu noutras áreas do Al-Andalus, no território de Beja, não há «nem abandonos dos principais pontos do território em relação a épocas anteriores nem fundações «*ex novo*» de povoados importantes», exemplificando que localidades como «Beja, Moura, Serpa, o Castro da Cola, Aljustrel, Mértola, etc., têm uma longa história e atravessam vários períodos históricos sem especiais sobressaltos». Aí se encontram vestígios romanos, da Alta Idade Média e do Período Islâmico, «sem que seja possível, por falta de intervenções arqueológicas sistemáticas na maior parte deles, precisar o tipo de evolução que cada um conheceu». Será assim mais adequado falar em «permanência», do ponto de vista de fundo populacional, do que de «continuidade», na perspectiva histórico-cultural<sup>28</sup>, seguindo a linha de pensamento de Miquel Barceló (1992) e já referenciado por Sonia Gutiérrez Lloret (1992). Para este investigador há uma continuidade das elites sociais de Beja e considera que talvez este seja um dos pontos mais importantes para suavizar a ideia de uma rápida aculturação sob a pressão dos contingentes árabes, uma construção social que inclui a resistência à islamização e também uma rápida adaptação. Encontram-se referidos para o século VIII, em Beja, cerca de trinta ulemas com onomástica homogénea, tratando-se de muwalladun, filhos ou netos de conversos ao Islão e de origem local. A urbe, no seu sentido mais lato, continuou a «ter algum protagonismo, nele se mesclando os interesses das elites locais, a resistência do moçarabismo e a manutenção

---

<sup>28</sup> «É que, se constatamos que cada um dos sítios conheceu uma ocupação prolongada, não é menos verdade que os fenómenos de desurbanização da cidade antiga não nos permitem dizer que o espaço urbano onde vivia um cidadão da Beja romana era o mesmo que iria conhecer um seu descendente na Beja islâmica» (Macias, 2005, p. 809).



da cidade como capital de uma vasta região» até à sua tomada por Abd ar-Rahman III, no final da terceira década do século X (Macias, 2005, pp. 809-811)<sup>29</sup>.

Questiona-se como se processou a sua conquista no século VIII se atentarmos à opinião de Chris Wickham (2005, p. 93) segundo a qual os Visigodos são os únicos no Período pós Romano em que não só o Estado não se encontrava enfraquecido, como se encontrava cada vez mais forte, surgindo a Península Ibérica, a partir do século VII, como uma das zonas mais estáveis e poderosas do ocidente.

A uma inicial incursão armada de Tārik ibn Ziyād em 710, para reconhecimento ou rapina, sucedeu uma outra incursão em 711, que dado o seu sucesso acabou por se transformar numa invasão que levou à derrota da estrutura política do Estado visigótico e, sequentemente, à conquista sistemática ou à submissão das cidades e territórios, até cerca de 719, da quase a totalidade da Hispânia e ainda de parte da Gália Narbonense, - ocupada entre c. 719 e 759 - (Acién Almansa 1989; Chalmeta Gendrán, 2003). A invasão persistiu assim, mesmo após a derrota do rei Rodrigo, como uma incursão armada («campanhas»), agora de conquista «pacificadora», em que o exército seguia de terra em terra, de cidade em cidade, submetendo, ou pela destruição, ou pela capitulação – através de pactos como o de Teodomiro, em Valência<sup>30</sup> -, as antigas «*civitates*» romanas. Foi sobretudo este processo de tratados que permitiu a sobrevivência das cidades, mas que também levou à alteração da respectiva importância territorial.

Com excepção de um pequeno número de localidades bem conhecidas, depois da derrota de Rodrigo, todas as cidades capitularam ao Império muçulmano, portanto, os cristãos que viviam ali, permaneceram na posse das suas terras e outras propriedades e mantiveram o direito de as vender<sup>31</sup>.

Através do pagamento da *jizya*, ou imposto de capitação, mantinham o direito à prática livre do culto cristão, existindo ainda o *kharaj*, ou contribuição predial que abrangia também as terras e as árvores de fruto (Macias, 2005, p. 812).

Segundo Santiago Macias (2005, p. 811), as terras entre Sevilha e Beja «foram ora confiscadas numa situação de conquista à força, ora tomadas pelo Tesouro (constituindo um quinto das terras) ou ainda adquiridas pelos conquistadores», aos moçárabes, que

---

<sup>29</sup> O curioso epítáfio de Adulteus de 729 (CIPTP, n. 49; ICERV, n. 79), que deverá ser proveniente de Mértola, é referente a um clérigo que terá iniciado a sua carreira cerca de oito anos após a invasão retratando a continuidade organizacional da comunidade cristã sob o domínio muçulmano.

<sup>30</sup> O Pacto Teodomiro – também conhecido como Pacto de Tudmir ou Tratado de Orihuela – corresponde a um tratado de capitulação (submissão), assinado no ano de 713, entre Abd al-Aziz ibn Musa, filho Musa ibn Nusair, governador do Norte de África, e o magnata visigodo Teodomiro. Acabou por designar mais tarde uma demarcação administrativa do Al-Andalus, a «*Kura*» de Tudmir (Gutiérrez Lloret, 1992, p. 31).

<sup>31</sup> Macias (2005), p. 812, *apud* Dozy (1881), p. 75.

continuaram a ter posse de importante parte até ao século XII, «implicando tal situação que uma boa parte das terras ficou nas mãos/sob a influência dos «visigodos», mesmo sem contar o caso muito particular dos descendentes de Witiza».

Na região entre Beja e Mérida, sensivelmente correspondente à área nordeste do *conventus pacensis*, no momento da *fitna* do século IX, as grandes propriedades estavam ainda na posse dos senhores «visigodos». De acordo com Christophe Picard (1996, pp. 481-482 e 485), admite-se que a Igreja possa ter desempenhado um papel importante no processo de transmissão da propriedade fundiária até ao Período Almóada onde, a partir da segunda metade do século XII, as propriedades cristãs, laicas e eclesiásticas, serão confiscadas (Macias, 2005, p. 812).

Segundo Santiago Macias (2005, pp. 812-813), as populações indígenas dos territórios de Santarém e de Coimbra mantêm-se com um estatuto de grande autonomia e maioritariamente cristianizadas, ao contrário de áreas como Mérida e as suas redondezas onde os «muwalladun se tornaram rapidamente maioritários, como o indicam as revoltas do século IX». Sublinha «que são diferentes as situações a norte e a sul do Tejo e que aos acordos do tipo do de Tudmir, feitos para as regiões de Coimbra e de Santarém, se contrapôs uma realidade marcada por uma presença mais «militarizada» (o que não terá excluído acordos cujos contornos desconhecemos) em regiões como a de Beja». Defende igualmente Macias que quem detêm o poder «são quase sempre oligarquias locais de origem peninsular» pelo que a componente populacional dos moçárabes se irá manter até ao século XII, constituindo o mosteiro existente no lugar de peregrinação que existiu na zona do cabo de São Vicente, um dos principais proprietários de terras no ocidente peninsular.

A aculturação peninsular irá manifestar-se, de forma visível, através da arabização linguística e da islamização, com a vigência de novos modelos e normas sociais e políticas, jurídicas, económicas e fiscais que constituem um novo «*modus vivendi*» (Chalmeta Gendrán, 2003, p. 17).

Defende Macias que não terá sido com a chegada massiva de populações à península que se terá iniciado o processo de «islamização» (e de aculturação), referindo que as funções que tinham os contingentes da Síria e do Iémen ultrapassavam «as plácidas tarefas de agricultura e de pastoreio (Macias, 2005, p. 814). O *jund* do Egipto que se estabeleceu em Beja (124 H./742 d. C.) seria constituído por um «contingente que não ultrapassaria certamente umas poucas centenas de homens (estima-se entre 500 e 700 o grupo de guerreiro instalado na região de Beja) - terá feito parte de uma estratégia de consolidação territorial no território de Beja, mas não foi suficiente para impedir uma sucessão de revoltas que tiveram a cidade como base ou ponto principal dos confrontos»,

evidenciando o seu papel também na cobrança dos impostos devidos ao poder delegado sediado em Córdoba (Macias, 2005, pp. 814-815).

Para Santiago Macias (2006), durante o século VIII, as lutas tribais desencadeadas em Beja, ou a partir dessa cidade, ou outros territórios da sua área, parecem ser um «pretexto da região para vincar os seus direitos, numa tentativa da aristocracia local de não perder os seus privilégios», acompanhando «à escala regional, uma época de sobressaltos em todo o Al-Andalus visível, por exemplo, na ausência de cunhagem de moeda entre 130/748 e 145/763», o que evidencia a crise do poder central (Macias, 2006, p. 43).

No seu entender, não foi «apenas uma coincidência que as revoltas se tenham desenrolado nos locais onde os árabes foram instalados em *jund*, onde se encontravam ainda os restos de uma aristocracia vinda de Sevilha e onde estava presente o que resistia de uma classe de proprietários» (Macias, 2006, p. 43).

Relativamente ao longo século VIII, Santiago Macias (2006) apresenta um balanço em que destaca um conjunto de factores que considera ser interessante sublinhar relativamente às primeiras décadas de islamização.

Evidencia, em primeiro lugar, o importante papel militar desempenhado por Beja no dispositivo das circunscrições militares, com a instalação, em 742, de uma guarnição militar vinda do Oriente, com cerca de 500 a 700 homens (Macias, 2006, p. 37), cuja origem era só parcialmente egípcia (Macias, 2006, p. 43) e que seria desactivada cerca de vinte anos depois, em 763-764.

Em segundo lugar, refere a importância da poderosa comunidade cristã local (Macias, 2006, p. 43), que terá sobrevivido localmente à conquista muçulmana, através de um eventual pacto de rendição como o de Teodomiro e que estará na origem da islamizada e instruída elite local de ulemas, o que por si só evidencia que houve localmente, para além da continuidade cultural e religiosa, também um rápido processo de islamização, de «missão», de doutrinação e de algum tipo de ensino religioso.

Em terceiro lugar, sublinha a «continuidade constatada na classe terra-tenente» em que os «proprietários autóctones continuam a deter o controlo sobre as terras e, certamente, a influenciar os destinos da região» (Macias, 2006, p. 44), mantendo o domínio sobre as massas rurais de camponeses, situação que muito possivelmente só se viria a alterar após o fim da dominação dos grandes clãs dos séculos VIII e IX, dando «lugar à apropriação individual ou de grupos mais restritos, cuja unidade era a propriedade colectiva da *qarya*» (Macias, 2006, p. 44).

Refere, em quarto lugar, o importante papel que teve regionalmente, em Sevilha, Ossonoba e Beja, uma família de origem iemenita, o clã *Yaḥṣubī*, o qual, ou cujos clientes, o emir nomeava como governadores ou chefes do *jund* (Macias, 2006, p. 44).

Por último e em quinto lugar, sublinha que é «nas partes sul e oriental - as mais romanizadas e cristianizadas - que se regista uma maior intensidade da arabização e islamização» justificando com a sua proximidade física e cultural ao Mediterrâneo, visto como um mar interior onde contactos e trocas ancestrais irão persistir junto de populações «mais abertas a todo o género de influências». Para o melhor conhecimento deste processo de aculturação deverá compreender-se melhor as estruturas familiares. Mas nesta questão, em que as elites visigodas apresentavam uma organização que parece adaptar-se bem à adopção do modelo tribal arábico, de tipologia familiar «clânica e unilinear, imposta através da implantação de elementos estrangeiros arabo-berberes, deverá também considerar-se a questão (e o peso) das estruturas familiares em meio indígena, forma de organização distinta mas insuficientemente iluminada pelas fontes escritas» (Macias, 2006, p. 44).

Relativamente ao ritmo de islamização das comunidades rurais do centro da Península Ibérica, de acordo com Vigil-Escalera Guirado (2009, p. 116), os dados oferecidos por várias necrópoles convidam a pensar que se tratou de um fenómeno relativamente rápido, dadas as mudanças para um novo ritual de enterramento dos novos habitantes.

Mas deve-se atentar que a aculturação não pressupõe exclusivamente a islamização da população que adopta usos e costumes exógenos.

Houve um evidente abandono das aldeias em meados do século VIII, mas também houve famílias ou pequenas comunidades camponesas que se mantiveram em pequenas parcelas, tendo-se convertido à religião dos conquistadores.

Evidencia ainda esse investigador que houve, nos séculos VIII a IX, uma forte concentração do povoamento rural, nos arrabaldes de Toledo e Córdova.

Pedro Chalmeta (2003, p. 388) refere que, com o emirado de 'Abd al-Rahman al-Dahil, se intensificou consideravelmente a arabização e «sirinização» do Al-Andalus. O sistema de fomento de clientes Omíadas, deu lugar ao surgimento de o *ahl Qurays* como grupo socioeconómico e à aparição de um núcleo de famílias de *mawali*, de onde se recrutavam os detentores de grandes cargos da administração militar e civil, durante o emirado e o califado.

Assim, na Península Ibérica, foi dada continuidade a esta forma de civilização síria-mediterrânea, com a restauração a ocidente do regime de Damasco, neo-omíada, truncado a Oriente pela revolução abássida, que levaria a uma deslocação do centro de gravidade imperial, para regiões antes dominadas pelo império persa e sassânida, afastando-se do Mediterrâneo.

## **4. Ecologia da Paisagem humana**

### **4.1. Introdução à área de estudo**

O conjunto dos sítios arqueológicos aqui analisados deve o seu estudo à construção da barragem de Alqueva e ao respectivo programa de minimização de impactes arqueológicos. A estratégia de intervenção encontrava-se enquadrada no referido programa, que condicionou os resultados obtidos, quer por questões processuais, técnicas e temporais, quer pela própria natureza e localização dos sítios na albufeira, tendo sido somente escavadas as estações situadas até à cota 152.

A área abrangida pelos trabalhos arqueológicos desenvolvidos em território português no âmbito da construção da barragem de Alqueva, situa-se nos concelhos de Alandroal, Reguengos de Monsaraz, Portel e Mourão, no distrito de Évora, e de Moura, no distrito de Beja, localizando-se na região do Alentejo, no Sul de Portugal.



*Fig. 4.1.2 – Localização no território português do rego de Alqueva, correspondente à área de estudo analisada.*

Os trabalhos arqueológicos desenvolvidos no âmbito do Bloco 14<sup>32</sup> abrangeram os concelhos de Portel e de Reguengos de Monsaraz. Este último, é confinado a norte pelos concelhos de Redondo e Alandroal, a este pelo concelho de Mourão, a sul pelos concelhos de Moura e Portel e a oeste pelos concelhos de Évora e parte do de Portel, abrangendo uma área de cerca de 474 Km<sup>2</sup>. O concelho de Portel ocupa uma área de cerca de 601 Km<sup>2</sup>. A área localiza-se nos vales do rio Guadiana e do rio Degebe, no concelho de Reguengos de Monsaraz, freguesias de Campinho e de Campo e no concelho de Portel, freguesias de Amieira e de Alqueva.

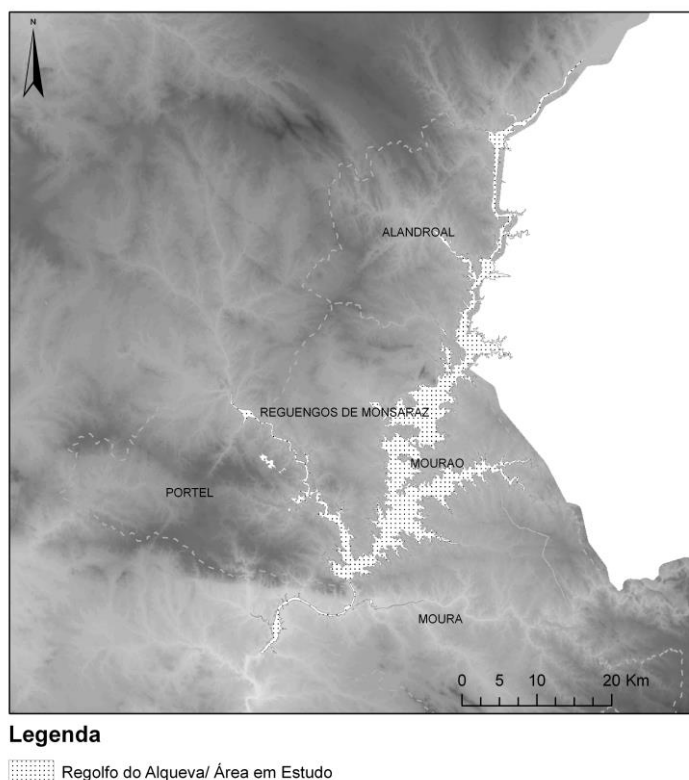


Fig. 4.1.2 – Localização administrativa da área de estudo analisada situada no regolfo de Alqueva.

Predomina a grande propriedade latifundiária com culturas extensivas e as zonas de caça. As culturas preeminentes são a vitivinicultura, a olivicultura e a cerealífera. Prepondera ainda a pecuária e a pastorícia associada ao montado de azinho e sobro, que correspondem aos elementos arbóreo-arbustivos mais evidentes, a que acrescem o carvalho cerquinho, os pinheiros bravo e manso e o eucalipto, e também choupos, salgueiros, freixos e amieiros. O mato existente é constituído por urzes, giestas, piornos, sargaço, esteva, rosmaninho, tomilho, medronheiro, aroeira, silva, roseira-brava, murta, espinheiro, lentisca, zambujeiro, carrasco, loendro, tamargueira, tamujo, catapereiro e

<sup>32</sup> E do Bloco 11 - Ocupações Romanas afectadas pelo Regolfo de Alqueva.

sanguinho-das-sebes. Na fauna, destacam-se as espécies cinegéticas como a perdiz comum, a lebre e o javali, bem como outras como o sisão, exemplo de ave estepária ou ainda o abutre-do-egipto.

#### **4.2. O contexto geológico e geomorfológico**

A região em estudo é dominada pelo rio Guadiana, um dos maiores rios da Península Ibérica com uma extensão de cerca de 780 km, ocupando a sua bacia hidrográfica uma superfície de cerca de 61000 Km<sup>2</sup>, que apresenta caudais sazonais irregulares, que tanto originam cheias catastróficas ou estiagens prolongadas sem periodicidade fixa, atravessando áreas com características climáticas semi-áridas e afectadas por impacte antrópico recente, apresentando um comportamento hidrológico similar ao dos *widian* das áreas desérticas do norte de África e da Península Arábica (Angelluci, 2003, p. 6).

Do ponto de vista geológico esta área integra-se na denominada “Zona de Ossa-Morena” que abrange, não só parte do actual Alentejo, como da confinante *Extremadura* espanhola, formada por rochas metamórficas paleozóicas, acompanhadas por rochas ígneas e por coberturas sedimentares terciárias e quaternárias (Angelluci, 2003, p. 8).

Localmente, a maioria dos sítios arqueológicos assentam na Formação de Barrancos, atribuída por correlação litoestratigráfica ao Câmbrico superior/Ordovícico inferior (Piçarra, 2000; Araújo & *alii*, 2006). Esta unidade litoestratigráfica compreende rochas metamórficas xistosas e de origem vulcânica (Araújo & *alii*, 2006: Complexo Vulcânico Sedimentar de São Marcos do Campo).

Neste último contexto enquadra-se a área do Monte Roncão, freguesia de Campinho, assente em litologias típicas do Complexo Vulcânico Sedimentar de São Marcos do Campo.

Já na zona contígua da freguesia de Campo, do Monte Roncanito e do Monte Espinhaço, predominam os xistos de tonalidade cinzento-escura, esverdeada e roxa (Araújo & *alii*, 2006). Frequentemente, observam-se filões e veios de quartzo (+/- clorite e especularite) com espessura significativas (Barros e Carvalhosa, 1967, p. 8; Araújo & *alii*, 2006). Blocos rolados deste quartzo são frequentemente utilizados na construção.

É de referir que na área dos sítios arqueológicos designados como Cabeçana se encontram identificados terraços fluviais onde abundam os elementos de quartzo e de quartzito, mais ou menos rolados (Barros e Carvalhosa, 1967, p. 8: Q4, entre os 50 m e os 70 m).

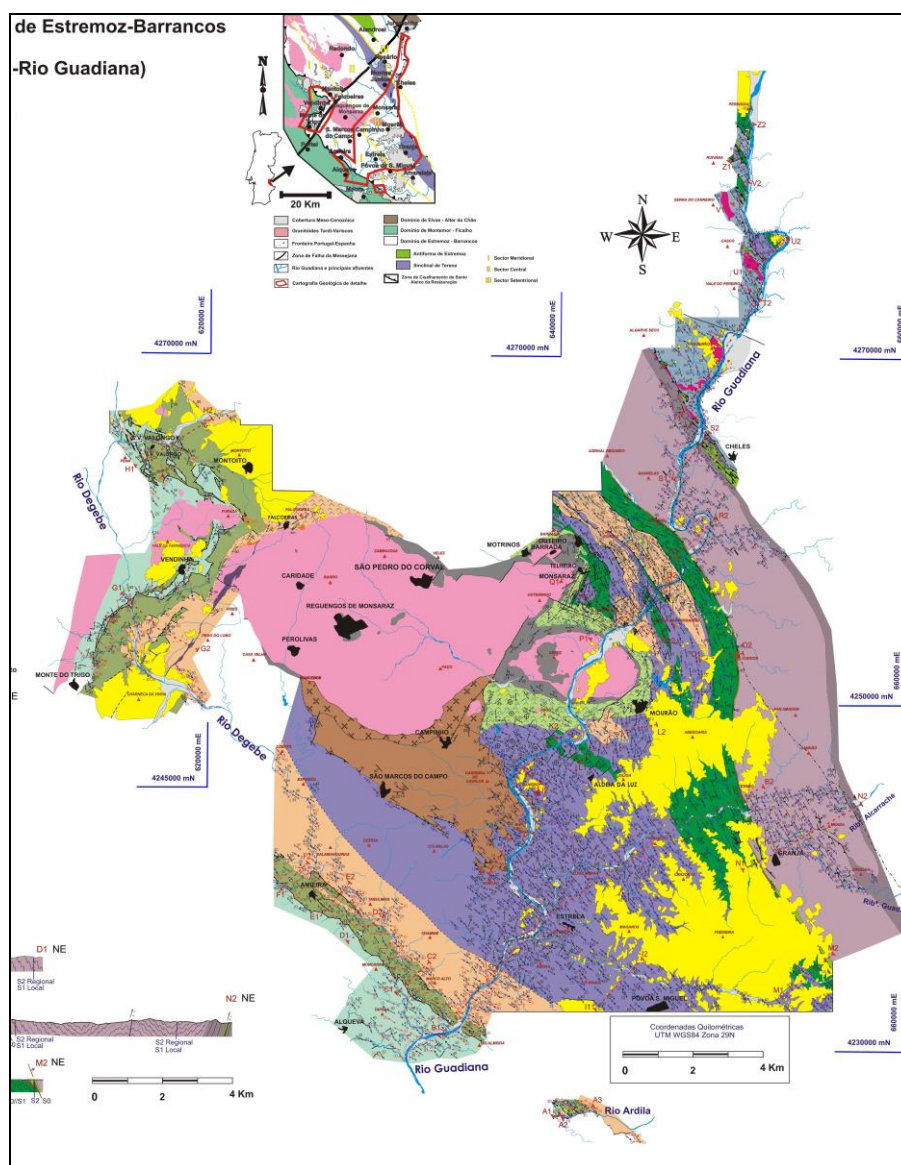


Fig. 4.2.3. Extracto do Mapa Geológico do Domínio de Estremoz-Barrancos (Região de Montoito-Amieira-Rio Guadiana), segundo José Borrego, (2009, Anexo III),

Na área seguinte situada a sudoeste, junto à foz do rio Degebe e na sua margem direita, localizam-se os sítios Monte Barbosa e Monte Musgos. Nestes locais ocorrem predominantemente micaxistos englobados no Complexo Filonítico de Moura Ficalho (Araújo, 1989, 1995; Borrego, 2009), que se apresentam luzentes, acastanhados e muito dobrados, e “rochas verdes” (metavulcanitos de natureza básica) recentemente individualizados numa unidade litoestratigráfica designada Formação de Metabasitos de Santo Aleixo (Borrego, 2009).

Do ponto de vista geomorfológico esta área corresponde à peneplanície do Alentejo no qual o rio Guadiana é o elemento morfológico dominante que corre num vale entalhado que interrompe o extenso planalto alentejano. Nesta área surge em amplos meandros



encaixados e limitados pelas encostas do vale fluvial caracterizado pela presença de um sistema de terraços aluviais quaternários (Angelluci, 2003, p. 9).

A planície, com altitudes médias de 200 m, possui um relevo que, apesar de ondulado, é pouco acentuado. Além do rio Guadiana, é atravessada pelo rio Degebe, também encaixado devido ao abaixamento nível base durante o Quaternário, dando-se a respectiva confluência dos dois rios no Porto de Évora. Como cursos de água tributários mais importantes do Guadiana temos as ribeiras do Zebro, Barbas de Lebre, de Azevel, Alcarrache e do Álamo e do rio Degebe, as ribeiras da Amieira e da Caridade.

A região tem clima mediterrânico com influência atlântica proporcionando verões quentes e secos e invernos curtos e chuvosos sendo a precipitação total anual entre os 600 e os 700 mm e a temperatura média de 16° mas com amplitudes térmicas de cerca de 25°.

Actualmente, a maioria dos solos são esqueléticos com elevados riscos de erosão, apresentando afloramentos rochosos e muito baixa fertilidade; não produzem, sendo na sua maioria rochosos ou constituídos por mato. No entanto entre Reguengos de Monsaraz e Monsaraz existe uma extensa mancha de solos mediterrânicos com uma fertilidade boa e sem problemas de erosão.

#### **4.3. Contributo síntese para a história do clima e da vegetação**

Para os estudos da paisagem, o conhecimento do coberto vegetal e do uso do solo são essenciais para a sua compreensão, ressaltando-se que em paisagens naturais, o coberto vegetal «exprime o carácter natural de uma região» e o uso do solo corresponde «à utilização do território do ponto de vista antropogénico» tornando-se, nas paisagens Europeias, «fundamentalmente humanizadas ou culturais». É difícil esta separação de conceitos pelo que, em síntese, «considera-se assim a paisagem como o resultado visível dos processos resultantes da interacção entre os factores abióticos, bióticos e humanos, que variam segundo o lugar e o tempo» (Batista & *alii*, 2011, pp. 7-8).

Para o estudo da paisagem antiga e do resultado visível da influência humana consideraram-se sobretudo os factores físicos como a geologia e litologia, a geomorfologia, a hidrografia, os solos e o clima, «que definem a forma, o coberto vegetal e que condicionam a ocupação humana», propondo-se considerar como hipótese de trabalho que a acção antrópica é um dos principais factores na construção da paisagem, das suas dinâmicas e alterações espaciais que se distanciam da morfologia orgânica.

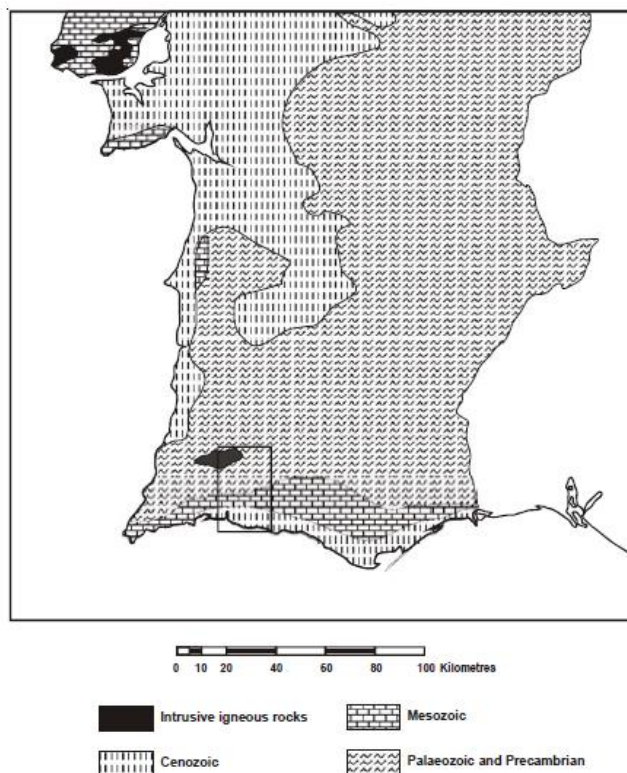


Fig. 4.3.1. Esquema geológico do sul de Portugal (Fletcher, 2005, p. 15).

A investigação da paisagem antiga requer assim que se estude a relação directa entre a evolução do clima, do coberto vegetal e a acção humana.

Mateus (2003, p. 21) refere a importante dicotomia entre «Arqueólogo cultural» e o «Arqueólogo ambiental» ou arqueoambiental, no sentido «da Paleobiologia, ou da Arqueologia espacial» que «contribui com o seu questionar específico, com a sua visão particular de ponto de vista, com a sua estratégia de leitura complementar, posicionamento esse que tende a envolver uma perspectiva também ela de natureza integrativa e global».

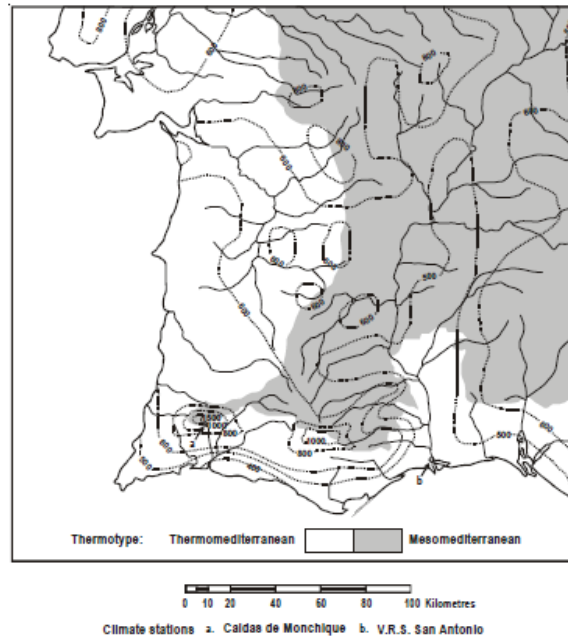


Fig. 4.3.2. Termotipos e pluviosidade do sul de Portugal (Fletcher, 2005, p. 18).

Para uma descrição do paleoclima do Holocénico têm contribuído investigações geológicas e de paleobotânica, nomeadamente o estudo dos pólenes (palinologia), que em alguns casos são decorrentes da própria investigação dos sítios arqueológicos.

Esta perspectiva permite igualmente reconstituir o coberto vegetal e ensaiar uma aproximação à interferência antrópica, particularmente para o período que interessa ao nosso estudo sedado no Holocénico Recente (ou tardio).

Os principais obstáculos encontram-se nos poucos estudos efectuados ou na dificuldade em obter amostras de sítios que permita fazer uma investigação dos pólenes e das sementes e que de forma directa permite conhecer as espécies vegetais e de forma indirecta reconhecer os traços gerais climáticos.

Com o início do Holocénico, estabelecem-se as condições climáticas de tipo interglacial, encontrando-se dividido em três principais períodos no que respeita à evolução climática: Holocénico Antigo, Holocénico Médio e Holocénico Recente. Para o período histórico sobre o qual se debruça o nosso estudo interessa sobretudo este último.

**Table 1**

Holocene environmental, climatic, and geomorphic context, summarized from van der Knaap and van Leeuwen (1995), Vis et al. (2010), Abrantes et al. (2005), and van der Schriek (2004). P = Palaeolithic, EP = Epipalaeolithic, M = Mesolithic, N = Neolithic, C = Chalcolithic, BA = Bronze Age, IA = Iron Age, R = Roman, Med = Mediaeval, PM = Post Mediaeval. 235 <sup>14</sup>C, 27 TSL/OSL and 7 U-series results from ascribed contexts, plus 'Me' from otherwise unassigned megalithic contexts were binned in each timeline division simply using each central estimate (from the database of Cardoso et al., 2012). The area 9–5 °W, 39–40 °N, was chosen to include Spanish Extremadura, the shell middens of the lower Tejo and Portuguese Estremadura, and the Alto Ribatejo. Uncalibrated <sup>14</sup>C data were converted using Reimer et al. (2009), other data are as reported. Problems of method, interpretation/association, and residual/intrusive materials/signals etc. produce tails in the distributions of dates for a given period, and of periods for a given date.

Timeline (BC/AD)	Vegetation	Climate	Sedimentation	Period	Extant dating results						
					P	EP	M	N	Me	C	BA
>10200	Forest colonization	Cold dry	Aeolian deposits	P	46	3	2				2
10200–9300	Forest development	Warmer and wetter			1	1					
9300–8300	Forest closure	Warm and wet		EP	4	1	1				
8300–7700	Possible lowland clearance/cultivation	Cycles of warm-dry/cool-wet			1	2			1		
7700–6700	Lowland anthropogenic clearance	of c. 500 year duration,			1	6	1				
6700–6500	Possible montane clearance/grazing	general trend to cool-wet				2					
6500–5500	Agriculture in lowlands (Cerealia)			M/N	1	1	35	3	1	1	
5500–4800					2	8	15	1			
4800–4500	Grazing			N		1	5				
4500–4000	Expansion of small scale deforestation	Drying following weakening	Alluvial accumulations			1	14				
4000–3600	Increased arable yields	of African monsoon				2	12				
3600–3300	Shift from cultivation to grazing, Reforestation					1	9	1	1		
3300–2600	Deforestation, overgrazing	Warm wet	Significant erosion: upland	N/C	3		2	9	10		
2600–2300	Reforestation	(strongly seasonal?)	Some colluviums and alluviums	C			2	3	8	2	
2300–1900	Field cultivation				1			2	3	2	
1900–1500	Progressive deforestation			BA				1	2	14	
1500–100	Contrasting phases: intensive field cultivation/pasture/deforestation/stability/reforestation	Some indications of wetter climate		BA/IA	1			1		1	
100BC–350AD	Reduced grazing and erosional pressure	Less wet		R					1	1	
350–900	Valley deforestation, upland reforestation			Med			3				
900–1050	Large scale deforestation: valleys		Severe valley erosion								
1050–1250	Large scale deforestation: uplands	Warm dry	Severe erosion: upland and valley						1		
1250–1450	Progressive severe soil erosion										
1450–1650	Permanent erosional degradation	Cold wet	Severe upland erosion: alluviums	PM							
1650–ca.1800	Forestry plantation	(Little ice age)									

Quadro 4.3.1. Contexto ambiental, climático e geomorfológico Holocénico (Burbidge & alii, 2014, p. 66)

De acordo com Paula Queiroz (1999, p. 196) «esta reconstituição paleo-bio-climática, tendo por cenário o continente europeu, é particularmente problemática para períodos pós-Neolíticos, quando a influência humana nos ecossistemas naturais se vai tornando mais forte, sendo difícil a discriminação entre o papel do Clima e o do Homem no desenvolvimento da vegetação». Ainda para esta investigadora (1999, p. 203), e no que se refere à sub-região do noroeste alentejano, «a primeira fase paleoclimática do Holocénico Médio caracteriza-se pela prevalência das florestas climáticas de carácter mesomediterrâneo (pinhal bravo, carvalhal marcescente e amial)» referindo que nesta fase são ainda «relativamente modestas as formações esclerofilas».

Já no Holocénico Recente («3 a 0 Ka BP.») segundo a mesma autora estabeleceu-se «um novo ciclo paleoclimático, iniciado com uma fase de clima húmido a hiper-húmido, passando posteriormente a períodos gradualmente mais secos» identificando três diferentes fases na evolução climática.

O Holocénico Recente (Fase A: «3 - 1.5 Ka BP») para a área do noroeste alentejano corresponde à «repaludificação extensiva dos pântanos costeiros, quer perimarinhos quer do planalto litoral, alguns dos quais sofrendo uma influência salobra crescente, o que sugere um clima globalmente mais húmido», a hiperhúmido, em que a elevada precipitação provocaria inundações nos sistemas palustres e enxurradas, episódios que segundo a autora não podem ser explicados apenas pelo clima, referindo que a «desarborização intensa da paisagem, movida pelos homens, altera o balanço

hídrico nas bacias de captação da região, fazendo diminuir a capacidade de retenção da água nos solos desnudados e erodidos, aumentando assim a escorrência superficial, e por outro lado provocando uma diminuição da evapotranspiração total».

A Fase B («1.5 - 0.5 Ka BP») corresponde a um período de clima húmido, embora provavelmente mais seco que a fase anterior onde se inclui a fase de «óptimo climático característica do período medieval, durante a qual, na Europa do Norte, ocorreu um aumento generalizado dos valores de temperatura».

A Fase C («0.5 - 0 Ka BP») «corresponde ao desenvolvimento do actual período de clima subhúmido, claramente de características mais secas do que as patentes durante a fase B» (Queiroz, 1999, pp. 204-205).

«O principal factor de modelação da paisagem do litoral norte alentejano durante o Holocénico Recente é o Homem. Após *circa* 3 000 BP, a evolução da paisagem é fortemente marcada pelo acumular de transformações contínuas e descontínuas de carácter eco-territorial, por vezes irreversíveis, correspondendo à intensificação e extensividade do impacte humano a todas as zonas ecológicas regionais (habitats).

O reconhecimento do impacte humano nos diagramas polínicos passa pela identificação de tipos polínicos considerados “indicadores antropogénicos” (*sensu* BEHRE, 1981), pela caracterização do seu valor indicativo em termos eco-territoriais (do ecossistema territorial, humano), e pela interpretação dos seus padrões de ocorrência e desenvolvimento em termos de evolução desse eco-território. É necessário, no entanto, tomar em consideração quer as limitações impostas pelo âmbito taxonómico largo de alguns tipos polínicos, quer pelo carácter particular dos antigos padrões de ocupação da terra, frequentemente sem análogos no presente» (Queiroz, 1999, p. 220).<sup>33</sup>

---

<sup>33</sup> Nesta fase de carácter termomediterrâneo as principais formações lenhosas reconhecidas (Queiroz, 1999, p. 225):

- 1) *Pinhal bravo* - em declínio em toda a região (sobretudo nas paleo-dunas);
- 2) *Pinhal manso* (*Pinus pinea*) - em expansão (fora da dunas, em substratos terciários) em situações mais xero-térmicas;
- 3) *Urzais altos* (*Erica scoparia*) - em declínio e refúgio nas depressões húmidas;
- 4) *Expansão dos matos esclerófilos* (*Quercus coccifera*), *urzais baixos* (*Erica umbellata* e *Calluna vulgaris*) e *charnecas* (*Cistus*, *Halimium* e *Ulex*);
- 5) *Carvalhais marcescentes* (*Quercus faginea*) - em declínio e refúgio edafo-climático nos terraços baixos dos vales;
- 6) *Sobreiral* (*Quercus suber*) - em expansão e individualização (fora da dunas, em substratos terciários) em situações mais xero-térmicas; ganhando predominância nos vales em detrimento dos carvalhais onde se integra.
- 7) *Amiais ribeirinhos* - em declínio, sendo substituídos por *salgueirais* (*Salix*) e *choupais* (*Populus*) mais resilientes face a regimes de cheia mais contrastados;

Numa abordagem paleobotânica das regiões nordeste do Mediterrâneo, Beaulieu & *alii* (2005, pp. 114-126) utiliza pólenes e macro fósseis de plantas de um conjunto seleccionado de sítios de Espanha, França e Itália para explorar a origem e desenvolvimento da vegetação do Mediterrâneo, tratando a questão e o papel da vegetação perene e a expansão de árvores esclerofilas durante os períodos interglaciais do Pleistocénico. Durante o Holocénico são registadas diferenças na vegetação consoante a latitude e longitude mostrando os estudos flutuações climáticas de curta duração referindo o debate aberto entre aqueles que referem o incremento das florestas esclerofilas durante o Holocénico recente em direcção à aridez e aqueles que a consideram uma dinâmica induzida pelo homem.

No Holocénico recente encontra-se registada uma fase húmida entre 2760 - 2420 BP, mesmo que seja sugerido um curto período árido cerca de 2600 BP.

Os autores referem a identificação de muitos indicadores da agricultura e da degradação da floresta no sítio de Villaverde (ca 2200 - 1600 BP) e em Siles (ca 1400 BP) e finalmente em Cañada (ca 670 BP).

Para além do evidente impacte humano os autores observam que se tem que levar em conta as variações climáticas considerando ter eventualmente havido um período húmido no prelúdio da Idade do Ferro (ca 2900 – 2300 BP), um aumento de seca no período Romano. Os vários estudos peninsulares evidenciam a distinção entre processos naturais e humanos entre o Baixo-império e 1360 da nossa era.

Estabelecem e precisam que dois períodos da nossa era, um situado entre 820 e 1075, e outro entre 1220 e 1360, correspondem ao período quente, (e seco), medieval, em que estas condições climatéricas são síncronas com uma mudança agrícola, com a expansão da cultura da oliveira e da vinha na Península Ibérica.

O aumento da precipitação e da água dos lagos ter-se-á verificado entre 1360 e 1580, com um máximo por volta de 1550, coincidindo com primeiro episódio da pequena idade do gelo (Little Ice Age), que atingiu o seu pico entre ca 1490 - 1870 depois do período mais seco.

De acordo com Beaulieu & *alii*, (2005, pp. 118-119), a maioria dos autores repara que se encontra registada uma tendência para a aridez desde ca 5400 – 5200 BP, com picos também cerca de 4500 - 4400 BP e cerca de 3650 - 3400 BP e depois de 2550 BP e de 700 BP.

Dados confirmados por Martin-Puertas & *alii*, (2008, pp. 907-921), na reconstrução paleoclimática obtida nos dados do lago de Zoñar, no vale do Guadalquivir em Córdoba

---

8) *Urzais húmidos nas turfeiras sub-terrestrializadas (de Erica erigena) - em declínio, sendo tendencialmente substituídos por matos alagados de murta-dos-pântanos (Myrica gale), de carácter menos oligotróficos.*

(fazendo a reconstrução hidrológica baseada na sedimentologia, geoquímica e biologia dos registos do lago), onde se verifica a rápida resposta do sistema do lago às alterações climáticas do Mediterrâneo durante os últimos quatro milénios, permitem definir os principais ciclos paleohidrológicos.

De 375 a 600, a deposição sugere a dominância de ambientes mais litorais e a diminuição progressiva do nível do lago, similares aos ocorridos na Europa e África depois do Período Romano.

De cerca de 600 a 1200 há evidências que apontam para vários episódios de seca, período que representa uma grande mudança hidrológica, no mesmo período que a «Mediaeval Climate Anomaly», (MCA) para o norte da Europa, com registos da diminuição da precipitação média na gruta de Soreq e lagos na Itália central e norte de África entre os séculos IX e XI.

O estudo de sedimentos marinhos pouco profundos (nas vertentes geológicas e biológicas) permitiu identificar as variações climáticas dos últimos dois mil anos provenientes da bacia de deposição do rio Tejo junto a Lisboa (Abrantes & *alii*, 2005, pp. 2477 - 2494).

O clima parece ter oscilado nos últimos 100 000 anos com um período médio de cerca 1500 anos (Bond & *alii*, 1997, *apud* Abrantes & *alii*, 2005): Estas variações milenares, como as referentes os acontecimentos abruptos do último período glacial que se encontram registadas na costa portuguesa, ou às menos severas repetidas mudanças climáticas que marcam o Holocénico, correspondendo as mais recentes destas ao que é designado pelos autores e alguma literatura como Período Quente Medieval (entre 550 e 1300) onde se identificou a diminuição do fluxo de água do rio Tejo e para a Pequena Idade do Gelo (entre 1300 e 1900), período para o qual se sugere aumento das descargas do rio.

Os factores primordiais para estas mudanças climáticas milenares ou centenárias são ainda mal compreendidas, sendo colocadas várias hipóteses onde se destaca o índice gradiente de pressão atmosférica do Oceano Atlântico Norte designado como Oscilação do Atlântico Norte, considerado útil para interpretar as condições climáticas dos últimos dois mil anos.

Trabalho mais recente (Moreno & *alii*, 2012, pp. 16-32) relativo à anomalia climática medieval (MCA: 900 a 1300) na Península Ibérica permite considerar registos marinhos e terrestres cobrindo os últimos duzentos anos que proporcionam uma reconstrução regional paleoclimática. De acordo com os mesmos autores as evidências apontam para que a MCA foi um período seco na área peninsular mediterrânica, sendo caracterizado pela já referida diminuição do nível dos lagos com mais vegetação xerófila e heliófila e baixa frequência de cheias, grandes fluxos eólicos do Sáara e menos débito

fluvial nas bacias marinhas, contrastando com as reconstruções baseadas em sequências do lado noroeste da Península, face ao oceano Atlântico, que indicam um aumento da humidade, consistente com o papel da Oscilação do Atlântico Norte que moldou o clima peninsular durante o último milénio (Moreno & *alii*, 2012, p. 29).

O papel do homem na formação da vegetação de grande altitude na Sierra de Gredos, situada no sistema montanhoso central da Península Ibérica, tendo por base o registo palinológico de Puerto de Serranillos, permite visionar alguma da história da vegetação do Holocénico recente (López-Merino & *alii*, 2009, pp. 42-51).

Na montanha até ao século XII eram dominantes as florestas de *Pinus sylvestris* sendo a actual paisagem de génese antropogénica, de pastos para ovelhas, cabras e gado vacum, gerada sobretudo entre os séculos XVII e XVIII.

Segundo os autores, os territórios de montanha são desenvolvidos como paisagens culturais onde a pastorícia é a principal ocupação movendo-se no Verão o gado dos pastos baixos para os de altitude, movimentos locais de uso do solo de longa duração, da Pré-história recente ao período Islâmico (transterminância), surgindo durante o período Cristão, em 1273, movimentos que cobrem centenas de quilómetros (transumância).

A contínua actividade humana na montanha contribuiu, usando o fogo e intensificando as práticas de pastorícia, à progressiva desflorestação das florestas de pinho substituídas por arbustos, o que criou uma paisagem heterogénea com um coberto vegetal que pode ser tomado no presente por natural (López-Merino & *alii*, 2009, p. 49).

Beaulieu & *alii*, (2005, pp. 114-126) ao estudarem a dinâmica da vegetação no noroeste das regiões Mediterrânicas, em sítios de Espanha, França e Itália, referem-se à sua instabilidade bioclimática, abordando a expansão das plantas de folhagem perene, das árvores esclerófilas durante os períodos interglaciares do Plistocénico. No Holocénico os dados apresentam para a região diferenças na vegetação quer para a latitude quer para a longitude, centrando a discussão nas razões para o aumento das florestas esclerófilas como ou sendo um desenvolvimento relativo à aridez, ou a uma dinâmica introduzida pelo homem.

Estes autores registam uma fase húmida no Holocénico tardio cerca de 2760 – 2420 BP, com um eventual período árido ca 2600 BP, situação que terá terminado cerca de 2500 BP seguindo-se um período seco, sendo de difícil distinção o papel do clima e da acção humana na dinâmica do ecossistema, como a pressão do pastoreio, que poderá ter levado ao aumento da proporção local da erva devido às extensas pastagens.

Vários indicadores da agricultura e da degradação florestal surgem em sítios das terras baixas de Villaverde (ca 2200 – 1600 BP), em Siles (ca 1400 BP) e, finalmente, em Cañada (ca 670 BP). Para além do evidente impacte humano as variações climáticas têm que ser consideradas. No início da Idade do Ferro é possível ter existido um período



húmido (ca 2900 – 2300 BP) e uma ampliação da seca é sugerida para o Período Romano. Entre o Baixo-império e 1360 d.C., a água terá diminuído durante dois períodos: 820 – 1075 d.C. e 1220 – 1360 d.C., correspondente ao período medieval quente (MWP). Estas condições quentes e secas são contemporâneas da mudança agrícola evidente com a expansão da cultura da oliveira e da vinha.

Por outro lado uma primeira fase de aumento registado de água ocorreu entre 1360 e 1580 d.C., com um máximo à volta de 1550 d.C., coincidindo com o primeiro episódio da pequena idade do gelo (LIA), que teve o seu pico ca 1490 – 1870 d.C. (Beaulieu & *alii*, 2005, pp. 118-119).

Sumariando (Beaulieu & *alii*, 2005, p. 119) de acordo com a maioria dos autores desde ca de 5400 – 5200 BP, verifica-se uma tendência geral árida para limiares de aridez cerca de 4500 – 4400 BP, ca 3650 – 3400 BP, ca 2550 BP e por volta de 700 BP.

Os autores espanhóis inclinam-se para explicar as alterações de vegetação no Holocénico inicial como resultantes do clima, mesmo que no Neolítico antigo ou médio sejam identificados impactes humanos na vegetação na Catalunha enquanto para a Itália os autores encontram-se mais inclinados a interpretar de forma mais equilibrada o papel humano nas alterações de vegetação (Beaulieu & *alii*, 2005, p. 123).

Durante o Holocénico médio as actividades agrícolas e de pastoreio levaram à utilização do fogo (Vannièrè & *alii*, 2011, pp. 53-73) numa região como o mediterrâneo caracterizada por forte precipitação sazonal e acontecimentos atmosféricos extremos, como cheias e secas. Nos anos mais secos, marcados no verão por ondas de calor, encontram-se ligados à actividade extrema de fogos, assumindo-se para estes autores como um dos mais relevantes agentes da dinâmica do ecossistema mediterrânico.

Desde o ultimo período glacial que o fogo deve ter ajudado a modelar o bioma e mantido a estrutura e função do mesmo. A análise dos carvões ligados aos paleo-fogos com os dados hidrogeológicos, a vegetação e os dados arqueológicos, revela fortes relações entre o clima, fogo, vegetação e uso antropogénico da terra (Vannièrè & *alii*, 2011, p. 53).

A área climática do Mediterrâneo é caracterizada por Invernos húmidos e amenos e Verões quentes e secos, na zona oeste do continente europeu, na latitude entre 30°N e 45°N (Vannièrè & *alii*, 2011, p. 55).

Esta estação seca varia conforme a latitude, entre um a três meses na costa italiana e no Norte do Mediterrâneo, e mais de cinco meses abaixo da latitude 40°N latitude, como na Sicília, o sul de Espanha ou o Levante. A precipitação anual varia entre os 100 mm/ano e mais de 2000 mm/ano, encontrando-se dependente da altitude.

Existem gradientes da latitude, como as elevações baixas ou médias nas regiões do meso ou termomediterrânico com árvores folhosas perenifólias (e.g. *Quercus*

*rotundifolia*, *Q. suber*, *Chamaerops humilis*, *Laurus nobilis*, *Olea europea*) e arbustos (e.g. *Pistacia terebinthus*, *Arbutus unedo*) que dominam a paisagem. Fora desta região, nas meias latitudes dominam as folhosas caducifólias (*Quercus*, *Ulmus*, *Carpinus*, *Tilia*, *Corylus*) e nas terras baixas (e.g. Norte de Itália).

Árvores de bioclima temperado submediterrânico, como as árvores de folha caduca (e.g. *Quercus pubescens*, *Fraxinus ornus*, *Ostrya carpinifolia*, *Castanea sativa*) formam uma cintura florestal acima (e.g. c. > 1000 m na Sicília) e a norte da vegetação sempre verde (e.g. norte de Itália de Espanha e da Grécia). (Vannièrè & *alii*, 2011, p. 56).

Segundo os autores, (Vannièrè & *alii*, 2011, p. 69), este estudo particular procurou identificar possíveis padrões e causas das alterações do uso do fogo na região do Mediterrâneo, mesmo quando o papel do homem está atestado, considerando preponderante o clima na modelação do uso dos incêndios nesta região durante grande parte do holocénico.

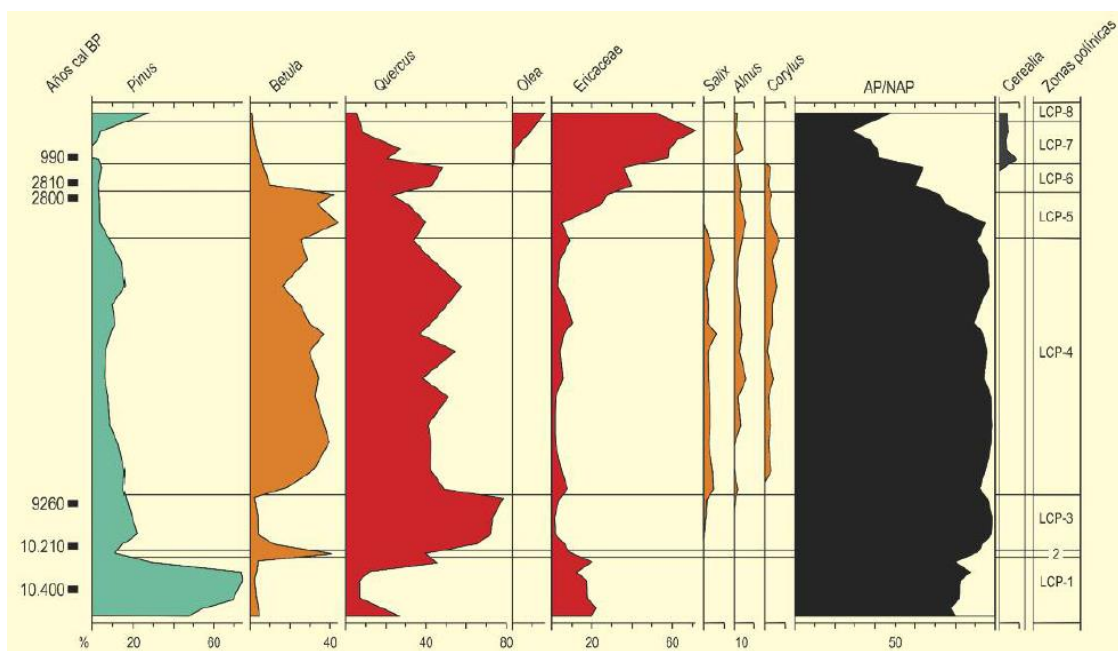


Gráfico 4.3.1. Diagrama da sequência da Lagoa Comprida 1. (Carrión & *alii*, 2012, pp. 750-751, Fig. 777).

De acordo com o enunciado por esses autores a influência humana nos fogos parece ser insignificante antes de c. 4000 – 3000 cal. BP. A vegetação vai diferindo conforme os sítios dentro da mesma região e afigura-se ter pouca importância nas queimadas regionais. Enquanto as regiões do Mediterrâneo norte foram propensas aos incêndios durante a maior parte do Máximo Térmico do Holocénico Médio, o sul teve uma reduzida actividade de fogos devido a verões mais húmidos do que os actuais.

Relativamente aos dados climáticos conhecidos para Portugal através dos estudos polínicos contidos em sedimentos temos os apresentados na importante compilação para a Península Ibérica de Carrión & *alii* (2012), os elementos recolhidos na Lagoa Comprida,



Segundo esses autores a partir do III milénio a.C., dever-se-á ter produzido um impacto ambiental em que factores climáticos e antrópicos se sobrepuseram (Carrión & *alii*, 2012, p. 765) com a proliferação de plantas de matagal, cujo padrão parece marcar a taxa ascendente das *Leguminosae*, bem como outras plantas adaptadas aos sistemas agropecuários. São tais os impactes detectados dos sistemas agropecuários que parecem incrementar-se sobre a paisagem até à romanização, que a curva de *Leguminosae* alcança o seu ponto culminante, superando a sua frequência relativa a *Quercus perenes*.

Já para Serranía de Las Villuercas, Villar del Pedroso, Cáceres (Espanha) e Garganta del Mesto (dados que abrangem 3800 anos BP - actualidade) entre os anos de 1500 a.C. e de 1500 d.C., caracterizaram-se por uma total dominância amieiro (*Alnus glutinosa*).

Segundo os autores (Carrión & *alii*, 2012, p. 557) simultaneamente a um incremento da temperatura, a actividade humana deverá estar patente na regularidade dos incêndios que favoreceu os carvalhos e as oliveiras frente à redução da extensão das plantas mesófilas, apesar das boas condições hidrológicas.

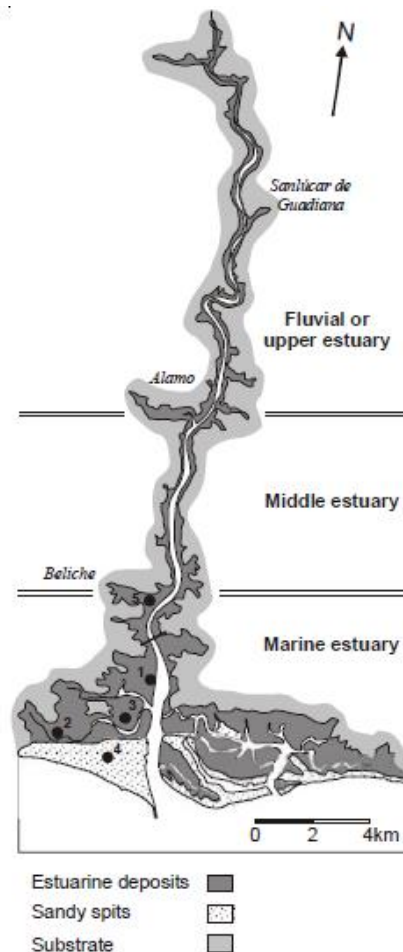


Fig. 4.3.3. Mapa do estuário do Guadiana com representação da hidrodinâmica segundo W. Fletcher, (2005, p. 26).

W. Fletcher, (2005, pp. 317) na sua tese utilizou resultados de análises sedimentares e palinológicas provenientes de sedimentos datados por C<sup>14</sup> AMS dos estuários dos rios Guadiana, Arade e Boia, que forneceram detalhada informação paleoecológica relativa às mudanças nos ambientes ribeirinhos locais e os acontecimentos na paisagem entre ca 13000 e 2000 cal. BP.

Foram identificados nesses três estuários no Holocénico recente e médio vegetação, caracterizada por *Pinus* e *Quercus*, de folhagem perene e decídua, e pelas ervas e arbustos associados. Após ca 5000 cal. BP declinam dramaticamente as árvores e aumentam as charnechas com *Ericaceae* e *Cistaceae*, o que terá resultado do papel antropogénico na paisagem Algarvia, evidenciando uma grande desflorestação durante a Pré-História.

O sítio Beliche-Guadiana, correspondente à sondagem CM5, está localizado no sapal de um pequeno tributário do rio Guadiana, a cerca de 10 Km da foz (W. Fletcher, 2005, p. 31). A sua amostra CM5-V (5200-1430 cal. BP) apresenta um declínio agudo de *Pinus* e *Quercus* e um grande aumento de *Quercus coccifera* (carrasco), *Myrtus*, *Cistaceae* e *Ericaceae* bem como indicadores de pastagens como *Plantago coronopus* e *Plantago lanceolata* (W. Fletcher, 2005, p. 174).

Apresenta assim indicadores do impacte antropogénico entre ca 5200 – 1430 cal. BP, com evidências de uma série de grandes mudanças na composição do coberto vegetal, sugerindo os valores um declínio significativo de *Pinus* e *Quercus*, excluindo o tipo *coccifera*, acompanhada pelo incremento de *Myrtus*, *Cistaceae* e *Ericaceae*, sobretudo nas áreas costeiras (Fletcher, 2005, p. 221). Sem interferência do homem a *Quercus coccifera* assim como outros arbustos podem atingir a dimensão de pequenas árvores integrantes naturais do carvalhal. Nos carrascais o emprego do fogo para a pastorícia dá lugar a comunidades de flora dominada pelo *Cistus*, *Erica* e arbustos de leguminosas arbustivas, e.g. *Ononis*, *Ulex*. O *Quercus rotundifolia* (azinheira) é uma das principais árvores do sistema seminatural de montados que caracteriza o interior continental do sul de Portugal (Fletcher, 2005, p. 221-222).

Assim, a partir de 5200 cal. BP são detectadas grandes modificações na cobertura vegetal com a generalizada substituição de floresta por matagal e terreno aberto. As alterações registadas sugerem uma pressão antropogénica progressiva. Entre ca 5200 e 4100 BP cal., durante o Período Calcolítico, a expansão do *Quercus coccifera* é interpretado como correspondendo ao desenvolvimento do *maquis* ou charneca em resposta à desflorestação, resultante de uma intensificação da actividade humana nos planaltos e interior sul de Portugal.

Entre ca 4100 e 2500 cal. BP, período que inclui a Idade do Bronze (1800-800 a.C.) dá-se o desenvolvimento máximo de arbustos do género *Cistus*, sugerindo o impacte das actividades ligadas à pastorícia, como as queimadas.

No período compreendido entre c. 2500 e 1400 cal. BP, entre o início da Idade do Ferro até à Alta Idade Média, há indicadores da expansão do campo aberto, com a proliferação de *Plantago lanceolata* (língua-de-ovelha), um provável indicador de pastagens, acompanhado pelo declínio arbóreo e arbustivo, dando surgimento à plantação de *Castanea*, o que indica a intensificação das actividades humanas sobretudo na Idade do Ferro tardia e no Período Romano (Fletcher, 2005, p. 264).

Tendo em conta uma abordagem holística de reconstituição da paisagem antiga e a necessária compreensão das componentes da sua estrutura circunstancial, nomeadamente do coberto vegetal, e o estudo da relação deste com a evolução do clima e com a acção humana, abre-se caminho para a investigação arqueológica paleoambiental.

De uma forma geral encontra-se presente nos estudos paleo-bio-climáticos que ao longo do tempo a influência humana nos ecossistemas naturais se torna cada vez mais intensa no desenvolvimento da vegetação.

A actual floresta seminatural em Portugal é essencialmente mista de lenhosas caducifólias e de algumas sempre-verdes sendo denominada de Fagosilva, por predominarem lenhosas da família *Fagaceae*, como os carvalhos (espécies do género *Quercus*) e o castanheiro (*Castanea sativa*). Na região do Alentejo os bosques são sempre-verdes e constituídos pela azinheira (*Quercus rotundifolia*) e por sobreiro (*Quercus suber*), em que o montado de sobro e azinho foi sendo substituído por sistemas agrícolas como o montado de sobro, para pastagem e extracção de cortiça, persistindo só pequenas manchas da floresta natural.

Nos últimos 5000 anos é muito difícil detectar variações climáticas através de mudanças no coberto vegetal pois o homem passa desde aí a ter um papel muito importante domesticando e modelando a paisagem.

Em síntese, na abordagem bioclimática peninsular durante o Holocénico, são registadas diferenças na vegetação consoante a latitude e longitude, demonstrando-se várias flutuações climáticas de curta duração que sugerem que as alterações das florestas esclerófilas durante o Holocénico recente, não sejam somente resultantes da alteração induzida pela crescente aridez, mas também devido à acção do homem. Identificam-se igualmente dois períodos da nossa era, entre 820 e 1075 e 1220 e 1360, que correspondem a períodos quentes e secos em que, simultaneamente, se dá uma mudança agrícola traduzida pela expansão da cultura da oliveira e da vinha na Península Ibérica. Ter-se-á verificado entre 1360 e 1580, com um máximo por volta de 1550, um aumento da precipitação, a que se seguiu um período mais seco, coincidindo com o primeiro episódio da pequena idade do gelo (*Little Ice Age*), com um pico entre c. 1490 - 1870.

Para o conhecimento do clima antigo e da vegetação da área de estudo do troço médio do vale do Guadiana, dada a ausência de estudos, por dificuldades na obtenção de

amostras viáveis, só nos é possível extrapolar, com as devidas cautelas, os resultados dos vários estudos peninsulares, nomeadamente de regiões limítrofes, cujas conclusões se encontram acima enunciadas.

#### **4.4. Paisagem rural, paisagem construída**

A paisagem rural pode ser encarada ao longo do tempo como uma construção humana onde os elementos construídos são também considerados como elementos construtores de novas relações e de novas intervenções no espaço.

A paisagem não existe sem o tempo e a sua historicidade é uma peça chave para o debate sobre a relação de paisagem arqueológica com o que se pode genericamente definir como sociedades ou economias camponesas (Ruiz, 1998, p. 7), procurando-se elaborar a partir do registo arqueológico uma história madura, da paisagem ou não (Ortega, 1998, p. 45)<sup>34</sup>.

A arqueologia da paisagem, como paradigma arqueológico que procura analisar «através da cultura material, a dimensão espacial dos grupos humanos», engloba um conjunto de aproximações ao registo arqueológico: a paisagem actual é uma parte do registo arqueológico, correspondendo à forma mais visível dum objecto produzido pelos grupos humanos do passado e do presente, pelo que é um importante objectivo a reconstrução da paisagem num determinado momento do passado, através de estudos e análises paleoambientais. A paisagem é, assim, igualmente um contexto que permite dar maior sentido aos vestígios materiais, através da análise espacial dos padrões de ocupação do território.

A abordagem processualista, positivista, da arqueologia, acreditava que o método científico se deveria e poderia aplicar à investigação arqueológica, permitindo assim aos arqueólogos, que com base nas evidências efectuassem afirmações objectivas sobre as sociedades do passado.

A Arqueologia pós-processual questionou esta visão salientando que a arqueologia é subjectiva e não objectiva, e que a «verdade» determinada a partir de registo arqueológico é muitas vezes relativa à perspectiva do arqueólogo responsável pela

---

<sup>34</sup> A Arqueologia da Paisagem ou a Arqueologia Espacial pode definir-se de maneira genérica como um paradigma arqueológico (isto é, um conjunto de conceitos teóricos, metodologias e procedimentos analíticos) que se centra em analisar, através da cultura material, a dimensão espacial dos grupos humanos (Ortega, 1998, p. 45). Isto é, em explorar como os seres humanos se foram relacionando com o espaço geográfico ao longo do tempo, apoiando-se nele, apropriando-se e transformando-o com o trabalho e dotando-o de diferentes significados culturais. Pode considerar-se que se trata de uma verdadeira disciplina de arqueologia ambiental com o objectivo de estudar na paisagem a assimilação das transformações culturais, procurando apreender as interacções do homem com o seu meio.

exumação e apresentação dos dados. Sugere assim que nunca podemos confrontar teoria e dados e que em vez disso, vemos os dados através de uma nuvem de teoria.

David Clarke (1977, pp. 11-14), principal teorizador pós-processualista, diferenciou a Arqueologia Espacial em três níveis operativos, correspondente a três escalas geográficas e simultaneamente a três níveis de análise de diferentes dimensões e de acção social, como a «microespacial», correspondendo à arqueologia dos sítios, a mesoespacial, relativa às estratégias de ocupação e relações socioeconómicas com o meio circundante imediato e a macroespacial, correspondente à “Arqueologia do Território”.

O conceito de paisagem, por oposição ao determinismo do espaço, pode ser definido não como o meio ambiente exterior e estranho aos grupos humanos, mas antes como uma construção social e cultural: algo que se construiu, manejou, apropriou e ordenou material e conceptualmente. A metodologia de investigação da arqueologia pós-processual, com enfoque na adaptação ambiental, tem contribuído para o conhecimento da longa duração de problemas como as mudanças climáticas com alcance nas sociedades humanas.

A Ecologia da Paisagem aborda três características fundamentais da paisagem (Batista & *alii*, 2011, pp. 4-5): Estrutura, função e alteração.

A primeira característica pode ser definida como «a relação espacial entre ecossistemas distintos ou elementos presentes na paisagem, mais especificamente, a distribuição de energia, materiais, e espécies em relação à dimensão, forma, número, tipo e configuração dos ecossistemas», sendo a função «referente à interacção entre os elementos espaciais, isto é, os fluxos de energia, materiais e espécies entre os ecossistemas que a constituem» e a alteração correspondente à modificação «na estrutura e função do mosaico ecológico ao longo do tempo». Concluem assim que a «estrutura e a função da paisagem estão intimamente relacionados porque, ao longo do tempo, um influencia o outro» pois se a função «é influenciada por padrões espaciais e temporais de temperatura, nutrientes e organismos», a estrutura da paisagem é pelo contrário «influenciada pelo fogo, vento, colonização, competição e intervenção humana» (Batista & *alii*, 2011, p. 5).

Relativamente à metodologia, tendo por inspiração os referenciados autores (Batista & *alii* 2011, pp. 7-8) considerou-se que para reconstituir a paisagem no passado a abordagem se deveria estruturar de forma holística compreendendo as componentes da estrutura estável, como a «geologia e/ou litologia e a geomorfologia ou relevo e dos factores relacionados com a estrutura circunstancial da paisagem, do qual fazem parte o coberto vegetal/ uso do solo» factores que se encontram reflectidos em variáveis como a

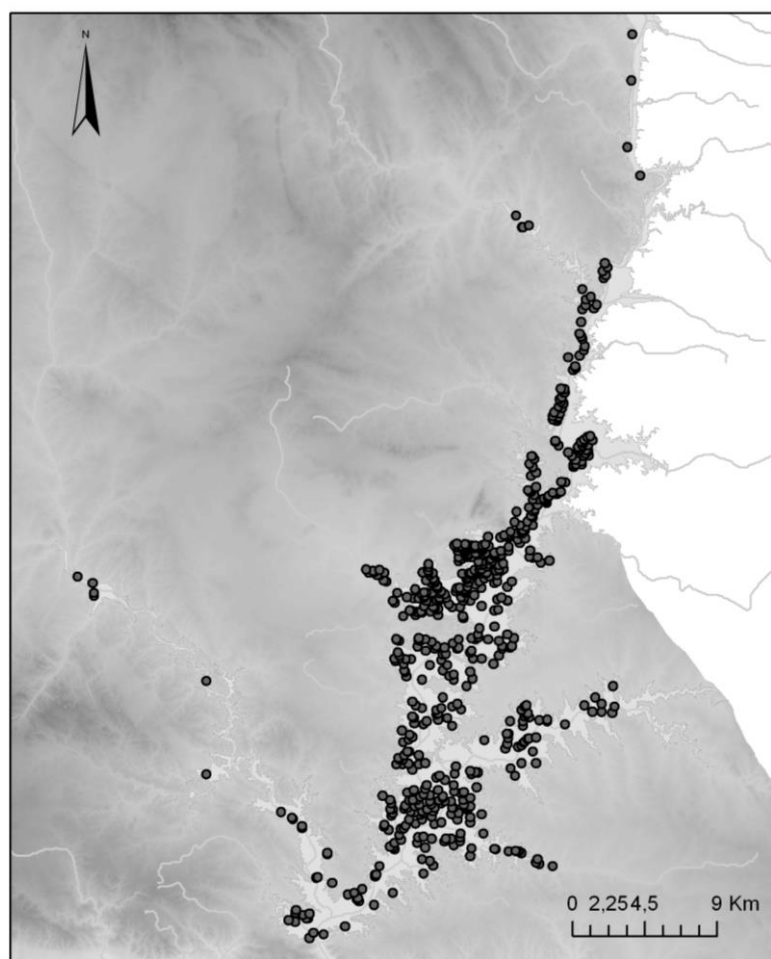


estrutura da propriedade e povoamento, constituindo um permanente desafio arqueológico o estudo da evolução do cadastro.

Os trabalhos arqueológicos desenvolvidos no troço médio do vale do Guadiana permitiram identificar elementos circunstanciais da paisagem que certamente contribuem para a sua reconstrução no período histórico da investigação, como se verá nos capítulos seguintes.

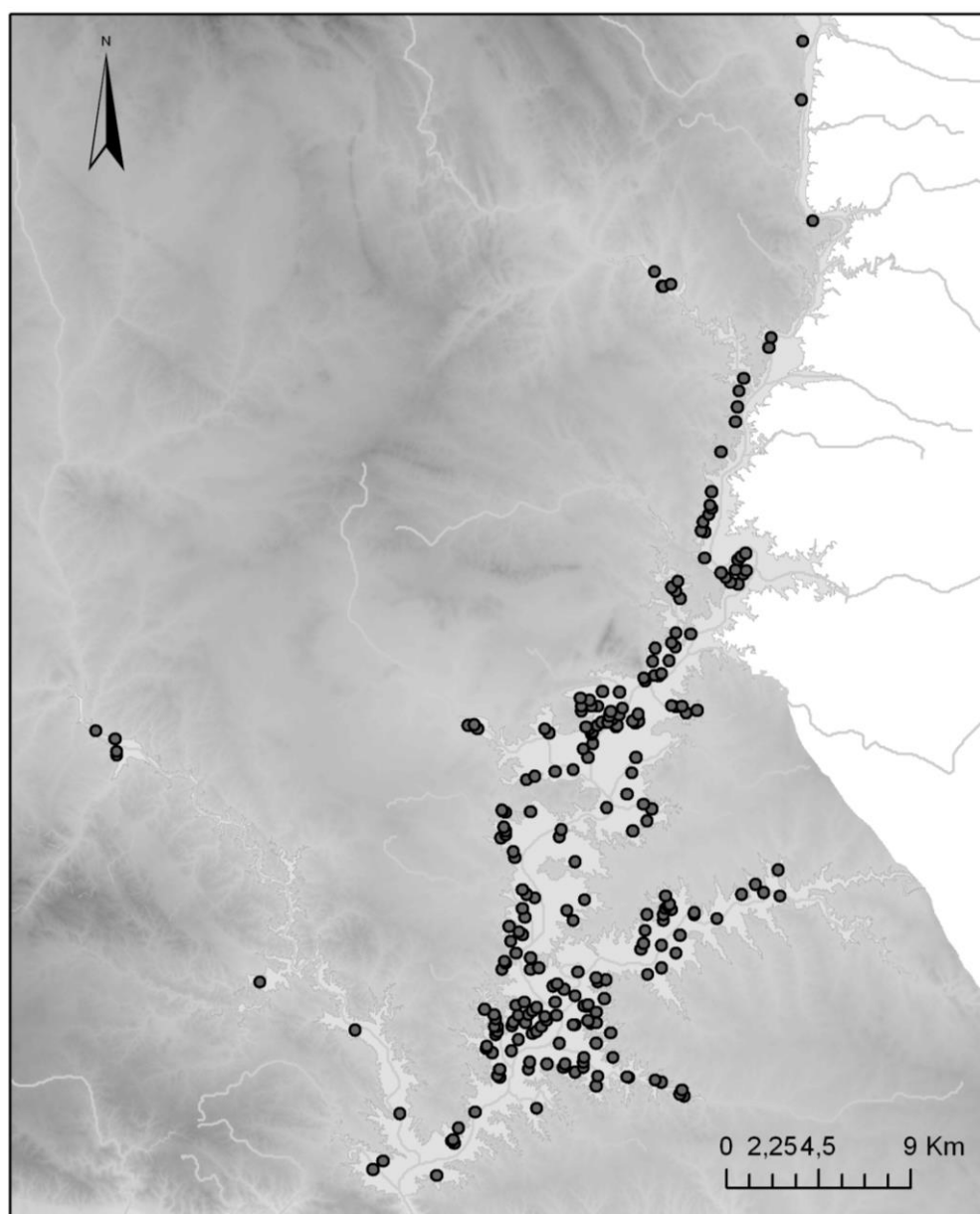
## 5. Sítios de Alqueva

De forma a contextualizar os trabalhos arqueológicos de minimização de impactes, considerou-se pertinente fazer um enquadramento alargado que incluisse o conjunto de os outros trabalhos realizados na região afectada pelo projecto, designadamente na área do regolfo da barragem de Alqueva, de acordo com a distribuição cronológica e geográfica efectuada pela EDIA (Silva, 1999) e que foram designados por «blocos», circunscrevendo-se aos trabalhos relativos aos sítios atribuídos aos Períodos Romano (Blocos 10, 11 e 12) e Medieval e Moderno (Blocos 13, 14 e 15), excluindo as atalaias (Bloco 16) devido às respectivas especificidades cronológicas e geográficas.



● Sítios Arqueológicos do Regolfo do Alqueva

Fig. 5.1. Sítios arqueológicos inventariados no Regolfo de Alqueva (Fonte: Endovélico, Fevereiro de 2016).



- Sítios Romanos e Medievais do Regolfo do Alqueva

Fig. 5.2. Sítios arqueológicos dos Períodos Romano e Medieval situados no Regolfo de Alqueva (Fonte: Endovélico, Fevereiro de 2016).

As informações referentes aos sítios são resultantes sobretudo da consulta e das informações constantes no *Endovélico, Sistema de Informação Arqueológica* presentemente ao cuidado da DGPC.

Neste âmbito, convém referir que, dos projectos que enquadraram estes trabalhos arqueológicos resultaram estudos que deram origem às mais variadas publicações, destacando-se em 2002, o *dossier* publicado na revista *Al-madan* e, mais recentemente, a

edição na 2.<sup>a</sup> série das Memórias d’Odiara, em 2013 e 2014, das monografias referentes aos Blocos 10, 12, 13, 14 e 15.

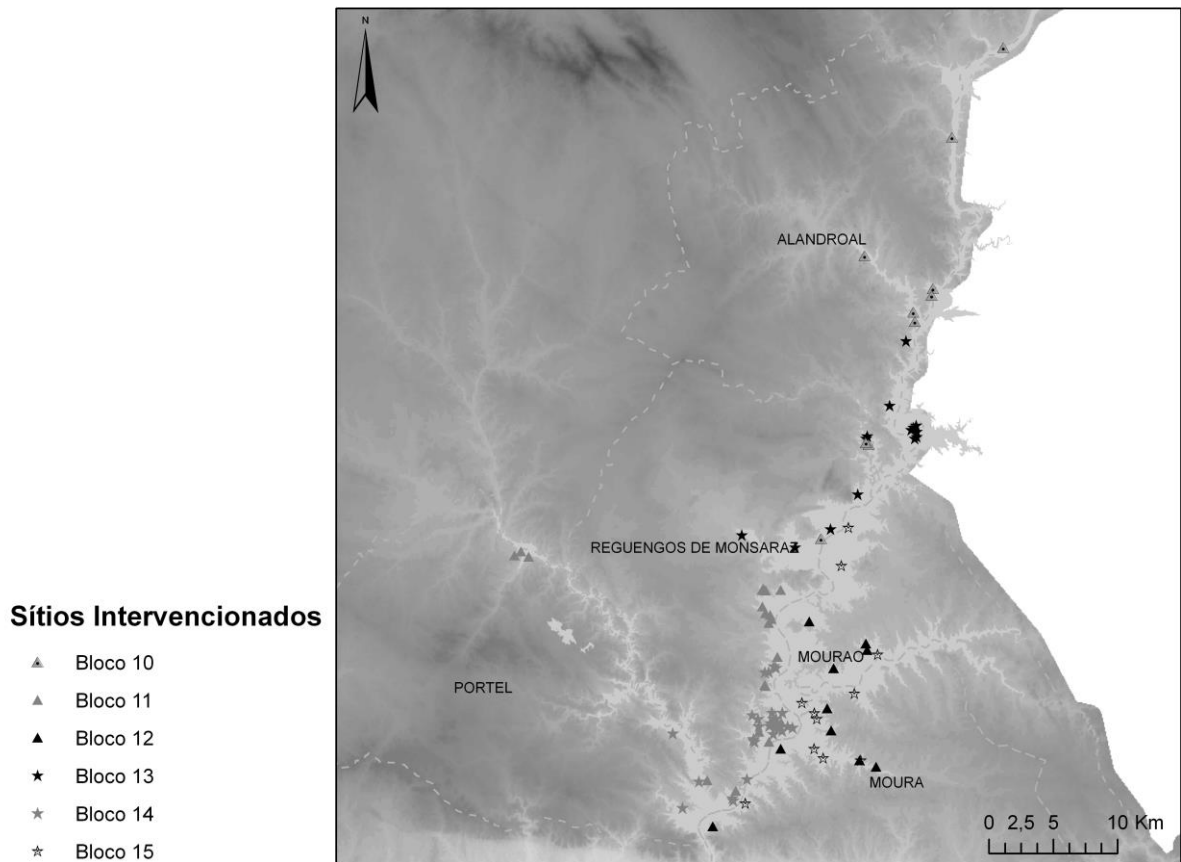


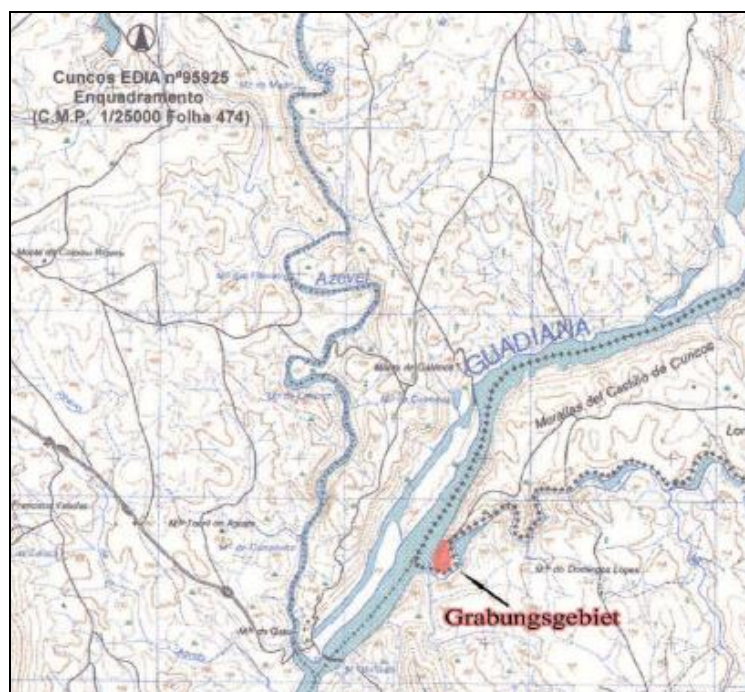
Fig. 5.3. Sítios arqueológicos intervencionados por Blocos.

Convém referir que o regolfo de Alqueva, com uma área de cerca de 250 km<sup>2</sup>, se prolongou para lá de territórios da fronteira política e administrativa da Extremadura onde também foram desenvolvidos trabalhos de minimização de impactes que, contudo, não se encontram no âmbito geográfico deste estudo. Para a área espanhola da barragem de Alqueva, foi elaborado um plano de minimização de impactes no património arqueológico, delineado em colaboração entre a Junta da Extremadura e a EDIA, S.A. O regolfo afectou 35 km<sup>2</sup> de território administrativo da província de Badajoz, correspondente aos términos municipais de Badajoz, Olivença, Alconchel, Cheles e Villa Nueva del Fresno. Realizou-se a prospecção intensiva da área inundável até à cota 153, tendo sido detectados 147 sítios, dos quais 113 se encontravam abaixo da cota de inundaçãomáxima. Este plano contou com seis blocos temáticos, sendo o 5.<sup>o</sup>, referente à Época Medieval, no âmbito do qual se desenvolveu a intervenção no Castelo de Cuncos (Enríquez Navascués, 2002, pp.189-191).

Esta importante estação medieval islâmica localiza-se a cerca de 20 km de Villa Nueva del Fresno e 56 km a sudoeste de Badajoz, situando-se na parte ocidental da serra

de Ossa Morena, na zona do Maciço Ibérico, junto dos ricos depósitos de ferro existentes na margem esquerda do rio Guadiana, consistindo o respectivo substrato rochoso em granito e xisto. O Castelo de Cuncos encontra-se num esporão orientado sul-sudoeste, alinhado numa escarpa a oeste, 35 m acima da margem do rio Guadiana, e a sudeste, 35 m acima da margem do homónimo rio Cuncos. A área urbana deste aglomerado encontra-se a uma altitude de 140 m e a respectiva necrópole, situada a 400 m a nordeste, a uma cota de 165 m. A área urbana está orientada num eixo norte-sul de 180 m e na direcção leste-oeste tem uma extensão máxima de 100 m. Foi cercada por um muro equipado com torres, reforçado particularmente na área mais vulnerável, a norte da alcáçova, junto ao rio Cuncos (Graf, 2008, pp. 18-20).

Entre 2001 e 2003, foram aí realizadas três campanhas de escavação pela empresa Alamut, de Badajoz, sob a direcção de Fernando Valdés Fernández que tiveram como principais resultados a identificação das principais ocupações do local, evidenciada pela sua cultura material. Foi revelado um assentamento urbano fechado, com data de abandono conhecida e com um esquema urbano perceptível. Encontraram-se níveis da II Idade do Ferro, bem como uma ocupação islâmica, a partir do final do século IX-início do século X, até à primeira metade do século XIII (Graf, 2008, pp. 18-19). O sítio devia dominar um dos poucos vaus praticáveis do rio Guadiana, constituindo um importante ponto de trânsito (Valdés & Díaz, 2002, p. 218) e terá sido abandonado de forma pacífica. A última ocupação, de meados do século XIII, foi a dos Cavaleiros da Ordem do Templo que aí instalaram um pequeno ponto de controlo militar, limitado à área da alcáçova.



*Fig. 5.1.1. Localização do Castelo de Cuncos na CMP 1/25000, Fl. 474 (Graf, 2008, pp. 18-20).*

## **5.1. Sítios romanos (Blocos 10, 11 e 12)**

### **5.1.1. Bloco 10 - Ocupações romanas da margem direita do Guadiana: Alandroal e Reguengos de Monsaraz até ao Álamo**

Os trabalhos arqueológicos desenvolvidos pelo Bloco 10 tiveram como objectivo estudar as ocupações romanas da margem direita do Guadiana nos actuais concelhos do Alandroal e de Reguengos de Monsaraz até à Ribeira do Álamo. Foram efectuadas sondagens arqueológicas para confirmação dos dados obtidos em prospecção (Silva, 1996) e avaliar a natureza dos respectivos contextos detectados.

Inicialmente, encontravam-se atribuídos 13 sítios a este Bloco, mas acabaram por ser intervencionados apenas dez, a saber: Monte Branco 2, Outeiro do Castelinho 2, Moinho do Roncanito 2, Foz dos Pardais 1, Xerez de Baixo 13, Alto da Azenha d'El Rei 3, Monte do Anastácio Manuel 7, Monte do Anastácio Manuel 3, Lameira 1, Lameira 5.

Executaram-se escavações em área por forma a obter estratigrafias horizontais e contextos alargados., realizaram trabalhos de investigação nas áreas da Antropologia Física, Geologia e da Arqueometria, e foram efectuados levantamentos topográficos. Estes trabalhos tiveram como objectivo geral contribuir para o conhecimento deste território, onde predomina o relevo acentuado charneira entre as vastas planícies de Évora e Beja, em Época Romana. As prospecções aqui efectuadas revelaram a presença de escória, que poderia indiciar a presença de pequenas explorações de mineração. Pretendia-se assim definir diferentes formas de exploração dos recursos económicos e a funcionalidade dos diferentes espaços que integram os sítios identificados, bem como, as possíveis relações económicas entre eles, numa área ainda pouco estudada dada a ausência de estruturas monumentais.

Como corolário destes trabalhos foi finalmente publicada, em 2013, a respectiva monografia (Gomes, Brazuna & Macedo, 2013) que procurou estudar o território como um todo, da qual se apresenta seguidamente uma súmula dos trabalhos desenvolvidos, sítio a sítio, e dos principais resultados obtidos.

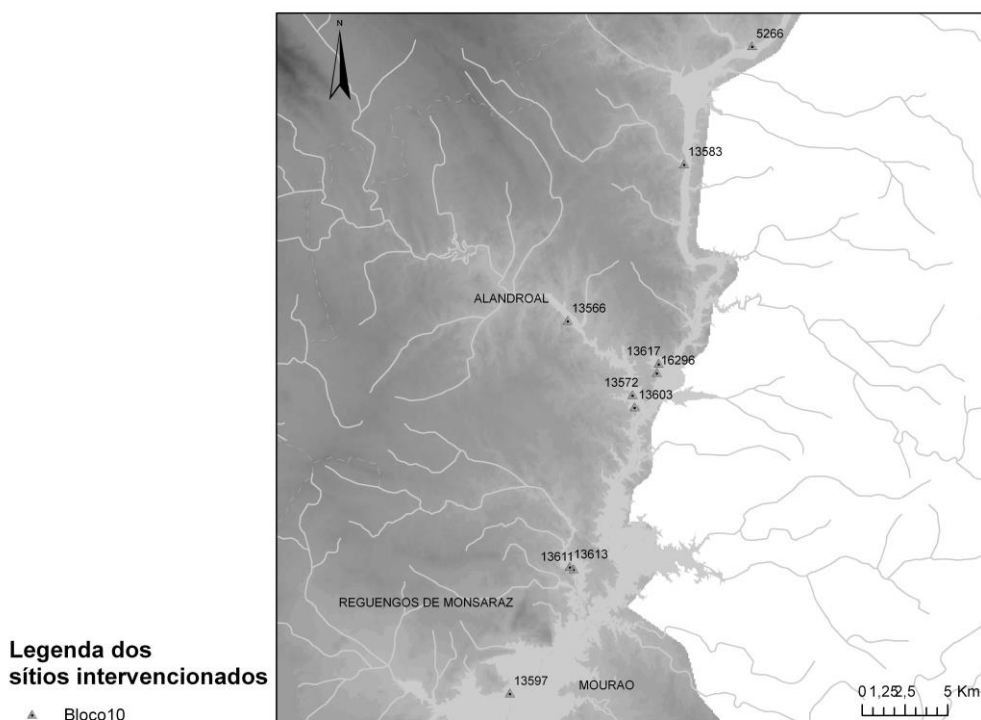


Fig. 5.1.1.1 – Localização cartográfica da área de estudo e dos sítios intervencionados no âmbito do Bloco 10: 5266 - Monte Branco 2; 13566 - Outeiro do Castelinho 2; 13572 - Moinho do Roncanito 2; 13583 - Foz dos Pardais 1; 13597 - Xerez de Baixo 13; 13603 - Alto da Azenha d'El Rei 3; 13611 - Monte do Anastácio Manuel 7; 13613 - Monte do Anastácio Manuel 3; 13617 - Lameira 1; 16296 - Lameira 5.

O sítio Monte Branco 2 (CNS 5266) situa-se no concelho de Alandroal, a cerca de 3 km a nordeste da localidade de Juromenha, na Herdade do Monte Branco, no topo de uma pequena colina orientada a sudeste, na margem direita de uma linha de água que desagua no Guadiana. Este sítio foi identificado, em meados dos anos 80 do século XX (1984-1986), nos trabalhos de prospecção efectuados para o primeiro estudo de impacte ambiental, que serviu para avaliar os sítios afectados pela construção da Barragem de Alqueva. Foram identificados, numa plataforma situada entre a estrada e a linha de água, diversos vestígios romanos, sendo visíveis à superfície fragmentos de cerâmica de construção, como tégulas e tijolos, cerâmica comum e *terra sigillata*, cerâmica de paredes finas e vidro. Haviam também sido recolhidas diversas moedas aquando da plantação do pomar aí existente. No final dos anos 90 do século XX, entre 1998 e 2000, este sítio foi objecto dos trabalhos arqueológicos de minimização de impactes decorrentes da construção e da exploração da barragem de Alqueva. Os trabalhos desenvolvidos em 1998, tiveram como objectivo a identificação e caracterização do que se julgava então corresponder a uma necrópole, por ser por aí se ter recolhido uma inscrição funerária de paradeiro desconhecido, respeitante a um *Lucius Caecilius*, inscrito na tribo Papíria (IRCP

449). Foram efectuadas duas sondagens que permitiram identificar um compartimento. Nos trabalhos efectuados em 1999, foi identificado um conjunto de estruturas, cuja tipologia e arquitectura foram caracterizadas na campanha de 2000. Foi posto a descoberto um conjunto arquitectónico composto por quatro compartimentos contíguos (de planta quadrangular), de orientação norte/sul, cuja articulação e tipologia parece corresponder a balneários romanos rurais geralmente associados a *villae - praefurnim, caldarium, tepidarium* -, a que se junta um quarto compartimento em anexo ao *praefurnium*. Os três primeiros compartimentos apresentam arranques de arco, em alvenaria de tijolo, correspondentes ao sistema de arcaria do hipocausto. O *caldarium* e o *tepidarium* encontram-se separados por uma estrutura construída com pilastras de tijolo e silhares de granito, definindo vãos entre si que coincidiriam com os vãos da arcaria do hipocausto, deixando passar o ar quente. O espólio exumado nessas campanhas corresponde sobretudo a cerâmica de construção, cerâmica comum, *terra sigillata* hispânica, *terra sigillata* clara A, *terra sigillata* clara C, cerâmica de paredes finas, fragmentos de ânforas, lucernas e vidro.

O Monte do Anastácio Manuel 3 (CNS 13613) localiza-se no concelho de Reguengos de Monsaraz, a cerca de 5 km de Monsaraz, no topo de uma pequena plataforma orientada a nordeste, sobre a margem direita da ribeira do Azevel, afluente do Guadiana. As prospecções efectuadas em 1995 e em 1996, no âmbito do Levantamento Arqueológico e Patrimonial do Alqueva (LAPA), permitiram identificar, numa área reduzida, restos de cerâmica de construção e de cerâmica comum de Época Romana. As duas sondagens (60 m<sup>2</sup>) efectuadas em 1998 procuraram caracterizar possíveis estruturas edificadas naquele local, bem como a sua funcionalidade e cronologia. Esses trabalhos permitiram identificar uma estrutura negativa, escavada na rocha, com forma rectangular, na base da qual existiam alguns fragmentos de lajes em xisto cravados na rocha, que provavelmente constituíam a parede da estrutura. O material recolhido é constituído sobretudo por cerâmica de construção, telhas e alguma tégula e cerâmica comum. Não foi identificado nenhum material passível de datação directamente associado à estrutura encontrada.

O Monte do Anastácio Manuel 7 (CNS 13611) localiza-se a cerca de 5 km a nordeste de Monsaraz, no topo da vertente direita de uma plataforma em esporão orientado a este, sobre a margem direita da Ribeira de Azevel, afluente do Guadiana. Os trabalhos do LAPA permitiram identificar, numa área reduzida, vestígios de cerâmica de construção e cerâmica comum. Em 1998 foram implantadas duas sondagens (60 m<sup>2</sup>), que revelaram uma potência estratigráfica muito reduzida: uma concentração de material de construção que corresponderia a um nível de destruição ou derrube de uma estrutura aí existente, seguida de uma camada de abandono, ou apenas de vazamento de material



proveniente de um monte localizado próximo. Foi exumada sobretudo cerâmica de construção, tijolos e telhas de meia cana, fragmentos incaracterísticos de cerâmica e uma peça passível de datação, correspondente a um bordo enegrecido de cerâmica comum de importação africana.

O sítio Outeiro do Castelinho 2 (CNS 13566) localiza-se no concelho de Alandroal, numa pequena plataforma, junto à ribeira de Lucefecit, nas proximidades da *villa* romana fortificada do Outeiro do Castelinho 1 (CNS 19659). Foi identificado no âmbito dos trabalhos de levantamento arqueológico executados entre 1988 e 1991 (Projecto Arqueológico do Alqueva – PAA), com a qual deve estar relacionada. Na superfície do local, eram visíveis vestígios de cerâmica de construção e de cerâmica comum, associados a escórias de fundição.

Nos trabalhos executados em 1998, procurou-se efectuar a caracterização tipológica e cronológica do sítio e identificar possíveis estruturas edificadas, bem como avaliar a relação do sítio com a *villa* fortificada. A prospecção da superfície do local permitiu verificar que os materiais extrapolavam os limites da plataforma referida pelos trabalhos do LAPA, e que estes se prolongavam até ao Outeiro do Castelinho 1, numa área de dispersão de cerca de 3000 m<sup>2</sup>. Foram executadas sondagens nas zonas da plataforma com maior concentração de materiais, numa área de 50 m<sup>2</sup>. A reduzida potência sedimentar era de cerca de 20 cm, tendo sido identificados alicerces de três muros, relacionados com cerâmicas romanas e a dois fragmentos da Idade do Ferro, estruturas que foram muito afectadas pelos trabalhos agrícolas. Associado à grande quantidade de escória detectada à superfície, foi ainda identificada uma vala de funcionalidade desconhecida sem qualquer contexto artefactual.

Numa segunda campanha, realizada em 2000, de acordo com os resultados da prospecção geofísica realizada, os trabalhos arqueológicos procuraram identificar as estruturas, espaços funcionais e organização espacial. Foi então possível identificar uma segunda área funcional de possíveis fornos de fundição, considerando os investigadores que esse espaço estaria ligado ao trabalho metalúrgico.

Para além de alguma cerâmica atribuída à Idade do Ferro e da cerâmica comum romana de pasta grosseira, durante a primeira campanha foi recolhido no compartimento 1, Sondagem 1, um pendente de bronze em forma de mão aberta (mão esquerda) que inicialmente pensou tratar-se de uma mão de Fátima, mas que em análise posterior se constatou possuir paralelo numa peça oriunda de Rio Tinto, possivelmente de um santuário dedicado a *Endovelico*, existente no Museu de Huelva, e que se encontra relacionada com o culto religioso (Gomes, Brazuna & Macedo, 2013, p. 168).

Nesta *villa*, foram ainda, em 2004, efectuados trabalhos arqueológicos de minimização mas, dada a área limitada da intervenção não foi estabelecida uma cronologia

do assentamento e abandono do sítio, embora a cronologia do espólio remeta esta ocupação para os séculos I/II d. C.. Esta zona possui uma grande riqueza de minério de ferro, manganês e cobre, existindo vestígios de diversas explorações mineiras, das quais são visíveis cortas, que poderão remontar pelo menos ao Período Romano, localizando-se a mais próxima apenas a cerca de 150 m e as outras a cerca de 1 Km (Gomes, Brazuna & Macedo, 2013, p. 159).

O sítio Xerez de Baixo 13 (CNS 13597) localiza-se no concelho de Reguengos de Monsaraz, a cerca de 6 km de Mourão. Situa-se numa pequena depressão rodeada por cabeços mais elevados com cotas compreendidas entre os 135 e os 160 m, voltada ao rio Guadiana, que se encontrava então a algumas dezenas de metros. Foram aí realizadas entre 1998 e 2001, quatro campanhas que procuraram identificar a arquitectura do sítio e cronologia, bem como a tipologia em que se integraria essa unidade agrícola, se um casal ou uma granja. No conjunto das campanhas, foram postos a descoberto dois edifícios localizados numa plataforma a meia encosta, de funcionalidades distintas mas articulados em torno de um pátio central, bem como um forno. Inicialmente, em 1998, escavaram-se seis sondagens, num total de 50 m<sup>2</sup>, tendo-se identificado, na primeira, um compartimento assente directamente sobre o substrato geológico e uma estrutura de combustão, situada abaixo dos níveis de destruição. Na Sondagem 6 foi detectado um segundo compartimento em que um dos muros apresentava uma maior largura, eventualmente para arranque de uma arcada ou abóbada. Foi ainda identificando um terceiro espaço edificado localizado numa plataforma inferior, aparentemente artificial, que se encontra a nordeste da anterior. A escavação revelou no total uma área construída de 9600 m<sup>2</sup> (Gomes, Brazuna & Macedo, 2002, p. 260). O espólio recolhido que era essencialmente composto por cerâmica de construção, cerâmica comum, *terra sigillata* sudgálica, uma moeda de bronze e um selo em chumbo, sugere, para esta eventual granja romana, uma cronologia situada nos séculos I d.C. e II d.C.. A mineração e a produção metalúrgica deveriam ser actividades aqui praticadas, tendo-se identificado uma mina encostada ao edifício principal e uma outra a 200 m de distância. O surgimento de um grande conjunto de pesos de tear e de um cipote demonstra a existência da tecelagem como actividade artesanal. Também a produção de cerâmica se encontra atestada pelo forno identificado, cujas características, sugerem ter somente servido para a cozedura de cerâmica de construção. As actividades económicas desenvolvidas no local, bem como o espólio identificado, permitem colocar a hipótese de que aqui vivesse mais de uma família, bem como eventualmente «que haveria algum poder económico e que os indivíduos estariam integrados no circuito comercial da região, onde poderiam negociar os seus produtos e adquirir outros» (Gomes, Brazuna & Macedo, 2002, p. 260).

O sítio Moinho do Roncanito 2 (CNS 13572) situa-se no concelho do Alandroal, a cerca de 6 km da aldeia de Montes Juntos e encontra-se implantado num pequeno cabeço situado junto à ribeira de Lucefecit e à ribeira do Carrão. No local, identificado no âmbito do Projecto Arqueológico do Alqueva de 1988, eram visíveis numa área de cerca de 2500 m<sup>2</sup>, vestígios de cerâmica de construção e de cerâmica comum de Época Romana. Os trabalhos executados em 1998 procuraram efectuar a caracterização tipológica do sítio e identificar estruturas que justificassem a grande concentração de lajes de xisto à superfície e estabelecer uma cronologia de ocupação e de abandono. Foram escavadas várias sondagens que permitiram identificar uma grande estrutura quadrangular, com um espaço central delimitado por três muros e dividido mais ou menos a meio por lajes de xisto colocadas em cutelo. Foi ainda registada uma estrutura semi-ovalada de funcionalidade indeterminada, da qual foi reconhecida a base, e que não possuía espólio associado. Foi também identificada uma possível fossa de despejo. A fraca potência estratigráfica do sítio e o estado de preservação das estruturas (destruídas quase pela base) não permitem para já a aferição da funcionalidade do espaço, situando-se a sua ocupação do século I d.C. ao século IV d.C.. O espólio exumado é constituído por cerâmica comum romana, um fundo de cerâmica de paredes finas e um bordo de *terra sigillata* clara D.

A 18 km da sede do concelho de Alandroal encontra-se o povoado fortificado de Foz dos Pardais 1 (CNS 13583), situado num esporão grosseiramente alongado com orientação sudoeste-nordeste, na confluência da ribeira de Pardais com o rio Guadiana, do qual é visível, no lado virado a norte, o talude e a muralha. À superfície foi detectada cerâmica de construção e cerâmica comum fabricada a torno de pasta alaranjada e com bordos extrovertidos. A intervenção de 1998 procurou reconhecer as estruturas defensivas e possíveis estruturas funcionais, habitacionais ou de apoio do povoado, bem como aferir a cronologia de ocupação. Foram escavadas duas sondagens com 59 m<sup>2</sup>, tendo sido detectado um muro em continuidade com a linha do talude interno do povoado, que deverá corresponder a uma estrutura amuralhada defensiva. Este muro rodeava uma estrutura constituída por pedras de médio e grande calibre, dispostas na horizontal, numa área que apresentou escassos materiais arqueológicos que poderá corresponder a uma área de ocupação periférica. Detectou-se, na área central do povoado, uma estrutura de combustão que possuía em redor das terras queimadas, um anel irregular de tijolos. Sob esta lareira, surgiu uma estrutura em pedra (xisto e quartzo), alojada aparentemente sobre o substrato geológico. Encontrou-se material cerâmico de Época Romana, entre o século I d.C. e os inícios do século II d.C., associado a estes níveis de ocupação. É um sítio com boas condições de defesa, implantado em solos com fraca aptidão agrícola, com excepção de uma pequena lezíria localizada junto ao rio. O espólio exumado é constituído por cerâmica de construção e cerâmica comum fragmentos de *terra sigillata* sudgálica,

cerâmica de paredes finas e escória de ferro. A implantação deste povoado e a cronologia do espólio analisado motivaram a sua integração no «grupo dos fortins conhecidos por toda a faixa piritosa que se estende desde o Alto Alentejo ao Algarve» (Gomes, Brazuna & Macedo, 2013, p. 138).

O Alto da Azenha d'El Rei 3 (CNS 13603) localiza-se no concelho de Alandroal, a cerca de 7 km a sudeste de Santo António de Capelins, numa plataforma em forma de esporão, orientada a nordeste sobre a margem direita da ribeira do Carrão, afluente da ribeira de Lucefecit. Conhecido desde os primeiros trabalhos de 1988, as prospecções do PAA classificaram-no em 1992 (Silva, 1999, p. 160) como um *habitat* romano localizado num pequeno esporão, onde existiam à superfície materiais líticos diversos, bem como alguma cerâmica de construção e escória de ferro. Foram escavadas duas sondagens, nas quais não se identificou qualquer estrutura. A Sondagem 3 revelou um depósito sedimentar que poderá corresponder à ocupação do local que foi afectado pelo revolvimento resultante da lavra do terreno. Os únicos materiais passíveis de datar o sítio, cerâmica de construção incomum e cerâmica comum romana com paralelos em necrópoles, provêm da camada superficial e apontam para uma ocupação entre os séculos I e o II d.C..

O sítio Lameira 1 (CNS 13617) corresponde a um *habitat* localizado a cerca de 15 km do Alandroal, num terraço fluvial situado numa suave encosta sobranceira ao rio Guadiana. Conhecido desde os trabalhos do PAA de 1988, nas prospecções de 1995 foi caracterizado a partir da dispersão de materiais à superfície, cerâmica de construção e cerâmica comum, escória de ferro e minério de ferro. Foram realizadas duas campanhas em 1998 e 1999 que procuraram identificar estruturas e efectuar uma caracterização cronológica do sítio. Nos trabalhos de 1998, foi aberto um total de 50 m<sup>2</sup>, tendo-se identificado três fossas e uma estrutura muito destruída constituída por lajes de xisto e alguns tijolos com funcionalidade desconhecida. Na campanha de 1999, concluiu-se que o elevado nível de destruição não permite uma caracterização mais precisa do sítio. Quanto ao espólio exumado, para além da referência a que a escória era um elemento constante à superfície, sobretudo na Sondagem 1, é constituído por fragmentos de cerâmica comum, um fragmento de paredes finas, um fragmento de *terra sigillata* sudgálica, um fragmento de lâmina de faca em ferro, destacando-se uma única moeda, um asse de Cláudio (41-54 d.C.), identificada embora descontextualizada. A maioria do espólio cerâmico foi atribuído ao século I d.C., mas foi igualmente identificado um fragmento de cerâmica comum datada dos séculos V-VII d.C., existindo também fragmentos cerâmicos de Época Contemporânea. A destruição e a falta de elementos não permitiram interpretar a tipologia e cronologia de ocupação do sítio, propondo-se a sua caracterização como pequeno assentamento eventualmente romano «com possíveis relações ou com o Lameira 5 ou com a *villa* de Los Petiscaderos» (Gomes, Brazuna & Macedo, 2013, p. 146).

O sítio Lameira 5 (CNS 16296) localiza-se no concelho do Alandroal, numa plataforma no topo de um esporão sobranceiro ao rio Guadiana, fazendo controlo do curso do rio e da planície que se estende para este. Os trabalhos realizados em 1999 procuraram efectuar a caracterização tipológica, estrutural e cronológica do sítio. Foram realizadas duas sondagens onde se identificaram parcialmente três compartimentos e parte da base de duas estruturas constituídas por pedra miúda limitada por muros de lajes de xistos. Estas encontram-se separadas por um corredor com cerca de 60 cm de largura, que desemboca num quarto compartimento, e cuja funcionalidade não foi possível então compreender. O espólio recolhido, constituído por cerâmica de construção, cerâmica comum, cerâmica de paredes finas, *terra sigillata* sudgálica, *terra sigillata* hispânica e uma moeda, bem como as estruturas identificadas e a área de dispersão de materiais à superfície, indiciam que este sítio poderá corresponder a um casal rústico romano, ocupado a partir do século I d. C., e que no século III d.C. terá sido abandonado.

#### **5.1.1.1. Considerações sobre os sítios**

Os trabalhos desenvolvidos permitiram distribuir os sítios de acordo com quatro tipos de modelos ocupacionais, nomeadamente: povoados defensivos, *villa*, granja e pequenos sítios (Gomes, Brazuna & Macedo, 2002, p. 134).

No conjunto dos sítios intervencionados não foram encontradas evidências de ocupações tardo-romanas e alto-medievais, ou seja a sua cronologia Imperial Romana plena afasta-os do horizonte cronológico desta investigação. No entanto, deve destacar-se a importância evidenciada pela mineração e metalurgia nos sítios de Outeiro do Castelinho 2 (CNS 13566) e a *villa* fortificada de Outeiro do Castelinho 1 (CNS 19659), situados junto à ribeira de Lucefecit. O Outeiro do Castelinho 2 apresentou possíveis fornos de fundição que apesar de muito afectados pelos trabalhos agrícolas, forneceram um pendente de bronze em forma de mão esquerda aberta. Neste âmbito da mineração e de outras actividades económicas complementares, há ainda a referir o importante complexo constituído pelo sítio Xerez de Baixo 13 (CNS 13597). Também no sítio Lameira 1 (CNS 13617), *habitat* localizado num terraço fluvial do rio Guadiana, foi identificado um fragmento de cerâmica comum datada dos séculos V-VII d.C.

#### **5.1.2. Bloco 11 - Ocupações Romanas afectadas pelo Regolfo de Alqueva (Reguengos de Monsaraz e Portel)**

Este conjunto de trabalhos intentou investigar e compreender a provável interligação de algumas estações arqueológicas seleccionadas com o Castelo da Lousa (CNS 42), situado na margem oposta do Guadiana, imediatamente em frente e com a designada "rota do minério". Procurou efectuar a escavação dos sítios utilizando técnicas

diferentes das tradicionais de modo a determinar as cronologias, funcionalidades e estratégias de povoamento nas áreas geográficas afectadas pelo regolfo de Alqueva nos actuais concelhos de Reguengos de Monsaraz e de Portel, nomeadamente relativas às ocupações romanas.

De 24 estações inicialmente previstas foram seleccionadas e intervencionadas 18 do Período Romano (22, se considerando autonomamente os vários núcleos) situadas todas elas do lado direito da margem do Guadiana, da foz da ribeira do Álamo à foz do rio Degebe. Considerando o Quadro Geral de Referência (Silva, 1996), foi criada uma subdivisão que contempla dois conjuntos: oito estações arqueológicas situadas na margem direita do Guadiana e indicadas como prioridades absolutas de intervenção; outras dez estações arqueológicas na margem direita do Guadiana.

Refira-se que o arqueólogo responsável científico pelo Bloco 11, o colega e amigo João Carlos Faria, faleceu subitamente há cerca de dez anos, deixando por concluir a monografia que encontrava em preparação e que acabou por não ser editada juntamente com as respeitantes aos outros Blocos na II série da Memórias d'Odiana. Assim, exceptuando os relatórios finais e as fichas de sítio, são escassas as referências bibliográficas disponíveis (ver Faria, 2002, pp. 139-144).

No âmbito deste Bloco relativo às ocupações romanas e tardo-romanas, os sítios foram intervencionados pela seguinte ordem cronológica (Faria, 2002, p. 139):

- 1998 - Defesinha 16; Defesinha 1 - Núcleo 1; Defesinha 1 - Núcleo 2; Defesinha 1 - Núcleo 3; Defesinha 4 - Núcleo 1; Defesinha 4 - Núcleo 2; Duquesa 4; Carreira de Cavalos 3; Carreira de Cavalos 5; Cismeira 6; Cismeira 8;
- 1999 - Monte Roncão 2; Monte Roncão 3; Monte Roncanito 11; Seita 7; Espinhaço 14; Espinhaço 17;
- 2000 - Charnequinha; Monte Barbosa de Cima 1; Vinha do Pego do Lobo; Monte Musgos 7; Pego do Lobo de Lá;
- 2001 - Pego do Lobo de Lá.

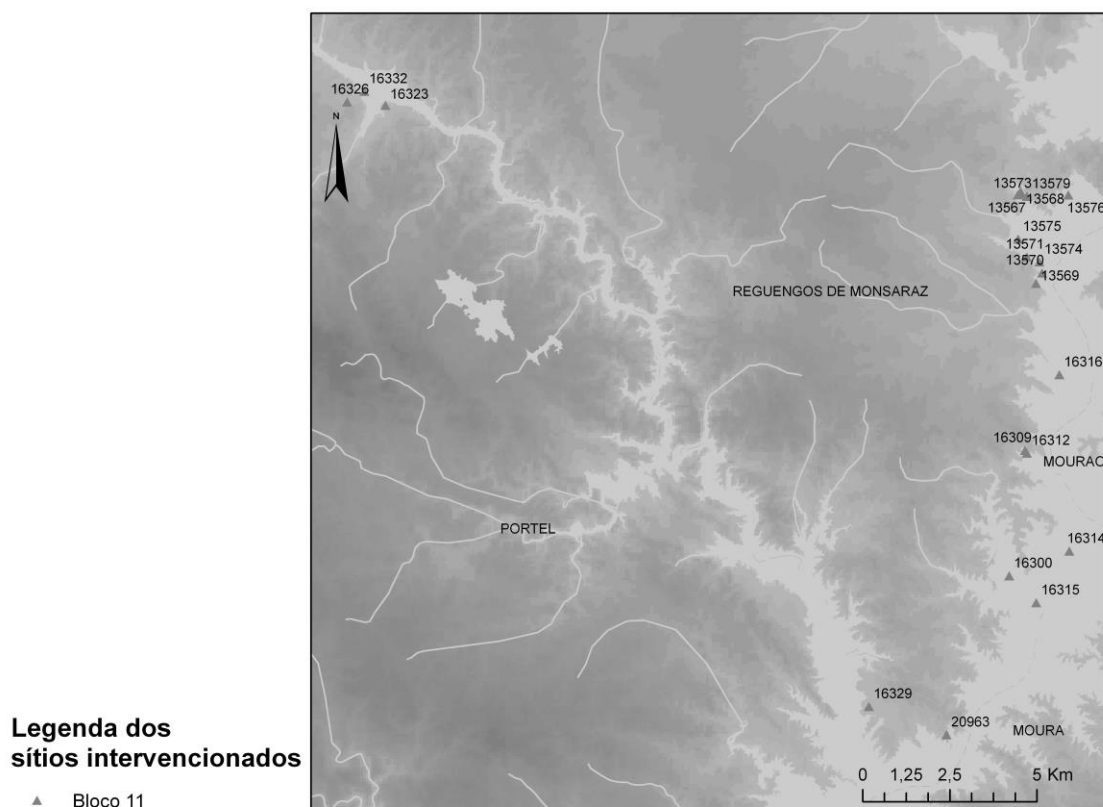


Fig. 5.1.2.1 – Localização cartográfica da área de estudo e dos sítios intervencionados no âmbito do Bloco 11: 13576 - Defesinha 16; 13565 - Defesinha 1 - Núcleo 1; 13567 - Defesinha 1 - Núcleo 2; 13568 - Defesinha 1 - Núcleo 3; 13579 - Defesinha 4 - Núcleo 1; 13573 - Defesinha 4 - Núcleo 2; 13575 - Duquesa 4; 13574 - Carreira de Cavalos 3, 13571 - Carreira de Cavalos 5; 13569 - Cismeira 6; 13570 - Cismeira 8; 16309 - Monte Roncão 2; 16312 - Monte Roncão 3; 16314 - Monte Roncanito 11; 16316 - Seita 7; 16300 - Espinhaço 14; 16315 - Espinhaço 17; 16326 - Charnequinha; 20963 - Monte Barbosa de Cima 1; 16332 - Vinha do Pego do Lobo; 16329 - Monte Musgos 7; 16323 - Pego do Lobo de Lá.

Seguidamente apresenta-se uma súmula dos trabalhos desenvolvidos e dos principais resultados obtidos, sítio a sítio.

O casal rústico romano Defesinha 16 (CNS 13576) encontra-se situado no concelho de Reguengos de Monsaraz, no topo de uma pequena plataforma onde eram identificáveis restos de muros de lajes de xisto em cutelo e fragmentos de cerâmica de construção. Os trabalhos de 1998 procuraram aferir a tipologia do sítio, tendo-se optado por efectuar a escavação na área integral do sítio, dada a sua reduzida área. Apenas a 15 cm de profundidade, foram detectadas as primeiras estruturas e materiais arqueológicos, correspondendo a uma casa formada por três divisões com uma área aproximada de 120 m<sup>2</sup>, com alicerces de xisto e quartzo, em que as paredes seriam de taipa, pavimento de terra batida e cobertura de *tegulae* e *imbrices*. Numa das divisões, foi identificada uma estrutura de combustão que poderá corresponder à lareira da casa, enquanto noutra, foi

encontrado um moinho em granito fragmentado, para a moagem de cereal. Os trabalhos foram concluídos em 1999, tendo-se escavado em profundidade duas das divisões anteriormente intervencionadas, de forma a identificar eventuais níveis de ocupação. Foi registado o pavimento da casa a cerca de 25 cm de profundidade. O principal resultado obtido nesta segunda intervenção cinge-se à detecção, numa das três divisões, de um pequeno contentor construído com lajes de xisto. Em termos de espólio arqueológico, apenas há a referir o achado de cerâmica de construção, *tegulae* e *imbrices*, e escassos fragmentos de cerâmica comum.

O sítio Defesinha 4 - Núcleo 1 (CNS 13579) encontra-se no concelho de Reguengos de Monsaraz, no topo de uma pequena elevação onde era visível à superfície cerâmica de construção romana, como *tegulae* e fragmentos de mós de granito. Em 1998, foi realizada uma sondagem com o objectivo de averiguar a extensão do sítio arqueológico e o seu grau de destruição, pelo caminho que o atravessava. Os trabalhos confirmaram a extensão da destruição mas foi escavada parte de uma divisão de um casal rústico romano com planta rectangular, alicerces de xisto e quartzo, paredes provavelmente de taipa, pavimento de terra batida e cobertura de *tegulae* e *imbrices*. No seu interior, foi detectado um tanque de planta rectangular construído com lajes de xisto dispostas em cutelo. O espólio recolhido era pobre, sendo constituído somente por material de construção, fragmentos de cerâmica comum e *dolia*, fragmentos de mós de granito e «(...) cerâmica comum Alto Medieval» (Faria, 2002, p. 140).

O local designado como Defesinha 4 - Núcleo 2 (CNS 13573), localizado no concelho de Reguengos de Monsaraz, corresponderia a um *habitat* situado no topo de uma pequena elevação, onde à superfície se encontravam algumas lajes de xisto dispostas em cutelo e fragmentos de cerâmica de construção do Período Romano. O sítio encontrava-se já bastante afectado pela construção de um chafurdo. Em 1998, foi escavada uma grande sondagem para tentar delimitar com maior exactidão a extensão do sítio e aferir o seu grau de destruição, face às sucessivas lavouras do terreno e à construção do chafurdo que terá utilizado parte do lajeado outrora pertencente à habitação romana. Foi possível confirmar que a estação arqueológica se encontrava bastante destruída, possuindo fraca potência estratigráfica, apenas cerca de 20 cm de profundidade até ao afloramento rochoso. Escavou-se um muro com cerca de 12 m de comprimento que seria um grande alicerce, no qual adossava um outro, formando um dos cantos da estrutura, que não possuía qualquer divisão interna. Esta casa ou divisão de uma casa romana terá sido muito adulterada por uma ocupação posterior, cerca dos séculos XIV e XV. O espólio arqueológico é escasso e reduz-se a fragmentos de cerâmica de construção do Período Romano, *tegulae* e *imbrices*, e a pequenos fragmentos de cerâmica comum, destacando-se, a referência imprecisa a «(...) algumas cerâmicas de construção e doméstica Alto Medieval» (Faria, 2002, p. 140).



O sítio Defesinha 1 - Núcleo 1 (CNS 13565) localiza-se no concelho de Reguengos de Monsaraz, numa pequena elevação situada em zonas baixas com bons terrenos agrícolas, onde à superfície se encontravam vestígios de construção e abundantes vestígios cerâmicos. A intervenção efectuada em 1998 tinha como objectivo escavar em área o que se supunha ser um casal rústico do Período Romano. Os trabalhos revelaram uma fraca potência estratigráfica, tendo-se constatado que apesar de o sítio ocupar uma extensa área, se encontrava bastante destruído pelas sucessivas lavouras do terreno. Foi identificada uma divisão de uma casa romana de planta rectangular com uma área de cerca de 25 m<sup>2</sup> e uma pequena lareira. A sua construção é idêntica à dos outros locais intervencionados nesse bloco, possuindo alicerces de xisto e quartzo, em que as paredes seriam de taipa, pavimento de terra batida e cobertura composta por *tegulae* e *imbrices*. Este compartimento apresenta no seu interior um tanque de planta rectangular feito de lajes de xisto em cutelo, cujo fundo é formado por *lateres* e *tegulae* invertidas, sugerindo o investigador que pudesse ter servido para a salmoura de carne de suíno. Relativamente ao espólio, foi dos poucos sítios deste Bloco onde, para além da cerâmica de construção e cerâmica comum, foi detectada a presença de *terra sigillata* a par com alguns fragmentos de ânforas, lucernas e *dolia*.

O *habitat* Defesinha 1 - Núcleo 2 (CNS 13567) situa-se no concelho de Reguengos de Monsaraz, no cimo de uma pequena elevação, formando um pequeno esporão, rodeado de terrenos férteis e com abundância de água. No lado norte e este desta elevação, identificaram-se alguns taludes que sugerem tratar-se de um recinto amuralhado, não tendo então sido detectado qualquer espólio significativo. Nos trabalhos executados em 1998, foi implantada uma vala com 13 m de comprimento e 1,50 m de largura, com o objectivo de obter um corte estratigráfico que permitisse identificar a tipologia e importância do sítio. Na vala, foi possível observar uma maior potência estratigráfica relativamente a outros sítios intervencionados, revelando que um dos taludes consiste numa grande muralha com cerca de 1 m de largura. Os trabalhos realizados permitiram igualmente identificar uma habitação romana, com pelo menos cinco divisões, totalmente construída com lajes de xisto colocadas horizontalmente por cima umas das outras e ligadas apenas com simples argila, técnica construtiva que faz lembrar a empregue na construção do Castelo da Lousa (CNS 42). O espólio recolhido é rico e variado, sendo constituído por cerâmica de construção, cerâmica comum utilitária, fusaiolas, pesos de tear, fragmentos de ânforas, cerâmica de paredes finas, *terra sigillata* itálica e sudgálica, destacando-se ainda uma fíbula, um fecho de cinto em cobre e uma moeda, classificada como um *dupôndio* de Tibério (14-37 d.C.).

A Defesinha 1 - Núcleo 3 (CNS 13568) corresponde a um *habitat* situado no concelho de Reguengos de Monsaraz, localizado a meia encosta, junto a terras férteis e

com abundância de água. Na superfície do solo, eram visíveis lajes de xisto dispostas em cutelo, formando muros numa área de cerca de 350 m<sup>2</sup>. Foram aqui efectuadas duas campanhas de escavação que procuraram identificar a tipologia e extensão do sítio. Nos trabalhos de 1998, foi escavada uma área de cerca de 300 m<sup>2</sup>, onde apenas se aprofundou cerca de 20 a 25 cm, revelando a presença de uma grande construção de planta quase quadrangular, onde era nítida no seu interior a existência de onze pequenas divisões, algumas lareiras, bem como de um tanque com escória de ferro (Faria, 2002, p. 141). A realização da escavação em área até ao afloramento rochoso, em 1999, na sequência dos trabalhos arqueológicos efectuados em 1998, permitiu constatar que se trata de um relevante edifício com uma complexa organização funcional, evidenciada pela detecção de alguns contentores cerâmicos no seu interior, sendo difícil interpretar a forma como todas estas divisões se interligavam entre si e as respectivas funções. As técnicas de construção utilizadas são similares às empregues nos outros sítios intervencionados neste Bloco. A escavação em área, juntamente com o variado espólio cerâmico e metálico do Período Romano dos séculos I d.C. a II d.C., revelou que não se tratava de uma mera construção de apoio a trabalhos agro-pecuários, como inicialmente se havia suposto, mas que consistiria uma grande casa ou eventualmente um conjunto de casas. O variado espólio exumado é constituído por cerâmica de construção, *tegulae*, *imbrices*, pesos de tear, contentores cerâmicos como *dolia*, potes em cerâmica comum, um dos quais inteiro e com tampa, lucernas, *terra sigillata* sudgálica, uma fivela em cobre, moedas, material que aponta para um complexo rural romano que, eventualmente de tipo granja ou quinta.

O sítio Carreira de Cavalos 3 (CNS 13574) localiza-se no concelho de Reguengos de Monsaraz, numa pequena plataforma onde se encontraram à superfície numa área de cerca de 150 m<sup>2</sup>, fragmentos de cerâmica de construção e comum de Época Romana. Com o objectivo de verificar e caracterizar a tipologia do sítio foi efectuada em 1998 uma sondagem, tendo-se verificado que o mesmo se encontrava destruído. O substrato argiloso de base encontrava-se apenas a 10 cm de profundidade e não foi detectada qualquer estrutura nem qualquer fragmento de cerâmica. O espólio arqueológico exumado era constituído apenas por escassos fragmentos de cerâmica de construção.

O sítio Carreira de Cavalos 5 (CNS 13571) localiza-se no concelho de Reguengos de Monsaraz, numa pequena plataforma rodeada de morouços de pedra, onde à superfície se encontravam fragmentos de cerâmica de construção e de cerâmica comum de Época Romana, indiciando tratar-se de um eventual *habitat*. Em 1998, foi realizada uma de sondagem com o intuito de verificar a tipologia do sítio e a sua extensão. Constatou-se que o substrato xistoso se encontrava apenas a 10 cm de profundidade, verificando-se que a estação arqueológica se encontrava completamente destruída pelas sucessivas lavouras

do terreno. O espólio é constituído apenas por poucos fragmentos de cerâmica de construção.

O casal rústico Duquesa 4 (CNS 13575) situa-se no concelho de Reguengos de Monsaraz, tendo-se inicialmente detectado vestígios de muros delimitados por pedras de xisto cravadas em cutelo, definindo os limites exterior e interior de uma casa, bem como cerâmica de construção de Época Romana. Em 1998, a abertura de sondagem teve como objectivo averiguar a tipologia do sítio e a sua extensão. Verificou-se que o local foi fortemente afectado pelas lavouras sucessivas do terreno. A 10 cm de profundidade, foram encontrados os primeiros materiais arqueológicos como *tegulae*, *imbrices* e algumas estruturas que correspondiam à divisão de uma casa com planta rectangular. Este compartimento apresentava-se dividido em duas áreas, numa das quais se detectou vestígios de uma provável lareira. Foi também identificada, a sul, uma estrutura murária que constituiria num alicerce desta construção, indiciando que a mesma se prolongaria para este, área onde se encontrava completamente destruída pelas lavouras. A escavação revelou três divisões de planta rectangular, das quais duas se apresentavam bem conservadas (Faria, 2002, pp. 140-141). O espólio exumado é somente constituído por fragmentos de cerâmica de construção e por cerâmica comum doméstica com a presença de materiais, a que foi atribuída de forma imprecisa cronologia Alto Medieval.

O sítio Cismeira 6 (CNS 13569) localiza-se no concelho de Reguengos de Monsaraz, no topo de uma pequena elevação onde se encontraram fragmentos de cerâmica de construção e de cerâmica comum do Período Romano, bem como muitas pedras de xisto. Em 1998, foi realizada uma sondagem com 96 m<sup>2</sup> com intuito de identificar a tipologia e extensão do sítio. A cerca de 20 cm de profundidade foram detectadas as estruturas murárias de uma casa de planta rectangular com uma lareira, bastante destruída, respectiva entrada e dois pequenos compartimentos que, eventualmente, se destinariam para a guarda de animais. Um grande espaço situado imediatamente em frente da casa e delimitado apenas por uma parede, foi interpretado como possível alpendre. Esta casa, construída em xisto e relativamente bem conservada, foi inserida cronologicamente no Período Romano. Relativamente ao espólio detectado, era composto por cerâmica de construção e cerâmica comum, cerâmica anfórica, *terra sigillata* clara A e C, bem como por alguns objectos em ferro. Foi ainda salientada a presença de «cerâmicas comuns Alto Medievais» (Faria, 2002, p. 141).

O sítio Cismeira 8 (CNS 13570) localiza-se no concelho de Reguengos de Monsaraz, no cimo de uma crista, onde numa área de cerca de 150 m<sup>2</sup> existiam fragmentos de cerâmica de construção e de cerâmica comum do Período Romano, bem como pedras de xisto. Em 1998, foi efectuada uma sondagem com 37 m<sup>2</sup> com o objectivo de verificar a tipologia e extensão do sítio. Verificou-se que o este se encontrava bastante

afectado pela lavoura do terreno e por um chafurdo, construído em época mais recente. Foi identificado o resto de um alicerce que corresponde a um canto, indicando a presença de uma casa rectangular que se prolongava por debaixo do morouço de pedras existente no local. Apesar do seu grau de destruição ser elevado, foi encontrado um pavimento de lajes de xisto e de *lateres* fragmentados. A fraca potência estratigráfica do sítio revelou um espólio arqueológico constituído apenas por cerâmica de construção e escassos fragmentos de cerâmica comum, tendo sido atribuída à casa uma cronologia romana, se bem que relativamente aos materiais se indique uma cronologia Alto Medieval (Faria, 2002, p. 141).

O Monte Roncão 2 (CNS 16309) está situado no concelho de Reguengos de Monsaraz, no topo de uma pequena elevação, onde existia à superfície muita cerâmica de construção e fragmentos de *dolia* e indícios de estruturas. O local encontrava-se acima da cota de enchimento da barragem de Alqueva e na mesma plataforma, a meia encosta, que o Monte Roncão 3. Em 1999, foi realizada uma sondagem com o objectivo de averiguar a extensão do sítio arqueológico e o seu grau de destruição. A 15 cm de profundidade, detectou-se uma única estrutura, constituída por um pequeno muro assente no afloramento rochoso. Constatou-se que a estação se encontrava praticamente destruída e com escasso espólio associado, destacando-se a grande quantidade de telhas, com ausência de *tegulae*, *dolia* e cerâmica comum, atribuídas à Alta Idade Média (Faria, 2002, p. 142).

Em 1999, foi intervencionado o Monte Roncão 3 (CNS 16312), sítio localizado no concelho de Reguengos de Monsaraz, situado a 850 m a sudoeste do Monte Roncão, a meia encosta, numa pequena plataforma alongada onde, numa área de cerca de 300 m<sup>2</sup>, se encontrava muita cerâmica de construção, telha grossa, sem *tegulae*, alguma cerâmica comum e um bordo de *dolium* ou de contentor cerâmico similar. Os trabalhos realizados procuraram averiguar através de sondagem a extensão do sítio arqueológico e o seu grau de destruição. A área escavada, onde existiam muitos materiais à superfície, apresentou uma potência estratigráfica muito reduzida, tendo-se no entanto identificado várias estruturas e definido áreas compartimentadas. O sítio, que se encontrava muito destruído, era constituído por uma grande construção rectangular com cerca de 90 m<sup>2</sup> que apresentava uma mais pequena divisão interior com 12 m<sup>2</sup>. A função do edifício, eventualmente relacionado com o Monte Roncão 2 localizado a 60 m, foi interpretada como de apoio a trabalhos agro-pecuários. Em termos de espólio arqueológico, detectou-se uma quantidade significativa de *imbrices* com total ausência de *tegulae*, alguns bordos de *dolia* e escassos fragmentos de outra cerâmica comum, tendo-se apontado ainda que de forma imprecisa, que existem afinidades com materiais surgidos em contextos alto-medievais (Faria, 2002, pp. 141-142).

O Seita 7 (CNS 16316), localizado no concelho de Reguengos de Monsaraz, situa-se a meia encosta de uma pequena elevação onde existiam à superfície, dispersos por uma pequena área, fragmentos de cerâmica de construção e de cerâmica comum de Época Romana. A realização de uma sondagem teve como objectivo averiguar a tipologia do sítio, sua real extensão e tipo de espólio. Nos trabalhos realizados em 1999, não foi identificado qualquer vestígio, constatando-se que o sítio arqueológico se encontrava completamente destruído. O espólio consistia apenas em cerâmica de construção genericamente considerada alto-medieval (Faria, 2002, p. 142).

O Monte Roncanito 11 (CNS 16314) encontra-se localizado no concelho de Reguengos de Monsaraz, numa pequena elevação onde, numa área com cerca de 100 m<sup>2</sup>, se encontrava à superfície restos de um muro de blocos de quartzo ligados com terra e cerâmica de construção e comum de cronologia incerta. Em 1999, foi realizada uma sondagem com o objectivo de averiguar a tipologia do sítio, extensão e espólio associado. Verificou-se que este se encontrava quase completamente destruído, apenas restando dois pequenos muros implantados no afloramento xistoso, constituídos por lajes de xisto e blocos e quartzo, ligados por argila e que formava um pequeno canto, sem qualquer ligação com uma outra estrutura murária construída em quartzo, eventualmente mais recente, implantada a uma cota superior. O espólio é constituído por cerâmica de construção e escassos fragmentos de cerâmica comum, atribuído de forma imprecisa à Alta Idade Média.

O Espinhaço 14 (CNS 16300) situa-se no concelho de Reguengos de Monsaraz, no topo de pequena elevação sobranceira ao rio do Espinhaço, onde em 1995 se encontrava, numa pequena área com cerca de 200 m<sup>2</sup>, fragmentos de cerâmica de construção e cerâmica comum atribuída à Época Romana, bem como pequenas pedras soltas, com algumas de granito. A sondagem realizada em 1999 teve como objectivo averiguar a tipologia e extensão do sítio, e o espólio associado. Constatou-se na escavação que a rocha base se encontrava sensivelmente a 15 cm de profundidade, verificando-se encontrar-se quase completamente destruída, restando somente um pequeno muro que formava um canto, apresentando a respectiva entrada. Considerou-se serem estas estruturas análogas a outras do Período Alto-Medieval (Faria, 2002, p. 142). Na única camada estratigráfica detectada, surgiram vários fragmentos de cerâmica comum e de cerâmica de construção, como *imbrices*, encontrando-se ausente a *tegulae*.

O sítio Espinhaço 17 (CNS 16315) encontra-se localizado no concelho de Reguengos de Monsaraz, a cerca de 1600 m a sudoeste do Monte do Espinhaço. Situa-se no topo de uma pequena elevação sobranceira ao rio Guadiana onde se encontrou, dispersa por uma pequena área à superfície, cerâmica romana de construção e outra, surgindo também muita pedra pequena solta de xisto e quartzo. A realização de uma

sondagem em 1999 teve como objectivo averiguar sobretudo a tipologia do sítio e sua extensão, tendo-se verificado que o mesmo se encontrava completamente destruído, sem quaisquer vestígios de estruturas ou de níveis arqueológicos, sendo muito escasso o espólio detectado, essencialmente constituído por cerâmica de construção a que genericamente foi atribuída uma cronologia alto-medieval (Faria, 2002, p. 142).

No ano 2000, foi intervencionado o sítio Charnequinha (CNS 16326), situado no concelho de Portel, num terraço fluvial (cascalheira), com abundante cerâmica de construção de Época Romana. Para tentar delimitar a extensão da estação arqueológica e averiguar a tipologia do sítio, foram abertas seis sondagens, perfazendo um total de 24 m<sup>2</sup>. Os resultados dos trabalhos permitiram constatar tratar-se de um sítio completamente destruído pelas sucessivas lavouras no terreno, com total ausência de estruturas, pavimentos ou níveis arqueológicos selados, com uma espessura estratigráfica de 30 a 35 cm. Registou-se também uma fraca densidade de espólio arqueológico, constituído por cerâmica de construção, (*imbrices*, *lateres* e *tegulae*) e cerâmica comum.

A Vinha do Pego do Lobo (CNS 16332) constitui uma *villa* romana localizada no concelho de Portel, freguesia de Monte do Trigo. Na área com cerca de um hectare, foram identificados vestígios de superfície compostos por materiais de Época Romana, designadamente, fragmentos de ânfora, cerâmica comum e *terra sigillata*. Os trabalhos efectuados em 2000 procuraram delimitar a extensão da estação arqueológica e averiguar a sua tipologia e grau de destruição, dada a existência no local de uma plantação de vinha. As sondagens foram escavadas em três grupos, implantadas nos locais onde à superfície se poderiam observar maior quantidade de cerâmicas e material de construção. Estas revelaram que o sítio se encontrava completamente destruído pela surriba em profundidade (1 m) para o plantio da referida vinha. O espólio era composto por cerâmica de construção, *imbrices* e *tegulae*, cerâmica comum, *terra sigillata*, ânforas, de forma Beltran IV (séculos I-II), Almagro 51c (séculos III - IV) e Africana Grande (séculos III-IV).

O sítio Monte Barbosa de Cima 1 (CNS 20963) localiza-se no concelho de Portel, situando-se a cerca de 150 m do imóvel rústico com essa designação, no cimo de uma suave plataforma delimitada por duas linhas de água, onde em 1995, foram identificados à superfície vestígios de cerâmica de construção e de cerâmica comum romana, para além de algumas lascas de quartzito. Os trabalhos de 2000 procuraram delimitar a extensão da estação arqueológica e averiguar a sua tipologia e grau de destruição. Nas sondagens realizadas, o substrato xistoso encontrava-se a uma profundidade média de 30 cm e não foram identificadas quaisquer estruturas ou níveis arqueológicos. O escasso espólio encontrado foi proveniente de recolhas de superfície, indiciando esses materiais que provavelmente se trataria de um sítio com uma cronologia situada na Antiguidade Tardia, séculos V a VII.

O Monte Musgos 7 (CNS 16329) localiza-se no concelho de Portel, freguesia da Amieira e Alqueva, numa encosta suave, onde à superfície se detectou, numa área de cerca 1800 m<sup>2</sup>, cerâmica de construção, *tegulae* e *imbrices*, e cerâmica comum, atribuída em 1995, ao Período Romano. Os trabalhos arqueológicos procuraram delimitar com exactidão a real extensão da estação arqueológica e averiguar de que tipo de sítio se tratava, tendo sido realizados em duas fases: em Setembro e Outubro de 2000. A maioria das 11 sondagens realizadas neste local não revelou a existência de contextos arqueológicos, com a excepção de uma sepultura de inumação escavada na rocha que foi submetida a uma intervenção antropológica, da qual resultou a identificação de um jovem de sexo masculino. Durante a escavação dessa sepultura, foi ainda exumada uma fivela reniforme em ferro, datável dos séculos V a VII. Esta, eventualmente, fará parte de uma necrópole mais vasta da Alta Idade Média.

O sítio Pego do Lobo de Lá (CNS 16323) localiza-se no concelho de Portel, freguesia de Monte do Trigo. Encontrava-se num terraço fluvial situado na margem direita do rio Degebe onde, à superfície e em área muito extensa (500 m<sup>2</sup>), se podia observar abundante cerâmica de construção e comum. Foi aí igualmente encontrada uma sepultura com parede de tijoleira e tampa subrectangular em mármore, com topos arredondados. A escavação efectuada 2000 tentou delimitar a extensão da estação arqueológica e identificar a tipologia do sítio, caracterizado por possuir uma área habitacional com algumas construções do Período Romano e cerâmica associada dos séculos I ao IV. A poente deste local, situa-se uma necrópole de inumação onde se identificaram 32 sepulturas, caracterizadas por serem quase na totalidade construídas com lajes de xisto e *lateres* romanos reaproveitados (Faria, 2002, p. 143). Em 2000, apenas foi escavada uma sepultura que revelou total ausência de ossadas ou de espólio arqueológico. No entanto, o arqueólogo responsável referiu paralelos com outras sepulturas idênticas encontradas noutros locais do país, datadas dos séculos V a VII. Em 2001, prosseguiram os trabalhos tendo sido escavadas mais sepulturas. Como os restos osteológicos não se conservavam na maioria das sepulturas, definiu-se a orientação da deposição atendendo à localização do mobiliário fúnebre e outros objectos, como pares de brincos, tendo-se verificado que a maioria das deposições obedeciam à prática cristã de colocar a cabeça para poente. No entanto, em alguns casos, a cabeça surgia a nascente, caso da sepultura 10 e, eventualmente, da sepultura 6 (Faria, 2002, p. 144). Já em 2005, o mesmo responsável efectuou aí trabalhos que procuraram averiguar se a floresta que a EDIA entretanto efectuou teria afectado ou perturbado estratos de natureza arqueológica. Foram efectuadas 22 sondagens com 2x2 m em redor da necrópole, que apenas revelaram uma sepultura (sepultura 30). Foi ainda escavada uma outra sepultura (sepultura 31),

descoberta em 2001, que não revelou vestígios de ossadas ou de espólio arqueológico. Este sítio corresponde a uma necrópole da Alta Idade Média.

#### **5.1.2.1. Considerações sobre os sítios**

A maioria dos sítios intervencionados pelo Bloco 11 situam-se no concelho de Reguengos de Monsaraz e, de uma forma geral, foram sobretudo efectuadas sondagens de diagnóstico para aferição da tipologia, dimensão e cronologia, nomeadamente a partir do espólio associado.

Verifica-se que, na generalidade dos casos, os sítios apresentavam uma estratigrafia diminuta e muito alterada, pois ao longo do tempo foram afectados pelos trabalhos agrícolas ou pelas alterações no uso do solo, encontrando-se, na maioria dos casos, os vestígios das estruturas murárias apenas ao nível das fundações, que por vezes permitem identificar, ou pelo menos indiciar, a respectiva compartimentação ou os ambientes em causa.

Refira-se que em vários sítios se identificaram à superfície os materiais de construção, pétreos e cerâmicos, de edifícios que se encontravam já completamente destruídos.

Relativamente ao estado de conservação das estruturas, foram considerados completamente destruídos os seguintes sítios: Carreira de Cavalos 3 (CNS 13574); Carreira de Cavalos 5 (CNS 13571); Charnequinha (CNS 16326), em Portel; Espinhaço 17 (CNS 16315); Monte Barbosa de Cima 1 (CNS 20963), em Portel; Monte Roncão 2 (CNS 16309); Pego do Lobo de Lá (CNS 16323), necrópole, concelho de Portel; Seita 7 (CNS 16316); Vinha do Pego do Lobo (CNS 16332) *villa romana*, em Portel.

Como sítios parcialmente destruídos e que ainda apresentassem restos ou vestígios de muros: Cismeira 8 (CNS 13570); Defesinha 1 - Núcleo 1 (CNS 13565); Espinhaço 14 (CNS 16300); Roncanito 11 (CNS 16314); Monte Roncão 2 (CNS 16309).

Sítios que ainda apresentavam estruturas murárias conservadas ao nível das fundações, definindo estruturas ou compartimentos: Cismeira 6 (CNS 13569); Defesinha 1 - Núcleo 2 (CNS 13567); Defesinha 1 - Núcleo 3 (CNS 13568); Defesinha 16 (CNS 13576); Defesinha 4 - Núcleo 1 (CNS 13579); Defesinha 4 - Núcleo 2 (CNS 13573); Duquesa 4 (CNS 13575); Monte Musgos 7 (CNS 16329), necrópole; Monte Roncão 3 (CNS 16312); Monte Roncão 3 (CNS 16312).

A situação do estado de conservação dos sítios é bastante limitativa no que concerne ao estudo da arquitectura dos assentamentos, mas também para o estudo dos contextos associados e para a atribuição da cronologia rigorosa dos sítios. No âmbito das conclusões apresentadas por João Carlos Faria (2002, pp. 143-144), foram definidos dois horizontes cronológicos para as ocupações estudadas no âmbito do Bloco 11,



evidenciando para o Período Romano os sítios situados na área da Defesinha e do Pego do Lobo, propondo para a primeira com cerca de 2,5 ha, dada a densidade de sítios, os mesmos se encontrariam relacionados, constituindo no seu conjunto, um aglomerado maior.

No horizonte alto-medieval que nos interessa particularmente, foram igualmente integrados sítios localizados nessas duas áreas, nomeadamente na primeira, Defesinha 4 - Núcleo 1 e Defesinha 4 - Núcleo 2, o que poderá atestar alguma continuidade nas ocupações, bem como outros sítios: Duquesa 4, Cismeira 6, Cismeira 8, Carreira de Cavalos 3 e Carreira de Cavalos 5, bem como os eventuais *habitats* de Seita 7, Monte Barbosa de Cima 1 e Espinhaço 17, Espinhaço 14, Monte Roncanito 11 e Monte Roncão 2, a que se encontrava associada uma estrutura de apoio em Monte Roncão 3.

Há ainda a referir a eventual necrópole de Monte Musgos 7 e a necrópole do Pego do Lobo de Lá, relativamente à qual subsistem questões relacionadas com a interpretação da deposição e orientação dos corpos.

### **5.1.3. Bloco 12 - Romano - Margem esquerda do Guadiana (Moura e Mourão)**

Os trabalhos arqueológicos desenvolvidos no âmbito deste projecto tiveram como objectivo prioritário conhecer melhor a estratégia de povoamento romano no Alentejo, particularmente nesta região que ainda integra o território de *Pax Iulia*. Pretendia-se inventariar e registar de forma exaustiva os sítios romanos existentes, desenvolvendo em fases distintas trabalhos de campo, nomeadamente: prospecção arqueológica, prospecção geofísica, sondagens, escavações, desenho de estruturas, registo fotográfico e de vídeo, de cada uma das fases e evolução dos trabalhos de campo e de gabinete.

Os estudos empreendidos compreenderam assim a prospecção de todos os sítios romanos existentes na margem esquerda do Guadiana, partindo do levantamento arqueológico previamente efectuado pela EDIA (Silva, 1996), com a selecção de parte das ocorrências das 18 inicialmente previstas, para realização de trabalhos de prospecção geofísica. Foram posteriormente efectuadas sondagens em todos os sítios arqueológicos a fim de se determinar a respectiva função e cronologia, bem como escavação de alguns sítios seleccionados através de critérios de natureza diversa, como a tipologia, localização topográfica, enquadramento geomorfológico (micro e macro) e a análise de fotografia aérea.

No âmbito dos trabalhos preparatórios de prospecção direccionada às ocupações romanas da margem esquerda do rio Guadiana, apesar das tentativas nesse sentido, não foi possível relocalizar os seguintes sítios atribuídos ao Bloco 12 (Lopes, 2013, pp. 19-21): Malhada do Pote 1 (CNS 21238); Monte da Ribeira (n.º Inv.º EDIA 95165) - não confundir

com o Monte da Ribeira (CNS 13521), correspondente a uma estação de ar livre do Paleolítico Superior; Monte da Ribeira 1 (CNS 2581); Monte dos Gravatós (CNS 21400); Monte Novo do Ratinho 3 (n.º Inv.º EDIA 9504).

Refira-se que seis sítios foram objecto de prospecção geoelectrica e/ou geomagnética, variando as áreas analisadas entre os 0,6 e os 1,5 ha (Lopes, 2013, p. 23): Monte do Judeu 7, Monte das Farias 2, Monte dos Serros Verdes 3/Serros Verdes 8, Monte da Charneca 4, Monte da Charneca 12 e Luz 3.

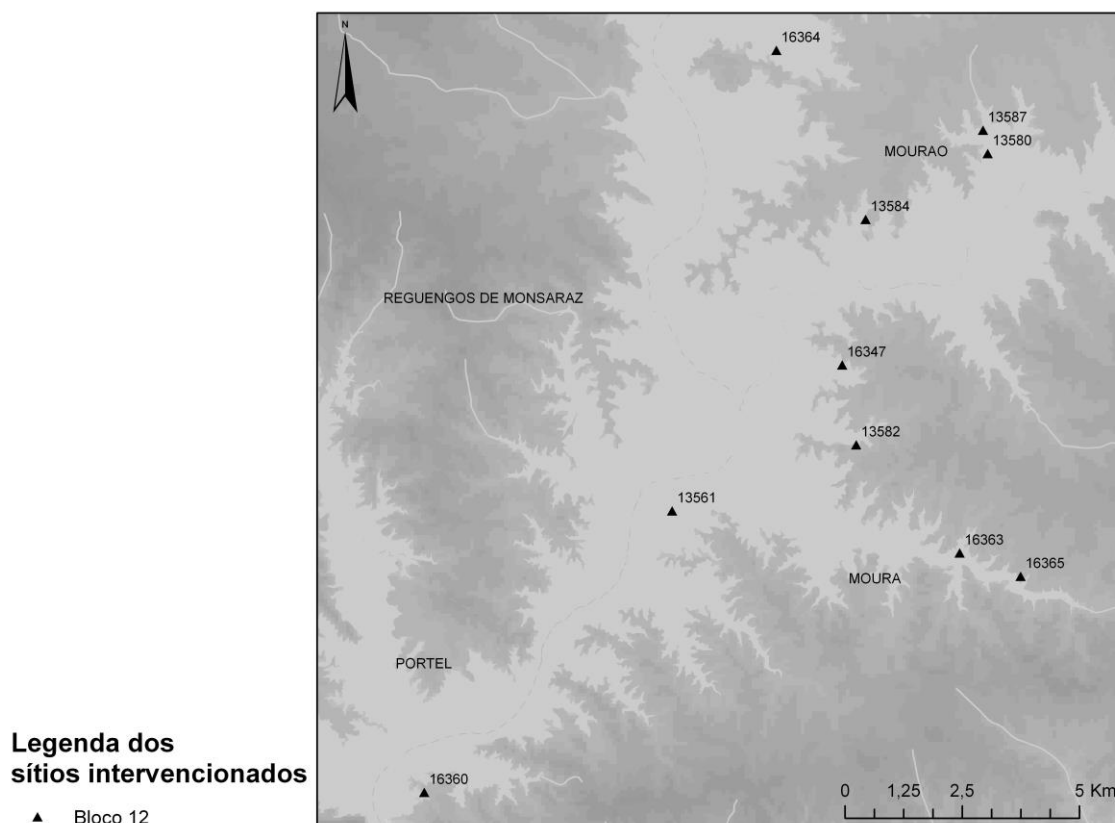


Fig. 5.1.3.1 – Localização cartográfica da área de estudo e dos sítios intervencionados no âmbito do Bloco 12: 13587 - Monte da Charneca 4; 13561 - Monte dos Serros Verdes 3 / Serros Verdes 8; 16364 - Luz 3; 13582 - Monte das Lebres 1; 16347 - Monte das Farias 2; 13580 - Monte da Charneca 12; 16363 Monte do Judeu 7; 16365 - Piçarras 1 / Monte das Piçarras 2; 13584 - Monte do Conde 3; 16360 - Ratinhos 2 / Monte Novo do Ratinho 2.

Por se ter verificado que se encontrava em cota superior ao nível pleno de armazenamento da barragem, não foi intervencionado São Leonardo 4 (CNS 21171), cujos vestígios circundavam a capela com esse patrono. Pela mesma razão, foram suspensos os trabalhos no *habitat* do Monte do Conde 3 (CNS 21361), já depois de iniciados (Lopes, 2013, p. 24).

Foram assim intervencionados, nomeadamente através da execução de sondagens arqueológicas, os seguintes dez sítios: Monte da Charneca 4, Monte dos Serros Verdes

3/Serros Verdes 8, Luz 3, Monte das Lebres 1, Monte das Farias 2, Monte da Charneca 12, Monte do Judeu 7, Piçarras 1/Monte das Piçarras 2, Monte do Conde 3, Ratinhos 2/Monte Novo do Ratinho 2.

Descreve-se seguidamente, sítio a sítio, os principais resultados obtidos pelos trabalhos arqueológicos que entretanto foram objecto de publicação monográfica (Lopes, 2013).

O Monte da Charneca 4, CNS 13587, localiza-se na freguesia da Luz, concelho de Mourão e situa-se numa pequena plataforma, sobranceira à confluência de duas linhas de água, onde se encontravam dispersos por uma área aproximada de 400 m<sup>2</sup> fragmentos de *tegulae*, cerâmica comum, incluindo *dolia*, *terra sigillata* e restos de mós de granito, entre várias lajes de xisto. A cerca de 100 m a sul, junto à ribeira, apareciam também à superfície, algumas lajes de xisto e fragmentos cerâmicos incharacterísticos, tendo essa área sido interpretada como uma possível necrópole associada ao sítio de *habitat*. As intervenções realizadas em 1998 e 1999 procuraram, através da escavação integral do sítio que se pensava inicialmente tratar de um casal romano, obter uma primeira caracterização e avaliação patrimonial e científica e, igualmente, verificar da existência de uma possível necrópole associada. Os principais resultados da primeira campanha de escavações permitiram identificar muros pertencentes a uma edificação aparentemente de carácter marcadamente rústico, com paredes de taipa, pavimento em terra batida e, possivelmente, uma cobertura em matérias perecíveis, face à ausência de *imbrices* e a presença residual de *tegula*. Foram recolhidos escassos fragmentos cerâmicos, resumindo-se a alguns fragmentos de *lateres* e *tegulae*, bojo de *dolium* e eventualmente de ânfora. Na segunda campanha, foi escavada integralmente a área construída constituída por um edifício de planta quadrangular com 11,5 m de lado, estruturado em função de um pátio central com uma área de cerca 28 m<sup>2</sup>, em torno do qual se dispunham, regularmente, cinco compartimentos com distintas dimensões, dando entrada directa para três desses compartimentos, atingindo uma área total de 138 m<sup>2</sup> (Lopes, 2013, pp. 28, 30). Na área do pátio, foram identificados restos de uma câmara de combustão de uma eventual pequena forja (Lopes, 2013, p. 52). Tendo por base, fundamentalmente, a presença de *terra sigillata* hispânica e de produções de *terra sigillata* clara A e C, foi este sítio datado genericamente entre os séculos II e III. A escavação efectuada na zona da hipotética necrópole revelou-se inconclusiva.

O Monte dos Serros Verdes 3/Serros Verdes 8 (CNS 13561) situa-se na Póvoa de São Miguel, em Moura, afastado cerca de 1 km da margem esquerda do rio Guadiana, onde à superfície se detectou indústria lítica Languedocense, associada a cerâmica de fabrico manual e a materiais romanos. Em 1998, foram abertas sondagens numa área de 60 m<sup>2</sup>, procurando comprovar a diacronia da ocupação do sítio. A uma ocupação

Calcolítica, eventualmente iniciada no Neolítico Final, situada na plataforma superior do cabeço onde se identificou uma grande estrutura com eventual carácter defensivo sucedeu uma ocupação romana, com a construção de diversas estruturas definindo compartimentos. O sítio foi intervencionado em área em 1999 e 2000, de forma a exumar e registar a totalidade das estruturas romanas existentes, procurando recuperar as plantas dos eventuais edifícios e aferir a sua funcionalidade. Ainda em 1999, foram identificados três compartimentos com muros que mediam em média 50 cm, construídos com uma técnica muito fruste de blocos de pedra ligados com terra. Os dois compartimentos tinham respectivamente uma área de 61,4 m<sup>2</sup> e de 23,6 m<sup>2</sup> (Lopes, 2013, p. 28). Em 2000, o alargamento da escavação não revelou vestígios arqueológicos assinaláveis. Considerou-se ser este um casal, núcleo residencial de um reduzido número de habitantes, datado do século IV, a partir de fragmentos de *terra sigillata* clara.

O sítio Luz 3 (CNS 16364) localiza-se na freguesia da Luz, concelho de Mourão numa pequena plataforma situada numa encosta suave, com duas linhas de água (a norte e a este) onde, numa área de 400 m<sup>2</sup>, se encontraram abundantes fragmentos de cerâmica de construção e, em menor quantidade, cerâmica comum, apontando para a existência de um casal rústico. Este sítio foi objecto de intervenção em 2000, na qual se procurou efectuar o registo integral da estratigrafia e das estruturas de eventuais edifícios, com vista à sua caracterização funcional e cronológica. Nas oito sondagens efectuadas, foram identificados vários troços de muros que definem oito compartimentos, constituindo um edifício de planta sub-rectangular de dimensões consideráveis, com uma área de 180 m<sup>2</sup> (Lopes, 2013, p. 28). Os muros denotavam uma técnica construtiva muito rudimentar, com lajes de xisto na face exterior e o seu interior, preenchido com terra e pedras de xisto de pequeno calibre que assentavam, sem qualquer tipo de vala de fundação, directamente sobre afloramento rochoso. Foram também identificados restos de um pavimento em pedra no canto de um compartimento (Lopes, 2013, p. 33). Quanto ao espólio, foram recolhidos fragmentos de cerâmica doméstica comum, *dolium*, e de construção, como *tegula*, vidro e metal. A escassez de informação estratigráfica e a tipologia dos materiais recolhidos limitaram a caracterização funcional e cronológica do conjunto, salientando-se apenas que se tratava de um edifício de planta sub-rectangular de dimensões consideráveis.

O Monte das Lebres 1 (CNS 13582) encontra-se situado na Póvoa de São Miguel, em Moura, numa pequena encosta, sobranceiro a uma linha de água secundária afluyente da ribeira de Santa Maria, numa zona de terras magras onde os afloramentos xistosos são evidentes, devido à fraca potência do solo, onde foram identificados vestígios de muros associados a cerâmica de construção e comum. O local terá sido destruído a oeste, pela construção de um caminho rural. Em 1998, 1999 e 2000, procedeu-se à escavação para determinar a existência de estruturas arqueológicas, a sua dimensão, monumentalidade e

interesse científico, bem como registar os diversos níveis de ocupação. Em 1998, o trabalho desenvolvido consistiu na abertura de cinco sondagens, determinadas pela existência de alinhamentos construtivos visíveis no terreno. Foi possível identificar diversas estruturas em todas as sondagens, com excepção da Sondagem 3. Do conjunto de muros identificados, construídos em quartzo, xisto e terra, destacam-se o muro evidenciado na Sondagem 1 (orientação O-E), de melhor construção e parte de uma abside registada na Sondagem 2. Nas Sondagens 1, 4 e 5, são visíveis diversos muros, que definem parcialmente a existência de três compartimentos, um deles com restos de uma entrada. Na Sondagem 4, foi também identificada uma pequena abside, parcialmente destruída. Foi identificado um eventual derrube de paredes de taipa. Os trabalhos de 1999 permitiram determinar a extensão das estruturas arqueológicas já detectadas em 1998 e registar os diversos níveis de ocupação, definindo-se com maior precisão a planta e funcionalidade das estruturas de *habitat* identificadas anteriormente. Embora destruídas parcialmente, foi ainda possível identificar um celeiro, relacionado com o armazenamento de cereal produzido seguramente na área envolvente, bem como constatar a evidência de abundantes fragmentos de escória de ferro, que pode relacionar este sítio com actividades ligadas à mineração ou à metalurgia. Em 2000, os trabalhos procuraram determinar a planimetria das estruturas arqueológicas detectadas em 1998 e 1999, tendo sido registado um terceiro edifício relacionado com uma área de armazenamento, além da área habitacional e do celeiro identificados nas campanhas anteriores. O edifício principal tem uma área de 96 m<sup>2</sup>, o edifício localizado a este, que foi identificado como celeiro, tem 36,8 m<sup>2</sup> e o outro edifício rectangular, situado a oeste, 80 m<sup>2</sup> (Lopes, 2013, pp. 28, 30). A encosta da pequena elevação junto ao caminho encontra-se assim totalmente ocupada com estruturas arqueológicas que, em síntese, correspondem a uma casa de planta rectangular com tanque central e respectivos anexos, de carácter claramente agrícola. Os materiais exumados foram cerâmica de construção, cerâmica comum e *terra sigillata*, algumas peças em metal, sendo abundantes os fragmentos de escória de ferro e fragmentos de vidro.

O Monte das Farias 2 (CNS 16347) situado em Póvoa de São Miguel, em Moura, foi intervencionado em 1999, tendo sido executadas 14 sondagens que procuraram determinar a existência de estruturas, a sua dimensão, monumentalidade e interesse científico. Foram registados diversos níveis de ocupação e respectivas estruturas arqueológicas, confirmando-se e identificando-se a correspondência a algumas das anomalias registadas na campanha de prospecção geofísica, permitindo uma interpretação mais precisa deste sítio arqueológico. Os restos de muros detectados encontravam-se muito destruídos e seriam eventualmente pertencentes a uma ocupação habitacional. Foi ainda possível registar uma necrópole, provavelmente tardo-romana com oito sepulturas

rectangulares, escavadas na rocha e delimitadas por lajes de xisto colocadas na vertical, que mediam em média 1,90 m de comprimento, com uma excepção com 1,20 m (Lopes, 2013, p. 35). Uma das sepulturas apresentava ainda uma laje de xisto de cobertura, embora caída para o interior, enquanto algumas das outras apresentavam diversos fragmentos de xisto das lajes de cobertura partidas, a selar o compartimento funerário. Todas as sepulturas apresentam uma orientação noroeste-sudeste com ligeiras variantes, eventualmente influenciadas pela implantação do cristianismo. Os materiais exumados correspondem a cerâmicas de construção e a cerâmica comum romana. Não se detectaram restos osteológicos, mas três sepulturas tinham no interior jarros trilobados com uma cronologia que vai de inícios do século IV ao V, ou mesmo até ao século VI (Lopes, 2013, p. 34).

O Monte da Charneca 12 (CNS 13580) localiza-se na freguesia da Luz, no concelho de Mourão, a meia encosta, a norte de uma pequena elevação, ocupando uma área de cerca de 150 m<sup>2</sup>, onde foi possível reconhecer cerâmica romana de construção, cerâmica comum incaracterística e bastantes pedras de xisto. O sítio tem um bom domínio da envolvente, caso da zona baixa a sul, onde existem duas linhas de água secundárias. Foi objecto, em 1998, de sete sondagens arqueológicas, duas com as dimensões de 4x4 m e cinco de 2x2 m, localizadas em função da dispersão de materiais cerâmicos à superfície e que tiveram por objectivo identificar eventuais estruturas arqueológicas, sua dimensão, monumentalidade e interesse científico, bem como identificar os diversos níveis de ocupação. Os trabalhos não permitiram identificar qualquer estrutura apesar da existência à superfície e nas áreas escavadas de grande quantidade de pedra de xisto miúda, eventualmente pertencente a estruturas entretanto destruídas pelos trabalhos agrícolas. Documentou-se apenas a existência de rasgos na rocha base. Apesar de a prospecção ter revelado abundante material arqueológico, na fase de escavação foi recolhido pouco espólio, constituído por cerâmica de construção, cerâmica comum romana e lajes de xisto.

O Monte do Judeu 7 (CNS 16363) encontra-se situado na Póvoa de São Miguel, em Moura, depois de atravessar o à esquerda do ribeiro afluente do rio Zebro, onde se localizaram alguns troços de muros muito destruídos, construídos em quartzo, xisto e terra, bem como uma grande dispersão de materiais cerâmicos à superfície. Os trabalhos realizados em 1999 procuraram determinar a existência de estruturas arqueológicas, a sua dimensão, monumentalidade e interesse científico, nomeadamente confirmar e identificar algumas das anomalias registadas através da prospecção geofísica, de forma a obter uma interpretação mais precisa do sítio. Foram efectuadas sondagens dispersas pela plataforma, tendo-se identificado vestígios de estruturas de xisto, quartzo e cerâmica de construção e cerâmica comum. Os restos de muros encontravam-se muito destruídos e foram interpretados como pertencentes a uma ocupação habitacional. A área de dispersão

de materiais cerâmicos e as anomalias detectadas na prospecção geofísica sugerem a existência de uma ocupação com maiores dimensões, não se tendo no entanto prosseguido com a escavação da zona.

O sítio Piçarras 1/Monte das Piçarras 2 (CNS 16365) (a não confundir com Monte das Piçarras 1, CNS 27884) localiza-se na Póvoa de São Miguel, em Moura. No local, existiam à superfície escassos fragmentos de cerâmica, ocupando uma área de cerca de 400 m<sup>2</sup>. Os trabalhos realizados em 2000 procuraram determinar a existência de estruturas arqueológicas e registar os diversos níveis de ocupação, tendo-se realizado oito sondagens que confirmaram que o local se encontrava bastante destruído, não se tendo detectado estruturas ou níveis de ocupação (Lopes, 2013, p. 26).

O Monte do Conde 3 (CNS 13584) localiza-se na freguesia da Luz, no concelho de Mourão, implantado num cabeço com uma elevação média, que domina a paisagem envolvente e permite uma boa visibilidade em todas as direcções, numa área com cerca de 300 m, delimitada a norte e este por duas linhas de água secundárias. Os trabalhos executados em 1998 procuraram identificar estruturas arqueológicas e registar os diversos níveis de ocupação, tendo-se realizado apenas uma sondagem, definida pela existência de alinhamentos de estruturas visíveis no terreno. Foi possível identificar diversas estruturas, onde se destaca um muro construído em xisto, quartzo e terra, com orientação norte-sul. Junto a este, identificaram-se vários alinhamentos de estruturas, no sentido este-oeste, cuja função não foi determinada. O espólio era sobretudo constituído por materiais cerâmicos de construção, alguma cerâmica comum romana e uma mó encontrada junto aos muros.

O sítio Ratinhos 2/Monte Novo do Ratinho 2 (CNS 16360) localiza-se na União de Freguesia de Moura (freguesias Santo Agostinho e São João Baptista) e Santo Amador, no topo de uma pequena elevação, numa área de 150 m<sup>2</sup>, onde foram identificados vestígios de cerâmica comum, cerâmica de construção e escória. Foi intervencionado em 2000, tendo por principais objectivos a identificação de possíveis estruturas arqueológicas e o registo de possíveis níveis de ocupação. Não foram, contudo, detectadas estruturas ou níveis arqueológicos significativos, confirmando-se que o sítio se encontrava bastante destruído. Foi recolhido mais espólio à superfície, cerâmica de construção e cerâmica comum romana, do que no decurso da escavação. A reduzida potência estratigráfica e os trabalhos agrícolas terão destruído e revolvido os vestígios pelo que os contextos exumados não permitem a caracterização cronológica e funcional do sítio.

#### **5.1.3.1. Considerações sobre os sítios**

As estações estudadas nesta área do regolfo de Alqueva encontram-se localizadas em cabeços junto ao rio Guadiana ou nas imediações de linhas de água tributárias, como o

Alcarrache ou o Zebro. Apresentavam na generalidade mau estado de conservação e correspondem a pequenas unidades económicas, casais rurais, que no Período Romano se dedicaram sobretudo à agricultura e a outras actividades artesanais relacionadas com a mineração e transformação dos metais. Estas últimas actividades encontram-se atestadas pela quantidade de escórias de ferro e de cobre registada nos vários sítios, nomeadamente no Monte do Conde 3 e no Monte das Lebres 1, bem como pela eventual forja escavada em Charneca 4 (Lopes, 2013, p. 37).

Neste contexto, não pode deixar de se referir a necrópole tardo-romana de Monte das Farias 2. Para além deste último, não foram detectados outros sítios enquadrados cronologicamente na Antiguidade Tardia.

## **5.2. Sítios medievais e modernos (Blocos 13, 14 e 15)**

### **5.2.1. Bloco 13 - Medieval - Moderno (Alandroal e Reguengos)**

Tendo em vista a minimizar os impactes negativos decorrentes da construção da barragem de Alqueva, o Bloco 13, relativo aos Períodos Medieval e Moderno no concelho de Alandroal e em parte de Reguengos de Monsaraz, até à ribeira do Álamo, teve inicialmente treze sítios atribuídos. No âmbito dos objectivos deste projecto, procurou-se efectuar a localização e o reconhecimento prévio das estruturas identificadas nas prospecções, bem como determinar, através da observação da densidade dos vestígios disseminados na superfície do terreno, onde se situariam os núcleos originários, procedendo-se à abertura de valas de sondagem de largura nunca inferior a dois metros, mas com comprimento variável, em função das características do local. Outro dos objectivos destes trabalhos passava pela determinação da inserção cultural e temporal dos vestígios encontrados, bem como, em função dos resultados, efectuar a avaliação da importância cultural dos locais e analisar a necessidade de alargamento das intervenções arqueológicas.

Acabaram assim por ser intervencionados 14 sítios, - quando inicialmente se encontravam previstos 13 -, sendo apresentados pela ordem com que são expostos na monografia dos trabalhos entretanto publicada (Ferreira, 2013): Moinho da Volta 8, Moinho da Volta 9, Moinho da Volta 13, Monte do Touril de Agosto 1, Outeiro do Pombo 4, Moinho da Volta 1, Moinho da Volta 2, Monte dos Currais 1, Malhada das Taliscas 5/11 e Miguéns 1/13. Refira-se que o Monte dos Cabeços 1 (CNS 15274) referenciado na monografia se localiza no concelho de Ferreira do Alentejo e foi intervencionado fora do âmbito geográfico destes trabalhos pelo que não será abordado. Acrescem ainda outros sítios que, apesar de terem sofrido trabalhos de minimização, não integraram a monografia, a saber: Cerro dos Mouros, Monte do Anastácio Manuel 4, Monte do Anastácio Manuel 5 e Xerez de Baixo 37.



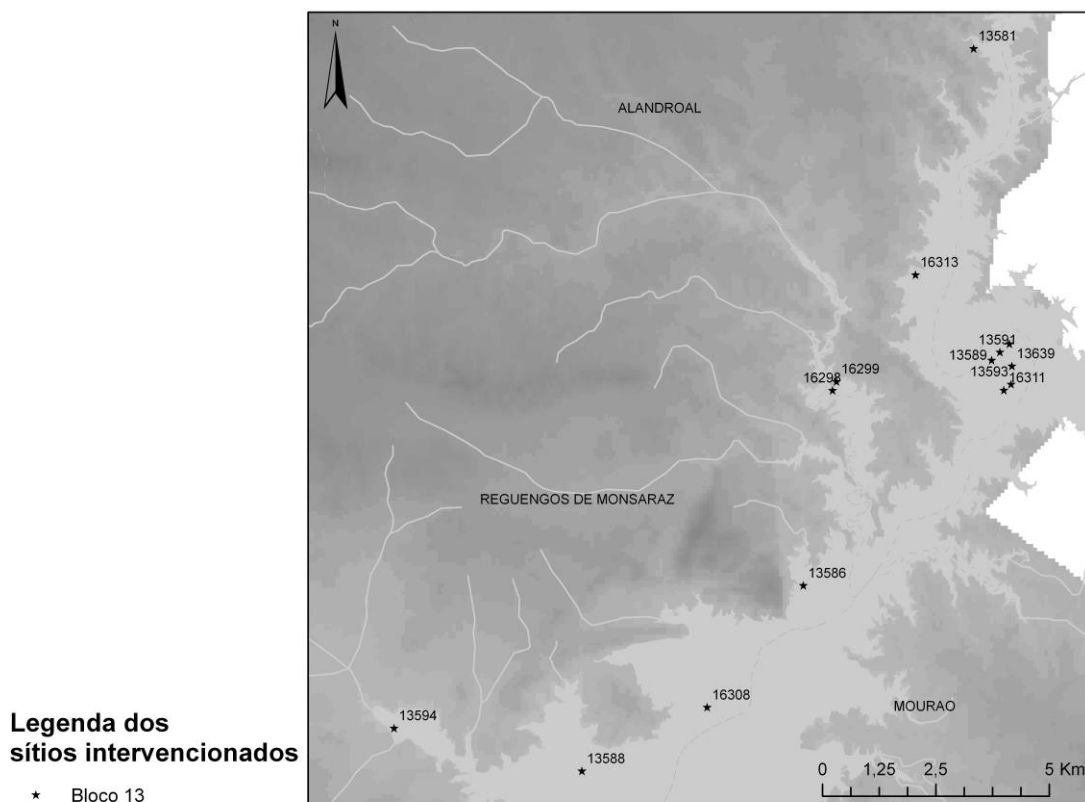


Fig. 5.2.1.1 – Localização cartográfica da área de estudo e dos sítios intervencionados no âmbito do Bloco 13: 13639 - Moinho da Volta 8; 13593 - Moinho da Volta 9; 13589 - Moinho da Volta 13; 13586 - Monte do Touril de Agosto 1; 13581 - Outeiro do Pombo 4; 13591 - Moinho da Volta 1; 13585 - Moinho da Volta 2; 13594 - Monte dos Currais 1; 16311 - Malhada das Taliscas 5 / 11; 16313 - Miguéns 1 / 13; 13588 - Cerro dos Mouros; 16298 - Monte do Anastácio Manuel 4; 16299 - Monte do Anastácio Manuel 5; 16308 - Xerez de Baixo 37.

Apresenta-se seguidamente uma súmula dos trabalhos desenvolvidos, sítio a sítio, e dos principais resultados obtidos.

O Moinho da Volta 8 (CNS 13639) situa-se na freguesia de Capelins (Santo António), concelho de Alandroal, no topo de uma pequena elevação onde, à superfície, numa área muito reduzida e com poucos materiais, se encontra cerâmica de construção e comum, seixos e lascas. Os trabalhos de 1998 procuraram reconhecer as estruturas arqueológicas mas a ausência de cerâmica comum, levaram a considerar tratar-se de um cercado de gado de época indeterminada.

O Moinho da Volta 9 (CNS 13593) situa-se na freguesia de Capelins (Santo António), concelho de Alandroal, no topo de uma pequena elevação onde, à superfície numa área reduzida, se encontrava cerâmica de construção e cerâmica comum. Nos trabalhos realizados em 1998, as técnicas de construção observadas, o tipo de pavimento obtido pela regularização do afloramento geológico e espólio encontrado (telha de canudo e fragmento de mó manual em granito) levaram a concluir que se tratava de uma unidade

agro-pastoril. Devido à ausência de materiais romanos, atribuindo-se-lhe, de acordo com o espólio, uma cronologia que foi situada no século VII (Ferreira, 2013, p. 32).

O sítio Moinho da Volta 13 (CNS 13589) localiza-se na freguesia de Capelins (Santo António), concelho de Alandroal, no topo de uma pequena elevação próxima ao rio Guadiana, onde à superfície era visível cerâmica de construção e cerâmica comum. Os trabalhos de 1998 tiveram como objectivo o reconhecimento das estruturas arqueológicas, concluindo-se que se tratava de uma possível estrutura habitacional reduzida às fundações, com paredes em taipa, e cobertura em telha de canudo. A cronologia deste casal foi atribuída ao século VII (Ferreira, 2013, p. 33).

O Monte do Touril de Agosto 1 (CNS 13586) localiza-se na freguesia de Monsaraz, concelho de Reguengos de Monsaraz, situa-se no topo de uma pequena elevação onde à superfície era visível cerâmica de construção e uma eventual estrutura. Na sua envolvente, situam-se o Monte do Touril de Agosto 2 (CNS 22248, local com vestígios de indústria macrolítica sobre seixo rolado de quartzito - núcleos de lascas e lascas corticais) e os Monte do Touril de Agosto 3 (CNS 22249) e Monte do Touril de Agosto 4 (CNS 22250), correspondentes a dois *habitats* romanos. Na escavação efectuada em 1998, foi identificada uma construção rectangular, com 2x3m, que seria ladeada por muros, eventualmente em taipa, e placas de xisto colocadas verticalmente. O interior estava parcialmente coberto com seixos grossos e uma camada de seixos finos. Sob este pavimento, foi detectado um enchimento efectuado com *tegulae* e *opus signinum* britado (Ferreira, 2013, p. 34). Estes elementos indicaram tratar-se de uma habitação romana, talvez com um reaproveitamento posterior, encontrando-se as estruturas identificadas reduzida às fundações. Foi detectada telha grossa, atribuível cronologicamente aos séculos V e VII.

O local Outeiro do Pombo 4 (CNS 13581) situa-se na freguesia de Capelins (Santo António), concelho de Alandroal, onde numa área reduzida de uma pequena elevação, eram visíveis vestígios de cerâmica comum e de construção, associada a escórias de fundição e a um aglomerado de pedras de derrube. Os trabalhos desenvolvidos em 1998 permitiram identificar uma estrutura habitacional alto-medieval com um pavimento obtido pela regularização do afloramento geológico. Foi exumada cerâmica comum e de construção, nomeadamente, 24 fragmentos de um contentor cerâmico de pequenas dimensões, um fragmento de bordo de vidro de cor verde clara e escória de ferro. Trata-se de uma possível estrutura atribuída genericamente aos séculos V e VII.

O Moinho da Volta 1 (CNS 13591) localiza-se na freguesia de Capelins (Santo António), concelho de Alandroal, no topo de uma pequena elevação onde, numa área muito reduzida, se encontravam à superfície escassos materiais cerâmicos como cerâmica de construção (telhas e tijolo) e cerâmica comum. Os trabalhos arqueológicos de

escavação desenvolvidos em 1998 e 1999 levaram à identificação de estruturas em xisto de uma casa rústica relativamente bem conservada, com pavimento obtido pela regularização do afloramento geológico. A edificação possuía uma planta quadrangular com duas salas; uma com 5,1x3,84 m de medida interior (19,6 m<sup>2</sup>) comunicando através de vão situado a meio comprimento da parede divisória com o outro compartimento mais pequeno, com 5,1x2,48 m (12,65 m<sup>2</sup>) (Ferreira, 2013, p. 41). Terá sido detectado o nível de derrube do telhado no interior da casa. Foi também registado um possível poial localizado no canto sudeste do compartimento maior, bem como eventual lareira. Foi recolhido espólio variado, nomeadamente cerâmica comum, 31 peças, tendo-se situado esta ocupação eventualmente temporária, no século VII.

O sítio Moinho da Volta 2 (CNS 13585) situa-se na freguesia de Capelins (Santo António), concelho de Alandroal, no topo de uma pequena elevação onde, à superfície e em área reduzida, eram visíveis alguns fragmentos de cerâmica de construção e de cerâmica comum. Os trabalhos desenvolvidos em 1998 e 1999 evidenciaram as fundações de uma casa com um provável «poial do pote», com telhas cravadas verticalmente no solo, permitindo o escoamento de água directamente para o subsolo. A planta rectangular era constituída por dois compartimentos, um com 6,4x3,85 m (24,6 m<sup>2</sup>), que comunicava através de vão com o outro bastante mais pequeno com 6,4x1,3 m (8,3 m<sup>2</sup>). No compartimento de maiores dimensões foi identificado o derrube do telhado. Na parede norte, prolongava-se para o exterior um muro que se conserva numa extensão de 3,75 m (Ferreira, 2013, p. 47). No canto sul, surgiu uma estrutura rectangular com 1,2x0,9 m, delimitada por placas de xisto cravadas verticalmente sendo o interior preenchido por telhas, também no sentido do comprimento. Foi interpretada como um poial, mas dada a localização na estrutura, se bem que não sejam mencionados outros vestígios associados, arrisca-se a proposta de se tratar de uma lareira. Outra estrutura similar a um poial, localizada a este do mesmo compartimento (com 2,95x2,45 m e altura média de 0,15 m centímetros acima da cota do pavimento) foi interpretada como um possível leito (Ferreira, 2013, p. 49). O espólio variado é constituído por cerâmica de construção (telhas), cerâmica comum, fragmentos de talha e um fragmento de espelho de placa de cinturão visigótica, com cronologia enquadrável no primeiro quartel do século VII. Dadas as características do assentamento, foi interpretado como casal rústico ao qual foi atribuída uma cronologia situada no século VII.

O Monte dos Currais 1 (CNS 13594) situa-se na freguesia de Corval, concelho de Reguengos de Monsaraz e é constituído por uma estrutura habitacional implantada numa suave encosta com afloramento de granodiorito. Num desses afloramentos, com cerca de 10 m<sup>2</sup>, foram escavadas duas sepulturas de planta rectangular que medem, respectivamente, 1,85x0,50x0,40 m e 0,70x0,30x0,25 m, apresentando topos ligeiramente

arredondados e rebaixamento destinado à tampa, correspondendo as suas dimensões às de um adulto e de uma criança. A orientação da sepultura maior é nordeste-sudoeste, apresentando a sepultura menor um desvio de eixo de cerca de 20 graus para oeste, em relação à anterior. As escavações desenvolvidas em 1998 e 1999 exumaram um conjunto de estruturas de uma edificação complexa que poderá encontrar relacionada com outras duas estações que se situam a nascente, a cerca de 300 m e 700 m do local. A planta deste edifício, onde foram identificados cinco ambientes, poderá ter evoluído ao longo do tempo conforme as necessidades do grupo humano que aí residia. As fundações são constituídas por blocos de granodiorito, não aparelhado, dispostos de forma a criar uma parede com uma largura média de 0,65 m e uma altura média 0,30 m, devendo o restante alçado das paredes ser construído em taipa. Durante a escavação, foram identificados vestígios de derrube de um telhado nas designadas salas A, C e D. Ainda na sala A, foi identificada uma eventual sepultura de criança que terá sido inumada no interior da casa, bem como uma estrutura que foi interpretada como um poial (Ferreira, 2013, p. 63), mas que poderá corresponder a uma lareira. A um nível inferior da sala A, foram detectados vestígios de incêndio do qual foram recolhidas amostras, posteriormente datadas por C<sup>14</sup> em 910 BP, o que vem colocar eventualmente o nível de abandono entre finais do século XI e inícios do século XII (Ferreira, 2013, p. 66). Refira-se que na sala D, foi encontrada uma fivela de cinturão de bronze atribuída ao século VII (Ferreira, 2013, p. 69). Foi assim proposto que este complexo tenha evoluído ao longo do tempo, sendo eventualmente, habitado em continuidade entre os séculos VII e XI (Ferreira, 2013, p. 71).

O sítio Malhada das Taliscas 5/11 (CNS 16311) freguesia de Capelins (Santo António), concelho de Alandroal, local no topo do cabeço onde se observou grande quantidade de blocos de quartzo localizados associados a cerâmica comum. Inicialmente designado como Malhada das Taliscas 11, foi no entanto publicado como Malhada das Taliscas 5. Em 2000, procedeu-se à escavação em área para reconhecimento das estruturas que sugeriam um *habitat* de certa importância. Os trabalhos permitiram identificar duas divisões com diferentes dimensões, existindo numa um conjunto de fragmentos de *lateres* que compõem o que foi interpretado como uma poial mas que poderá corresponder a uma lareira. Foi considerado um casal visigótico dos primórdios do século VII (Ferreira, 2013, p. 78), com características idênticas a outros intervencionados no Bloco 13, habitados durante um curto período de tempo, com poucos vestígios relacionados com o tipo de economia praticada. Foram recolhidos fragmentos de cerâmica comum compatível com cronologia da Alta Idade Média, um fragmento de vidro verde e uma conta polilobada de vidro.

O sítio Miguéns 1/Miguéns 13 (CNS 16313) localiza-se na freguesia de Capelins (Santo António), concelho de Alandroal, no alto de um cabeço onde foram detectadas

fundações de uma construção quadrangular em blocos de quartzo. O sítio foi designado nos trabalhos de levantamento e de escavação como Miguéns 13, tendo no entanto sido inventariado pela EDIA como Miguéns 1. Em 2000, procedeu-se à escavação em área das estruturas, das quais restava um conjunto de fundações de uma construção, considerada uma casa para gado (Ferreira, 2013, p. 88). Não foi recolhido qualquer espólio.

O sítio Cerro dos Mouros (CNS 13588) localiza-se na freguesia de Monsaraz, concelho de Reguengos de Monsaraz. Foi descrito como ruínas de carácter habitacional, com forno, onde à superfície foi detectada abundante cerâmica de construção e fragmentos de cerâmica de uso comum, incluindo alguma cerâmica vidrada (século XVII). Os trabalhos desenvolvidos em 1998 e 1999 procuraram reconhecer em área as estruturas arqueológicas, caracterizadas como um «monte alentejano», unidade sócio-económica de produção autónoma. Foi evidenciado que este terá sido abandonado no século XVII, sendo admitida como provável a ocupação do local em períodos anteriores, provavelmente a partir do século XVI, dadas as construções existentes no local (dois silos) e na envolvente. O espólio exumado é constituído por telhas de canudo, fragmentos de contentores cerâmicos, fragmentos de cerâmica do século XVII, nomeadamente cerâmica brunida, cerâmica vidrada a branco, uma lâmina de podão partida, cinco pregos e uma conta de vidro.

O Monte do Anastácio Manuel 4 (CNS 16298) situa-se na freguesia de Capelins (Santo António), concelho de Alandroal, num cabeço junto a um vale fluvial onde corre a ribeira do Azevel, tendo sido observada à superfície numa pequena área de cerca de 80 m<sup>2</sup>, muita pedra solta e cerâmica de construção (tijolo e telha fina). Na encosta sobranceira à ribeira, aparecem restos de muros que poderiam destinar-se à contenção de socalcos. Os trabalhos desenvolvidos em 1999 não identificaram qualquer estrutura organizada. No entanto, foram detectados vestígios de cerâmica de construção e fragmentos pequenos de telha fina, tendo e sido proposto tratar-se de um possível casal da Alta Idade Média, de cronologia entre os séculos V a VII.

O sítio Monte do Anastácio Manuel 5 (CNS 16299) situa-se na freguesia de Capelins (Santo António), concelho de Alandroal e implanta-se num cabeço junto ao vale fluvial da ribeira do Azevel onde, numa área pequena, foram detectados fragmentos de *dolium* e de telha de canudo grossa. Os trabalhos de 1998 consistiram na re-prospecção confirmando-se as evidências dos trabalhos de 1995, não tendo sido detectadas estruturas organizadas à superfície, apontando-se, de acordo com os materiais cerâmicos, uma cronologia genérica situada na Alta Idade Média.

O sítio de Xerez de Baixo 37 (CNS 16308) situa-se na freguesia de Monsaraz, concelho de Reguengos de Monsaraz, num pequeno planalto que se encontrará em parte artificializado e onde se identificaram, na prospecção efectuada em 1998, as fundações de

dois edifícios e de um lagar. Existia, à superfície, muita cerâmica dispersa atribuível aos séculos XVI e XVII, bem como vestígios de duas lagaretas, posteriormente destruídas. Na envolvente, havia fragmentos de *tegula* e *imbrices* que poderão estar relacionados com uma anterior ocupação. A escavação em área executada em 2000 teve por objectivo a identificação das estruturas de um *habitat* com dois núcleos (A e B) distando 27 m um do outro. No primeiro núcleo, verificou-se a existência de uma estrutura com 25x1 m. De destacar um nível estratigráfico com vestígios de fogo e a recolha de uma moeda romana, dum fragmento de fivela e um fragmento de bronze, provavelmente romanos. Foram também identificados restos de um forno circular em razoável estado de conservação. No núcleo B, observou-se uma estrutura e muitos fragmentos de cerâmica, datáveis dos séculos XV e XVI. Foi igualmente identificada uma sepultura de lajes de xisto (cortada por um muro que dividia dois compartimentos) pertencente a um indivíduo adulto, possivelmente de sexo masculino, em posição de decúbito dorsal. A cerâmica e os numismas detectados no núcleo A sugerem uma ocupação de origem romana, enquanto o núcleo B parece ter sido construído durante os séculos XIV ou XV, visto nele ter sido recolhido um real preto de D. Afonso V. O local evidencia uma ocupação que se terá iniciado em Período Romano, no século II, uma reocupação na Idade Média cristã, nos séculos XIV ou XV, e que, com eventuais episódios de abandono, terá perdurado até ao século XIX.

#### **5.2.1.1. Considerações sobre os sítios**

Os pequenos sítios rurais intervencionados neste projecto são um contributo muito importante para o conhecimento do povoamento rural da Antiguidade Tardia e da Alta Idade Média na região em questão. Estes apresentam características tipológicas únicas, muito interessantes, bem como analogias com alguns dos sítios estudados no âmbito dos trabalhos do Bloco 14. No entanto, algumas das conclusões apresentadas no estudo monográfico requerem alguma reflexão e aprofundamento, nomeadamente no que concerne à cronologia atribuída a algumas das estações.

Destacam-se os dois *habitats* rurais escavados no concelho do Alandroal, Moinho da Volta 1 e Moinho da Volta 2, que apresentam um programa arquitectónico com características similares, como os poiais (possíveis lareiras em nosso entender) e poiais/leitos, encontrando-se em ambos os casos documentado o derrube da cobertura em telha, relativo ao seu abandono. Neste conjunto poderá ser ainda enquadrado o sítio Malhada das Taliscas 5/11, também no Alandroal.

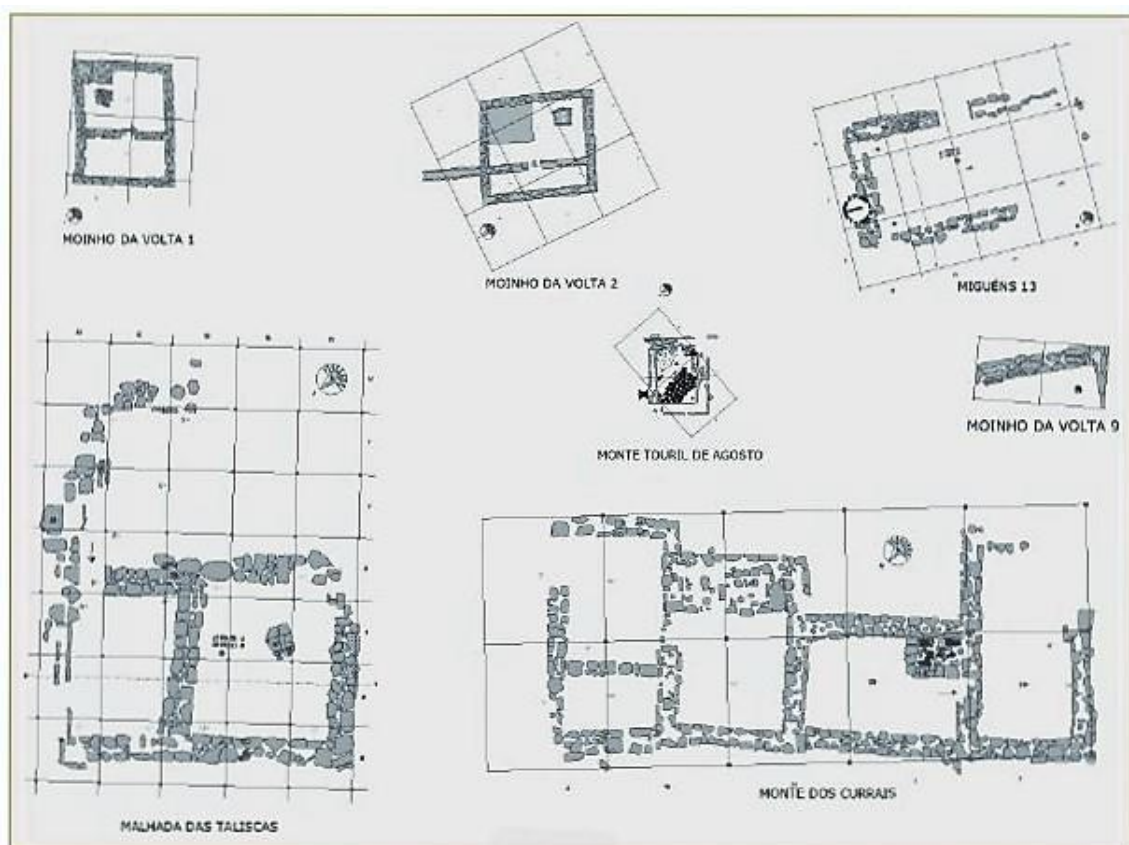


Fig. 5.2.1.2 – Plantas das estruturas mais significativas identificadas no âmbito dos trabalhos do Bloco 13 (Ferreira, 2013, p. 96, fig. 161).



Fot. 5.2.1.1 – Vista geral das estruturas do Monte dos Currais 1 (2013).

O Monte dos Currais 1, situado no concelho de Reguengos de Monsaraz, apresenta uma organização arquitectónica complexa que, com os seus cinco ambientes e a possível inumação infantil, faz lembrar o sítio Cabeçana 4 escavado no âmbito do Bloco 14, onde a datação tardia obtida através de C<sup>14</sup> (abandono em meados dos séculos XI-XII) levanta questões quanto à sua cronologia de ocupação e abandono, não se considerando razoável que esse espaço se mantivesse sem grandes alterações na sua cultura material desde meados do século VII até àquela data.

Estes *habitats* poderão corresponder a pequenos casais agrícolas alto-medievais nos quais um agregado familiar garantiria o seu sustento, através da exploração dos recursos locais.

### **5.2.2. Bloco 14 - Medieval/Moderno - Bacia do Degebe e Reguengos a sul do Álamo (Reguengos de Monsaraz e Portel)**

A área abrangida pelos trabalhos arqueológicos do Bloco 14 situa-se nos concelhos de Reguengos de Monsaraz e de Portel, distrito de Évora. Esta área foi, desde meados dos anos quarenta do século XX, intensamente prospectada e objecto de trabalhos arqueológicos de que se destacam, a título de exemplo, a inventariação dos monumentos megalíticos efectuados por Georg e Vera Leisner e as escavações de Afonso do Paço no Castelo da Lousa. Mas foi com as prospecções da área do regolfo, a que se seguiu o programa de minimização de impactes da barragem de Alqueva sobre o património arqueológico, que se deu o grande impulso no conhecimento da ocupação e exploração deste território, pese embora a falta de sínteses regionais ou locais que permitam integrar de forma crítica os dados arqueológicos coligidos nas últimas décadas.

Os trabalhos arqueológicos relativos ao Bloco 14 desenvolveram-se na área da bacia do Degebe e em Reguengos, a sul do Álamo. Os objectivos a alcançar relacionavam-se com a caracterização de 33 sítios atribuídos aos Períodos Medieval e Moderno, identificados durante as prospecções preliminares compiladas no Quadro Geral de Referência (Silva, 1996 e 1999). Foi avaliado o respectivo valor científico e patrimonial e, numa fase posterior, efectuada a recolha e registo exaustivo da informação das estações mais significativas (ver fot. 5.2.2.1).

Durante três anos, foram efectuadas outras tantas campanhas de escavação que tiveram uma duração entre 6 e 10 meses. Em 2001-2002, durante cerca de dois meses, foi efectuada uma campanha final para completar a escavação em área na Cabeçana 4, um dos sítios mais significativos deste Bloco.





Fot. 5.2.2.1 – Vista do regolfo de Alqueva desde o sítio Cabeçana 4, em 2002.

Inicialmente efectuou-se o reconhecimento e reavaliação dos sítios, executando-se sistematicamente sondagens de diagnóstico para aferir o respectivo valor científico, ponderando quais deveriam ser objecto de alargamento das sondagens ou de escavação em área. Foram intervencionados 29 sítios, pois Perdigueiros 1 (CNS 27470), em Portel, não foi localizado muito possivelmente por ter sido surribado para plantação de pinheiros e verificou-se, no decurso das relocalizações, que outros três locais se encontravam fora da cota máxima de enchimento da albufeira, 152 m (Monte Roncanito 1, CNS 20993; Monte Roncanito 3, CNS 20995; Monte Musgos 10, CNS 27793).

Estes trabalhos foram entretanto objecto de publicação da respectiva monografia (Marques & *alii*, 2013). No Capítulo 6 do presente trabalho apresentam-se os principais resultados dos estudos relativos aos sítios datados entre a Alta Idade Média, a partir do século V, até ao Período Moderno, meados dos séculos XVI. Estes últimos sítios são apresentados devido a razões operativas relacionadas com a necessidade de controlar na amostra indícios de uma eventual «continuidade» tipológica e material dos sítios.

Apresenta-se seguidamente uma súpula de todos os sítios intervencionados, agrupados geograficamente de sul para norte da área de intervenção do Bloco 14, desde a foz do Degebe até à ribeira do Álamo, abordando igualmente os contextos que foram excluídos do âmbito cronológico deste estudo, nomeadamente os posteriores ao século XVI.

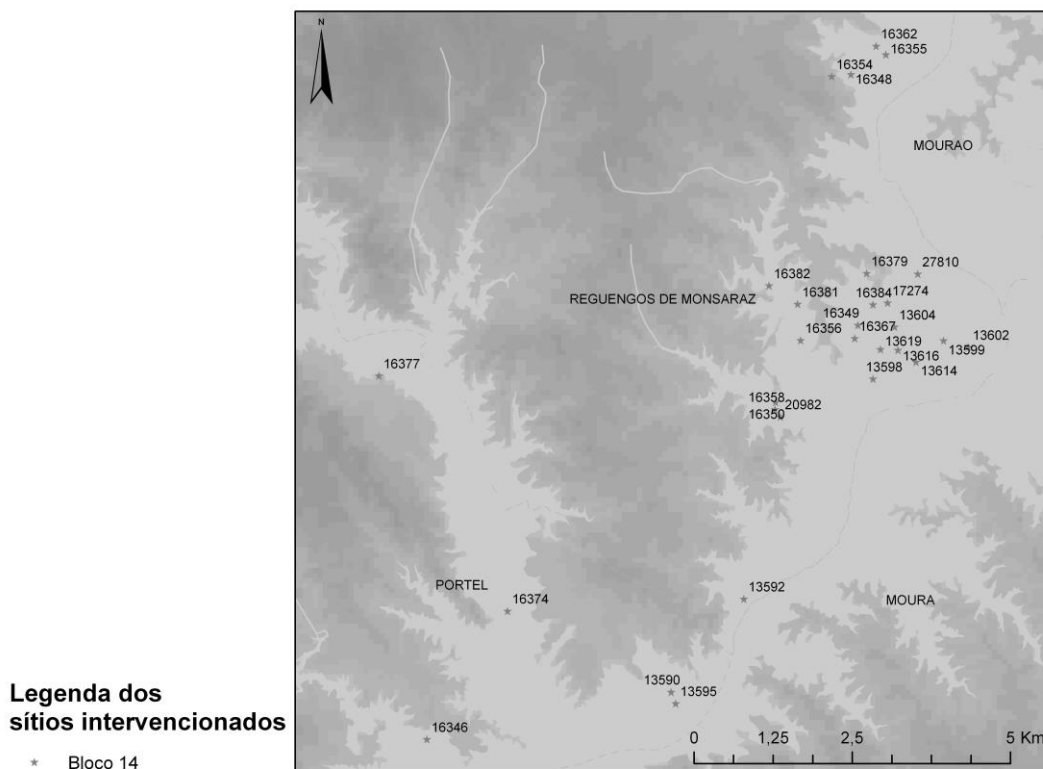


Fig. 5.2.2.1 – Localização cartográfica da área de estudo e dos sítios intervencionados no âmbito do Bloco 14: 16348 - Monte Roncão 10; 16354 - Monte Roncão 11; 16355 - Monte Roncão 12; 16362 - Monte Roncão 13; 16379 - Monte Roncanito 2; 16384 - Monte Roncanito 4; 17274 - Monte Roncanito 5; 13604 - Monte Roncanito 10; 16349 - Monte Roncanito 13; 16367 - Monte Roncanito 14; 13616 - Monte Roncanito 17; 13619 - Monte Roncanito 18; 13598 – Monte Roncanito 23; 13614 - Cabeçana 3; 13599 - Cabeçana 4; 13602 - Cabeçana 7; 16350 - Espinhaço 4; 16358 - Espinhaço 5; 16382 - Espinhaço 7; 16381 - Espinhaço 9; 16356 - Espinhaço 11; 13592 - Rocha da Gramacha 2; 16346 - Monte da Tapada 40; 16377 - Monte do Balanco; 13590 - Monte Barbosa; 13595 - Monte Barbosa; 16374 - Monte Musgos 3; 27810 - Monte Roncanito 26; 20982 - Espinhaço 6.

Na zona do Monte Barbosa, concelho de Portel, foram sondados dois sítios: o Monte Barbosa 5 (CNS 13590), partilhado com o Bloco 4 (Pré-história recente) que se localizava numa superfície aplanada situada numa das encostas do vale do rio Guadiana (sítio arrasado) e o Monte Barbosa 7 (CNS 13595), situado no topo de uma pequena elevação que dominava a encosta do vale, que verificou poder ser um chafurdo, de Época Contemporânea.

A Rocha da Gramacha 2 (CNS 13592) correspondia ao sítio do Bloco 14 que se encontrava à cota mais baixa, localizando-se num pequeno terraço situado junto à margem do rio Guadiana, onde foram executadas sondagens de diagnóstico. Era constituído por uma estrutura habitacional rural arruinada, do século XVIII.

Num terraço fluvial situado numa vertente da margem direita do rio Degebe, procedeu-se a um conjunto de sondagens no sítio designado como Monte Musgos 3 (CNS

16374) onde era visível uma estrutura em alvenaria de xisto e argamassa. No decurso destes trabalhos foi também identificado, na rechã, um povoado Pré-Histórico, Monte Musgos 11 (CNS 16095), onde o Bloco 4 efectuou posteriormente sondagens. Na margem direita do rio Degebe, foram efectuadas sondagens no Monte da Tapada 40 (CNS 16346), situado junto à localidade de Amieira, e que revelaram um conjunto de muros de uma estrutura habitacional. Ainda nesta área, numa várzea próximo do Monte do Balanco (CNS 16377), também foram efectuadas sondagens que não revelaram vestígios de estruturas, tendo o sítio sido atribuído à Época Moderna.

Junto ao Guadiana, em torno de uma elevação destacada, encimada por um terraço do Quaternário, foram intervencionados vários sítios, nomeadamente os Cabeçana 3 (CNS13614), Cabeçana 4 (CNS 13599) e Cabeçana 7 (CNS 13602). O Cabeçana 3 localiza-se na vertente da elevação, numa área mais afastada do rio, onde se efectuaram várias sondagens de diagnóstico. O Cabeçana 4, que se encontrava implantado numa vertente côncava situada a norte, foi, numa primeira fase em 1998, alvo de sondagens de diagnóstico, efectuando-se posteriormente duas campanhas, em 2000 e 2001/2002, que permitiram a sua escavação integral. Quase junto à margem do rio Guadiana, situava-se ainda o sítio Cabeçana 7, onde as sondagens detectaram escassos vestígios.

A área da envolvente do Monte Roncanito, situado num interflúvio, caracteriza-se pela existência de vários talwegues. Numa suave vertente côncava, localizava-se o sítio do Monte Roncanito 2 (CNS16379) onde foram efectuadas duas sondagens que permitiram identificar uma inumação. Na vertente situada mais a norte, numa área que bordeja a cota 152, foram abertas sondagens que permitiram identificar um *habitat* de grandes dimensões, que foi então designado como Monte Roncanito 2A, com ocupação sidérica. O Monte Roncanito 4 (CNS 16384) situava-se na vertente virada a sul do mesmo interflúvio, onde se realizou uma campanha de sondagens alargadas para delimitação do sítio, que revelou um assentamento da Idade do Ferro com uma área estimada superior a um hectare. O Monte Roncanito 5 (CNS 17274) situava-se na elevação a este do sítio anterior, onde foram executadas sondagens sem grandes resultados. Num extenso interflúvio aplanado, situava-se o Monte Roncanito 10 (CNS 13604), onde foram executadas sondagens em três núcleos distintos, designados por 10, 10A e 10B. A estratigrafia observada nas sondagens executadas no Monte Roncanito 13 (CNS 16349) e no Monte Roncanito 14 (CNS 16367) atestaram o elevado grau de destruição que sofreram estes sítios. Foram igualmente efectuadas sondagens no Monte Roncanito 17 (CNS 13616) que permitiram identificar duas estruturas circulares, possivelmente chafurdos, eventualmente relacionados com o *habitat* próximo designado Monte Roncanito 18 (13619), ambos localizados numa suave encosta orientada a sul. A escavação em área do Monte Roncanito 23 (CNS 13598) permitiu delimitar um conjunto de estruturas relativamente bem

conservadas, situadas numa rechã que domina o vale próximo do rio Guadiana, cuja cronologia foi situada em meados do século XVII. Já nas sondagens efectuadas no Monte Roncanito 26 (CNS 27810) identificou-se uma estrutura contemporânea de âmbito etnoarqueológico.

Os sítios correspondentes aos vários Espinhaços encontram-se implantados em interflúvios, junto a talvegues que desaguam nas mesmas linhas de água afectas ao rio Guadiana, de características sazonais e com marcas evidentes da sua torrencialidade nos períodos de cheia. Foram realizadas sondagens no sítio Espinhaço 4 (CNS 16350) e no contíguo Espinhaço 5 (CNS 16358), onde se identificaram duas estruturas de *habitat*. As sondagens efectuadas no sítio Espinhaço 6 (CNS 20982) revelaram um chafurdo berçário. O Espinhaço 7 (CNS 16382) e o Espinhaço 11 (CNS 16356) correspondem a sítios muito destruídos, enquanto as sondagens no Espinhaço 9 (CNS 16381) revelaram estruturas de um *habitat* sidérico.

Na área a norte do Monte Roncão, procedeu-se à execução de sondagens e posteriormente, escavação em área do Monte Roncão 10 (CNS 16348), localizado no topo de um interflúvio. Relativamente próximo do Monte Roncão 11 (CNS 16354), constatou-se um sítio muito bem conservado e onde, após as sondagens, se efectuou um alargamento da área escavada. A campanha de sondagens realizada no Monte Roncão 12 (CNS 16355) permitiu identificar um extenso sítio bastante destruído, a cerca de 200 m o Monte Roncão 13 (CNS 16362), local onde também se efectuaram sondagens de diagnóstico.

#### **5.2.2.1. Considerações sobre os sítios**

Nos sítios afectos ao Bloco 14, as várias intervenções permitiram diferenciar quatro locais que, no Quadro Geral de Referência do Alqueva (Silva, 1996) se encontrava atribuídos genericamente aos Períodos Medieval ou Moderno. A reavaliação destas estações, Monte Roncão 11, Monte Roncanito 4, Espinhaço 9 e Monte Roncanito 2A, permitiu corrigir a sua cronologia, verificando-se que as suas ocupações datavam da Idade do Ferro.

Como já foi referido, no Capítulo 6, são apresentados de forma monográfica os resultados dos trabalhos arqueológicos relativos aos sítios da Alta Idade Média ao início do Período Moderno.

#### **5.2.3. Bloco 15 - Ocupações Medievais e Modernas na Margem Esquerda do Guadiana (Moura e Mourão)**

O denominado Bloco 15, Ocupações Medievais e Modernas na Margem Esquerda do Guadiana, procurou de forma genérica contribuir para o conhecimento e compreensão

da ocupação humana para esses períodos, na margem esquerda do rio Guadiana, nos concelhos de Moura e Mourão.

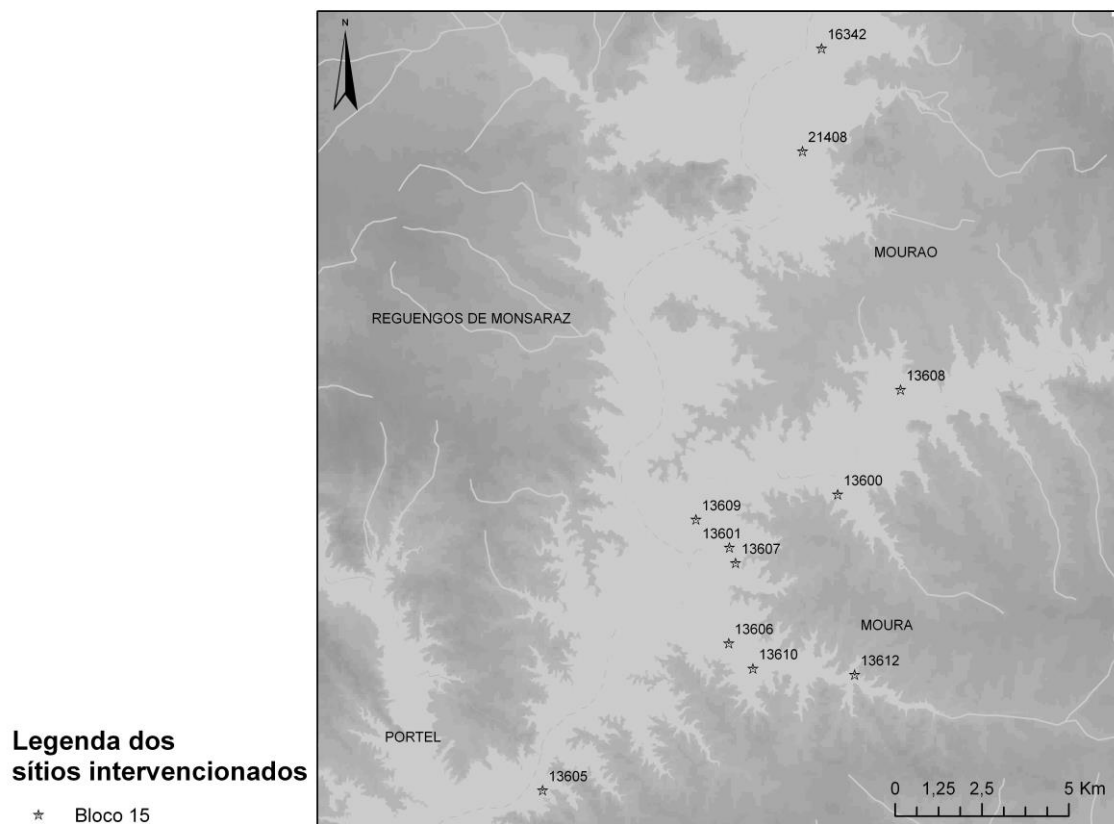


Fig. 5.2.3.1 – Localização cartográfica da área de estudo e dos sítios intervencionados no âmbito do Bloco 15: 13600 - Altas Moras 7; 13607 - Monte do Outeiro; 13608 - Vila Ruiva 7; 13601 - Monte do Candeias 1; 13605 - Cid Almeida 1; 13610 - Monte da Serra Brava 7; 13609 - Monte das Juntas 9; 13606 - Monte do Pavilhão 1; 13612 - Monte do Lobata 3; 21408 - Convento do Alcance; 16342 - Vila Velha.

Os trabalhos prévios de prospecção realizados pela EDIA permitiram inventariar 42 sítios arqueológicos atribuíveis a esses períodos cronológicos e que integraram este bloco. Foram inicialmente estabelecidos critérios de selecção dos sítios a intervencionar, como a qualidade e quantidade de materiais, a sua natureza e, obviamente, a cota a que se situavam relativamente ao nível pleno de enchimento da barragem. Os trabalhos de prospecção realizados em 1998 permitiram relocalizar os referidos 42 sítios, bem como detectar outros locais com ocupação, tendo sido seleccionados 11 sítios para a realização de sondagens prévias de avaliação de potencial arqueológico, cujos resultados justificaram o alargamento da área de intervenção em cinco casos (Santos & Abranches, 2013, p. 11).

Enunciam-se seguidamente os principais resultados obtidos nestes trabalhos, encontrando-se os sítios ordenados de acordo com estudo monográfico e que foi entretanto publicada (Santos & Abranches, 2013).

O sítio Altas Moras 7 (CNS 13600) localiza-se na freguesia de Póvoa de São Miguel, concelho de Moura, onde numa pequena elevação foram detectados vários alinhamentos construídos com blocos de quartzo, sendo visíveis à superfície bastantes fragmentos cerâmicos. A 50 m a sul, encontra-se o sítio designado como Altas Moras 6, onde foram observados vestígios similares e que poderão corresponder ao mesmo *habitat*. Em 1998, foram executadas três sondagens numa área de 24 m<sup>2</sup>, tendo-se detectado várias estruturas que corresponderiam a uma casa de habitação e a um anexo para a exploração agrícola, também utilizado como estábulo. O material cerâmico recolhido aponta para uma ocupação de longa duração, desde os séculos II/III ao século XIX, de forma descontínua, dada a ausência de contextos medievais e modernos (Santos & Abranches, 2013, p. 34). O espólio, tipologicamente e cronologicamente variado, compreende cerâmicas romanas, como *terra sigillata*, cerâmica cinzenta tardo-romana ou alto-medieval, bem como vidrados de chumbo com pastas vermelhas e faianças da Época Moderna.

O Monte do Outeiro (CNS 13607) encontra-se na freguesia de Póvoa de São Miguel, concelho de Moura, no topo de plataforma com muito quartzo e xisto, onde eram visíveis à superfície, dispersos por uma área reduzida, fragmentos de cerâmica de construção e blocos de quartzo, sem qualquer tipo de estruturação. Em 1998, foram executadas três sondagens que não identificaram qualquer estrutura. O espólio exumado é constituído por cerâmica comum e alguma vidrada a chumbo. Este sítio seria eventualmente uma pequena exploração agrícola organizada em torno de uma casa, com funções de armazenamento e habitação temporária, em que as cerâmicas detectadas parecem evidenciar uma ocupação de Época Moderna, dado o conjunto de vidrados enquadráveis nos séculos XVII/XVIII (Santos & Abranches, 2013, p. 37).

O sítio Vila Ruiva 7 (CNS 13608) localiza-se na freguesia da Luz, concelho de Mourão, num pequeno esporão sobranceiro à ribeira de Alcarrache, onde foram detectados restos de um muro de taipa com 0,6 m de largura e de pequena construção de forma circular com 4 m de diâmetro. Nas imediações, no Monte da Vila Ruiva, foi igualmente encontrada uma tampa de sepultura e uma bilha. Os trabalhos desenvolvidos em 1998 procuraram determinar a funcionalidade da estrutura circular tendo-se escavado três sondagens com 20m<sup>2</sup> que permitiram verificar que se tratava de uma construção para guarda de gado, cuja cronologia não recuaria para além do Período Moderno (Santos & Abranches, 2013, p. 40). O espólio recolhido compreende fragmentos de cerâmica e um alfinete de cabeça.

O Monte do Candeias 1 (CNS 13601) localiza-se na freguesia de Póvoa de São Miguel, concelho de Moura, em local aplanado, onde eram visíveis alguns fragmentos de cerâmica e blocos de quartzito. A intervenção efectuada em 1998 teve como objectivo

determinar o tipo e a cronologia da ocupação do sítio. Os trabalhos desenvolvidos em 1998 procuraram determinar o tipo e a cronologia da ocupação, tendo-se executado três sondagens, numa área de 24 m<sup>2</sup>. Estas permitiram verificar o grau de destruição do sítio, que poderá corresponder a uma eventual estrutura de apoio ao sítio Monte do Candeias, (CNS 13601), com ocupação romana e pré-histórica, dada a sua proximidade. O espólio exumado é constituído por cerâmica de construção, fragmentos de *terra sigillata* hispânica, fragmentos de talha, uma pequena tijela, um almofariz romano, dois pequenos fragmentos de vidro de chumbo e um peso em cerâmica. O sítio arqueológico apresenta uma significativa diversidade cerâmica, quer tipológica quer cronológica, abrangendo os séculos I/II e os séculos XVI/XVII (Santos & Abranches, 2013, p. 45).

O sítio Cid Almeida 1 (CNS 13605) situa-se na União das Freguesias de Moura (Santo Agostinho e São João Baptista) e Santo Amador, localizando-se numa pequena plataforma sobre o rio Guadiana, relativamente próxima do paredão da Barragem de Alqueva, numa excelente posição geográfica. À superfície, em área reduzida, era visível um alinhamento de pedras e alguma cerâmica de construção dispersa. Os trabalhos arqueológicos de 1998 e 2000 procuraram determinar a funcionalidade e cronologia da estrutura. As sondagens arqueológicas permitiram identificar vários alinhamentos, níveis de derrube dos muros (formados por blocos de xisto de média dimensão, associados a algumas pedras de quartzito, em pedra seca) e de telhado, de uma construção com um ou dois compartimentos. Poderia tratar-se de uma estrutura de apoio, sugerindo a existência de uma habitação nas proximidades, provavelmente num dos cabeços contíguos a Cid Almeida. Alguns dos fragmentos cerâmicos exumados possuem características que parecem indicar uma cronologia de meados do século X, propondo-se um início da ocupação mais recuada (Santos & Abranches, 2013, p. 52). Esta estrutura de apoio à agricultura ou a uma actividade artesanal foi assim atribuída cronologicamente aos Períodos Alto Medieval e Islâmico.

O Monte da Serra Brava 7 (CNS 13610) localiza-se na freguesia de Póvoa de São Miguel, concelho de Moura, onde à superfície se detectavam vários alinhamentos constituídos por blocos de quartzito aos quais estariam associados inúmeros fragmentos de cerâmica de construção, cerâmica comum, vidrados de chumbo e faiança. Os trabalhos arqueológicos efectuados a partir de 1998 procuraram compreender o tipo e a duração de ocupação do sítio. Em 1999 alargou-se a área de intervenção para melhor entender a sequência ocupacional do sítio e como se estruturava, não tendo sido possível detectar os limites exteriores da construção. Em 2000, foi possível constatar que a casa do monte agrícola da Serra Brava era constituída por dois compartimentos relativamente pequenos e por uma outra divisão quadrangular, provavelmente correspondente à cozinha, onde foi identificado um silo aberto no afloramento de xisto, com um rebordo recortado para

colocação de tampa. Foi recolhido variado espólio cerâmico e numismático que parece apontar para uma ocupação cronologicamente ampla, sobretudo Medieval cristã e Moderna, nomeadamente duas moedas romanas Gallienus dos anos 253-268 e uma placa de cinturão dos séculos VII a VIII e vários ceitis de Afonso V (1438-1481) e de D. João III (1521-1557). Quanto à cerâmica, foi exumada cerâmica comum muito fragmentada, fragmentos de pratos vidrados com decoração ondulada, taças carenadas, vidrados de chumbo, alguidares, talhas pequenas, pequenas frigideiras e fragmentos de faianças. A partir da análise do espólio cerâmico e dos exemplares numismáticos, é proposto que a habitação tenha sido utilizada de forma permanente e plena durante os séculos XV a XVII, apesar de alguns materiais remeterem para meados do século XIV e da maioria ser dos séculos XVI/XVII (Santos & Abranches, 2013, pp. 60-61).

O Monte das Juntas 9 (CNS 13609) localiza-se na freguesia da Luz, concelho de Mourão, entre a margem direita da ribeira do Alcarrache e o rio Guadiana, situando-se em duas plataformas contíguas onde foram detectados grandes amontoados de blocos de quartzo e inúmeros fragmentos cerâmicos pertencentes a recipientes de pequenas e grandes dimensões. Os trabalhos arqueológicos efectuados em 1998 tiveram por objectivo determinar a articulação entre as duas áreas e avaliar a sua função. Os trabalhos confirmaram a divisão funcional do espaço, situando-se na plataforma mais a este a casa de habitação e a oeste as estruturas de apoio à actividade agrícola. Em 2000, iniciou-se a intervenção em área, tendo-se verificado que os vários muros se articulam perfeitamente entre si, formando um grande espaço de habitação, talvez com contrafortes de contenção exteriores. No interior desse espaço, foram detectados vários "buracos de poste" abertos no afloramento de xisto, encontrando-se alguns em clara correlação. A habitação teria provavelmente dois grandes compartimentos além de um outro espaço, de menores dimensões, com duas entradas que foi interpretado como a cozinha da casa. Contam-se no espólio moedas de Época Medieval e Moderna: ceitis de D. João II (1481-1495), D. Manuel I (1495-1521), D. João III (1521-1527). Quanto ao material cerâmico, inclui alguidares, alguns dos quais com brunido interior, pequenos potes de armazenamento, vários recipientes de ir ao lume, algumas asas de fita e secção oval, pratos e pequenas tijelas carenadas vidradas a chumbo, bem como fragmentos de faiança. Este local constituiria um monte agrícola de médias dimensões ocupado desde a Idade Média até ao Período Moderno - terá tido uma ocupação desde a 2.ª metade do século XV até ao século XVII (Santos & Abranches, 2013, p. 69).

O Monte do Pavilhão 1 (CNS 13606) localiza-se na freguesia de Póvoa de São Miguel, concelho de Moura, no topo de pequena elevação, estendendo-se por uma área relativamente grande. Identificaram-se à superfície muros bem definidos, construídos com blocos de quartzo, formando uma estrutura rectangular de grandes dimensões com



divisões interiores e taludes artificiais. À superfície foram detectados bastantes fragmentos cerâmicos, de construção e recipientes de grandes dimensões, bem como fragmentos de mós de granito. A tradição oral refere que aqui originalmente se implantaria a igreja da aldeia da Estrela, o que não veio a confirmar-se. Os trabalhos arqueológicos de 1998 procuraram através de sondagens identificar a funcionalidade e cronologia da estrutura, tendo-se em 1999 realizado uma intervenção em área, concluída em 2000. Dada a dimensão e orientação das estruturas considerou-se poder tratar-se de uma extensa construção quadrangular ligada exploração agrícola, tendo no seu interior, um espaço tipo pátio, onde não foi detectado qualquer tipo de piso. Em associação com a grande estrutura foi definido um anexo, com dois compartimentos, de médias dimensões, provavelmente para apoio à agricultura ou pastorícia. O espólio cerâmico é constituído por um fundo de *terra sigillata* hispânica, panelas, potes, um jarro, talhas com decoração incisa cordada e fragmentos de um recipiente de grandes dimensões. Tendo em atenção os materiais de Época Romana imperial e alguns fragmentos com cronologia da Antiguidade Tardia (Santos & Abranches, 2013, p. 75), considerou-se ser essa a cronologia de ocupação do sítio.

O Monte do Lobata 3 (CNS 13612) localiza-se na freguesia de Póvoa de São Miguel, concelho de Moura, num pequeno esporão sobre a ribeira do Zebro, onde existiam alguns fragmentos cerâmicos à superfície numa área reduzida. Os trabalhos executados em 1998 tiveram por objectivo determinar o tipo de ocupação do local. Foram abertas três sondagens, não se tendo encontrado qualquer vestígio material significativo. O espólio exumado é constituído por fragmentos cerâmicos tipologicamente semelhantes a cerâmicas pré-históricas, mas também cerâmicas de pastas vermelhas, cerâmica vidrada de chumbo e uma faiança com decoração azul, possivelmente relacionadas com uma ocupação datada do século XVI/XVII (Santos & Abranches, 2013, p. 77).

O Convento do Alcance (CNS 21408) situava-se na freguesia e concelho de Mourão e ocupava o topo de uma pequena elevação subsistindo, até à sua demolição, a fachada principal voltada a oeste com uma torre sineira - a torre sineira sul terá ruído nos inícios do século XX - e um corpo adossado a norte. Os trabalhos arqueológicos efectuados em 2003, sondagens e escavação em área, procuraram conhecer a planta do edifício do convento e a caracterização da ocupação, desde a fase da ermida tardo-medieval, ao abandono no séc. XIX. As escavações centraram-se no núcleo central principal, que abrangia a igreja e, parcialmente, os anexos contíguos a norte, tendo revelado estruturas de uma construção extensa e complexa. Cronologicamente, os vestígios são maioritariamente provenientes da utilização do edifício a partir dos finais do século XVII, tendo-se comprovado uma ocupação anterior relacionada com a ermida dos finais do século XIV, inícios do século XV, que não foi possível caracterizar em termos

construtivos. À ermida estaria associada uma necrópole, da qual foi observado um enterramento identificado na Sondagem 2, bem como uma sepultura antropomórfica escavada na rocha detectada na Sondagem 4. O espólio é maioritariamente do século XVIII e corresponderá ao período de utilização mais intensa do Convento (Santos & Abranches, 2013, p. 86).

A importante estação de Vila Velha (CNS 16342) situa-se na freguesia e concelho de Mourão, nas imediações da vila, numa zona aplanada perto do Guadiana que apresentava uma extensa área de dispersão de materiais. Na tradição oral, o sítio ficou registado como sendo o primitivo local onde assentaria Mourão. Surge utensilagem macrolítica de feição languedocense. Entre 1999 e 2003, foram executados extensos trabalhos arqueológicos que procuraram determinar, quer a sequência de ocupação do local, quer a sua organização e função das estruturas. Estes trabalhos revelaram um glomerado urbano onde existiriam duas capelas, implantado numa plataforma com cerca de 4,5 ha, apresentando uma densidade populacional considerável, atestada pela necrópole ou necrópoles detectadas. Dada a grande extensão da área, após as sondagens iniciais, foram propostos trabalhos de prospecção geofísica para 2000. Em 2001 escavou-se, na necrópole, os enterramentos simples detectados, não se encontram protegidos por lajes de xisto. Em 2002 e 2003, foram efectuados alargamentos nas sondagens existentes para determinar a extensão da necrópole detectada anteriormente e definir os limites e extensão do espaço religioso e das estruturas habitacionais. Em 2003, procurou definir-se as relações espaciais entre os espaços públicos, nomeadamente entre a necrópole e o espaço religioso e a área residencial. Procedeu-se finalmente à selagem definitiva das estruturas postas a descoberto pelas sucessivas campanhas antes do enchimento da albufeira de Alqueva até à cota onde se encontrava a Vila Velha.

O espólio é composto por cerâmica comum, faianças e moedas, datadas maioritariamente do século XIII, momento temporal em que se iniciou a sua ocupação. Os trabalhos efectuados na Vila Velha permitiram detectar e distinguir estruturas complementares do ciclo de vivência da população no local, o núcleo habitacional, próximo da Igreja e uma extensa necrópole na sua envolvente (Santos & Abranches, 2013, p. 132). Tendo por base os materiais arqueológicos exumados, nomeadamente a cerâmica, o local terá tido uma ocupação continua desde, pelo menos, o século XIII até ao século XVI, sendo dos séculos XV e XVI a parte significativa dos materiais identificados, apontando para uma progressiva desertificação (Santos & Abranches, 2013, p. 132).

#### **5.2.3.1. Considerações sobre os sítios**

Os sítios intervencionados por este bloco acabaram por revelar poucos dados relativos à ocupação tardo-romana e alto-medieval da região. Ainda assim, sublinha-se as

referências a vários sítios localizados na Póvoa de São Miguel, concelho de Moura, nomeadamente: Altas Moras 7 (Santos & Abranches, 2013, p. 34), onde foi recolhida de cerâmica cinzenta tardo-romana ou alto-medieval, entre outros materiais mais recentes; Monte do Pavilhão 1, que forneceu fragmentos com cronologia da Antiguidade Tardia (Santos & Abranches, 2013, p. 75); e Cid Almeida 1, com a identificação de alguns fragmentos cerâmicos com características que parecem indicar uma cronologia de meados do século X, sendo-lhe genericamente atribuída uma cronologia de ocupação situada entre os Períodos Alto-Medieval e Islâmico (Santos & Abranches, 2013, p. 52).

## **6. Bloco 14, entre a Antiguidade Tardia e a Idade Média**

O conjunto dos sítios arqueológicos do Bloco 14 deve o seu estudo à construção da Barragem de Alqueva e ao respectivo programa de minimização de impacte arqueológico da albufeira. Noutras circunstâncias este tipo de estação arqueológica não teria tido condições financeiras para ser estudado dado que os sítios rurais, sobretudo do Período Medieval e do Moderno, raramente são alvo de intervenções arqueológicas programadas apenas com objectivos científicos.

Esta constatação também se pode dever à existência de documentação escrita que permite que os historiadores à partida não considerem necessário recorrer à arqueologia para a investigação do mundo rural Medieval e Moderno.

Acresce, por outro lado, que as características das estruturas e do espólio tornam estes sítios pouco apelativos do ponto de vista de uma arqueologia tradicional que não tome em consideração os estudos da paisagem rural e a história económica e social.

É neste contexto de uma reconstrução da paisagem integradora das relações económicas e sociais de longa duração que se pretende enquadrar a descrição dos trabalhos e das principais conclusões relativamente à funcionalidade, cronologia e análise dos sítios escavados no âmbito do Bloco 14 para o Período Medieval.

Sublinhe-se que a estratégia de intervenção, enquadrada num programa de minimização de impactes e, portanto de salvamento, condicionou os resultados obtidos, quer por questões processuais, técnicas e temporais, quer pela própria natureza dos sítios, o que teve implicações na identificação precisa das suas tipologia e funcionalidade, bem como na análise do espólio e na interpretação global dos dados.

Relativamente à metodologia dos trabalhos arqueológicos de campo, convém referir que em fase prévia, em cada um dos sítios foi implantado um marco, em tubo de PVC preenchido com cimento pintado de branco com o número de inventário da EDIA, que foi georreferenciado. Seguiu-se a implantação topográfica do sistema de referência, tendo por base uma quadrícula de 2x2 m. A escavação foi efectuada através da decapagem das camadas naturais através de planos artificiais de 10 cm, sendo efectuado o respectivo registo em fichas de plano e de unidade estratigráfica, desenho de campo e fotografia a preto e branco e diapositivo a cores. Destes trabalhos arqueológicos resultaram relatórios finais onde se efectuou a descrição dos trabalhos e se apresentaram os principais elementos do registo gráfico e fotográfico, bem como as principais conclusões dos

trabalhos de campo (Marques, 2002). O estudo dos espólios, foi concretizado em fase posterior, integrado na monografia dos trabalhos entretanto publicada (Marques & *alii*, 2014).

Apresenta-se seguidamente os principais resultados obtidos em cada um dos sítios, organizados por ordem cronológica, com ocupações identificadas ou presumidas, da Antiguidade Tardia à Idade Média.

## **6.1. Cabeçana 4**

### **6.1.1. Introdução**

Os trabalhos arqueológicos efectuados no sítio designado como Cabeçana 4 foram realizados em três fases. A primeira fase correspondeu à execução de um conjunto de sondagens em Outubro de 1998. Posteriormente, em Agosto de 2000, procedeu-se à respectiva escavação em área, que foi concluída na terceira campanha que decorreu entre Novembro de 2001 e Janeiro de 2002.

A intervenção arqueológica teve como principal objectivo a avaliação da importância do sítio e o seu potencial arqueológico através da identificação de níveis e estruturas arqueológicas preservadas e da interpretação da sua funcionalidade.

Administrativamente, o sítio pertencia à freguesia de Campo, actual União de Freguesias de Campo e de Campinho, concelho de Reguengos de Monsaraz, distrito de Évora, encontrando-se identificado com o número de inventário da EDIA n.º 95343 e com o CNS 13599, e classificado como um *habitat* de cronologia Medieval.



Fot. 6.1.1 e 6.1.2 – Enquadramento paisagístico do sítio, vista para o lado nordeste da elevação Cabeçana. Vista para nordeste da área da intervenção após a desmatação, cerca de 2002.

De acordo com a bibliografia disponível, o sítio Cabeçana 4 situava-se a meia encosta, em pequena plataforma, onde existiam à superfície restos de muros de xisto e quartzito, cerâmica de construção e comum (telhas e fragmentos de potes de grandes dimensões) numa área de 350 m<sup>2</sup> (Silva, 1996). A sua identificação na fase de prospecção/reavaliação confirmou a existência de vestígios de muros em xisto e quartzito. À superfície era igualmente notória grande quantidade de fragmentos de cerâmica de

construção (telha, tijolo), cerâmica comum (talha) dispersas numa área de cerca de 50 m<sup>2</sup>, sendo igualmente identificados fragmentos de *tegulae* na fase de desmatação do local.

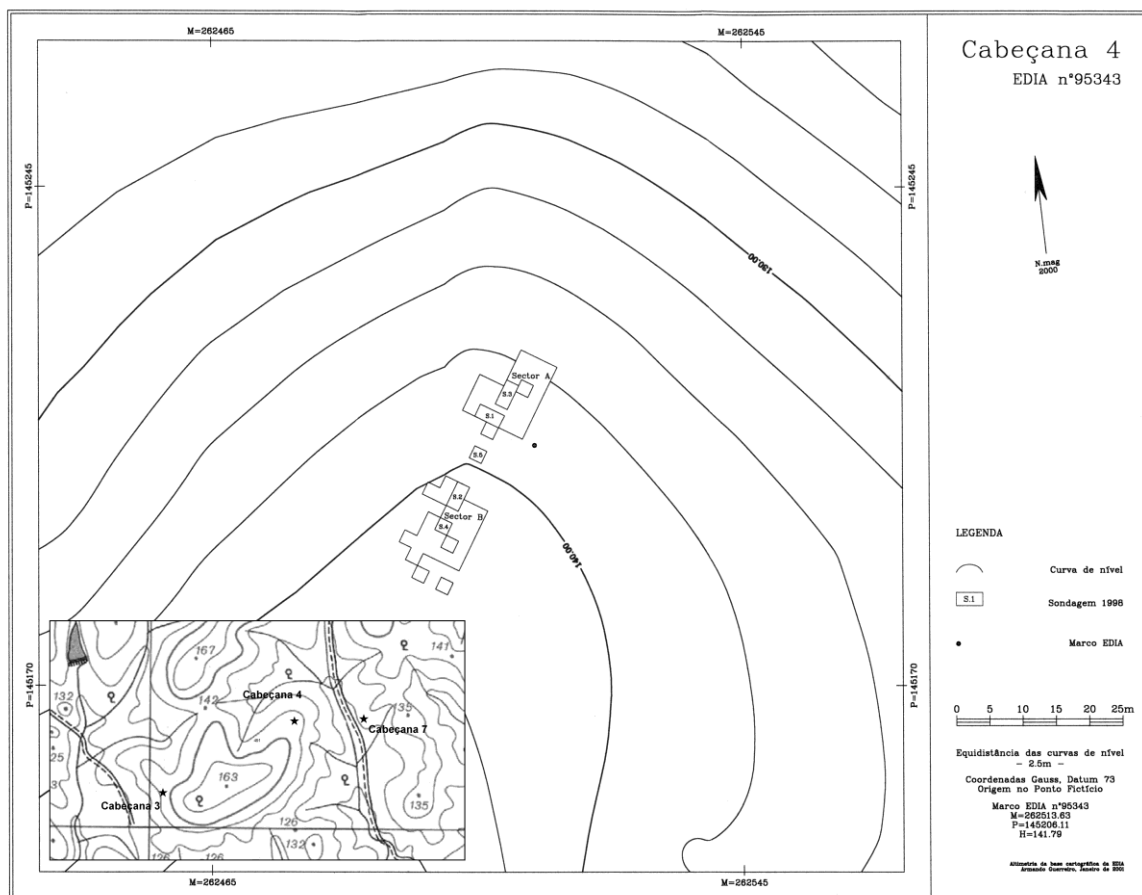


Fig. 6.1.1 – Localização na CMP 491 e levantamento topográfico com implantação da quadrícula.

### 6.1.2. Trabalhos Arqueológicos

A estratégia da intervenção arqueológica incidiu, em primeiro lugar, na recolha dos materiais de superfície, através de levantamento topográfico tridimensional e na posterior definição e delimitação das estruturas detectadas à superfície, procurando a sua contextualização cronológico-cultural.

Observando-se que a maior concentração de vestígios se desenvolvia ao longo da plataforma de topo, quase plana, foi inicialmente estabelecido um programa de sondagens arqueológicas que, em função dos resultados obtidos, foram posteriormente integradas numa intervenção em área.

#### 6.1.2.1. Sondagens arqueológicas

Inicialmente foram efectuadas no local cinco sondagens arqueológicas com 2x2 m que revelaram uma estratigrafia comum, com uma potência diminuta, possuindo genericamente três unidades no seu todo e que foram distribuídas pelos diferentes quadrantes da plataforma do sítio, nas áreas de maior concentração de materiais cerâmicos e onde se observavam vestígios de alinhamentos de estruturas.

UE 1 – Terra vegetal de coloração castanha, humosa e solta, com folhagem diversa, raízes e pedras de xisto e quartzo e xisto de pequeno calibre.

UE 2 - Terras castanho claras amareladas e compactas, com reduzido número de pedras de xisto de pequeno calibre.

UE 3 – Afloramento xistoso.

Com a remoção da UE 1 foi identificada uma grande quantidade de pedras de xisto de médio e grande calibre que sugeria um derrube de uma eventual construção. Com efeito, a desmontagem deste derrube permitiu definir vestígios de uma estrutura (Estrutura I) composta por pedras de xisto de médio e grande calibre assentes directamente sobre as falhas do afloramento xistoso, que se encontrava muito destruída.

No seguimento da Estrutura I, no limite este da Sondagem 1, na sua continuação para a Sondagem 3, destacavam-se algumas pedras de quartzo imbricadas e bem fincadas no afloramento, no que seria uma continuação natural da estrutura, aí destruída.

As Sondagens 2 e 3 foram implantadas em áreas onde eram visíveis alinhamentos pétreos. Na Sondagem 2 após a remoção da UE 1 destacou-se um muro (Estrutura II) e um derrube associado, formado por uma concentração de pedras de xisto e quartzo de calibre diverso bem como por grande quantidade de cerâmica de construção (telha), já identificado na Sondagem 1. A Estrutura II era formada por pedras de quartzo e xisto de médio e grande calibre com duas fiadas de pedras colmatadas com terra argilosa e directamente assentes sobre o afloramento xistoso que se orientava a noroeste.

Já na Sondagem 3, foram identificados os Estruturas III, IV e V, de construção em xisto e quartzo como os demais, encontrando-se o último mais destruído. A disposição das diversas estruturas sugeria a existência de um espaço interior de planta rectangular, cujo interior apresentava um derrube formado por uma grande concentração de pedras de xisto de pequeno e médio calibre e alguns fragmentos de telha. A construção assentava num estrato argiloso que colmatava as falhas do afloramento xistoso, diferindo ligeiramente da Estrutura II e revelando uma preparação prévia do terreno através de um nivelamento do afloramento.

Na Sondagem 4, registou-se um novo muro (Estrutura IV) com uma orientação sudeste/noroeste, bem conservado, formado por grandes lajes de xisto, cravadas verticalmente no afloramento, numa construção tipo “caixa”, preenchida com terras argilosas e pedra miúda, directamente assente sobre o afloramento xistoso. Foi ainda definido um segundo troço de muro interrompido sensivelmente a meio da Sondagem, com um vão, indicando uma possível entrada/porta.

Na Sondagem 5, destacou-se uma estrutura pétreia semicircular bastante destruída, formada por pedras de quartzo bem imbricadas entre si, igualmente assente sobre o afloramento regularizado.

#### **6.1.2.1.1. Interpretação Geral dos Dados**

Nesta fase dos trabalhos, a estratigrafia do sítio revelou-se reduzida, identificando-se, de uma maneira geral, três camadas, que no seu todo, atingiam cerca de 40 cm. Relativamente às estruturas identificadas, apesar do grau de destruição patenteado, há que destacar a existência de técnicas de construção diferenciadas: as Estruturas IV e V revelaram uma regularização prévia do terreno, com os respectivos muros assentando sobre terras argilosas que preenchem as irregularidades do afloramento; nas Estruturas I, II e III, os respectivos muros assentavam directamente no afloramento.

A localização geográfica do sítio, para além de privilegiada e dominante em relação à paisagem envolvente, no topo de uma elevação bastante irregular e algo íngreme, também deverá ter contribuído para a escolha desta técnica construtiva, obrigando os construtores do *habitat* a esforços suplementares no sentido de colmatarem as características irregulares do terreno.

Verificava-se que se tratava de um *habitat* de dimensões consideráveis, composto por pelo menos três diferentes estruturas, relacionadas certamente com a produção agrícola e a sua armazenagem, atestadas pela presença de grandes fragmentos de talha decorada e panças de cerâmica comum, nomeadamente recipientes de grandes dimensões para armazenamento de produtos agrícolas.

A presença de tégula levantou algumas dúvidas quanto à cronologia do sítio, mas a sua fraca expressão numérica, assim como a sua ausência no registo arqueológico que nos permita assumir a sua utilização sistemática, sugere tratar-se de meros reaproveitamentos ou mesmo vestígios de ocupações próximas ou anteriores a esta.

Na Sondagem 4 (de 2x2 m) a Estrutura IV - Muro VI (formada por lajes de xisto espetadas verticalmente no afloramento, tipo “caixa”), parece encontrar paralelo na tipologia de construção no sítio romano da Defesinha, escavado pela equipa do Bloco 11.

Considerou-se então que só uma abordagem mais exaustiva poderia esclarecer a cronologia e funcionalidade do *habitat*.

#### **6.1.2.2. Escavação em área**

Em função dos resultados obtidos com as sondagens arqueológicas em 1998, foi definido um programa de escavação em área, implementado a partir de Agosto de 2000 e concluído entre Novembro de 2001 e Janeiro de 2002.

Procedeu-se nessa fase inicialmente à ampliação do sistema de referência de modo a cobrir a área onde presumivelmente se encontravam os vestígios de estruturas, definindo uma quadrícula alfanumérica de toda a área da plataforma dividida em 2x2 m. As anteriores sondagens efectuadas foram então integradas no sistema de referência.



Para efeitos de registo a estação foi dividida em dois sectores, de acordo com as estruturas identificadas: o Sector A (norte) e o Sector B (sul).

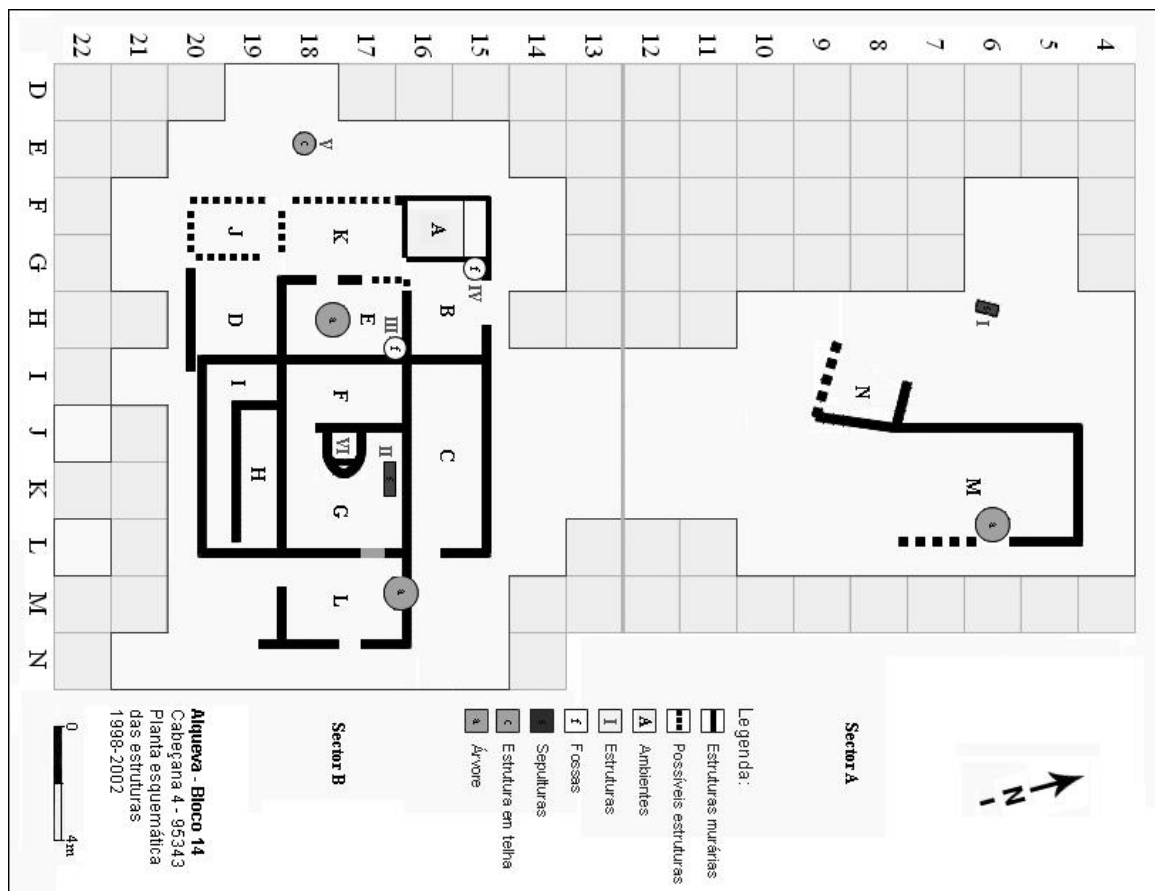
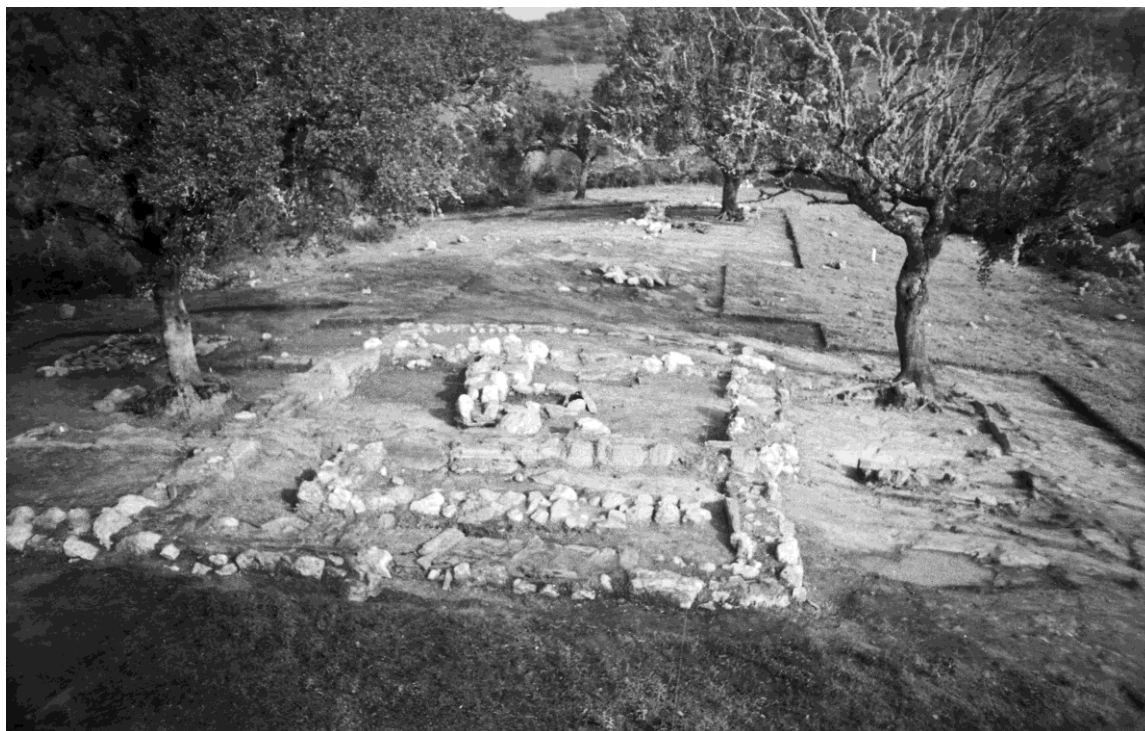


Fig. 6.1.2 – Planta geral esquemática das estruturas exumadas.



Fot. 6.1.3 – Vista geral para norte das estruturas.

### **6.1.2.2.1. Sector A**

Este ocupava a área noroeste da plataforma local, assim como as Sondagens 1 e 3 efectuadas em 1998. A intervenção processou-se tendo em consideração os dados obtidos no processo de escavação destas, que haviam posto a descoberto um muro pétreo em quartzo.

O desenvolvimento das escavações permitiu observar a presença de dois espaços distintos designados de Ambientes M e N, segundo a lógica de designação sequencial a toda a área escavada.



*Fot. 6.1.4 – Sector A, vista para nordeste das estruturas.*

#### **6.1.2.2.1.1. Ambiente M**

Este espaço correspondeu a uma estrutura de planta aparentemente rectangular, composta por muros de quartzo de médio e grande calibre ligados com sedimento argiloso de cor castanho avermelhada, cujos limites a sul se encontravam muito destruídos. Definia uma área aproximada de 16,5 m<sup>2</sup>, alinhada norte-sul.

As estruturas murais foram construídas com recurso ao material pétreo local, com blocos de quartzo de calibre diverso e algumas pedras de xisto semi-afeiçoadas, com larguras entre os 0,70 m e os 0,60 m. Não se reconheceu a presença de soleiras ou vãos de acesso a este espaço, dada a destruição causada pelos trabalhos agrícolas. Não obstante, uma interrupção detectada do muro em quartzo no limite este deste espaço, em L6 e a presença de um nível de destruição composto por pedras de xisto de calibre diverso, sugerem um acesso ao espaço.

Sobre este Ambiente, foi identificada uma estratigrafia caracterizada por um nível de coberto vegetal, UE 1, que cobria a UE 2, um depósito correspondente a um nível de destruição constituído por terras castanhas, soltas e com grande concentração de pedras de xisto de calibre diverso. Estes níveis corresponderam ao abandono e colmatação do sítio arqueológico, cuja escavação permitiu observar o desenho da planta do local. Já no interior do compartimento, destacavam-se as unidades 3, 4, 5 e 6.

A UE 3 correspondeu a um nível de terras castanho-amareladas com grande abundância de materiais de construção e de talha que cobria a UE 4, com grande profusão de materiais de construção correspondente ao abatimento/derrube da cobertura e que assentava directamente sobre o afloramento rochoso (UE 5), com excepção da área correspondente aos quadrados K5 e L5, onde cobria um depósito sedimentar designado como UE 6. Relativamente a este último, sendo um depósito bem definido e muito circunscrito, de contornos totalmente irregulares, não permitiu tecer grandes considerações, podendo, contudo, estar associado a um nível de abandono do local, uma vez que apresentava um espólio cerâmico com alguma expressão, caracterizado por fragmentos de talha em abundância e alguma cerâmica comum.

Não foram identificados quaisquer vestígios de pavimento ou solo de ocupação, sugerindo que o próprio afloramento xistoso, relativamente aplanado e talhado poderia ter funcionado como pavimento. A presença de diversos fragmentos de grandes recipientes, ao longo dos diferentes depósitos sedimentares sugere que este espaço poderá ter funcionado como área de armazenamento.

#### **6.1.2.2.1.2. Ambiente N**

A identificação dos muros 4 e 5 e das valas de fundação escavadas permitiu-nos observar a continuação dos vestígios para oeste e conseqüentemente a presença de um novo espaço, que dada a destruição das estruturas não foi possível delimitar, mas que se encontraria adossado ao Ambiente M, correspondendo a um outro espaço do complexo habitacional.

Uma parte deste espaço, na área virada a sul, encontrava-se muito destruída, adivinhando-se a continuação da estrutura e o seu limite sul pela presença das valas de fundação dos muros, escavadas no afloramento rochoso através de um interface negativo, que se prolongava num canto direccionado para oeste.

A escavação das valas de fundação, com cerca de 0,20 m de profundidade, constituída por terras avermelhadas com blocos de xisto e quartzo, não permitiu observar a presença de elementos datantes para os mesmos.

Este espaço revelava uma planta quadrangular com alinhamento nordeste-sudoeste, de dimensões menores que o Ambiente M, cerca de 8,4 m<sup>2</sup>, encontrando-se a este adossado.

As estruturas identificadas apresentavam uma técnica de construção semelhante ao Ambiente M, com larguras de cerca de 0,60 m, conservada apenas numa a duas fiadas de pedras, com alçados de cerca de 0,20 m de altura.

#### **6.1.2.2.1.3. Sector A: Interpretação Geral dos Dados**

A escavação efectuada no Sector A, apesar de permitir constatar a profunda destruição do sítio arqueológico causada pela lavoura agrícola intensa e pela escassa potência dos solos, deixou antever a presença de diversas estruturas murais que corresponderam a diferentes espaços/ambientes.

De modo geral, a estratigrafia detectada em praticamente todas as áreas do Sector A revelou apenas três unidades: um nível de coberto vegetal (UE 1); um estrato sedimentar heterogéneo (UE 2), relativamente solto e algo argiloso, com uma potência compreendida entre os 0,10 e 0,25 m, e alguns elementos pétreos de quartzo, sobretudo, correspondentes à desagregação e destruição das estruturas murais, que assentava directamente sobre o afloramento rochoso (UE 3).

Desconhece-se o modelo de circulação entre os dois espaços identificados neste sector, pela ausência de vãos e/ou cerramentos dos muros e de soleiras, indiciando encontrarmo-nos ao nível dos alicerces das próprias estruturas.

Em ambos os espaços, o afloramento parece ter funcionado como piso/nível de circulação, explicando igualmente a escassez estratigráfica e a ausência de solos e pavimentos térreos neste local. O pavimento em xisto teria também função drenante das águas no solo.

As paredes seriam levantadas em terra.

A cerca de 4 m a oeste do Ambiente M, foi identificada uma sepultura escavada no substrato rochoso de contornos rectangulares, composta por uma caixa de lajes de xisto dispostas verticalmente e imbricadas na rocha base. Conservava a cobertura correspondendo a uma laje de xisto, ligeiramente tombada para o interior da sepultura. A sua escavação não revelou presença de materiais osteológicos, tendo-se observado que o fundo estava estruturado com quatro lajes de xisto acamadas, perfazendo o fundo da sepultura. Possuía as dimensões de 0,80x0,40 m e desconhece-se a sua relação com o conjunto estrutural dos espaços M e N.

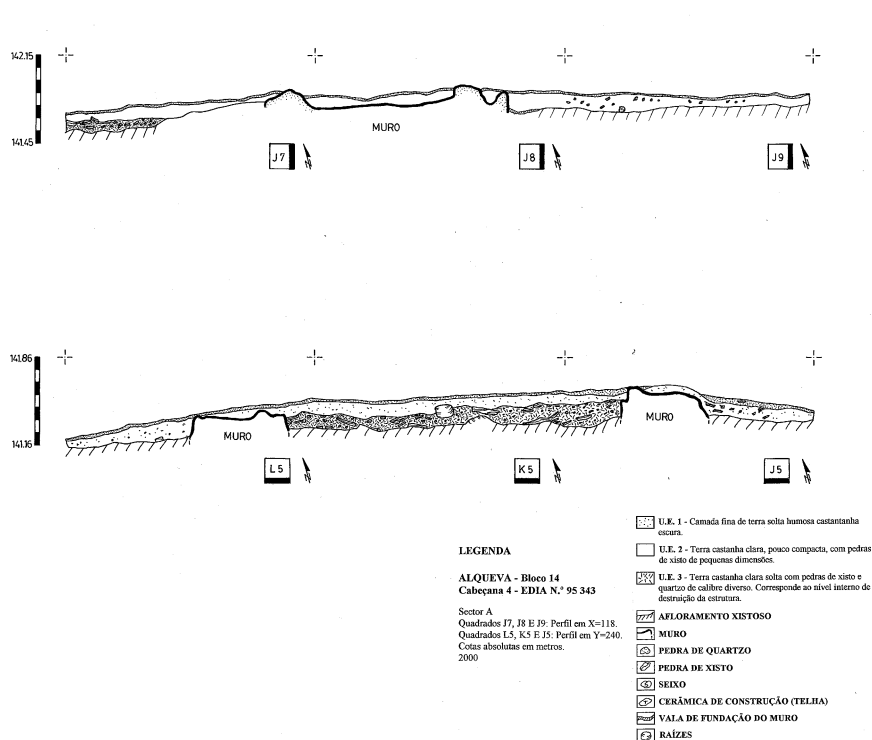


Fig. 6.1.3 – Sector A, perfis estratigráficos.

### 6.1.2.2. Sector B

A área sul da plataforma designada como Sector B encontrava-se melhor preservada do que o Sector A, e compreendia as Sondagens 2 e 4, que anteviam igualmente um conjunto de estruturas com espaços organizados internamente.



Fot. 6.1.5 – Sector B, vista para nordeste das estruturas exumadas.

Tal como no Sector A, observou-se uma estratigrafia comum a grande parte das áreas escavadas, ao nível da colmatação e abandono do local, e na definição dos limites exteriores da estrutura habitacional.

Era, na generalidade, composta pela UE 1, o estrato de coberto vegetal com terras húmusas, soltas de cor castanha escura e vegetação rasteira e a UE 2, um nível de terras castanho claras, pouco compactas, com pedras de xisto de pequeno calibre e materiais ocasionais, que cobria um aparente nível de destruição, a UE 3. Esta unidade era composta por terras castanho-acinzentadas com fragmentos de xisto de médio e grande calibre e muitas raízes, onde se destacavam alguns fragmentos de cerâmica de construção, que colmatava os diferentes ambientes, cobrindo directamente o afloramento rochoso no exterior das estruturas.

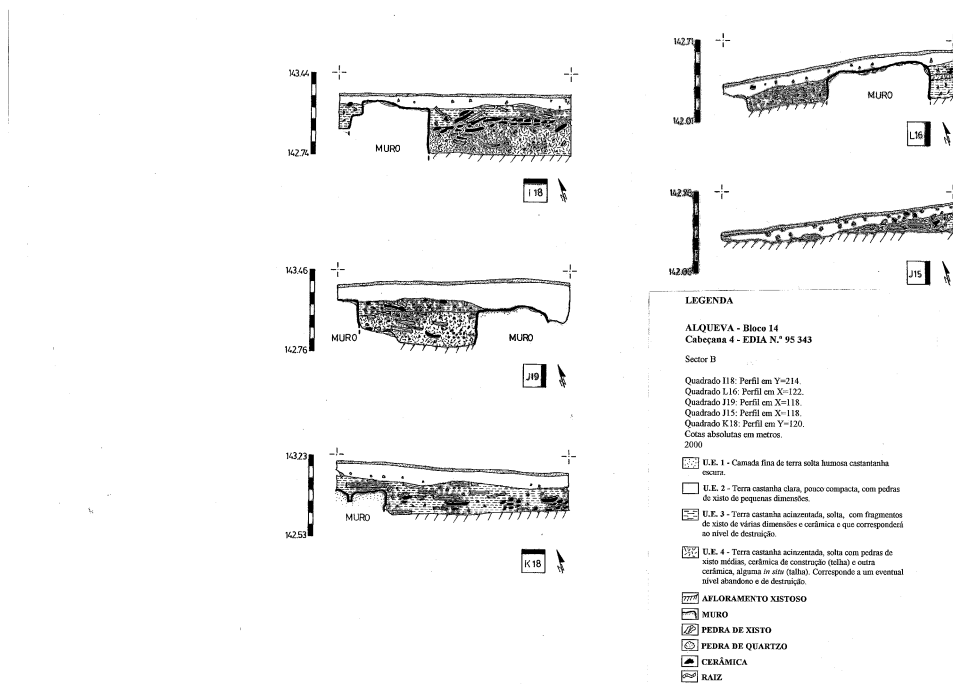


Fig. 6.1.4 – Sector B, perfis estratigráficos.

#### 6.1.2.2.2.1. Estruturas Observadas

Em função da existência de estruturas detectadas nas sondagens arqueológicas, e procurando obter uma noção da área ocupada, foi escavada toda a zona sul da plataforma, que permitiu identificar um complexo estrutural organizado em diferentes espaços com diferentes soluções construtivas.

Este edifício apresentava uma planta rectangular, com uma área total de 225 m<sup>2</sup>, composto por diferentes espaços/ambientes, denominados por ordem de escavação, e onde se destacava a existência de diferentes fases construtivas. No interior destes espaços, a estratigrafia revelou-se mais complexa e diferenciada.



Fig. 6.1.5 – Planta geral final.

#### **6.1.2.2.1.1. Ambiente A**

Este espaço correspondeu a um compartimento de planta quadrangular, com uma área de 7,5 m<sup>2</sup>, definido por muros bem delimitados de grandes blocos de xisto afeiçoados e alguns blocos miúdos de quartzo leitoso, com cerca de 0,80 m de largura. O acesso ao mesmo deveria ser efectuado a sul, onde o muro de limite Este parece definir um vão/passagem, que acederia ao espaço imediatamente a sul deste, o Ambiente K. Este espaço aparentava corresponder a um nível de solo/circulação, com uma funcionalidade distinta das restantes áreas, onde não se observou qualquer vestígio de níveis de solo estruturados e/ou pavimentados com terra, pelo que se lhe atribui uma funcionalidade distinta.

Para além das unidades de colmatação do local, comuns à generalidade das áreas escavadas, no seu interior foi identificado um nível de terras com abundante material de construção (telha) com decoração diversa, indiciando um nível de derrube do telhado, que assentava directamente sobre o empedrado.

#### **6.1.2.2.1.2. Ambiente B**

A este deste espaço, identificou-se o compartimento B, no alinhamento do muro sul. Apresentava planta rectangular com uma área aproximada de 12 m<sup>2</sup> e parece ter correspondido a uma das zonas de entrada no edifício observado no Sector A (na direcção dos edifícios identificados no Sector B), ou seja, a uma área vestibular entre esta e os ambientes K e E. Estes vãos foram identificados pelo facetamento dos muros, compostos por blocos de xisto e quartzo leitoso compactados com terra semi-argilosa, com dimensões de aproximadamente um 1m de largura.

Ao nível da estratigrafia e do espólio deste espaço, ressalta-se a presença de um dormente de mó em granito, com marcas de desgaste de utilização, na UE 2, um pequeno copo de fabrico manual, fragmentos de cerâmica a torno, com vestígios de fogo e diversos fragmentos de cerâmica de construção (telha), associados ao já mencionado nível de derrube da cobertura do local na UE 3, que estava depositado directamente sobre a rocha base.

No canto noroeste, junto aos muros de delimitação desta área, foi detectado um interface negativo escavado no substrato xistoso, identificado como Silo 2 (Estrutura Negativa IV). Tratava-se de uma depressão circular de aproximadamente 1,30 m de diâmetro e 0,23 m de profundidade. A escavação desta estrutura permitiu a identificação dos depósitos sedimentares 5 e 6, semi-compactos e homogéneos, onde foi recolhido algum espólio cerâmico constituído por cerâmica de armazenamento, fragmentos de grandes recipientes, uma anforeta de pasta alaranjada e cerâmica de cozinha, jarros e panelas com vestígios de exposição a fogo.



### **6.1.2.2.1.3. Ambiente C**

Este espaço, adossado ao Ambiente B, apresentava planta rectangular com uma área de 21 m<sup>2</sup>, com o acesso efectuado a partir de um vão, aberto no muro a este. Os muros que delimitavam o espaço possuíam cerca de 0,60 a 0,70 m de largura, com excepção do muro sul, partilhado com os espaços F e G, que será objecto de maior atenção na descrição dessas áreas. Este muro sul foi levantado em quartzo e xisto, com recurso a diferentes técnicas de construção: o facetamento dos muros com os blocos semi-afeiçoados, a construção em perpianho, com a colocação transversal dos elementos pétreos, e a disposição vertical de lajes de xisto e posterior enchimento do seu interior com blocos pétreos menores e terra. Apesar da presença abundante de raízes neste espaço, que não permite observar com rigor partes das estruturas, a diversidade destas soluções construtivas poderá estar relacionada, tal como em outras áreas do edifício, com diferentes fases de remodelação e construção do local.

Para além dos níveis de colmatção, foi observada a UE 3, o nível de destruição já descrito na estratigrafia geral, com abundante presença de materiais de construção da cobertura e vários fragmentos de uma talha com decoração em cordão impresso, recolhidos directamente sobre o afloramento de base, que indiciam a presença de contentores de armazenamento neste espaço.



*Fot. 6.1.6 – Em primeiro plano, laje de soleira em xisto com orifício para gonzo, onde se faria acesso ao Ambiente C e ao Ambiente G, sendo visível o respectivo Muro Este onde se localiza o vão de acesso a este Ambiente.*

#### **6.1.2.2.1.4. Ambiente D**

O Ambiente D corresponde a um dos espaços no limite sul do edifício, construído numa fase de remodelação e ampliação do mesmo. Tal realidade é expressa pelas diferenças construtivas entre este espaço e os compartimentos a norte e na área central do edifício.

Os muros que compõem este espaço encontram-se justapostos sobre os restantes, sendo visível, a este, o muro que definia o edifício inicial, alinhado norte-sul, ao qual se vão sobrepor e adossar os limites norte e sul deste espaço. O primeiro, que corresponde igualmente ao fecho do Ambiente E, era efectuado em lajes de xisto imbricadas com enchimento interior de terra avermelhada semi-compacta e blocos pétreos menores. O segundo, que definia o limite sul deste espaço, construído com blocos de xisto e quartzo de média e grande dimensão, estava muito destruído a oeste pela presença de uma árvore e suas raízes. Foi definido apenas pela sua vala de fundação, preenchida com blocos de quartzo de pequenas dimensões e terra avermelhada com xisto, que sugeriam o fecho deste espaço e a presença do Ambiente J, a oeste.

Este espaço, assim como o Ambiente E, parecem ter correspondido inicialmente a uma mesma área de maiores dimensões, aberta a oeste dos espaços centrais do edifício (Ambientes C, F, G e H), reconvertido num programa de reorganização interna da construção.

Dada a destruição das estruturas murais nesta zona, não foi possível observar a presença de vãos de acesso a este espaço.

Tal como nas restantes áreas, detectou-se uma estratigrafia preenchida com os níveis de colmatação, os depósitos das unidades 1 e 2, e, sob estas, a UE 3 associada ao nível de destruição e abandono, com um abundante derrube de telhas e escasso material cerâmico associado. Este nível assentava directamente sobre a rocha de base, onde foram identificados alguns fragmentos de um alguidar e de cerâmica de cozinha (panelas), sobre o afloramento rochoso, relativamente nivelado, o que, uma vez mais, sugere a hipótese deste ter servido como solo/nível de circulação no interior dos distintos compartimentos, dada a ausência de quaisquer vestígios de chão estruturado.

#### **6.1.2.2.1.5. Ambiente E**

Este espaço localizava-se entre os Ambientes B e D, com planta rectangular e uma área de cerca de 10 m<sup>2</sup>. Resulta da reconversão e/ou ampliação da área oeste do edifício, encontrando-se parcialmente destruído no canto noroeste. O acesso ao seu interior verificava-se por um vão localizado a oeste, virado para o Ambiente K, com cerca de 1 m de largura.

No seu interior, sob o nível de derrube da cobertura (UE 3) foram recolhidos diversos fragmentos de painéis e de outra cerâmica de cozinha sobre o afloramento rochoso. No canto nordeste foi, ainda, identificada uma estrutura escavada na rocha de base de contornos circulares (Estrutura Negativa III, também denominada, na fase de escavação, como Silo 1), cujas terras no seu interior continham diversos fragmentos cerâmicos, entre os quais uma tigela.

#### **6.1.2.2.1.6. Ambientes F e G**

Estes espaços parecem ter correspondido, inicialmente, a uma só área de maiores dimensões, de planta rectangular, posteriormente reestruturada com a construção de um muro que determinou a sua reorganização em duas áreas distintas.

Era definida a norte por um muro de construção mista e grande robustez, que corresponde a uma das paredes estruturais do complexo edificado, alongando-se por todo o seu eixo oeste-este, construído com recurso a blocos de quartzo rolados de calibre diverso e pedras de xisto de médio e grande calibre faceados e ocasionalmente dispostos em perpianho. Apresentava uma largura de 1 m, muito possivelmente relacionada com a sua natureza estrutural no programa construtivo do edifício. De facto, este espaço parece corresponder a uma área/espaço central do conjunto edificado, e com esta utilização se devem também relacionar os contextos identificados no seu interior. O seu precário estado de conservação no quadrante noroeste do compartimento e a consequente ausência de material pétreo, poderão estar relacionados ou com uma reorganização do acesso a esta área e/ou com um outro momento construtivo do edifício.

A sul, este e oeste, os seus limites encontravam-se estabelecidos pela presença de estruturas murais com larguras menores, de cerca de 0,60/0,70 m, construídas em xisto, com menor recurso à utilização dos blocos de quartzo, colmatadas com terras argilosas avermelhadas, bastante destruídas, particularmente no limite sul. A este, localizava-se ainda o acesso a este espaço a partir de um vão com cerca de 1 m de largura, realçado pela presença de uma laje de soleira em xisto, com a marca de um orifício para gonzo, a cota imediatamente superior ao afloramento de base.

O seu interior foi dividido com a construção de um muro alinhado norte-sul, que organizava o espaço inicial em dois. Construído com recurso a grandes blocos de xisto afeiçoados e quartzo, com lajes de xisto dispostas em cutelo, faceando a estrutura, determinava um espaço de maior dimensão, o Ambiente G, com uma área de 12 m<sup>2</sup>, e um outro espaço menor, o Ambiente F, com cerca de 8 m<sup>2</sup>.

Este muro, com cerca de 0,50 m de largura, encontrava-se destruído no limite sul, desconhecendo-se como se processava a circulação interna, se a uma quota mais alta ou pela presença de um vão de acesso no muro que delimitava estes dois espaços.

Aquando da sua construção, foi adossada, ao muro, uma estrutura “em caixa” com lajes de xisto dispostas verticalmente, imbricadas na rocha base, de planta semi-rectangular, com cerca de 1,60x1,20 m. Esta caixa encontrava-se preenchida com um nível de terras avermelhadas compactas com blocos pétreos de xisto e quartzo, escasso, e algum material cerâmico acamado e disposto regularmente no seu interior, revelando uma superfície aplanada, que poderia estar associada à utilização desta estrutura como uma estrutura de apoio doméstico. Não obstante, a escavação e remoção deste nível de pedras acamadas permitiu observar que esta estrutura em caixa estava estruturada e compartimentada em dois pequenos espaços, uma primeira área rectangular, adossada ao muro de delimitação dos dois compartimentos, e um segundo espaço semi-circular, que no seu todo configuravam um aspecto semi-oval à estrutura. O interior revelou, sob o nível pétreo, a presença de alguns materiais cerâmicos, fragmentos de talha e telha que definiam uma segunda camada relativamente regular no enchimento da estrutura.



Fot. 6.1.7 – Ambiente G, Estrutura VI.

A sua função de apoio doméstico parece reforçada pela presença de inúmero espólio cerâmico, entre esta estrutura e o canto noroeste deste compartimento, em concreto sob a UE 3, o nível de destruição e abandono do sítio arqueológico e sobre a rocha base. De entre a cerâmica, destaca-se diversos elementos de talha, alguns com decoração em cordão, e cerâmica de cozinha e de mesa, potes, panelas, tigela, denunciando uma ocupação intensa deste espaço como área de armazenamento e de uso doméstico. Foram também aí exumados diversos fragmentos *in situ* de uma grande talha, relacionada com o armazenamento de produtos agrícolas.

Há que realçar a posição central desta estrutura em relação ao compartimento original, posteriormente dividido em dois espaços, que poderia estar relacionada com uma maior antiguidade da mesma em relação à divisão interna desta área e com uma função mais antiga, posteriormente reenquadrada na nova articulação do edifício. Sob esta estrutura, associada a uma fase anterior à sua construção, foi identificado, no afloramento rochoso, um buraco de poste, coincidindo com o centro do compartimento original sugerindo ter servido para sustentar a cobertura deste grande espaço.

Ainda neste espaço, orientada no sentido este-oeste, paralela ao muro norte, foi identificada uma sepultura escavada na rocha base e revestida com uma caixa de lajes de xisto verticais, de técnica construtiva semelhante à sepultura identificada no Sector A. Possuía 0,80x0,25 m de largura máxima, tendo sido identificada com a remoção da UE 4, que cobria a rocha de base. A escavação antropológica desta sepultura revelou uma inumação de uma criança com alguns vestígios osteológicos em conexão anatómica e a existência de outros dois crânios de inumações anteriores.

No Ambiente F, seguimento do espaço G, também foi recolhido abundante material cerâmico, composto por louça de cozinha e de armazenamento, em especial nos depósitos que cobriam a rocha base. Na estratigrafia deste espaço, foram igualmente identificadas as unidades de colmatação do local, UE 1 e UE 2, seguidas da presença de um estrato com abundantes materiais de construção (telhas) e fragmentos de grandes recipientes, como talhas. A potência sedimentar nesta zona revelou-se maior, com destaque para a existência de um depósito sedimentar concentrado nas imediações dos muros, que poderá ter correspondido ao paramento superior e/ao enchimento das próprias paredes levantadas em adobes/taipa, a UE 4. Sob este contexto, foi identificado um nível de terras cinzentas escuras, semi-compactas, com inúmeros restos de carvão, que poderá ter estado relacionada com um incêndio no local e com o derrube da cobertura/telhado (UE 6). Este era constituído por telhas quase inteiras, com decoração diversa e alguns fragmentos de cerâmica comum, depositados directamente sobre o afloramento (UE 7).

#### **6.1.2.2.1.7. Ambiente L**

No limite oeste da área edificada, localizava-se o Ambiente L, de planta rectangular, no alinhamento dos ambientes F e G, delimitado a norte pelo muro estruturante deste edifício. Este encontrava-se bastante danificado pela presença de uma árvore no canto nordeste, mas é possível verificar o recurso a uma técnica construtiva em perpianho. O limite este era definido pela vala de implantação do muro, revelando a sua continuidade para sul, encontrando-se igualmente compartimentado internamente. Também nesta área, sob os níveis de colmatação da estação, directamente sobre o afloramento, foram

recolhidos fragmentos de uma talha fracturada *in situ*, sugerindo a utilização doméstica deste espaço no quadro do armazenamento de produtos agrícolas.

#### **6.1.2.2.1.8. Ambientes H e I**

No alinhamento este do espaço D destacava-se o Ambiente H, por sua vez organizado internamente em duas áreas definidas como os Ambientes I e H. Originalmente, correspondeu a uma estrutura de planta rectangular, com área e comprimento similar ao espaço C e aos Ambientes F e G, destacando a regularidade original do edifício, em torno destes três espaços interiores.

A construção de um muro de planta em L, que seguia um alinhamento este-oeste, compartimentou esta área em estes dois espaços. Em ambas as áreas, foram identificados materiais cerâmicos associados ao nível de destruição e abandono do local, caracterizado pelo abundante derrube de telhas, com inúmeros fragmentos de talhas, alguns exemplares de panelas e um cântaro recolhido no espaço H. Em I, sob este nível, foi ainda identificado o derrube desta construção interior, caracterizado por abundantes elementos pétreos envoltos em terras compactas de cor castanha com fragmentos de louça de cozinha e talhas, que cobria o afloramento rochoso.

#### **6.1.2.2.2. Sector B: Interpretação Geral dos Dados**

Os vestígios identificados no processo de escavação do Sector B, que se encontravam em bom estado de conservação, permitiram constatar a presença de um conjunto diverso de muros em xisto e quartzo, que atestam de forma vincada a ocupação daquele local por uma estrutura habitacional complexa, composta por vários compartimentos. Essa estrutura aparenta diferentes fases de construção e/ou remodelação do espaço interior, das quais foram identificados pelo menos, dois momentos, sendo detectável ainda um nível de abandono e de colmatação do sítio arqueológico.

Alguns dos muros identificados assumem-se como eixos estruturais na definição deste edifício, que parece ter apresentado em momento inicial, uma orgânica distinta, com um eixo de circulação em redor dos três compartimentos centrais, definidos pelos Ambientes C, F e G e H e I. Desta primeira etapa construtiva, deverá também datar o Ambiente L, ainda que a destruição do quadrante este da plataforma não permita, com rigor, a sua definição precisa.

Já o sector oeste do edifício, composto pelos Ambientes A, K, E e D, parece corresponder a um momento posterior, com muros justapostos e adossados, e o recurso a uma construção menos cuidada e com diferentes técnicas de consolidação.

Os paramentos murais observaram alguma diversidade construtiva, inclusive num mesmo espaço, realçando a capacidade de adaptação e o carácter moldável destes

modelos arquitectónicos, assim como momentos de remodelação e/ou reconstrução da estruturas.

O modelo construtivo dominante correspondeu à organização de blocos pétreos de xisto e quartzo afeiçoados dispostos de forma transversal e/ou perpendicular, preenchidos com blocos menores e ligados com terras argilosas, observando-se o recurso ao travamento dos cantos com a disposição de elementos pétreos em cunha a fim de reforçar as estruturas. Foram igualmente documentados paramentos compostos por lajes de xisto imbricadas e dispostas perpendicularmente, com o interior preenchido por blocos de xisto e quartzo e por terras avermelhadas muito argilosas e compactas. Registou-se ainda o recurso pontual à construção em perpiano que, tratando-se de uma técnica de construção de maior coesão e solidez construtiva, poderá estar neste caso associada a reparações ou reestruturações da área edificada e a um eventual reforço das estruturas mais vulneráveis. Ainda que diversificadas, estas soluções construtivas encontram amplos paralelos em outros *habitats* escavados pelo Bloco 14, e mesmo em locais de cronologias mais antigas.

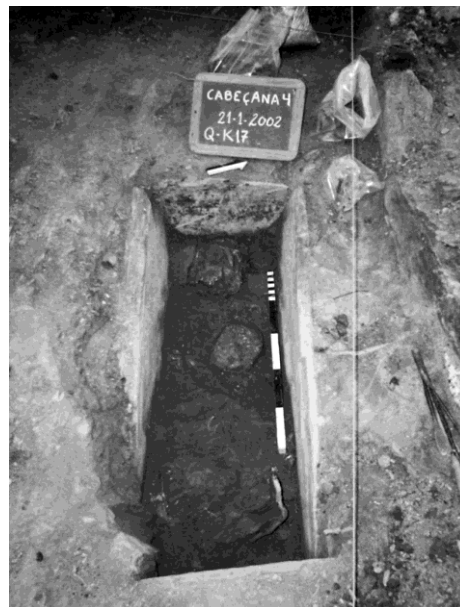
As larguras dos muros oscilam entre os 0,60 a 0,70 m (mais comuns) e 1 m, com paredes faceadas e justapostas, associadas a eventuais reformulações dos interiores dos edifícios. Com excepção do empedrado no Ambiente A, as estruturas eram compostas por aparelhos mistos, com recurso a xisto e quartzo, não tendo sido detectada uma utilização preferencial de determinada matéria-prima em detrimento de outra.

As paredes seriam erguidas muito provavelmente em terra, constatada pela ausência de materiais pétreos nos níveis que colmatavam a estação e pela presença, sobretudo no Ambiente F, de depósitos sedimentares compostos por nódulos de barro, que deverão ter correspondido ao material de revestimento e construção dos muros.

A evidência de vestígios de derrube de telhado em praticamente todos os espaços do Sector A sugere um edifício praticamente coberto em toda a sua extensão, não obstante a possibilidade da zona a oeste poder apresentar áreas semi-fechadas, tipo alpendre ou “rua”.

O nível de chão corresponderia ao próprio afloramento rochoso, sobre o qual foi recolhida grande parte do material exumado em Cabeçana 4, não tendo sido observados vestígios de pisos térreos e/ou lajeados estruturados, com excepção do empedrado do espaço A. O facto do próprio afloramento se encontrar relativamente regularizado, a uma cota mais ou menos constante, salvo áreas onde se encontra escavado, também terá contribuído para a sua utilização como nível de solo/circulação. É igualmente no afloramento que são abertas estruturas de apoio às coberturas, buracos de poste que serviriam para sustentar a cobertura de vãos relativamente amplos, como parece ser o caso do espaço dos ambientes F e G, o mais extenso de todos os compartimentos edificados.

Outras estruturas negativas foram identificadas, correspondendo a depressões naturais da rocha de base e/ou interface escavados na mesma, assim como duas sepulturas de pequenas dimensões (Estruturas I e II) que sugerem a prática de inumações infantis, uma das quais confirmada com a escavação do seu interior, como se verá com mais detalhe adiante.



Fot. 6.1.8 e 6.1.9 – Escavação das Estruturas I e II, sepulturas.

Entre espaços, a circulação seria efectuada por vãos definidos por interrupções naturais dos muros e identificados apenas com segurança nos espaços B, C e E. Nas restantes áreas, desconhecemos a orgânica interna dos mesmos, sugerindo em alguns casos, pela própria destruição dos muros, que as estruturas se encontram ao nível de alicerces.

De igual modo, desconhecemos como se articulariam os edifícios identificados nos Sectores A e B, se correspondendo a dois núcleos habitacionais diferentes ou a estruturas com funcionalidades diferenciadas. A presença de sepulturas associadas a cada edifício parece arguir a favor de uma vocação habitacional dos mesmos.

Por oposição a outros *habitats* escavados nas proximidades, não foram identificados vestígios de estruturas domésticas de apoio à habitação, como lareiras ou estruturas de combustão, ainda que a estrutura identificada no exterior do edifício no Sector A, em E18, uma “cama” de fragmentos cerâmicos, possa ter cumprido função análoga. Do mesmo modo, não será linear a identificação da estrutura no Ambiente G com uma função de apoio doméstico deste tipo, ainda que esta assuma lugar central no espaço edificado e em particular nesta área.

Quanto à estratigrafia comum a toda a área da estação, observaram-se níveis de colmatação recentes do local, sob os quais, se destaca a presença de um nível de derrube



das coberturas. Parecem ter recorrido, sistematicamente, a materiais cerâmicos, telha, que oferece uma relativa diversidade de motivos decorativos: ondulados e serpentiformes, digitações em linhas paralelas contínuas, digitações de três dedos; dois traços contínuos no centro; três traços contínuos ondulados; decoração incisa serpenteada.

É essencialmente sob este nível, directamente sobre a rocha base, que se destaca o espólio cerâmico, composto maioritariamente por formas associadas à produção e confecção de alimentos e ao armazenamento e que sugerem um habitat de vocação doméstica e economia agrícola. Na zona central da plataforma, as estruturas apresentam maior grau de conservação e uma potência sedimentar maior, que permite observar em alguns espaços, uma estratigrafia mais complexa, associada a contextos de utilização e abandono do sítio, onde se encontram intactos fragmentos de grandes recipientes, como talhas, sugerindo que este pequeno núcleo habitacional teria a sua principal actividade na agricultura e, eventualmente, na produção de azeite.

### 6.1.3. Espólio

Nesta estação os artefactos recolhidos foram muito numerosos. Registaram-se 2315 entradas na base de dados, correspondendo na maior parte, a 2280 fragmentos cerâmicos, agrupados em 2078 indivíduos, dos quais 574 foram identificados como material de construção. Excluídos estes últimos, verificou-se que o vasilhame restante agrupava-se num número mínimo de 1501 indivíduos.

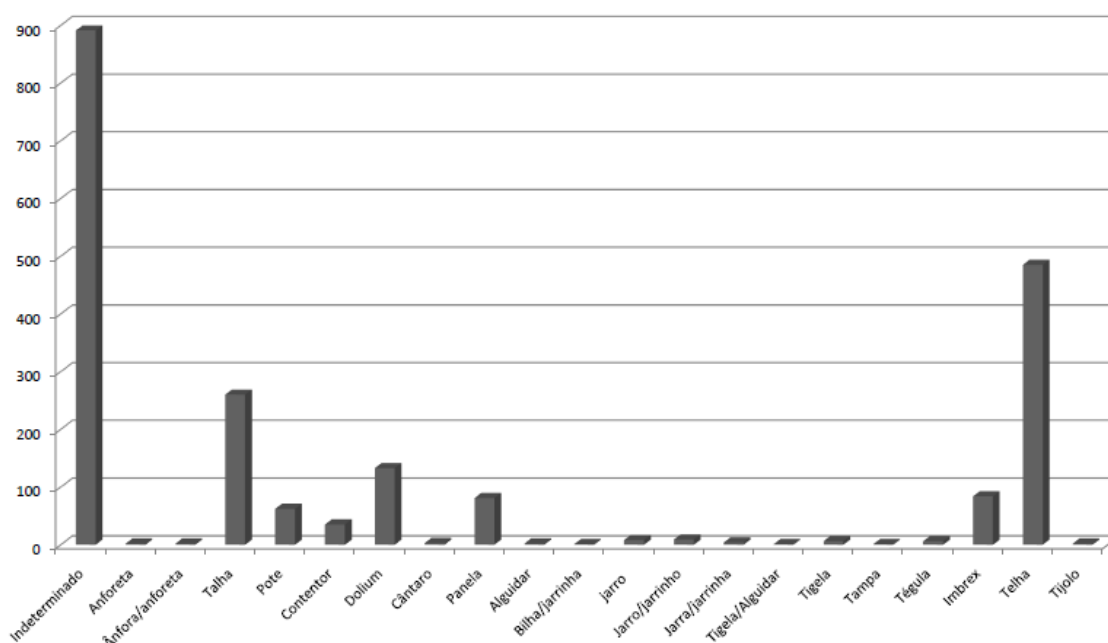


Gráfico 6.1.1 – Formas funcionais.

A estratigrafia era bastante complexa e, conseqüentemente, também a distribuição dos materiais na estratigrafia. A maior parte dos artefactos concentra-se na UE 3 (39,10%).

Também foi encontrado um volume razoável de recipientes na UE 2 (15,82%), UE 4 (12,03%) e UE 6 (11,30%).

A maior parte do material de construção concentrava-se nas três primeiras unidades estratigráficas (5% na UE 1; 22% na UE 2; 22% na UE 3) ou fora de contexto estratigráfico (38%). Nas restantes unidades, a presença de material de construção é pouco significativa.

O grau de fragmentação dos objectos é muito elevado. Encontramos apenas dois indivíduos com o perfil completo (0,13% do vasilhame recolhido). A esmagadora maioria dos fragmentos corresponde à pança do recipiente (85,07%), 5,33% corresponde a fragmentos de bordo, 7% a bases, 1,27% a asas, 0,27% a carenas e 0,93% a gargalos. Visto o elevado grau de fragmentação e a abundância de elementos de pança incharacterísticos, é lógico que a forma funcional não tenha sido identificada em perto de metade dos objectos (42,88%, ver Gráfico 1).

Entre os utensílios identificados, uma grande quantidade (38,47%) correspondem a materiais de construção (*tegula*, *imbrex*, telha e tijolo).

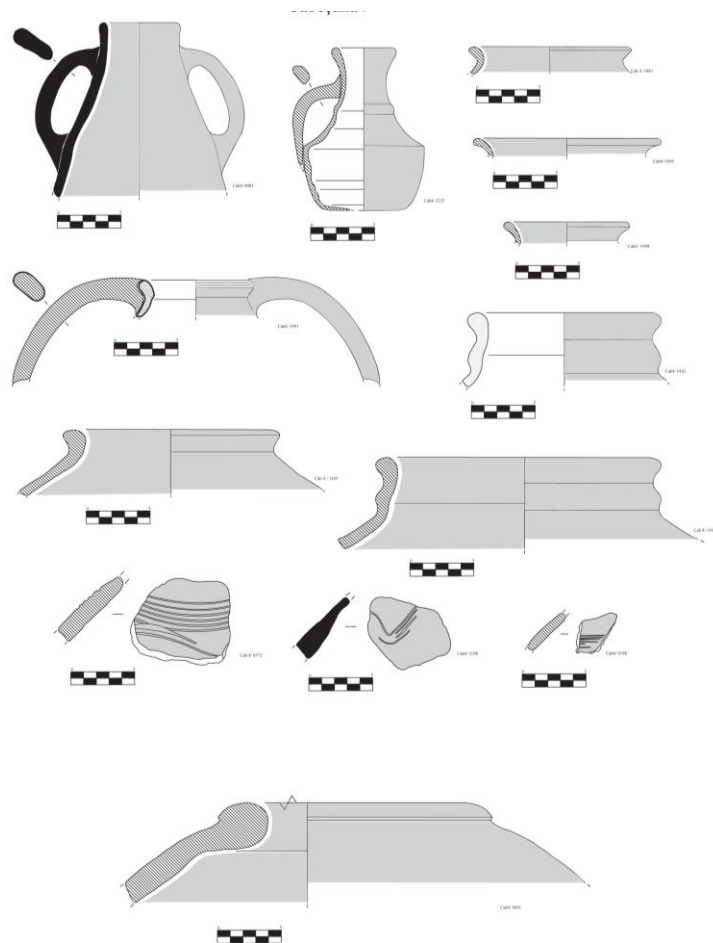


Fig. 6.1.6 – Cerâmica de armazenamento.



Fot. 6.1.10 e 11 – Peça (08)0083, jarro/jarrinho; Peça (08)2225, jarrinha.

Se excluirmos os materiais de construção e os fragmentos incaracterísticos, o grupo melhor representado é o grupo dos objectos de armazenamento e transporte (81,48% dos identificados). Na sua maior parte, trata-se de talhas (42,64%) e *dolia* (21,80%), embora também estejam bem representados os potes (10,16%), outros grandes contentores de forma imprecisa (5,74%), as ânforas ou anforetas (0,66%) e o cântaro (0,49%). Destacam-se os bordos introvertidos engrossados de *dolia* (ver fig. 6.1.7.13, e fot. 6.1.13 e 6.1.14), bem conhecidos no Baixo-Império, e alguns bordos (ver fig. 6.1.7.2) que se assemelham a ânforas hispânicas levantinas do século VI (Pascual, Ribera & Rosselló, 2003, fig. 4.116) e os potes de grandes dimensões (ver fig. 6.1.7.8) com paralelos em Córdoba (Fuentes, 2003).

Dos restantes objectos, a forma mais abundante é a panela (13,28%) que, junto a dois fragmentos de alguidar (0,33%), configura a loiça de cozinha. Dentro do grupo das panelas destacam as de perfil em “S” com o bordo mais ou menos engrossado ou extrovertido que, regra geral, foram fabricadas manualmente ou com torneados lentos. Esta forma domina em todo o território peninsular num marco cronológico alargado entre os séculos VI e IX. A forma de lábio mais extrovertido (ver fig. 6.1.10 e fotos 6.1.16 e 6.1.17) encontra-se com cronologias dos séculos VI-VII, por exemplo, em Gorquez, Madrid (Vigil-Escalera, 2003, fig. 5) e Mérida (Alba, 2003, fig. 8). As formas de perfil menos sinuoso (ver fig. 6.1.9.1, 6.1.9.3 e 6.1.9.4) encontram-se com cronologias dos séculos VII-VIII em Córdoba (FUERTES & HIDALGO, 2003: fig. 8 e 9) e em Perales del Río, Madrid (Quero & Martín, 1987, fig. 2.1), mas em Pozo Cañada, Mérida (Heras & Gilotte, 2008, fig. 9) e em Alcuescar em Cáceres (Caballero & Sanz, 1999, pp. 234-236) aparecem nos

séculos VIII-IX. Um fragmento de alguidar (ver fig. 6.1.9.6), de fabrico muito tosco, poderá imitar formas torneadas que encontramos no século VIII em Melque (Caballero, Retuerce & Sanz, 2003, fig. 10) e Gorquez (Vigil-Escalera, 2003, fig. 1).

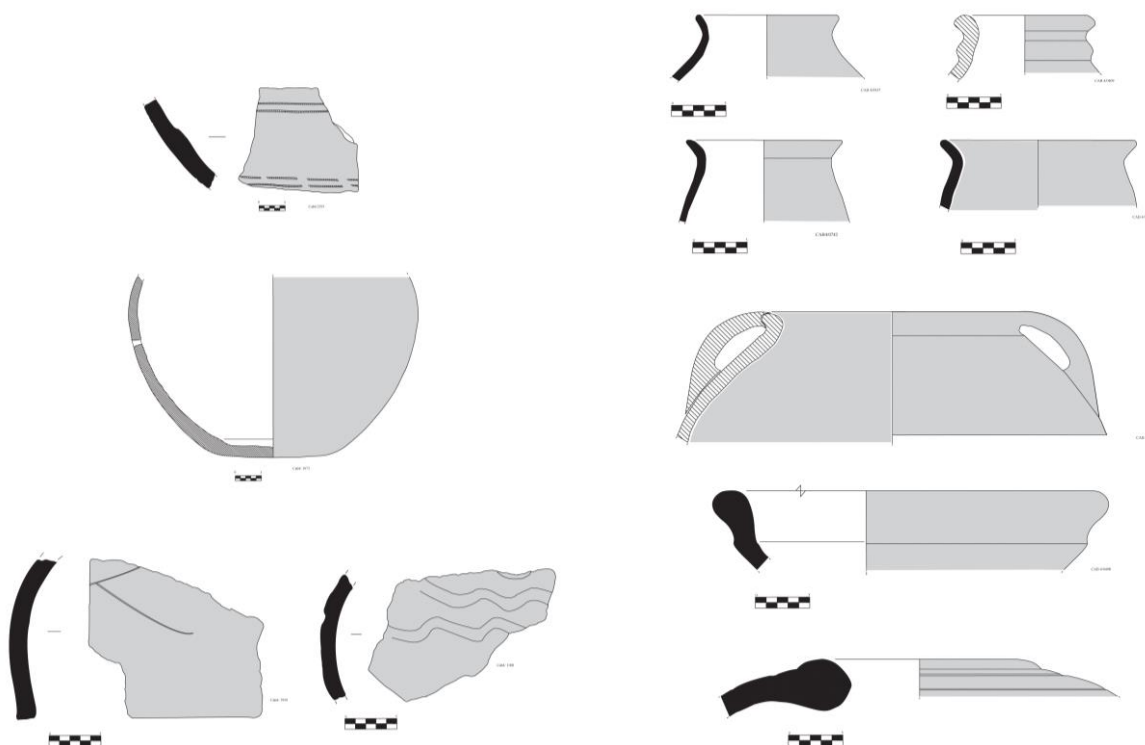


Fig. 6.1.7 e 8 – Peças decoradas; Painelas e alguidar.



Fot. 6.1.12, 13 e 14 – Peças (08)1164 e (08)0562, bordos de panelas; Peça (08)1698, pote.

O número de artefactos enquadráveis na loiça de mesa é reduzido: alguns fragmentos de jarro ou jarrinho (2,79% do vasilhame recolhido), de tigela (1,15%), de bilha (0,16% dos recipientes), de jarra ou jarrinha (0,66%) e, por último, um fragmento de tampa (0,16% do vasilhame recolhido). A única forma completa encontrada nestas escavações é uma pequena bilha (ver fig. 6.1.6.2 e fot. 6.1.11) de pasta clara e torneado rápido para a qual é difícil encontrar paralelo. Tem alguma semelhança com peças do Baixo-Império de

Conímbriga (Alarcão, 1975, p. 102, n.º 814) e de Valência do século VII (Pascual, Ribera & Rosselló, 2003, fig. 12). Também encontramos uma jarrinha (ver fig. 6.1.7.1) de torneado manual e pasta grosseira com paralelos no século VII em Mérida (Alba & Feijoo, 2003, fig. 8), Montinho das Laranjeiras em Alcoutim (Coutinho, 2007) e na zona de Alicante (Reynolds, 2003, fig. 8.7).

Igualmente encontramos incisões, impressões e digitações em algumas telhas (ver fig. 6.1.7 e fot. 6.1.15 e 6.1.16).



Fig. 6.1.9 – Painéis. Fot. 6.1.15 e 16 – Peças (08)1184 e (08)1187, telhas decoradas.

O estudo do espólio permite concluir que se trata de um conjunto característico de um meio rural com reduzidas relações com mercados urbanos, do período de transição entre a Antiguidade Tardia e a Alta Idade Média, com uma cronologia alargada entre os séculos V e VIII. O espólio corresponde, em grande medida, a produções obtidas localmente com recurso a técnicas simples: modelado manual ou torneado lento e cozeduras redutoras, certamente realizadas em estruturas de combustão muito simples e utilizando barros da zona onde facilmente podemos encontrar os minerais presentes nas pastas (feldspatos, quartzos e micas). A caracterização funcional das cerâmicas reforça esta apreciação: trata-se de objectos relacionados maioritariamente com funções de armazenamento e de cozinha, sendo reduzidos os objectos de serviço de mesa, mais consentâneos com modos de vida urbanos. Os utensílios satisfazem as necessidades mais básicas de um grupo camponês que precisa de vasilhame de grandes dimensões destinado a conservar os produtos agrícolas obtidos localmente em grandes potes, talhas e *dolia*.

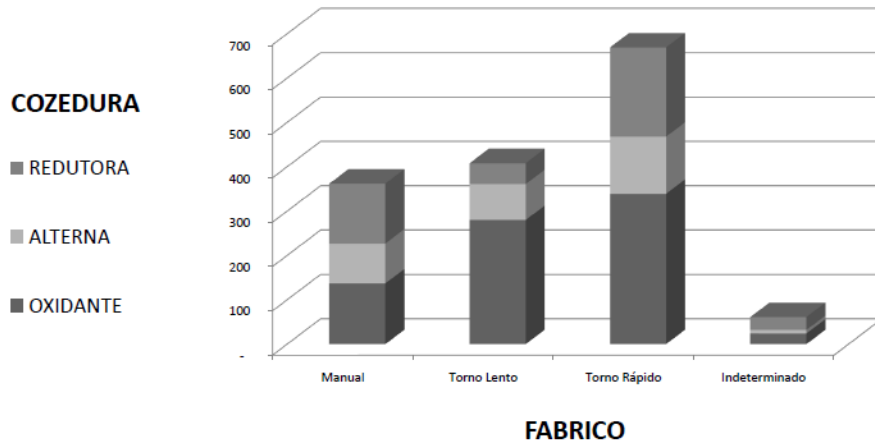


Gráfico 6.1.2 – Técnicas de fabrico e cozedura.

Na sequência da intervenção foi posta a descoberto uma sepultura de inumação contendo restos ósseos de três crianças. A sepultura em causa (Estrutura II) foi escavada no interior de uma outra estrutura (Ambiente G) que fazia parte do complexo arqueológico, e era constituída por quatro lajes de xisto as quais formavam uma caixa sepulcral com cerca de 80 cm de comprimento por cerca de 25 cm de largura máxima.

No interior da sepultura foi possível verificar a inumação de uma criança (esqueleto 1) existindo ainda parte de dois crânios (2 e 3) de criança incompletos dos quais, dado o mau estado de conservação do material ósseo, não foi possível fazer qualquer tipo de determinação no âmbito da antropologia e que correspondiam a enterramentos anteriores que foram afastados aquando da deposição do corpo do esqueleto 1. Relativamente a este esqueleto, do qual ainda persistiam alguns vestígios osteológicos em correlação anatómica, verificou-se que foi depositado em decúbito dorsal, com o braço e mão direita cruzados sob a zona ventral, e que possuiria uma idade de cerca 5/6 anos na altura da morte. Não foi possível determinar qualquer tipo de patologia com repercussão esquelética ou dentária. Utilizando o úmero direito calculou-se uma estatura de cerca de 95cm, +/- 5 cm, aproximando-se das medições e cálculo efectuado no terreno: +/- 89 cm. Este indivíduo era claramente maior que o comprimento da caixa sepulcral (80 cm), o que terá obrigado a que os membros inferiores sofressem uma ligeira flexão, como se observa no fémur direito.

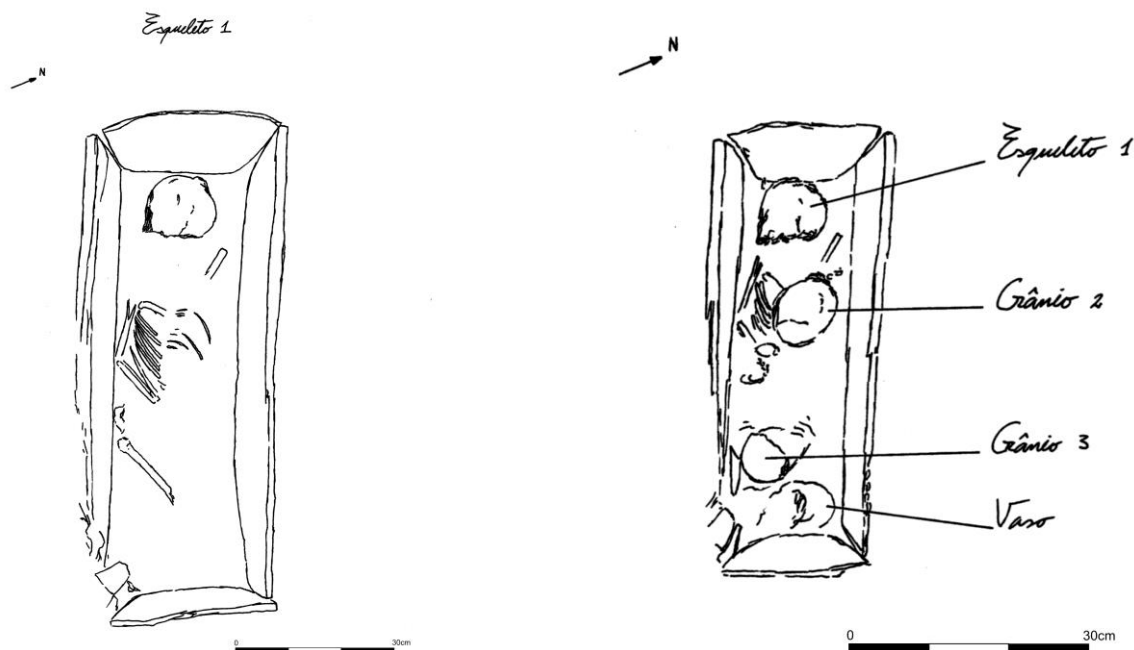
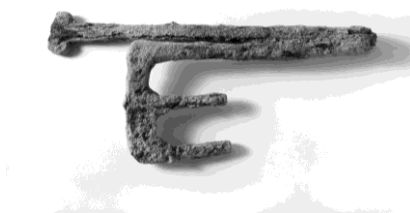


Fig. 6.1.10 e 11 – Desenho de campo do esqueleto 1. Desenho de campo do esqueleto 1 e dos crânios 2 e 3.

#### 6.1.4. Considerações finais

O conjunto de vestígios identificados nos Sectores A e B do sítio Cabeçana 4, confirmaram a existência de um espaço de habitação rural permanente, com uma longa duração entre os séculos V e VIII. A uma cronologia mais antiga pertencem as duas sepulturas em cista, escavadas no terreno, das quais apenas uma conservava vestígios osteológicos.



Fot. 6.1.17 – Chave em ferro.

Pese a forte destruição causada no sítio pelos trabalhos agrícolas e a fraca potência estratigráfica, foi possível identificar dois núcleos de construção, certamente relacionados entre si. O sector situado mais a norte, estava pior conservado, mas permitia diferenciar dois ambientes cuja função é impossível precisar, embora a presença de grande quantidade de fragmentos de talha detectada no compartimento M possa apontar para um uso de armazenamento. Cabe especular com a possibilidade de tratar-se de

estruturas de apoio ao núcleo principal do assentamento, que estaria centrado no sector sul, numa posição mais elevada.

O núcleo principal, em melhor estado de conservação, apresentava várias fases de construção. Na primeira etapa construtiva, traçaram-se os eixos estruturantes do edifício que configuraram o núcleo central (Ambientes C, F, G, H, I), com um eixo de circulação no seu redor. A esta mesma fase pertenceria o Ambiente L. Num momento posterior, são construídos os Ambientes A, K, E e D, mediante o levantamento de muros justapostos e adossados, e o recurso a técnicas construtivas menos cuidadas. Relativamente à funcionalidade, não foram detectadas estruturas fixas de combustão que permitam diferenciar claramente uma função dominante em cada um dos espaços. Exceptua-se o compartimento de maiores dimensões que parece ter sido destinado ao armazenamento.

As técnicas de construção observaram alguma diversidade, inclusive num mesmo espaço, realçando a capacidade de adaptação e o carácter moldável destes modelos arquitectónicos, assim como momentos de remodelação e/ou reconstrução das estruturas. A técnica dominante utilizava blocos pétreos de xisto e quartzo afeiçoados, dispostos de forma transversal e/ou perpendicular, preenchidos com blocos menores e ligados com terras argilosas, com a disposição de elementos pétreos em cunha travando os cantos para reforçar as estruturas. Também foi utilizada a técnica de colocar lajes de xisto imbricadas e dispostas perpendicularmente, com o interior preenchido com blocos de xisto e quartzo e terras argilosas e compactas. Outra técnica registada é a construção em perpianho, que possivelmente foi utilizada numa fase avançada da ocupação do sítio, associada a reformulações interiores do edifício. Sobres estes alicerces, seriam levantadas as paredes em terra.

Os derrubes de telhas, encontrados em praticamente todos os espaços, sugerem edifícios totalmente cobertos por telhados, sendo possível que alguns espaços não estivessem completamente fechados constituindo alpendres. Em alguns casos buracos de poste ajudavam a sustentar estas coberturas. Não foram construídos pavimentos luxuosos, apenas o afloramento rochoso foi afeiçoado para servir de nível de solo.

O espólio encontrado no sítio, demonstra uma marcada ruralidade, com objectos maioritariamente destinados a funções de armazenamento e de cozinha, em uma boa parte fabricados localmente. São, portanto, fracas as relações com meio urbanos próximos ou com circuitos comerciais de maior abrangência.

Deste modo, o sítio de Cabeçana 4 corresponde a um assentamento rural de uma pequena comunidade camponesa. Não sendo possível precisar o número de habitantes, dadas as dimensões das construções escavadas, poderá ter albergado uma família alargada. Esta comunidade, teria alguma capacidade de armazenar excedentes agrícolas, dada a abundância de grandes contentores, traduzindo o assentamento numa exploração



agrícola de razoáveis dimensões, com alguma capacidade de entrar numa dinâmica de trocas de âmbito local.

Pese as dificuldades para precisar a cronologia do sítio, tanto da sua construção como do seu abandono, a informação disponível (longa evolução das construções e paralelos encontrados para o seu espólio) autoriza a considerar uma continuada ocupação desde o século V, sem se apreciar sinais de destruição violenta em qualquer período. O abandono, em torno aos finais do século VIII, poderá ter acontecido de forma rápida, não se verificando uma progressiva diminuição do espaço ocupado pela comunidade.

## **6.2. Espinhaço 7**

### **6.2.1. Introdução**

Os trabalhos arqueológicos no sítio designado como Espinhaço 7 foram efectuados em Maio de 2000, integrados no conjunto das intervenções realizadas nas ocorrências do Quadro Geral de Referência afectas ao Bloco 14.

A intervenção arqueológica teve como principal objectivo a avaliação da importância do sítio e o seu potencial arqueológico através da identificação de níveis e estruturas arqueológicas preservadas e da interpretação da sua funcionalidade.

Administrativamente, o local pertencia à freguesia de Campinho, actual União de Freguesias de Campo e Campinho, concelho de Reguengos de Monsaraz, distrito de Évora, encontrando-se identificado com o número de inventário da EDIA n.º 95270 e com o CNS 16382, e classificado como um *habitat* de cronologia Medieval/Moderna.

Situado na vertente oeste do rio Guadiana o sítio denominado Espinhaço 7 localizava-se a poucos metros do Monte do Espinhaço, que lhe dá o nome, no topo de uma pequena plataforma sobranceira a uma estrada de terra batida que dá acesso ao referido monte.

A sua localização, relativamente à área envolvente, permitia um relativo domínio da paisagem e um fácil acesso a uma grande linha de água secundária sobranceira à Herdade do Espinhaço.

De acordo com a bibliografia disponível, a descrição do sítio Espinhaço 7 indicava que numa área de cerca 200 m<sup>2</sup>, encontravam-se à superfície escassos vestígios de cerâmica de construção e comum (Silva, 1996). Estas informações foram confirmadas na fase de prospecção/reavaliação do local, onde foram ainda identificadas pedras de quartzo e xisto de calibre diverso.

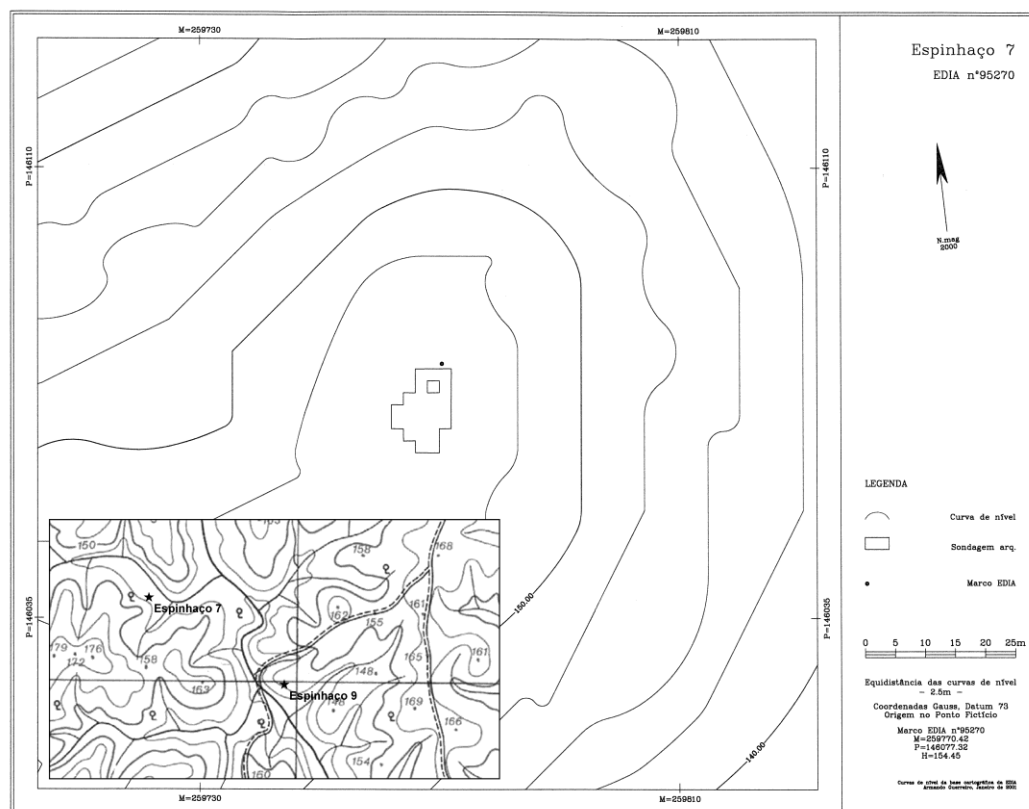


Fig. 6.2.1 – Localização na CMP 491 e levantamento topográfico com implantação da quadrícula.

## 6.2.2. Trabalhos arqueológicos

Foi efectuado um programa de sondagens arqueológicas implantadas na zona de maior concentração de vestígios pétreos. Numa primeira fase foram marcadas e intervencionadas 12 sondagens de 2x2 m (Sondagens 1 a 12), posteriormente alargadas, em função dos resultados obtidos, com mais 13 sondagens de 2x2 m (Sondagens 13 a 25).



Fot. 6.2.1 e 2 – Vista geral para norte da área intervencionada. Vista geral para sudeste do ambiente/compartimento identificado na intervenção.

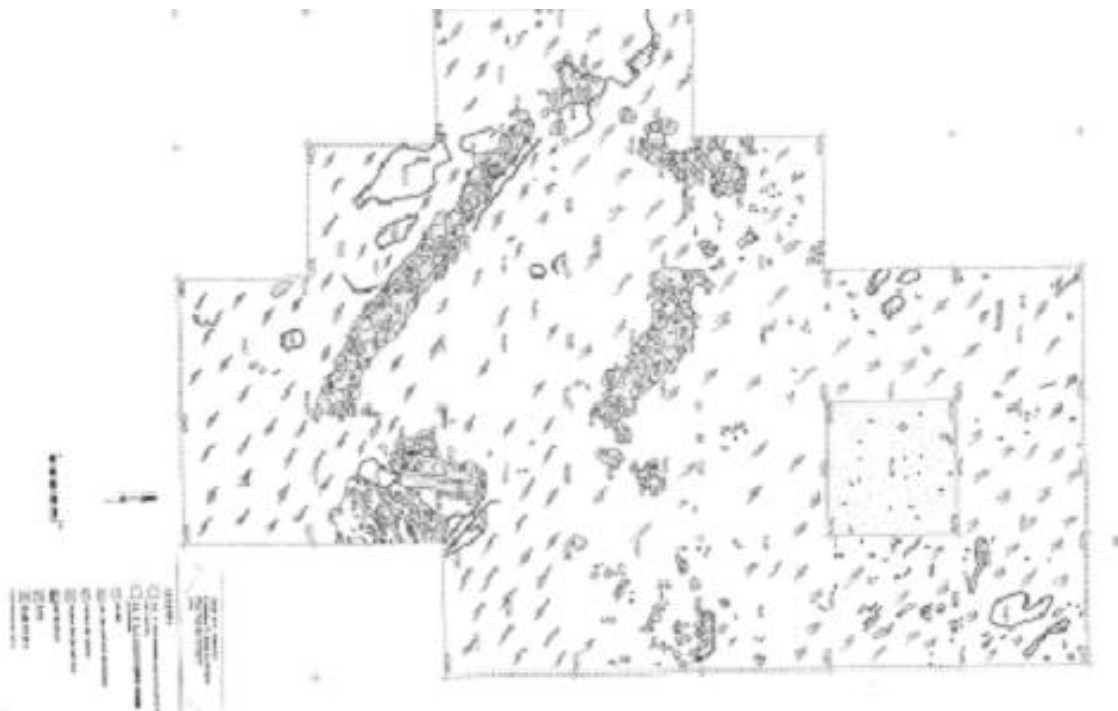


Fig. 6.2.2 – Planta final da escavação.

#### 6.2.2.1. **Estratigrafia**

A estratigrafia identificada foi comum a todas as áreas abertas, apresentando a seguinte sequência:

UE 1 - Estrato composto por terras castanhas escuras compactas, com grande concentração de pequenos fragmentos de xisto e quartzo.

UE 2 - Estrato composto por terras castanhas avermelhadas compactas e argilosas.

UE 3 - Afloramento xistoso com nódulos de quartzo.

Sendo uma constante nos vários sítios intervencionados, também aqui a estratigrafia se revelou reduzida e profundamente afectada pelos trabalhos agrícolas, demonstrando uma sequência comum às distintas áreas intervencionadas. As estruturas ficaram imediatamente expostas com a remoção da UE 1, encontrando-se praticamente à superfície do terreno.

Na Sondagem 1, após a remoção da UE 1, identificou-se um conjunto de pedras de quartzo e algumas lajes de xisto que foram posteriormente delimitadas, correspondendo a um muro de blocos de quartzo bastante destruído. Estes blocos de pequeno e médio calibre estavam ligados por um sedimento argiloso avermelhado e compunham a estrutura de orientação sudoeste-nordeste, com cerca de 0,60 m de largura e um alçado conservado de 0,18 m, definida ao longo de 1 m e terminando abruptamente.

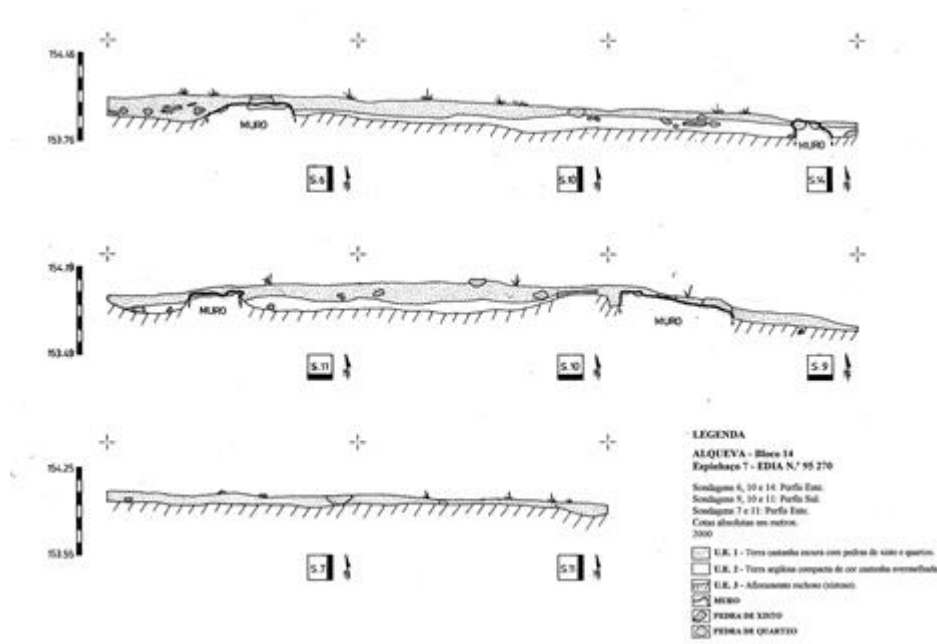


Fig. 6.2.3 – Perfis estratigráficos.

Este muro, designado como Muro I, foi identificado nas Sondagens 1, 2, 5, 6, 22 e, embora muito danificado, apresentava cerca de 3,5 m de comprimento, com uma largura média de 0,70 m. Era também evidente o seu encaixe no afloramento xistoso que se encontrava praticamente à superfície, com presença de vala de fundação, revelando sistemas de construção diversos assentes directamente sobre o afloramento e/ou com preparação do mesmo mediante um encaixe, ou rebaixamento/escavação.

Foi igualmente possível detectar a continuação desta estrutura na Sondagem 7, onde efectuava um arranque para nordeste, muito destruído, terminando de forma abrupta, numa esquina/inflexão da estrutura, de técnica construtiva similar. Esta estrutura correspondeu ao Muro III, o fecho do Muro I a noroeste, também delimitado nas Sondagens 1, 5 e 22. Apresentava-se muito destruído, por vezes praticamente inexistente, atingindo cerca de 3,60 m de comprimento e aproximadamente 0,90 m de largura.

A abertura da Sondagem 9 descobriu uma nova estrutura de pedras de quartzo, designada como Muro II. A sua orientação processava-se no sentido noroeste/sudeste o que permitiu constatar que se encontrava disposto de forma paralela ao Muro I e com este definia um ambiente/compartimento, seguindo pelas Sondagens 13 e 14, onde se encontrava melhor preservado. Possuía cerca de 6,20 m de comprimento e uma largura de 0,70 m e um alçado interior de 0,57 m. O seu estado de conservação permitiu observar que o mesmo era constituído por pedras de xisto imbricadas e dispostas em cutelo reforçando os cantos, preenchidas no seu interior por pedras de quartzo e terras argilosas, utilizando a técnica do perpianho.

Na Sondagem 9, onde fora originalmente identificado, o troço de muro apresentava uma vala de fundação escavada no afloramento rochoso com cerca de 0,20 m de profundidade.

Por último, foi identificado o Muro IV nas Sondagens 11 e 15, que correspondeu ao fecho sudeste da estrutura de contornos rectangulares. Era, sem dúvida, o muro mais destruído e encontrava-se algo deslocado da sua posição original. As suas dimensões eram igualmente reduzidas, não excedendo 1,5 m de comprimentos e os 0,60 m de largura.

As Sondagens 3, 4, 8, 10, 12, 16, 17, 18, 20, 21, 24 e 25 não revelaram a presença de estruturas conservadas, apresentando escasso espólio cerâmico.

### **6.2.2.2. *Interpretação global dos dados***

A erosão natural, acentuada pelos trabalhos agrícolas, terá contribuído para a forte destruição do sítio arqueológico, onde foram identificados diversos vestígios pétreos de uma estrutura habitacional de grandes dimensões. Era composta por quatro muros em pedra de quartzo e xisto, colmatados com um ligante argiloso (Muros I, II, III e IV) e corresponderia a um compartimento/ambiente com cerca de 19 m<sup>2</sup> de área total, alinhado numa orientação nordeste/sudeste. A extrema destruição do local não permitiu a identificação do vão de acesso a este espaço, uma vez que os alçados se encontravam conservados abaixo da cota das paredes, ao nível das fundações, factor reforçado pela largura dos mesmos.

Estes apresentavam uma técnica construtiva com recurso à colocação de blocos pétreos afeiçãoados, maioritariamente em quartzo e à técnica do perpianho, blocos imbricados, dispostos em cutelo com um enchimento interior de blocos menores e terra argilosa. Registou-se, também, a presença de valas de fundação ou preparações do afloramento para construção, em dois casos.

Igualmente notória foi a ausência de qualquer evidência de um nível de pavimento no interior da estrutura, indiciando uma possível utilização do afloramento rochoso como tal, ou a extrema destruição do local, marcada nas próprias estruturas, na ausência de outras construções domésticas e na escassez de materiais cerâmicos recolhidos no seu interior.

### **6.2.3. *Espólio***

A escavação do sítio designado como Espinhaço 7 permitiu reunir um número escasso de peças, 37 fragmentos, recolhido em oito das sondagens executadas, dos quais quase metade corresponde a materiais de construção. Trata-se, portanto, de um conjunto pouco representativo em termos estatísticos pelo diminuto peso da amostra em estudo.

Pese ao seu escasso significado quantitativo, podemos concluir que o espólio cerâmico corresponde a um contexto rural da Alta Idade Média, onde predominariam as produções locais de utensílios básicos para armazenamento e preparação dos alimentos de um pequeno grupo camponês.

#### **6.2.4. Conclusão**

Apesar da destruição verificada, o sítio em questão revela algum interesse, sobretudo pela estrutura de *habitat* detectada, bem como pelo espólio cerâmico exumado caracterizado por uma diminuta quantidade, extrema fragmentação e grande simplicidade técnica factos que, no seu conjunto, impedem de extrair conclusões fiáveis. No entanto, a forte presença de fabricos manuais e de torneado lento, e de cozeduras redutoras e irregulares, assim como a presença de um fragmento de tégula, levam-nos a atribuir uma cronologia imprecisa na Alta Idade Média para o conjunto que poderíamos enquadrar entre os século VI e VIII.

Por outro lado, a proximidade deste sítio arqueológico com os sítios Espinhaço 4, Espinhaço 5 e Espinhaço 11, *habitats* que se implantaram junto da mesma linha de água secundária, revela-se extremamente importante para uma tentativa/proposta de explicação do modelo de povoamento rural na região, no período que nos propomos a estudar.

### **6.3. Espinhaço 11**

#### **6.3.1. Introdução**

Os trabalhos arqueológicos no sítio Espinhaço 11 foram efectuados em Junho de 1999, integrados no conjunto das intervenções realizadas nas ocorrências do Quadro Geral de Referência afectas ao Bloco 14.

A intervenção arqueológica teve como principal objectivo efectuar uma avaliação do potencial arqueológico do local e aferir a sua funcionalidade e cronologia, mediante a identificação de (eventuais) estruturas e níveis arqueológicos preservados.

Administrativamente, o local pertencia à freguesia de Campinho, presente União de Freguesias de Campo e Campinho, concelho de Reguengos de Monsaraz, distrito de Évora, encontrando-se identificado com o número de inventário da EDIA n.º 95274 e com o CNS 16356, sendo descrito como um *habitat* de cronologia Medieval.

As informações disponíveis indicavam que o local correspondia ao topo de uma pequena elevação, sobranceira a pequena linha de água, onde eram visíveis, à superfície e em pequena área, restos de cerâmica de construção (telha grossa) e pouco material, dispersos por cerca de 150 m<sup>2</sup> (Silva, 1996).

Na fase de prospecção/reavaliação do sítio, observaram-se à superfície elementos pétreos de xisto e quartzo de dimensões variadas, além de alguma mas muito fragmentada

cerâmica de construção, apontando para uma eventual existência de estruturas. Sublinhe-se que o terreno apresentava marcas constituídas por sulcos efectuados pelas lavras, um pouco por toda a elevação aplanada do local, localizado sobre um pequeno vale de uma linha de água sazonal. A vegetação era composta por montado disperso de azinho e algum pasto muito esparso.

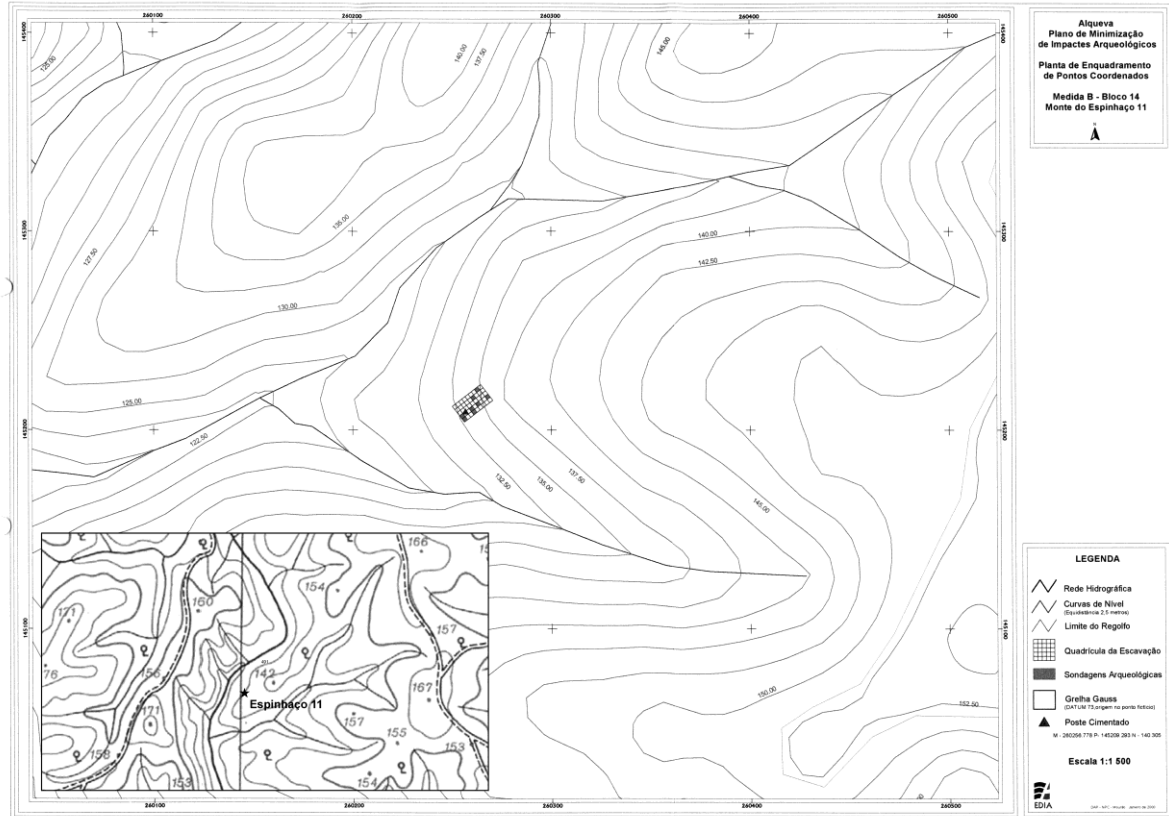


Fig. 6.3.1 – Localização na CMP 491 e levantamento topográfico com implantação das sondagens.

### 6.3.2. Trabalhos arqueológicos

O programa de trabalhos estabeleceu a realização de sondagens arqueológicas nas áreas de maior concentração de materiais e de elementos pétreos, na tentativa de delimitação de estruturas eventualmente existentes. Para o efeito, foram implantadas quatro sondagens de 2x2 m e duas outras de 4x2 m, georreferenciadas à Rede Geodésica Nacional.



Fot. 6.3.1 – Vista para nordeste do enquadramento paisagístico do sítio durante a escavação. Sondagem 4 em primeiro plano.

### 6.3.2.1. Estratigrafia

Como acima referimos, a estratégia de intervenção tomou em consideração a pendente da plataforma e a zona de maior concentração dos materiais de superfície, onde foram escavadas seis sondagens que revelaram uma potência estratigráfica diminuta, com três unidades estratigráficas homogêneas de cerca de 10 a 20 cm de espessura no seu todo. Não foi detectado qualquer tipo de estrutura ou seus vestígios preservados, e o espólio cerâmico encontrava-se muito fragmentado. Os trabalhos de lavoura parecem ter aqui afectado o sítio de forma total.

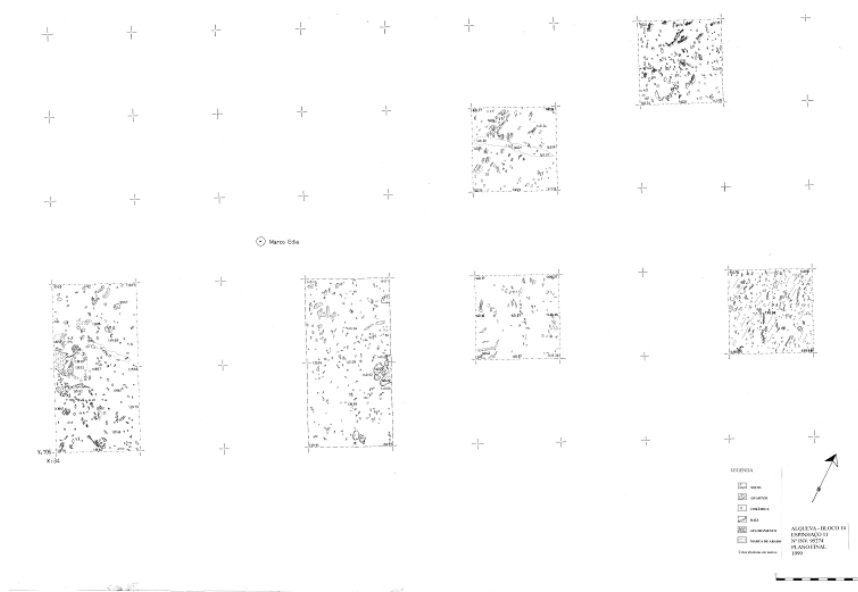


Fig. 6.3.2 – Planta geral final das sondagens intervencionadas.



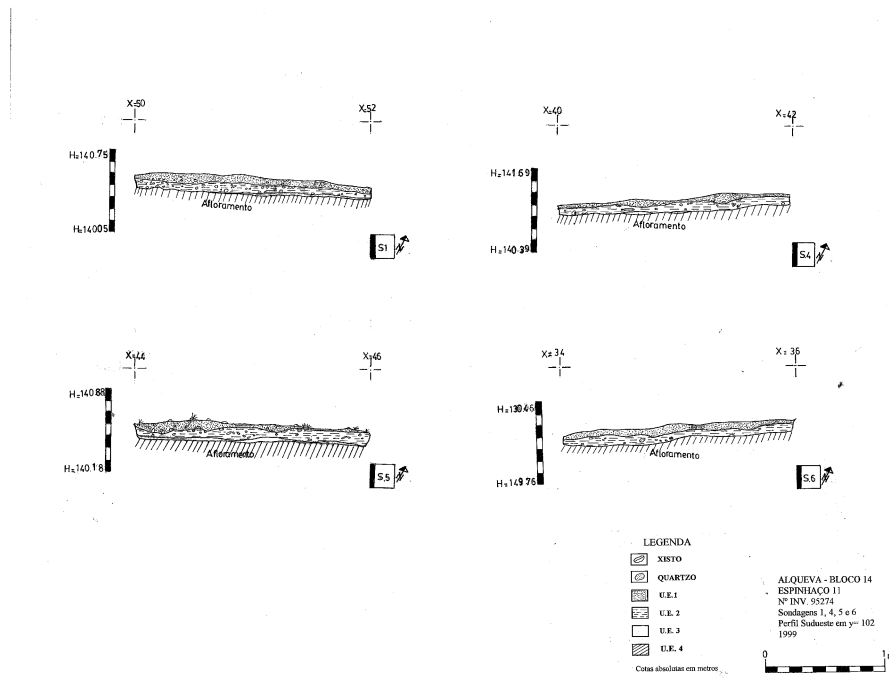


Fig. 6.3.3 – Perfis estratigráficos.

A sequência estratigráfica apresentada nas seis sondagens estabelecidas foi a seguinte:

UE1 - Terras castanhas escuras, com pedras de xisto e quartzo de pequena e média dimensão. Na Sondagem 3, apresentava um tom mais claro, com características menos homogéneas e na Sondagem 6 revelava grande concentração de blocos de quartzo.

UE2 - Terras de cor castanha média, compactas e com alguns fragmentos de xisto e quartzo. Nas Sondagens 4 e 5 esta camada encontrava-se muito remexida, logo pouco compacta e homogénea. Na Sondagem 6 este estrato possuía um tom castanho-escuro, revolvido e com alguns fragmentos de xisto.

UE3 - Afloramento xistoso, bastante fragmentado, sendo visíveis na Sondagem 6 as marcas dos sulcos da lavra.

### 6.3.3. Espólio

O material recolhido na estação Espinhaço 11 é quantitativamente diminuto, com um conjunto de entradas na base de dados na ordem dos 34 fragmentos cerâmicos (cerca de 16 reportando a materiais de construção, telhas, tijolos, etc.), correspondendo a um número mínimo de 18 indivíduos cerâmicos.

Como no caso do Espinhaço 7, a escassez do espólio cerâmico impede-nos de tirar conclusões fiáveis. No entanto, as características técnicas do conjunto permitem descrevê-

lo como o espólio de um grupo camponês da Alta Idade Média com reduzidas relações com meios urbanos.

#### **6.3.4. Conclusão**

As práticas agrícolas com lavras dos solos até à rocha base levaram-nos a constatar que da existência de um *habitat*, somente restava o material que eventualmente constituiu os muros da estrutura, como pedras em quartzo e xisto, e a cerâmica de construção constituída por fragmentos de telha.

Por estas razões não foi possível obter os dados mínimos para a sua caracterização embora possamos propor uma cronologia imprecisa, situada na Alta Idade Média, apoiando-nos na elevada percentagem de fabricos manuais e de torneado lento.

### **6.4. Monte Roncanito 13**

#### **6.4.1. Introdução**

Os trabalhos arqueológicos no sítio Monte Roncanito 13 foram efectuados em Maio de 1999, integrados no conjunto das intervenções realizadas nas ocorrências do Quadro Geral de Referência afectas ao Bloco 14.

A intervenção arqueológica teve como principal objectivo efectuar uma avaliação do potencial arqueológico do local e aferir a sua funcionalidade e cronologia, mediante a identificação de (eventuais) estruturas e níveis arqueológicos preservados.

Administrativamente, o local pertencia à freguesia de Campo, actual União de Freguesias de Campo e Campinho, concelho de Reguengos de Monsaraz, distrito de Évora, encontrando-se identificado com o número de inventário da EDIA n.º 95299 e com ao CNS 16349, e considerado um *habitat* Medieval/Moderno.

Situado na margem esquerda do Rio Guadiana, o sítio Monte Roncanito 13 localizava-se na Herdade do Roncão, a escassos metros do Monte Roncanito, numa encosta suave de uma elevação virada a um pequeno vale de uma linha de água sazonal. A sua localização, relativamente à área envolvente, permitia um relativo domínio da paisagem.

Na fase de prospecção/avaliação, o local encontrava-se coberto de estevas e vegetação arbustiva, observando-se apenas escassos fragmentos de cerâmica de construção e comum, numa área de cerca de 150 m<sup>2</sup> e algumas pedras de xisto e quartzo de calibre diverso.

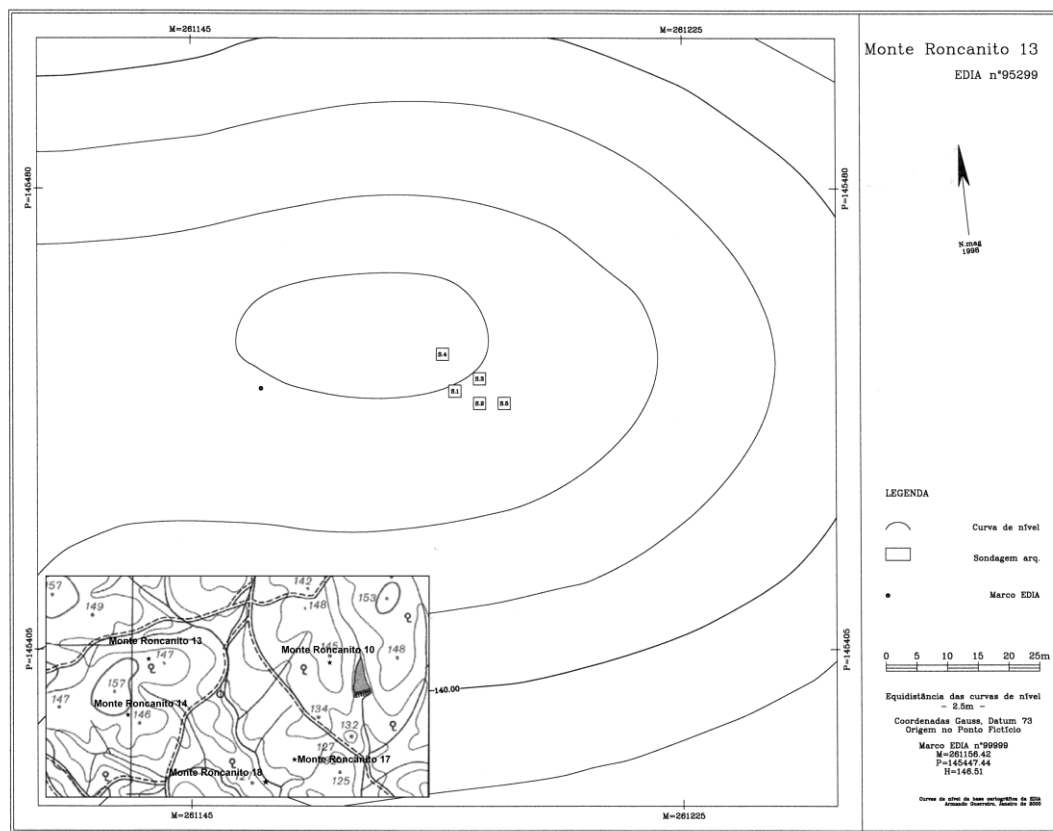


Fig. 6.4.1 – Localização na CMP 491 e levantamento topográfico com implantação das sondagens.

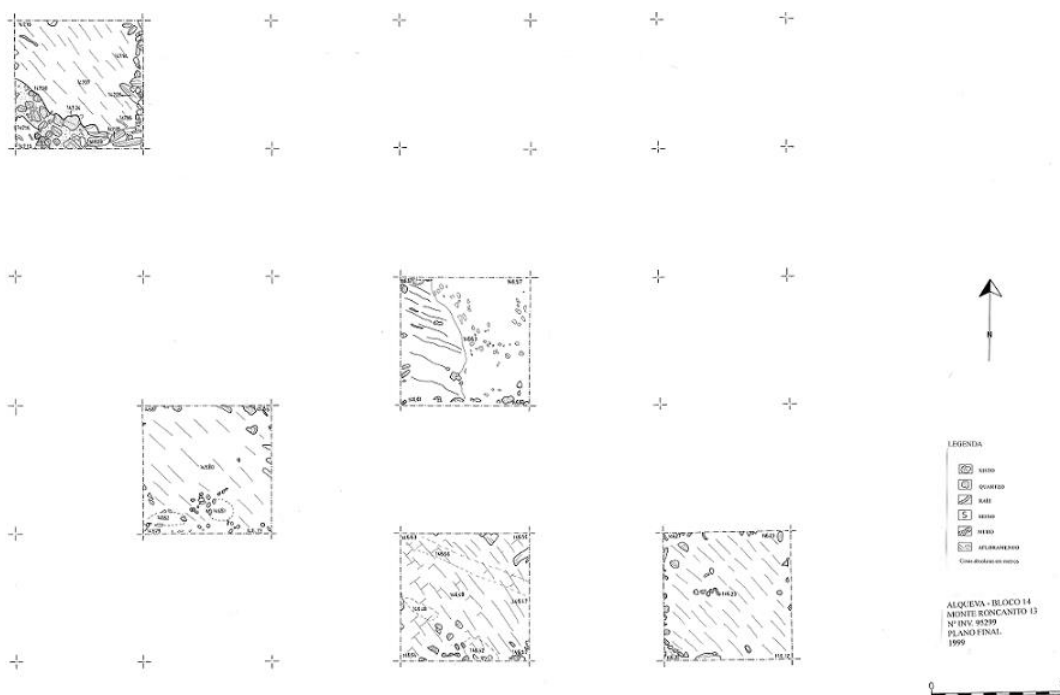


Fig. 6.4.2 – Planta geral final das sondagens intervencionadas.

#### **6.4.2. Trabalhos arqueológicos**

Foi estabelecido um programa de trabalhos a fim de avaliar o potencial arqueológico do local e aferir da presença de níveis e estruturas arqueológicas preservados mediante a realização de sondagens arqueológicas. Foram efectuadas cinco sondagens de 2x2 m, georreferenciadas à Rede Geodésica Nacional.

##### **6.4.2.1. Estratigrafia**

Em seguida é apresentada a estratigrafia das sondagens efectuadas, segundo a ordem de intervenção.

##### **6.4.2.1.1. Sondagem 2**

UE 1 - Terras castanhas, não muito escuras, soltas, com cerca de 2 cm de espessura.

UE 2 - Terras castanhas claras, algo compactadas, com relativa concentração de pequenas pedras de xisto, com cerca de 10/15 cm de espessura.

UE 3 - Bolsa de terras castanhas avermelhadas com cerca de 30 cm de diâmetro, argilosas e muito compactadas, com grande concentração de cerâmica na sua composição.

UE 4 - Afloramento xistoso de base.

##### **6.4.2.1.2. Sondagem 3**

UE 1 - Terras castanhas não muito escuras, soltas, cobertas por vegetação rasteira, com cerca de 2 cm de espessura. Igual às UE 1 das restantes sondagens.

UE 2 - Terras castanhas claras, algo compactadas, com relativa concentração de pequenas pedras de xisto, bem como numerosos fragmentos de cerâmica de construção, com cerca de 10/15 cm de espessura. Idêntica à UE 2 das Sondagens 2, 5, 1 e 4.

UE 3 - Terras castanhas amareladas, muito compactadas, com grande concentração de cerâmica de construção na sua composição, algo semelhantes à UE 3 da Sondagem 2.

UE 4 - Afloramento xistoso de base, que apresentava bastantes veios de quartzo. Refira-se a presença de marcas, provavelmente provocadas pela intensa actividade agrícola.

##### **6.4.2.1.3. Sondagem 5**

UE 1 - Terras castanhas não muito escuras, soltas e com bastantes pedras de xisto e quartzo de médio e grande calibre.

UE 2 - Terras castanhas claras, algo compactadas, com relativa concentração de pequenas pedras de xisto, com cerca de 10/15 cm de espessura.

UE 3 - Afloramento xistoso que apresentou, tal como nas anteriores sondagens marcas da actividade agrícola.

#### **6.4.2.1.4. Sondagem 1**

UE 1 - Terras castanhas não muito escuras, soltas, cobertas por vegetação rasteira.

UE 2 - Terras castanhas claras, algo compactadas, com relativa concentração de pequenas pedras de xisto.

UE 3 - Terras alaranjadas, bastante compactadas, quase sem fragmentos de xisto e com relativa concentração de cerâmica de construção na sua composição.

UE 4 - Afloramento xistoso.

#### **6.4.2.1.5. Sondagem 4**

UE 1 - Terras castanhas não muito escuras, soltas, cobertas por vegetação rasteira.

UE 2 - Terras castanhas claras, algo compactadas, com relativa concentração de pedras de xisto de calibre diverso.

UE 3 - Terras semelhantes às da UE 2, embora mais soltas, com grande concentração de pedras de xisto de calibre diverso.

UE 4 - Terras castanhas amareladas, muito compactadas, sem fragmentos de xisto na sua composição.

UE 5 - Afloramento xistoso.



Fot. 6.4.1 – Sondagem 4, UE 3.

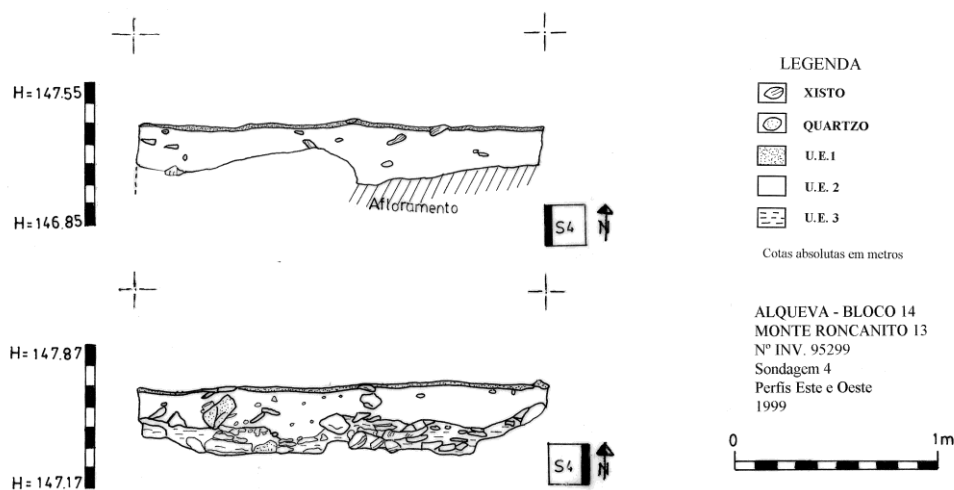


Fig. 6.4.3 – Sondagem 4, perfis estratigráficos.

#### 6.4.2.2. Interpretação

A estratigrafia observada nas sondagens executadas leva-nos a atestar, antes de mais, o elevado grau de destruição do sítio arqueológico, com as marcas da lavra mecânica definidas no afloramento rochoso um pouco por todas as sondagens efectuadas, a condicionar uma leitura precisa das realidades estratigráficas observadas.

Não obstante, a continuidade estratigráfica da UE 2, detectada em praticamente todas as sondagens, com a presença constante de materiais cerâmicos, elementos pétreos e a homogeneidade do próprio estrato, parecem apontar para um eventual nível de destruição de um pequeno *habitat*, atestado pelos vestígios residuais de uma estrutura identificada na Sondagem 4. Nesta sondagem foram identificados diversos blocos de xisto e quartzo bem como alguns fragmentos de cerâmica de construção que constituíam o nível de destruição. A desmontagem deste nível permitiu observar um pequeno troço de um muro (Estrutura I) de orientação este/oeste, efectuado em blocos de quartzo de pequeno e médio calibre, imbricados e colmatados com terra argilosa, muito danificado. Conservava-se no limite sul da sondagem onde se encontrava uma árvore, cujas raízes impediram a sua destruição e assentava directamente sobre o afloramento rochoso, apresentando uma largura de cerca de 0,70 m.

Sublinhe-se ainda, na Sondagem 2, o estrato designado como UE 2, interpretado então como os restos de um possível pavimento ou revestimento que assentava directamente sobre o afloramento rochoso. Apesar da exiguidade dos vestígios, o tipo de estrato argiloso e a diversidade do espólio cerâmico a ele associado, reforçam esta ideia.

### 6.4.3. Espólio

Nesta estação os artefactos recolhidos foram pouco numerosos. Registam-se 128 entradas na base de dados, a maior parte das quais, 121 fragmentos, correspondem a materiais cerâmicos que se agrupam num número mínimo de 103 indivíduos, dos quais 20 são materiais de construção.

Trata-se do espólio habitual numa comunidade rural da Alta Idade Média, executado na sua maior parte com técnicas toscas, próprias de fabricos locais e com um reportório funcional adaptado às necessidades de armazenamento e preparação dos alimentos do grupo camponês.

A fragmentação dos objectos dificulta a sua seriação tipológica, no entanto é possível reconhecer algumas formas de panela de perfil em “S” pouco pronunciada (Fig. 6.4.4), que encontramos também na estação de Cabeçana 4, com paralelos datados do século VI em Córdoba (Fuertes & Hidalgo, 2003, fig. 8 e 9) e em El Gatillo e em Alcuescar em Cáceres (Caballero & Sanz, 1999, 229, fig. 2 e 234-236), mas que também aparecem nos séculos VIII-IX em Pozo Cañada, Mérida (Heras & Gilotte, 2008, fig. 9). O fragmento de cincho (Fig. 6.4.4, n.º 6) assemelha-se a um outro fragmento encontrado na estação de Monte Roncanito 10, que foi datado dos séculos IX-XI.

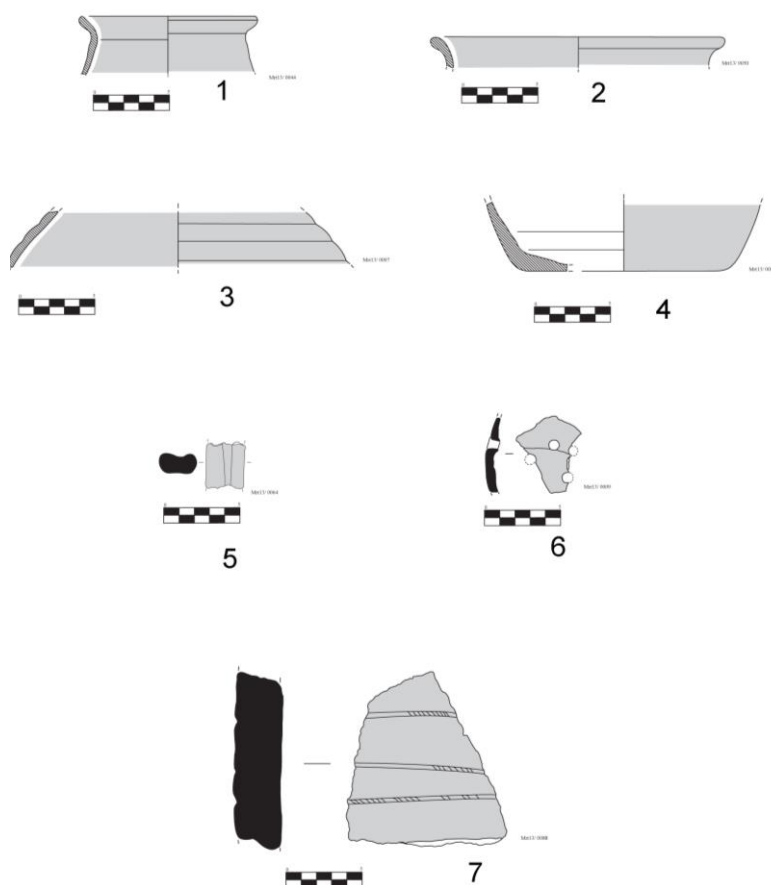


Fig. 6.4.4 – Principais peças.

#### **6.4.4. Conclusão**

Apesar da destruição verificada, o sítio em questão revela algum interesse arqueológico, não só pelo espólio cerâmico exumado, mas igualmente pela estrutura pétreia detectada.

Podemos apontar uma cronologia da transição entre a Antiguidade Tardia e o Período Islâmico, possivelmente centrada à volta dos séculos VIII-IX, de uma comunidade rural com reduzidas relações de intercâmbio com os meios urbanos mais próximos.

Por outro lado, a proximidade deste sítio com o sítio do Monte Roncanito 14, levamos a suspeitar de um efectivo núcleo de pequenos casais rurais, que apesar do grau de destruição, não deixam de ser importantes para uma tentativa/proposta de explicação do modelo de povoamento rural na região em questão na Alta Idade Média.

#### **6.5. Monte Roncão 13**

##### **6.5.1. Introdução**

Os trabalhos arqueológicos no sítio designado como Monte Roncão 13 foram efectuados em Julho de 1999, integrados no conjunto das intervenções realizadas nas ocorrências do Quadro Geral de Referência afectas ao Bloco 14.

A intervenção arqueológica teve como principal objectivo a avaliação da importância do sítio e o seu potencial arqueológico através da identificação de níveis e estruturas arqueológicas preservadas e da interpretação da sua funcionalidade.

Administrativamente, o local pertencia à freguesia de Campo, actual União de Freguesias de Campo e Campinho, concelho de Reguengos de Monsaraz, distrito de Évora, encontrando-se identificado com o número de inventário da EDIA n.º 95386 e com o CNS 16362, como um *habitat Medieval*.

Situado na margem esquerda do Rio Guadiana, o sítio do Monte Roncão 13 localiza-se na Herdade de Ceuta, no topo de um cabeço sobranceiro a um caminho vicinal que atravessa a referida herdade.

A sua localização, relativamente à área envolvente, permite um excelente domínio da paisagem e um fácil acesso ao Guadiana, do qual dista poucos metros, encontrando-se relativamente perto do actual Monte Roncão, a cerca de 200 m e dos sítios arqueológicos do Monte Roncão 10 e 12.

No reconhecimento do local observava-se, no topo da plataforma, um grande moroiço composto por muitas pedras de xisto e quartzo de calibre diverso, a par com inúmeros materiais cerâmicos de construção à superfície do terreno, confirmando as informações já compiladas sobre o sítio que referiam (Silva, 1996): «No topo de pequena



elevação, encontra-se à superfície muitas pedras juntas, cerâmica de construção (telha grossa) e comum, numa área de 200 m<sup>2</sup>, talvez mais do que uma pequena casa».

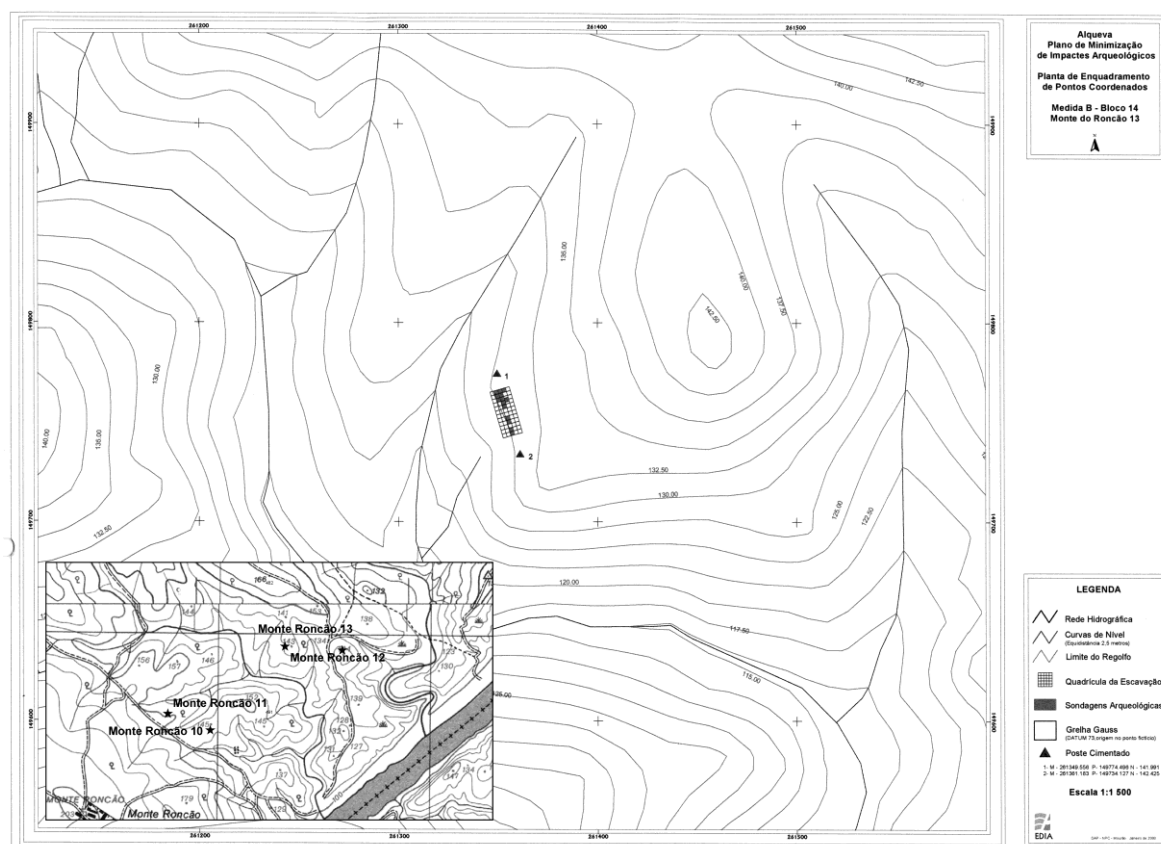


Fig. 6.5.1 – Localização na CMP 491 e levantamento topográfico com implantação da quadrícula.

## 6.5.2. Trabalhos arqueológicos

Após a limpeza do terreno, foi instalado o sistema de referência orientado a noroeste, a partir do qual se marcaram as sondagens arqueológicas nas áreas de maior concentração de materiais à superfície. Foram inicialmente escavadas quatro sondagens de 2x4 m (Sondagens 1, 2, 3 e 4). Após a desmontagem de parte do moroiço, foram acrescentadas e intervencionadas cinco novas sondagens: uma sondagem de 2x4 m (Sondagem 5) e quatro sondagens de 2x2 m (Sondagens 6, 7, 8 e 8).

### 6.5.2.1. Estratigrafia

#### 6.5.2.1.1. Sondagem 1

UE 1 - Terras húmusas castanhas claras, soltas, com relativa concentração de pedras de xisto e quartzo de pequeno calibre.

UE 2 - Terras castanhas claras, compactadas, com grande concentração de fragmentos de xisto e quartzo.

UE 3 - Afloramento xistoso.

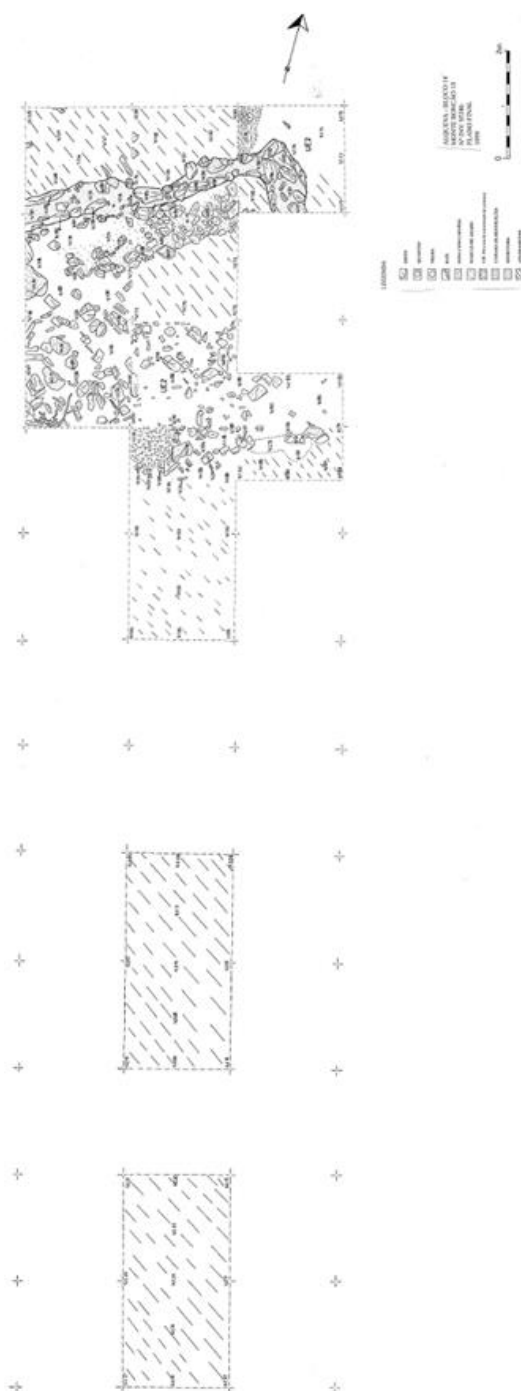


Fig. 6.5.2 – Planta geral final das sondagens intervencionadas.

A escavação da UE 2 destacou um conjunto de pedras de xisto e quartzo que sugeriam um eventual nível de destruição de uma estrutura, com cerâmica de construção associada (Muro A), que após a remoção deixou antever vestígios de um muro pétreo bastante destruído, formado por um pequeno alinhamento de pedras de xisto e quartzo no sentido este/oeste, com cerca de 2 m de comprimento, cerca de 0,40 m de largura e um alçado conservado entre os 0,15 a 0,20 m..

A sua construção era efectuada com pedras de xisto e quartzo de médio calibre, colmatadas com terra argilosa e apresentava as duas faces bem definidas, evidenciando dois espaços/ambientes distintos.

#### **6.5.2.1.2. Sondagem 2**

UE 1 - Terras húmosas castanhas claras, soltas, com relativa concentração de pedras de xisto e quartzo de pequeno calibre.

UE 2 - Terras castanhas claras, compactadas, com grande concentração de fragmentos de xisto e quartzo.

UE 3 - Afloramento xistoso.

UE 4 - Terras de cor castanha mais escura, compactadas e bem depuradas.

A escavação desta sondagem permitiu definir no seu limite nordeste vestígios de um outro muro também em quartzo e xisto. Com a escavação da UE 2 foi detectado um conjunto de pedras de xisto imbricadas, preenchido com terras muito depuradas, a UE 4, que sugeriam tratar-se, numa primeira fase de uma estrutura de combustão/lareira; a abertura da Sondagem 8 confirmou tratar-se de um outro muro paralelo ao Muro A da Sondagem 1, o Muro B, com a mesma orientação este/oeste. As terras da UE 4 correspondiam, desta forma, a parte do enchimento do mesmo. A sua presença alinhada com o Muro A reforça a ideia dos dois espaços previamente já destacados na Sondagem 1, designados agora de ambientes: Ambiente 1, correspondente ao espaço limitado pelos Muros A e B, e Ambiente 2, definido pelo limite do Muro A, correspondendo eventualmente uma área de exterior da estrutura arquitectónica.

Do espólio exumado, apenas se destacaram alguns elementos de cerâmica de construção.



*Fot. 6.5.1 – Vista geral da área intervencionada para sudeste. Em primeiro plano o Muro A e os Ambientes 1 e 2.*

#### **6.5.2.1.3. Sondagens 3 e 4**

UE 1 - Terras húmusas castanhas claras, soltas, com relativa concentração de pedras de xisto e quartzo de pequeno calibre.

UE 2 - Terras castanhas claras, compactadas, com grande concentração de fragmentos de xisto e quartzo.

UE 3 - Afloramento xistoso.

A potência estratigráfica das Sondagens 3 e 4 foi muito reduzida, não se observando quaisquer vestígios de estruturas ou espólio.

#### **6.5.2.1.4. Sondagem 5**

UE 1 - Terras húmusas castanhas claras, extremamente soltas e revolvidas pela desmontagem parcial do moroiço pétreo.

UE 2 - Terras castanhas claras, soltas, com grande concentração de fragmentos de xisto e quartzo.

UE 3 - Afloramento xistoso.

A Sondagem 5 foi marcada após desmontagem parcial do enorme moroiço que se encontrava área oeste da estação, com o intuito de definir a continuação, a sudoeste, do Muro A da Sondagem 1. Com efeito, logo no limite sudoeste da sondagem destacou-se o nível de destruição das Sondagens 1 e 2, formado igualmente por grande concentração de blocos de xisto e quartzo de grandes dimensões, associados a quantidade bastante significativa de cerâmica de construção. Sob este, no quadrante sudoeste da sondagem, foi definido um alinhamento pétreo formado por duas lajes de xisto alinhadas na direcção nordeste, constituíam parte do Muro B identificado na Sondagem 2.

#### **6.5.2.1.5. Sondagem 6**

UE 1 - Terras húmusas castanhas claras, extremamente soltas e revolvidas pela desmontagem parcial das pedras do moroiço.

UE 2 - Terras castanhas claras, soltas, com grande concentração de fragmentos de xisto e quartzo e alguns carvões.

UE 3 - Afloramento xistoso.

Adossada à Sondagem 5, nesta sondagem definiu-se a continuação do Muro A para sudoeste, associado a uma grande concentração de cerâmica de construção, localizada no espaço que considerámos como sendo o exterior do Muro A, o Ambiente 2.

#### **6.5.2.1.6. Sondagem 7**

UE 1 - Terras húmusas castanhas claras, soltas, com relativa concentração de pedras de xisto e quartzo de pequeno calibre.

UE 2 - Terras castanhas claras, compactadas, com grande concentração de fragmentos de xisto e quartzo.

UE 3 - Afloramento xistoso.

Com a escavação da UE 2 foi identificada a continuação do Muro A e o seu respectivo canto inflectido para sudeste. Apesar de muito destruído, o seu alinhamento era claramente perceptível, encontrando-se, uma vez mais, associado a uma grande concentração de cerâmica de construção, localizada no espaço que considerámos como sendo o Ambiente 2, área exterior da estrutura.

#### **6.5.2.1.7. Sondagem 8**

A Sondagem 8 foi efectuada em área contígua à Sondagem 2, apresentando a mesma sequência estratigráfica e a continuação dos vestígios aí detectados, isto é, a continuação do Muro B para norte, e o seu alinhamento paralelo com o Muro A, cujo enchimento era caracterizado pela UE 4.

#### **6.5.2.1.8. Sondagem 9**

UE 1 - Terras húmidas castanhas claras, soltas, com relativa concentração de pedras de xisto e quartzo de pequeno calibre.

UE 2 - Terras castanhas claras, compactas, com grande concentração de fragmentos de xisto e quartzo.

UE 3 - Afloramento xistoso.

A escavação desta sondagem, a norte das Sondagens 2 e 8, pretendia identificar o eventual prolongamento para norte do Muro B. A estratigrafia observada revelou-se muito alterada e foram poucos os vestígios da continuação deste muro. O facto do afloramento rochoso estar muito superficial nesta zona, leva a crer que o muro terá sido completamente destruído pelos trabalhos agrícolas.



*Fot. 6.5.2 – Sondagem 6, U.E. 2 e 3.*

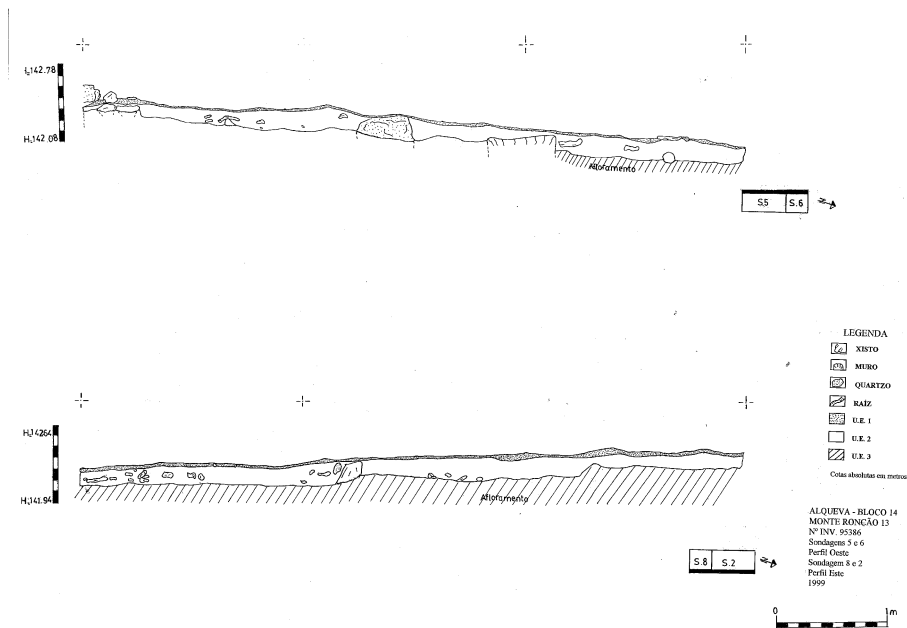


Fig. 6.5.3 – Perfis estratigráficos.

### 6.5.2.2. Interpretação

A escassa estratigrafia do local, aliada ao revolvimento e destruição causados pelos trabalhos agrícolas, inibiram uma leitura clara das estruturas observadas no sítio do Monte Roncão 13. Os vestígios observados corresponderam a restos de muros de construção em pedra de xisto e quartzo com terra argilosa, constituintes de um pequeno complexo rural. Este complexo, de planta ortogonal, ainda que pouco caracterizado, possuía um espaço marcadamente interior, Ambiente 1 e uma eventual área secundária, identificada como Ambiente 2.

No Ambiente 1, esta estrutura achava-se reforçada pela presença de um segundo muro, paralelo ao muro que delimitava a estrutura arquitectónica, que poderá ter funcionado como um reforço efectivo da estrutura inicial ou um embasamento mais forte, ou ainda, apresentar um tipo de utilização relacionado com o apoio às actividades domésticas, como estrutura secundária do tipo banco ou poial, com amplos paralelos documentados na região em contextos coevos.

Já o Ambiente 2, interpretado na fase de escavação como exterior da estrutura habitacional, apresentava abundância de material de construção, em zona contígua ao muro de limite da estrutura, que poderá corresponder ao derrube da cobertura/telhado do interior ou a uma possível área de logradouro da dita estrutura.

Em virtude da exiguidade dos vestígios, será o pouco espólio cerâmico recolhido o único fóssil director para podermos avançar para uma cronologia Medieval do sítio.

### **6.5.3. Espólio**

Nesta estação os artefactos recolhidos foram muito pouco numerosos. Registaram-se 86 entradas na base de dados, a maior parte das quais, 84 fragmentos, correspondem a materiais cerâmicos e apenas duas a outro tipo de materiais. As cerâmicas, por sua vez, agrupam-se num número mínimo de 33 indivíduos. Tendo isto em conta os dados estatísticos que se seguem devem ser tomados com muita precaução.

É difícil extrair conclusões fiáveis de um número tão reduzido de cerâmicas, no entanto, atendendo aos dados disponíveis, o conjunto caracteriza-se pela sua extrema pobreza. Trata-se de produções de carácter local que utilizam barros da zona e técnicas simples. O reportório formal servia as necessidades de um grupo rural que utilizava essencialmente vasilhas que lhes permitissem armazenar os produtos agrícolas e água. A ausência de objectos destinados a ir ao fogo, especialmente panelas, pode dever-se ao acaso, mas podemos especular sobre a possibilidade de se tratar de um espaço de ocupação sazonal, motivo pelo qual não se utilizariam em abundância objectos para a transformação de alimentos.

### **6.5.4. Conclusão**

Pese embora o elevado grau de destruição do sítio, foi possível detectar estruturas de *habitat* bem organizadas, com construções que conformavam dois ambientes, um deles, claramente interior, complementado com um elemento de reforço estrutural ou de apoio tipo banco ou poial. O segundo Ambiente poderia tratar-se de uma estrutura semiaberta, tipo alpendre.

No que diz respeito à cronologia, não contamos com nenhum marcador significativo que permita datar o conjunto. A ausência destes marcadores obriga a recorrer apenas as características técnicas do espólio, que se assemelham a outros conjuntos da transição entre a Antiguidade Tardia e a Alta Idade Média tanto na caracterização das pastas, como das formas de modelação e cozedura, com uma amplitude cronológica situada entre o séculos VII e X.

## **6.6. Monte Roncanito 10**

### **6.6.1. Introdução**

Os trabalhos arqueológicos no sítio Monte Roncanito 10 foram efectuados em Outubro de 1998, integrando o conjunto das ocorrências do Quadro Geral de Referência afectas ao Bloco 14.

A intervenção arqueológica teve como principal objectivo efectuar uma avaliação do potencial arqueológico do local e aferir a sua funcionalidade e cronologia, mediante a identificação de (eventuais) estruturas e níveis arqueológicos preservados.

Administrativamente, o local pertencia à freguesia de Campo, actual União de Freguesias de Campo e Campinho, concelho de Reguengos de Monsaraz, distrito de Évora, encontrando-se identificado com o número de inventário da EDIA n.º 95295 e com o CNS 13604, tendo-lhe sido atribuída cronologia Medieval.

O sítio identificado na fase de prospecção/reavaliação localizava-se no topo de uma pequena elevação alongada a norte, situada junto a um pequeno vale, detectando-se numa extensão de cerca de 150 m, uma grande quantidade de pedras de grandes dimensões, sobretudo xistos e quartzitos. Apesar de não se encontrarem vestígios de muros, a avaliação das plataformas onde a concentração de pedras era superior, tornava propícia a sua investigação. Foram assim delimitados três núcleos, onde se efectuou um conjunto de sondagens com o objectivo de avaliar e recolher dados que permitissem reconhecer o potencial arqueológico do local.

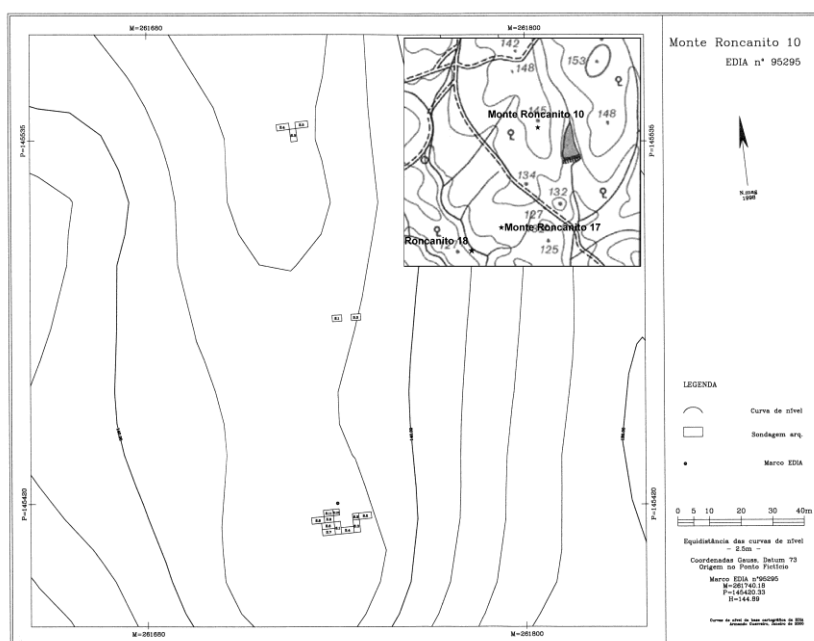


Fig. 6.6.1 – Localização na CMP 491 e levantamento topográfico com implantação das sondagens.

### 6.6.2. Trabalhos arqueológicos

No reconhecimento e reavaliação do sítio, foi identificada a face de um muro escondido sob a vegetação, no topo do qual se encontrava o tronco cortado de uma árvore. Estabeleceu-se um programa de sondagens condicionado pela delimitação e escavação de parte das estruturas. Delimitaram-se assim, sondagens de dimensões diferenciadas de 2x2 m, 2x4 m e 2x3 m, estabelecidas em função dos alinhamentos das estruturas e georreferenciadas à Rede Geodésica Nacional.



Apesar de a estação ser referida à partida como apenas um sítio, na área envolvente foram identificados e intervencionados simultaneamente três núcleos distintos, que, para efeitos de registo foram designados como Monte Roncanito 10, Monte Roncanito 10A e Monte Roncanito 10B.

O Monte Roncanito 10 correspondeu assim à zona de concentração de vestígios na zona central da elevação; o Monte Roncanito 10A ao núcleo a norte deste, distando cerca de 60 m e, por último, o Monte Roncanito 10B, ao conjunto de vestígios observado a cerca de 135 m do primeiro, igualmente a norte deste.

Passamos a descrever os trabalhos arqueológicos efectuados em cada núcleo.

#### 6.6.2.1. Monte Roncanito 10

Como referido, o Monte Roncanito 10 constitui o núcleo central deste conjunto, localizando-se na área de topo da plataforma aplanada, virada a norte. Foram aí implantadas 11 sondagens arqueológicas.

A potência estratigráfica revelou-se extremamente reduzida, atingindo no seu todo, cerca de 0,20 m. Compreendia basicamente três estratos: UE 1, UE 2 e UE 3, reconhecidos na maioria das sondagens efectuadas.

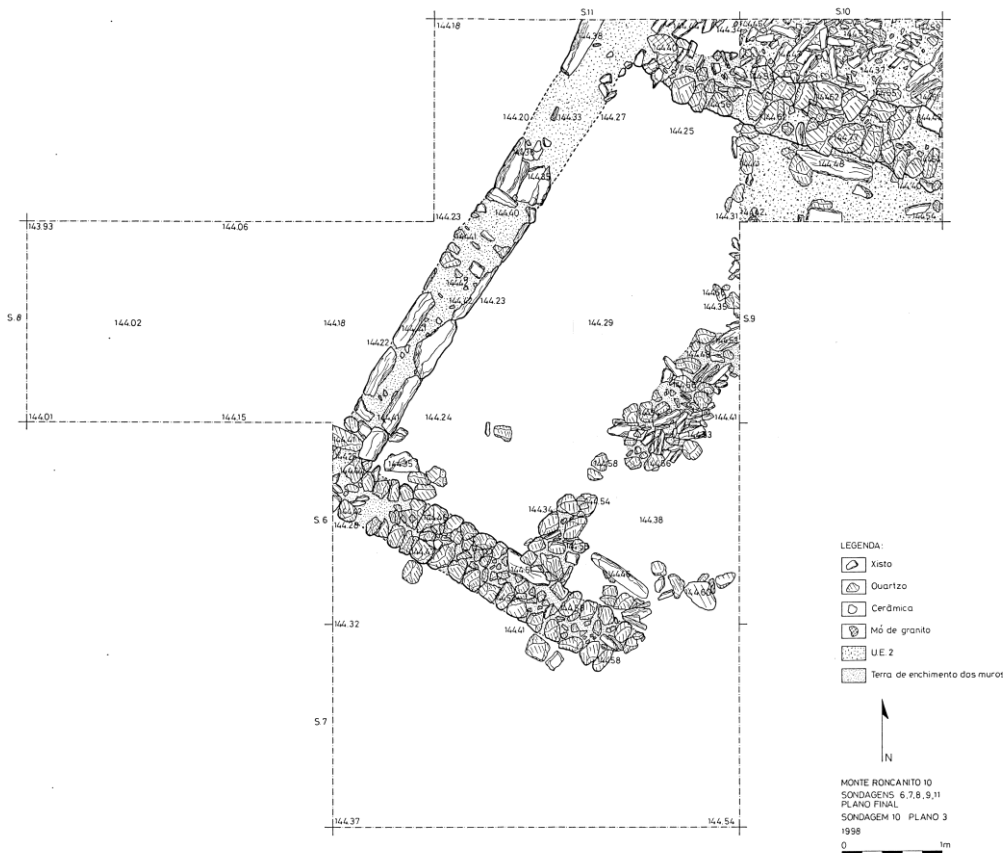


Fig. 6.6.2 – Plano final das estruturas exumadas no núcleo central.

### 6.6.2.1.1. Sondagens 1, 4, 6, 7, 8, 9, 10 e 11

Inicialmente implantada numa área de grande concentração pétreo, a Sondagem 1 cedo revelou a presença de uma estrutura que obrigou, naturalmente, ao alargamento da área de escavação para a sua caracterização. Foram, desta forma, implantadas sondagens contíguas à Sondagem 1, (Sondagens 4,6,7) que, em determinados quadrantes, obrigaram a novos alargamentos, determinando as Sondagens 8, 9, 10 e 11. Não obstante, a estratigrafia detectada nestas áreas manteve as mesmas características sedimentares, revelando algumas distinções ao nível da presença de elementos estruturais ou orgânicos:

UE 1 – Camada vegetal de superfície composta por terra castanha escura humosa, solta, com raízes e folhagem diversa. Registou-se igualmente a presença de pedras de xisto e quartzo de pequeno, médio e grande calibre.

UE 2 - Nível de terras castanhas não muito escuras, compactas, com grande concentração de pedras de xisto de pequeno calibre. Com a sua decapagem, na Sondagem 1, foram postas a descoberto várias pedras de quartzo e xisto no limite norte da sondagem, cuja disposição apontava para a presença de uma eventual estrutura (Estrutura I) orientada a noroeste.

A continuação dos trabalhos permitiu a completa definição das referidas pedras, visivelmente bem imbricadas e assentes nas falhas do afloramento.

UE 3 – Afloramento xistoso.

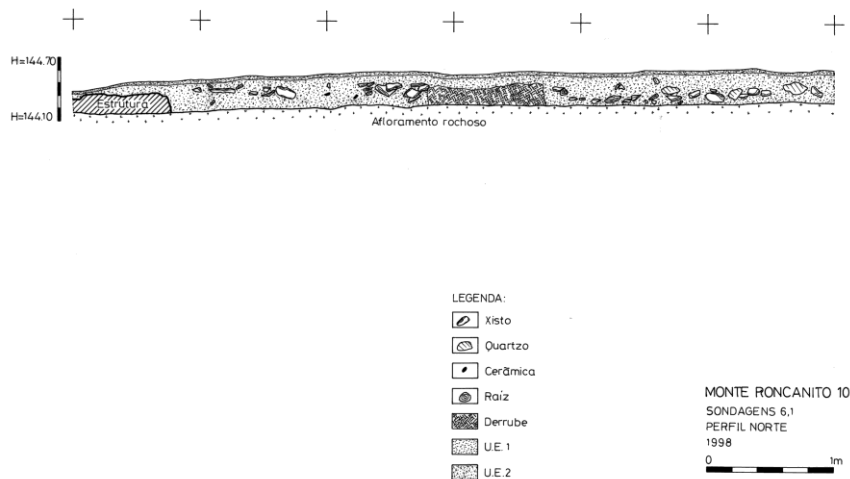


Fig. 6.6.3 – Perfil norte das Sondagens 6 e 1.

#### 6.6.2.1.1.1. Interpretação

Como supra indicado, para uma caracterização da Estrutura I foi marcada a Sondagem 4, a sudeste da Sondagem 1. Aí constatou-se uma maior potência da UE 2, cuja deposição acompanhava a inclinação natural do terreno, e que permitiu observar, no

limite noroeste, algumas pedras de xisto e quartzo devidamente aparelhadas, que sugeriam a sua continuação.

No decorrer dos trabalhos de escavação até ao substrato rochoso, foi possível definir os vestígios da estrutura identificada que assentavam directamente nas falhas do afloramento xistoso. Sublinhe-se o grau de destruição desta mesma e a quase total ausência de espólio, por oposição às Sondagens 2 e 3.

A oeste da Sondagem 1 foi estabelecida a Sondagem 6, cuja UE 2 possuía grande concentração de pedras de xisto e quartzo de pequeno e médio calibre, sugerindo um derrube que, após remoção, permitiu identificar, no limite nordeste da sondagem, o seguimento da estrutura identificada nas Sondagens 1 e 4 (Estruturas I e II).

A continuação dos trabalhos até ao afloramento, possibilitou definir na íntegra um troço de muro formado por duas fiadas de pedras de quartzo de médio e grande calibre, com um enchimento de pequenas pedras de xisto e terra argilosa, que assentavam directamente sobre o afloramento. Apesar de se encontrar semi-destruído e com vestígios do seu derrube, observava-se a sua continuação para sudeste, onde unia a um outro troço identificado a noroeste (Muro II) e sudeste, respectivamente.

Tendo em vista a definição da Estrutura I a sudeste, foi marcada a Sondagem 7, a sul da Sondagem 6 e a oeste da Sondagem 1. Aqui também se destacou a continuação do derrube pétreo já identificado na Sondagem 6 e a definição da estrutura/muro (Muro III) que mantinha as mesmas características mas que se interrompia, subitamente, no limite noroeste da sondagem. Os trabalhos agrícolas parecem ser a causa aparente desta destruição/interrupção.

Com as Sondagens 8, 9, 10 e 11 obteve-se uma melhor definição da continuação da Estrutura I para noroeste. A UE 2 apresentava, aqui, menos materiais pétreos, cobria a continuação da Estrutura I (Muro III) e do seu fecho (Muro IV), bem como do Muro II, já anteriormente identificado na Sondagem 6, que se encontrava muito destruído. Esta leitura permitiu a definição total da Estrutura I e do seu espaço interior, designado como Ambiente 1.



*Fot. 6.6.1 e 2 – Monte Roncanito 10, vista geral para sul, com as Sondagens 10 e 11 em primeiro plano; Vista geral para este, com a Sondagem 8 em primeiro plano.*

#### **6.6.2.1.1.1. Ambiente 1**

O Ambiente 1 correspondeu assim a um espaço de planta rectangular, com uma área de cerca de 13 m<sup>2</sup> e uma orientação nordeste/sudoeste. A sua delimitação era efectuada pelas já referidas estruturas que se encontravam muito destruídas, sendo evidente o recurso à colocação de blocos pétreos colmatados com terra argilosa e avermelhada nos muros divisórios sul e norte, e a presença da técnica do paramento faceado com lajes de xisto dispostas verticalmente, ocasionalmente em cunha com o interior preenchido maioritariamente com terra (solução observada no muro oeste).

Não foi identificado qualquer vão de acesso ao Ambiente 1, ainda que seja de supor que este fosse efectuado a partir do sector este, delimitado por um muro muito destruído que corresponderia ao seu fecho que se encontrava parcialmente coberto pelas terras de enchimento/colmatção do sítio arqueológico (UE 2). Constatou-se que este espaço integraria um complexo de maiores dimensões, como se depreende da continuação das estruturas murais, indiciando a presença de outros espaços/ambientes a este, oeste e norte. Estas últimas assentavam directamente sobre o afloramento rochoso, que aqui poderá ter funcionado como estrato nivelador ou “chão” do Ambiente 1. Inserida nos muros deste espaço encontrou-se uma mó em granito, indiciando a sua reutilização.

#### **6.6.2.1.2. Sondagens 2, 3 e 5**

Na Sondagem 2, apesar da ausência de estruturas, a abundante presença de materiais cerâmicos depositados directamente sobre o afloramento motivou a abertura de duas novas sondagens, marcando-se em área contígua a sul a Sondagem 3, que revelou idêntica sequência estratigráfica e igual presença de materiais cerâmicos na UE 2.

A este da Sondagem 2 foi implantada a Sondagem 5, que não registou qualquer alteração no que concerne à estratigrafia, destacando-se apenas a definição de algumas pedras de quartzo de médio calibre desconexas e, ao contrário das restantes áreas, uma escassa presença de espólio cerâmico.

#### **6.6.2.1.3. Interpretação**

As sondagens efectuadas no local puseram a descoberto uma estrutura de planta rectangular orientada a nordeste, que integraria um pequeno núcleo de *habitat* de cariz rural, com uma área de cerca de 10 m<sup>2</sup> (4,9 m de comprimento e entre 2 e cerca de 2,75 m de largura).

A arquitectura era relativamente simples, com recurso aos materiais locais, xisto e quartzo, aqui combinados em técnicas de edificação distintas: muros compostos por duas

fiadas de pedras de xisto dispostas em perpianho com um enchimento de terra argilosa (Muro II e III); muros compostos por pedras de quartzo de médio e grande calibre (Muros I e IV), sem enchimento aparente.

A cerca de 150 m para norte desta área, foi identificada outra estrutura pétreia, muito danificada, no núcleo designado de Monte Roncanito 10B, que poderá apontar para a existência de um pequeno complexo agro-pecuário, cujas dimensões ou anexos se poderiam estender a toda a plataforma por onde se dispersam os vestígios.

#### **6.6.2.2. Monte Roncanito 10A**

O segundo núcleo, designado como monte Roncanito 10A, localizava-se a cerca de 60 m a norte do primeiro, num pequeno patamar com uma concentração de pedras de quartzo de grande calibre, que sugeria a presença de uma possível estrutura. Aqui, foi marcado um conjunto de quatro sondagens de 2x3 m com o objectivo de averiguar tal possibilidade e determinar, eventualmente, a existência de possíveis estruturas anexas à observada no Monte Roncanito 10.

##### **6.6.2.2.1. Estratigrafia**

###### **6.6.2.2.1.1. Sondagens 1 e 3**

Os trabalhos revelaram uma potência estratigráfica bastante reduzida e uma grande homogeneidade relativamente ao observado no Monte Roncanito 10, com uma clara continuidade estratigráfica sem presença de quaisquer estruturas e/ou espólio arqueológicos.

UE1 – Terra vegetal de superfície, de coloração castanha escura, humosa e solta.

UE2 - Terras castanhas claras, compactas, com pedras de xisto e quartzo de pequeno calibre. A sua decapagem até ao afloramento xistoso não permitiu detectar a presença de qualquer estrutura e/ou espólio.

UE3 – Afloramento xistoso

Esta intervenção pretendia, antes de mais, desfazer algumas dúvidas relativamente à grande dispersão dos vestígios observados à superfície, que, no caso do Monte Roncanito 10A, foram esclarecidas pela total ausência de vestígios de estruturas e/ou espólio. A estratigrafia observada revelou-se ainda mais reduzida que a observada no Monte Roncanito 10 (cerca de 0,1 a 0,15 m de profundidade), tendo apenas sido escavado um plano. Em virtude das informações recolhidas nas Sondagens 1 e 3, não foram abertas duas das sondagens implantadas (Sondagens 2 e 4), considerando-se assim concluídos os trabalhos nesse núcleo.

### **6.6.2.3. Monte Roncanito 10B**

A cerca de 135 m para norte do Monte Roncanito 10, observava-se uma pequena plataforma com grande concentração de pedras de quartzo e xisto de calibre diverso, bem como alguns fragmentos de cerâmica de construção que, mais uma vez, poderiam apontar para a eventual presença de estruturas. Foram aí definidas e implantadas seis sondagens, três de 2x2 m e três de 2x4 m (ver fig. 6.6.1), de que foram escavadas as Sondagens 3, 4 e 5 (de 2x4 m), onde se procuraram identificar estruturas anexas ao Monte Roncanito 10.

#### **6.6.2.3.1. Estratigrafia**

Uma vez mais, observou-se uma continuidade estratigráfica comum a todas as sondagens efectuadas, com solos de pouca espessura, constituídos pela seguinte sequência:

UE 1 – Terra vegetal, composta por terras castanhas escuras, húmidas e soltas, com pedras de xisto e quartzo de pequeno e médio calibre.

UE 2 – Terras castanhas claras, compactas, com grande concentração de pedras de xisto de pequeno calibre.

UE 3 – Afloramento xistoso.

Na Sondagem 3, com a remoção da UE 2, foi identificada uma estrutura composta por uma fiada de pedras de quartzo e xisto imbricadas, muito danificada e de orientação sudeste/nordeste, cuja continuação foi detectada na Sondagem 5, agora sob a forma de uma irregular e pequena fiada de pedras de quartzo que assentavam directamente sobre o afloramento xistoso.

#### **6.6.2.3.2. Interpretação dos dados**

A intervenção levada a cabo no local permitiu constatar, por amostragem, que numa área de 200 m<sup>2</sup> a estratigrafia era, de facto, extremamente reduzida. Por outro lado, mesmo apesar da exiguidade e da destruição dos vestígios encontrados, a natureza dos mesmos, repartidos entre distintas áreas ao longo da plataforma e associados a um conjunto de materiais cerâmicos com alguma expressão, permite equacionar o Monte Roncanito 10, não apenas como um *habitat* isolado, mas como o centro, provavelmente, habitacional, de uma quinta, eventual complexo agro-pecuário de maior complexidade arquitectónica.

### **6.6.3. Espólio**

#### **6.6.3.1. Monte Roncanito 10**

No núcleo principal do Monte Roncanito 10 os artefactos recolhidos foram pouco numerosos. Registaram-se 371 entradas na base de dados, a maior parte das quais (352)

correspondem a fragmentos cerâmicos que se agrupam num número mínimo de 325 indivíduos.

A repartição dos materiais na sucinta estratigrafia permite verificar a concentração da maior parte dos artefactos na UE 2. No nível mais superficial, encontramos sobretudo fragmentos de peças de maiores dimensões e telhas, enquanto na UE 5 a incidência de materiais é quase nula.

O grau de fragmentação dos objectos é muito elevado, correspondendo a esmagadora maioria fragmentos a panças (mais de 75%). Considerado o elevado grau de fragmentação e a abundância de elementos de pança incaracterísticos, é lógico que a forma funcional não tenha sido identificada em mais de metade dos objectos (58%).

Entre os objectos classificados (42% dos indivíduos), mais de metade (62%) correspondem a materiais de construção (telha e tijolo), tratando-se de 26% dos materiais cerâmicos recolhidos. Os objectos cerâmicos não construtivos apenas representam um 16% dos indivíduos inventariados.

Se excluirmos os materiais de construção, o grupo melhor representado é o dos objectos de armazenamento e transporte que corresponde a mais de metade dos classificados (ver gráfico 6.6.1). Na sua maior parte, trata-se de talhas (21,2%), embora também estejam bem representados os potes (11,5%) e os cântaros (9,6%). Dentro deste grupo cabe incluir, também, um conjunto de contentores de forma indeterminada (7,7%) e um exemplar de *dolium* (1,9%).

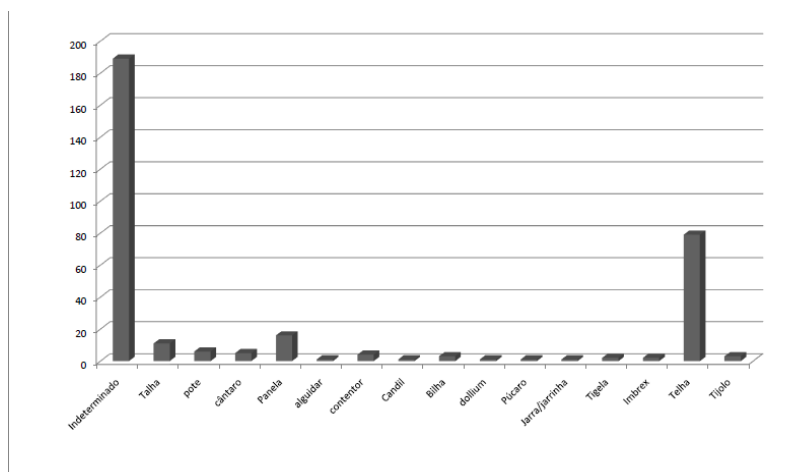


Gráfico 6.6.1 – Formas funcionais.

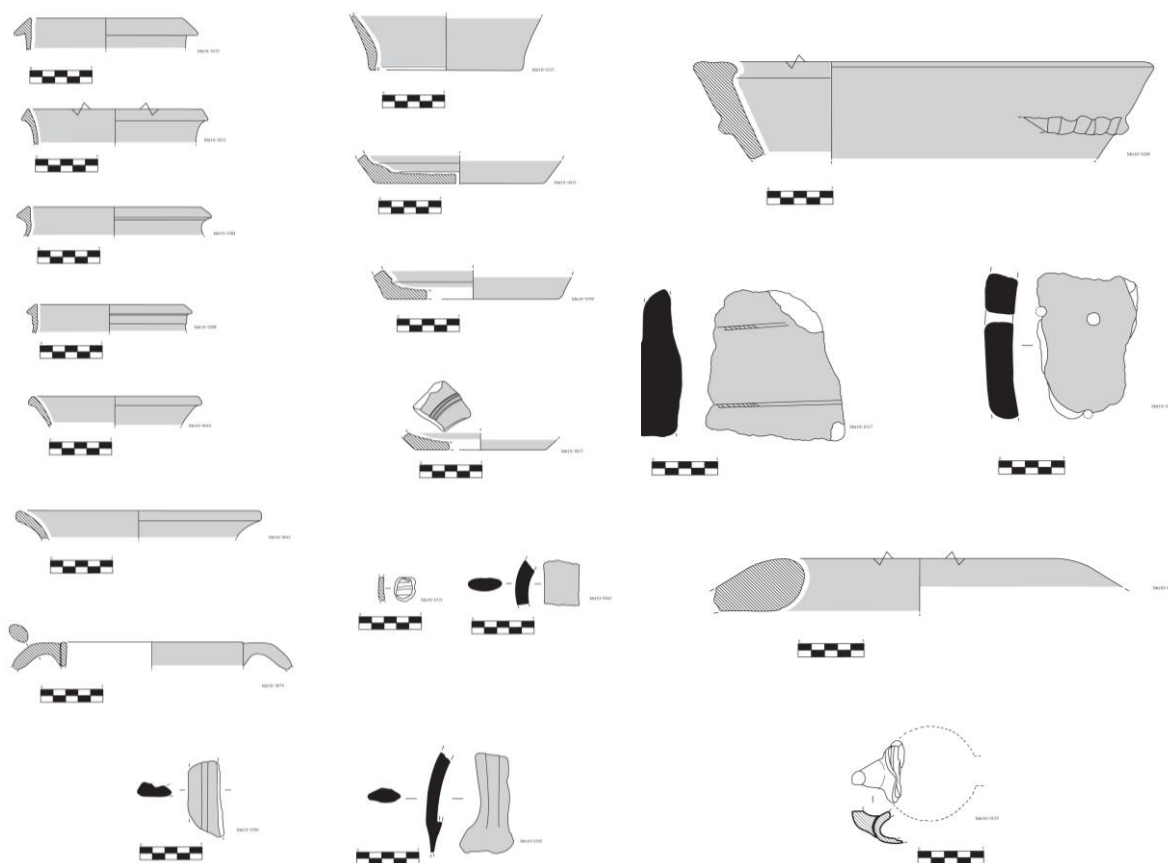


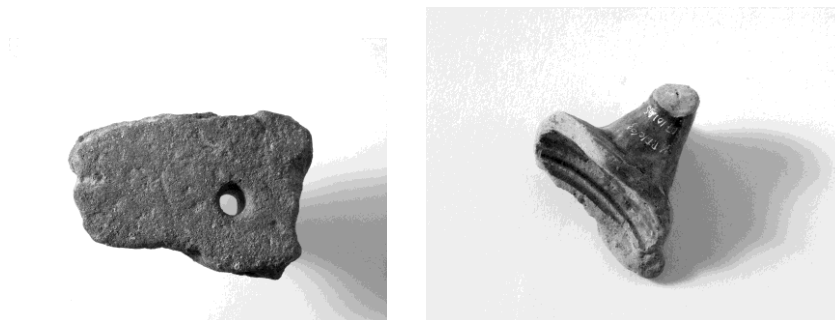
Fig. 6.6.5 e 6 – Principais formas. Peças ornamentadas e outras.

Como forma funcional individual, a mais abundante é a panela (30,8%) que, juntamente a um fragmento possivelmente de fogareiro e outro de alguidar, configuram a loiça de cozinha. Trata-se de pequenos fragmentos de difícil atribuição tipológica mas que correspondem a bordos frequentes em época califal (ver fig. 6.6.5). O alguidar (ver fig. 6.6.6, peça (07)0240), de bordo engrossado ao interior com cordão digitado, tem paralelos no século IX em Mérida (Alba & Feijoo, 2003, fig. 13) e Cartagena (Murcia & Guillermo, 2003, Fig. 15.100).



Fot. 6.6.4 e 5 – Peça (07)0240). Peça (07)0033, fundo com caneluras.





Fot. 6.6.6 e 7 – Peça (07)0347, fragmento de cincho que se assemelha a um outro, já anteriormente referido, encontrado na estação de Monte Roncanito 13. Peça (07)0155, candil.

A loiça de mesa é reduzida: alguns fragmentos de bilha (5,8%), de tigela (3,8%), e de púcaro e jarrinha (1,9% cada). Esta última (ver fig. 6.6.5) corresponde a uma forma muito frequente a partir do século IX, que encontramos com esta cronologia, por exemplo, em Mérida (Alba & Feijoo, 2003, fig. 11), ou nos séculos X-XI em Mértola (Gómez Martínez, 2006, p. 378 e seg.).

Por último, encontramos um único fragmento de candil vidrado melado (ver fig. 6.6.6), objecto de iluminação de forma fechada muito característico do Período Islâmico. Esta forma encontra-se, igualmente com vidrado melado, na segunda metade do século IX, em Oreto y Zuqueca, Ciudad Real, (Garces & Romero, 2009, p. 1021) e no Tolmo de Minateda, Albacete, (Gutiérrez, Gamo & Amorós, 2003, p. 150, fig. 21.5). Surge igualmente sem vidrado em Valência, (Pascual, Ribera & Rosselló, 2003, p. 112), Fuente de la Mora, em Madrid, (Vigil-Escalera, 2003, p. 382) e Mérida (Ajba & Feijoo, 2003, fig. 13).

Se excluirmos o material de construção fabricado mediante molde (ver quadro 6.6.2 e gráfico 6.6.2), o vasilhame cerâmico foi na sua maior parte modelado com torno rápido (57,26%), embora a percentagem seja muito baixa se comparada com outras estações do mesmo período e de carácter urbano. Cerca de 20,23% do espólio cerâmico foi fabricado com torno lento. Foram fabricados manualmente 13,69% dos recipientes, sendo uma parte deles realizado com a técnica do rolinho (5,39% do conjunto do vasilhame), tratando-se de talhas na sua maior parte. Os restantes objectos de fabrico manual identificados correspondem a cântaros, panelas e bilhas. Identificou-se a utilização de moldes no fabrico de 3,32% dos recipientes (excluídos, lembramos, as telhas), ficando por identificar a técnica de fabrico em 3,73% do vasilhame. A cozedura em atmosfera oxidante regular apresenta valores baixos em relação a estações urbanas coevas (28,63%), sendo as cozeduras irregulares ou que alternam oxidação e redução o conjunto mais numeroso (49,38%). Se analisamos a combinação de cozedura e fabrico, o grupo mais representado é o caracterizado por uma cozedura que alterna a oxidação e a redução e o fabrico com torno rápido (25,54% do vasilhame), seguido do conjunto de vasilhas oxidantes fabricadas

com torno rápido (10,15%). Nas cerâmicas fabricadas com torno lento são maioritárias as cozeduras alternantes ou irregulares (6,77% de todo o conjunto), ou redutoras (4,92%), enquanto nas manuais predominam as cozeduras redutoras (4%).

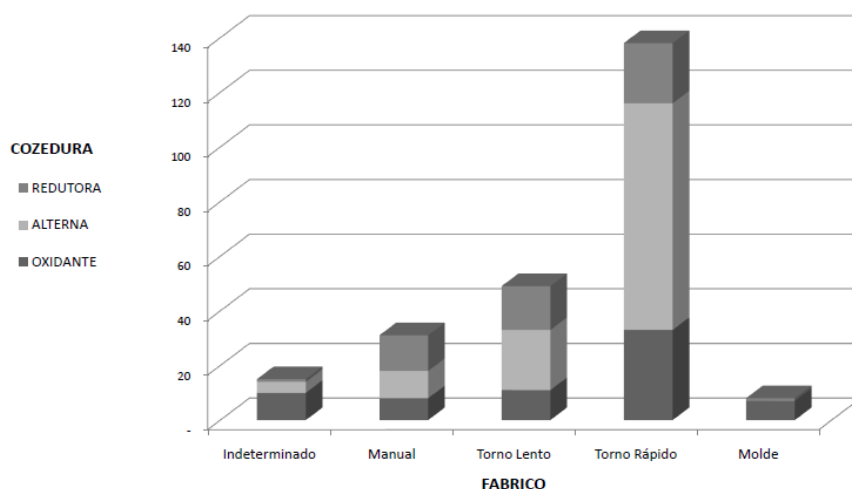


Gráfico 6.6.2 – Técnicas de fabrico e cozedura.

Em conclusão, a descrição do espólio revela um conjunto de características ligeiramente diferentes às dos sítios anteriores. Encontramos bastante melhor representadas as produções de olarias de carácter regional mais desenvolvidas, com o predomínio dos fabricos de torneado rápido e cozedura oxidante ou com alternância desta com a redução, características que encontramos também em conjuntos cerâmicos urbanos como Mértola, em cronologias dos séculos IX-X (Gómez Martínez & *alii*, 2009). A presença de formas funcionais e tipologias dominantes nestes séculos permite confirmar esta cronologia, especialmente a presença do candil, cujo acabamento vidrado lhe confere um estatuto de peça de um certo “luxo” no contexto de um ambiente rural. Porém, trata-se de artefactos consentâneos com uma comunidade camponesa, em que o vasilhame serve as necessidades básicas de armazenamento e preparação dos alimentos.

#### 6.6.3.2. Monte Roncanito 10B

Neste núcleo, o número de artefactos recolhidos era reduzidíssimo. Apenas foram encontrados na UE 2, da Sondagem 5, três fragmentos de cerâmica que não fornecem qualquer informação e invalida qualquer aproximação estatística: trata-se de dois fragmentos do corpo de recipiente não identificado e de um fragmento de tijolo.

#### 6.6.4. Conclusões

O sítio do Monte Roncanito 10 estendia-se por uma plataforma alongada onde se identificaram três núcleos de ocupação simultânea, dois deles, distando entre si cerca de 130 m, apresentavam estruturas que sugerem a existência de duas construções

independentes, mas que devem ter sido utilizadas contemporaneamente. Numa tentativa de determinar a funcionalidade de cada um destes núcleos, o Monte Roncanito 10, situado num dos extremos da plataforma, parece corresponder ao núcleo de habitação principal. Acresce, neste sentido, a sua implantação próxima dos eixos de comunicação actual, que dada a topografia do terreno, seria o mais indicado em qualquer época para servir de acesso ao local. A estrutura do Monte Roncanito 10B é de difícil caracterização, quer pela escassez de vestígios murários, quer pelo reduzido espólio, mas a homogeneidade de técnicas e materiais permite argumentar uma contemporaneidade e correlação com o Monte Roncanito 10, correspondendo a uma dependência de apoio do núcleo de habitação principal. Esta estrutura de razoáveis dimensões, mais de 10 m<sup>2</sup>, poderia servir como espaço de protecção de gado.

O núcleo de habitação principal deveria ser composto por vários espaços dos quais só um foi escavado, sugerindo os vestígios encontrados tratar-se de um edifício com vários compartimentos. O posto a descoberto possui razoáveis dimensões assim como concentra quase todo o espólio encontrado no sítio, advogando em favor da sua interpretação como núcleo habitacional principal.

As técnicas construtivas revelam uma variedade significativa de soluções, que passam pela utilização da matéria-prima local, mas em distintos calibres e morfologia e em distinta disposição. Documenta-se tanto a utilização de blocos aproximadamente quadrangulares, como de lajes verticais faceando os muros, como a técnica do perpianho, todos eles utilizando a terra como ligante. Isto permite afirmar a utilização em simultâneo de diferentes opções e, conseqüentemente, o domínio destas. Em qualquer dos casos, os muros são embasados em valas de fundação abertas na rocha. A reduzida largura dos compartimentos, adequa-se ao modelo de cobertura com telha de meia-cana documentada nos derrubes. Os pavimentos receberam um reduzido tratamento de regularização do afloramento xistoso.

Dada a diversidade funcional, o espólio contribui para afirmar o carácter habitacional do Monte Roncanito 10. Para além das habituais formas de armazenamento, encontramos claros objectos de cozinha e de mesa. O mais destacado neste aspecto, é o candil, utensílio que imprime um certo requinte ao conjunto e evidencia ligações com núcleos urbanos onde as trocas com outras áreas geográficas seriam frequentes. Também as técnicas de fabrico da cerâmica remetem para essas relações. Trata-se de produções de carácter regional, com o predomínio do torneado rápido e da cozedura oxidante ou alternada, características que encontramos também em conjuntos cerâmicos urbanos como Mértola, em cronologias dos séculos IX-XI.

Em conclusão, tudo indica que o Monte Roncanito 10 era um conjunto habitacional de uma pequena comunidade camponesa, com estruturas dedicadas à residência e outras, possivelmente, as actividades agro-pastoris que sustentariam o grupo familiar.

## 6.7. Monte Roncanito 18

### 6.7.1. Introdução

Os trabalhos arqueológicos no Monte Roncanito 18 foram efectuados entre Agosto e Setembro de 1998, integrados no conjunto das intervenções realizadas nas ocorrências do Quadro Geral de Referência afectas ao Bloco 14.

A intervenção arqueológica teve como principal objectivo efectuar uma avaliação do potencial arqueológico do local e aferir a sua funcionalidade e cronologia, mediante a identificação de (eventuais) estruturas e níveis arqueológicos preservados.

Administrativamente, o sítio pertencia à freguesia de Campo, actual União de Freguesias de Campo e Campinho, concelho de Reguengos de Monsaraz, distrito de Évora, encontrando-se identificado com o número de inventário da EDIA n.º 95304 e com o CNS 13619, ao que foi atribuída cronologia Medieval/Moderna.

O local encontrava-se no topo de uma pequena plataforma, entre dois vales, detectando-se à superfície um conjunto de elementos pétreos de xisto e quartzo de calibre e dimensões variadas, além de alguma cerâmica de construção, evidenciando uma eventual ocupação com estruturas, que se procurou avaliar com a elaboração de sondagens no local.

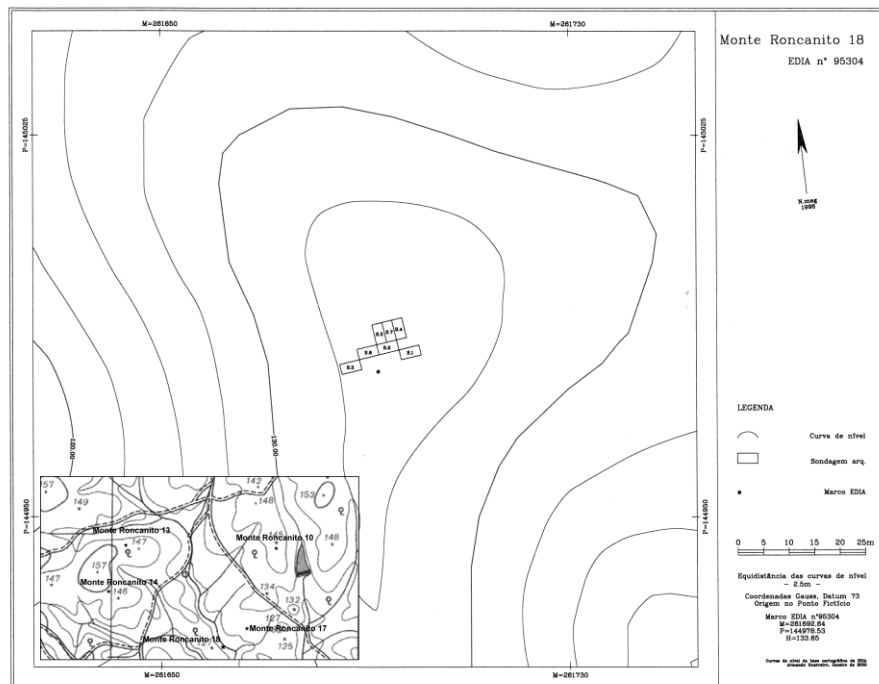


Fig. 6.7.1 – Localização na CMP 491 e levantamento topográfico com implantação das sondagens.

### 6.7.2. Trabalhos arqueológicos

A implantação das sondagens, de 2x4 m, georreferenciadas à Rede Geodésica Nacional, foi distribuída pelos núcleos de maior concentração de vestígios, de forma a cobrir a maior área possível e obter os perfis estratigráficos este/oeste e norte/sul da elevação do local.

A potência estratigráfica foi diminuta, compreendendo genericamente a duas unidades sedimentares com cerca de 0,12 a 0,20 m de espessura no seu todo, que passamos a descrever, sendo esta estratigrafia válida para a totalidade das sete sondagens abertas.



Fot. 6.7.1 e 2 – Vista geral para sudeste das estruturas exumadas, Sondagens 4, 7 e 5 em primeiro plano. Pormenor das estruturas e do vão detectado na Sondagens 7.

#### 6.7.2.1. Estratigrafia

UE 1 - Camada vegetal de superfície; estrato de cor castanho, arenoso e de grão fino, muito solto, com blocos de xisto de pequeno calibre e cerca de 0,05 m de potência.

UE 2 - Estrato de coloração castanha clara, solto, com pedras de xisto e quartzo, de pequeno, médio e grande calibre, com cerca de 0,15 a 0,20 m de potência.

UE 3 – Nível identificado nas Sondagens 4, 6 e 7, com grande concentração de materiais de construção (telha), circunscritos em três núcleos distintos, com alguns elementos pétreos de pequenas dimensões.

UE 4 - Estrato sedimentar fino e solto, muito homogéneo, de coloração cinzenta devido à forte presença de cinzas e pequenos caules carbonizados. Identificado nas Sondagens 4 e 7.

UE 5 - Afloramento Rochoso.

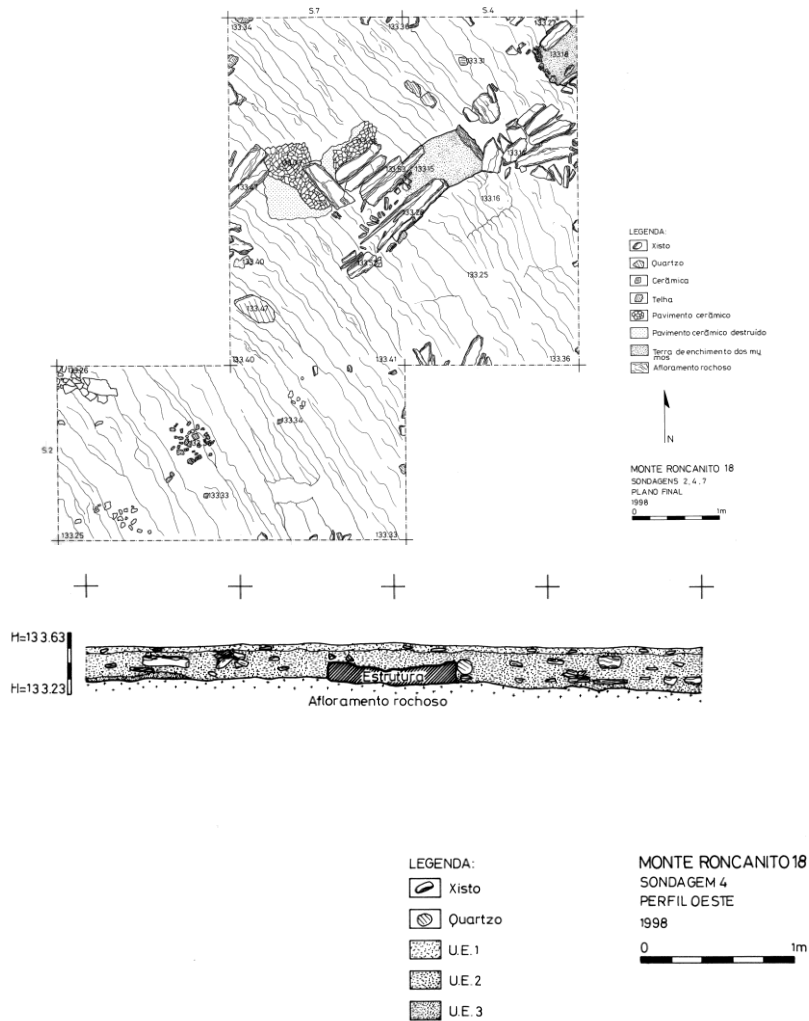


Fig. 6.7.2 e 3 - Plano final das Sondagens 2, 4 e 7. Perfil oeste da Sondagem 4.

### 6.7.2.2. Interpretação

Apesar da diminuta potência estratigráfica do sítio foi possível identificar na zona central da plataforma, onde foram implantadas as Sondagens 4 e 7, os restos de um muro construído com lajes de xisto imbricadas em perpiano no afloramento rochoso e a presença de um vão de acesso, cujo cerramento seria efectuado por uma porta, da qual subsistia a laje de soleira em xisto, com um orifício desgastado por abrasão. A oeste deste, eram visíveis restos de um pequeno lajeado de xisto. Este espaço foi designado como Ambiente 1.

No aparente espaço interior do Ambiente 1, em área adjacente ao vão de cerramento do espaço, foi identificado um nível de pavimento, "chão" de barro cozido ligeiramente ruborescido e compacto, que remanesceu em área circunscrita e que foi construído directamente sobre o afloramento rochoso, não sendo clara a sua continuidade por todo o interior do compartimento. Pode, eventualmente, tratar-se somente de uma lajeira parcialmente destruída.

Sobre a rocha de base destacava-se o estrato definido pela UE 4, com abundante presença de cinzas, observado em paralelo nas Sondagens 4 e 7, em ambos os espaços definidos pelo acesso mural. Esta continuidade estratigráfica é também testemunhada pela UE 3, caracterizada pela abundância de materiais de construção de tipo telha em ambos os espaços da estância.

Os restantes estratos sedimentares, UE 2 e UE 1, corresponderam a momentos de abandono e deterioração desta estrutura, marcada pela destruição evidenciada com a forte presença de elementos pétreos de maior ou menor potência e/ou concentração, identificada sobretudo na Sondagem 6.

### **6.7.3. Espólio**

O material recolhido na estação do Monte Roncanito 18 é muito reduzido, apresentando apenas um conjunto de entradas na base de dados na ordem dos 116 fragmentos cerâmicos, dos quais cerca de 57 indivíduos correspondem a materiais de construção, equivalendo a um número mínimo de 59 indivíduos cerâmicos.

Ainda foi recolhida uma pedra de afiar, possivelmente em anfibolito, semelhante às encontradas em Vascos (Toledo, Espanha) com cronologias do século XI (Izquierdo, 1983).

As características técnicas e formais do espólio cerâmico revelam um conjunto que podemos enquadrar nos séculos X-XII, habitual num ambiente rural onde se encontram presentes cerâmicas próprias de produções locais de técnica pouco elaborada, mas também exemplares de fabricos mais elaborados (sem entrar na categoria de manufacturas de luxo), frequentes em meios urbanos. É pois evidente a existência de uma certa integração em redes de distribuição mais alargadas, sem um elevado poder aquisitivo, evidente também nas características do reportório formal que remete, sobretudo, para objectos utilitários, de armazenamento e transporte e de cozinha.

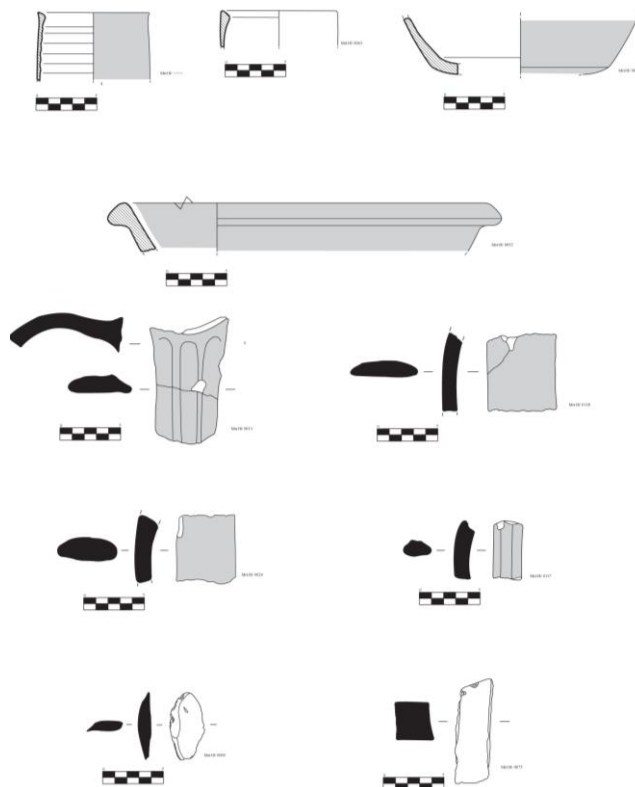


Fig. 6.7.4 – Principais peças.

#### 6.7.4. Conclusão

O sítio designado como Monte Roncanito 18 ocupava o topo de um pequeno patamar xistoso dominando uma linha de água subsidiária do rio Degebe. Encontrava-se bastante destruído, não permitindo tecer grandes conclusões. No entanto, foi possível identificar muros de uma estrutura habitacional virada a este com, pelo menos, uma divisão/estância e vestígios de um nível de pavimento de terra batida no seu interior e de um lajeado, junto ao vão de acesso à mesma. Podemos especular com a possibilidade de existir um segundo ambiente ou um espaço de logradouro semicoberto junto desta entrada, devido à grande quantidade de telhas identificadas nesta zona.

A estrutura observada apresentava uma planta muito simples, ortogonal, com muros de xisto em perpiano e um enchimento de terra argilosa e blocos pétreos de quartzo e xisto menores. Dada a natureza da intervenção, não foi possível aferir na totalidade as suas dimensões. A tipologia construtiva, com base em matéria-prima local, terra, xisto e quartzo, era similar a grande parte dos restantes locais de cronologias coevas escavados pelo Bloco 14 - caso do Monte Roncanito 10 - e denota mesmo uma continuidade face a sítios de cronologias anteriores.

Esta simplicidade construtiva contrastava com o espólio exumado que possuía alguma diversidade e um índice de conservação razoável, composto por loiça de cozinha,



armazenamento e mesa. É de sublinhar, ainda, a presença de alguma escória de ferro, que evidencia uma possível área de trabalho relacionada com práticas metalúrgicas.

Cronologicamente, a análise do espólio do Monte Roncanito 18 indica uma ocupação centrada no Período Islâmico. Embora o material esteja muito fragmentado, dificultando a afinação cronológica, podemos situar o sítio num contexto dos séculos X-XII.

## 6.8 Cabeçana 3

### 6.8.1. Introdução

Os trabalhos arqueológicos no sítio Cabeçana 3 foram efectuados em Setembro de 1998, integrados no conjunto das intervenções realizadas nas ocorrências do Quadro Geral de Referência afectas ao Bloco 14.

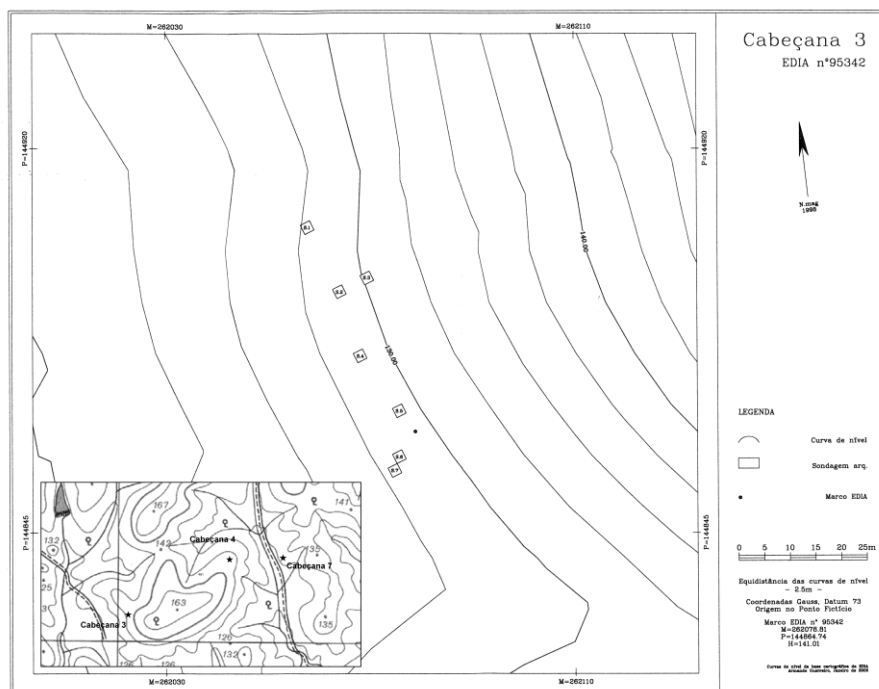


Fig. 6.8.1 – Localização na CMP 491 e levantamento topográfico com implantação das sondagens.

A intervenção arqueológica teve como principal objectivo efectuar uma avaliação do potencial arqueológico do local e aferir a sua funcionalidade e cronologia, mediante a identificação de (eventuais) estruturas e níveis arqueológicos preservados.

Administrativamente, o local pertencia à freguesia de Campo, actual União de Freguesias de Campo e Campinho, concelho de Reguengos de Monsaraz, distrito de Évora, encontrando-se identificado com o número de inventário da EDIA n.º 95242 e com o CNS 13614, sendo-lhe atribuída cronologia Medieval.

O sítio identificado localizava-se na meia encosta de uma pequena elevação, num pequeno patamar sobranceiro a uma linha de água, onde se vislumbravam escassos vestígios de materiais de construção, sobretudo telha.

### 6.8.2. Trabalhos arqueológicos

Dada a identificação de alguns elementos cerâmicos residuais, sem concentração aparente, e dispersos no patamar a meia encosta da elevação, estabeleceu-se um programa de sondagens procurando abranger a área entre o topo e a encosta descendente. Foram estabelecidas sete sondagens de 2x2 m, georreferenciadas à Rede Geodésica Nacional, cinco das quais a meia encosta, no patamar das ocorrências cerâmicas.

#### 6.8.2.1. Estratigrafia

O local apresentava uma sequência estratigráfica análoga para a quase totalidade das áreas abertas, que passamos a descrever em seguida:

##### 6.8.2.1.1. Sondagens 1, 2, 3, 4 e 5

UE 1 - Terra vegetal com muitas raízes e folhas, de cor castanha clara arenosa, solta e de grão fino. À superfície do terreno encontravam-se dispersas, com concentrações pontuais, pedras de xisto de calibre diverso.

UE 2 - Terra arenosa de cor castanha clara, compacta, com pedras de xisto de pequeno e médio calibre.

UE 3 – Afloramento xistoso.

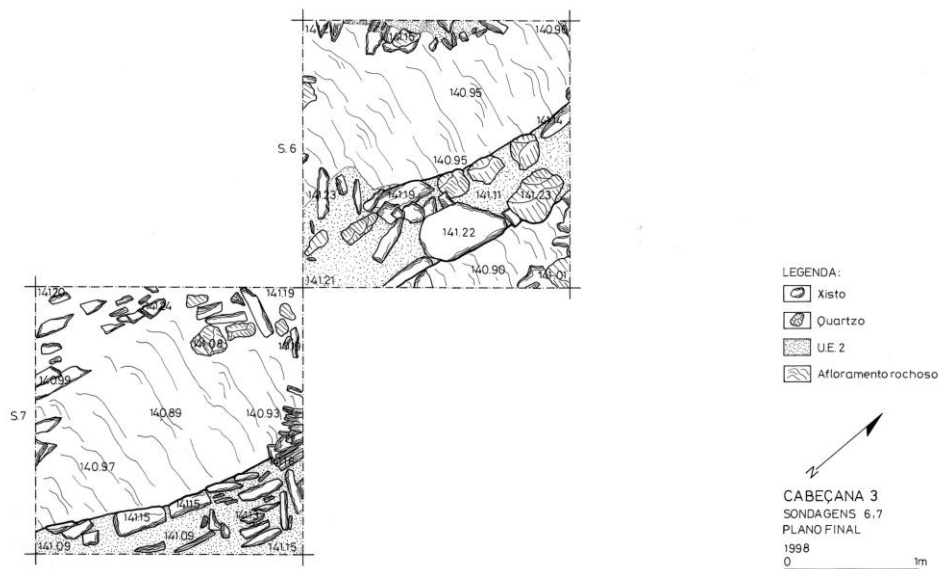


Fig. 6.8.2 – Plano final das Sondagens 6 e 7.

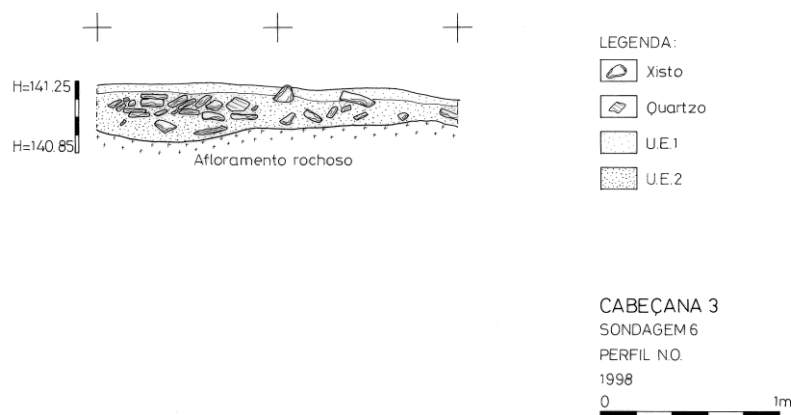


Fig. 6.8.3 – Perfil noroeste da Sondagem 6.

#### 6.8.2.1.2. Sondagens 6 e 7

UE 1 - Terra vegetal com muitas raízes e folhas, de cor castanha clara arenosa, solta de grão fino. À superfície do terreno encontravam-se dispersas, com concentrações pontuais, pedras de xisto de calibre diverso.

UE 2 - Terra arenosa de cor castanha avermelhada bastante heterogénea, com abundante presença de blocos pétreos de xisto de médio e grande calibre.

UE 3 – Afloramento xistoso.

Após a remoção da UE 1, foi registada uma grande concentração de elementos pétreos de calibre diverso de xisto e quartzo, e abundância de telha. Com a remoção deste grande derrube de pedra de larga potência, foi identificada uma estrutura mural, designada de Muro I, construído em xisto e quartzo, com orientação norte/sul, em mau estado de conservação.

Esta estrutura assentava directamente sobre o afloramento rochoso, não tendo sido detectado qualquer tipo de pavimento associado à mesma, nem entendidas as realidades que este delimitaria, mais concretamente, a presença de eventuais áreas/estâncias interiores por este delimitadas.

Na Sondagem 7, que seguia uma estratigrafia semelhante, após a remoção do derrube pétreo, foi identificado um segundo troço de muro, designado de Muro II, de construção similar, cerca de 0,60 m de largura e igualmente muito arrasado. Sublinhe-se a evidente desconexão entre ambos, que integrariam uma estrutura de planta mais complexa não percebida.

#### 6.8.2.2. Interpretação

Apesar da inexistência de níveis de ocupação na maior parte das sondagens efectuadas, os resultados das Sondagens 6 e 7 confirmam a presença de dois troços de muros de uma estrutura de planta indeterminada, construídos em xisto e quartzo de

pequeno e médio calibre com um ligante de terra argilosa, técnica comum na região, onde ainda actualmente são visíveis construções cuja base dos muros é feita em fiadas de pedra e posteriormente preenchida com terra.

A construção encontrava-se profundamente destruída pelos trabalhos agrícolas, não subsistindo evidências de outras estruturas associadas, pisos ou solos ou estruturas de apoio. Não obstante, a quase totalidade do espólio observado no local provém das sondagens associadas às estruturas, 6 e 7, reforçando a ideia de ter existido no local um núcleo de pequenas dimensões e de cariz eminentemente rural.



*Fot. 6.8.2 – Plano final da Sondagem 6.*

### **6.8.3. Espólio**

O material exumado, 19 fragmentos, foi muito reduzido e inexpressivo e proveio na maioria da UE 2 das Sondagens 5, 6 e 7. À superfície foram apenas recolhidos fragmentos de telha, sendo porém, este o elemento mais abundante no conjunto (78,95% do total). A cerâmica comum constitui somente 21% dos objectos.

Não conseguimos extrair qualquer conclusão fiável a partir deste espólio dado a sua extrema pobreza. Apenas a presença de telha permite remeter o conjunto para uma cronologia genérica de Época Medieval/Moderna. No entanto, a ausência de vasilhas fabricadas com um torneado rápido pode sugerir a interpretação do conjunto como um contexto rural da Alta Idade Média.

### **6.8.4. Conclusão**

Apesar da ausência de níveis de ocupação na maior parte das sondagens efectuadas, os resultados das Sondagens 6 e 7 confirmam a existência de uma estrutura na meia encosta. A exiguidade e elevado grau de destruição da área escavada não permitiram caracterizar ou obter uma planta da estrutura, testemunhada pela presença de

dois troços de muros construídos em xisto e quartzo de pequeno e médio calibre com um ligante de terra argilosa.

A ausência de materiais arqueológicos distintivos impede a determinação de uma cronologia concreta, embora os traços gerais indiquem uma atribuição alargada ao Período Medieval/Moderno.

## **6.9. Espinhaço 4**

### **6.9.1. Introdução**

Os trabalhos arqueológicos no sítio Espinhaço 4 foram efectuados entre Maio e Junho de 1999, integrados no conjunto das intervenções realizadas nas ocorrências do Quadro Geral de Referência afectas ao Bloco 14.

A intervenção arqueológica teve como principal objectivo efectuar uma avaliação do potencial arqueológico do local e aferir a sua funcionalidade e cronologia, mediante a identificação de (eventuais) estruturas e níveis arqueológicos preservados.

Administrativamente, o local pertencia à freguesia de Campo, actual União de Freguesias de Campo e Campinho, concelho de Reguengos de Monsaraz, distrito de Évora, encontrando-se identificado com o número de inventário da EDIA n.º 95265 e com o CNS 16350, e classificado como *habitat* do Período Medieval/Moderno.

As informações disponíveis, indicavam que o sítio Espinhaço 4 correspondia a uma pequena plataforma artificial de forma quadrada com 10 m de lado, onde se destacavam vestígios de um pequeno *habitat*, talvez uma casa, com fragmentos de telha grossa e muita pedra solta de xisto e quartzo, à superfície (Silva, 1996). Na fase de prospecção/reavaliação do local, foi possível constatar a existência das mesmas e caracterizar melhor o seu quadro envolvente.

Situado na margem direita do rio Guadiana, o sítio localizava-se na Herdade do Espinhaço, a escassos metros do Monte que lhe dava o nome, no topo de uma pequena plataforma virada a uma linha de água sazonal, com boa visibilidade e domínio paisagístico. No terreno, eram visíveis pequenos socalcos que sugeriam a presença de uma estrutura pétreia de forma rectangular, com cerca de 10 m, encontrando-se a área coberta de estevas e pedras de xisto e quartzo de calibre diverso. A cerâmica de superfície apresentava uma dispersão de cerca de 200 m<sup>2</sup>, por toda a plataforma e encosta.

### **6.9.2. Trabalhos arqueológicos**

Para proceder a uma avaliação e caracterização das realidades observadas, foi estabelecido um programa de trabalhos com a execução de sondagens arqueológicas, implantadas nas áreas das estruturas visíveis. Numa primeira fase, foram implantadas quatro sondagens de 2x2 m, posteriormente alargadas a mais duas, em função dos

resultados obtidos. Todas as áreas escavadas foram georreferenciadas à Rede Geodésica Nacional.

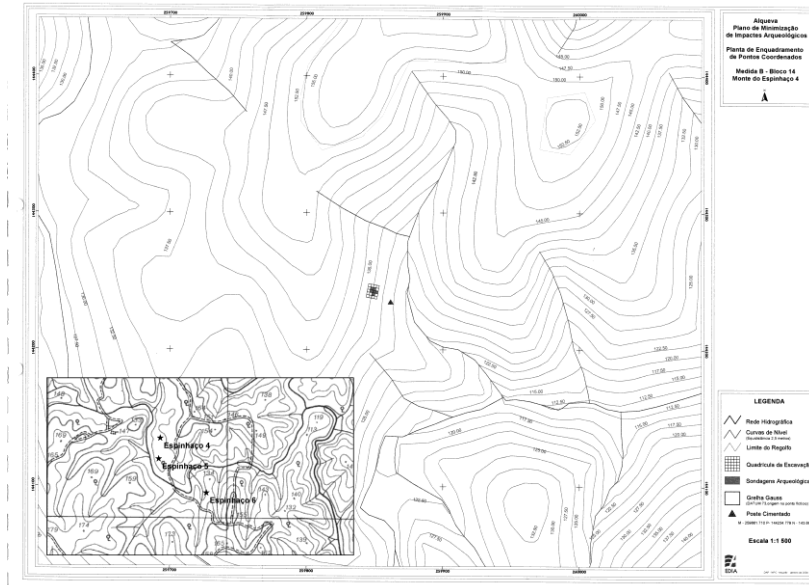


Fig. 6.9.1 – Localização na CMP 491 e levantamento topográfico com implantação da quadrícula.



Fot. 6.9.1 e 2 – Vista geral para noroeste, com a Sondagem 3 em primeiro plano. Plano final, vista para noroeste, das Sondagens 3,4, 5 e 1.

### 6.9.2.1 Estratigrafia

A sequência estratigráfica abaixo descrita foi válida para todas as sondagens efectuadas:

UE 1 - Terras castanhas não muito escuras, soltas, com vegetação rasteira (estevas, folhas e erva) com cerca de 2/3 cm de espessura.

UE 2 - Terras castanhas claras muito compactadas, com relativa concentração de pequenas pedras de xisto e cerca de 10/15 cm de espessura.

UE 3 - Terras castanhas amareladas muito compactadas, com grande concentração de fragmentos de cerâmica de construção.

UE 4 - Afloramento xistoso.

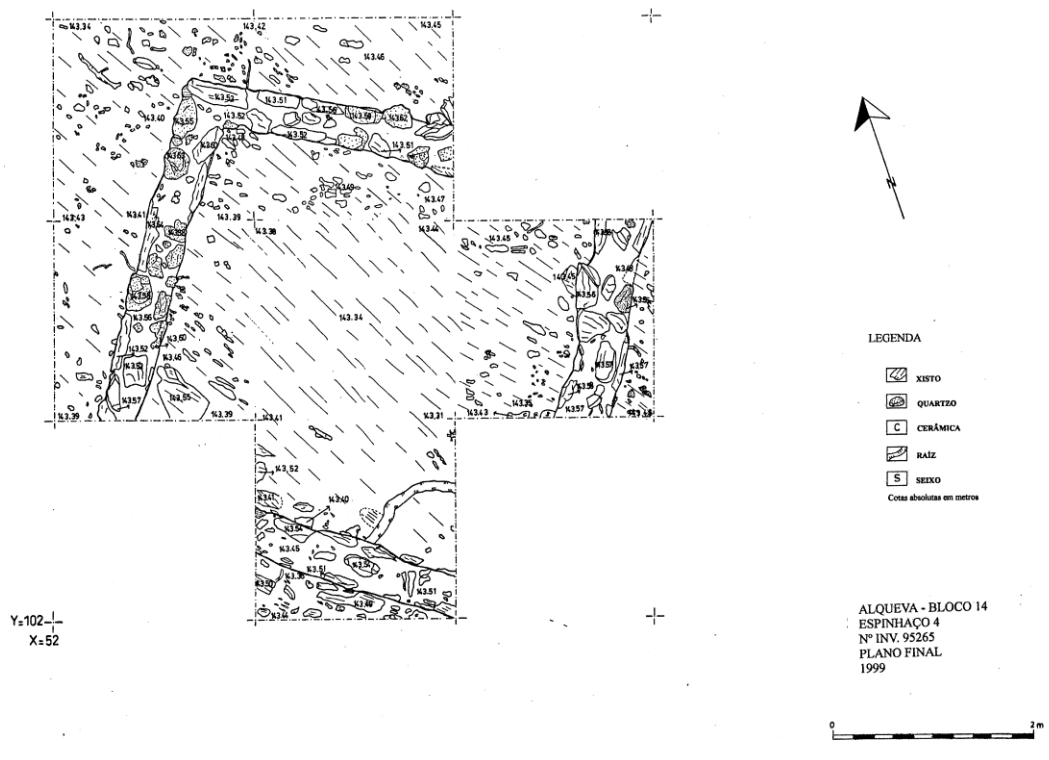


Fig. 6.9.2 – Plano final da intervenção.

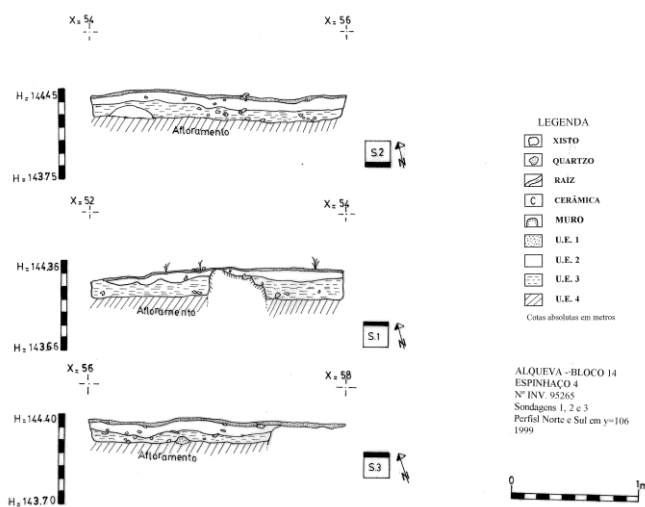


Fig. 6.9.3 - Perfis das Sondagens 1, 2 e 3.

### 6.9.2.2. Interpretação

Após a remoção da UE 1 e UE 2, observaram-se diversos troços de muro da estrutura visível à superfície, compostos por pedras de xisto e quartzo de médio e grande calibre, dispostas em perpiano e colmatadas com terras argilosas. Esta estrutura foi denominada Ambiente 1.

### **6.9.2.2.1. Ambiente 1**

O Ambiente 1 possuía planta quadrangular, com cerca de 16 m<sup>2</sup>, com os muros relativamente bem conservados, assentes directamente no substrato rochoso, apresentando um alçado entre os 0,20 e 0,40 m de altura e uma espessura média de 0,45 m, definindo um espaço interior onde foi observada a UE 3.

Este estrato foi interpretado como um nível de destruição/derrube da estrutura, revelando uma grande percentagem de cerâmica de construção e uma relativa concentração de pedras de xisto de média dimensão.

Não foi identificado qualquer tipo de acesso ou vão ao interior da estrutura, uma vez que o alçado conservado se encontrava ao nível da fundação, nem qualquer nível de pavimento/solo, o que permite equacionar o uso do afloramento como chão no interior da estrutura.

A Sondagem 5, implantada no interior da estrutura, procurou confirmar a estratigrafia observada nas quatro sondagens anteriores, e caracterizar a presença de algumas pedras de xisto de grandes dimensões que sugeriam uma eventual estrutura tipo caixa bem no centro da estrutura pétreo. Na realidade, tratava-se de elementos pétreos sem qualquer tipo de conexão, definidos aquando da escavação da UE 3, associados a fragmentos de cerâmica de construção e comum, que pertenciam ao nível de destruição detectado em praticamente todo o interior da estrutura pétreo intervencionada.

Em suma, a estratigrafia observada no sítio Espinhaço 4 revelou que a UE 2 terá correspondido a uma acumulação natural de sedimentos associada aos momentos de abandono do local e a UE 3 a um aparente nível de destruição, detectado exclusivamente no interior da estrutura observada.

### **6.9.3. Espólio**

Esta estação revelou um espólio diminuto. Foram recolhidos 84 fragmentos de cerâmica, dos quais 32 (69% do total do espólio) eram fragmentos de telha, repartidos de forma desigual pela estratigrafia (ver quadro 6.9.1) pertencendo a maior parte à UE 3 (59%).

Em resumo, o espólio do sítio é muito pobre, dificultando qualquer interpretação crono-cultural mas, atendendo às suas características técnicas e ao reportório funcional, podemos especular sobre uma vaga cronologia Medieval de uma comunidade rural onde dominam os utensílios de armazenamento, complementados com alguns objectos de cozinha e mesa, e de técnicas de fabrico mais cuidadas que podem indicar um certo relacionamento com os mercados urbanos regionais.



#### **6.9.4. Conclusão**

A exiguidade dos vestígios e as dimensões reduzidas da estrutura quadrangular identificada não permitem confirmar com segurança a natureza do tipo de estrutura patente, devendo corresponder a um pequeno *habitat* ou a uma instalação de apoio aos trabalhos agrícolas no meio rural.

O espólio encontrado, consentâneo com a interpretação do sítio como um *habitat* rural, pouco contribui para esclarecer a cronologia do sítio, que enquadrámos de forma genérica no Período Medieval.

A proximidade deste sítio com o de Espinhaço 5, aliada à descoberta de um novo local, a escassos 100 m a este da estação, permite equacionar um padrão de implantação de pequenos casais agrícolas, disseminados em pequenas elevações junto de pequenas várzeas, que, apesar do seu grau de destruição, não deixam de ser relevantes para uma tentativa/proposta de explicação do modelo de povoamento rural da região no Período Medieval.

#### **6.10. Monte Roncão 10**

##### **6.10.1. Introdução**

Os trabalhos arqueológicos no sítio Roncão 10 foram iniciados em Maio de 1999, integrados no conjunto das intervenções realizadas nas ocorrências do Quadro Geral de Referência afectas ao Bloco 14, e posteriormente continuados ao longo do mesmo ano, em função da relevância patrimonial do local.

Após um programa inicial de sondagens arqueológicas, comum à maioria dos locais intervencionados pelo Bloco 14, foi estabelecido um plano de intervenção de escavação em área, efectuado em duas fases, entre Setembro e Outubro de 1999 e continuado posteriormente em Novembro do mesmo ano, com o fim de caracterizar, com maior rigor, o potencial arqueológico do local e aferir a sua cronologia de utilização.

Administrativamente, o local pertencia à freguesia de Campo, actual União de Freguesias de Campo e Campinho, concelho de Reguengos de Monsaraz, distrito de Évora, encontrando-se identificado com o número de inventário da EDIA n.º 95382 e com o CNS 16348, e classificado como *habitat* de cronologia Medieval/Moderna.

No quadro da informação disponível, o sítio denominado Monte Roncão 10 correspondia a uma pequena encosta entre duas linhas de água, onde se observavam fragmentos de cerâmica de construção - telha grossa - e comum, numa área de cerca de 200 m<sup>2</sup> (Silva, 1996).

Os trabalhos de prospecção/reavaliação permitiram observar no local, uma elevação aplanada, a presença de materiais cerâmicos dispersos entre as duas pequenas

linhas de água da plataforma, e diversos elementos pétreos soltos, alguns de possíveis alinhamentos de muro.

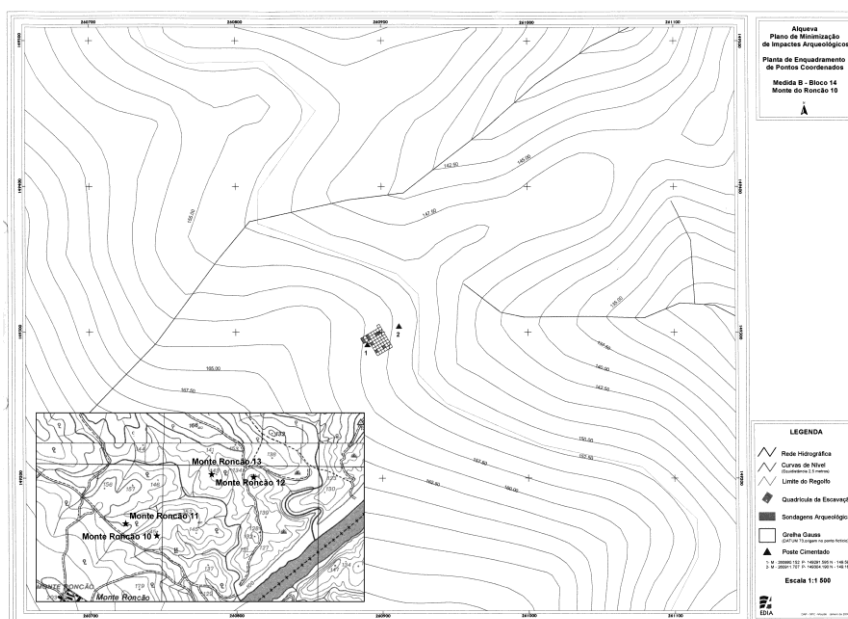


Fig. 6.10.1 – Localização na CMP 491 e levantamento topográfico com implantação das sondagens na quadrícula.

## 6.10.2. Trabalhos arqueológicos

### 6.10.2.1. Sondagens Arqueológicas

Como supra referido, a estratégia de intervenção procurou, numa primeira fase, caracterizar e delimitar os vestígios existentes através da execução de sondagens arqueológicas, efectuadas nas áreas de maior concentração de vestígios e nos aparentes alinhamentos das estruturas.

Foram implantadas quatro sondagens de 2x4 m e três de 2x2 m, georreferenciadas à Rede Geodésica Nacional. As sete sondagens escavadas revelaram uma potência diminuta, possuindo genericamente seis unidades estratigráficas, com cerca de 0,15 a 0,20 m de espessura no seu todo e denunciaram um conjunto de estruturas que apontava para uma construção de grandes dimensões.

A distribuição das sondagens obedeceu à implantação de um eixo orientado norte-sul com uma extensão de 25 m, ao longo do qual foram distribuídas três sondagens: duas de 2x2 m (Sondagens 1 e 2) e uma de 2x4 m (Sondagem 3). Por seu turno, a Sondagem 2 foi implantada na zona de maior ocorrência de materiais e as restantes na relação dos alinhamentos visíveis: a Sondagem 4, com as dimensões 2x4 m, de modo a confirmar a continuidade de um dos muros identificados nas Sondagens 1 e 3, e a Sondagem 5, a este da Sondagem 1, com o objectivo de melhor delimitar o muro existente. Por fim, a abertura

da Sondagem 6 (2x2 m) procurou responder à hipótese da continuidade de uma estrutura, a 11 m do eixo central, e a Sondagem 7, com as dimensões 2x4 m, confirmar a existência/continuidade das estruturas.

#### **6.10.2.1.1. Estratigrafia**

Nestas sete sondagens foram identificadas seis unidades estratigráficas, cujas características, salvo algumas excepções, foram comuns às áreas abertas e identificadas com a seguinte sequência:

UE 1 - Terras de cor castanho-escuro alaranjado, com vestígios de pedras de xisto, quartzo e fragmentos cerâmicos.

UE 2 - Terras de cor castanho alaranjada, homogéneas e espessas, relativamente compactas. Nas Sondagens 4 e 6, estes estratos apresentam uma coloração ligeiramente mais escura, com diversos fragmentos de xisto. Em todas as sondagens, esta camada apresenta fortes indícios de revolvimento e alteração devido às raízes. No caso da Sondagem 5, a escavação terminou com a remoção deste nível.

UE 3 - Terras castanho escuras, compactas, com grande concentração de xistos. Apesar de algumas semelhanças com a UE 2, diferencia-se da mesma por uma maior concentração de xisto, proveniente do muro observado nas Sondagens 2, 4 e 5. Na Sondagem 2, esta UE caracteriza-se por uma grande concentração de telhas e terras de cor castanho avermelhado e muito compactas, podendo corresponder a um nível de piso.

UE 4 - Afloramento xistoso nas Sondagens 1, 2, 3, 6 e 7. Na Sondagem 4, correspondeu a uma camada de terras de cor castanho avermelhado, relativamente compacta e argilosa, com fragmentos cerâmicos.

UE 5 - Nível do afloramento xistoso na Sondagem 4, onde surge ainda uma vala de fundação de muro. Na Sondagem 6, este depósito correspondeu a uma "bolsa" caracterizada por uma finíssima camada de terra bastante argilosa e aparentemente queimada, aliada a vestígios de carvões.

#### **6.10.2.1.2. Interpretação**

A escavação das sondagens permitiu observar um conjunto de estruturas, que se prolongavam por grande parte do patamar da elevação, testemunhando uma ocupação de grandes dimensões.

Nas Sondagens 1, 3 e 4 detectou-se um muro de orientação este-oeste que se encontrava bastante danificado nas Sondagens 4 e 5, restando nesta última, apenas alguns blocos que evidenciavam o seu alinhamento.

Foi observada na Sondagem 6 outra estrutura murária de grandes dimensões, com uma orientação norte-sul, interceptada por outra, na direcção este-oeste, que se

prolongava pela Sondagem 7. Sublinhe-se, contudo, o seu elevado nível de destruição/derrube. A Sondagem 2 não revelou qualquer tipo de estruturas.

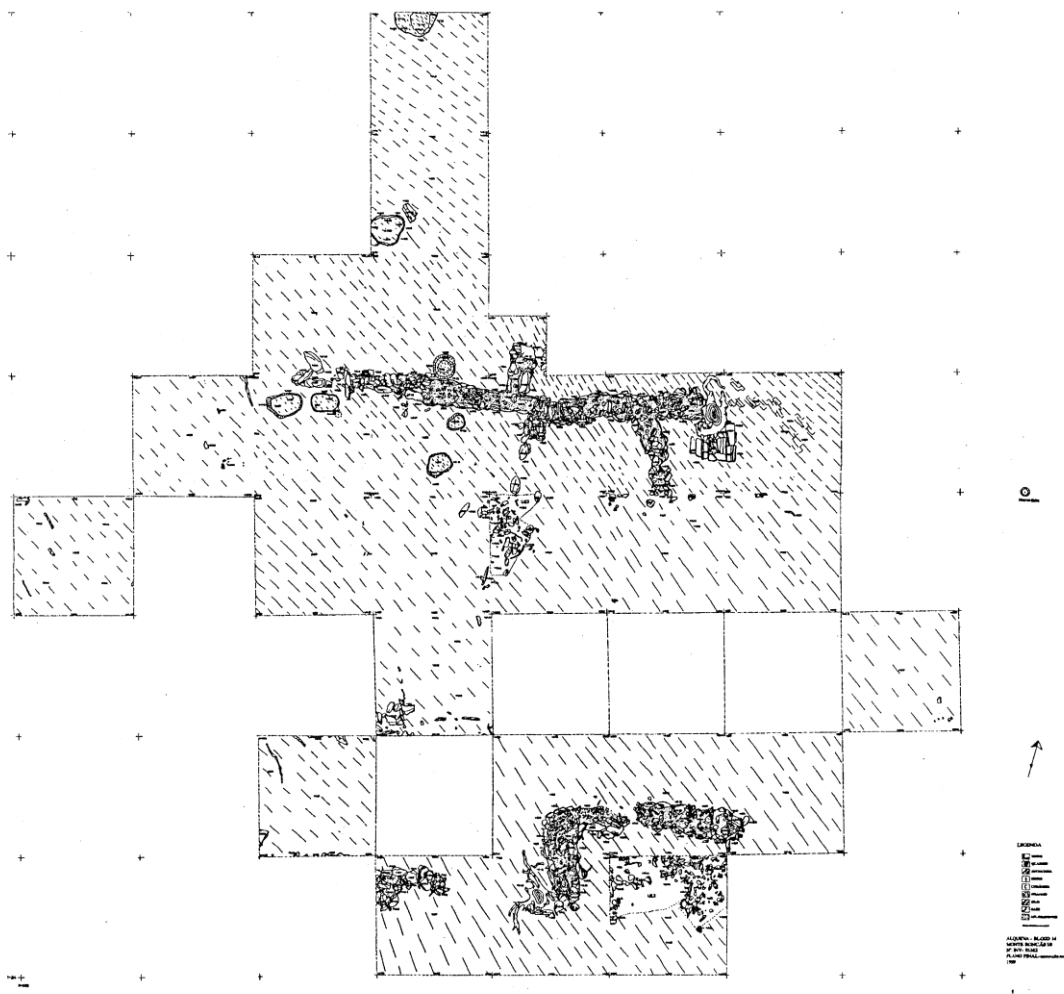


Fig. 6.10.2 – Plano final da escavação.



Fot. 6.10.1 – Fivela numa liga de cobre.

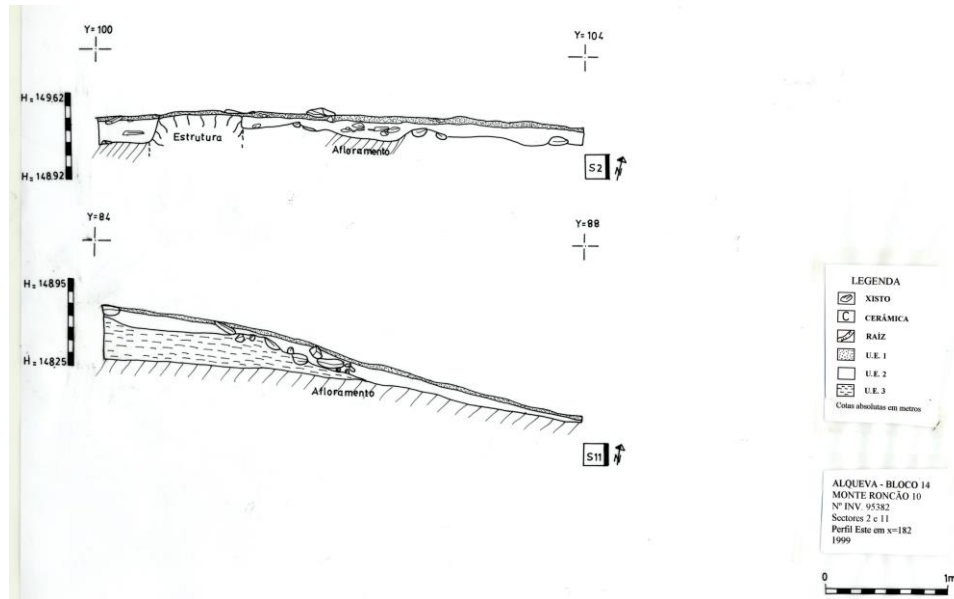


Fig. 6.10.3 – Perfis estratigráficos noroeste dos Sectores 2 e 11.

### 6.10.2.2. Escavação em Área

Dada a relevância dos resultados obtidos na primeira fase de intervenção, os trabalhos foram continuados com a escavação em área do local, de modo a proceder a uma melhor caracterização da funcionalidade e cronologia do sítio arqueológico e aferir da sua eventual relação com o sítio Monte Roncão 11, que se situava a escassos metros mas que correspondia a um outro horizonte cronológico.

Após breve limpeza do terreno, foi implantado o sistema de referência a partir do eixo anteriormente utilizado na marcação das sondagens arqueológicas. O terreno foi quadriculado em sectores de 4x4 m, que por sua vez englobavam quatro quadrados de 2x2 m, seguindo o eixo organizado alfanumericamente, de modo a permitir uma maior rapidez na delimitação dos vestígios identificados anteriormente. Desta forma, foram intervencionados 31 sectores numa área total de escavação de 500 m<sup>2</sup>.

#### 6.10.2.2.1. Estratigrafia

Na generalidade, a potência estratigráfica da estação foi diminuta, apresentando uma estratigrafia válida para grande parte das áreas abertas, caracterizada por três unidades/estratos sedimentares:

UE 1 - Terras húmidas de cor castanha escura, soltas, com alguma vegetação rasteira (raízes de estevas, ervas e folhas).

UE 2 - Terras castanhas claras, compactadas, com grande percentagem de pequenos fragmentos de xisto e quartzo.

UE 3 - Terras castanhas claras, compactadas, bastante semelhantes às terras da UE 2, mas com uma maior concentração de pedras de xisto e quartzo de calibre diverso.

#### UE 4 - Afloramento xistoso.

Numa análise genérica dos dados estratigráficos, a UE 1 correspondeu ao nível de coberto vegetal, superficial, extremamente reduzido e por vezes mesmo inexistente. A UE 2 atingiu cerca de 0,10 m a 0,15 m de espessura nos diversos sectores escavados e correspondeu ao estrato que cobria a maioria das estruturas identificadas e de onde foi recuperada a quase totalidade do espólio exumado. A UE 3 apenas surgiu, a espaços, associada aos níveis de destruição detectados. Por fim, a UE 4, o afloramento rochoso, revelava, em grande parte dos sectores intervencionados, as marcas dos intensos trabalhos agrícolas efectuados no local.

No substrato rochoso, foram ainda identificados diversos interfaces negativos do tipo fossa/silo, em cujo interior foram detectados estratos sedimentares resultantes do seu entulhamento deliberado.

#### **6.10.2.2.2. Interpretação**

Com a intervenção foram identificados diversos vestígios de estruturas, concentradas em cerca de três núcleos, designados como tal e numerados de forma sequencial à sua escavação. Os muros que compunham estes conjuntos foram, por seu turno, designados alfabeticamente, coexistindo distintas estruturas em cada núcleo, que evidenciam a presença de distintos espaços ou ambientes.

Sublinhamos que a agregação descritiva destas estruturas em três núcleos, I, II e III, correspondeu a uma organização metodológica e descritiva das estruturas, não sendo o espelho da realidade funcional do local. De facto, o seu elevado grau de destruição não permitiu confirmar se se tratavam de vestígios de uma ou mais estruturas distintas ou partes de um complexo habitacional de maiores dimensões, uma vez que a ausência de relação directa das estruturas entre si pode estar relacionada com a profunda acção agrícola que afectou o local, ou com a presença de espaços abertos interiores e exteriores do tipo pátios e/ou logradouros.

Parte das estruturas postas a descoberto na intervenção em área haviam sido identificadas nas sondagens arqueológicas, permitindo agora uma leitura mais clara da complexidade do local.

#### **6.10.2.2.2.1. Estrutura/Núcleo I**

A Estrutura/Núcleo I, identificada nos Sectores 3, 7, 28, 2, 25, 31, 27, 20 e 21, era definida por quatro muros pétreos construídos com pedras de xisto de dimensões variadas e terra argilosa, que assentavam directamente sobre o afloramento, com uma largura de cerca de 0,40 m e um alçado conservado entre os 0,20 e os 0,40 m de altura. As dimensões e os espaços desta área não foram aferidos na totalidade, já que os muros se encontravam truncados pela acção profunda das lavras agrícolas. O Muro A, conservado

no sentido este/oeste, possuía 14 m de comprimento e definia um canto com um segundo muro (Muro B, Sector 27) com cerca de 3 m de largura, que terminava abruptamente, destruído pela lavra, definindo um primeiro Ambiente (Ambiente I). Do Muro A, partiam ainda outras estruturas, para sul e norte respectivamente (Muros D e C, Sector 20 e 27 e Sector 27, respectivamente), deixando intuir outros espaços, que, devido à destruição abrupta dos muros não foi possível caracterizar.



*Fot. 6.10.2 e 3 – Vista geral para sudoeste da Estrutura/Núcleo I, Muro A, desde o Sector 20. Estrutura/Núcleo I, pavimento constituído por lajes de xisto.*

Nos sectores intervencionados na continuação do Sector 27, foram também identificados três interfaces negativos (V, VI e VII) e diverso espólio cerâmico, permitindo intuir uma continuidade de área ocupada neste quadrante, eventualmente caracterizada por mais espaços/ambientes, relacionados especificamente com áreas de armazenagem.

Em área contígua ao Muro A, Sectores 20 e 21, foi ainda identificado, sob as raízes de uma oliveira, um conjunto de lajes de xisto niveladas, assentes sobre o afloramento xistoso que deveriam corresponder a um eventual pavimento em xisto aqui existente. Esta estrutura encontrava-se coberta pelas terras da UE 2, onde foram exumados um exemplar de uma fivela em bronze e abundantes materiais cerâmicos de construção e comuns, atestando a utilização deste espaço como área funcional.

Podemos assim considerar que os vestígios detectados confirmam a presença de uma estrutura de planta complexa. Os Muros B, C, D e os seus prolongamentos indiciam que o complexo habitacional teria, de facto, mais do que um compartimento/ambiente.

Por outro lado, não foi possível aferir a relação efectiva deste conjunto de vestígios com os muros da Estrutura/Núcleo II, identificados a cerca de 10 a 12 m para sul, dada a inexistência de uma relação directa entre estes espaços. Ainda assim, a sua proximidade atesta uma relação e um programa construtivo comum.

A exiguidade dos vestígios detectados, bem como a fraca potência estratigráfica observada, para além de não nos permitirem uma interpretação plena da Estrutura/Núcleo I, atestam bem a destruição do sítio em questão.

#### **6.10.2.2.1.1. Ambientes 1, 2 e 3**

O Ambiente 1 correspondeu à área delimitada pelo Muro A e pelos dois muros interiores, alinhados norte-sul, que definiam um aparente espaço interior com cerca de 3 m de largura, e comprimento indefinido, dada a destruição que as estruturas sofreram por acção da lavra. Do seu muro interior mais a oeste, definia-se um segundo espaço interior, de maiores dimensões e planta igualmente desconhecida, correspondente à zona onde foram identificados os silos observados neste sector, podendo estar relacionado com funções de armazenamento.

Por outro lado, a presença de abundante espólio cerâmico de grandes recipientes do tipo talha, na Sondagem 2, a sul destes espaços e na continuação do seu alinhamento, reforça esta ideia.

Por último, o espaço correspondente a uma possível área exterior, definida pelo limite do Muro A e do Muro B, recebeu a designação de Ambiente 3. A hipótese de se tratar de uma possível área aberta ou um espaço de circulação foi também reforçada pelos vestígios de um piso executado com lajes de xisto, mais coadunado a espaços descobertos ou áreas descerradas.

#### **6.10.2.2.2. Estrutura/Núcleo II**

Aproximadamente a 12 m a sul da Estrutura/Núcleo I foi identificada a Estrutura/Núcleo II, composta por dois muros de pedras de xisto de calibre diverso e terra argilosa, identificados nos Sectores 9, 14 e 26. O troço de muro de maior comprimento, cerca de 7 m, possuía uma orientação nor-noroeste/su-sudeste, com uma largura máxima de 0,50 m e um alçado médio de 0,15 a 0,20 m, construído directamente sobre o afloramento rochoso e muito danificado pelos trabalhos agrícolas. Na quadrícula J13 apresentava um vão sugerindo uma entrada ou acesso a um outro Ambiente, igualmente definido com outro muro de igual construção, com um alçado conservado de 0,30 m. O muro em questão encontrava-se bastante danificado e a sua detecção apenas foi possível face à presença de uma árvore cujas raízes terão conservado os vestígios pétreos nessa área.

A relação destes muros com o canto/esquina observado, sugere que estes faziam parte de um segundo compartimento/ambiente (Ambiente II) de forma rectangular, mas a destruição provocada no restante espaço escavado não permitiu confirmar com segurança esta proposta.

Ao longo da Estrutura/Núcleo II foi igualmente observado um vasto derrube composto por pedras de xisto e cerâmica de construção que cobria toda a estrutura, prolongando-se pelos Sectores 9, 22, 26, 12 e 14.



Nos Sectores 12 e 22, foi exumada quantidade bastante significativa de espólio cerâmico de formas e pastas diversas, assim como duas moedas medievais (ver fotos 6.10.9 e 6.10.10), uma conta metálica e um fragmento de vidro esverdeado. No limite sudeste do Sector 12, foi igualmente detectado um gonzo em granito (ver foto 6.10.5).

A presença destes materiais atesta claramente uma ocupação de cariz habitacional desta área, já confirmada pelos dados do conjunto estrutural I. Como referimos, o grau de destruição do local invalidou uma leitura completa do complexo, que poderia integrar numa mesma realidade arquitectónica os distintos núcleos de estruturas descritas.

#### **6.10.2.2.3. Estrutura/Núcleo III**

A Estrutura/Núcleo III localizava-se a cerca de 10 a 12 m a sul da Estrutura/Núcleo I, e a aproximadamente 4 m a oeste da Estrutura/Núcleo II, no Sector 11. Tratava-se de um pequeno troço de um muro em pedra de xisto, parcialmente identificado na Sondagem 7, orientado no sentido Su-sudoeste/Nor-nordeste, com cerca de 2,6 m de comprimento. Encontrava-se bastante destruído e a sua largura máxima rondava os 0,60 m, com duas fiadas de pedra ligadas com terra argilosa, com cerca de 0,20 m de altura conservada. Era ainda visível a sua continuação para noroeste, apesar da ausência de qualquer relação directa com a Estrutura/Núcleo II.

Tal como as demais, esta estrutura encontrava-se coberta pela UE 2, um nível com abundante presença de elementos pétreos, relacionado com o abandono e destruição do local, e assentava directamente sobre o afloramento rochoso.

#### **6.10.2.2.4. Interfaces negativos**

Nos diversos sectores intervencionados foram identificados cerca de sete interfaces negativos escavados no afloramento xistoso. Um destes interfaces (Interface I) correspondia a uma estrutura de tipo silo, apresentando dimensões superiores às demais estruturas idênticas identificadas, que, pela ausência de uma forma definida ou pelas pequenas dimensões e profundidade, mais se enquadravam na tipologia de pequenas depressões no afloramento, preenchidas com resquícios das UE 2 e UE 3. O então designado Silo I foi identificado na área correspondente à antiga Sondagem 4 (Sector 7), após a desmontagem de parte do nível de destruição do Muro A (Estrutura/Núcleo I). Apresentava uma forma ovalada, de secção em forma de saco, com uma profundidade média aproximada de 0,65 m e uma estratigrafia naturalmente distinta das demais depressões: presença de terras das UE 2 e UE 3 a cobrir o topo do seu enchimento constituído pela UE 5, composta por terras castanhas escuras, extremamente húmidas e compactadas, com abundante material de construção; e a UE 6, terras castanhas escuras enegrecidas, compactadas, com grande percentagem de carvões na sua composição, diverso material cerâmico e um pequeno aro em ferro.

Os restantes interfaces correspondiam a depressões naturais do afloramento rochoso, colmatados com os resquícios da UE 2 e UE 3, com a seguinte localização:

- Interface II: Sector 2, a sul do Muro A do Estrutura/Núcleo I. De forma ovalada, com cerca de 0,20 m de profundidade. A sua sequência estratigráfica era composta pela UE 2 e UE 3, onde foram exumados fragmentos de cerâmica de construção e uma argola em ferro.

- Interface III: Sector 2, igualmente a sul do Muro A do Estrutura/Núcleo I. De forma oval e boca não muito larga com cerca de 0,25 m de profundidade. A sua sequência estratigráfica era composta pela UE 2 e UE 3, onde foram exumados fragmentos de cerâmica de construção.

- Interface IV: Sector 7, a sul do Muro I do Estrutura/Núcleo I, a cerca de 0,40 m do Silo I. Tal como este último, o Interface IV foi identificado após a desmontagem parcial do derrube associado ao referido muro. A sua potência estratigráfica era de 0,30 m, onde se detectaram as terras da UE 2 e da UE 3, onde foram exumados fragmentos de cerâmica de construção.

- Interface V: Sector 28, encostado ao Muro A do Estrutura/Núcleo I. De secção semicircular, com diâmetro de boca com cerca de 0,60m e profundidade de 0,50 m. Na estratigrafia observada, apenas se detectaram a UE 2 e UE 3, onde foram observados fragmentos de cerâmica de construção.

- Interface VI: Sector 29, a norte do Muro A do Estrutura/Núcleo I. De forma ovalada, a sua profundidade não excedia os 0,20 m. Na estratigrafia observada, apenas se detectaram a UE 2 e UE 3, onde foram exumados fragmentos de cerâmica de construção.

- Interface VII: Sector 30, igualmente a norte do Muro A do Estrutura/Núcleo I. Não foi possível compreender a sua forma integral, já que o mesmo estava encostado ao perfil norte do Sector 30. A sua profundidade não excedia os 0,40 m. Na estratigrafia observada, foram detectadas a UE 2 e UE 3, não tendo sido recolhido qualquer tipo de espólio.



*Fot. 6.10.2 e 3 – Vista geral da área da Estrutura/Núcleo II.. Estrutura/Núcleo II, Sector 12, pedra em granito com desgaste dum eventual gonzo.*

### 6.10.3. Espólio

Este sítio é um dos mais ricos quanto ao volume do material encontrado. O universo de fragmentos estudados é composto por um total de 2440 exemplares, que correspondem a 2333 indivíduos, dos quais 486 pertencem ao grupo do material de construção, resultando um número total de 1847 vasilhas, a maior parte das quais surgiu no nível superficial (63,61% do total). Porém, a acusada fragmentação dos objectos dificulta a identificação da forma funcional, sendo que apenas em 16,19% dos fragmentos esta foi reconhecida (ver quadro 6.10.1). De facto, apenas um exemplar reúne todo o perfil da sua forma, sendo a imensa maioria das peças constituída por fragmentos de pança (69,73%), seguida dos bordos com 9,53%, fundos com 8,6%, asas com 6,11% e colos com 1,35%.

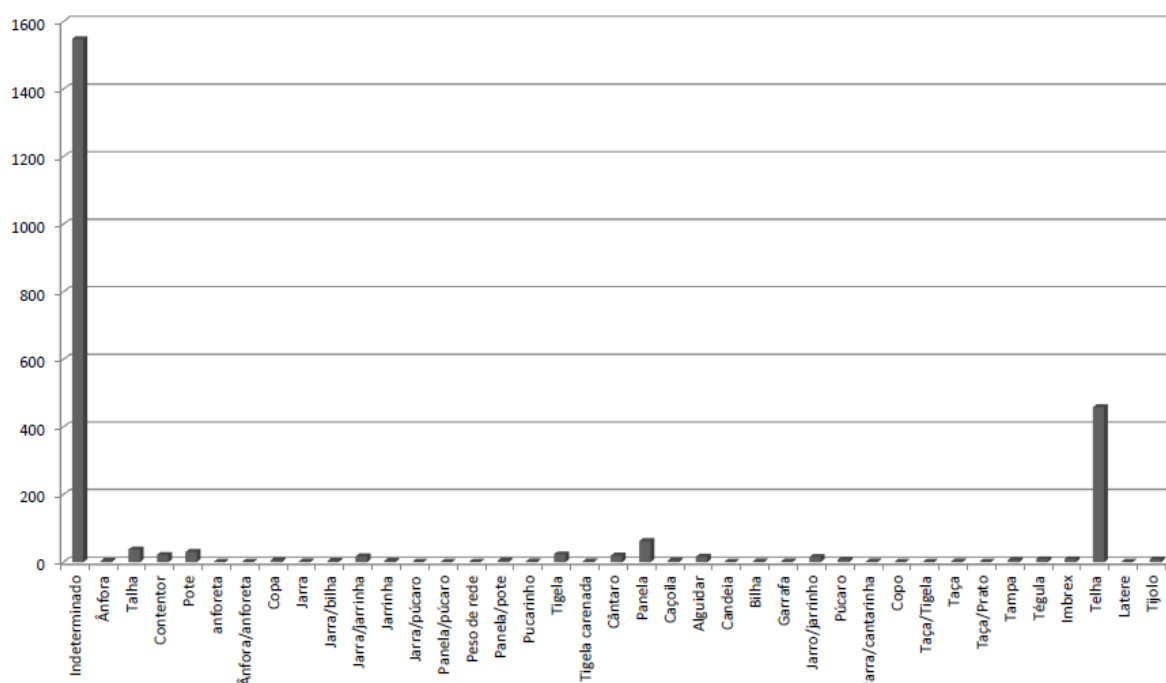
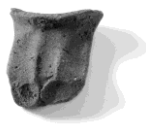


Gráfico 6.10.1 – Formas funcionais.



Fot. 6.10.3 e 4 – Peça (018)0592, fundo. Peça (018)1195, asa digitada.



Fot. 6.10.5 e 6 – Peças ornamentadas (018)1795 e (018)2282.

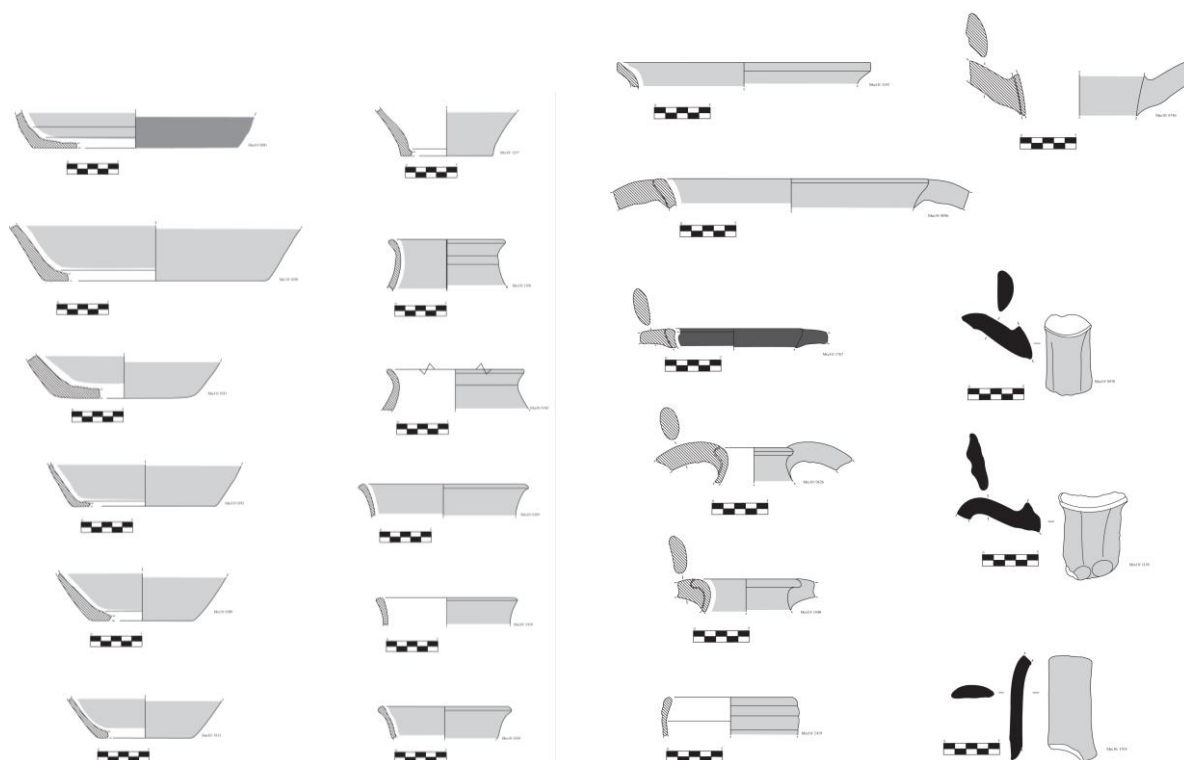


Fig. 6.10.4 e 6.10.5 – Loiça de cozinha e de armazenamento.

Dentro das peças classificadas (ver gráfico 6.10.1), as formas mais representadas correspondem a loiça doméstica, com destaque para as panelas (20,74%) e os potes (10,03%); constituindo os alguidares 4,68% dos objectos identificados, as tampas 2,01% e as caçoilas-saladeiras 0,33%. Uma forma característica é a panela de colo canelado (ver fig. 6.10.11) com cronologias dos séculos XIII-XIV em Évora (Teichner & Schierl, 2009, fig. 4.4, 5 e 9) e dos séculos XIV-XVI no Crato (Catarino, 1995, Fig. III.3).

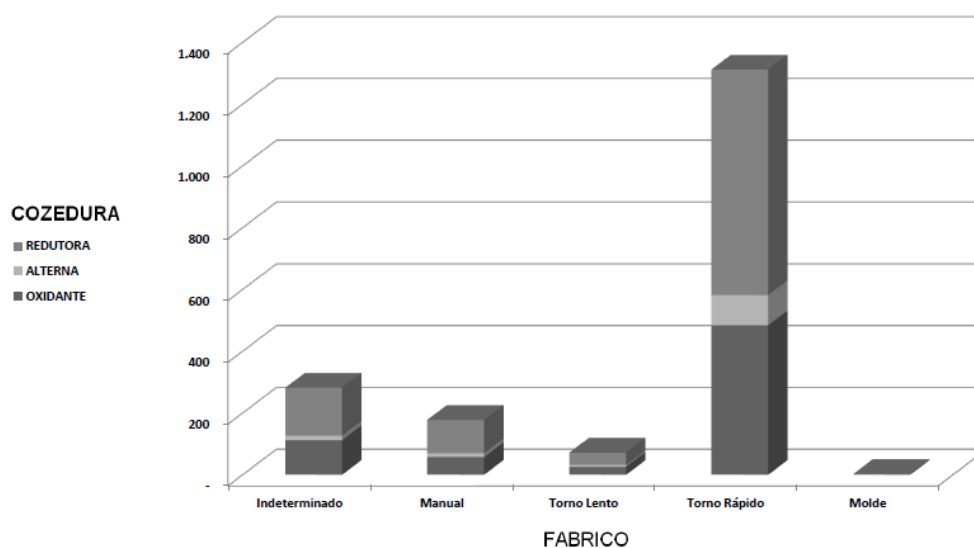


Gráfico 6.10.2 – Técnicas de fabrico e cozedura.

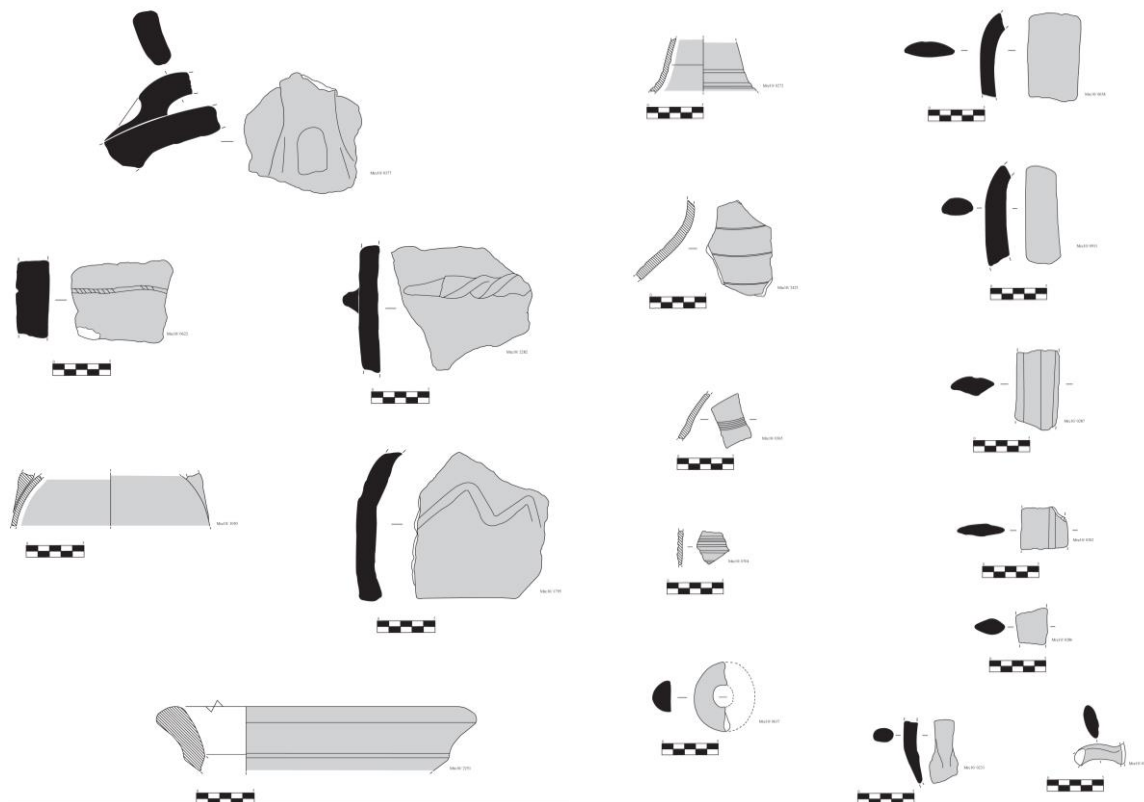


Fig. 6.10.6 e 7 – Peças ornamentadas.

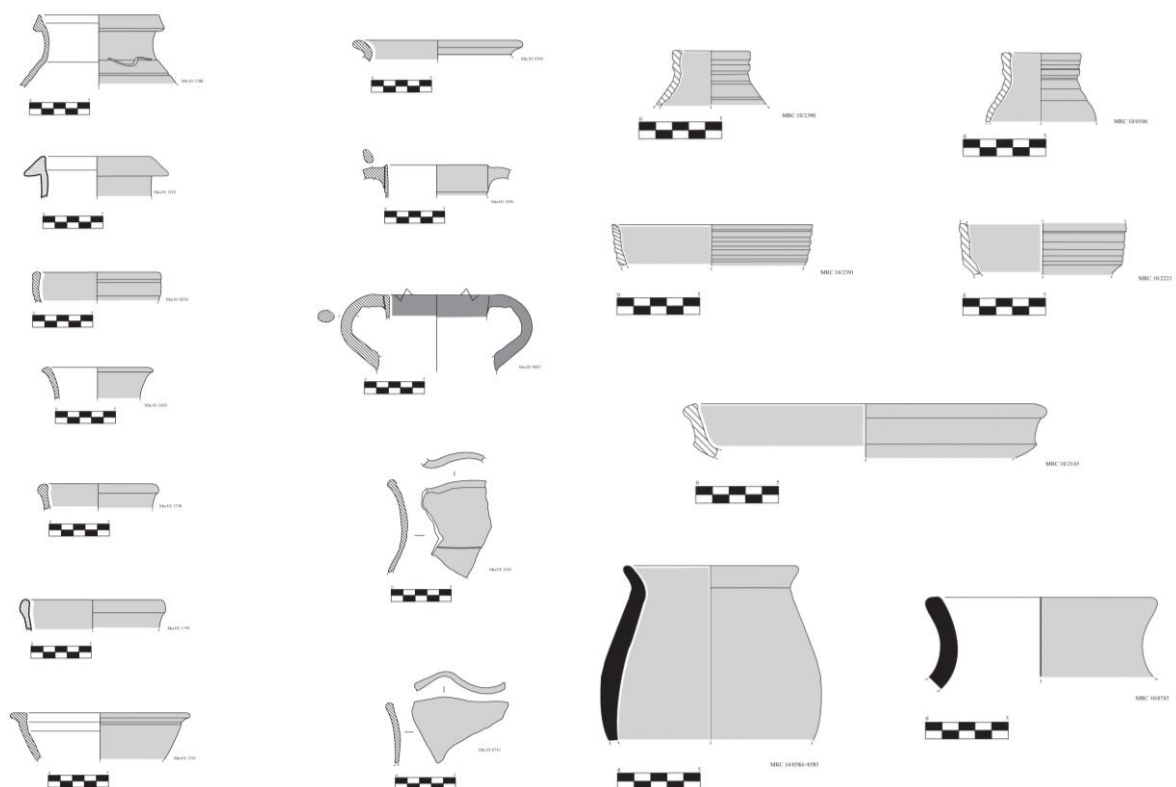


Fig. 6.10.8 e 6.10.9 – Loiça de cozinha e de armazenamento.



Fot. 6.10.7 – Peça (018) 0832, teste.

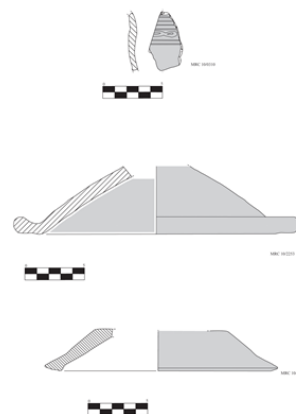


Fig. 6.10.10 – Loija de cozinha.

Neste sítio, a loiça de armazenamento é muito mais reduzida do que nas estações de cronologias mais recuadas. É composta por talhas (12,7% das peças identificadas), contentores (7,02%) e, em muito menor proporção, ânforas (0,66%). Encontramos alguns bordos de cântaras (Fig. 6.10.8) com cronologias nos séculos XIV-XVI (por exemplo, em Paderne segundo Catarino & Inácio, 2008, fig. 18), e colos de bilha canelados (fig. 6.10.9) de igual cronologia de Peniche (Venâncio, 2006, fig. 6). No que diz respeito à loiça de mesa, apenas se documentam tigelas (12,06%) e jarras/pucarinho (0,66%). Algumas formas de jarrinha de tradição islâmica documentam-se de forma ampla nos séculos XIII-XIV (fig. 6.10.10), por exemplo em Évora (Teichner & Schierl, 2009, p. 981, fig. 4.1). Também são de tradição islâmica as tigelas carenadas (fig. 6.10.11) com cronologias dos séculos XIII e XIV-XV, por exemplo no Crato (Catarino, 1995, fig. IV). Uma percentagem residual corresponde aos pesos de rede ou às candeias (0,33%).

Atendendo às técnicas de fabrico (ver gráfico 6.10.2), constatamos que, comparativamente com as outras estações, encontra-se uma elevada percentagem de cerâmicas fabricadas a torno rápido e pode considerar-se residual a cerâmica fabricada a torneado lento (3,90%) ou manualmente (9,64%). Encontram-se também valores mais altos, mas proporcionalmente ainda baixos, de cerâmicas cozidas em atmosfera oxidante regular (36,87%) relativamente às que apresentavam cozedura redutora (55,98%). Quanto à relação existente entre as formas e as técnicas de fabrico, constatamos que no conjunto de fragmentos indeterminados aparecem as elaboradas de maneira manual (5,84%), a torno lento (3,41%) e a torno rápido (59,44%), sendo que as produções a torno lento dizem respeito a objectos de armazenamento (talha e contentor) e cozinha (panela e alguidar). Mais significativa é a distribuição de formas entre as cerâmicas manuais, constatando-se a utilização da técnica do rolinho quase exclusivamente em talhas; e a técnica manual especialmente em cântaras (16 exemplares), mas também em panelas (3 exemplares), contentores, potes e jarrinhas (2 exemplares cada).

A técnica de fabrico manual encontra-se associada as pastas cinzentas e suas variantes (1,94% e 3,62%). Com torneado lento a representação limita-se às pastas de cor cinzenta (1,57%). As pastas dos objectos fabricados a torno rápido são mais variadas: pastas alaranjadas (3,62%), cinzentas (43, 19%), e castanhas (2,11%).

A opção técnica mais frequente combina a modelagem por torneado rápido e cozedura redutora (39,52%) seguida dos fabricos a torno rápido e cozedura oxidante (26,20%). As redutoras apresentam maioritariamente fabrico manual (5, 46%).

A maior parte do vasilhame (96,21%) não apresenta decoração e dentro dos casos raros de peças decoradas destacam-se as caneluras em panelas (4,47%) e tigelas (4,47%), as talhas com impressões ou aplicações plásticas (5,97%), e alguns fragmentos de vidrado monocromo (0,16%).

Muito relevante para a datação do espólio é o achado de duas moedas. A moeda detectada durante a crivagem (nas terras da UE 2, Plano 1 do Sector 12), foi classificada como sendo uma Mealha ou um Meio Dinheiro, em liga de prata e cobre com cunhagem em Lisboa, no reinado de D. Dinis.



*Fot. 6.10.9 e 10 – Mealha ou Meio Dinheiro do reinado de D. Dinis. Dinheiro de D. Afonso III ou de uma Mealha ou Meio Dinheiro de D. Dinis, valorizado em X Dinheiros.*

O estado de conservação da segunda moeda, não nos permite saber com segurança, se trata de um Dinheiro de D. Afonso III ou de uma Mealha ou Meio Dinheiro de D. Dinis, valorizado em X Dinheiros. Foram, também, detectados metais, dos quais destacamos uma fivela decorada em bronze, vários pregos e argolas de ferro e uma chapa perfurada em bronze. Também se detectaram, à superfície, vestígios de escória de ferro.

Em resumo, podemos concluir que este é um dos maiores e mais variados conjuntos do Bloco 14, não obstante a sua grande fragmentação e o carácter indeterminado de muitos objectos no que à forma diz respeito.

O conjunto enquadra-se entre os séculos XIV e XVI, com predominância das formas dos séculos XIV e XV. O reportório formal é muito variado em relação aos espólios descritos anteriormente. Embora continuem a dominar as formas de cozinha e de

armazenamento e transporte, aumenta significativamente a percentagem de loiça de mesa. Estes dois elementos, diversidade e maior presença de loiça de mesa, podem ser conotados com uma maior influência dos meios urbanos. Porém, sobrevivem formas muito rudimentares, que não parecem corresponder a elementos residuais de eventuais fases de ocupação mais antigas, mas que corresponderão a características perduráveis e endémicas do mundo rural onde o sítio se insere.

Este conjunto demonstra discrepâncias técnicas fortes em relação ao espólio dos sítios anteriores, com um domínio absoluto dos fabricos de torneado rápido e uma escassa representação de fabricos manuais e de torneado lento. O domínio das cerâmicas fabricadas com torneado rápido e cozeduras redutoras parece indicar novas preferências, certamente devidas ao novo domínio do norte cristão sobre este território, no qual esta combinação técnica é a predominante face à tradição oleira precedente, onde as cozeduras oxidantes dominavam.

#### **6.10.4. Conclusão**

A diversidade e amplitude dos vestígios arqueológicos identificados no Monte Roncão 10 atestam a existência no local de um complexo habitacional de grandes dimensões, do qual foram identificados cerca de três núcleos de estruturas, de maior ou menor complexidade, e apartados entre si. Estes conjuntos definiam espaços interiores ou ambientes, demonstrando uma orgânica interna, com evidência de possíveis vestígios de estruturas de pavimentação associadas, como lajeados de xisto. Estes contextos, muito afectados pelos trabalhos agrícolas, compunham uma realidade habitacional de dimensões mais alargadas, pontuada pela existência de silos/estruturas de armazenamento e interfaces negativos em áreas contíguas, que poderiam pertencer a um único complexo, com presença de espaços abertos interiores, como pátios ou logradouros, ou de um eventual *habitat* com distintos espaços de utilização.

A diversidade formal e abundância do espólio recolhido atesta também este cariz habitacional do local, destacando o Monte Roncão 10 como um *habitat* rural do período cristão posterior à conquista feudal, revelando uma cultura material que consagra a singularidade do sítio neste contexto rural.

### **6.11. Monte Barbosa 5**

#### **6.11.1. Introdução**

Os trabalhos arqueológicos no sítio Monte Barbosa 5 foram efectuados em Setembro de 1998, integrados no conjunto das intervenções realizadas nas ocorrências do Quadro Geral de Referência afectas ao Bloco 14.



A intervenção arqueológica teve como principal objectivo efectuar uma avaliação do potencial arqueológico do local e aferir a sua funcionalidade e cronologia, mediante a identificação de (eventuais) estruturas e níveis arqueológicos preservados.

Administrativamente, o local pertencia à freguesia de Alqueva, actual União de Freguesias de Amieira e Alqueva, concelho de Portel, distrito de Évora, encontrando-se identificado com o número de inventário da EDIA n.º 95178 e com o CNS 13590, de cronologia Medieval e referenciado como *habitat*.

Situava-se na Herdade do Barbosa, no topo de uma pequena elevação ou patamar, num pequeno vale virado ao Guadiana. À superfície eram observáveis escassos vestígios de cerâmica de características manuais, razão pela qual o local foi inicialmente escavado pelo Bloco 4 (Pré-história recente), aferindo-se posteriormente a sua cronologia mais recente, enquadrada no Período Medieval/Moderno e consequentemente transferido para a esfera de intervenção do Bloco 14.

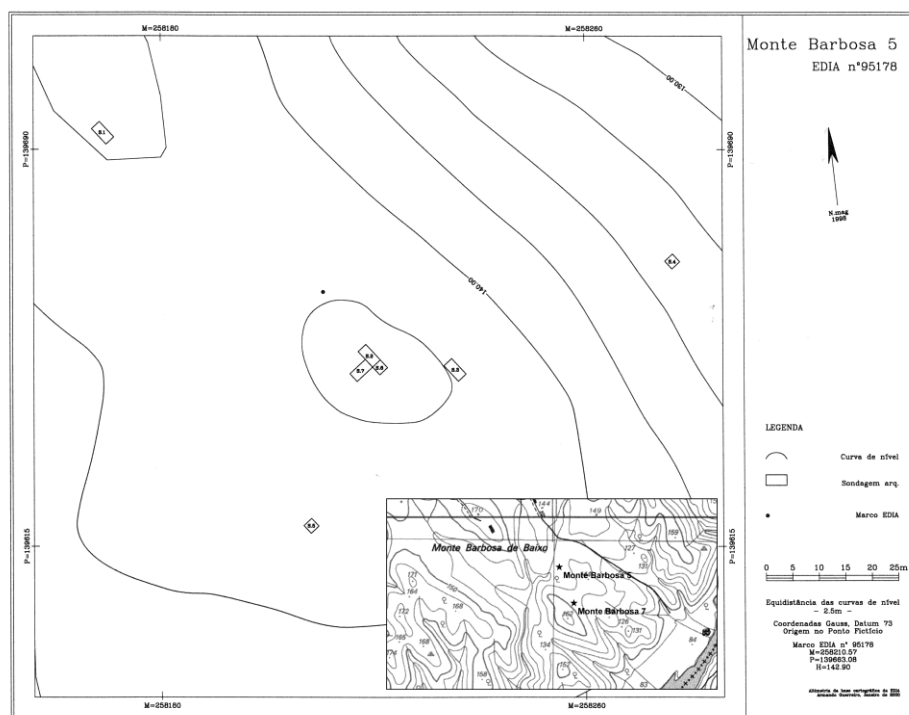
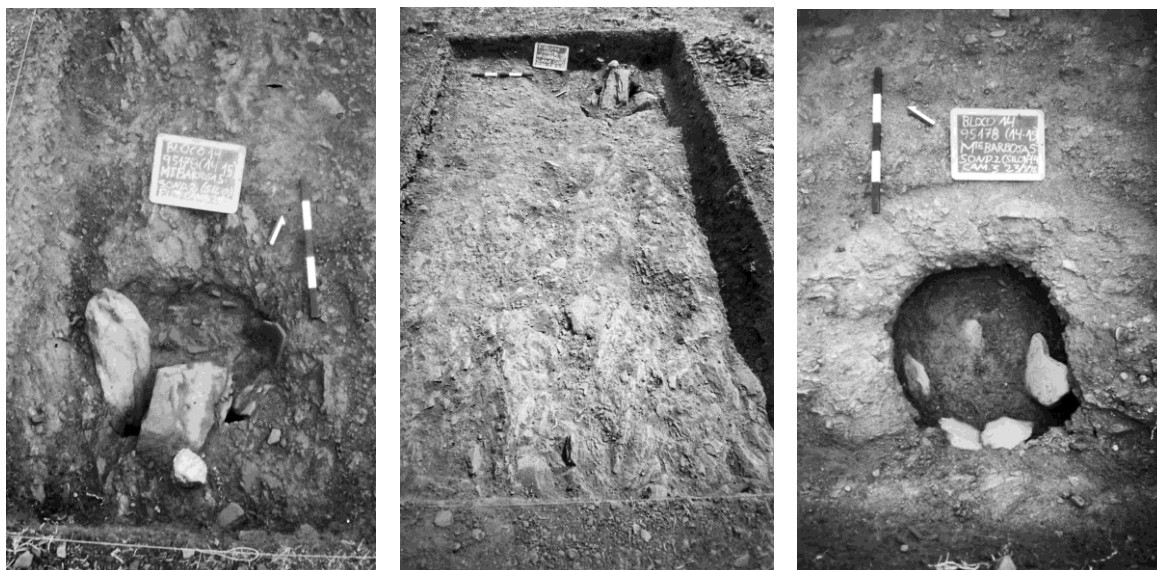


Fig. 6.11.1 – Localização na CMP 501 e levantamento topográfico com implantação das sondagens.

### 6.11.2. Trabalhos arqueológicos

Como na maioria dos locais intervencionados pelo Bloco 14, a potência estratigráfica era bastante reduzida e homogénea, compreendendo genericamente a dois níveis sedimentares com cerca de 0,15 a 0,20 m de espessura.



Fot. 6.11.1, 2 e 3 – Vista para sudeste da Sondagem 2, afloramento xistoso, sendo visível a boca do silo no quadrante sul, ainda por escavar. Sondagem 2, plano final, sendo visível a boca do silo no quadrante sul. Sondagem 2, boca do silo durante a escavação.

Foram inicialmente delimitadas cinco sondagens ao longo da elevação do local, procurando abranger diferentes áreas, com dimensões de 2x2 m, georreferenciadas à Rede Geodésica Nacional. Aqui, devido ao elevado grau de destruição, não foram encontradas estruturas positivas, sendo no entanto detectado numa das sondagens (Sondagem 2), um pequeno silo de forma globular e as suas sucessivas camadas de enchimento.

No decorrer dos trabalhos foram ainda abertas as Sondagens 6 e 7, na área adjacente à Sondagem 2, procurando uma eventual identificação de vestígios de estruturas relacionadas com o interface encontrado.

#### **6.11.2.1. Estratigrafia**

Apresentam-se em seguida as sequências estratigráficas das sondagens efectuadas no local.

##### **6.11.2.1.1. Sondagens 1, 3, 4 e 6**

UE 1 - Terra vegetal, solta e humosa, de cor castanha escura, solta, com pedras de xisto de pequeno calibre.

UE 2 - Terra castanha clara, amarelada, bastante compacta, com pedras de xisto de médio e pequeno calibre. Sublinhe-se que nas Sondagens 6 e 7, adjacente à estrutura negativa/silo identificada na Sondagem 2, destacava-se entre as terras deste nível uma grande abundância de materiais de construção.

UE 3 - Afloramento xistoso, onde eram visíveis as marcas do arado, provenientes do sistemático processo da lavoura do vale em questão.

### 6.11.2.1.2. Sondagem 2

UE 1 - Terra vegetal idêntica à UE 1 das Sondagens 1 e 3.

UE 2 - Estrato de coloração castanho avermelhada, muito compacto, com blocos pétreos de xisto e quartzo de pequeno e médio calibre e forte abundância de cerâmica diversa. Foi exumada uma moeda sem leitura. Neste estrato, destacou-se um pequeno conjunto de pedras de xisto cravadas verticalmente no sedimento e dispostas de forma semicircular, correspondendo ao enchimento/selagem da “boca” de uma estrutura negativa de tipo silo.

UE 3 - Afloramento xistoso.

UE 4 - Primeiro nível de terras de enchimento do silo, composto por um estrato castanho-escuro com inúmeras pedras de xisto de pequeno calibre, resultantes da desagregação do afloramento de xisto (UE 3) e ainda por alguns blocos de quartzo e grande quantidade de fragmentos de telha de construção.

UE 5 - Nível de enchimento do silo. Estrato de cor castanho-escuro, com pequenos nódulos de carvão e pequenos fragmentos do afloramento xistoso. Foram exumadas duas moedas, sendo uma das quais um eventual ceitel de D. Afonso V (1432-1481).

UE 6 - Interface negativo/silo escavado no afloramento de xisto, de forma globular, mais estreita no topo, larga/abaulada nas paredes e de novo estreita e achatada na base.

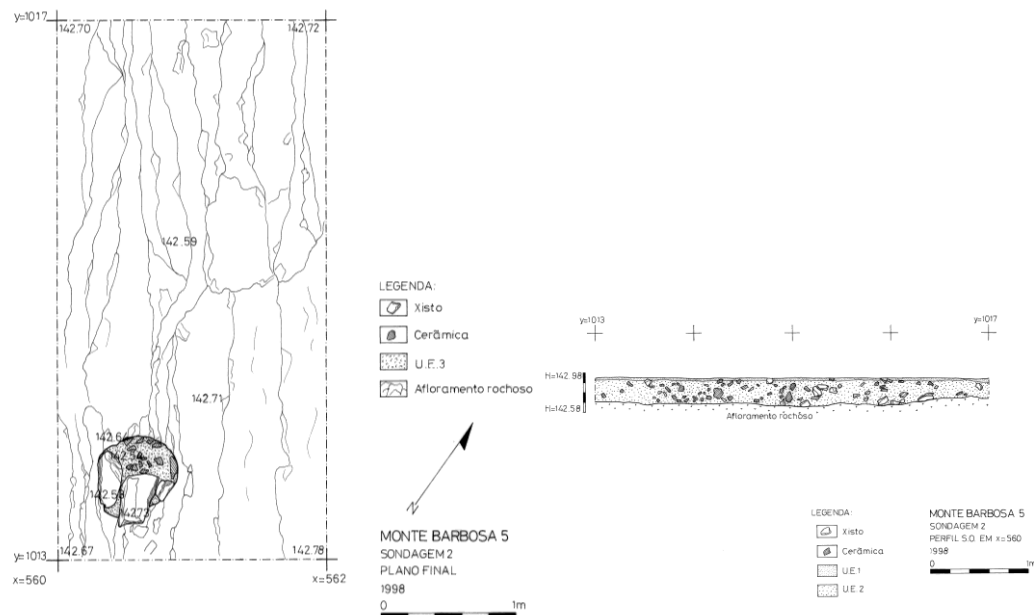


Fig. 6.11.2 e 3 – Sondagem 2, plano final e perfil sudoeste-nordeste.

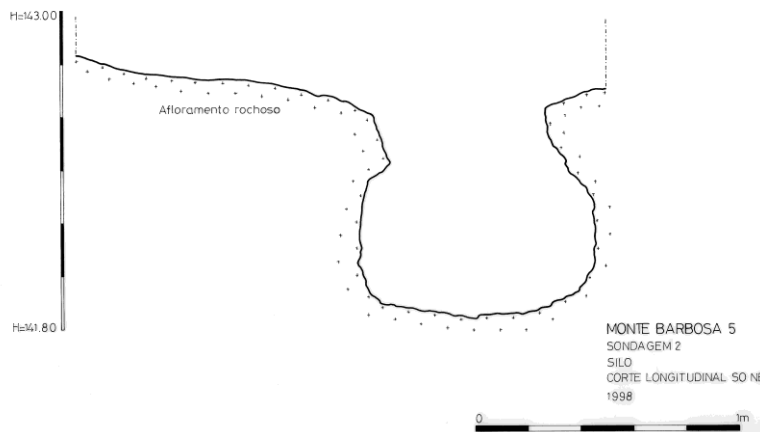


Fig. 6.11.4 - Sondagem 2, corte longitudinal do silo, no sentido sudoeste-nordeste.

### 6.11.2.1.3. Sondagem 5

UE 1 - Similar à terra vegetal das restantes sondagens.

UE 2 - Igualmente semelhante, na compactação e homogeneidade, à UE 2 das Sondagens 1, 3 e 4, diferenciando-se pela cor castanho avermelhada, mas com igual presença de blocos pétreos de pequeno e médio calibre.

UE 3 - Afloramento de xisto.

### 6.11.2.2. Interpretação

Devido à escassa potência sedimentar do local e à profunda acção dos trabalhos agrícolas, foram escassos os vestígios identificados, cingindo-se ao reconhecimento e escavação de uma estrutura negativa de tipo silo, escavada no afloramento rochoso de xisto, de secção globular, ligeiramente alongada. Esta estrutura estaria integrada num complexo habitacional de construções positivas que, face à profunda destruição do local, não deixaram evidências senão a presença de abundante material de construção da cobertura. A própria ausência quase total de pedras de xisto de médio e grande calibre atesta, por si só, o grau de destruição do local. Considerando a grande concentração de materiais de construção na imediação da referida estrutura negativa, é provável a existência de outras idênticas e/ou a sua integração no complexo aí construído.

A presença e preservação do silo entende-se na medida em que esta é uma estrutura subterrânea, abaixo do nível do afloramento xistoso (UE 3), logo mais protegida das actividades agrícolas, sobretudo mecanizadas.

Esta estrutura, por seu turno, apresentava diferentes níveis de enchimento, com abundante espólio cerâmico cuja análise testemunha a favor de uma ocupação permanente do local.

### 6.11.3. Espólio

Nesta estação os artefactos recolhidos foram pouco numerosos. Registaram-se um total de 325 fragmentos cerâmicos, dos quais 84 são materiais de construção, correspondendo 241 indivíduos a vasilhas.

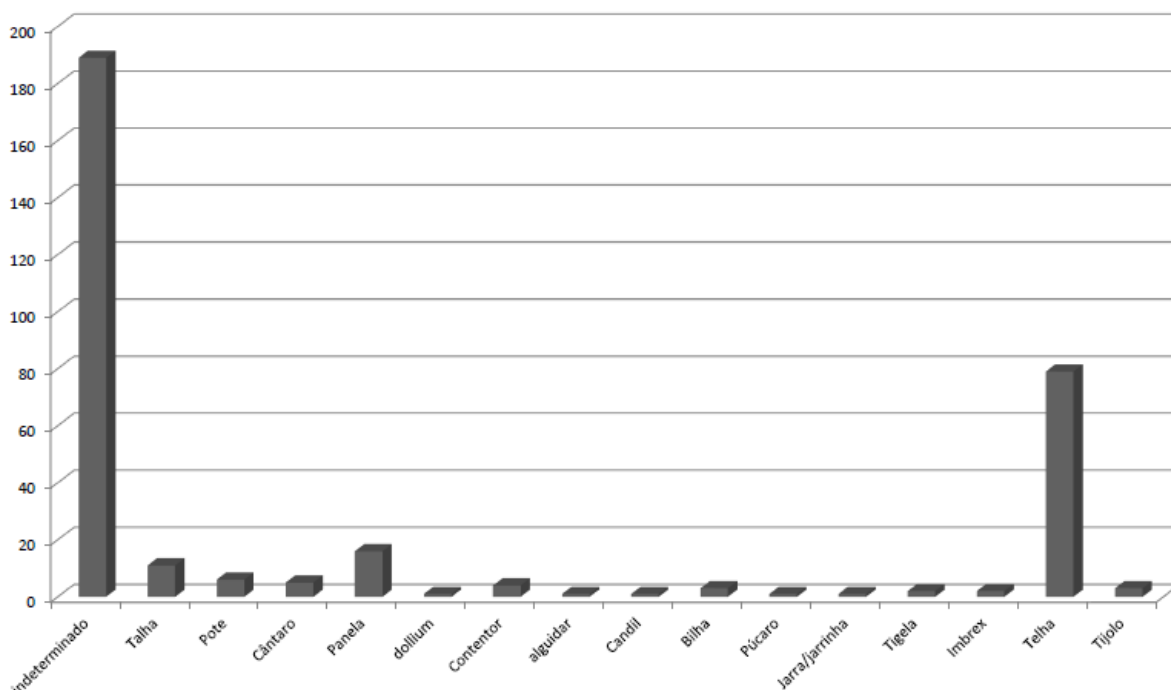


Gráfico 6.11.1 – Formas funcionais.

O grupo mais numeroso e relevante dos materiais encontrados (aproximadamente 53% dos indivíduos) corresponda à UE 5, isto é, ao enchimento do silo (ver quadro 6.11.1).

Se excluirmos os materiais de construção, o grupo melhor representado, contrariamente ao que se documenta nos sítios anteriormente descritos, é a loiça de mesa, que representa 62,75% dos recipientes identificados. Na sua maior parte, trata-se de tigelas (47,06% do vasilhame), seguidas de longe pelas jarras ou jarrinhas (5,88%), os jarros ou jarrinhos e os pratos (3,92% todos eles). É bastante anormal a reduzida quantidade de loiça de cozinha (21,57%) e de objectos para armazenamento e transporte (11,76%). Contrariamente ao que é habitual nas outras estações do Bloco 14, a panela representa apenas 15,69% e não se registam grandes recipientes de armazenamento como as talhas. Encontraram-se dois pequenos fragmentos de alguidar fabricados com torneado rápido, cozedura irregular e acabamento interior brunido.

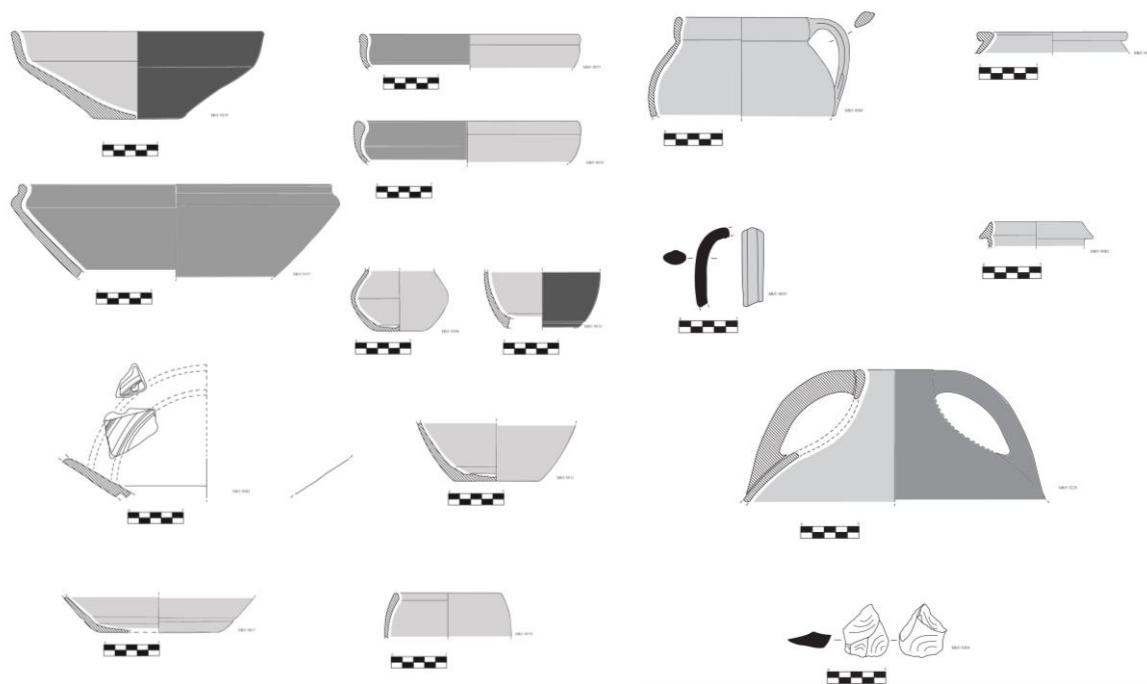


Fig. 6.11.5 e 6.11.6 – Tigelas, jarrinhas e pratos. Panelas e cântaros.

No que diz respeito às panelas, foram identificados nove exemplares, na sua maior parte de torneado rápido e cozedura oxidante. Apenas uma é de fabrico manual com cozedura irregular que alterna a oxidação e a redução. Os acabamentos são simples, alisamentos da superfície e apenas em dois casos se verificam revestimentos de aguada. Provavelmente, a maior parte dos 70 fragmentos não identificados de louça de cozinha deve corresponder a panelas, pois apresentam características técnicas semelhantes aos exemplares classificados, mas reconhecendo-se 12 fragmentos executados com cozedura redutora, dois dos quais fabricados com torneado lento ou manual. No que diz respeito aos acabamentos apenas nove apresentam uma das suas superfícies brunidas.

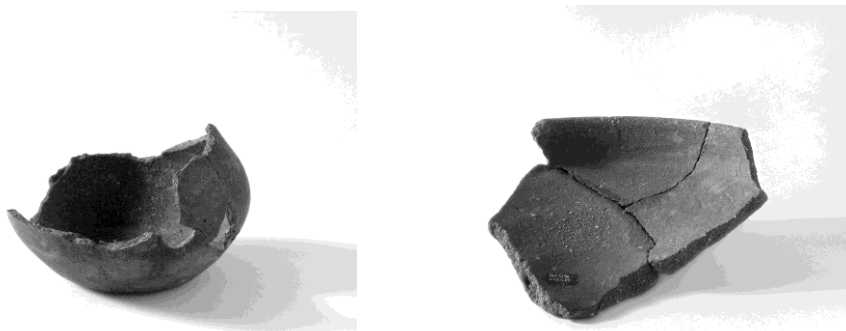
Só uma panela (MB 05/0044, ver fig. 6.11.6) permite identificar aproximadamente a sua forma. Corresponde a um tipo bastante comum de panela ou púcaro de uma única asa, corpo globular e colo cilíndrico, não muito alto, e bordo arredondado, do século XV e primeira metade do XVI. Tem paralelos entre a carga de um barco afundado a meados do século XV na Ria de Aveiro (Alves & *alii*, 1998, p. 191, tipo 10b), em achados datados por moedas dos séculos XV ou primeira metade do século XVI de Lisboa (Gaspar & *alii*, 2009, p. 656, fig. 7.2) e entre as produções de dois fornos encontrados em Silves datados do século XVI (Gomes, 2008, p. 287, fig.7).

Também poderia ser considerada como panela um bordo de recipiente (MB 05/0074, ver fig. 6.11.6) típico dos séculos XV-XVI com paralelos em vários sítios como Palmela (Fernandes, 1995: 95; 1998: 235) e Lisboa (Diogo & Trindade, 1998, p. 264; Diogo

& Trindade, 2003, p. 212; Gaspar & *alii*, 2009, p. 661, fig. 16.23). Apenas contamos com um teste de torneado rápido, cozedura oxidante e acabamento alisado.

Os cântaros apresentam geralmente, pastas avermelhadas, torneado rápido e cozeduras oxidantes, em alguns casos com alternância de oxidação e redução. Na maior parte dos casos surgem brunidos no exterior, e num caso, com aguada. Um dos fragmentos (MB 05/0082, ver fig. 6.11.6) tem um bordo característico do século XV com paralelos em Paderne (Catarino & Inácio, 2008, fig. 18) e no Crato (Catarino, 1995, p. 135).

Quatro exemplares correspondem à forma jarra/jarrinha/bilha. A maior parte corresponde a fabricos a torno rápido, com cozeduras redutoras e acabamento brunido no exterior. O fragmento que conserva uma maior extensão é demasiado pequeno para permitir encontrar paralelos satisfatórios.



*Fot. 6.11.4 e 5 – Jarro/jarrinho de bojo globular (MB 05/0098). Taça carenada (MB 05/0129).*

As tigelas (ver fig. 6.11.5) estão amplamente representadas com 24 exemplares. A maior parte correspondente a peças de corpo hemisférico e bordo arredondado, ocasionalmente com uma canelura ou incisão junto do bordo. Estas peças têm paralelos em diversos sítios dos séculos XIV-XV e correspondem ao tipo 2 das formas de Paterna e Manises (Lerma i Alegría & Badía Capilla, 1992, p. 29). Também encontramos exemplares fortemente carenados, com bordo ora levemente extrovertido, ora introvertido (ver fot. 6.11.5 e 6.11.6). O primeiro dos casos encontra paralelos no Alto Alentejo, em Évora no século XVI (Teichner, 1998, p. 28) e no Crato (Catarino, 1995, p. 136); e no Algarve, em Alcoutim (Catarino, 2003, p. 168). O segundo tipo guarda semelhança com formas do século XVI de Loulé (Oliveira, 2008, p. 324), Alcoutim (Catarino, 2003, p. 168) e Lisboa (Diogo & Trindade, 1998, p. 265; *Idem*, 2008, p. 183). Todas foram fabricadas com torneado rápido, onde dominam as cozeduras em atmosfera oxidante, no entanto, encontramos três de cozedura redutora, e oito com cozeduras irregulares. Os acabamentos são muito diversificados sendo que 15 apresentam alguma das suas superfícies brunidas e quatro ostentam vidrados monocromáticos. É frequente a presença de marcas de fogo nestas peças, pelo que é possível a sua utilização como caçoilas ou frigideiras. Trata-se de formas muito comuns que aparecem abundantemente nos sítios

com cronologia dos séculos XV-XVI, as apontadas para os exemplares anteriormente visados.

Destacam-se dois pequenos fragmentos de um prato de paredes rectas revestido de vidro policromático que combina traços em azul de cobalto e roxo de manganés (MB 05/0084, ver fig. 6.11.5), combinação cromática que se enquadra nas cronologias apontadas para as outras peças. Finalmente, é de referir a presença de um pequeno fragmento de jarrinho vidrado monocromático.

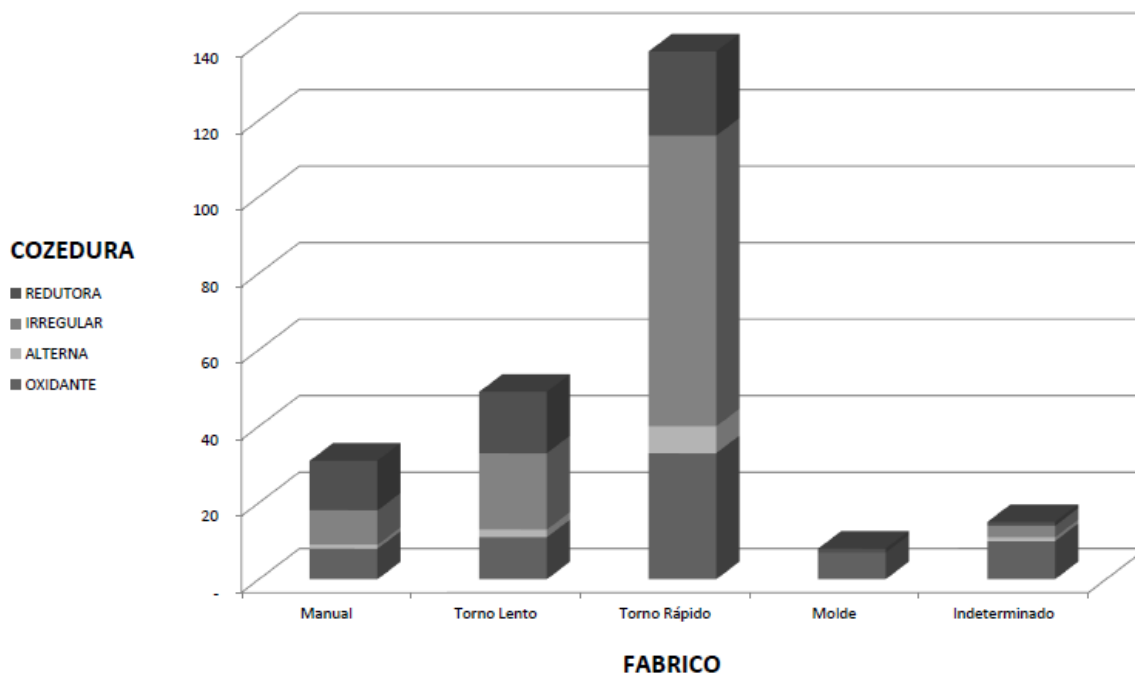


Gráfico 6.11.2 – Técnicas de fabrico e cozedura.

Excluindo o material de construção, o vasilhame cerâmico foi, na sua esmagadora maioria, modelado com torneado rápido (88,62%), atingindo uma percentagem maior que em outras estações do bloco (ver quadro 6.11.2 e gráfico 6.11.2). A análise das cozeduras dos objectos revela que a sua maior parte (73,17% dos recipientes) foi cozida em atmosfera oxidante, enquanto 21,95% do vasilhame recebeu uma cozedura redutora e em apenas 4,88% dos objectos alternou a oxidação e a redução. Em consequência, a combinação de cozedura e fabrico mais representada possui cozedura oxidante e fabrico com torno rápido (66,67% do vasilhame), seguido do conjunto de vasilhas redutoras fabricadas com torno rápido (17,89%).

É muito reduzido o número de objectos decorados surgindo apenas em 13 recipientes, 10,57% do vasilhame: cinco objectos (panelas e bilhas) apresentavam simples caneluras e oito vidrados (quatro tigelas, dois pratos, uma jarrinha e um objecto indefinido).

Em resumo, apesar de se tratar de um conjunto de reduzidas dimensões, o espólio do Monte Barbosa 5 apresenta características diferentes às de outros sítios. Por um lado, o



reportório formal é notavelmente representado por formas de mesa, facto pouco habitual em estações de carácter rural. Trata-se de um conjunto homogéneo de formas representativas do trânsito entre a Idade Média e a Época Moderna (séculos XV-XVI), onde praticamente desapareceram as produções locais de fabricos manuais e cozeduras redutoras, sendo substituídas por cerâmicas fabricadas com torneados rápidos, de olarias urbanas, certamente de Évora, que funcionaria como centro distribuidor regional. Sem ser um conjunto excepcional, apresenta rasgos de algum requinte, representados pelas vasilhas vidradas.

#### 6.11.4. Conclusão

As informações recolhidas neste sítio, nomeadamente a grande concentração de cerâmica de construção e a presença do silo com um variado espólio exumado, evidenciam a existência de uma ocupação permanente datada de finais da Idade Média, inícios do Período Moderno. O reportório formal e a presença de cerâmicas revestidas de vidro, atestam relações com meios urbanos só frequentes em Época Moderna, e um maior poder aquisitivo dos habitantes do sítio.

### 6.12. Cabeçana 7

#### 6.12.1. Introdução

Os trabalhos arqueológicos no sítio Cabeçana 7 foram efectuados em Outubro de 1998, integrados no conjunto das intervenções realizadas nas ocorrências do Quadro Geral de Referência afectas ao Bloco 14.



Fig. 6.12.1 – Localização na CMP 491 e levantamento topográfico com implantação das sondagens.

A intervenção arqueológica teve como principal objectivo efectuar uma avaliação do potencial arqueológico do local e aferir a sua funcionalidade e cronologia, mediante a identificação de (eventuais) estruturas e níveis arqueológicos preservados.

Administrativamente, o local pertencia à freguesia de Campo, actual União de Freguesias de Campo e Campinho, concelho de Reguengos de Monsaraz, distrito de Évora, encontrando-se identificado com o número de inventário da EDIA n.º 95348 e com o CNS 13602, e classificado com *habitat* de cronologia Medieval.

O sítio, identificado na fase de prospecção/reavaliação, localizava-se no topo de uma plataforma virada a uma pequena linha de água onde eram visíveis restos de muros em xisto e quartzo e uma dispersão de materiais cerâmicos numa área de cerca de 200 m<sup>2</sup>.

### 6.12.2. Trabalhos arqueológicos

Foi estabelecido um programa de trabalhos a fim de avaliar o potencial arqueológico do local e aferir da presença de níveis e estruturas preservados mediante a execução de sondagens implantadas nas áreas onde se observavam troços de muros à superfície e nas zonas de maior concentração de recolhas de materiais durante a prospecção. Neste contexto, escavaram-se sete sondagens que foram georreferenciadas à Rede Geodésica Nacional.

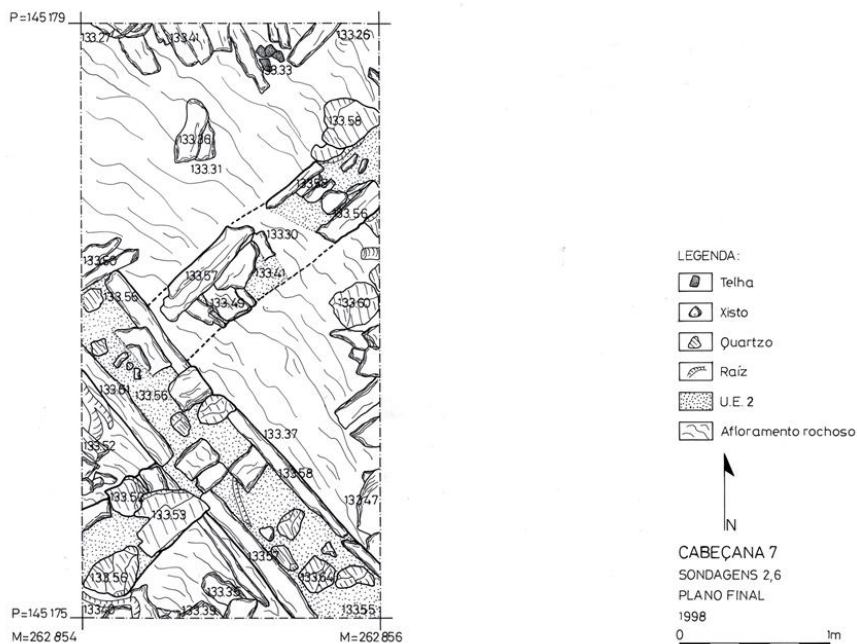


Fig. 6.12.2 – Sondagens 2 e 6, plano final.



Fot. 6.12.1 – Sondagens 2 e 6, plano final. Vista para sul, com o Muro I em primeiro plano e o Muro II em segundo plano.

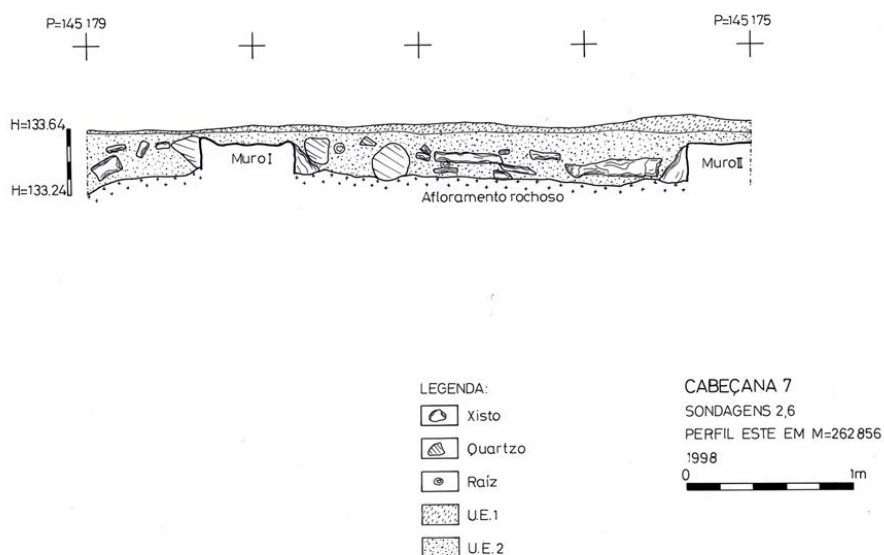


Fig. 6.12.3 – Sondagens 2 e 6, perfil estratigráfico este.

### 6.12.2.1. Estratigrafia

#### 6.12.2.1.1. Sondagens 1, 2 e 6

UE 1 - Terra vegetal de superfície, de cor castanha escura, humosa, solta com raízes e folhagem diversa.

UE 2 - Terra castanha escura, muito compacta, com pedras de xisto de pequeno e médio calibre.

UE 3 - Afloramento xistoso.

#### 3.12.2.1.2. Sondagens 4, 5 e 7

UE 1 - Terra vegetal de superfície, com terras castanhas escuras, húmosas, soltas, com pedras de xisto de reduzida dimensão.

UE 2 - Terras castanhas escuras, compactas, com poucas pedras de xisto de pequeno calibre.

UE 3 - Afloramento de xisto.

### **6.12.2.1.3. Sondagem 3**

UE 1 - Terra vegetal de superfície, com terras castanhas escuras, húmosas, soltas, com pedras de xisto de reduzida dimensão.

### **6.12.2.2. Interpretação geral dos dados**

Na Sondagem 1, com a remoção da UE 2, identificou-se uma área de grande concentração de pedras de xisto de pequeno e médio calibre, que uma vez definida, sugeria a existência de um pavimento pétreo, disposto sobre um nível de terras imediatamente assente sobre o afloramento rochoso.

Já na Sondagem 2, implantada sobre um dos alinhamentos pétreos visíveis à superfície do terreno, destacou-se de imediato um conjunto imbricado de pedras de xisto e quartzo. Aqui, a UE 2 apresentava características distintas da sondagem anterior, pautada por uma coloração mais clara e amarelada, igualmente compacta. No processo da decapagem deste estrato, foi identificado um troço de muro (Muro I), muito destruído, composto por duas fiadas de pedras de xisto de grande calibre assentes no afloramento, dispostas em cutelo, com um enchimento de pequenos blocos de xisto e quartzo, com terra argilosa. A sua orientação era nordeste/sudoeste e, embora se encontrasse parcialmente interrompido a meio, media cerca de 1,8 m, a norte, e aproximadamente 1,3 m a sul, com um alçado máximo conservado de 0,27 m.

No quadrante sul da Sondagem destacou-se outro troço de muro (Muro II), com a mesma técnica construtiva, orientado a sudeste, sem ligação ao Muro I, que, após o alargamento da área com a Sondagem 6, permitiu observar uma extensão de cerca de 2,2 m e um alçado conservado de 0,21 m, construído directamente sobre o afloramento de xisto. No decorrer dos trabalhos na Sondagem 6, foi igualmente definida uma terceira estrutura murária (Muro III), também muito danificada e composta por pedras de quartzo de grande calibre e de xisto de média dimensão, compactadas com terra argilosa, castanha escura. Assente directamente sobre o afloramento xistoso (UE 3, plano final), o Muro III arrancava sensivelmente a meio do Muro II, com uma orientação a sudoeste.

A definição destas estruturas permitiu observar a existência de, pelo menos, dois espaços delimitados pelos muros detectados: Ambiente 1 e Ambiente 2.

Nas Sondagens 3, 4, 5 e 7, não foram observadas quaisquer estruturas arqueológicas, sublinhando-se ainda a quase inexistência de espólio.

#### **6.12.4. Espólio**

O universo de fragmentos cerâmicos deste sítio é diminuto, constituído por oito fragmentos que não dão garantia de fiabilidade à respectiva análise. Não foi possível identificar, em metade das vasilhas, a que tipo de forma funcional correspondiam, apenas foi possível reconhecer três fragmentos de talha e um de tigela.

Mesmo tratando-se de um conjunto diminuto, o parco espólio deste sítio contribui fortemente para a atribuição de uma cronologia, dada a presença de cerâmicas vidradas com características consentâneas com uma cronologia dos séculos XIV a XVI. Salvaguardando o facto da falta de confiança da amostra devido à sua escassa representatividade, podemos interpretar o conjunto como constituindo o espólio de uma comunidade rural, onde a talha é um objecto imprescindível, e que, dada a significativa presença de objectos de mesa vidrados, teria relações frequentes com meios urbanos.

#### **6.12.4. Conclusão**

O sítio arqueológico Cabeçana 7 enquadra-se no panorama geral das ocupações medievais/Modernas da área, constituída por *habitats* localizados sobre pequenas elevações próximas de linhas de água de cariz sazonal, com vestígios de construções muito afectadas pelos trabalhos agrícolas.

No local, foram identificados três troços de muros construídos sobre o afloramento rochoso que integravam um complexo habitacional com diferentes espaços interiores. A exiguidade dos vestígios, contudo, apenas permite supor tratar-se de um pequeno *habitat*, provavelmente de índole rural com uma ocupação bastante limitada no tempo e que pela qualidade dos vidrados poderá corresponder ao final de Idade Média e inícios da Época Moderna.

### **6.13. Monte Musgos 3**

#### **6.13.1. Introdução**

Os trabalhos arqueológicos no sítio identificado como Monte Musgos 3 foram efectuados entre Abril e Maio de 1999, integrados no conjunto das intervenções realizadas nas ocorrências do Quadro Geral de Referência afectas ao Bloco 14.

A intervenção arqueológica teve como principal objectivo a avaliação da importância do sítio e o seu potencial arqueológico através da identificação de níveis e estruturas arqueológicas preservadas e da interpretação da sua funcionalidade.

Administrativamente, o local pertencia à freguesia de Alqueva, actual União de Freguesias de Amieira e Alqueva, concelho de Portel, distrito de Évora, encontrando-se

identificado com o número de inventário da EDIA n.º 95246 e com o CNS 16374, com atribuição de cronologia Medieval/Moderna.

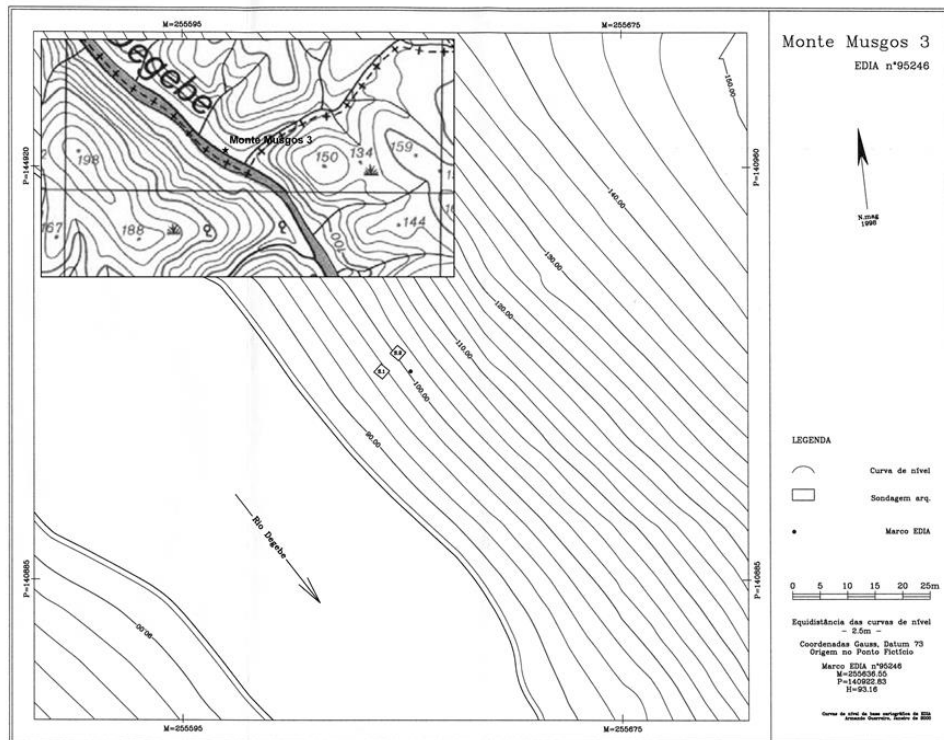


Fig. 6.13.1 – Localização na CMP 491 e levantamento topográfico com implantação das sondagens.

O sítio de Monte Musgos 3 encontra-se a cerca de 400 m, do Monte Musgos, na margem direita do Degebe, num pequeno patamar a meia encosta virado ao rio, onde o vale estreita e o Degebe corre muito encaixado. A sua localização, relativamente à área envolvente, permite um bom domínio da paisagem, bem como um fácil acesso ao rio, do qual dista poucos metros.

A informação disponível revelava “Na margem esquerda do Degebe, restos de muros de construções muito destruídas, que foram construídas em pedras de xisto e terra, das quais não é possível observar mais do que um amontoado de pedras; aparece também alguma cerâmica comum incaracterística” (EDIA, 1996). No reconhecimento efectuado na fase de prospecção/relocalização, foram observados, no referido patamar, vestígios de uma construção em xisto, de forma aparentemente rectangular.



Fot. 6.13.1 – Enquadramento paisagístico do sítio, vista para norte, desde a margem direita do Degebe.



Fot. 6.13.2 – Sondagem 1, Muros I e III.

As estruturas encontravam-se parcialmente cobertas por uma camada de terra arenosa e alguma vegetação rasteira, a primeira explicada pela oscilação das cotas fluviais do Degebe, com terras de deposição recente, já que não faltam os elementos que comprovem que Monte Musgos 3 foi afectado directamente pelas grandes cheias de 1997, o que poderia explicar esta camada arenosa, pouco compacta. De facto, este local era especialmente propício a sofrer alterações morfológicas com a subida do nível das águas, o que se explica pela sua implantação próxima às margens do rio.

Esta descrição e as características da zona onde se debruça Monte Musgos 3 poderão, em parte, explicar os resultados arqueológicos obtidos, que levaram à descoberta de um novo sítio, Monte Musgos 11, que foi intervencionado no âmbito do Bloco 4 (Pré-história recente).

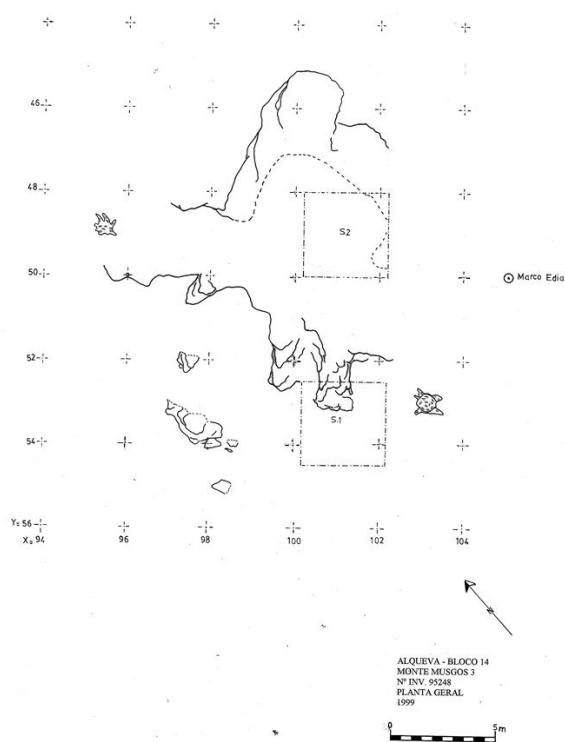


Fig. 6.13.2 – Planta geral da área de implantação das sondagens.

### 6.13.2. Trabalhos arqueológicos

Após a desmatagem e limpeza cuidada da área a escavar, e a fim de obter uma cronologia baseada em dados arqueológicos e entender a clara funcionalidade do local, foram delimitadas duas sondagens de 2x2 m, georreferenciadas à Rede Geodésica Nacional.



Fot. 6.13.2 – Sondagem 2, vista do plano do quadrante Este, pormenor da boca do silo.



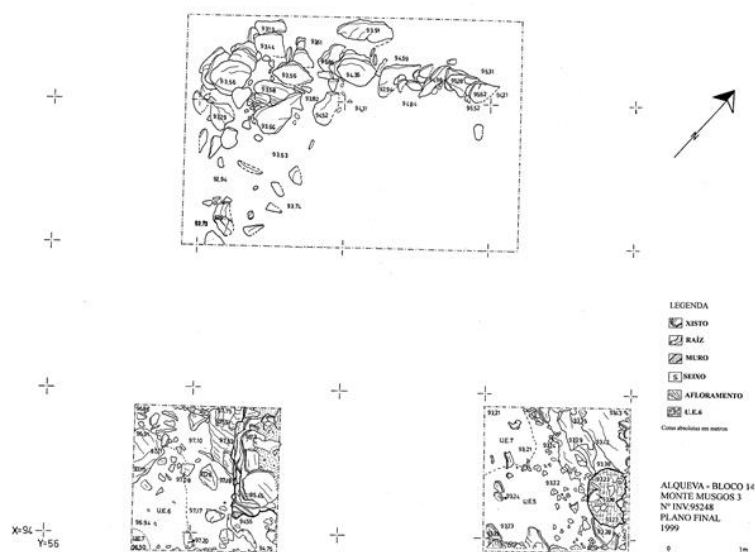


Fig. 6.13.3 – Plano final das sondagens.

A marcação das mesmas obedeceu às estruturas preexistentes: a primeira implantada na plataforma superior definida pelo topo da estrutura e, a segunda sondagem, situada na cunha formada pela estrutura, de forma a obter uma leitura correcta da sua tipologia e reconhecer através da decapagem das camadas, o tipo de fundação e possíveis materiais associados. Era assim claro o objectivo de intervenção: a definição da cronologia de construção e momentos de ocupação desta singular construção assomada ao Degebe.

Ao fazer-se o reconhecimento da área envolvente ao local de intervenção foram identificadas outras estruturas, que poderiam encontrar-se associadas à funcionalidade da primeira, objecto da intervenção, e que serão igualmente alvo de descrição pormenorizada.

#### 6.13.2.1. Estratigrafia

Concedeu-se importância vital à limpeza e desmatação da área envolvente para fornecer uma visão geral do local e da estrutura já visível à superfície (Muros I e III) e o reconhecimento de outros vestígios desta mesma estrutura (Muro II).

##### 6.13.2.1.1. Sondagem 1

A Sondagem 1 foi implantada na esquina da estrutura detectada à superfície, que compreendia os Muros I e III e revelou a seguinte estratigrafia:

UE 1 - Estrato arenoso de grão fino, compactado e coberto por alguma vegetação rasteira (estevas, folhas), provavelmente depositado pelas constantes subidas e descidas de nível do Degebe.

UE 2 – Depósito sedimentar de cor castanho clara, misturado com pequeníssimas lascas de xisto.

UE 3 - Depósito castanho acinzentado, muito arenoso e compacto.

UE 4 - Pequena bolsa formada por pequenas pedras de xisto (lascas), sem terra como ligante, provavelmente resultante de infiltrações.

UE 5 - Depósito castanho claro, com grande concentração de pequenos fragmentos de xisto.

UE 6 – Estrato de terras castanhas avermelhadas, argilosas e compactas com relativa concentração de xisto.

UE 7 - Pequena bolsa de terra castanha escura, humosa, sem elementos pétreos.



Fig. 6.13.4 – Perfil estratigráfico da Sondagem 1, sendo visível um dos alçados do Muro I.

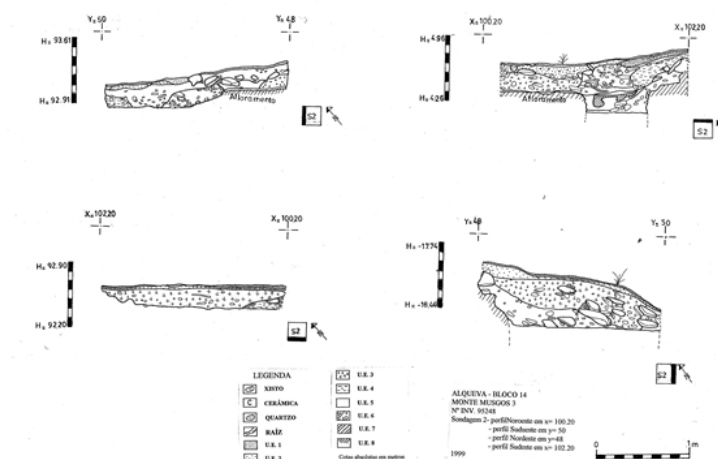


Fig. 6.13.5 – Perfis estratigráficos da Sondagem 2.

### 3.13.2.1.2. Sondagem 2

A Sondagem 2 foi marcada a cerca de 2,20 m a nordeste da Sondagem 1, apresentando a seguinte sequência estratigráfica:

UE 1 - Depósito sedimentar arenoso de grão fino, com pouco material pétreo, compactado e coberto por alguma vegetação rasteira (estevas, folhas), provavelmente depositado pelas constantes subidas e descidas do nível do Degebe.

UE 2 - Estrato castanho avermelhado, argiloso e compactado, com alguns elementos de xisto de pequena e média dimensão.

UE 3 – Estrato castanho avermelhado, argiloso e compactado, com grande concentração de elementos de xisto de pequena e média dimensão.

UE 4 – Depósito sedimentar de coloração castanho clara, compactado, com grande concentração de fragmentos de xisto de pequena e média dimensão.

UE 5 – Estrato de cor castanha rosácea clara, muito depurado e ligeiramente argiloso.

UE 6 - Sedimento de coloração castanho avermelhado e argiloso que corresponde ao enchimento do silo (ou fossa) detectado.

UE 7 - Pequena bolsa de terra argilosa de cor castanha alaranjada.

#### **6.13.2.2. Interpretação**

As Sondagens 1 e 2, implantadas em redor da estrutura observada permitiram determinar alguns aspectos das técnicas construtivas e da sua estratigrafia. De facto, os muros da Sondagem 1 (I e III) eram constituídos por pedras de xisto de dimensão média, devidamente empilhadas e ligadas entre si por um ligante/argamassa de cor castanha clara. A Estrutura I, com um alçado conservado de cerca de 1,5 m e de orientação sudoeste/nordeste, assentava sobre a UE 5, um estrato sedimentar que terá funcionado como colmatação do desnível existente no terreno, que era extremamente acentuado.

O Muro III, com igual altura, assentava directamente sobre o afloramento xistoso.

Quanto à estratigrafia, apesar da identificação de sete depósitos, devemos sublinhar o acentuado desnível do terreno sobre o qual assentava a estrutura, e consequentemente a quantidade de sedimentos depositados ao longo dos séculos que teriam contribuído para o regular estado de conservação das fundações dos muros identificados (Muros I e III). A ausência de qualquer espólio associado às UE 1, UE 2, UE 3 e UE 4 corrobora esta ideia. Também na Sondagem 2, a UE 1 parece ter sido resultante da última subida do rio.

Já no nível subjacente, a UE 2, foram identificados diversos fragmentos de cerâmica manual pré-histórica que determinaram a possibilidade da presença de contextos mais arcaicos no local e da eventual existência de níveis de ocupação de cronológicas distintas, um da Pré-história recente e outro Medieval/Moderno.

A presença nos restantes estratos de cerâmicas manuais e a identificação de uma bolsa de forma arredondada de terras castanhas avermelhadas e argilosas, que sugeria a presença de um silo escavado no afloramento rochoso, conduziram à suspensão imediata dos trabalhos de escavação, observando-se *a posteriori*, que a presença destes materiais de cronologia antiga estava relacionada com um *habitat* pré-histórico, localizado na zona de topo da rechã aberta ao vale do rio, sobranceira ao sítio de Monte Musgos 3 e que foi posteriormente objecto de sondagens por parte da equipa do Bloco 4 (Pré-história

recente). Os materiais aqui recolhidos resultaram, assim, da formação de depósitos de vertente, resultantes de escorrências do topo da encosta para o sítio.

### **6.13.3. Espólio**

O material recolhido na estação Monte Musgos 3 é diminuto, apenas 63 fragmentos cerâmicos, dos quais um corresponde a uma telha.

Na sua maioria reportam a recolhas efectuadas sem indicação de procedência e às provenientes da Sondagem 2, atribuídas sobretudo à UE 0 (recolha de superfície), cerca de 55,56%, e à UE 3, cerca de 33,33%, existindo contudo materiais das restantes unidades estratigráficas: UE 2, 4,76% e UE 4, 6,35% (ver quadro 6.13.1).

Sublinhe-se desde logo uma distinção no conjunto cerâmico de Monte Musgos 3. A análise dos materiais exumados destaca a existência de dois horizontes cronológicos; o primeiro integrado na Pré-história recente (Neolítico Final/Calcolítico Inicial) a que corresponde a maior parte do espólio exumado do local e oriundo sobretudo da Sondagem 2, resultante das escorrências de materiais do topo da encosta, e um segundo horizonte, mais recente, integrado no Período Medieval/Moderno.

Relativamente ao vasilhame atribuído a esta última cronologia, constituído somente por 12 fragmentos, 16,13% do universo total do espólio, ao invés do material pré-histórico, onde se destaca uma relativa diversidade, verifica-se uma homogeneidade derivada da escassa representação.

A diminuta quantidade de objectos e a sua fraca expressividade em termos formais dificulta a tarefa de tirar conclusões sobre o espólio. Em consequência, e sem grande fiabilidade, aponta-se que a elevada percentagem de cerâmicas fabricadas mediante torneado rápido, indicia uma cronologia difusa entre os finais do Período Medieval e inícios da Época Moderna.

### **6.13.4. Conclusões**

Os trabalhos de limpeza e a escavação das Sondagens 1 e 2 permitiram a identificação de uma estrutura pétreia em xisto e argamassa composta por três muros e alguns elementos de caracterização das suas técnicas construtivas. A sua funcionalidade afigurou-se, contudo, incógnita, dada a exiguidade da área escavada e em virtude da suspensão dos trabalhos, face à presença de cerâmicas manuais pré-históricas, situação que suscitou então dúvidas face ao tipo de estrutura identificada.

Após uma prospecção mais completa da área envolvente do sítio arqueológico e, em particular, no topo da encosta acima do mesmo, foram identificadas quantidades significativas de cerâmica manual idêntica à cerâmica exumada na Sondagem 2, que terão resultado da formação de depósitos de vertente resultantes da escorrência através da erosão natural da própria encosta e que explicaram a presença destes materiais nas

sondagens efectuadas pelo Bloco 14. Este local acabou por ser sondado em 2000 pelo Bloco 4, tendo sido identificado um *habitat* (eventual povoado Calcolítico), o designado Monte Musgos 11 (Correia, 2002, p.112).

A prospecção nas imediações do sítio, nas margens do Degebe, permitiu a identificação de outras estruturas murárias que foram sumariamente limpas e que apontam para uma ocupação do local Medieval ou Moderna, que poderia também estar relacionada com a travessia do rio ou com uma estrutura de apoio à mesma. A presença do interface negativo tipo silo no interior da estrutura construída sobre uma plataforma, sugere o possível carácter habitacional da mesma, ou, pelo menos, de utilização sazonal, uma vez que as cheias do Degebe invalidariam um uso continuado da mesma.

## **6.14. Espinhaço 5**

### **6.14.1. Introdução**

Os trabalhos arqueológicos no sítio Espinhaço 5 foram efectuados entre Maio e Junho de 1999, integrados no conjunto das intervenções realizadas nas ocorrências do Quadro Geral de Referência afectas ao Bloco 14.

A intervenção arqueológica teve como principal objectivo efectuar uma avaliação do potencial arqueológico do local e aferir a sua funcionalidade e cronologia, mediante a identificação de (eventuais) estruturas e níveis arqueológicos preservados.

Administrativamente, o local pertencia à freguesia de Campo, que presentemente integra a União de Freguesias de Campo e Campinho, do concelho de Reguengos de Monsaraz, distrito de Évora, encontrando-se identificado com o número de inventário da EDIA n.º 95267 e com o CNS 16358, e classificado como *habitat* de cronologia Medieval/Moderna.

As informações disponíveis definiam o local como uma pequena plataforma, onde se observam vestígios de cerâmica de construção (telha grossa) e comum, ao longo de cerca de 150 m<sup>2</sup> (Silva, 1996).

Na fase de prospecção/reavaliação do sítio, o mesmo foi localizado na vertente suave de uma elevação próxima que se dirige para um vale onde corre uma linha de água ou um pequeno ribeiro sazonal. A plataforma do local encontrava-se lavrada e pouco arborizada, esparsamente coberta por restolho, sem quaisquer vestígios de concentrações de pedras de xisto ou de quartzo e com escassos materiais cerâmicos à superfície do terreno.

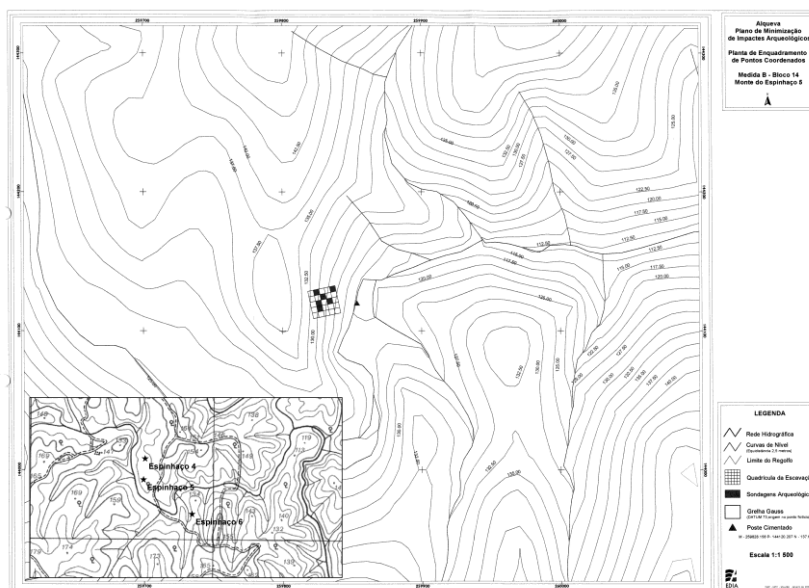


Fig. 6.14.1 – Localização na CMP 491 e levantamento topográfico com implantação da quadrícula.

### 6.14.2. Trabalhos arqueológicos

No reconhecimento e reavaliação do sítio verificou-se existir uma área com maior concentração de fragmentos de cerâmica, que apresentava uma topografia favorável, pois o local era bastante plano. De modo a proceder a uma avaliação e caracterização do sítio arqueológico, foi estabelecido um programa de trabalhos para a realização de sete sondagens de 2x2 m, implantadas em função da concentração dos materiais à superfície e da topografia local. Destas, foram escavadas seis, ficando por abrir a Sondagem 4.

#### 6.14.2.1. Estratigrafia

As seis sondagens escavadas revelaram uma potência estratigráfica pequena, possuindo entre três a seis unidades estratigráficas, com cerca de 0,15 a 0,25 m de espessura no seu todo. A intervenção permitiu observar um conjunto de muros, que foram delimitados, e a recolha de espólio cerâmico, evidenciando a existência de uma estrutura eventualmente habitacional. Os trabalhos de lavoura produziram aqui um menor grau de afectação do que em outros sítios arqueológicos escavados no Bloco 14 nas proximidades, como o Espinhaço 11, o Monte Roncanito 10, o Monte Roncanito 18, o Cabeçana 3 e o Cabeçana 7.

##### 6.14.2.1.1. Sondagem 1

UE 1 - Terra vegetal de cor castanha rosada, com vegetação rasteira e pedras de quartzo de pequena dimensão.

UE 2 - Terras de cor castanha, compactas e homogéneas com fragmentos de xisto, quartzo e material de construção, no exterior da estrutura.

UE 3 - Terras identificadas no interior da estrutura, de cor castanha clara, compactas e homogéneas, com fragmentos de material de construção (telha).

UE 4 - Terras castanhas claras e compactas, identificadas no interior da estrutura.

UE 5 - Terras de cor castanha clara, bastante granuladas e relativamente compactas, identificadas no interior da estrutura. Trata-se da mesma UE 5 identificada na Sondagem 3 (limítrofe à Sondagem 1).

UE 6 - Terras castanhas claras, compostas por fragmentos de xisto e quartzo, antecedendo o afloramento.

UE 7 - Afloramento xistoso.

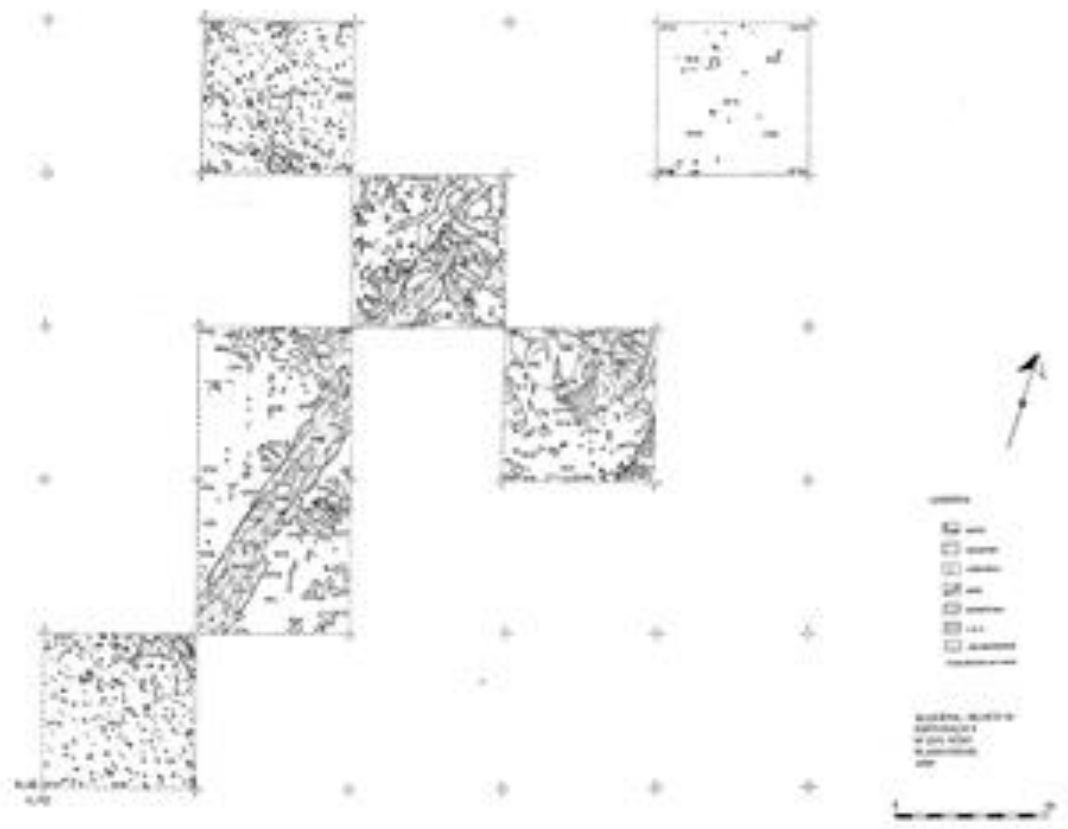


Fig. 6.14.2 – Plano final das sondagens.



Fot. 6.14.1 – Sondagem 1, vista para sul.

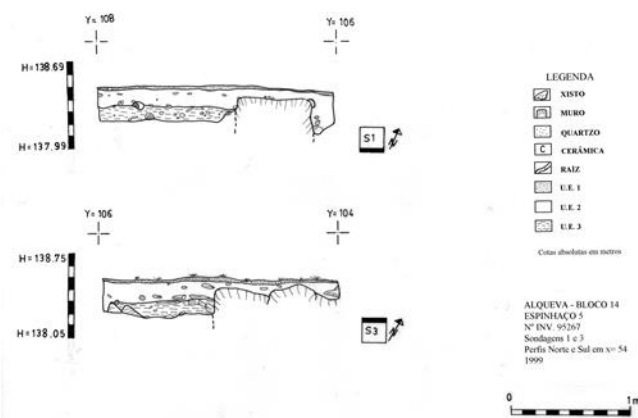


Fig. 6.14.2 – Perfis estratigráficos das Sondagens 1 e 3.

#### 6.14.2.1.2. Sondagem 2

UE 1 – Terras de cor castanha rosada, com vegetação rasteira e pedras de quartzo de pequena dimensão.

UE 2 - Terras de cor castanha, compactas e homogéneas com fragmentos de xisto, quartzo e de material de construção, no exterior da estrutura.

UE 3 - Afloramento xistoso.

#### 6.14.2.1.3. Sondagem 3

UE 1 - Camada superficial caracterizada por terras de cor castanho rosado, com vegetação rasteira e pedras de quartzo de pequena dimensão.

UE 2 - Terras de cor castanha rosada, com fragmentos de xisto.

UE 3 – Terras castanhas claras, compactas e homogéneas, apresentando fragmentos de material de construção (telha), localizadas no interior da estrutura.

UE 4 - Terras de cor castanha amarelada, compactas e de média granulosidade.

UE 5 - Terras de cor castanha clara, bastante granulosas e relativamente compactas.

UE 6 - Afloramento xistoso.

#### 6.14.2.1.4. Sondagem 4

UE 1 – Camada superficial caracterizada por terras de cor castanha rosada, com vegetação rasteira e pedras de quartzo de pequena dimensão.

UE 2 - Terras de cor castanha rosada com fragmentos de xisto. A sondagem foi escavada somente até esta unidade estratigráfica.

#### 6.14.2.1.5. Sondagem 5

UE 1 – Terra vegetal de cor castanha rosada, com vegetação rasteira e pedras de quartzo de pequena dimensão.

UE 2 - Terras de cor castanha, compactas e homogéneas, com fragmentos de xisto, quartzo e material de construção, do exterior da estrutura.



UE 3 - Terras de cor castanha clara, compactas e homogéneas, apresentando fragmentos de material de construção (telha), do interior da estrutura.

UE 4 - Esta UE corresponde ao interior da estrutura, caracterizando-se por ser um nível de derrube de telhado.

UE 5 - Corresponde ao exterior da estrutura, caracterizando-se por terras castanhas claras, onde se antevê o afloramento.

UE 6 - Afloramento xistoso.



*Fot. 6.14.2 – Sondagens 6, vista para sul com detalhe do muro da estrutura identificada.*

#### **6.14.2.1.6. Sondagem 6**

UE 1 – Terras de cor castanha rosada, com vegetação rasteira e pedras de quartzo de pequena dimensão, onde são visíveis fragmentos de xisto e alguma cerâmica de construção.

UE 2 – Terras de cor castanha rosada, com fragmentos de xisto, no exterior da estrutura.

UE 3 – Terra situada no interior da estrutura de cor castanha clara, compacta e homogénea, apresentando fragmentos de material de construção (telha).

UE 4 - Esta UE corresponde a um nível de telhas, localizadas no interior da estrutura.

UE 5 - Terras castanhas escuras, granulosas e relativamente compactas, que correspondem ao exterior da estrutura.

#### **6.14.2.1.7. Sondagem 7**

UE 1 – Terras de cor castanha rosada, com vegetação rasteira e pedras de quartzo de pequena dimensão.

UE 2 - Terras de cor castanha, compactas e homogéneas, com fragmentos de xisto, quartzo e de material de construção.

UE 3 - Terras de cor castanha clara, compactas e homogéneas, apresentando fragmentos de material de construção (telha).

UE 4 – Afloramento xistoso.

#### **6.14.2.2. Interpretação**

Durante a campanha de sondagens detectou-se um conjunto de muros que pertenciam a uma estrutura, constituindo um único compartimento ou ambiente que foi possível delimitar na totalidade.

Analisando as estruturas, nas Sondagens 5 e 6, destacou-se um muro, com orientação nordeste-sudeste, que se prolongava até à Sondagem 1, onde evidenciava uma esquina com outra estrutura murária, de orientação nordeste-sudeste, que seguia na Sondagem 3. A Sondagem 7 apresentava um alinhamento de pedras, no seguimento do muro da Sondagem 6, dando a entender os seus possíveis limites.

##### **6.14.2.2.1. Ambiente 1**

Este espaço apresentava planta rectangular, com cerca de 6 m por 3,3 m, com uma área aproximada de 20 m<sup>2</sup>.

A técnica de construção da estrutura era similar aos demais *habitats* escavados de cronologias coevas, com placas/lajes de xisto cravadas verticalmente no solo, em perpianho, com um enchimento de terras argilosas, conservada numa a duas fiadas de pedra e uma largura de cerca de 0,60 m. Desconhece-se como se processava a construção em altura, se em pedra ou com recurso a adobes ou taipas.

A compreensão dos processos pós-deposicionais da área da intervenção, onde o subsolo apresentava uma escassa potência, entre 10 a 20 cm de espessura, explica a escassa conservação das estruturas e dos níveis no seu interior, onde ainda foi observada uma estrutura de combustão e uma pequena caixa constituída por pequenos blocos de xisto.

Na Sondagem 5, ainda no interior do Ambiente 1, a UE 4 parece indicar a presença de vestígios do derrube do telhado da dita estrutura, composto por telhas de meia cana, que remetem para a Idade Média, ou mesmo Alta Idade Média.

#### **6.14.3. Espólio**

O pequeno número de indivíduos, apenas 83, a maior parte dos quais encontrados na UE 3 (ver quadro 6.14.1), condiciona a fiabilidade das conclusões, especialmente ao nível estatístico. No entanto, e em comparação com outras estações do Bloco 14, há um grande número de formas identificadas, correspondendo a 51,8% do vasilhame. Dentro das formas identificadas, a maior parte corresponde a talhas (37,35%), seguidas do grupo dos contentores (9,64%) e das painéis (4,82%), concluindo-se existir uma grande representação de recipientes de armazenamento (ver quadro 6.14.1 e gráfico 6.14.1).

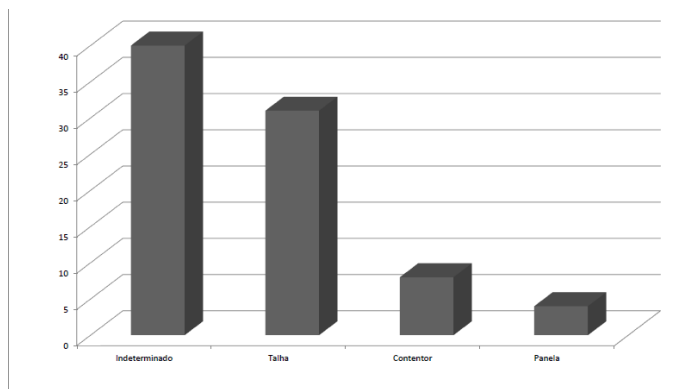


Gráfico 6.14.1 – Formas funcionais.

Pode concluir-se, pese embora a diminuta informação que o conjunto oferece, que se trata do espólio de um meio rural onde predominam os objectos utilitários (contentores e panelas), fabricados com técnicas relativamente toscas, embora denotem características mais próximas das produções de carácter regional do que dos fabricos estritamente locais. Em relação à cronologia, atribuída genericamente ao Período Medieval/Moderno, as formas das cerâmicas em nada contribuem para afiná-la, mas a presença de talhas com fabrico manual com cozedura oxidante e o número elevado de fabricos de torneado rápido com cozedura redutora podem indicar uma cronologia do final da Idade Média ou inícios da Época Moderna.

#### **3.14.4. Conclusão**

Estes trabalhos permitiram identificar uma única construção, aparentemente isolada, de planta rectangular, construída com as técnicas habituais nos vários sítios do Bloco 14.

O espólio recolhido é muito pobre e pouco contribui para esclarecer as características funcionais e a cronologia do local. Contudo, apontamos uma cronologia do final da Idade Média, ou inícios do Período Moderno, devido às características técnicas do vasilhame. Ainda a presença de alguma loiça de cozinha, indicia tratar-se de um espaço de habitação de cariz acentuadamente rural, com escassas ligações com ambientes urbanos.

### **6.15. Monte Roncanito 14**

#### **6.15.1. Introdução**

Os trabalhos arqueológicos no sítio designado como Monte Roncanito 14 foram efectuados em Maio de 1999, integrados no conjunto das intervenções realizadas nas ocorrências do Quadro Geral de Referência afectas ao Bloco 14.

A intervenção arqueológica teve como principal objectivo a avaliação da importância do sítio e o seu potencial arqueológico, através da identificação de níveis e estruturas arqueológicas preservadas e da interpretação da sua funcionalidade.

Administrativamente, o local pertencia à freguesia de Campo, integrada actualmente na União de Freguesias de Campo e Campinho, concelho de Reguengos de Monsaraz, distrito de Évora, encontrando-se identificado com o número de inventário da EDIA n.º 95300 e com o CNS 16367, classificado como um *habitat* de cronologia Medieval/Moderna.

De acordo com a bibliografia disponível, o Monte Roncanito 14 correspondia a uma pequena elevação com fragmentos de cerâmica de construção e cerâmica comum à superfície, ao longo de uma área de cerca de 150 m<sup>2</sup> (Silva, 1996). A sua identificação na fase de prospecção/reavaliação confirmou a existência de diversos vestígios na encosta de um pequeno monte, numa plataforma relativamente plana, dominando um pequeno vale, onde se situava uma linha de água e onde se observavam conjuntos pétreos de dimensões variadas, de xisto e quartzito. Ocorria igualmente à superfície alguma cerâmica de construção, sugerindo a eventual preservação de estruturas.

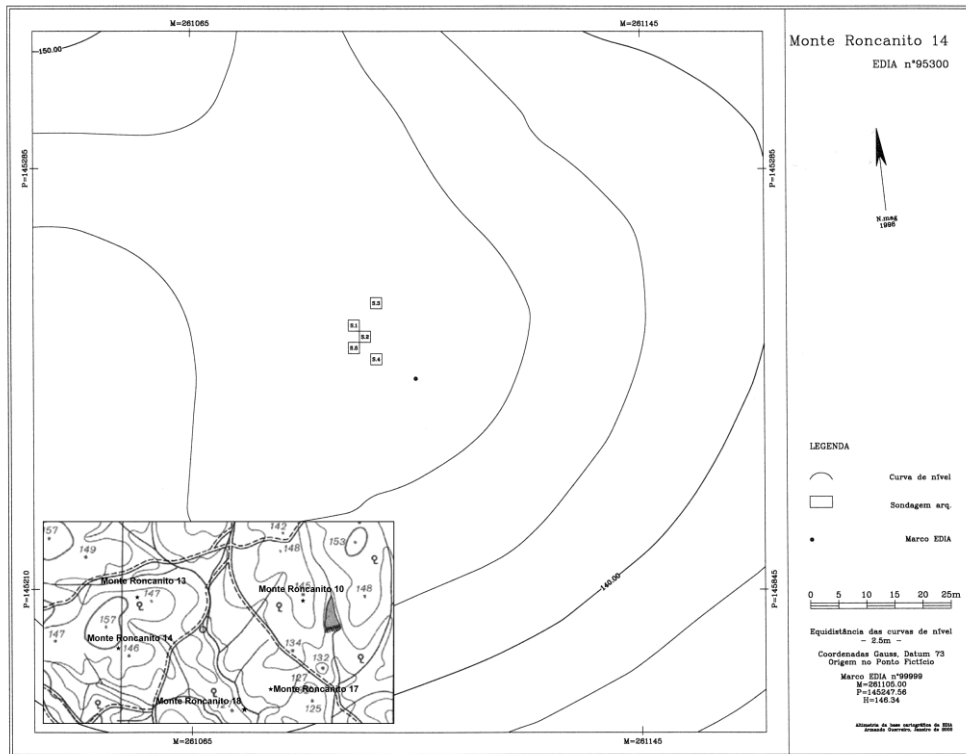


Fig. 6.15.1 – Localização na CMP 491 e levantamento topográfico com implantação das sondagens.

### 6.15.2. Trabalhos arqueológicos

A partir da observação que a maior concentração de vestígios se desenvolvia ao longo da plataforma de topo, quase plana, foram aí implantadas cinco sondagens arqueológicas de 2x2 m, com o objectivo de caracterizar a ocupação do local.

Estas revelaram uma potência estratigráfica diminuta, genericamente com três a cinco unidades estratigráficas, de cerca de 0,15 a 0,20 m de espessura no seu todo. Não

foi detectada qualquer estrutura ou seu vestígio, identificando-se no entanto, na Sondagem 1, uma eventual pequena fossa.

Relativamente ao espólio exumado, era maioritariamente constituído por fragmentos de cerâmica de construção (telha), tendo-se detectado carvões nas Sondagens 1 e 2, de que se recolheram alguns exemplares.

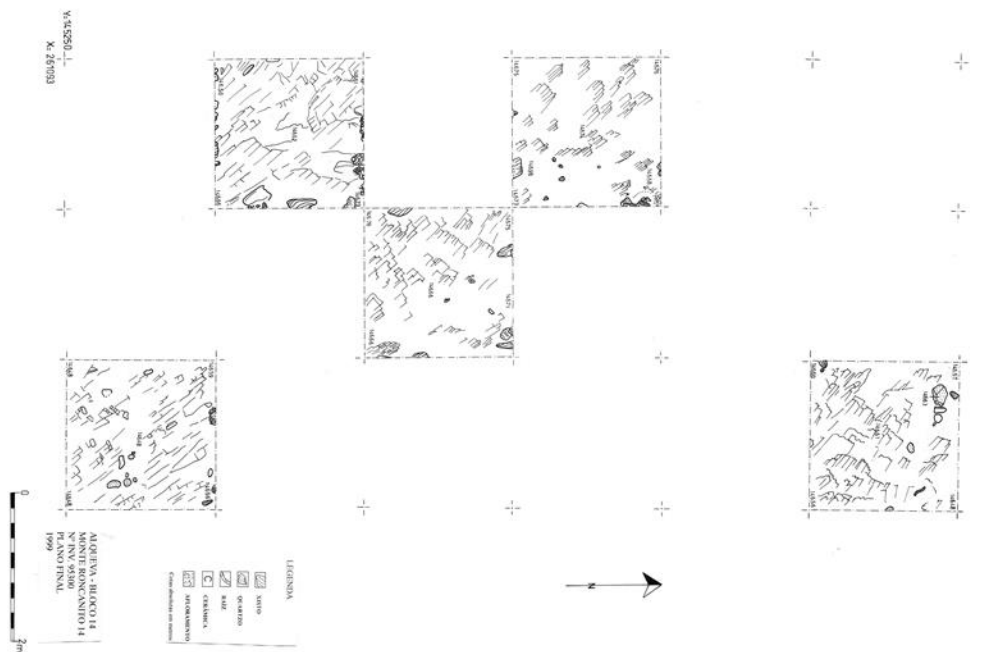


Fig. 6.15.2 – Plano final das sondagens intervencionadas.

### 6.15.2.1. Estratigrafia

#### 6.15.2.1.1. Sondagem 1

UE 1 - Camada superficial de terras castanhas claras, compactas e pouco porosas, com grande concentração xistosa. Presença de vegetação rasteira e fragmentos de cerâmica de construção e quartzo.

UE 2 - Terras castanhas claras, compostas por muitos fragmentos xistosos, pouco porosa e compacta.

UE 3 – Corresponde a uma bolsa com terras de cor cinzenta-acastanhada onde se encontraram diversos carvões.

UE 4 - Terras castanhas claras, pouco compactas, com concentração de fragmentos de xisto provenientes da desagregação do afloramento.

UE 5 - Afloramento xistoso. No canto nordeste da sondagem foi detectada uma depressão, que sugere ser uma pequena fossa, onde se encontrava concentrada cerâmica de construção (telha) muito fragmentada.

Fot. 6.15.1 – Plano final da Sondagem 1, quadrante nordeste.

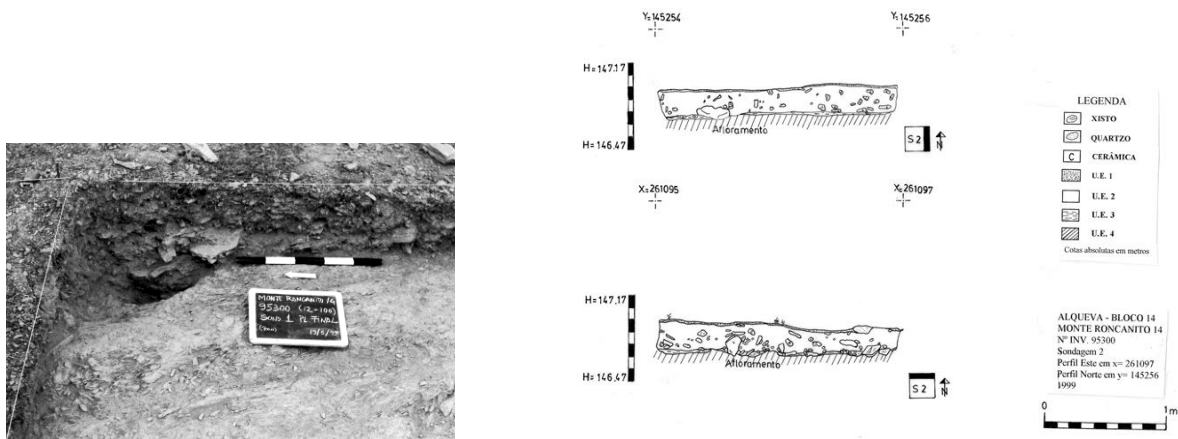


Fig. 6.15.3 – Sondagem 2, perfis estratigráficos.

#### 6.15.2.1.2. Sondagem 2

UE 1 - Camada superficial que se caracteriza por terras castanhas claras, compactas e pouco porosas, com grande concentração xistosa. Presença de vegetação rasteira, fragmentos de cerâmica de construção e quartzo.

UE 2 - Terras de cor castanha amarelada, compactas e pouco porosas, com fragmentos de xisto, quartzo e ainda alguns carvões de reduzidas dimensões.

UE 3 – Caracteriza-se por terras castanhas claras, com fragmentos de xisto, compactas e pouco porosas, com uma concentração de materiais de construção.

UE 4 - Afloramento xistoso.

#### 6.15.2.1.3. Sondagem 3

UE 1 - Terras castanhas escuras, sem elementos ou vestígios cerâmicos.

UE 2 - Terras castanhas claras, bastante compactas, com grande concentração xistosa, que faziam já parte da desagregação do afloramento.

UE 3 – Afloramento xistoso.

#### 6.15.2.1.4. Sondagem 4

UE 1 - Camada superficial composta por terras castanhas claras, com grande concentração xistosa, compactas e pouco porosas. Presença de vegetação rasteira, fragmentos de cerâmica de construção e quartzo.

UE 2 – Apresenta-se, como na Sondagem 2, com terras de cor castanha amarelada, compactas e pouco porosas, com fragmentos de xisto, quartzo e ainda alguns carvões de reduzidas dimensões.

UE 3 - Afloramento xistoso.

#### **6.15.2.1.5. Sondagem 5**

UE 1 - Camada superficial que se caracteriza por terras castanhas claras, compactas e pouco porosas, com grande concentração xistosa. Presença de vegetação rasteira, fragmentos de cerâmica de construção e quartzo.

UE 2 - Terras castanhas claras compactas e pouco porosas, com muitos fragmentos de xisto, sendo já possível visualizar o afloramento.

UE 3 – Afloramento xistoso.

#### **6.15.2.2. Interpretação**

As práticas agrícolas com lavras dos solos até à rocha base levaram-nos a constatar que, da existência de um *habitat*, somente resta o material que eventualmente constituiu os muros, como pedras em quartzo e xisto, e a cerâmica de construção constituída por fragmentos de telha. Por estas razões, não foi possível obter os dados mínimos para a caracterização deste contexto, uma vez que a própria análise do pouco espólio exumado também não permite uma caracterização cronológica rigorosa da ocupação do sítio.

#### **6.15.3. Espólio**

Desde logo se deve notar que o escasso espólio recolhido condicionou e inviabilizou qualquer análise estatística e avaliação da estação. Registaram-se na base de dados cerca de quinze entradas, dez das quais correspondendo a materiais cerâmicos. Na sua maioria reportam-se a recolhas efectuadas na Sondagem 1, atribuídas ao nível UE 2 (cerca de 66,66% indivíduos), existindo contudo materiais oriundos das restantes unidades estratigráficas atribuídas.

Só a presença do pequeno silo e de telha, evidencia a presença de ocupação humana. A destruição do sítio impede qualquer tipo de conclusão para além do enquadramento genérico do sítio num contexto rural de Época Medieval/Moderna.

### **6.16. Monte Roncanito 2**

#### **6.16.1. Introdução**

Os trabalhos arqueológicos no sítio designado como Monte Roncanito 2 foram efectuados em Março de 2000, integrados no conjunto das intervenções realizadas nas ocorrências do Quadro Geral de Referência afectas ao Bloco 14.

A intervenção arqueológica teve como principal objectivo a avaliação da importância do sítio e o seu potencial arqueológico, através da identificação de níveis e estruturas arqueológicas preservadas e da interpretação da sua funcionalidade.

Administrativamente, o local pertencia à freguesia de Campo, actual União de Freguesias de Campo e Campinho, concelho de Reguengos de Monsaraz, distrito de Évora, encontrando-se identificado com o número de inventário da EDIA n.º 95284 e com o CNS 16379, classificado como um *habitat* de cronologia Medieval.

Situado na vertente oeste do rio Guadiana o sítio localiza-se na Herdade do Roncão, junto a um monte agrícola, o Monte Roncanito, que ainda tinha alguma utilização, situado do lado norte do cabeço, junto ao caminho que lhe dá acesso.

A sua localização, relativamente à área envolvente, permite um relativo domínio da paisagem e um fácil acesso quer ao rio Guadiana, quer a uma linha de água secundária que se lhe encontra próxima. Nas proximidades, identificaram-se os sítios Monte Roncanito 1, 3, 4 e 5, de cronologia variada.

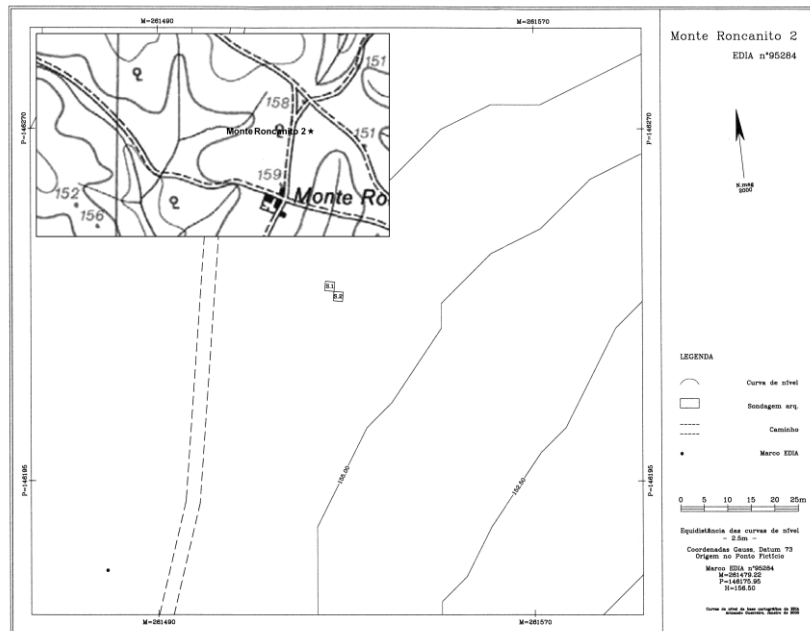


Fig. 6.16.1 – Localização na CMP 491 e levantamento topográfico com implantação das sondagens.



Fot. 6.16.1 – Área do Monte Roncanito 2, vista para sudoeste, onde é visível o actual Monte Roncanito.



De acordo com a bibliografia disponível, a descrição do Monte Roncanito 2 indica que em terreno plano e aberto se destacaram à superfície abundantes cerâmicas de construção (tijolo, telha grossa e fragmentos de pote) e pedras de quartzo e xisto, numa área de cerca de 200 m<sup>2</sup> (Silva, 1996). Estas informações foram confirmadas na fase de prospecção/reavaliação do local, com a identificação de vários núcleos de achados de superfície que se encontravam dispersos por mais de uma centena de metros, constituídos por concentrações de pedras de quartzo e xisto e por alguma cerâmica de construção (telha) e cerâmica vidrada.

Apesar do local se encontrar fora da cota de enchimento máximo da barragem, a intervenção arqueológica foi efectuada de forma a permitir obter uma leitura cronológica do local e determinar um conjunto de medidas de minimização para acautelar o uso do solo e os impactes negativos da erosão provocados pelo regolho e pela utilização do mesmo.

### **6.16.2. Trabalhos arqueológicos**

No reconhecimento e reavaliação do sítio, como já foi referido, foram identificados vários núcleos que apontavam para uma ocupação eventualmente diferida no espaço e possivelmente no tempo. As cerâmicas recolhidas à superfície indiciavam tratar-se de um *habitat* de cronologia recente, pois eram constituídas maioritariamente por fragmentos de telha e por alguma cerâmica vidrada.

Considerando que a área de dispersão de materiais se estendia por cerca de uma centena de metros, dividiu-se a intervenção em dois núcleos identificados de forma distinta: Monte Roncanito 2 e Monte Roncanito 2A. Com a intervenção arqueológica, este último local ganhou identidade própria, tendo-se aí identificado um extenso *habitat* da Idade do Ferro.

No primeiro núcleo, que correspondia à localização do Quadro Geral de Referência (Silva, 1996) e apresentava grande concentração de fragmentos de material de construção, foram implantadas duas sondagens arqueológicas georreferenciadas à Rede Geodésica Nacional.

#### **6.16.2.1. Estratigrafia**

##### **6.16.2.1.1. Sondagem 1**

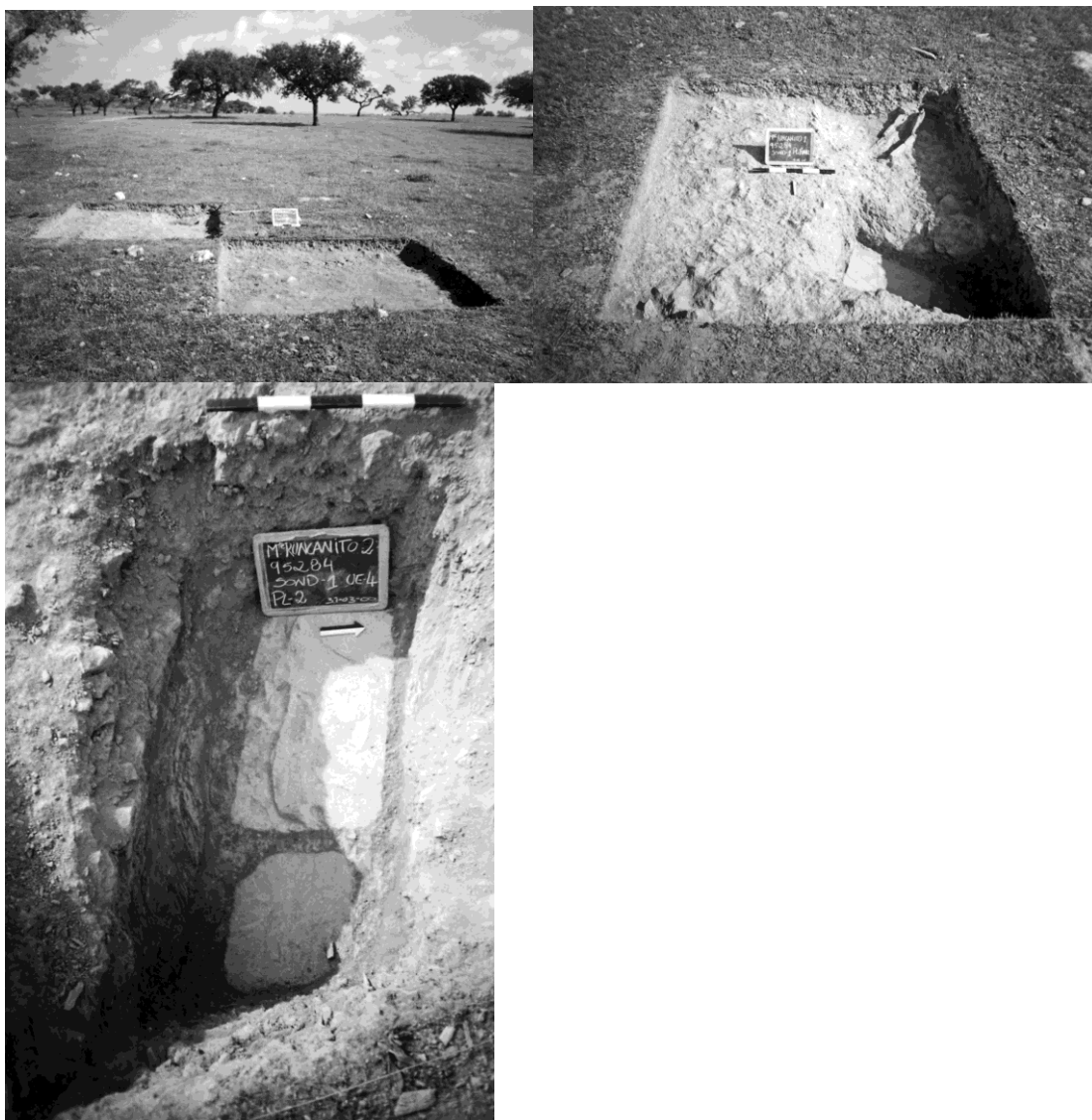
UE 1 - Estrato composto por terra humosa castanha não muito escura e que apresentava pequenos fragmentos de pedras de quartzo e xisto, bem como muitos fragmentos de cerâmica de construção (telha).

UE 2 - Estrato composto por terra castanha clara, com pedras de quartzo e xisto e fragmentos de telha.

UE 3 - Afloramento xistoso.

UE 4 – Estrato composto por terra castanha clara, onde surgiram fragmentos de osso (incluindo um dente) e de telha. Correspondem às terras de enchimento de uma sepultura.

*Fot. 6.16.2 e 3 – Sondagens 2 e 1, vista para norte da área de implantação Sondagem 1, plano final.*



*Fot. 6.16.4 – Sondagem 1, detalhe da arquitectura da sepultura.*

A potência estratigráfica era extremamente reduzida, definindo-se imediatamente abaixo do nível superficial, o afloramento xistoso, onde foram detectadas duas depressões ou fossas. Uma destas fossas correspondeu a uma sepultura com os restos osteológicos muito fragmentados e destruídos, levantados em bloco para posterior escavação e análise em laboratório. Tipologicamente, tratava-se de uma fossa escavada na rocha de base de contornos sub-retangulares, revestida com lajes de xisto e orientada genericamente a noroeste. Durante a sua escavação, foram detectados alguns elementos, possivelmente da

sua cobertura, em xisto e telha, caídos no interior da sepultura de forma desordenada, podendo atestar uma eventual destruição/violação da mesma. Não foram observados quaisquer outros vestígios de outras estruturas tumulares/sepulturas.

O estudo antropológico preliminar revelou que as ossadas deveriam pertencer a um adolescente ou jovem adulto do sexo masculino e que os vestígios osteológicos exumados corresponderiam à zona do crânio e tronco.

#### 6.16.2.1.2. Sondagem 2

UE 1 - Estrato composto terra humosa castanha não muito escura e que apresentava pequenos fragmentos de pedras de quartzo e xisto, bem como muitos fragmentos de cerâmica de construção (telha).

UE 2 - Estrato composto por terra castanha clara, com pedras de quartzo e xisto e fragmentos de telha.

UE 3 - Afloramento xistoso.

Localizada a noroeste da Sondagem 1, a Sondagem 2 revelou igualmente uma estratigrafia reduzida, sem quaisquer vestígios de outras sepulturas ou fossas/depressões ou níveis arqueológicos conservados.

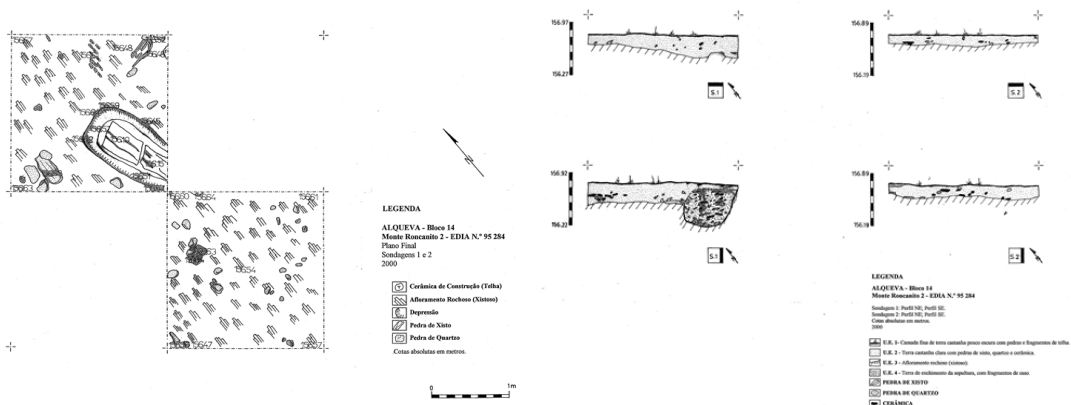


Fig. 6.16.3 e 4 – Sondagens 1 e 2, plano final. Perfis estratigráficos.

#### 6.16.2.1.3. Síntese da análise estratigráfica

Apesar da reduzida estratigrafia observada nas duas sondagens, foi possível recolher alguns dados que permitiriam equacionar uma futura intervenção no local. Não obstante o local se encontrar fora da cota de enchimento máximo da albufeira, converteu-se num istmo de uma pequena península, tendo como ponto dominante o próprio Monte Roncanito. Foi então proposta a continuidade dos trabalhos tendo em conta futuros impactes, além da necessidade de se esclarecer se se trataria de uma inumação isolada ou se integraria uma necrópole, o que teria grande interesse para o conhecimento da ocupação rural Medieval deste território, permitindo aferir da sua eventual relação com o

conjunto de possíveis *habitats* que surgem na envolvente do Monte Roncanito. Esta proposta de alargamento da intervenção não foi concretizada.

### **6.16.3. Espólio**

O espólio recolhido foi diminuto, 27 fragmentos de cerâmica, dos quais a sua maioria pertencia a telhas (56%), repartidos pela estratigrafia de forma bastante equilibrada entre as UE 1 e 2.

Excluindo o material de construção, apenas foi identificada a forma de três fragmentos cerâmicos: uma talha, um pote e uma taça (ver fig. 6.16.4 e fot. 6.16.5), de morfologia demasiado incaracterística para se extraírem conclusões tipológicas.

Dada a densidade de ocupação desta zona, onde estão presentes desde sítios da Idade do Ferro como o Monte Roncanito 2A ao próprio Monte Roncanito actual, é pertinente considerar que alguns dos materiais encontrados neste sítio correspondam a ocupações dos sítios limítrofes. Deste modo, o exemplar de taça poderá corresponder a uma peça da Idade do Ferro e os fragmentos vidrados, referidos no Quadro Geral de Referência (mas não observados durante a escavação), poderão corresponder a contaminações vindas do vizinho Monte Roncanito.

Deste modo apenas se pode argumentar sem grandes certezas que se tratará de um conjunto de um ambiente rural sem aparentes ligações com mercados urbanos próximos de Época Medieval/Moderna.

### **6.16.4. Conclusão**

O sítio apenas permitiu intervencionar uma sepultura isolada de cronologia imprecisa e, eventualmente violada, dada a estranha mistura de vestígios encontrados nas suas proximidades, onde convive uma taça da Idade do Ferro, e fragmentos de talha e telha.

## **6.17. Monte Roncão 12**

### **6.17.1. Introdução**

Os trabalhos arqueológicos no sítio identificado como Monte Roncão 12 foram efectuados em Julho de 1999, integrados no conjunto das intervenções realizadas nas ocorrências do Quadro Geral de Referência afectas ao Bloco 14.

A intervenção arqueológica teve como principal objectivo a avaliação da importância do sítio e o seu potencial arqueológico, através da identificação de níveis e estruturas arqueológicas preservadas e da interpretação da sua funcionalidade.

Administrativamente, o local pertencia à freguesia de Campinho, que integrou a União de Freguesias de Campo e Campinho, concelho de Reguengos de Monsaraz,

distrito de Évora, encontrando-se identificado com o número de inventário da EDIA n.º 95385 e com o CNS 16355, classificado como um *habitat* de cronologia Medieval.

Situado na margem esquerda do rio Guadiana, o sítio localiza-se na Herdade de Ceuta, no topo de um cabeço aplanado atravessado por um caminho vicinal que conduz até ao Guadiana.

A sua localização, relativamente à área envolvente, permite um excelente domínio da paisagem e um fácil acesso ao rio, do qual dista poucos metros.

A informação contida no Quadro Geral de Referência definia o local com a seguinte descrição (Silva, 1996): «No topo de pequena elevação, na encosta sul encontra-se à superfície cerâmica de construção (telha grossa) e comum, bem como muitas pedras de xisto e quartzito, numa área de 150 m<sup>2</sup>». Posteriormente, o reconhecimento efectuado confirmou a presença de materiais cerâmicos à superfície do terreno onde ainda se destacavam, no topo do cabeço, pequenas elevações que sugeriam a presença de várias estruturas pétreas de forma aparentemente rectangular, cobertas de estevas e pedras de xisto e quartzito de calibre diverso.

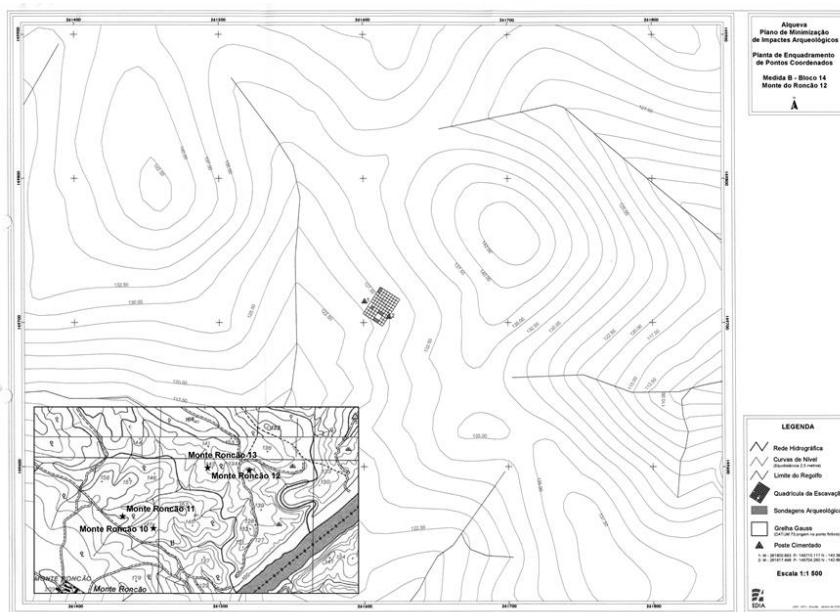


Fig. 6.17.1 – Localização na CMP 491 e levantamento topográfico com implantação da quadrícula.

### 6.17.2. Trabalhos arqueológicos

Após a desmatização e limpeza cuidada da área a escavar e a fim de obter uma cronologia baseada em dados arqueológicos e entender a clara funcionalidade do local, foi estabelecido um programa de sondagens arqueológicas. No topo do cabeço, foram implantadas duas sondagens de 2x4 m (Sondagens 1 e 2) e uma sondagem de 2x2 m (Sondagem 3), incidindo sobre os possíveis vestígios de estruturas detectados.

Posteriormente, foram acrescentadas e intervencionadas duas novas sondagens: uma de 2x4 m (Sondagem 4) e outra de 2x2 m (Sondagem 5).

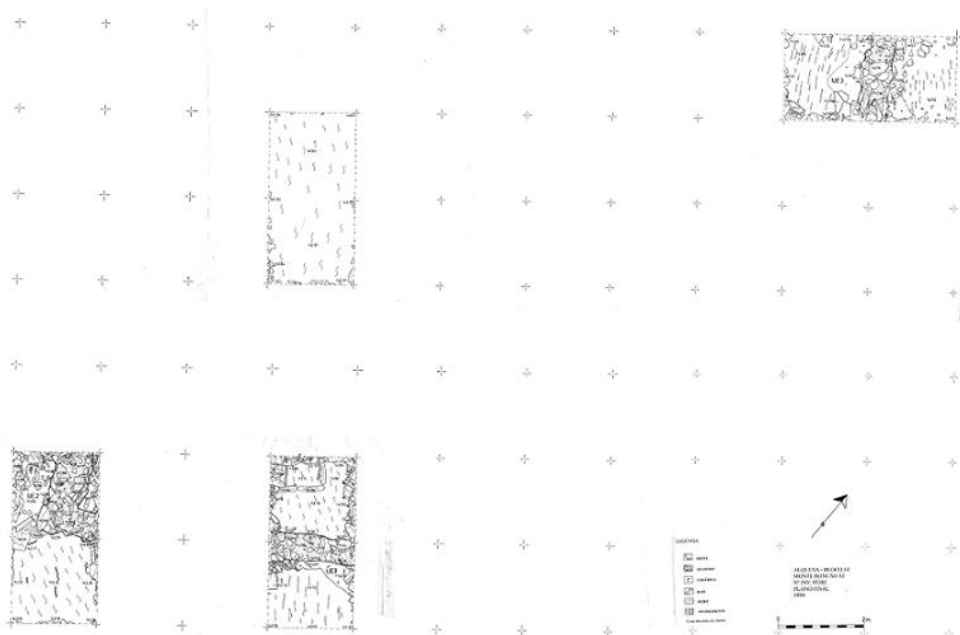


Fig. 6.17.2 – Plano final das sondagens intervencionadas.

### 6.17.2.1. Estratigrafia

#### 6.17.2.1.1. Sondagem 1

A Sondagem 1 apresentou a seguinte sequência estratigráfica:

UE 1 - Terras húmidas de cor castanha enegrecida, soltas, com grande quantidade de carvões.

UE 2 - Terras de cor castanha rosácea, compactadas, com relativa concentração de pequenos fragmentos de xisto de cor avermelhada.

UE 3 - Terras semelhantes às terras da UE 2 mas com maior concentração de fragmentos de xisto de cor avermelhada, aqui de maiores dimensões.

UE 4 - Afloramento xistoso.

UE 5 - Terras castanhas escuras, bem depuradas, identificadas na estrutura pétreia tipo "caixa".

Fig. 3 – Sondagem 1, perfil estratigráfico noroeste.

#### 6.17.2.1.1.1. Interpretação

Com a remoção da UE 1 destacou-se, de imediato, um troço de um muro formado por pedras de xisto de médio e grande calibre, imbricadas entre si e colmatadas com terra argilosa. Apresentava uma orientação sudeste/nordeste, com cerca de 2 m de

comprimento e 0,60 m de largura total, com ambas as faces bem definidas e um alçado de cerca de 0,30 m, denunciando dois espaços distintos: Ambiente 1 e Ambiente 2.



*Fot. 6.17.1 e 2 – Sondagem 1, vista para noroeste. Sondagem 4, metade noroeste: vista para norte da área do vértice do Muro I.*

#### **6.17.2.1.1.1. Ambientes 1 e 2**

Um destes espaços, considerado como uma aparente área exterior, apresentava uma potência estratigráfica muito reduzida, com o afloramento rochoso a cerca de 0,15 a 0,20 m de profundidade.

Já a área correspondente ao interior da estrutura, definida como Ambiente 1, permitiu observar claras diferenças. Com a escavação da UE 2, definiu-se uma forte concentração de pedras de xisto de grandes dimensões, que deveriam estar relacionadas com o nível de destruição deste espaço, cobrindo a UE 3, um estrato onde esta concentração de pedras se mantinha, com boa parte destes elementos pétreos fincados verticalmente e associados a alguma cerâmica de construção e comum, bastante fragmentada.

Com a remoção deste último nível, observou-se no quadrante oeste da Sondagem 1, confinante com o perfil noroeste da sondagem, uma estrutura pétreo do tipo caixa rectangular, construída com lajes de xisto (ver fig. 6.17.3). O seu interior era preenchido por um nível sedimentar de terras bem depuradas, a UE 5, sem quaisquer vestígios de cinzas ou carvões, que sugerissem tratar-se de uma estrutura de combustão, e com escasso espólio associado (cerâmica comum e de armazenamento, talha e algum material de construção), pelo que a sua presença poderá sugerir a existência de estruturas secundárias, como bancadas ou poiais de apoio à actividade doméstica e à estrutura habitacional.

#### **6.17.2.1.2. Sondagem 2**

A Sondagem 2 apresentou a seguinte sequência estratigráfica:

UE 1 - Terras húmidas de cor castanha escura, soltas, com pouca vegetação.

UE 2 - Terras de cor castanha rosácea, compactadas, com relativa concentração de pequenos fragmentos de xisto de cor avermelhada.

UE 3 - Terras de cor castanha escura e extremamente compactadas, com vestígios de combustão.

UE 4 - Afloramento xistoso.

#### 6.17.2.1.2.1. *Interpretação*

Implantada sobre uma área onde se vislumbrava uma outra concentração de elementos pétreos, a Sondagem 2 evidenciou, com a remoção da UE 2, um troço de muro (Muro 2), muito destruído, destacando-se, contudo, o seu alinhamento de pedras de xisto de médio e grande calibre, com cerca de 2 m de comprimento, 0,70 m de largura máxima e cerca de 0,20 m de altura, processando-se a sua orientação no sentido sudeste/noroeste. Foram ainda identificados diversos fragmentos de cerâmica comum e de construção, na remoção da UE 2, que cobria a UE 3, um estrato de terras muito depuradas, com alguns vestígios de aquecimento/acção de fogo, identificado a espaços ao longo da sondagem, que poderá estar relacionada com a presença de um eventual piso ou nível de chão do espaço delimitado pelo Muro 2.

#### 6.17.2.1.3. *Sondagem 3*

A Sondagem 3 apresentou a seguinte sequência estratigráfica:

UE 1 - Terras húmusas de cor castanha escura, soltas, idênticas às da UE 1 presente nas Sondagens 1 e 2.

UE 2 - Terras de cor castanha rosácea, compactadas, com relativa concentração de pequenos fragmentos de xisto de cor avermelhada.

UE 3 - Afloramento xistoso.

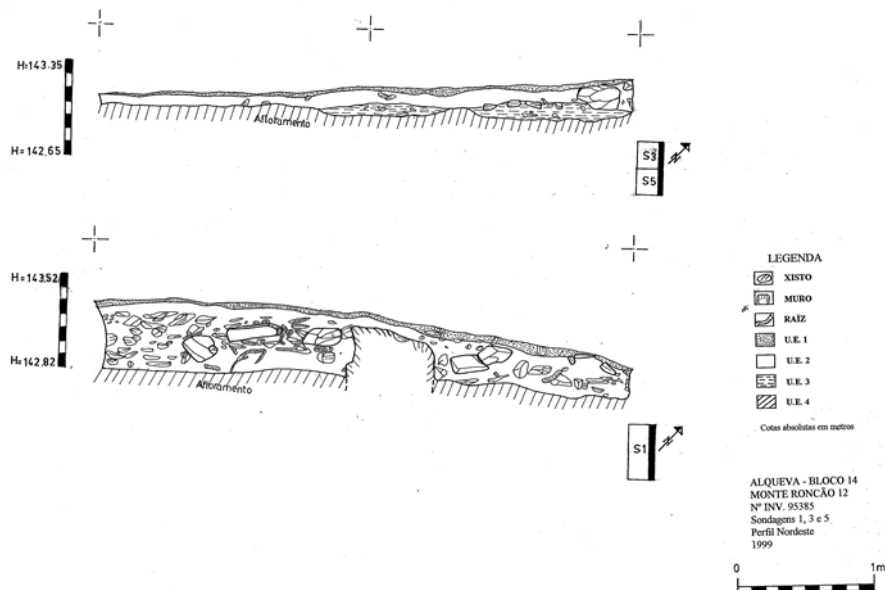


Fig. 6.17.3 – Sondagens 1, 3 e 5, perfis estratigráficos nordeste.



#### **6.17.2.1.3.1. Interpretação**

Nesta sondagem, a potência estratigráfica foi escassa. Efectuada com o objectivo de identificar a noroeste um eventual muro paralelo ao identificado na Sondagem 1, a Sondagem 2 não mostrou quaisquer evidências de outras estruturas ou níveis arqueológicos conservados, detectando-se o afloramento rochoso imediatamente sob a UE 2, onde foi exumado um único fragmento de cerâmica comum.

#### **6.17.2.1.4. Sondagem 4**

A Sondagem 4 apresentou a seguinte sequência estratigráfica:

UE 1 - Terras húmidas de cor castanha escura, soltas, idênticas às da UE 1 presente nas restantes sondagens.

UE 2 - Terras de cor castanha rosácea, compactadas, com relativa concentração de pequenos fragmentos de xisto de cor avermelhada.

UE 3 - Terras semelhantes às da UE 2 mas com maior concentração de pedras de xisto de cor avermelhada, aqui de maiores dimensões.

UE 4 – Afloramento rochoso.

#### **6.17.2.1.4.1. Interpretação**

A escavação da Sondagem 4 visava identificar um eventual fecho do Muro I, identificado na Sondagem 1. Com a decapagem da UE 2 identificou-se o canto do Muro I e a sua continuação para norte. De igual modo, na área interior do mesmo (definida como Ambiente 1 aquando da descrição estratigráfica da Sondagem 1) localizava-se a UE 3. Também aqui, a dimensão das pedras era significativa, e a constatação do nível de destruição interno da estrutura não deixou grandes dúvidas sobre o elevado grau de afectação da mesma.

Na escavação das UE 2 e UE 3 foram exumados diversos fragmentos de cerâmica de construção e de cerâmica comum.

#### **6.17.2.1.5. Sondagem 5**

A Sondagem 5 revelou uma sequência estratigráfica idêntica à Sondagem 3 e igualmente muito reduzida, não tendo sido detectados quaisquer vestígios da continuação do Muro 1 da Sondagem 1.

A hipótese levantada aquando da identificação do canto do muro na Sondagem 4 e a sua eventual continuação para norte ou noroeste, não se confirmou. Será provável que o mesmo tenha sido destruído pela lavra, em virtude dos dados das Sondagens 3 e 5 e da observação da área limítrofe, onde não se registam, à superfície, quaisquer vestígios da estrutura identificada nas Sondagens 1 e 4.

### **6.17.2.2. Interpretação geral**

Foi nítido o elevado grau de destruição do sítio arqueológico por acção dos trabalhos agrícolas, que terão contribuído para a degradação das estruturas e para a parca potência estratigráfica dos solos locais. Não obstante, foi possível observar algumas estruturas que denunciam dois espaços diferenciados, um dos quais com presença de algumas estruturas que poderíamos enquadrar como de apoio às actividades produtivas e domésticas, como bancadas ou poiais, comuns nos espaços de habitação de cronologias coevas, assumindo assim que a área definida como Ambiente 1 seria um espaço de *habitat*, reforçado pelos indícios de um possível pavimento.

Por outro lado, desconhece-se se a grande dispersão do espólio detectada à superfície em praticamente toda a extensão do cabeço onde se situa a estação arqueológica, poderia corresponder à totalidade do espaço anteriormente ocupado pelas estruturas, dada a ausência de relação directa entre os dois ambientes definidos, ou se é resultado da profunda destruição do mesmo.

Será então o espólio cerâmico recolhido, o único fóssil director para podermos avançar para a cronologia Medieval do sítio.

Por outro lado, a proximidade deste sítio com o Monte Roncão 13, localizado a cerca de 200 m a noroeste, leva-nos a suspeitar da conjugação de um núcleo de pequenos casais rurais, que, apesar do grau de destruição, não deixam de ser bastante importantes para uma tentativa/proposta de explicação do modelo de povoamento rural da região no Período Medieval ou posterior.

### **6.17.3. Espólio**

O espólio recolhido nesta estação não foi volumoso e corresponde a um total de 114 entradas inventariadas, em que 43 fragmentos correspondem a vasilhas, sendo muito elevada a quantidade de material de construção, o que confere à amostra fraca representatividade estatística. O maior número de fragmentos encontra-se concentrado na UE 0 e UE 2, sendo escasso nas restantes unidades estudadas.

A diminuta expressão numérica do espólio impede assim que se retirem conclusões definitivas. Apenas as características técnicas das cerâmicas permitem especular sobre a possibilidade de se tratar de um conjunto datável do final da Idade Média ou do início do Período Moderno, dada a percentagem dominante de panelas e talhas com pastas castanhas ou cinzentas e aos fabricos manuais e de torneado lento.

### **6.17.4. Conclusão**

O Monte Roncão 12 corresponde a um pequeno assentamento rural, com estruturas cuja arquitectura não foi possível definir na totalidade, no qual foi exumado espólio reduzido e inexpressivo. No entanto, a presença de materiais de construção

(telhas) e de utilização doméstica (panelas, alguidares e alguma loiça de mesa), cumulativamente com as características técnicas do espólio cerâmico, permitem definir, ainda que de forma imprecisa, este sítio como um espaço de habitação com uma cronologia situada entre o final da Idade Média e o início da Época Moderna.

### **6.18. Síntese dos trabalhos e resultados**

Os trabalhos arqueológicos de minimização de impactes da Barragem de Alqueva executados no âmbito do denominado Bloco 14 envolveram a caracterização de um conjunto de *habitats* agrícolas, de cronologia Medieval ou Moderna, localizados nas margens dos rios Guadiana, Degebe e afluentes, que foram entretanto submersos pelas águas do regolfo, e que possibilitaram o estudo de uma tipologia de pequenos núcleos rurais que habitualmente não são objecto de investigação devido à sua pobreza material. Estas escavações permitiram exumar elementos da cultura material das populações que, numa ampla diacronia, ocuparam e exploraram este território.

A maioria dos sítios localizava-se em rechãs ou pequenas plataformas situadas nas zonas interfluviais, junto a talvegues pouco pronunciados e, nalguns casos, em terraços fluviais ou junto a pequenas várzeas abertas,

Por exemplo, a situação, dos sítios Espinhaço, 4 e 5, 9 e 11 e Monte Roncanito 4 e 18, junto a linhas de água que pelo menos actualmente correm sazonalmente ou nos períodos de chuva, denuncia um padrão de assentamento baseado sobretudo na proximidade dos tributários do rio Guadiana, principal recurso da área de estudo.

No conjunto dos sítios intervencionados, o Cabeçana 4 revelou-se um dos mais importantes. Aqui foi possível identificar dois núcleos de construção, certamente relacionados entre si. As técnicas de construção apresentavam alguma diversidade, inclusivamente no mesmo espaço, o que evidencia a capacidade de adaptação e o carácter moldável destes modelos arquitectónicos. Corresponderá a um assentamento rural de uma pequena comunidade, que funcionava como espaço de habitação rural permanente de uma família alargada. Esta estrutura deteria alguma capacidade de armazenar excedentes agrícolas, expressa na abundância de grandes contentores, que por sua vez evidenciam a possível existência de uma exploração agrícola de razoáveis dimensões.

Quanto à cronologia da sua construção, à duração da ocupação e do seu abandono, aponta-se para uma ocupação contínua desde meados do século V, não se identificando sinais de destruição violenta, nem se constatando uma progressiva diminuição do espaço ocupado, mas sim a adaptação do espaço a novas necessidades e condições que levaram à divisão de alguns ambientes, criando uma diferente

compartimentação dos espaços. O seu abandono produziu-se de forma rápida, por volta do final do século VIII.

O sítio Espinhaço 7 encontrava-se muito destruído, mas ainda assim revelou uma estrutura de *habitat*, com escasso e muito fragmentado espólio cerâmico, abundante presença de fabricos manuais e de torneado lento, e de cozeduras redutoras e irregulares. Estes indicadores, bem como a presença de um fragmento de tégula, levou a enquadrá-lo de forma genérica na Alta Idade Média, entre os séculos VI e VIII.

Na proximidade deste sítio arqueológico, junto da mesma linha de água tributária do rio Guadiana, encontra-se o Espinhaço 11, porventura um *habitat* do qual somente restava o material que eventualmente constituiu os muros da sua estrutura, como pedras em quartzo e xisto, e a cerâmica de construção constituída por fragmentos de telha. Datou-se o sítio, de forma genérica, na Alta Idade Média, tendo por base a elevada percentagem de fabricos manuais e de torneado lento.

As sondagens efectuadas no sítio Monte Roncanito 13 permitiram identificar, uma estrutura pétreia muito destruída e exumar algum espólio cerâmico com interesse, apontando para uma ocupação de uma comunidade rural com reduzidas relações de intercâmbio com os meios urbanos mais próximos, no período de transição entre a Antiguidade Tardia e o Período Islâmico, possivelmente centrada por volta dos séculos VIII-IX.

A proximidade deste sítio com o similar do Monte Roncanito 14 sugere a possibilidade de existir um povoamento baseado em pequenos casais agrícolas, eventualmente em conexão uns com os outros.

O Monte Roncão 13, muito afectado pelos trabalhos agrícolas revelou também estruturas habitacionais bem organizadas, que formavam dois Ambientes, e que cronologicamente se integram de forma genérica, de acordo com as características técnicas do espólio, na transição entre a Antiguidade Tardia e a Alta Idade Média, entre os séculos VII e X.

Já o sítio Monte Roncanito 10 desdobrava-se numa plataforma alongada onde se identificaram três núcleos com ocupação simultânea. O núcleo principal de habitação, de razoáveis dimensões e onde se concentra quase todo o espólio encontrado, estava implantado num dos extremos da plataforma, próximo dos caminhos actuais, e deveria ter sido composto por vários espaços, tendo sido edificado com recurso a uma variedade de técnicas construtivas que revelam uma diversidade significativa de soluções na utilização da matéria-prima local, em que o pavimento consistiria no afloramento xistoso regularizado. A cerca de 135 m, encontrava-se a sítio designado como Monte Roncanito 10B, de difícil caracterização devido à escassez dos vestígios murários e de espólio, mas cuja homogeneidade de técnicas e materiais permite considerar tratar-se contemporânea

do restante conjunto, constituindo uma dependência de apoio do núcleo principal, possivelmente com funções de curral.

A cerâmica exumada, com o predomínio do torneado rápido e da cozedura oxidante ou alternada, corresponde sobretudo a produções de carácter regional que remetem para relações com núcleos urbanos onde as trocas com outras áreas geográficas seriam frequentes, de que será exemplo o achado de um fragmento de candil. O espólio cerâmico reúne características que encontramos em conjuntos cerâmicos urbanos com cronologias dos séculos IX-XI. Esta estação parece tratar-se, assim, de um conjunto habitacional que suportaria uma pequena comunidade camponesa, provavelmente de natureza familiar, sendo algumas das estruturas dedicadas à residência e outras, possivelmente, às actividades agro-pastoris.

O sítio Monte Roncanito 18 encontrava-se quase totalmente destruído, subsistindo restos de muros de uma estrutura habitacional com pelo menos uma divisão/estância, vestígios de um nível de pavimento de terra batida no seu interior e um vão de acesso, junto do qual foi recolhida grande quantidade de telha. A estrutura identificada apresentava uma planta muito simples, ortogonal, com muros de xisto em perpiano e um enchimento de terra argilosa e blocos pétreos de quartzo e xisto menores. A tipologia construtiva, com base na matéria-prima local, terra, xisto e quartzo, é similar a grande parte dos restantes sítios com cronologias coevas, como o Monte Roncanito 10. Embora a cerâmica se encontre muito fragmentada, a sua análise aponta para uma ocupação centrada no Período Islâmico, nos séculos X-XII.

As sondagens efectuadas em Cabeçana 3 permitiram evidenciar o elevado grau de destruição do sítio, tendo somente revelado a presença de dois troços de muros de uma estrutura de planta desconhecida, construídos em xisto e quartzo de pequeno e médio calibre com um ligante de terra argilosa. A ausência de materiais arqueológicos expressivos impede a indicação de uma cronologia concreta, embora os traços gerais indiquem uma atribuição alargada no Período Medieval/Moderno.

A estrutura quadrangular identificada em Espinhaço 4 deverá corresponder a um pequeno *habitat* ou a uma instalação de apoio aos trabalhos agrícolas no meio rural. O espólio encontrado, consentâneo com a interpretação do sítio como um *habitat* rural, pouco contribui para esclarecer a cronologia do sítio, enquadrado genericamente no Período Medieval.

A proximidade deste sítio com o de Espinhaço 5, junto à mesma linha de água tributária do rio Guadiana, permite equacionar um padrão de implantação de pequenos casais agrícolas, disseminados em pequenas elevações junto aos interflúvios e pequenas várzeas, que, apesar do seu grau de destruição, não deixam de ser relevantes para o entendimento do modelo de povoamento rural Medieval desta área.

O Monte Roncão 10, apesar de se encontrar praticamente arrasado, apresentou o espólio mais numeroso deste conjunto de sítios, o que permitiu a sua ampla análise. A diversidade e amplitude dos vestígios arqueológicos identificados atestam a existência no local de um complexo habitacional de grandes dimensões, onde foram identificados três núcleos de estruturas separadas entre si e que, poderiam pertencer a um único complexo, com espaços abertos interiores, como pátios, ou logradouros, ou a um *habitat* com distintos espaços de utilização.

Relativamente ao espólio cerâmico exumado, embora continuem a dominar as formas de cozinha e de armazenamento e transporte, aumenta significativamente a percentagem de loiça de mesa. A maior diversidade formal e a presença mais significativa de loiça de mesa podem ser conotadas com uma maior influência dos meios urbanos. No entanto, sobrevivem formas muito rudimentares, que não parecem corresponder a elementos residuais de eventuais fases de ocupação mais antigas, mas antes a características perduráveis endémicas do mundo rural onde o sítio se insere. O conjunto do espólio recolhido enquadra-se entre os séculos XIV e XVI, com predominância das formas atribuíveis aos séculos XIV e XV, e atesta o cariz habitacional do local, destacando o Monte Roncão 10 como um *habitat* rural do período cristão, posterior à conquista feudal, revelando uma cultura material algo singular neste contexto rural.

O Monte Barbosa 5 encontrava-se destruído pelas lavras agrícolas, facto que pudemos visualizar após os trabalhos arqueológicos, sendo os dados coligidos sobretudo correspondentes à cerâmica recolhida, nomeadamente de construção, e a uma estrutura negativa, de onde se exumou variado espólio cerâmico. O reportório formal e a presença de cerâmicas revestidas de vidro atestam relações com meios urbanos só frequentes em Época Moderna, bem como o maior poder aquisitivo dos habitantes do sítio e evidenciam a existência de uma ocupação permanente entre finais da Idade Média e os inícios do Período Moderno, séculos XV-XVI.

O sítio arqueológico Cabeçana 7 enquadra-se no panorama geral das ocupações Medievais/Modernas da região, correspondentes a *habitats* localizados sobre pequenas elevações próximas de linhas de água de cariz sazonal, com vestígios de construções muito afectadas pelos trabalhos agrícolas. No local, foram identificados três troços de muros construídos sobre o afloramento rochoso, que integravam um complexo habitacional com diferentes espaços interiores. A exiguidade dos vestígios apenas permite supor a existência de um pequeno *habitat*, provavelmente de cariz rural, com uma ocupação bastante limitada no tempo. A qualidade dos vidrados das cerâmicas é consentâneo com uma cronologia de finais da Idade Média e inícios da Idade Moderna, séculos XIV a XVI.

Em Monte Musgos 3 foram efectuados trabalhos de limpeza e de sondagem que permitiram a identificação de uma estrutura pétreo em xisto e argamassa composta por

três muros. A sua funcionalidade afigurou-se, contudo, indeterminada, dada a exiguidade da área escavada e em virtude da suspensão dos trabalhos face à presença de cerâmicas manuais pré-históricas provenientes de ocorrências do topo da rechã. A presença da interface negativa, tipo silo, no interior da estrutura construída sobre o terraço fluvial, sugere o possível carácter habitacional da mesma, ou, pelo menos, a sua utilização sazonal, uma vez que as cheias do Degebe invalidariam um uso continuado da mesma. Já a prospecção nas imediações do sítio nas margens do rio permitiu a identificação de outras estruturas murárias, que foram sumariamente limpas e que apontam para uma ocupação do local Medieval ou Moderna, que poderia estar também relacionada com a travessia do rio, ou com uma estrutura de apoio à mesma.

Em Espinhaço 5 foi identificada uma única construção, aparentemente isolada, de planta rectangular, construída com as técnicas habituais nos vários sítios em análise. O espólio recolhido é muito pobre e pouco contribuiu para esclarecer as características funcionais e a cronologia de ocupação do sítio, que contudo se situou, devido às características técnicas do vasilhame, no final da Idade Média ou inícios do Período Moderno, séculos XIV a XVI. As características da loiça de cozinha recolhida, indiciam tratar-se de um espaço de habitação de cariz rural, com escassas ligações com ambientes urbanos.

A destruição do sítio Monte Roncanito 14, situado nas proximidades do Monte Roncanito 13, impede qualquer tipo de conclusão para além de enquadrar o sítio, de forma vaga, num contexto rural de Época Medieval/Moderna, onde só a presença de telha, do pequeno silo e dos três outros fragmentos cerâmicos comprova uma ocupação humana.

As sondagens efectuadas no núcleo designado como Monte Roncanito 2 permitiram identificar uma sepultura isolada e eventualmente violada, de cronologia indeterminada.

O Monte Roncão 12 corresponde a um pequeno assentamento rural, com estruturas cuja forma não foi possível definir na sua totalidade, e com um espólio reduzido e inexpressivo. No entanto, a presença de material de construção, nomeadamente telha, e de cerâmica de utilização doméstica, como painéis, alguidares e alguma loiça de mesa, permite definir o sítio como um espaço de habitação. Dadas as características técnicas do espólio cerâmico, atribui-se ao sítio uma cronologia de ocupação que se situará genericamente entre o final da Idade Média e o início da Época Moderna (séculos XIV a XVI).

Em suma, em relação aos conjuntos edificados intervencionados, as técnicas construtivas não são muito sofisticadas e utilizam o material local: pedra de xisto, quartzo e terra, sendo as estruturas em taipa com alicerces em quartzo, ou em placas de xisto cravadas no afloramento. Não obstante, a presença de diferentes técnicas construtivas e

as soluções arquitectónicas identificadas, por vezes, num mesmo local, traduzem um claro domínio tecnológico das matérias-primas locais e uma adaptação socioeconómica ao território onde estas comunidades se inserem.

Quanto à organização e modelo do *habitat*, o conjunto das estações intervencionadas pode ser agrupado em três tipos: **montes**, conjuntos formados por moradia e edificações de apoio para exploração agrícola de reduzida extensão, onde viveria ou uma família nuclear ou uma família alargada; **casais**, constituídos por estruturas habitacionais dispersas no território, em conexão com outras de natureza semelhante, eventualmente organizadas em torno de um monte; e por último, as **casas de apoio a trabalhos agrícolas**, destinadas a ocupações sazonais, de apoio à actividade agrícola e pecuária, ou para armazenamento e abrigo temporário de colheitas e alfaias.

Esta distinção tipológica não corresponde a uma evolução cronológica linear, mas antes uma coexistência entre diferentes e hierarquizados tipos de sítios, organizados numa estrutura de povoamento articulada, ao longo dos diferentes séculos que ocupam o nosso estudo.

Refira-se que as técnicas construtivas não são muito sofisticadas e utilizam o material local, pedra de xisto, quartzo e terra, sendo as estruturas em taipa com alicerces em quartzo ou em placas de xisto fincadas no afloramento. Não obstante, a presença de diferentes técnicas construtivas e soluções arquitectónicas identificadas, por vezes, num mesmo local, traduz um claro domínio tecnológico das matérias-primas locais e uma adaptação socioeconómica ao território onde estas comunidades se inserem.

São exemplos do primeiro tipo de sítios, os **montes**, Cabeçana 4 (com ocupação sobretudo alto Medieval, séculos V-VIII), Monte Roncanito 10 (séculos IX-XI), Monte Roncão 10 (*habitat* da Baixa Idade Média, séculos XIII-XIV) e, hipoteticamente, Monte Barbosa 5 (séculos XV-XVI).

Podemos portanto, verificar que em todos os períodos encontramos este tipo de núcleos de povoamento que, embora com localizações diferentes, espelham a continuidade de uma forma específica de ocupação do território em que prima a proximidade do grupo camponês ao meio que lhe providencia o sustento.

No segundo grupo tipológico, os **casais** temos como exemplos o Espinhaço 4 e o Espinhaço 5, em que a estrutura habitacional é reduzida ao mínimo para albergar uma família,

Relativamente às **casas de apoio as actividades agrícolas**, registaram-se os muito destruídos Espinhaço 7 e Cabeçana 7.

Excluiu-se desta proposta tipológica as *construções de apoio a actividades pastoris*, as pocilgas ou chafurdos, de acordo com a designação regional, pois apesar de terem sido objecto de intervenção dos trabalhos do Bloco 14, não foram directamente abordadas



neste estudo. São os casos dos chafurdos identificados no Monte Barbosa 7 (CNS 13595), no Monte Roncanito 5 (CNS 17274), no Monte Roncanito 17 (13616) e no Espinhaço 6 (CNS 20982) que constituem exemplos de ocorrências etno-arqueológicas de Época Contemporânea.

## **7. Considerações finais**

- Por que foi que cegámos, Não sei, talvez um dia se chegue a conhecer a razão, Queres que te diga o que penso, Diz, Penso que não cegámos, penso que estamos cegos, Cegos que vêem, Cegos que, vendo, não vêem.

*José Saramago, Ensaio sobre a cegueira.*

### **7.1. Dados para uma futura discussão**

As transformações operadas na bacia do Mediterrâneo desde meados do século V não encontraram ainda um modelo histórico explicativo que nos permita hoje compreender este período que medeia até ao século X.

A discussão sobre este difícil período encontra-se complexificada, por vezes, pela fragmentação geográfica dos discursos e ideias preconcebidas que não olham aos contributos de várias disciplinas como importantes auxílios para o debate científico.

A História não é uma ciência exacta de causas e consequências e não se pode confundir com a boa ensaística, com a dissertação que procura encadear e justificar todas as múltiplas questões. O próprio historiador não ficaria melhor servido no seu conhecimento se pudesse viajar no tempo, na sua curta duração, onde rapidamente passaria a ser antes um sociólogo ou antropólogo cultural, não encontrando resposta para as dúvidas da longa duração ou compreensão das conjunturas e das estruturas.

A uma certa ideia de vazio histórico, transmitida pela historiografia anglo-saxónica através da designação do período como Idade das Trevas (*Dark Ages*) e que acabou por condicionar os estudos e as interpretações histórico arqueológicas, surgiu um claro movimento de resistência através da história económica, desde Henri Pirenne, e depois, até em antítese, Richard Hodges e David Whitehouse (1983), que sobretudo pretenderam colocar o debate numa perspectiva arqueológica amplificada para o Mediterrâneo e não só.

A crise que sobreveio ao século V acabaria por ser fatal ao sistema mundo do Império Romano do Ocidente onde, a partir de então, o espaço mediterrânico entrou em contínua transformação. Para além das modificações de organização política e socioeconómica do Império Romano, a dinâmica histórica não se cristalizou. Esta dinâmica coincidiu não só com a desagregação do Império do Ocidente no século V, como também com a luta expansionista do Império do Oriente pela hegemonia do imenso espaço do Mediterrâneo, no século VI, vendo-se superado no século VII, primeiro pelos Sassânidas e depois pelos Árabes.

Nesse âmbito, reveste-se de capital importância a institucionalização do cristianismo e da Igreja, que igualmente marcariam o fim da Antiguidade, substituindo e passando a constituir o garante da continuidade das instituições políticas e, assim também, da perenidade dessa mesma Antiguidade em extinção. O homem do século VII não era certamente o mesmo homem do século IV ou V. Nesta crise, de que há fortes sinais de superação em meados do século VI, quando o Império Romano do Oriente tentou de novo

reconquistar o território do nominal Império do Romano do Ocidente, acabaria por ser aprofundada pela chegada ao Mediterrâneo de dois novos protagonistas.

O primeiro tem a forma de doença, a peste bubónica, cujo real impacte demográfico é de difícil percepção e requer alguns exercícios comparativos com a pandemia do século XIV, apontando vários autores para que durante cerca de dois séculos (do VI ao VIII) se tenha tornado endémica na bacia do Mediterrâneo.

O outro protagonista é o expansionista Império Sassânida, que tenta alargar o seu sistema mundo da Ásia central, Mar Vermelho e Oceano Índico, para o Mediterrâneo. Este império encontrava-se em contacto quase directo com as avançadas civilizações Indiana e Chinesa, de onde provinham muitas ideias e inovações e no século VII acabaria por inaugurar um período de mudança no Médio Oriente.

É neste quadro que um grupo étnico, com amplas relações na região e com esses dois impérios, vai aderir a uma nova prática religiosa monoteísta unificando politicamente as tribos da Península Arábica que, aproveitando o momento do século VII, em cerca de cem anos, irá dominar um território do actual Paquistão a Portugal.

A formação deste imenso complexo cultural levaria vários séculos e teria o contributo dos principais grupos que formaram a comunidade muçulmana.

Em certo sentido, a percepção era a que tinham mudado os senhores e que estes não passavam de mais uns bárbaros. Estes novos invasores podem ter-se desenvolvido com a apetência para o saque e o escravagismo mas o seu propósito inicial não seria o de fazer uma guerra santa ou de espalhar a religião. Como anteriores conquistadores vão aceitar as outras religiões monoteístas, submetendo-as através dos impostos e da criação de uma personalidade jurídica distinta.

As novas elites terão levado algum tempo a empreender o processo de aculturação das populações e a introduzir uma nova cultura material, que ainda estava em formação.

Assim, verifica-se a continuidade das produções cerâmicas tardias, certamente para satisfazer a necessidades locais, coexistindo com produções ou importações de produções e tipos diferenciados orientais, cuja transformação se viria a processar, lentamente, a partir do século X.

A regressão demográfica - bem como a mudança na composição da sociedade e da sua estrutura, que leva a abandonar o sistema escravagista -, com implicações no sistema de produção, levou a uma concentração populacional em pequenos núcleos, ou centro urbanos, ou mesmo ao abandono de cidades inteiras.

Este era um mundo auto-suficiente, ruralizado, pouco monetarizado e centrado num comércio local, no qual persistiam, contudo, trocas de longo curso.

A visão da paisagem rural tardo-romana proposta por Jorge de Alarcão (1998, pp. 113, 117), de aldeias e casais, granjas e *villae*, sem grande integração, mas

progressivamente polarizada pela fundação de igrejas, seculares ou monásticas, parece constatar-se até certo ponto na área estudada, se bem que falem evidências de locais de culto. Só foi identificado um possível local, constituído pela ermida identificada no Convento do Alcance, em Mourão, mas ao qual foi atribuída uma cronologia Baixo Medieval. Na Alta Idade Média, vai impor-se um território dominial, compartimentado e sujeito a impostos e servidões, centrado em torno de uma igreja criando divisões discretas na paisagem e territórios.

No Alto Alentejo, André Carneiro (2011, pp. 174-176) tipifica as alterações sofridas pelas *villae*, por volta do final do século IV inícios do V, perceptível na reconversão dos espaços nobres em zonas de actividade económica, a compartimentação de alguns espaços áulicos e a reconversão da *pars urbana* em necrópole ou em espaço sepulcral.

Durante a segunda metade do século VI e a primeira metade do VII, verifica-se nos campos de Mérida, que as partes sumptuárias das antigas *villae* são abandonadas, ficando reduzidas a pequenas aldeias ou *vicus*, com perda de grande parte de suas antigas funções produtivas (Franco Moreno, 2008, pp. 668-669).

Os trabalhos arqueológicos desenvolvidos na aldeia de Gózquez (S. Martín de la Vega, Madrid, séculos VI a VIII) evidenciaram que não se comprova o paradigma generalizado pela historiografia medieval tradicional relativa a uma economia de subsistência e a assentamentos residenciais precários, revelando antes uma integração entre a agricultura e a produção pecuária (Vigil-Escalera Guirado, A., & *alii*, 2013, p. 12).

Mas, aproximadamente, na segunda metade do século VIII, as aldeias de Madrid sofrem uma súbita desertificação, não tendo continuidade a sua ocupação ou, eventualmente, não sobrevivem à Idade Média com a mesma localização (Quirós Castillo & Vigil-Escalera Guirado, 2006, p. 115). Somente alguns pequenos assentamentos dispersos sobrevivem até ao final do século IX, mas são constituídos por habitações espalhadas e por vezes localizadas nas margens das anteriores aldeias. Houve um evidente abandono das aldeias em meados do século VIII, mas também houve famílias ou pequenas comunidades camponesas que se mantiveram em pequenas parcelas, tendo-se convertido à religião dos conquistadores.

A conquista islâmica não implicou uma pausa nos padrões de assentamento rural, mas tudo aponta, como no caso de Madrid, para um rápido desenvolvimento do processo de nucleação que levou a uma densificação dos centros e à origem das futuras vilas e pequenas cidades medievais (Vigil-Escalera Guirado & Quirós Castillo, 2012, p. 87).

Durante o Período Islâmico, deverá ter ocorrido uma consolidação das autonomias regionais, com um reforço político das antigas comunidades agro-pastoris, que parece ter conduzido a um processo de encastelamento similar ao ocorrido no Mediterrâneo ocidental (Torres, 1992b, p. 194). A população indígena terá aproveitado as circunstâncias da

conquista muçulmana para se refugiar em elevações onde se instalaram, fugindo ao processo de feudalização, correspondendo esses, a lugares de fácil defesa natural, mas com poucas construções, a que as fontes chamam *husun* (Acién Almansa 1989, p. 141).

Na serra algarvia (Catarino, 1997/1998, pp. 536-537), as invasões bárbaras não terão provocado grandes destruições, ou acentuadas alterações demográficas na estrutura de povoamento rural. Existem indícios que sugerem continuidades de ocupação, caso das *villae* do Montinho Laranjeiras e do Álamo, bem como em alguns casais, como a Casa Velha do Marmeleiro, devendo também ter surgido povoados em altura, como em Cerca do Xarez (séculos VII e VIII/IX). Os primeiros povoados de Época Omíada parecem ter sido núcleos rurais de carácter familiar instalados nos mesmos locais do povoamento anterior ou, outras vezes, localizados a pouca distância das áreas de implantação romana, caso do sítio do Curralão relativamente ao sítio romano da Corga dos Coiros. Apesar de no século VIII existir um certo vazio populacional, manteve-se a organização de cidades e de aldeias, na sequência das épocas anteriores (Catarino 1997/1998, p. 581).

Sobre esta questão do povoamento rural (Boone, 2001, pp. 119-120), em Mértola constatou-se que nos sítios rurais existiu uma variável continuidade da cultura material e que, entre 550 e 850, surgiram na paisagem pequenas granjas e vilas de carácter medieval.

Na maior parte dos sítios rurais da região de Beja, e pelo menos até ao século XI, verifica-se o prolongamento de protótipos anteriores (Macias, 2006, p. 124), o que se encontrará relacionado com o substrato populacional indígena original e com a continuidade da classe terra-tenente, até à adopção desses modelos pelas novas elites que se instalaram regionalmente. Não se pode, contudo, pressupor que o povoamento islâmico tenha decalcado a realidade, do de origem romana.

Helena Catarino divide o povoamento rural em três tipos (1997/1998, p. 548) assim ilustrados: o Montinho das Laranjeiras representa a evolução da *villa*, que se transformou num *monasterium* visigótico, onde permaneceu a comunidade cristã sob domínio muçulmano; o segundo tipo corresponde a uma povoação com certa densidade no Período Romano que evolui para aldeia visigótica com igreja e que deverá ter perdurado até depois da Reconquista com uma ermida medieval/moderna, caso de Clarines; o terceiro tipo corresponde a povoações romanas ligadas à exploração mineira, caso de Cortes Pereira com os seus diversos núcleos, com ocupação contínua nos Períodos Visigótico, Muçulmano e Pós-Muçulmano.

Também Pérez Aguilar (2013, pp. 7-9) apresentou uma proposta para a diferenciação descritiva dos sítios rurais no Al-Andalus em que distingue quatro ordens ou categorias de sítios rurais. A primeira corresponde a realidades arqueológicas semelhantes a povoados, aldeias e lugares (com casario). A segunda categoria, não confinada a

pequenas áreas, onde há uma clara predominância de actividades de exploração económica da envolvente sobre aquelas de carácter comunitário, na qual se podem incluir os *montes alentejanos (mayāšīr)* ou granjas (*raḥāl*). A terceira categoria corresponde a sítios rurais de planta dispersa, resultado da combinação de várias entidades populacionais, próximas e interrelacionadas funcionalmente, cuja planta se encontra fragmentada por certos itens. Por fim, a quarta categoria corresponde a sítios de controlo territorial, geralmente de carácter estatal que podem encontrar-se integrados numa rede de assentamentos rurais como os atrás referidos, tratando-se na maioria dos casos de torres-atalaias (*burūy*), castelos ou recintos fortificados (*ḥusūn*).

Deve-se ter presente que a base fundamental do *hiṣn* e das *qurà* é o povoamento, os habitantes, que são fundamentalmente camponeses (Franco Moreno, 2008, p. 512).

O povoamento disperso da Antiguidade Tardia / Alta Idade Média e Período Emiral dá lugar a povoados de maiores dimensões nos séculos XI e XII, situação que não se parece constatar na área da barragem de Alqueva, devido às limitações da área de estudo (cota do NPA de 152 m) que poderão ter deixado de fora povoados concentrados, situados em altura, em áreas mais elevadas (Gómez Martínez, 2015, p. 131).

De acordo com os resultados dos trabalhos arqueológicos, na área estudada, verifica-se um abandono generalizado das antigas zonas povoadas na Alta Idade Média, constatando-se que o povoamento islâmico não terá dado continuidade ao romano. Reconhece-se igualmente uma quase inexistência de recintos fortificados de época islâmica, exceptuando-se o caso do mais tardio Castelo dos Cuncos.

Para o estudo do povoamento rural, para além dos estudos arqueológicos e arquitectónicos, realça-se a necessidade de procurar a identificação das relações espaciais de racionalização e de legitimação do poder que dão enquadramento às redes de povoamento de sítios em altura, a hierarquização das mesmas e as relações espaciais entre *habitat* e fortificação.

## **7.2. Troço médio do vale do Guadiana: Conclusões**

Relativamente à questão do povoamento rural medieval no troço médio do vale Guadiana, esta é uma área onde se vislumbra um recuo do povoamento desde a Idade do Ferro, devido a um clima mais quente e seco, com concentração e rarefacção do povoamento na Antiguidade Tardia, e um gradual abandono do espaço rural até ao século IX, quando começa a ressurgir, mas ainda sem grande expressão, até à conquista cristã que irá definir um novo regime senhorial.

Esta história local e a micro-história das comunidades rurais não têm sido um objecto de estudo procurado pelos investigadores. Deste modo, também não tem sido

avaliada a incidência que sobre estes locais exerceram, ou não, as culturas que, sobretudo ao longo da Idade Média, se sobrepuseram no território da Península Ibérica.

Embora os pequenos sítios rurais habitualmente não sejam objecto de investigação devido à sua exígua e pobre cultura material, estes trabalhos arqueológicos permitiram exumar elementos relativos às populações camponesas que, numa ampla diacronia, ocuparam e exploraram este território.

Os trabalhos arqueológicos de minimização de impactes da Barragem de Alqueva executados nos concelhos de Alandroal, Reguengos de Monsaraz, Portel, Mourão e Moura, evidenciaram, nomeadamente para os períodos Tardo Romano e Alta Idade Média um conjunto de ocupações rurais que moldaram a paisagem no troço médio do Guadiana.

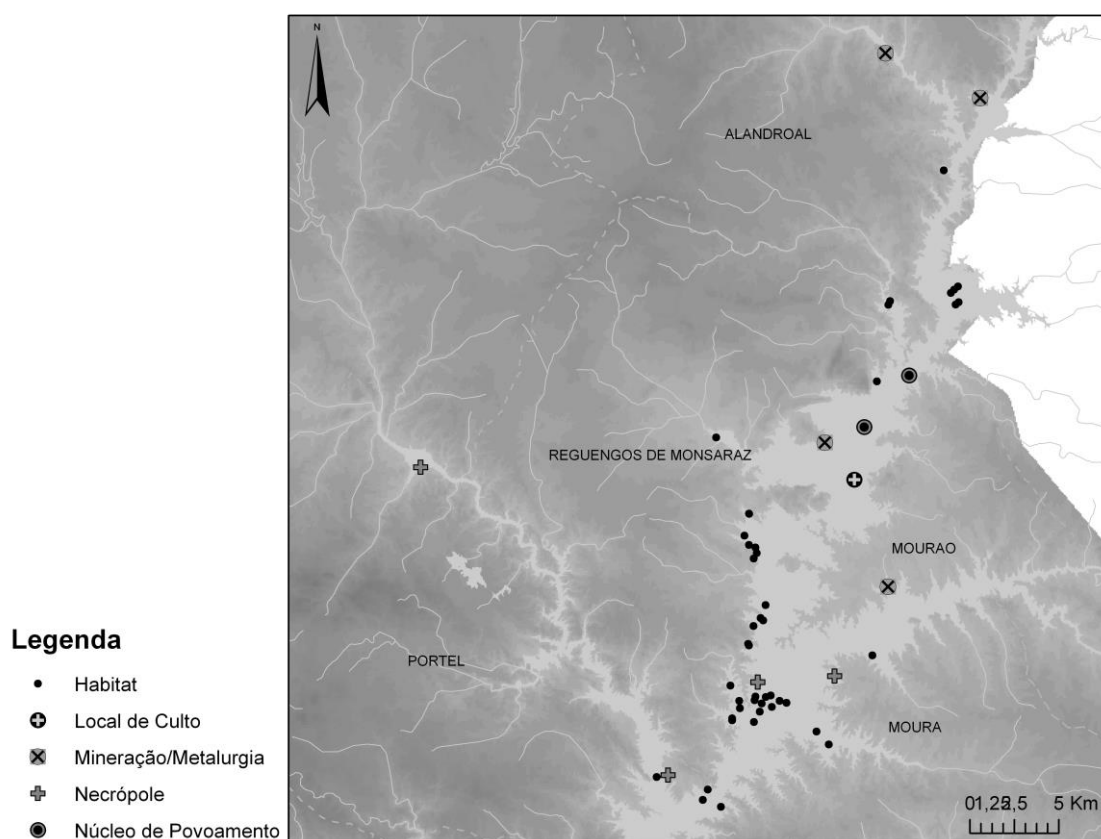


Fig. 7.2.1. Tipologias dos sítios Tardo-Romanos e Alto-Medievais.

Os estudos posteriormente desenvolvidos permitiram compreender que estes sítios constituíam sobretudo pequenos núcleos rurais que se podem agrupar em três principais tipos. Em primeiro lugar, o “monte”, unidade agrícola correspondente a um conjunto formado por moradia e edificações de apoio onde viveria uma família alargada ou várias famílias, a partir do qual se articulava a exploração de uma mais vasta propriedade fundiária com os pequenos “casais”. Neste tipo poderemos integrar em primeiro lugar as “quintas” ou “granjas” que, apesar de constituírem unidades de exploração de dimensão



mais reduzida, acabam por constituir também um centro económico, eventualmente articulando-se com outros “casais”. Em segundo lugar, o “casal”, unidade unifamiliar constituída por edificação isolada, eventualmente com pequenas áreas ou anexos para armazenamento e apoio à produção agro-pecuária, e que se encontraria em conexão com outras unidades similares, articuladas em torno de um núcleo central (como um “monte”, ou um centro político-administrativo e/ou militar, ou um “*hisn*” no Período Islâmico). Finalmente, em terceiro lugar, as casas isoladas de apoio aos trabalhos agrícolas com ocupações, ainda que sazonais. Uma variante desta tipologia correspondente às construções de apoio a actividades agro-pastoris, como as pocilgas ou chafurdos, de acordo com a designação regional.

São exemplos do primeiro grupo de sítios, “montes”, o conjunto constituído pelo Cabeçana 4, com ocupação sobretudo Alto Medieval (séculos V-VIII), o Monte Roncanito 10 (séculos IX-XI), o Monte Roncão 10, conjunto da Baixa Idade Média (séculos XIII-XIV), o sítio atribuído já ao Período Moderno, Monte Roncanito 23 (século XVII) e, hipoteticamente, o arrasado Monte Barbosa 5 (séculos XV-XVI). Neste conjunto, podemos ainda acrescentar o sítio do Bloco 13, Monte dos Currais 1, ao qual foi atribuída uma cronologia entre o século VII e os séculos XII-XIII. Verifica-se que em todos os períodos encontramos este tipo de estruturas que, embora com localizações diferentes, espelham a continuidade de uma forma específica de ocupação do território em que prima a proximidade do grupo camponês ao meio que lhe providencia o sustento.

No segundo grupo tipológico, identificaram-se nos trabalhos do Bloco 14, alguns pequenos casais em que a estrutura habitacional é reduzida ao mínimo para albergar uma família, de que são exemplos os sítios Espinhaço 4 e Espinhaço 5 e, ainda, eventualmente, os muito destruídos Espinhaço 7 e Cabeçana 7. Acrescem a estes, os sítios do Bloco 13, Moinho da Volta 1, Moinho da Volta 2, Malhada das Taliscas 5 / 11, Monte do Touril de Agosto 1 e, eventualmente, o muito destruído Monte do Anastácio Manuel 4.

Esta divisão não reflecte uma evolução cronológica linear, mas antes uma coexistência entre diferentes tipos e hierarquias de sítios, organizados numa estrutura de povoamento articulada, ao longo dos diferentes séculos que ocupam o nosso estudo. De acordo com os dados arqueológicos, constatou-se uma sequência quase ininterrupta no povoamento desde o século V até ao século XX, verificando-se no entanto um hiato nos séculos XII-XIII, que poderá explicar-se com a alteração estrutural do povoamento nos momentos que vão anteceder a conquista cristã e a sua respectiva consolidação naquela área territorial.

O conjunto das estações intervencionadas revela padrões de assentamento seculares, em que o mesmo tipo de sítio surge em diferentes épocas, em espaços com similares características topo-geográficas, com pequenas variações de localização.

Refira-se que as técnicas construtivas dos conjuntos arquitectónicos estudados não são muito sofisticadas e utilizam o material local, pedra de xisto, quartzo e terra, sendo as estruturas em taipa, com alicerces em quartzo ou em placas de xisto fincadas no afloramento. Não obstante, a presença de diferentes técnicas construtivas e soluções arquitectónicas observadas, por vezes, num mesmo local, traduz um claro domínio tecnológico das matérias-primas locais e uma adaptação socioeconómica ao território onde estas comunidades se inserem.

Relativamente aos sítios tardo-romanos e medievais intervencionados entre 1998 e 2003, pode-se, em síntese referir os principais resultados.

Verifica-se existirem evidências de mineração e metalurgia no Período Imperial Romano nos sítios de Outeiro do Castelinho 2 e Xerez de Baixo 13, e de metalurgia em Monte da Charneca 4 e em Lameira 1, onde surge também associada cerâmica da Alta Idade Média. Tirando esta última ocorrência, não se verificou uma continuidade de ocupação em locais relacionados com a mineração e metalurgia.

Quanto aos locais de culto, surge somente a referência em Mourão a uma ermida de finais do século XIV que será anterior ao Convento do Alcance. Sugere-se que os mesmos se deverão eventualmente encontrar em áreas mais afastadas, ou mais elevadas, do vale do Guadiana.

Relativamente a áreas cemiteriais, foi identificada no vale do rio Degebe, em Monte Musgos 7, uma sepultura dos séculos V a VII que poderá fazer parte de uma necrópole maior. Ainda no vale do Degebe, foi escavada a extensa necrópole de Pego do Lobo de Lá, onde se identificaram 32 sepulturas, datadas dos séculos V a VII. Em Moura, foi escavada uma necrópole com oito sepulturas rectangulares, Monte das Farias 2, provavelmente tardo-romana (inícios do século IV ao V ou inícios do VI). Refira-se ainda a sepultura violada, de época imprecisa, identificada durante os trabalhos no Monte Roncanito 2 e as duas escavadas no afloramento granítico em Monte dos Currais 1.

Tirando estes dois últimos casos e o Monte Musgos 7, não há nas imediações *habitats* que possam encontrar-se associados, nomeadamente no caso da extensa necrópole de Pego do Lobo de Lá.

Quanto ao povoamento urbano há que referir o grande sítio fortificado islâmico de Castelo de Cuncos, em Villa Nueva del Fresno, com ocupação desde a II Idade do Ferro, e ocupação Islâmica a partir do final do século IX, início do século X, até à primeira metade do século XIII. Já mais recente, temos em Mourão a Vila Velha, núcleo urbano Medieval Cristão, com uma ocupação continua desde, pelo menos o século XIII até ao século XVI, realidade que nos remete para a importância de outros núcleos urbanos na estruturação do povoamento rural, como Monsaraz e Mourão.

Relativamente aos sítios rurais, verifica-se uma concentração na margem direita do rio Guadiana, no concelho de Reguengos de Monsaraz, com vários núcleos de *habitats* Alto Medievais. Um exemplo muito claro é o conjunto de sítios em redor do actual Monte Roncanito onde encontramos assentamentos desde a Idade do Ferro até ao século XX e, esporadicamente até à actualidade, com características morfológicas semelhantes. Nesta área em concreto, a confluência de vias de comunicação terrestre definidas pela topografia e a proximidade do Guadiana e de outras linhas de água secundárias, poderão ter sido factores determinantes para a localização das estações. O Bloco 11 identificou um conjunto destes sítios na área de Defesinha, Carreira de Cavalos e Cismeira. Mais a sul, verifica-se uma outra concentração de *habitats* na área do Monte Roncão d'El Rei, e para lá da já referida na área do Monte Roncanito, em articulação com os sítios Espinhaço e Cabeçana.

Destaca-se ainda, para o Período Islâmico, o *habitat* localizado em Moura, Cid Almeida 1, com fragmentos cerâmicos de meados do século X e o Monte Roncanito 10 (séculos IX-XI).

Sublinhe-se aqui a limitação das intervenções arqueológicas aos sítios localizados até à cota de 152 m – correspondente ao nível pleno de armazenamento da Barragem de Alqueva –, que poderá explicar algumas das lacunas detectadas no povoamento.

É diminuta a presença de espaços funerários bem estruturados que também poderá relacionar-se com a aparente ausência de espaços de sociabilidade, como o caso dos locais e edificações de culto. Para além da condicionante da cota de afectação, as questões lacunares também poder-se-ão dever-se à localização da área de estudo, por se tratar de um espaço agro-pecuário marginal na dinâmica da económica regional e até local.

Relativamente à tipologia dos edifícios e sua evolução, a estrutura mais complexa integrou-se na Antiguidade Tardia, na transição para o Período Islâmico, como se pode constatar no caso do sítio Cabeçana 4, que poderá ter convivido com outros sítios de menores dimensões, pequenos casais agrícolas, que albergariam pouco mais do que uma unidade familiar alargada. Não foi possível compreender como este *habitat* de dimensões razoáveis, se articularia com esses mesmos locais e quais as suas relações de interdependência socioeconómica, face às contingências da intervenção arqueológica e à própria natureza e estado de conservação dos sítios.

É certo que, a nível da arquitectura, os locais apresentam diferentes orgânicas internas, com adaptabilidade e modelação às necessidades da comunidade e ao terreno, denotando-se uma evolução a partir de um núcleo central, em linha ou em bloco, verificando-se ambos os casos.

Também se constatou a existência de sítios polinucleados (caso do Monte Roncanito 10), onde um edifício principal teria nas proximidades, embora a 100 ou 200 m,

estruturas de apoio de características técnicas construtivas semelhantes, mas de dimensões mais reduzidas e tipologias diferentes, que podem corresponder a diferentes áreas de apoio à exploração agrícola e/ou a núcleos de *habitat* derivados do pólo original.

Outras estruturas eram compostas por um único compartimento rectangular, especulando-se se corresponderiam a uma utilização sazonal, ou se constituíam um núcleo de habitação secundário dedicado, por exemplo, a actividades pecuárias.

Embora as estações estudadas apresentem na generalidade mau estado de conservação, uma estratigrafia fina e reduzida quantidade de materiais cerâmicos, características que condicionam a validade estatística dos resultados, o estudo dos materiais das estações do Bloco 14 permitiu constatar evidentes marcas de continuidade, sobretudo nas técnicas produtivas e nos atributos das pastas das cerâmicas locais, que constituem a maior parte do espólio recolhido.

Com o agrupamento e síntese de todos os resultados deste universo de estudo, foi possível distinguir as produções cerâmicas pela repetição de características associadas: pastas, técnicas, acabamentos, decoração. No que diz respeito às técnicas de fabrico utilizadas, estas demonstram a tendência geral resultante da ruptura dos mercados urbanos na Antiguidade Tardia, que deu lugar à proliferação de produções locais e regionais com tecnologias que implicavam um reduzido investimento em aprendizagem e infra-estruturas oleiras. Deste modo, na Alta Idade Média, encontramos elevadas percentagens de produções de fabrico manual e com torneado lento, que a partir do século X decrescem a favor das produções a torno rápido. Nas cozeduras, constatamos a mesma dinâmica, com elevadas percentagens de cozeduras redutoras, alternadas e irregulares no período alto-medieval, que vão diminuindo na Baixa Idade Média, superiorizando-se as cozeduras oxidantes no Período Moderno. No que diz respeito às formas, o claro domínio do vasilhame de armazenamento dos sítios com ocupação mais antiga é substituído, a partir da Baixa Idade Média, por uma maior variedade formal e maior presença de loiça de cozinha, que no período moderno evolui para o predomínio da loiça de mesa, evidenciando um reforço das relações de intercâmbio com os meios urbanos e a integração destes núcleos de povoamento rural nos mercados urbanos regionais. As cerâmicas locais, em alguns casos, convivem com elementos exógenos provenientes dos mercados urbanos. Este fenómeno, que se inicia na Antiguidade Tardia, continua durante o Período Islâmico e sobrevive até a Época Moderna.

A exploração deste território apresentava várias dificuldades face aos poucos recursos naturais, devendo incidir na produção agro-pecuária, não existindo indícios na área do Bloco 14, de exploração mineira, ou de outra qualquer actividade que não sejam a agricultura e a pastorícia. No entanto, refira-se que, na margem esquerda do Guadiana, se

identificaram para o Período Romano vários sítios ligados à mineração e à metalurgia, conforme foi acima referenciado.

Em alguns casos, existia alguma capacidade de acumulação de excedentes, mesmo que pequena, traduzida na existência de alguns pequenos silos e de grandes recipientes cerâmicos de armazenamento, elementos reveladores da pequena escala das comunidades camponesas, eventualmente enquadradas por aristocracias absentistas.

Facto extraordinário a destacar, é a persistência das técnicas construtivas, adaptadas aos materiais locais e que se encontram presentes em todas as épocas, como uma marca genuína do território e destas comunidades rurais.

Estas intervenções e estudos, apesar das suas inerentes limitações são uma importante contribuição para a identificação, conhecimento, e compreensão das sociedades camponesas, entre a Antiguidade Tardia e a Industrialização, nesta área do troço médio do vale do Guadiana, onde se localiza actualmente o grande lago de Alqueva.

## 8. Bibliografia

ABRANTES, F.; LEBREIRO, S.; RODRIGUES, T.; GILA, I.; BARTELS-JÓNSDÓTTIR, H.; OLIVEIRA, P.; KISSEL, C.; GRIMALT, J.O. (2005) - Shallow-marine sediment cores record climate variability and earthquake activity off Lisbon (Portugal) for the last 2000 years. *Quaternary Science Reviews*. 24, 23-24, pp. 2477-2494.

ACIÉN ALMANSA, Manuel (1984) – La formación y destrucción de al-Andalus. In BARCELÓ, Miquel, dir. - *Historia de los Pueblos de España: Tierras fronterizas (I) Andalucía, Canarias*. Barcelona: Editorial Argos Vergara. Vol. I, pp. 21-45.

ACIÉN ALMANSA, Manuel (1989) – Poblamiento y fortificación en el sur de al-Andalus. La formación de un país de Husūn. In *III Congreso de Arqueología Medieval Española*. (Oviedo, 1989). Tomo I, Ponencias. Oviedo: AEAM - Universidad de Oviedo, pp. 135-150.

ACIÉN ALMANSA, Manuel (1994) – *Entre Feudalismo y el Islam. Umar ibn Hafsun en los Historiadores, en las Fuentes y en la Historia*. Jaén: Universidad de Jaen, 144 p.

ACIÉN ALMANSA (2006) – Las torres/burüy en el poblamiento andalusí. In GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana (ed.) – *Al-Andalus, espaço de mudança, Balanço de 25 anos de história e arqueologia medievais, Homenagem a J. Zozaya Stabel-Hansen (2005)*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, pp. 21-28.

ACIÉN ALMANSA, Manuel; MORENO, Eduardo Manzano (2009) - Organización social y administración política en Al-Ándalus bajo el emirato. In *Territorio, Sociedad y Poder*. Anejo Nº 2, pp. 331-348.

ACIÉN ALMANSA, Manuel; SALADO ESCAÑO, Juan Bautista (2009) - Del fundus a la qarya, Bezmiliana: origen y evolución de una alquería. *Xelb*. Silves: Museu Municipal de Arqueologia. Silves: Câmara Municipal, 9, pp. 141-154.

AILLET, Cyrille (2010) - *Les mozarabes: christianisme, islamisation et arabisation en Péninsule Ibérique (IX-XII siècle)*. Madrid: Casa de Velázquez (Bibliothèque de la Casa de Velázquez; 45, 418 p.

ALARCÃO, Jorge de (1975) - *Fouilles de Conimbriga, V: La céramique commune locale et régionale*. Paris: E. de Boccard.

ALARCÃO, Jorge; ÉTIÉNNE, Robert; MAYET, Françoise; BOST, Jean-Pierre; CHARPENTIER, G.; MANTAS, Vasco Gil; PEREIRA, Isabel; SILLIÈRES, Pierre (1990) -

*Les villes romaines de São Cucufate (Portugal)*. Paris: De Boccard, 2 vol., 331 p. (várias estampas).

ALARCÃO, Jorge de (1998) - Paisagem rural romana e alto-medieval em Portugal. *Conimbriga: Revista do Instituto de Arqueologia*. Coimbra. Nº 37, pp. 89-120.

AL-AZMEH, Aziz (2014) - *The Emergence of Islam in Late Antiquity. Allah and His People*. Cambridge University Press, 658 p.

ALBA, Miguel; FEIJOO, Santiago (2003) – Pautas evolutivas de la cerâmica común en Mérida en épocas visigoda y emiral. *In Cerámicas tardorromanas y altomedievales en la Península Ibérica. Ruptura y continuidad*. Madrid: CSIC (Anejos de Archivo Español de Arqueología; XXVIII), pp. 483-504.

ALBARRÁN IRUELA, Javier (2013) - Dos crónicas mozárabes: fuentes para el estudio de la conquista de al-Andalus. *Revista Historia Autónoma*. 2 (Marzo), pp.45-58.

ALBERGARIA, João; MELRO, Samuel (2002) - Trabalhos arqueológicos realizados no âmbito do Bloco 9: plano de minimização de impacte ambiental da barragem do Alqueva. *Al-madan*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada. Série 2, n.º 11 (Dez. 2002), pp. 128-133.

ALBERGARIA, João; MELRO, Samuel (2013) - *Ocupação Proto-Histórica da margem esquerda do Guadiana* (Memórias de Odiana, 2.ª Série, 7). Beja: EDIA/DRC-Alentejo.

ALMAGRO-GORBEA, Martín; CABALLERO ZOREDA, Luis; ZOZAYA Stabel-Hansen, Juan; ALMAGRO GORBEA, Antonio, (1975) – *Qusayr 'Amra: residencia y baños omeyas en el desierto de Jordania*. Madrid: Ministerio de Asuntos Exteriores; Dirección General de Relaciones Culturales; Instituto Hispano-Árabe de Cultura.

ALVES, Francisco J. S.; RODRIGUES, Paulo; GARCIA, Catarina; ALELUIA, Miguel (1998) – A cerâmica dos destroços do navio dos meados do século XV Ria de Aveiro A e da zona Ria de Aveiro B. Aproximação tipológica preliminar. *In Actas das 2.as jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval* (Tondela, 22 a 25 de Março de 1995). Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 185-210.

ANGELLUCI, Diego E. (2003) – *Estudos de geoarqueologia no Castelo da Lousa – Mourão*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, Centro de Investigação em Paleoecologia Humana e Arqueociências (Cadernos do CIPA, 40).

ARAÚJO, A. (1989) - Estrutura de uma geotransversal no rio Guadiana, entre Moura e Mourão. Prova de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica: Departamento de Geologia da Faculdade de Ciências de Lisboa. Edição policopiada.

ARAÚJO, A. (1995) - Estrutura de uma geotransversal entre Brinches e Mourão (Zona de Ossa-Morena): Implicações na evolução geodinâmica da margem Sudoeste do

Terreno Autóctone Ibérico. Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade de Évora. Edição policopiada.

ARAÚJO, A.; PIÇARRA de ALMEIDA, J.; BORREGO, J.; PEDRO, J. & TOMÁS de OLIVEIRA, J. (2006) - As regiões central e sul da Zona de Ossa-Morena. In DIAS, R.; ARAÚJO, A.; TERRINHA, P.; KULLBERG, J. C., eds. - *Geologia de Portugal no contexto da Ibéria*. Évora: Universidade de Évora, pp. 151-172.

ARCE, Javier (2011) - *Esperando a los árabes. Los visigodos en Hispania (507-711)*. Madrid: Marcial Pons, 344 p.

AZUAR RUIZ, Rafael (2000) - Ciudades y territorio en el Sharq al-Andalus. In *Ciudad y territorio en al-Andalus*. Granada: Universidad de Granada, Athos-Pérgamos, Excmo. Ayuntamiento de Berja, pp. 471-499.

BAER, Eva, (1999) - The Human Figure in Early Islamic Art: Some Preliminary Remarks. *Muqarnas* [Em linha], 16, pp. 32-41. BRILL, Stable. [Consult. 13.09.2010]. Disponível em WWW: <URL:<http://www.jstor.org/stable/1523264>>.

BARCELÓ PERELLO, Miquel (1988) - La arqueología extensiva y el estudio de la creación del espacio rural. In BARCELÓ PERELLO, M. & alii - *Arqueología medieval. En las afueras del "medievalismo"*. Barcelona, pp. 195-274.

BARCELÓ PERELLO, Miquel (1992) - Quina arqueologia per al-Andalus? - In Università degli Studi di Siena; Universidad de Granada; Patronato de la Alhambra y Generalife, coord. - *Colloquio hispano-italiano di archeologia medievale (1990)*. Granada: Patronato de la Alhambra y Generalife, pp. 243-252.

BARREIRA, Paula; DORDIO, Paulo; TEIXEIRA, Ricardo (1998) – 200 anos de cerâmica na Casa do Infante: do séc. XVI a meados do séc. XVIII. In *Actas das 2.as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval* (Tondela, 22 a 25 de Março de 1995). Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 145-184.

BATISTA, T.; MENDES, P.; VILA-VIÇOSA, C.; PINTO-GOMES, C.; FERNÁNDEZ-POZO, L.; CABEZAS, J., (2011) - Unidades Locais de Paisagem: ensaio aplicado à área Alentejo-Extremadura no âmbito OTALEX II. In BATISTA, T; CARRIÇO, C.; CEBALLOS F.; DELGADO, P., coord. - *OTALEX II - Resultado do Projecto*. CIMAC e Dir. Gen. Urb. y Orden. Territ., 81-96.

BEAULIEU, J.-L. de; MIRAS, Y.; ANDRIEU-PONEL, V.; GUITER, F. (2005) - Vegetation dynamics in north-western Mediterranean regions: Instability of the Mediterranean. In *Plant Biosystems - An International Journal Dealing with all Aspects of Plant Biology: Official Journal of the Societa Botanica Italiana*. Vol.139: 2, pp. 114-126.

BEIRÃO, Caetano Maria (1986) - *Une civilization protohistorique du Sud du Portugal - Ier Âge du Fer*. Paris: De Boccard.



BERKEY, Jonathan (2003) - *The Formation of Islam: Religion and Society in the Near East, 600-1800*. Cambridge University Press.

BERNARDES, João Pedro (2009) - As Transformações no Fim do Mundo Rural Romano no Sudoeste Peninsular: evidências e problemas arqueológicos (sécs. V-VII). *Anales de Arqueología Cordobesa*. Córdoba: Facultad de Filosofía y Letras, XX, pp. 323-348.

BERNARDES, João Pedro (2014) – Estruturas de produção no mundo rural do sul da Lusitânia durante a Antiguidade Tardia (séculos V-VII d.C.). In GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana; LOPES, Virgílio; MACIAS, Santiago, eds. - *O Sudoeste Peninsular entre Roma e o Islão*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, pp. 124-136.

BILOU, Francisco (2005) - *O sistema viário antigo na região de Évora*. Lisboa: Colibri, 106 p.

BLOCH, Marc (1984) – *Introdução à História*. Mem Martins: Publicações Europa América, 4.<sup>a</sup> ed., 179 p.

BOISSELLIER, Stéphane (1999) - *Naissance d'une identité portugaise. La vie rurale entre Tage et Guadiana de l'Islam à la Reconquête (X<sup>e</sup> - XIV<sup>e</sup> siècles)*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda (Estudos gerais, Série universitária), 707 p.

BOISSELLIER, Stéphane (2003) - *Le peuplement médiéval dans le Sud du Portugal. Constitution et fonctionnement d'un réseau d'habitats et de territoires XII<sup>e</sup>-XV<sup>e</sup> siècles*. Paris: Centro cultural Calouste Gulbenkian, 673 p.

BOONE, James L. (1992) - The first two seasons of excavations at Alcaria Longa: a Caliphal-taifal period rural settlement in the lower Alentejo of Portugal. In *Arqueologia Medieval*. Porto: Afrontamento, vol. 1, pp. 51-64.

BOONE, James L. (2001) – Tribalism, Ethnicity, and Islamization in the Baixo Alentejo of Portugal: Preliminary results of investigation into transitional period (AD 550-850) rural settlements. *Era*. Lisboa: Era, Arqueologia/Colibri, 4, pp. 105-121.

BOONE, James L.; WORMAN, F. Scott (2007) - Rural Settlement and Soil Erosion front the Late Roman Period through the Medieval Islamic Period in the Lower Alentejo of Portugal. *Journal of Field Archaeology*. Vol. 32, pp. 115-132.

BORREGO, J. (2009) - *Cartografia Geológico-Estrutural de um Sector da Zona de Ossa-Morena (Subsector de Estremoz – Barrancos-Ficalho) e sua Interpretação Tectónica*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade de Évora. Edição policopiada.

BRAUDEL, Fernand (1968) - Civilisation matérielle et Capitalisme. *Revue belge de philologie et d'histoire*, 46:2, pp. 566-568.

BRAUDEL, Fernand (1985) - *A dinâmica do capitalismo*. Lisboa: Teorema, 3.<sup>a</sup> ed., 123 p.

BRAUDEL, Fernand (1989) – *Gramática das civilizações*. Lisboa: Teorema, 524 p.

BRAUDEL, Fernand (1990) – *História e ciências sociais*. Lisboa: Presença, 143 p.

BROGIOLO, Gian Pietro (2012) - De "Aristocrazie e Campagne" a una Arqueología de los paisajes medievales. In CABALLERO ZOREDA, Luis; MATEOS, Pedro; CORDERO RUIZ, Tomás - *Visigodos y omeyas: el territorio*. Mérida: Consejo Superior de Investigaciones Científicas (Anejos de Archivo Español de Arqueología; LXI), pp. 9-20.

BROWN, Peter (1972) - *O Fim do Mundo Clássico, de Marco Aurélio a Maomé*. Lisboa: Editorial Verbo, 237 p.

BROWN, Peter (1989) - Antiguidade tardia. In ARIÉS, Philippe; DUBY, Georges; VEYNE, Paul, dir. - *História da Vida Privada. Do Império Romano ao ano mil*. Porto: Afrontamento, Volume I, pp. 225-299.

BURBIDGE, C.I.; TRINDADE, M.J.; DIAS, M.I.; OOSTERBEEK, L.; SCARRE, C.; ROSINA, PP.; CRUZ, A.; CURA, PP.; L., CARON; PRUDÊNCIO, M.I.; CARDOSO, G.J.O.; FRANCO, D.; MARQUES, R; GOMES, H. (2014) - Luminescence dating and associated analyses in transition landscapes of the Alto Ribatejo, central Portugal. *Quaternary Geochronology*. Elsevier. Vol. 20, pp. 65-77.

CABALLERO ZOREDA, Luis (2011) - Acerca del paisaje arquitectónico inmediato al año 711: (entre Toledo y el territorio astur e vasco). In: *Zona arqueológica* ("Cuestiones arqueológicas en torno al 711", na sub-seção IIA, intitulada "Ocupación del territorio. Ámbitos urbano y rural"). Alcalá de Henares (Madrid): Museo Arqueológico Regional, 15, pp. 257-271.

CABALLERO ZOREDA, Luis; MATEOS, Pedro (2000) - *Visigodos y omeyas: un debate entre la Antigüedad Tardía y la Alta Edad Media (Mérida, abril de 1999)*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas. Instituto de Historia. Departamento de Historia Antigua y Arqueología; [Mérida]: Consorcio de la Ciudad Monumental de Mérida (Anejos de Archivo Español de Arqueología; XXIII), 477 p.

CABALLERO ZOREDA, Luis; MATEOS, Pedro; RETUERCE, Manuel, eds. (2003) - *Cerámicas tardorromanas y altomedievales en la Península Ibérica: ruptura y continuidad: segunda Reunión de Mérida* (Archivo español de arqueología. Anejos; 28). Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas. Instituto de Historia. Departamento de Historia Antigua y Arqueología/Mérida: Instituto de Arqueología de Mérida, 559 p.

CABALLERO ZOREDA, Luis; MATEOS CRUZ, Pedro; UTRERO AGUDO, Maria Angeles (2009) - El siglo VII frente al siglo VIII: arquitectura: (Visigodos y Omeyas, 4, Mérida, 2006). Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas: Instituto de Historia; [Mérida]: Instituto de Arqueología de Mérida, (Anejos de Archivo Español de Arqueología; LI), 337 p.

CABALLERO, Luis; RETUERCE, Manuel; SÁEZ, Fernando (2003) – Las cerámicas del primer momento de Santa maría de Melque (Toledo), construcción, uso y destrucción.

In *Cerámicas tardorromanas y altomedievales en la Península Ibérica: Ruptura y continuidad*. Madrid: CSIC (Anejos de Archivo Español de Arqueología; XXVIII), pp. 225-271.

CABALLERO, Luis; SÁEZ, Fernando (1999) – *La Iglesia Mozárabe de Santa Lucía del Trampal Alcuéscar (Cáceres): Arqueología y Arquitectura*. Mérida: Junta de Extremadura.

CALADO, Manuel; MATALOTO, Rui; ROCHA, Artur (2007) - Povoamento Proto-Histórico na margem direita do regolfo de Alqueva (Alentejo, Portugal). In RODRÍGUEZ DÍAZ, Alonso; PAVÓN SOLDEVILA, Ignacio, eds. - *Arqueología de la Tierra: Paisajes rurales de la protohistoria peninsular*. Cáceres, pp. 129-179.

CALADO, M.; MATALOTO, R. (2008) - O Post-Orientalizante da margem direita do regolfo de Alqueva (Alentejo Central). In JIMÉNEZ ÁVILA, J., eds. In *Sidereum Ana I: El rio Guadiana en época post-orientalizante*. (Anejos de Archivo Espanhol de Arqueologia; XLVI), pp. 219-249.

CAÑADA JUSTE, Alberto (1980) - Los Banu Qasi (714-924). *Príncipe de Viana*. Año nº 41, Nº 158-159, pp. 5-96.

CARDOSO, Elsa (2014) - O modelo da realeza visigoda e o modelo emiral omíada: entre continuidade e ruptura. *Workshop de Estudos Medievais da Universidade do Porto, 2013-14 (apresentado no dia 4 de Abril de 2014)* [Em linha]. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 1-15. [Consult. 12 Maio 2015]. Disponível em WWW: <[URL:http://ler.letras.up/uploads/ficheiros/13121.pdf](http://ler.letras.up/uploads/ficheiros/13121.pdf)>.

CARNEIRO, André (2011) - *Povoamento rural no Alto Alentejo em época romana. Lugares, tempos e pessoas. Vectores estruturantes durante o Império e Antiguidade Tardia*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade de Évora. Edição policopiada.

CARRIÓN, J.S.; Fernández, S.; González Sampérez P., López Merino, L., & alii (2012) - *Paleoflora y Paleovegetación de la Península Ibérica e Islas Baleares: Plioceno-Cuaternario*. Madrid; Murcia: Ministerio de Economía y Competitividad y la Universidad de Murcia [e-book], 994 p.

CARTA DE CAPACIADADE E USO DO SOLO: FOLHA 40-D [Material cartográfico]/ Ministério da Agricultura. – Escala 1: 50000. – Lisboa: 1967.

CARTA DE CAPACIADADE E USO DO SOLO: FOLHA 43-B [Material cartográfico]/ Ministério da Agricultura. – Escala 1: 50000. – Lisboa: 1966.

CARVALHO, Patrícia; BETTENCOURT, José (2012) - De Aveiro para as margens do Atlântico. A carga do navio Ria de Aveiro A e a circulação de cerâmica na época moderna. In TEIXEIRA, André; BETTENCOURT, José António (eds.) - *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna*. Lisboa: Centro de História de Além-Mar,

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa/Universidade dos Açores (Arqueoarte, 1), Vol. 2, pp. 733-746.

CARVALHOSA, A. Barros e (1967) - *Carta Geológica de Portugal. Notícia Explicativa da Folha 40-D: Portel*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal, 24 p.

CATARINO, Helena (1995) - Cerâmicas Tardo-Medievais/Modernas do Alto Alentejo: a escavação de um silo na vila do Crato. In *Actas das 1.as jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval* (Tondela, 28 a 31 de Outubro de 1992). Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 129-136.

CATARINO, Helena (1995-1997) - Arqueologia do período islâmico em Portugal: breve perspectiva. *O Arqueólogo Português*. Lisboa, Série IV, 13/15, pp. 457-484.

CATARINO, Helena (1997/1998) - *O Algarve Oriental durante a ocupação islâmica. Povoamento rural e recintos fortificados* (Al-'ulyã, 6). Loulé: Arquivo Histórico Municipal de Loulé, 3 vols., 1306 p.

CATARINO, Helena (2002) - Castelos e território omíada na kura de Ocsonoba. In *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (5000-1500). Actas sobre o Simpósio Internacional sobre Castelos (2000)*. Lisboa/Palmela: Edições Colibri/Câmara Municipal de Palmela, pp. 29-44.

CATARINO, Helena (2003) - Cerâmicas da Baixa Idade Média e de inícios do período moderno registadas no castelo da vila de Alcoutim. In *Actas das 3.as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval* (Tondela, 28 a 31 de Outubro de 1997). Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 161-177.

CATARINO, Helena; INÁCIO, Isabel (2008) - A ocupação tardo-medieval e moderna no Castelo de Paderne. In *Actas do 5.º Encontro de Arqueologia do Algarve*. Silves: Câmara Municipal de Silves, (Xelb; 8), Vol. I, pp. 307-332.

CAVACO, Sandra; COVANEIRO, Jaqueline; FERNANDES, Isabel Cristina; GOMES, Ana; GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana; GONÇALVES, Maria José; GRANGÉ, Mathieu; INÁCIO, Isabel; LOPES, Gonçalo; SANTOS, Constança dos; BUGALHÃO, Jacinta; CATARINO, Helena (2012) - O Gharb Al-Andalus: problemáticas e novos contributos em torno da cerâmica. *Arqueologia medieval*. Porto: Afrontamento, nº 12, pp. 5-6.

CAUJET, Béatrice; DOMERGUE, Claude; DUBOIS, Claude; CAMBON, Chantal; FILIPPO, Raphaël de; PEIXOTO, Xavier (2002) - Mine d'Aljustrel, Portugal: fouilles archéologiques dans les anciens réseaux miniers des algares. In REGO, Miguel; NASCIMENTO, Paulo Jorge - *Mineração no Baixo Alentejo*. Castro Verde: Câmara Municipal, Vol. II, p. 38-87.

CELESTINO PÉREZ, Sebastian (1995) - *El Periodo Orientalizante en Extremadura. Extremadura Arqueológica*. Mérida-Cáceres, IV, pp. 67-89.

CELESTINO PÉREZ, Sebastian, ed. (1996) - *El Palacio Santuario de Cancho Roano V - VI – VII: Los Sectores Oeste, Sur y Este*. Badajoz: Junta de Extremadura/B. Gil de Santa Cruz.

CHALMETA GENDRÓN, Pedro (2003) - *Invasión e Islamización. La Sumisión de Hispania y la Formación de al-Andalus*. Jaén: Universidad de Jaén, 461 p.

CHAVARRÍA, Alexandra; ARCE, Javier; BROGIOLO, Gian Pietro, eds. (2006) - *Villas tardoantiguas en el Mediterráneo Occidental* (Archivo español de arqueología. Anejos, 39). Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas. Instituto de Historia. Departamento de Historia Antigua y Arqueología, 273 p.

CHRISTYS, Ann (2003) - The transformation of Hispania after 711: The Governors of al-Andalus. In GOETZ Hans-Werner; JARNUT Jörg; POHL Walter, KASCHKE Sören, eds. - *Regna and Gentes: The Relationship between Late Antique and Early Medieval Peoples and Kingdoms in the Transformation of the Roman World*. Leiden: Brill, pp. 219-241.

CIL II/2/7 = Academiae Scientiarum Berolinensis et Bradenbvirgensis, ed. (1995) - *Corpus inscriptionum Latinorum: Inscriptiones Hispaniae Latinae: Conventus Cordubensis*. Berolini; Novi Eboraci: de Gruyter. Ed. 2, vol. 2:7.

CINTRA, Luís Filipe Lindley, ed. (1954) - *Crónica Geral de Espanha de 1344*. Lisboa: Academia Portuguesa da História.

CIPTP = DIAS, Maria Manuela Alves; GASPAR, Catarina Isabel Sousa (2006) - *Catálogo de inscrições paleocristãs do território Português*. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos, Faculdade de Letras de Lisboa, 303 p. + 1 cd.

CLARKE, David L. (1978) - *Analytical Archaeology*. Londres: Methuen, 2ª ed., 526 p.

CLARKE, David L., ed. lit. (1977) - *Spatial archaeology*. London: Academic Press, XI, 386 p.

COELHO, António BORGES (1989) – *Portugal na Espanha árabe*. Lisboa: Ed. Caminho.

COLLINS, Roger (2004) - *Visigothic Spain: 409-711*. Oxford: Blackwell Publishing, 263 p.

CORDERO RUIZ, Tomás (2013) - *El territorio emeritense durante la Antigüedad Tardía (siglos IV-VIII): génesis y evolución del mundo rural lusitano* (Archivo español de arqueología. Anejos, 66). Mérida: Consejo Superior de Investigaciones Científicas. Instituto de Arqueología, 383 p.

CORREIA, Fernando Branco (2010) - *Fortificação, guerra e poderes no Garb al-Andalus (dos inícios da islamização ao domínio norte-africano)*. Dissertação de doutoramento em História apresentada à Universidade de Évora. Edição policopiada.

CORREIA, Fernando Branco (2013) - Fortificações de iniciativa omíada no Gharb al-Andalus nos séculos IX e X hipóteses em torno da chegada dos Majus (entre Tejo e Mondego). *Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (Séculos VI a XVI) – II Simpósio Internacional sobre Castelos (2010)*. Lisboa: Edições Colibri, pp. 73-84.

CORREIA, Susana (2002) - Intervenções de salvamento na área a afectar pelo regolfo de Alqueva. Blocos 4 e 7 do Plano de Minimização de Impactes Arqueológicos. *Al-Madan*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada. Série 2, n.º 11, pp. 109-116.

CORREIA, Virgílio Hipólito (2001) - Arquitectura Oriental e Orientalizante em território português: uma revisão. In RUIZ MATA, D.; CELESTINO PÉREZ, S., eds. - *Arquitectura oriental y orientalizante en la Península Ibérica*. S/l: CEPO/CSIC, pp. 57-67.

CORREIA, Virgílio Hipólito (1989-90) - A estação da Idade do Ferro do Porto das Lages (Ourique. Beja). *Portvgália*. Porto: Nova Série, 9-10, pp. 81-92.

CORSÀ GARROFÉ, Jesús (2012) - *El Poblament rural andalusí a les Aspres, nord del districte/taifa de Lleida (finals del segle X-principis del segle XII)*. Tese de doutoramento apresentada à Universidade de Lleida.

COUTINHO, Hélder M. R. (2003a) - Cerâmica dos séculos VI e VII do Montinho das Laranjeiras (Alcoutim) depositada no Museu Nacional de Arqueologia (Lisboa). *Xelb*. Silves: Câmara Municipal de Silves. Nº 7, pp. 283-302.

COUTINHO, Helder M. R. (2003b) - Os Buyut do Montinho das Laranjeiras (Alcoutim): Escavações de 2000. *Xelb*. Silves: Museu Municipal de Silves. Nº 4, pp. 265-278.

CRIADO BOADO, Felipe; BALLESTEROS ARIAS, Paula (2002) - La arqueologia rural: contribución al estudio de la génesis y evolución del paisaje tradicional. In *I Congreso de Ingeniería Civil, Territorio y Medio Ambiente*. Madrid: Colegio de Ingenieros de Caminos, Canales y Puertos, vol. I, pp. 461-479.

CRIADO BOADO, Felipe (1999) - *Del terreno al espacio: planteamientos y perspectivas para la arqueología del paisaje* (Col. CAPA, 6). Santiago: Laboratorio de Arqueoloxía e Formas Culturais.

CUNHA, Mélanie Wolfram (2008a) - As necrópoles de Silveirona (Santo Estêvão, Estremoz): Do mundo funerário romano à Antiguidade Tardia. *O Arqueólogo Português* Lisboa. Supl. 4, 246 p.

CUNHA, Mélanie Wolfram (2008b) - As necrópoles de Silveirona (Santo Estêvão, Estremoz). Reflexões sobre a Antiguidade Tardia. *Vipasca. Arqueologia e História*. 2ª Série, Nº 2, p. 456-463.

CURATOLA, Giovanni (2006) - Arte Islâmica. In: *A Grande História da Arte*, Vol. 20, Lisboa: Público/Mediasat Group, SA.

DEMANDT, Alexander (1984) - *Der Fall Roms. Die Auflösung des römischen Reiches im Urteil der Nachwelt*. München: Beck.

DIAS, Maria M. Alves; GASPAS, Catarina (2006) – *Catálogo das Inscrições Paleocristãs do Território Português*. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos, Faculdade de Letras de Lisboa.

DÍAZ GIL, Fernando (2015) - Evolución del poblamiento en el valle del Guadiana y La Serena: de los hušūn musulmanes a los castillos cristianos (siglos X-XIV). In *Actas do Encontro Internacional de Jovens Investigadores em Estudos Medievais, Arqueologia, História e Património*. Braga: CITCEM, pp. 261-274.

DÍAZ MARTÍNEZ, Pablo C. (1994) - Propiedad y Explotación de la Tierra en la Lusitania Tardoantigua. In Gorges, Jean-Gérard; Salinas de Frías, Manuel, coords. eds. - *Les Campagnes de Lusitanie romaine: occupation du sol et habitats* (1993, Salamanca). Casa de Velázquez; Universidad de Salamanca, pp. 297-309.

DÍAZ MARTÍNEZ, Pablo C. (1995) – Propiedad y poder: La Iglesia Lusitana en el siglo VII. In MARTÍN de CÁCERES, E. C.; VELÁZQUEZ JIMÉNEZ, A., eds. - *Los últimos romanos en Lusitania*. Merida: Museu Nacional de Arte Romano (Cuadernos Emeritenses; 10), pp. 49-95.

DIOGO, A. M. Dias; TRINDADE, Laura (1998) – Intervenção Arqueológica na Rua João do Outeiro, nº 36/44, na Mouraria, em Lisboa. In *Actas das 2as jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval* (Tondela, 22 a 25 de Março de 1995). Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 257-265.

DIOGO, A. M. Dias; TRINDADE, Laura (2003) – Cerâmicas de Barro Vermelho da Intervenção Arqueológica na Calçada de São Lourenço, nº 17/19, em Lisboa. In *Actas das 3as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval* (Tondela, 28 a 31 de Outubro de 1997). Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 203-213.

DIOGO, A. M. Dias; TRINDADE, Laura (2008) – Cerâmicas de barros vermelhos provenientes de entulhos dos terramotos de 1531, em Lisboa. In *Actas das 4as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval* (Tondela, 24 a 27 de Outubro de 2000). Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 171-185.

DOLS, Michael W. (1974) - Plague in Early Islamic History. *Journal of the American Oriental Society* [Em linha]. 94: 3. (Jul.-Sep.), pp. 371-383. [Consult. 11 Maio 2015]. Disponível em WWW: <URL:<http://links.jstor.org/sici?sici=0003-0279%28197407%2F09%2994%3A3%3C371%3APIEIH%3E2.0.CO%3B2-P>>.

DOMÍNGUEZ BERENJENO, Enrique Luis (2007) - La huella olvidada: Arqueología y territorio de la Marchena andalusí. In ALBELDA, Eduardo Ferrer, coord. - *Arqueología en Marchena el poblamiento antiguo y medieval en el valle medio del río Corbones*. Sevilha: Universidade de Sevilha, pp. 189-242.

DOZY, Reinhardt (1881) - *Recherches sur l'histoire et la littérature de l'Espagne pendant le Moyen Age*. Leiden: E. J. Brill, 3.<sup>a</sup> ed., Vol. II.

DUQUE ESPINO, D. M. (2005) – Resultados antracológicos de los yacimientos de la Coudelaria de Alter do Chão y su integración en las secuencias paleoecológicas y paleoambientales de la Prehistoria Reciente del Suroeste peninsular. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 8: 1, p. 21-41.

ELWELL, Frank W. (2013) - *Wallerstein's World-Systems Theory* [Em linha]. Claremore, OK: Rogers State University [Consult. 12 Setembro de 2015]. Disponível em WWW: <URL:<http://www.faculty.rsu.edu/~felwell/Theorists/Essays/Wallerstein1.htm>>.

ENRÍQUEZ NAVASCUÉS, Javier (2002) - Las medidas de minimización de impactos en el patrimonio arqueológico de la parte española de la presa del Alqueva. *Al-madan*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada. Série 2, nº 11 (Dez.), pp. 189-192.

ESCACENA, José Luis; BELÉN, Maria (1997) - El poblamiento en Baja Andalucía durante los siglos V-IV a.C. *Huelva Arqueológica*. Huelva. 14, pp. 31-59.

FARIA, João Carlos (2002) - Ocupações romanas e tardo-romanas afectadas pelo regolfo de Alqueva: Bloco II: do afluente do Álamo ao rio Degebe: resultados preliminares. *Al-madan*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada. Série 2, n.º 11 (Dez.), pp. 139-144.

FEBVRE, Lucien (1992) - *Combats pour l'histoire*. Paris: Librairie Armand Colin, 456 p.

FERNANDES, Hermenegildo (2000) - *Entre Mouros e Cristãos - a Sociedade de Fronteira no Sudoeste Peninsular Interior (Séculos XII-XIII)*. Dissertação de doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Edição policopiada.

FERNANDES, Isabel Cristina; CARVALHO António Rafael (1995) – Cerâmicas Baixo-Medievais da Casa nº 4 da Rua do Castelo (Palmela). In *Actas das 1as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval* (Tondela, 28 a 31 de Outubro de 1992). Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 77-96.

FERNANDES, Isabel Cristina; CARVALHO António Rafael (1998) - Conjuntos cerâmicos pós-medievais de Palmela. In *Actas das 2as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval* (Tondela, 22 a 25 de Março de 1995). Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 211-255.

FERNANDES, Isabel Cristina; CARVALHO António Rafael (2003) – A Loça Seiscentista do Convento de S. Francisco de Alferrara (Palmela). In *Actas das 3as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval* (Tondela, 28 a 31 de Outubro de 1997). Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 231-252.



FERNANDES, Isabel Cristina (2005) – Arqueologia medieval em Portugal, 25 anos de investigação. In *Portugalia*. Porto: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Nº 26, pp. 149-174.

FERNÁNDEZ GABALDÓN, Susana (1987) - El yacimiento de la Encarnación (Jerez de la Frontera): Bases para la sistematización de la cerámica almohade en el S.O. peninsular. *Al-Qantara, Revista de Estudios Árabes*. Madrid. Vol. 8, Fasc. 1-2, pp. 449-474.

FERNÁNDEZ GABALDÓN, Susana (1990) - Primeros datos arqueológicos acerca del Aroche hispanomusulmán (Aroche, Huelva). Estudio de los materiales cerámicos recogidos en superficie. *Huelva Arqueológica*. Diputación Provincial de Huelva. Vol. XII, pp. 309-377.

FERREIRA, Fernando Rodrigues (2013) - *Arqueologia alto-medieval no regolfo do Alqueva: vestígios de uma ocupação judaica nas margens do Guadiana no século VII* (Memórias d'Odiana, 2.ª Série, 11). Beja: EDIA/DRC-Alentejo, 183 p.

FERRER, E. (2007) - *Arqueología en Marchena: El poblamiento antiguo y medieval en el valle medio del río Corbones*. Sevilla: Universidad de Sevilla y Ayuntamiento de Marchena, pp. 189-242.

FIERRO BELLO, Maribel (1995) - Árabes, beréberes, muladíes y mawālī. Algunas reflexiones sobre los datos de los diccionarios biográficos andalusíes. In MARÍN, Manuela; FELIPE, Helena de, eds. - *Estudios onomástico-biográficos de al-Andalus (EOBA)*. Madrid: CSIC. VII, pp. 41-54.

FISHER, Greg (2011) - Kingdoms or Dynasties? Arabs, History, and Identity before Islam. *Journal of Late Antiquity*. The Johns Hopkins University Press. 4:2, pp. 245-267.

FLETCHER, W. J. (2005) – *Holocene landscape history of Southern Portugal*. Dissertation submitted for the degree of Doctor of Philosophy [Em linha]. University of Cambridge. [Consult. 18.01.2013]. Disponível em WWW: <URL: <https://www.escholar.manchester.ac.uk/api/datastream?publicationPid=uk-ac-man-scw:90599&datastreamId=FULL-TEXT.PDF>>.

FRANCO MORENO, Bruno (2004) - Territorio y poblamiento en la Kura de Marida durante el emirato omeya (siglos VIII-X/II-IV). *Espacio, Tiempo y Forma. Serie III, Historia Medieval*. Madrid: UNED, 17, pp.167-184.

FRANCO MORENO, Bruno (2007) – El Poblamiento del Territorio Extremeño durante el Periodo Omeyade Alandalus (Ss.VIII-XI): Studio Historiográfico y Últimos Resultados Arqueológicos. *VIII Congreso de Estudios Extremeños, Libro De Actas*. Badajoz, pp. 571-595.

FRANCO MORENO, Bruno (2008) - *De Emerita a Marida: el territorio emeritense entre la Hispania gothorum y la formación de Al-Andalus (ss. VII-X): transformaciones y pervivencias*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidad Nacional de

Educación a Distancia (Madrid). [Em linha, consult. 28.05.2014]. Disponível em WWW: <URL: <http://e-spacio.uned.es/fez/eserv/tesisuned:GeoHis-Bfranco/Documento1.pdf>>.

FRANCOVICH, Riccardo (1998) - L'incastellamento e prima dell'incastellamento. In BARCELÓ, Miquel; TOUBERT, Pierre, coord. - *L'Incastellamento: Actas de las Reuniones de Girona (26-27 noviembre 1992) y de Roma (5-7 Mayo 1994)*. Consejo Superior de Investigaciones Científicas, CSIC; Escuela Española de Historia y Arqueología en Roma, pp. 13-20.

FUERTES SANTOS, Maria del Camino; HIDALGO, Rafael (2003) – Cerámicas tardorromanas y altomedievales de Córdoba. In *Cerámicas tardorromanas y altomedievales en la Península Ibérica: Ruptura y continuidad*. Madrid: CSIC (Anejos de Archivo Español de Arqueología; XXVIII), pp. 225-271.

GAMITO, Teresa Júdice (1994) – O povoamento islâmico da serra do Caldeirão. O caso da Aldeia dos Mouros (Vaqueiros, Alcoutim). In *Arqueología en el entorno del Bajo Guadiana, Encuentro Internacional de Arqueología del sudoeste*. Huelva-Niebla, 1993. Huelva: Grupo de Investigación Arqueológica del Patrimonio del Suroeste, Universidad de Huelva, pp. 545-563.

GAMITO, Teresa Júdice (2002) - O papel das torres de vigia na defesa de Faro. In FERNADES, Isabel Cristina Ferreira, coord. - *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500) — Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos (2000)*. Lisboa: Edições Colibri/Câmara Municipal de Palmela, pp. 839-844.

GAMITO, Teresa Júdice (2007) – *O Algarve e o Magreb (711-1249)*. S.l., Universidade do Algarve, 152 p.

GARCÉS TARRAGONA, Ana María; ROMERO SALINAS, Helena (2009) – La cerámica transicional del yacimiento de Oreto y Zuqueca. In *Actas del VIII Congreso Internacional de Cerámica Medieval en el Mediterráneo* (Ciudad Real-Almagro del 27 de febrero al 3 de marzo de 2006). Ciudad Real: Asociación Española de Arqueología Medieval. Tomo II, pp. 1015-1022.

GARCÍA-CONTRERAS RUIZ, Guillermo (2013) - *Los valles del alto Henares en época Andalusí: la organización del poblamiento y su relación con las explotaciones salineras (siglos VIII-XII)*. Tesis doctoral presentada na Universidad de Granada. Edição policopiada.

GARCÍA MORENO, Luis A. (2007) - Transformaciones de la Bética durante la tardoantigüedad. *Mainake*. Málaga: Centro de Ediciones de la Diputación de Málaga (CEDMA), XXIX, pp. 433-471.

GARCÍA MORENO, L. A.; VIGIL ESCALERA, A., eds. (2011) – *711. Arqueología e história entre dos mundos*. Madrid: Comunidad Autonoma Madrid, 2 Vols., 806 p.

GASPAR, Alexandra; GOMES, Ana; MENDES, Henrique Calé; PINTO, Paula; GUERRA, Sandra; RIBEIRO, Suzana; PIMENTA, João; VALONGO, António (2009) – Cerâmicas do século XV-XVI da Casa do Governador: Castelo de S. Jorge, Lisboa. In *Actas del VIII Congreso Internacional de Cerámica Medieval en el Mediterráneo* (Ciudad Real-Almagro del 27 de febrero al 3 de marzo de 2006). Ciudad Real: Asociación Española de Arqueología Medieval. Tomo II, pp. 653-672.

GIBELLO BRAVO, Vítor M. (2011) – Notas en torno al poblamiento islâmico, el territorio de Extremadura entre los siglos VIII y XIII. FRANCO MORENO, Bruno; ALBA CALZADO, Miguel A.; FEIJOO MARTÍNEZ, Santiago, coord., In *Frontera inferior de al-Andalus: Actas I-II Jornadas de Arqueología e Historia Medieval* (Mérida, 14 de Julio de 2010-2011). Mérida: Junta de Extremadura (cultura patrimonio y arqueología) y Mérida, Consorcio de la Ciudad Monumental Histórico - Artística y Arqueológica, pp. 165-182.

GILLOTTE, Sophie (2004) - *L' Estrémadure centre-orientale (VIIIe-XIIIe siècles): peuplement et formes d'habitat aux marges d'al-Andalus*. Thèse de doctorat. Université Paris-Sobornne.

GILLOTTE, Sophie (2009) - Al margen del poder. Aproximación arqueológica al medio rural extremeño (ss. VIII-XIII). In BRUFAL, Jesús; SABATÉ I CURULL, Flocel, coord. - *Arqueologia medieval: la transformació de la frontera medieval muçulmana* (Curs Internacional d'Arqueologia Medieval; 2. 2009. Lleida). Lleida: Pagès Editors, pp. 53-80.

GILLOTTE, Sophie (2010) - *Aux marges d'al-Andalus. Peuplement et habitat en Estrémadure centre-orientale (VIII-XIIIe siècles)*. Helsinki: Academia Scientiarum Fennica, 355 p.

GILLOTTE, Sophie (2011) - El yacimiento de Albalat en el contexto del poblamiento medieval en el norte de Extremadura. In: *Frontera inferior de al-Andalus*. Mérida: Mérida Consorcio Ciudad Monumental Histórico-Artística y Arqueológica, pp. 147-164.

GODINHO, Vitorino Barbosa de Magalhães (1990) - Complexo Histórico-Geográfico. In SERRÃO, Joel, dir. - *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas. Vol. II, pp. 130-137.

GOITEIN, Shelomo Dov (1973) - *Letters of Medieval Jewish Traders*. Princeton: Princeton University Press.

GOMES, Mário VARELA (2008) – Dois fornos de cerâmica de Silves (séculos XVI-XVII): notícia preliminar. In *Actas das 4as jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval* (Tondela, 24 a 27 de Outubro de 2000). Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 271-292.

GOMES, Rosa Varela (1995) - Cerâmicas muçulmanas, de Silves dos séculos VIII e IX. In *Actas das 1as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval* (Tondela, 28 a 31 de Outubro de 1992). Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 19-29.

GOMES, Rosa Varela (2002) - *Silves (Xelb), uma cidade do Gharb Al-Andalus: território y cultura*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.

GOMES, Rosa Varela; GOMES, Mário Varela (2004) - O Ribat da Arrifana (Aljezur, Algarve): Resultados da campanha de escavações arqueológicas de 2002. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. 7:1, pp. 483-573.

GOMES, Sofia de Melo; BRAZUNA, Sandra (1999) - Ocupações romanas da margem direita do Guadiana. *Al-madan*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada. Série 2, n.º 8 (Out.), p. 208.

GOMES, Sofia de Melo; BRAZUNA, Sandra; MACEDO, Marta de (2002) - Ocupações romanas na margem direita do Guadiana: um território em estudo. *Al-madan*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada. Série 2, n.º 11 (Dez.), p. 134-138.

GOMES, Sofia de Melo; BRAZUNA, Sandra; MACEDO, Marta de (2013) - *A ocupação romana na bacia de Alqueva: da ponte de Ajuda à ponte velha de Mourão: uma proposta de reconstrução da paisagem* (Memórias d'Odiana, 2.ª Série, 8). Beja: EDIA/DRC-Alentejo, 324 p.

GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana (2002) - Objetos del Garb al-Andalus. In *Actas das VII Jornadas de História Ibero-americana: O Mediterrâneo Ocidental. Identidades e fronteira*. Portimão-Lisboa: Instituto de Cultura Ibero- Atlântica – Edições Colibri, pp. 241-264.

GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana; TORRES, Cláudio; BARROS, Manuela (2004) - Os nomes da cerâmica medieval. Inventário de termos. In *Actas das 3as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval* (Tondela 28 a 31 de Outubro de 1997). Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 125-134.

GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana (2006) – *Cerámica Islámica de Mértola: producción y comercio*. [Em linha]. Madrid: Servicio de Publicaciones de la Universidad Complutense de Madrid. [Consult. 26.05.2014]. Disponível em WWW: <URL: [http://cisne.sim.ucm.es/search\\*spl-S7/X?SEARCH=susana+gomez+martinez&search\\_scope=7&SORT=D](http://cisne.sim.ucm.es/search*spl-S7/X?SEARCH=susana+gomez+martinez&search_scope=7&SORT=D)>.

GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana; MACIAS, Santiago (2006) - La especificidad del Garb al-Andalus y su expresión en la vajilla almohade. In *Los Almohades: problemas y perspectivas*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas e Casa de Velásquez. Vol. I, pp. 387-409.

GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana (2007) – A cerâmica islâmica no Gharb al-Ândalus. In *A produção de cerâmica em Portugal: histórias com futuro. Actas do Colóquio* (Barcelos, 2006). Barcelos: Museu de Olaria de Barcelos, p. 93-116.

GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana; ÁLVARO, Rocio; MARQUES, João António; GRILO, Carolina; LOPES, Gonçalo (2009) - Evidências materiais da ocupação islâmica da margem direita do Guadiana (Reguengos de Monsaraz). In *Actas do 6.º Encontro de Arqueologia do*

Algarve (Silves, 2008). Silves: Museu Municipal de Silves. Câmara Municipal de Silves (Xelb; 9). Vol. II, pp. 685-694.

GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana (2010) – Reflexão crítica sobre o estado da investigação para o período medieval islâmico no Algarve. In *Actas do 7º Encontro de Arqueologia do Algarve* (Silves, 22, 23 e 24 de Outubro de 2009). Silves: Museu Municipal de Silves (Xelb; 10), pp.497-508.

GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana (2015) – La presencia islámica en el sudoeste de la Península Ibérica en época emiral. FRANCO MORENO, Bruno; ALBA CALZADO, Miguel A.; FEIJOO MARTÍNEZ, Santiago, coord., In *Frontera inferior de al-Andalus: Actas III - IV Jornadas de Arqueología e Historia Medieval* (Mérida, 18-19 Octubre de 2013). Mérida: Junta de Extremadura (cultura patrimonio y arqueología) y Mérida, Consorcio de la Ciudad Monumental Histórico - Artística y Arqueológica, pp. 95-122.

GRAF, Klaus, 2008 – *Die islamische Keramik der Wüstung Cuncus, Extremadura, Spanien*. Magisterarbeit. Universität Bamberg, 2 Vol.

GRANGÉ, Mathieu (2005) - Le Cerro do Castelo de Alferce (Monchique, Faro): premières hypothèses sur la genèse et l'évolution de peuplement médiéval dans la Serra de Monchique (Ve-VIIIe siècle). In *Actas do 2º Encontro de Arqueologia do Algarve* (Silves, 2003). Silves: Museu Municipal de Silves (Xelb; 5), pp. 157-176.

GRANGÉ, Mathieu; DEWULF, Joke (2006) - O Cerro do Castelo da Nave (Monchique): imagem de superfície de um assentamento islâmico no vale da Ribeira de Boina. In *3.º Encontro de Arqueologia do Algarve* (Silves, 20, 21 e 22 de Outubro de 2005). Silves: Museu Municipal de Arqueologia. Câmara Municipal de Silves Silves: Museu Municipal de Silves (Xelb; 6). Vol. 2, pp. 87-104.

GRANGÉ, Mathieu (2009) - Recherches en cours sur le district sidérurgique du littoral alentejan (Odemira et Cercal) à l'époque islamique In *Actas do 1.º Encontro de História do Alentejo Litoral*. Sines: Centro Cultural Emmerico Nunes, pp. 99-116.

GUICHARD, Pierre (1976) - *Al-Andalus: Estructura Antropológica de Una Sociedad Islámica en Occidente*. Barcelona: Seix Barral, 616 p.

GUICHARD, Pierre (2000) - *Al-Andalus: 711-1492*. Paris: Hachette Littératures, 269 p.

GUICHARD, Pierre; MISCHIN, Dmitryj (2002) - La société du Garb al-Andalus et les premiers husun. In FERNADES, Isabel Cristina Ferreira, coord. - *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500) — Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos (2000)*. Lisboa: Edições Colibri/Câmara Municipal de Palmela, pp. 177-187.

GUIDI, Alessandro (1998) - Clarke in Mediterranean archaeology. *Antiquity*. 72, pp. 678-680.

GUTIÉRREZ LLORET, Sonia (1986) - Cerámicas comunes altomedievales: contribución al estudio del tránsito de la Antigüedad al mundo paleoislámico en las comarcas Meridionales del País Valenciano. *Lucentum*. Alicante: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Alicante. Vol. 5, pp. 147-167.

GUTIÉRREZ LLORET, Sonia (1992) - *El tránsito de la antigüedad tardía al mundo islámico en la Cora de Tudmir: cultura material y poblamiento paleoandalusí*. Tesis doctoral dirigida por Lorenzo Abad Casal. Universidad de Alicante.

GUTIÉRREZ LLORET, Sonia (1996) - *La cora de Tudmir: de la antigüedad tardía al mundo islámico: poblamiento y cultura material*. Madrid-Alicante: Casa de Velázquez-Instituto de Cultura “Juan Gil-Albert” (Collection de la Casa de Velázquez; 57), 476 p.

GUTIÉRREZ LLORET, Sonia (1997) - Tradiciones culturales y proceso de cambio entre el mundo romano y la sociedad islámica. In *Actas del XXIII Congreso Nacional de Arqueología*. Elche. Vol. 2, pp. 317-334.

GUTIÉRREZ LLORET, Sonia (1998) - Eastern Spain in the sixth century in the light of archaeology. In HODGES, Richard; BOWDEN, William, eds. - *The sixth century: production, distribution and demand*. Leiden: Brill, pp. 161-184.

GUTIÉRREZ LLORET, Sonia (2008) - De Hispania a Al-Andalus: dinámica de cambio cultural a la luz de la arqueología. *Lucentum*. Alicante: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Alicante. Vol. 27, pp. 119-120.

GUTIÉRREZ LLORET, Sonia (2011) - El reconocimiento arqueológico de la islamización: una mirada desde al-Andalus. *Zona arqueológica* (Cuestiones arqueológicas en torno al 711). Alcalá de Henares (Madrid): Museo Arqueológico Regional. 15, vol. 1, pp. 191-210.

GUTIÉRREZ LLORET, Sonia; GAMO PARRAS, Blanco; AMORÓS RUIZ, Victoria (2003) – Los contextos cerámicos altomedievales del Tolmo de Minateda y la cerámica altomedieval en el Sudeste de la Península Ibérica. In *Cerámicas tardorromanas y altomedievales en la Península Ibérica. Ruptura y continuidad*. Madrid: CSIC (Anejos de Archivo Español de Arqueología; XXVIII), pp. 119-168.

HALDON, John, ed. (2010a) - *Money, Power and Politics in Early Islamic Syria: A Review of Current Debates*. Farnham: Ashgate.

HALDON, John (2010b) – Greater Syria in the Seventh Century: Context and Background. HALDON, John, ed. - In *Money, Power and Politics in Early Islamic Syria: A Review of Current Debates*. Farnham: Ashgate, pp. 1-20.

HAMEROW, Helena (2002) - *Early medieval settlements: the archaeology of rural communities in Northwest Europe, 400–900*. Oxford University Press, 240 p.

HARBECK, M; SEIFERT, L; HÄNSCH, S; WAGNER, D. M.; BIRDSELL, D; & alii (2013) - Yersinia pestis DNA from Skeletal Remains from the 6th Century AD Reveals

Insights into Justinianic Plague. *PLoS Pathog.* [Em linha]. Vol. 9(5): e1003349. [Consult. 20 Jul. 2015]. Disponível em WWW: <URL: <http://doi:10.1371/journal.ppat.1003349>>.

HAUSCHILD, Theodor (1986) - Arte visigótica. In ALARCÃO, Jorge, ed. - *História da Arte em Portugal*. Lisboa: Alfa, vol. I, pp.149-169.

HAYS, Jo N. (2007) - Historians and Epidemics: Simple Questions, Complex Answers. In LITTLE, Lester K., ed. - *Plague and the End of Antiquity: The Pandemic of 541–750*. Cambridge University Press, pp. 33-58.

HERAS MORA, Francisco Javier; GILOTTE, Sophie (2008) – Primer balance de las actuaciones arqueológicas en el Pozo de la Cañada (2002-2005): Transformación y continuidad en el campo emeritense (ss. I-IX d.C.). *Arqueología y Territorio Medieval*. Jaen: Universidad de Jaén, 15, pp. 51-72.

HIDALGO PRIETO, Rafael & alii (1996) – *El Criptopórtico de Cercadilla: Análisis arquitectónico y secuencia estratigráfica*. Sevilla: Junta de Andalucía, 282 p.

HODGES, Richard; WHITEHOUSE, David (1983) - *Mohammed, Charlemagne, and the Origins of Europe. Archaeology and the Pirenne thesis*. London: Duckworth, 181 p.

HOLID, Renata; CIRELLI, Enrico (2011) - Islamic Pottery from Jerba (7th-10th century): Aspects of Continuity? In CRESSIER, Patrice; FENTRESS, Elizabeth, dir. - *La céramique maghrébine du haut Moyen Âge (VIII-Xe siècle): état des recherches, problèmes et perspectives*. Roma: École française de Rome (Collection de l'Ecole française de Rome; 446), pp. 165-186.

HOURANI, Albert (2005) - *A History of the Arab Peoples*. Londres: Faber and Faber, 566 p.

IBN AL-KARDABUS (1986) - *Historia de al-Andalus*, ed. de Felipe Maillou. Madrid: Ediciones Akal.

IBN AL-QUTIYA (2001) - *Crónica de los emires Alhakam I y Abdarrahan II entre los años 796 y 847 (Almuqtabis II-1)*. Trad., notas e índices de Mahmud Ali Makki e Federico Corriente. Saragoça: Instituto de Estudios Islámicos y del Proximo Oriente.

ICERV = VIVES, José (1969) - *Inscripciones cristianas de la España romana y visigoda*. Barcelona: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Instituto Jerónimo Zurita, 331 p.

INGLEBERT, Hervé (2014) - De l'Antiquité au Moyen Âge: de quoi l'Antiquité tardive est-elle le nom? In *Découper le temps: Actualité de la périodisation en histoire*. Rennes: Lycée Chateaubriand (ATALA, Cultures et sciences humaines; 17), pp. 117-131.

IRCP = ENCARNAÇÃO, José d' (1984) - *Inscrições romanas do conventus Pacensis*. Coimbra: Universidade. 2 Vol., 941 p.

IZQUIERDO BENITO, Ricardo (1983) – Ciudad hispanomusulmana de Vascos (Navalmorelejo, Toledo. Campañas 1978-1980). *Noticiario Arqueológico Hispánico*. Madrid. N.º 16, pp. 289-380.

JIMÉNEZ ÁVILA, Javier (1997) - Cancho Roano y los complejos monumentales post-orientalizantes del Guadiana. *Complutum*. Madrid. 8, p.141-159.

JIMÉNEZ ÁVILA, Javier (2001) - Los complejos monumentales post-orientalizantes del Guadiana y panorama del Hierro Antiguo del Suroeste peninsular. In RUIZ MATA, D.; CELESTINO PÉREZ, S., eds. - *Arquitectura oriental y orientalizante en la Península Ibérica*. S/l: CEPO/CSIC, pp. 193-226.

JIMÉNEZ ÁVILA, Javier; ORTEGA BLANCO, Jaime (2001) - El poblado Orientalizante de El Palomar (Oliva de Mérida, Badajoz): Noticia preliminar. In RUIZ MATA, D.; CELESTINO PÉREZ, S. eds. - *Arquitectura oriental y orientalizante en la Península Ibérica*. S/l: CEPO/CSIC, pp. 227-248.

JORGE, Ana Maria C. M. (2002) - *L'épiscopat de Lusitanie pendant l'Antiquité Tardive: (IIIe - VIIe siècles)*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia; 21), 198 p.

KENNEDY, Hugh N. (2007) - Justinianian plague in Syria and the Archaeological Evidence. In LITTLE, Lester K., ed. - *Plague and the End of Antiquity: The Pandemic of 541–750*. Cambridge University Press, pp. 87-98.

KENNEDY, H. (2007) - *The Great Arab Conquests*. Filadélfia: Da Capo Press, 421 p.

KIRCHNER, Helena (2010) – Sobre la Arqueología de las Aldeas Altomedievales. *Studia Historica, Historia Medieval*. Salamanca. 28, pp. 243-253.

KIRCHNER, H., ed. (2010) - *Por una arqueología agraria: perspectivas de investigación sobre espacios de cultivo en las sociedades medievales hispánicas*. Oxford: Archaeopress.

KULIKOWSKI, Michael (2007) - Plague in Spanish Late Antiquity. In LITTLE, Lester K., ed. - *Plague and the End of Antiquity: The Pandemic of 541–750*. Cambridge University Press, pp. 150-170.

LE GOFF, Jacques; BIRABEN, Jean-Nöel (1969) - La peste dans de Haut Moyen Âge. In *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. [Em linha]. Ano 24, 6, pp. 1484-1510. [Consultado a 21 de Dezembro de 2014]. Disponível em WWW: <[http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/ahess\\_0395-2649\\_1969\\_num\\_24\\_6\\_422183](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/ahess_0395-2649_1969_num_24_6_422183)>.

LE GOFF, Jacques; CHARTIER, R.; REVEL, J., eds. (1978) - *La Nouvelle histoire*. Paris: Retz.



LERMA i ALEGRÍA, Josep Vicent (1992) - *La loza gótico-mudéjar en la ciudad de Valencia*. Madrid: Ministerio de Cultura, Dirección de Bellas Artes y Archivos, 185 p.

LÉVI-STRAUSS, Claude (1982) – *Tristes Trópicos*. Lisboa: Ed. 70, 415 p.

LEWIS, Bernard (1996) – *Os árabes na história*. Lisboa: Nova História.

LITTLE, Lester K., (2007) - Life and Afterlife of the First Plague Pandemic. In LITTLE, Lester K., ed. - *Plague and the End of Antiquity: The Pandemic of 541–750*. Cambridge University Press, pp. 3-32.

LOPES, Maria da Conceição (2000) - *A cidade romana de Beja - percursos e debates em torno de Pax Iulia*. Dissertação de Doutoramento em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Edição policopiada.

LOPES, Maria da Conceição (2013) - *Em tempos de Roma pela margem esquerda do Guadiana: Bloco 12 do projecto de salvamento arqueológico do Alqueva* (Memórias d'Odiana: estudos arqueológicos do Alqueva. 2.ª Série, 9). Beja: EDIA - /DRC - Alentejo, 94 p.

LOPES, Virgílio António Martins (2003) - *Mértola na antiguidade tardia, a topografia histórica da cidade e do seu território nos alvares do cristianismo*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, 186 p.

LOPES, Virgílio António Martins (2014) - *Mértola e o seu território na antiguidade tardia (séculos IV-VIII)*. Memoria para optar al grado de doctor na Universidade de Huelva. Edição policopiada.

LÓPEZ-MERINO, L.; LÓPEZ-SÁEZ, J.A.; ALBA-SÁNCHEZ, F.; PÉREZ-DÍAS, S.; CARRIÓN, J.S. (2009) - *2000 years of pastoralism and fire shaping high-altitude vegetation of Sierra de Gredos in central Spain in Review of Palaeobotany and Palynology*, 158, pp. 42–51.

LÓPEZ PEREIRA, José Eduardo, ed. crítica e trad. (1980) - *Crónica mozarabe de 745*. Saragoça: Anubar Ediciones.

LOT, Ferdinand (1985) - *O fim do mundo antigo e o princípio da Idade Média*. Lisboa: Edições 70, 455 p.

MACIAS, Santiago (1992) – Resenha dos factos históricos. In MATTOSO, José, dir. - *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores. Volume I, pp. 417-429.

MACIAS, Santiago (2005) - Islamização no território de Beja: reflexões para um debate. *Análise Social*. Vol. XXXIX (173), pp. 807-826.

MACIAS, Santiago. (2006) - *Mértola. O último porto do Mediterrâneo*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.

MACIAS, Santiago; LOPES, Maria da Conceição (2012) – O território de Beja entre a Antiguidade Tardia e a Islamização. In CABALLERO ZOREDA, Luis; MATEOS, Pedro;

CORDERO RUIZ, Tomás - *Visigodos y omeyas: el territorio*. Mérida: Consejo Superior de Investigaciones Científicas (Anejos de Archivo Español de Arqueología; LXI), pp. 305-328.

MACIAS, Santiago; TORRES, Cláudio (1998) - *Portugal Islâmico: Os últimos sinais do Mediterrâneo*. Lisboa: Instituto Português de Museus.

MACIEL, Manuel Justino P. (1999) - Montinho das Laranjeiras (Alcoutim): Escavações de 1995. *Arqueologia Medieval*. Porto: Ed. Afrontamento. Nº 6, pp. 5-10.

MACIEL, Manuel Justino P. (2014) - De Constantino a Justiniano: A arquitectura paleocristã no Sul de Portugal. In GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana; LOPES, Virgílio; MACIAS, Santiago, eds. - *O Sudoeste Peninsular entre Roma e o Islão*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, pp. 31-45.

MAIA, Maria (1988) - Neves II e a “facies” cultural de Neves-Corvo. *Arquivo de Beja*. Beja. 2.ª Série, 3, pp. 23-42.

MAIA, Maria; CORREA, José (1985) - *Inscripción en escritura tartesia (o del SO.) hallada en Neves (Castro Verde, Baixo Alentejo) y su contexto arqueológico*. Habis. Sevilla. 16, pp. 243-274.

MALPICA CUELLO, A. (1999) - El paisaje del mundo rural andalusí: bases descriptivas para su análisis. *Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*. Nº 27, pp. 146-153.

MALPICA CUELLO, A. (2009) - La arqueología para el conocimiento de la sociedad andalusí. In *Historia de Andalucía: VII Coloquio "¿Qué es Andalucía? Una revisión histórica desde el Medievalismo"*. Granada, pp. 31-50.

MANTAS, Vasco Gil (2009) - [Recensão a] A queda de Roma e o fim da civilização Bryan Ward-Perkins, (trad. Inês Castro). *Biblos*. Universidade de Coimbra/CECH, n. s. VII, pp. 581-590.

MANTAS, Vasco Gil (2012) - *As vias romanas da Lusitânia*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano (Studia Lusitana; 7), 323 p.

MANZANO MORENO, Eduardo (2006) - *Conquistadores, emires y califas: Los Omeyas y la formación de al-Andalus*. Barcelona: Crítica, 620 p.

MARQUES, João António (2002) – Panorâmica dos trabalhos arqueológicos efectuados no Bloco 14: Medieval/Moderno, Bacia do Degebe e Reguengos de Monsaraz a Sul do Álamo. *Al-Madan*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada. Série 2, n.º 11, pp. 145-151.

MARQUES, João; GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana; GRILO, Carolina; ÁLVARO, Rocio; JOPES, Gonçalo (2012) - Cerâmica e povoamento rural medieval no troço médio-inferior do vale do Guadiana (Alentejo, Portugal). In *Atti del IX Congresso Internazionale sulla Ceramica Medievale nel Mediterraneo* (Venezia, 23-27 novembre 2009). Venezia, pp. 442-448.

MARQUES, João; GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana; GRILO, Carolina; BATATA, Carlos (2013) - *Povoamento rural no troço médio do Guadiana entre o rio Degebe e a ribeira do Álamo (Idade do Ferro e períodos medieval e moderno): Bloco 14 - intervenção e estudos no Alqueva* (Memórias d'Odiana, 2.ª Série, 13). Beja: EDIA/DRC-Alentejo, 421, p.

MARROU, Henri-Irénée (1979) – *Decadência romana, ou antiguidade tardia?* Lisboa: Aster, 156 p.

MARTÍN IGLESIAS, José Carlos, ed. crítica (2003) - *Isidori Hispalensis Chronica*. Turnhout: Brepols, (Corpus Christianorum. Series Latina; 112), 239 p.

MARTÍN-PUERTAS, Celia; VALERO-GARCÉS, Blas L.; PILAR MATA, M.; GONZÁLEZ-SAMPÉRIZ, Penélope; BAO, Roberto; MORENO, Ana; STEFANOVA, Vania (2008) - *Arid and humid phases in southern Spain during the last 4000 years: the Zoñar Lake record, Córdoba in The Holocene* 18, 6, pp. 907-921.

MARTÍN VISO, Iñaki (2000) - *Poblamiento y estructuras sociales en el norte de la Península Ibérica (siglos VI-XIII)*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 397 p.

MARTÍNEZ ENAMORADO, Virgilio (2006) - Reflexiones sobre el estudio de al-Andalus como sociedad o, de nuevo, qué arqueología para al-Andalus. In GARCÍA SANJUÁN, A., ed. - *Saber y sociedad en al-Andalus. IV-V Jornadas de Cultura Islámica en Almonaster la Real (Huelva)*. Huelva: Universidad de Huelva, pp. 193-237.

MATALOTO, Rui (2004) - *Um “monte “ da Idade do Ferro na Herdade da Sapatoa: ruralidade e povoamento no I.º milénio a.C. do Alentejo Central*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia; 37), 330 p.

MATALOTO, Rui (2007) - Viver no campo: a Herdade da Sapatoa (Redondo) e o povoamento rural centro alentejano em meados do I milénio. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. 10: 2, pp. 135-160.

MATEOS CRUZ, Pedro; CABALLERO ZOREDA, Luis (2011) - El paisaje urbano de Augusta Emerita en época tardoantigua: (siglos IV-VII). In José María Álvarez Martínez, Pedro Mateos Cruz (eds.) - *Actas Congreso Internacional 1910-2010*. [Mérida: s.n.], pp. 505-519.

MATEUS, José Eduardo (2003) - Arqueologia Ambiental sob a tutela da Cultura: uma experiência com 20 anos, um desafio para a nossa Arqueologia. In MATEUS, José Eduardo; MORENO-GARCÍA, Marta, eds. - *Paleoecologia Humana e Arqueociências. Um Programa Multidisciplinar para a Arqueologia sob a Tutela da Cultura* (Trabalhos de Arqueologia; 29). Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, pp. 21-32.

MERLIO, Gilbert (2015): [review of:] Alexander Demandt, *Der Fall Roms. Die Auflösung des römischen Reiches im Urteil der Nachwelt*, München: C. H. Beck, 2015. In *Francia-Recensio* [Em linha]. (2015-4, 19/20. Jahrhundert - Histoire contemporaine). [Consultado a 26 Fevereiro de 2016]. Disponível em WWW:

<URL:<http://www.recensio.net/rezensionen/zeitschriften/francia-recensio/2015-4/19-20-jahrhundert-2013-histoire-contemporaine/der-fall-roms>>.

MEULEMEESTER, Johnny de; DEWULF, Joke; GRANGÉ, Mathieu (2011) - Premiers résultats d'un projet de recherche d'archéologie du paysage dans le basse vallée du Wadi S. bir (Rio Sever): le territoire d'Ammaia: Marvão de l'Antiquité tardive au Moyen Âge. In CARNEIRO, André & *alii*, eds. - *Arqueologia do norte alentejano. Comunicações das 3.as Jornadas*. Lisboa, Colibri / Fronteira: Câmara Municipal, pp. 287-310.

MEULEMEESTER, Johnny de; GRANGÉ, Mathieu; DEWULF, Joke (2006) - Novos dados sobre o povoamento altomedieval na Serra de Monchique (séc. VI-IX): Intervenção arqueológica no Cerro do Castelo do Alferce, Monchique, Faro (2004). Silves: Museu Municipal de Arqueologia, Câmara Municipal de Silves (Xelb; 6), vol. I, pp. 261-280.

MOLINA MARTÍNEZ, Luis (1986) - La Crónica Anónima de al-Nasir y el Muqtabis de Ibn Hayyan. *Al-qantara: Revista de estudios árabes*. 7: 1-2, pp. 19-30.

MOLINA MARTÍNEZ, Luis (1989) - Los Ajbar Maymu'a y la Historiografía Árabe sobre el período omeya en al-andalus. *Al-qantara: Revista de estudios árabes* [Em linha]. Granada, X, pp. 513-542. [Consult. 29 Jun. 2015]. Disponível em WWW: <URL: [http://digital.csic.es/bitstream/10261/14072/1/Molina\\_Los%20Ajbar%20maymua.pdf](http://digital.csic.es/bitstream/10261/14072/1/Molina_Los%20Ajbar%20maymua.pdf)>.

MORENO, Ana; PÉREZ, Ana; FRIGOLA, Jaime; NIETO-MORENO, & *alii* (2012) - The Medieval Climate Anomaly in the Iberian Peninsula reconstructed from marine and lake records. *Quaternary Science Reviews*. 43, pp. 16-32.

MORONY, Michael G. (2007) - For Whom Does the Writer Write? The First Bubonic Plague Pandemic According to Syriac Sources. In LITTLE, Lester K., ed. - *Plague and the End of Antiquity: The Pandemic of 541–750*. Cambridge University Press, pp. 59-86.

MURCIA MUÑOZ, Antonio Javier; GUILLERMO MARTÍNEZ, Martín (2003) - Cerámicas tardorromanas y altomedievales precedentes del Teatro Romano de Cartagena. In *Cerámicas tardorromanas y altomedievales en la Península Ibérica: Ruptura y continuidad*. Madrid: CSIC (Anejos de Archivo Español de Arqueología; XXVIII), pp. 169-223.

OLIVEIRA, Carlos (2008) – A intervenção arqueológica na Rua São Gonçalo de Lagos, nº 13-15: Um modesto contributo para a história de época moderna na cidade de Lagos. In *Actas do 5.º Encontro de Arqueologia do Algarve* (Silves, 25 a 27 de Outubro de 2007). Silves: Câmara Municipal de Silves (Xelb; 8), Vol. II, pp. 315-324.

OLIVEIRA, Luis Filipe (1999) - Uma fortificação islâmica do termo de Silves: O Castelo Belinho. *Arqueologia Medieval*. Porto: Ed. Afrontamento. Nº 6, pp. 39-46.

OREJAS SACO DEL VALLE, A. (1991) - Arqueología del Paisaje: historia, problemas y perspectivas. *Archivo Español de Arqueología*. 64 (163-164), pp. 191-230.

ORTEGA ORTEGA, Julián M. (1998) - De la arqueología espacial a la arqueología del paisaje: Es annales la solución? In BURRILLO, Francisco, ed. coord. - *Arqueología del Paisaje (5º Coloquio Internacional de Arqueología Espacial: Teruel del 14-16 septiembre de 1998)*. Teruel: Seminario de Arqueología y Etnología Turolense (Arqueología Espacial; 19-20), pp. 33-51.

PAULO, Dália (2000) - *A Casa Islâmica. The Islamic House*. Faro: Câmara Municipal de Faro.

PAVÓN BENITO, Julia (2006) - Muladíes. Lectura política de una conversión: los Banū Qāsī (714-924) A Political Reading of Religious Conversion: The Case of the Banu Qasi (714-924). *Anaquel de Estudios Árabes*. 189, vol. 17, pp.189-201.

PEARSE, Roger (2010) - *John bar Penkaye, Summary of World History (Rish melle) (2010), book 15* (translated from Alphonse Mingana, *Sources Syriques*, Vol. 1, Mosul, 1908) [Em linha, consult. 13.06.2015]. Disponível em WWW: <[http://www.tertullian.org/fathers/john\\_bar\\_penkaye\\_history\\_15\\_trans.htm#Book14](http://www.tertullian.org/fathers/john_bar_penkaye_history_15_trans.htm#Book14)>.

PÉREZ AGUILAR, Luis Gethsemani (2013) - Problemas metodológicos en el estudio del mundo rural andalusí. *Medievalista* [Em linha]. Nº 14, (Julho - Dezembro). [Consultado 10.03.2014]. Disponível em WWW: <URL:<http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA14/aguilar1406.html>>.

PICARD, Christophe (1996) - Quelques remarques sur la propriété du sol dans le Gharb al-Andalus pendant la période musulmane. *Révue des études islamiques*. Paris, LX, pp. 471-520.

PICARD, Christophe (2000) - *Le Portugal musulman (VIIIe-XIIIe siècle): L'Occident d'al-Andalus sous domination islamique*. Paris: Maisonneuve et Larose, 422 p.

PIÇARRA, J.M. (2000) - *Estudo estratigráfico do sector de Estremoz-Barrancos, Zona de Ossa Morena, Portugal*. Dissertação de doutoramento apresentada à Universidade de Évora. Edição policopiada.

PIRENNE, Henri (1927) - *Les villes du Moyen-Age, essai d'histoire économique et sociale*. Bruxelles: Lamertin. [Em linha]. Université Libre de Bruxelles - Bibliothèques. [Consult. 28.05.2014]. Disponível em WWW: <URL:[http://digistore.bib.ulb.ac.be/2007/021477613\\_000\\_f.pdf](http://digistore.bib.ulb.ac.be/2007/021477613_000_f.pdf)>.

PIRENNE, Henri (1992) – *Maomé e Carlos Magno*. Porto: Editorial Asa. 1.ª Edição, 288 p.

PIRES, Alexandra; FERREIRA, Mulize (2003) - Povoado Islâmico da Portela 3: Resultados Preliminares. *Xelb*. Silves: Museu Municipal de Silves. Nº 4, pp. 279-306.

PÉREZ MACÍAS, Juan Aurelio (1988) - Avances al estudio de los recintos fortificados islámicos del Andévalo Onubense y su origen norteafricano. In *Actas del*

Congreso Internacional 'El Estrecho de Gibraltar' (Ceuta 1987). Madrid: UNED, T. II, pp. 333-343.

POISSON, Jean-Michel (1988) - Menaces extérieures et mise en défense des zones côtières de la Sardaigne pendant le Haut Moyen Âge. *Castrum*. Madrid; Rome: Casa de Velázquez; École Française de Rome, 3, pp. 49-58.

QUARESMA, José Carlos (1999) - Terra sigillata africana D e foceense tardia das escavações recentes de Miróbriga (Chãos Salgados, Santiago do Cacém). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, Vol. 2, n.º 2, pp. 69-81.

QUARESMA, José Carlos (2012) - *Economia antiga a partir de um centro de consumo lusitano: terra sigillata e cerâmica africana de cozinha em Chãos Salgados (Miróbriga)*. Lisboa: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, 448 p.

QUEIROZ, Paula (1999) – *Ecologia Histórica da Paisagem do Noroeste Alentejano*. Dissertação de doutoramento em Biologia apresentada à Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. Edição policopiada.

QUERO CASTRO, Salvador; MARTÍN FLORES, Salvador (1987) – La cerâmica hispanovisigoda de Perales. In *II Congreso de Arqueología Medieval Española* (Madrid 19-24 Enero 1987). Madrid: Comunidad de Madrid. Tomo II, pp. 363-372.

QUIRÓS CASTILLO, Juan Antonio (2007) – Granjas y Aldeas Altomedievales al Norte de Toledo (450-800 D.C.). *Archivo Español de Arqueología*, 80, pp. 239-284.

QUIRÓS CASTILLO, Juan Antonio (2009) – Sepulturas, huertos y Radiocarbono (siglos VIII-XIII d. C.). El proceso de Islamización en el medio rural del centro peninsular y otras cuestiones. *Studia Historica. Historia Medieval*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 27, pp. 97-118.

QUIRÓS CASTILLO, Juan Antonio, ed. (2013a) - *El poblamiento rural de época visigoda en Hispania. Arqueología del campesinato en el interior peninsular*. Bilbao: Universidad del País Vasco (Documentos de Arqueología Medieval; 6), 435 p.

QUIRÓS CASTILLO, Juan Antonio (2013b) – Comunidad política aldeana y exclusión: Una revisión de las formas de inhumación altomedievales (ss. V-VIII d.C.). *Reti Medievali Rivista* [Em linha]. Firenze: University Press, 14, 1 [Consult. 28.04.2014]. Disponível em WWW: < <http://143.225.131.3/~rmojs/index.php/rm/article/view/386>>.

QUIRÓS CASTILLO, J. A.; VIGIL-ESCALERA GUIRADO, Alfonso (2006) - Networks of peasant villages between Toledo and Uelegia Alabense, Northwestern Spain (V-Xth centuries). *Archeologia Medievale*. Firenze: All'Insegna del Giglio. XXXIII, pp. 79-128.

REAL, Manuel Luís (2000) - Portugal: cultura visigoda e cultura moçárabe. In *Visigodos y Omeyas: Un Debate entre la Antigüedad Tardia y la Alta Edad Media*. Madrid: CSIC (Anejos de Archivo Español de Arqueología; XXIII), pp. 21-75.

REYNOLDS, Paul (1995) - *Trade in the Western Mediterranean, AD 400-700: The ceramic evidence*. Oxford: British Archaeological Reports, (BAR International Series; 604), 403 p.

REYNOLDS, Paul (2003) – Spain, Portugal and the Balearics: 4th-7th century (Late Roman, Byzantine and Visigothic). In *Actes du VIIe Congrès sur la Céramique Médiévale en Méditerranée* (Thessaloniki, 11-16 Octobre 1999). Atenas: Édition de la Caisse des Recettes Archéologiques, pp. 571-585.

REYNOLDS, Paul (2010) - *Hispania and the Roman Mediterranean AD 100-700: ceramics and trade*. London: Duckworth, p. 373 p.

RETUERCE VELASCO, Manuel (1987) - Cerámica islámica de la "Cidade das Rosas", Serpa (Portugal). In ZOZAYA STABEL-HANSEN, Juan - *Segundo Coloquio Internacional de Cerámica Medieval en el Mediterráneo Occidental*. Madrid: Ministerio de Cultura, pp. 85-92.

RODRIGUEZ DÍAZ, Alonso, ed. (2004) - *El edificio protohistórico de "La Mata" (Campanario, Badajoz) y su estudio territorial*. Cáceres: Ed. Regional Extremadura.

RODRÍGUEZ DÍAZ, Alonso; CHAUTON PÉREZ, Pablo; DUQUE ESPINO, David, (2007) – Paisajes rurales protohistóricos en el Guadiana Medio: los Caños (Zafra, Badajoz). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. 9: 1, pp. 71-113.

RODRÍGUEZ DÍAZ, Alonso; ORTIZ ROMERO, Pablo (1998) - La Mata de Campanario (Badajoz): un nuevo ejemplo de "Arquitectura de Prestigio" en la Cuenca Media del Guadiana. In RODRÍGUEZ DÍAZ, Alonso (ed.) – *Extremadura protohistórica: paleoambiente, economía y poblamiento*. Cáceres: Universidad de Extremadura, pp. 201-246.

RODRÍGUEZ DÍAZ, Alonso; ORTIZ ROMERO, Pablo; PAVÓN SOLDEVILA, I. (2000) - El complejo arqueológico de la Mata (Campanario, Badajoz) en el contexto socioeconómico del postorientalizante extremeño. In *Ibers. Agricultors, artesans i comerciants. III Reunió sobre Economia en el Mon Ibéric*. Valencia: Universidad (Saguntum - Extra; 3), pp. 101-107.

ROSSELLÓ MESQUIDA, M.; RIBERA I LACOMBA, Albert; PASCUAL PACHECO, (2003) – Cerámicas de la Ciudad de Valencia entre la época visigoda y omeya (siglos VI-X). In *Cerámicas tardorromanas y altomedievales en la Península Ibérica. Ruptura y continuidad*. Madrid: CSIC (Anejos de Archivo Español de Arqueología; XXVIII), pp. 67-117.

RUIZ, Arturo (1998) - Teorias, métodos y técnicas. In BURRILLO, Francisco, ed. coord. - *Arqueología del Paisaje (5º Coloquio Internacional de Arqueología Espacial, Teruel del 14-16 septiembre de 1998)*. Teruel: Seminario de Arqueología y Etnología Turolense (Arqueología Espacial; 19-20), pp. 7-8.

SANTARÉM, João de, -620 d.c., (2001) - *Crónica* (ed. crítica Carmen Cardelle de Hartmann; coment. histórico Roger Collins). Lisboa: Colibri, (Obras clássicas da literatura portuguesa; 106), 184 p.

SANTOS, Heloísa Valente dos; ABRANCHES, Paula Barreira (2002) - Ocupações do período medieval e moderno nos concelhos de Moura e Mourão. *Al-madan*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada. 2 Série, 11 (Dez.), pp. 152-157.

SANTOS, Heloísa Valente dos; ABRANCHES, Paula Barreira (2013) - *A ocupação medieval e moderna dos territórios da margem direita do Guadiana nos actuais concelhos de Moura e Mourão* (Memórias d'Odiana, 2.ª Série, 10). Beja: EDIA DRC-Alentejo, 187 p.

SARRIS, Peter (2007) - *Bubonic Plague in Byzantium: The Evidence of Non-Literary Sources*. In LITTLE, Lester K., ed. - *Plague and the End of Antiquity: The Pandemic of 541–750*. Cambridge University Press, pp.119-134.

SÉNAC, Philippe (2012) - Quelques remarques sur l'historiographie récente de la frontière dans l'Espagne médiévale (VIIIe–XIIIe siècle) - In ABDELLATIF, Rania; BENHIMA, Yassir; KÖNIG, Daniel; RUCHAUD, Elisabeth, eds. - *Construire la Méditerranée, penser les transferts culturels: Approches historiographiques et perspectives de recherche*. München: Oldenbourg Verlag, (Ateliers des Deutschen Historischen Instituts Paris; 8), pp. 104-119.

SIDARUS, Adel (1996) - Assentamento árabe e primórdios do domínio islâmico em Beja (711-788). *Arquivo de Beja*. Beja: Câmara Municipal de Beja. Série III, Vols. II/III, pp. 27--39.

SIENES HERNANDO, Milagros; MARTÍN BUENO, Manuel (2000) - *As imitações de moedas de bronze do século IV d. C. na Península Ibérica: o caso do Ae2 Reparatio*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia; 13), 195 p.

SILVA, António Carlos (1996) – *Património Arqueológico no Regolfo de Alqueva, Quadro Geral de Referência*. Beja: EDIA, 186 p. Edição policopiada.

SILVA, António Carlos (1999) – *Salvamento Arqueológico no Guadiana. Do inventário patrimonial à minimização dos impactes*. Beja: EDIA (Memórias d'Odiana; 1), 416 p.

SILVA, António Carlos (2002) - Avaliação dos impactos arqueológicos em Alqueva: a formação do "Quadro geral de referência". *Al-madan*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada. Série 2, 11 (Dez.), pp. 56-62.



SILVA, Marcelo Cândido da (2008) - Entre «Antiguidade Tardia» e «Alta Idade Média». *Diálogos*. Universidade Estadual de Maringá. Vol. 12, n.º 2-3, pp. 53-64.

SIMON, Zoltán Boldizsár (2013) - Method and Perspective. In *Workshop “Theory and Practice of Microhistory” (Collegium Budapest on 19 June 2009)*. Journal of Microhistory [Em linha]. Reykjavík: 15 p. [Consul. 7 Julho de 2014]. Disponível em WWW: <[http://www.microhistory.org/?e=37&w=journal-of-microhistory-2008\\_1#body-anchor](http://www.microhistory.org/?e=37&w=journal-of-microhistory-2008_1#body-anchor)>.

SOUZA, Guilherme Queiroz de, (2011) - A reação do basileus Heráclio (c. 575-641) frente aos judeus e árabes no Livro IV da Crônica de Fredegário (†c. 660): ameaças apocalípticas? *Brathair* [Em linha]. 11 (2), pp. 16-27. [Consult. 15 Julho de 2014]. Disponível em WWW: <<http://ppg.revistas.uema.br/index.php/brathair/article/view/687/609>>.

TEICHNER, Félix (1995) - Acerca da Vila Romana de Milreu/Estoi. Continuidade da ocupação na época árabe. *Arqueologia Medieval*. Porto: Edições Afrontamento. Nº 3, pp. 89-100.

TEICHNER, Felix (1998) – A ocupação do centro da cidade de Évora da época romana à contemporânea. Primeiros resultados da intervenção do Instituto Arqueológico Alemão. In *Actas das 2as Jornadas de cerâmica medieval e pós-medieval* (Tondela, 22 a 25 de Março de 1995). Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 17-31.

TEICHNER, Felix (2006) - De la romana a lo árabe. La transición del sur de la provincia de Lusitania a al-Gharb al-Andalus nuevas investigaciones en los yacimientos de Milreu y Cerro de Vila. In CHAVARRÍA I ARNAU, Alexandra; ARCE MARTÍNEZ, Javier; PIETRO BROGIOLO, Gian, eds. lit. - *Villas tardoantiguas en el Mediterráneo Occidental*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas (Archivo Español de Arqueología: Anejos; 39), pp. 207-220.

TEICHNER, Felix (2008) - *Entre tierra y mar = Zwischen Land und Meer: Architektur und Wirtschaftsweise Ländischer Siedlungsplätze im Süden der Römischen Provinz Lusitanien (Portugal)*. Mérida: Junta de Extremadura (Studia Lusitana; 3). 2 vol., pp. 666+457.

TEICHNER, Felix; SCHIRL, T. (2009) – A olaria medieval da Porta de Lagoa em Évora (Alto Alentejo, Portugal). In *Actas del VIII Congreso Internacional de Cerámica Medieval en el Mediterráneo* (Ciudad Real-Almagro del 27 de febrero al 3 de marzo de 2006). Ciudad Real: Asociación Española de Arqueología Medieval. Tomo II, pp. 975-986.

TELLO, Enric (1999) - La formación histórica de los paisajes agrários mediterráneos: una aproximación coevolutiva. *Historia agraria: Revista de agricultura e historia rural*. Sociedad Española de Historia Agraria; Universidad de Murcia: Departamento de Economía Aplicada. N.º 19, pp. 195-212.

TOLAN, John Victor (2002) – *Saracens: Islam in the medieval European imagination*. New York: Columbia Press University, Chichester, 400 p.

TORRES, Cláudio (1992a) - O Garb al-Andaluz. In MATTOSO, José, dir. - *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores. Vol. I, pp. 363-415.

TORRES, Cláudio (1992b) – Povoamento antigo no Baixo Alentejo. Alguns problemas de topografia histórica. *Arqueologia Medieval*. Porto: Edições Afrontamento. 1, pp. 189-202.

TORRES, Cláudio (1993) - A igreja de Santo Amaro. In CORREIA, Susana, coord. - *Núcleo Visigótico: Museu Regional de Beja*. Beja: Museu Regional de Beja, pp. 19-27.

TORRES, Cláudio (1995a) - A cidade paleocristã de Mirtylis. In *IV Reunio d'Arqueologia Cristiana Hispanica / IV Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica* (Lisboa, 28-20 de Setembro e 1-2 de Outubro de 1992). Universitat de Barcelona: Institut d'Estudis Catalans, pp. 263-266.

TORRES, Cláudio (1995b) – O Garb Al-Andaluz. Identidade de um território. In *Actas do Seminário Identidade, Mudança e Criatividade: A Liderança do Futuro*. Lisboa: Academia Militar, pp. 15-29.

TORRES, Claudio (1999) - El Garb Al-Andalus. Poblamiento y formas de habitar. In Bazzana, ed. - *Archéologie des espaces agraires méditerranéens au Moyen Âge. Actes du colloque de Murcie (Espagne) 1992*. Madrid; Roma; Murcia: Casa de Velázquez; École Française de Rome; Ayuntamiento de Murcia, (Castrum; 5), pp. 287-292.

TORRES, Cláudio (2003) - El Islam. La última Civilización del Mediterráneo Antiguo. In *Triángulo de al-Andalus. Catálogo de la Exposición, Alcazaba de los Údaya, Rabat. Octubre de 2003 – Enero 2004*. Granada: Fundación El Legado Andalusí, pp. 129-135.

TORRES, Cláudio; FERREIRA, Mulize (2001) - Nem Islamização, nem Berberização, antes Mediterranização. *ERA*. Lisboa: Era arqueologia. 4, pp. 122-138.

TORRES, Cláudio; MACIAS, Santiago (1998) - *O Legado Islâmico em Portugal*. Lisboa: Fundação Círculo de Leitores.

TRINDADE, Laura; DIOGO, A. M. Dias (2003) – Cerâmicas de barro vermelho de entulhos do Terramoto de 1755 provenientes da Sondagem 14 da Rua dos Correeiros, em Lisboa. In *Actas das 3.as jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval* (Tondela, 28 a 31 de Outubro de 1997). Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 285-293.

VALDÉS FERNÁNDEZ, Fernando; DÍAZ, Susana (2002) - El castillo de Cuncos: una ciudad islámica desconocida en la raya hispano-portuguesa. *Al-madan*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada. Série 2, n.º 11 (Dez.), pp. 213-218.

VALDÉS FERNÁNDEZ, Fernando; VELÁZQUEZ JIMÉNEZ, Agustin (2001) - *La islamización de la Extremadura romana*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano, Asociación de Amigos del Museo, Fundación de Estudios Romanos, 369 p.

VALLVÉ BERMEJO, Joaquín, 1986 - *La división territorial de la España musulmana*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Instituto de de Filología, Departamento de Estudios Árabes, 351 p.

VANNIÈRE, B.; POWER, M.J.; ROBERTS, N.; TINNER, W., & *alii* (2011) - Circum-Mediterranean fire activity and climate changes during the mid-Holocene environmental transition (8500–2500 cal. BP). *The Holocene*. 21(1), pp. 53-73.

VENÂNCIO, Rui (2006) – Acompanhamento arqueológico da obra de alargamento do Porto de Pesca de Peniche: resultados e conclusões. In *Actas do 3º Seminário da Região Oeste* (Cadaval, 2004). Cadaval: Câmara Municipal de Cadaval, pp. 79-90.

VIGIL-ESCALERA GIRADO, Alfonso (2003) – Cerámicas tardorromanas y altomedievales de Madrid. In *Cerámicas tardorromanas y altomedievales en la Península Ibérica. Ruptura y continuidad*. Madrid: CSIC (Anejos de Archivo Español de Arqueología; XXVIII), pp. 371-387.

VIGIL-ESCALERA GUIRADO, Alfonso (2006) - Aspectos sobre la cultura material en "Hispania" (ss. V-VII): problemas de visibilidad/invisibilidad del registro arqueológico. In LÓPEZ QUIROGA, J.; MARTÍNEZ TEJERA, A.M.; MORÍN DE PABLOS, J., eds. - *Gallia e Hispania en el contexto de la presencia 'germánica' (ss. V-VII): actas de la mesa redonda hispano-francesa celebrada en la Universidad Autónoma de Madrid (UAM) y Museo Arqueológico regional de la Comunidad de Madrid (MAR) (19/20 diciembre 2005)*. Oxford: Hadrian Books, (BAR international series; 1534), pp. 89-108.

VIGIL-ESCALERA GUIRADO, Alfonso (2007) – Granjas y aldeas altomedievales al norte de Toledo (450-800 D.C.). *Archivo Español de Arqueología*. Vol. 80, pp. 239-284.

VIGIL-ESCALERA GIRADO, Alfonso (2009) - Sepulturas, huertos y radiocarbono (siglos VIII-XIII d. C.): El proceso de islamización en el medio rural del centro peninsular y otras cuestiones. In MARTÍN VISO, Iñaki; ECHEVARRÍA ARSUAGA, Ana, eds. – *Los mozárabes: entre la Cristiandad y el Islam*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca. (Studia Historica, Historia Medieval; 27), pp. 97-118.

VIGIL-ESCALERA GUIRADO, Alfonso; MORENO-GARCÍA, Marta; PEÑA-CHOCARRO, L.; MORALES MUÑIZ, A.; Llorente Rodríguez, L.; SABATO, D.; UCCHESU, M. (2013) - Productive strategies and consumption patterns in the Early Medieval village of Gózquez (Madrid, Spain). In QUIRÓS CASTILLO, Juan Antonio, ed. - *Agrarian Archaeology in Early Medieval Europe*. Oxford: Elsevier (Quaternary International; volume 346), pp. 7-19.

VIGIL-ESCALERA GUIRADO, Alfonso; QUIROS CASTILLO, Juan Antonio (2012) - Arqueología de los paisajes rurales altomedievales en el noroeste peninsular. In CABALLERO ZOREDA, Luis; MATEOS, Pedro; CORDERO RUIZ, Tomás - *Visigodos y*

*omeyas: el territorio*. Mérida: Consejo Superior de Investigaciones Científicas (Anejos de Archivo Español de Arqueología; LXI), pp. 79-96.

VILA, Salvador (1936) - El nombramiento de los wâlîes de al-Andalus. *Al-Andalus*. Madrid-Granada: CSIC, Vol. IV, pp. 215-220.

VILHENA, Jorge; GRANGÉ, Mathieu (2008) - Premières données archéologiques sur le Baixo Mira durant le Haut Moyen Âge (VIIe-XIe siècle): études de cas et problématiques générales. *Vipasca* [CD-ROM]. Aljustrel: Câmara Municipal de Aljustrel, Unidade de Arqueologia. 2ª Série, nº 2, pp. 542-558.

WARD-PERKINS, Bryan (2006) - *A Queda de Roma e o Fim da Civilização*. Lisboa: Alêtheia Editores, 307 p.

WICKHAM, Chris (1985) Pastoralism and underdevelopment in the early Middle Ages. In *L'Uomo di fronte al mondo animale nell'Alto Medioevo* (Settimane di Studio del Centro Italiano di Studi sull'Alto Medioevo; 31). Spoleto: CISAM, pp. 401-455.

WICKHAM, Chris (2000a) - Introduction. In HANSEN, V; WICKHAM, C., eds. - *The Long Eighth Century: Production, Distribution and Demand*. Leiden/Boston/Cologne: Brill, pp. ix-x.

WICKHAM, Chris (2000b) - Overview: production, distribution, demand II. In HANSEN, V; WICKHAM, C., eds. - *The Long Eighth Century: Production, Distribution and Demand*. Leiden/Boston/Cologne: Brill, pp. 345-378.

WICKHAM, Chris (2002) – Asentamientos rurales en el Mediterráneo occidental en la Alta Edad Media. In TRILLO, Carme, coord. - *Asentamientos Rurales y Territorio en el Mediterráneo Medieval*. Jornadas de Arqueología Medieval (3. 2000. Berja). Granada: Editorial Athor Pergamos / Ayuntamiento de Berja / Grupo de Investigación "Toponimia, Historia y Arqueología del Reino de Granada", pp. 11-29.

WICKHAM, Chris (2004) – Sobre la mutación socioeconómica de larga duración en occidente durante los siglos V-VIII. *Studia Historica. Historia Medieval*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca. 22, pp. 17-32.

WICKHAM, Chris (2005) - *Framing the Middle Ages*. Oxford University Press, 990 p.

WICKHAM, Chris (2010) – *The inheritance of Rome: A history of Europe from 400 to 1000*. London: Penguin Books, 651 p.

WOLFRAM, Mélanie (2011) - *Uma síntese sobre a cristianização do mundo rural no sul da Lusitânia: Arqueologia, Arquitectura, Epigrafia*. Tese de doutoramento em História, na especialidade de Arqueologia apresentada publicamente na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa: Departamento de História. Edição policopiada.

ZOZAYA STABEL-HANSEN, Juan (1987) – Esquemas de poblamiento de al-Andalus: algunas observaciones. In *V Jornades d'estudis històrics locals: Les illes orientals*

*d'al-andalus i les seves relacions amb Sharq al-Andalus, Magrib i Europa Cristiana (ss. VIII-XIII)*. Palma de Mallorca, pp. 395-403.

ZOZAYA STABEL-HANSEN, Juan (1970) – Problemática de la arqueología medieval posterior al siglo VIII en España. In *XI Congreso Nacional de Arqueología*. Zaragoza: Secretaria General de los Congresos Arqueológicos Nacionales. Seminario de Arqueología. Universidad de Zaragoza, pp. 846-849.

ZOZAYA STABEL-HANSEN, Juan (1993) – La Arqueología del Poblamiento Islámico en Al-Andalus. *Boletim de Arqueologia Medieval*. 7, pp. 53-64.

ZOZAYA STABEL-HANSEN, Juan (1998) - 771-856: Los Primeros Años del Islam Andalusi o una Hipótesis de Trabajo. In *Ruptura o Continuidad Pervivencias Preislámicas en Al-Andalus*. Merida (Cuadernos Emeritensis; 15), pp. 83-142.

ZOZAYA STABEL-HANSEN, Juan (2009) - Arquitectura militar en al-Andalus. *Xelb*. Silves: Museu Municipal de Arqueologia. Câmara Municipal de Silves. N.º 9, pp. 75-126.

ZOZAYA STABEL-HANSEN, Juan (2011) - El control económico de los recursos naturales tras el 711. In: *Zona arqueológica* ("Cuestiones arqueológicas en torno al 711", na sub-secção IIB, intitulada "Economía y producciones materiales"). Alcalá de Henares (Madrid): Museo Arqueológico Regional. 15: 2, pp. 349-359.

## 9. Índice

<b>Agradecimentos</b> .....	<b>iii</b>
<b>Sumário</b> .....	<b>v</b>
<b>Abstract</b> .....	<b>vi</b>
<b>Preâmbulo</b> .....	<b>vii</b>
<b>Conteúdos</b> .....	<b>x</b>
<b>1. Introdução: A escolha do historiador</b> .....	<b>1</b>
<i>Do presente para o passado: a visão da História</i> .....	2
<b>2. Num imenso espaço, uma ampla diacronia</b> .....	<b>9</b>
2.1. O espaço da História .....	9
2.2. ...e uma ampla diacronia .....	15
2.3. A regionalização do Mediterrâneo.....	19
2.4. A peste, fome e a guerra.....	27
2.5. A formação do Al-Andalus.....	34
<b>3. Paisagem e povoamento rural: estado da questão</b> .....	<b>41</b>
3.1. A visão da paisagem rural da Antiguidade Tardia à Idade Média .....	41
3.2. Estudos do território e do seu povoamento .....	48
3.3. Território, etnicidade e aculturação .....	63
<b>4. Ecologia da Paisagem humana</b> .....	<b>69</b>
4.1. Introdução à área de estudo .....	69
4.2. O contexto geológico e geomorfológico .....	71
4.3. Contributo síntese para a história do clima e da vegetação .....	73
4.4. Paisagem rural, paisagem construída .....	87
<b>5. Sítios de Alqueva</b> .....	<b>90</b>
<b>5.1. Sítios romanos (Blocos 10, 11 e 12)</b> .....	<b>94</b>
5.1.1. Bloco 10 - Ocupações romanas da margem direita do Guadiana: Alandroal e Reguengos de Monsaraz até ao Álamo .....	94
5.1.2. Bloco 11 - Ocupações Romanas afectadas pelo Regolfo de Alqueva (Reguengos de Monsaraz e Portel).....	101
5.1.3. Bloco 12 - Romano - Margem esquerda do Guadiana (Moura e Mourão) .....	113
<b>5.2. Sítios medievais e modernos (Blocos 13, 14 e 15)</b> .....	<b>120</b>
5.2.1. Bloco 13 - Medieval - Moderno (Alandroal e Reguengos) .....	120
5.2.2. Bloco 14 - Medieval/Moderno - Bacia do Degebe e Reguengos a sul do Álamo (Reguengos de Monsaraz e Portel).....	128
5.2.3. Bloco 15 - Ocupações Medievais e Modernas na Margem Esquerda do Guadiana (Moura e Mourão) .....	132
<b>6. Bloco 14, entre a Antiguidade Tardia e a Idade Média</b> .....	<b>140</b>
6.1. Cabeçana 4.....	141
6.2. Espinhaço 7 .....	169
6.3. Espinhaço 11 .....	174
6.4. Monte Roncanito 13.....	178
6.5. Monte Roncão 13.....	184
6.6. Monte Roncanito 10.....	191
6.7. Monte Roncanito 18.....	204
6.8 Cabeçana 3.....	209
6.9. Espinhaço 4.....	213

6.10. Monte Roncão 10.....	217
6.11. Monte Barbosa 5.....	232
6.12. Cabeçana 7.....	241
6.13. Monte Musgos 3.....	245
6.14. Espinhaço 5.....	253
6.15. Monte Roncanito 14.....	259
6.16. Monte Roncanito 2.....	263
6.17. Monte Roncão 12.....	268
<b>6.18. Síntese dos trabalhos e resultados.....</b>	<b>275</b>
<b>7. Considerações finais.....</b>	<b>282</b>
7.1. Dados para uma futura discussão.....	283
7.2. Troço médio do vale do Guadiana: Conclusões.....	287
<b>8. Bibliografia.....</b>	<b>294</b>
<b>9. Índice.....</b>	<b>326</b>